



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**CLEIDIANE DA SILVA MORAIS**

**O IMPRESSO ESCOLAR E O APETITE DE INSTRUÇÃO:  
OS POBRES NO BANCO DOS RÉUS (CEARÁ, 1865-1889)**

**FORTALEZA**

**2024**

CLEIDIANE DA SILVA MORAIS

O IMPRESSO ESCOLAR E O APETITE DE INSTRUÇÃO:  
OS POBRES NO BANCO DOS RÉUS (CEARÁ, 1865-1889)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em História. Área de concentração: Cultura e Poder.

Orientador: Profa. Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M825i Morais, Cleidiane da Silva.  
O impresso escolar e o apetite de instrução : os pobres no banco dos réus (Ceará, 1865-1889) /  
Cleidiane da Silva Morais. – 2024.  
398 f. : il.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação  
em História, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Profa. Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo.
1. Compêndios escolares. 2. Instrução pública primária. 3. Pobreza. 4. Carência de livros. I. Título.  
CDD 900
-

CLEIDIANE DA SILVA MORAIS

O IMPRESSO ESCOLAR E O APETITE DE INSTRUÇÃO:  
OS POBRES NO BANCO DOS RÉUS (CEARÁ, 1865-1889)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em História. Área de concentração: Cultura e Poder.

Aprovado em: 31/01/24

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Candido  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Adelaide Maria Gonçalves Pereira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Debora Dias Macambira  
Universidade Nova de Lisboa (UNL)

---

Marisa Midori Deaecto  
Universidade de São Paulo (USP)

## AGRADECIMENTOS

Esta tese é dedicada aos trabalhadores e trabalhadoras de ontem e de hoje que não medem esforços na luta por acesso ao ensino público; e àqueles que, por descaso de um sistema que insiste em escanteá-los, são ainda diariamente privados de educação escolar.

Nos caminhos de feitura desta tese, numerosos pesquisadores e funcionários de bibliotecas e arquivos dedicaram atenção, responsabilidade e gosto a esta historiadora, especialmente nos primeiros anos de investigação, momento marcado pelo amadurecimento da ideia de pesquisa no universo dos livros e da instrução pública. Aos vários acervos percorridos, agradeço especialmente a Marcio Porto e Etevaldo Evangelista, funcionários, à época, do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC); a Rejane de Sousa Gomes, bibliotecária no setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado do Ceará, e a Antônio Carlos D'Angelo, funcionário da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, que abriga o Acervo Histórico do Livro Escolar, em São Paulo.

Ao Plebeu Gabinete de Leitura, biblioteca onde conheci autores e livros, reuni leituras e aprendi muito sobre pesquisa em História.

À professora Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo, cuja orientação fez a pesquisa e escrita serem menos difíceis, especialmente pela leitura atenta e comprometida, pelos direcionamentos e questionamentos que me impulsionavam a voltar ao texto e à pesquisa sempre com um novo vigor e entusiasmo.

Aos professores Frederico de Castro Neves e Adelaide Gonçalves, pelos bons caminhos apontados para o desenvolvimento da pesquisa no exame de qualificação. Suas sugestões foram indispensáveis à construção e amadurecimento das ideias e reflexões presentes nesta tese. Ajudaram, sem dúvida, a engrossar mais o caldo e a colocar mais pano na minha manga. Igualmente, agradeço aos professores Tyrone Apollo Pontes Candido, Debora Dias Macambira e Marisa Midori, por terem aceitado o convite de participarem da banca de defesa e pelas sugestões de leitura e questionamentos feitos ao trabalho.

Aos amigos da História, Edimeia Aquino, Jormana Araújo, José Maria Andrade, Jési Firmino, Rafaela Gomes, Ana Paula Bezerra, Manoel Neto, Diego Belfante e Taynara Araújo, por compartilharem as alegrias e as angústias da pesquisa e da escrita; pelas conversas, pelos conselhos e pela torcida constante.

Aos queridos amigos Edilmar de Sousa, Roberto Teixeira (Beto), Roberto Rocha, Thaisa Marques e Rosiane Pinheiro por serem lugar de acolhida e de afeto, pela cumplicidade e companheirismo. Obrigada por sempre poder contar com vocês!

Às amizades construídas nesses anos de doutorado na universidade, na rua, nas aulas de percussão, nas rodas coco, sambas e forrós. Trilhar caminhos sob o convívio e companhia de Bruno Lobo, Emanuel Francelino, Victor Santos, Wesley Matos, Liana Capistrano, Deoclécio Santos, Ianni Macário, Khelma Beatriz, Linda Dias, Gina Viana, Claudia Perotti e Beatriz Gomes proporcionou, sem dúvida, mais beleza e ânimo a esta tese.

À malandragem de Dorinha, gata bandoleira e espevitada, cuja companhia e travessura tornaram os meus dias mais alegres nesses anos de estudo.

Ao Movimento de Mulheres Olga Benario e a Casa da Mulher Trabalhadora Preta Simoa, espaço onde cotidianamente aprendo a sonhar e acreditar na construção de uma sociedade em que os trabalhadores e trabalhadoras viverão dignamente.

Ao amor e carinho de meus familiares, especialmente de minha mãe, Gracinha, minha maior incentivadora, que acompanhou de perto as angústias e preocupações que saltam ao ofício do historiador. Seus cuidados trouxeram leveza e tranquilidade nos momentos difíceis.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Cearense de Apoio e Desenvolvimento à Pesquisa.

## RESUMO

A presente tese investiga o universo do impresso escolar na Instrução Pública do Ceará (1865-1889), destacando as condições materiais do ensino primário, em especial a carência do livro nesta parte da instrução. A pesquisa está organizada sob três dimensões. Primeiramente, apresenta-se as condições que levaram à privação do compêndio escolar nas aulas primárias, atentando para o fornecimento irregular e inconstante, para os processos de aprovação e adoção, e para as doações e vendas ilegais deste material por parte dos funcionários da Instrução Pública. Em seguida, busca-se discutir que a carência de livros no ensino primário não era um fenômeno generalizado e que, ao contrário, existia em Fortaleza um vigoroso comércio de livros e periódicos, cujos livreiros estavam atentos, inclusive, às novidades que circulavam no movimento transatlântico de impressos. Assim, este estudo é também direcionado para as livrarias, papelarias, oficinas de encadernação, tipografias e lojas de variedades, espaços que, à época, comercializavam livros destinados à instrução. Por último, analisa-se as ações de resistência das camadas pobres (reivindicações, improviso, solidariedade e ajuda mútua) na exigência de manuais escolares e de instrução primária, práticas que conformavam um conjunto de iniciativas que estavam em confronto com as atuações desempenhadas pelas elites político-administrativas do período. Este conflito estava posto, especialmente, pelo estigma ao qual associavam e distinguiam a população pobre, afirmando que tal parcela social não possuía gosto e nem muito menos apetite pela instrução.

**Palavras-chave:** Compêndios escolares; Instrução pública primária; Pobreza; Carência de livros

## **ABSTRACT**

This thesis investigates the universe of school publications in the Public Instruction of Ceará (1865-1889), highlighting the material conditions of primary education, especially the lack of books in this part of instruction. The research is organized under three dimensions. Firstly, it presents the conditions that led to the deprivation of school textbooks in primary classes, focusing on irregular and inconsistent supply, approval and adoption processes, as well as the illegal donations and sales of this material by Public Instruction officials. Then, it seeks to discuss how the lack of books in primary education was not a widespread phenomenon and, on the contrary, there was a vigorous trade of books and periodicals in Fortaleza, with booksellers being attentive to novelties circulating in the transatlantic print movement. Thus, this study is also directed towards bookstores, stationery shops, binding workshops, printing presses, and variety stores, spaces that at the time commercialized books destined for education. Finally, it analyzes the resistance actions of the lower classes (petitions, improvisations, solidarity, and mutual aid) in demanding school manuals and primary instruction, practices that shaped a set of initiatives that clashed with the actions carried out by the political-administrative elites of the period. This conflict was particularly evident due to the stigma associated with and distinguished the poor population, affirming that such a social segment lacked taste and even less appetite for instruction.

**KEYWORDS:** School textbooks; Primary public instruction; Poverty; Lack of books.



## RÉSUMÉ

Cette thèse étudie l'ensemble de matériel scolaire l'imprimé dans l'Instruction Publique du Ceará (1865-1889), en soulignant les conditions matérielles de l'enseignement primaire, en particulier le manque du livre dans cette partie de l'instruction. La recherche est organisée sous trois dimensions. Premièrement, on présente les conditions qui ont conduit à la privation du compendium scolaire dans les classes primaires, en bien remarquant sa diffusion irrégulière et inconstante, les processus d'approbation et d'adoption de ce document, ainsi que les dons et les ventes illégales de ce matériel par les employés de l'Instruction Publique. Ensuite, on prétend défendre que le manque de livres dans l'enseignement primaire n'était pas un phénomène généralisé, mais bien au contraire, il existait à Fortaleza un commerce vigoureux de livres et de périodiques, dont les libraires étaient attentifs aux nouvelles qui circulaient dans le mouvement transatlantique de matériels imprimés. Ainsi cette étude s'adresse également aux librairies, papeteries, ateliers de reliure, imprimeries et magasins de variétés, lieux qui, à cette époque-là, vendaient des livres destinés à l'Instruction. Pour conclure, on analyse les actions de résistance des classes pauvres (revendications, improvisation, solidarité et entraide) dans l'exigence de manuels scolaires et d'enseignement primaire, pratiques qui formaient un ensemble d'initiatives qui se confrontaient avec les actions menées par les elites politiques et administratifs de la période. Ce conflit était établi justement à cause de la stigmatisation avec laquelle ils associaient et distinguaient la population pauvre, en affirmant que cette partie de la société n'avait aucune appréciation et inclination vers l'Instruction.

**MOTS-CLÉS:** Compendiums scolaires; Instruction publique primaire; Pauvreté; Manque de livres.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b>	Anúncio da livraria de Joaquim José de Oliveira publicado no jornal A Constituição em novembro de 1864 .....	57
<b>Figura 2:</b>	Movimento da Alfândega .....	70
<b>Figura 3:</b>	Anúncios de Gualter Rodrigues Silva.....	70
<b>Figura 4:</b>	Anúncios da Joaquim Felício d’Oliveira & Irmão.....	71
<b>Figura 5:</b>	Anúncios da loja Boa Fé.....	72
<b>Figura 6:</b>	Anúncios da loja Americana e do Portella.....	74
<b>Figura 7:</b>	Anúncios da Jacques Weill & Cia .....	75
<b>Figura 8:</b>	Anúncios da Joviniano Moreira & Cia .....	75
<b>Figura 9:</b>	Anúncios da Toscana .....	76
<b>Figura 10:</b>	Anúncio e notícia sobre o Catecismo Diocesano.....	78
<b>Figura 11:</b>	Anúncios da Livro-papelaria de Gualter Rodrigues Silva.....	80
<b>Figura 12:</b>	Anúncios de venda de loteria.....	81
<b>Figura 13:</b>	Anúncio da Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira & Cia.....	87
<b>Figura 14:</b>	Anúncio da Livraria de Joaquim José de Oliveira & Cia .....	89
<b>Figura 15:</b>	Biblioteca do Povo e das Escolas Propaganda de Instrução para Portugueses e Brasileiros .....	91
<b>Figura 16:</b>	Anúncio da Gramática do professor público primário Dias Sobreira.....	93
<b>Figura 17:</b>	Anúncio da Aritmética do professor Antônio Trajano .....	93
<b>Figura 18:</b>	Anúncios da Livraria, papelaria e oficina de encadernação de João Luiz Rangel .....	103
<b>Figura 19:</b>	Anúncio da livraria de Satyro Verçosa.....	107
<b>Figura 20:</b>	Anúncios da livraria, papelaria e encadernação de Satyro Verçosa .....	109
<b>Figura 21:</b>	Anúncios da Tipografia do jornal Cearense .....	111
<b>Figura 22:</b>	Anúncio da tipografia do jornal Libertador .....	118
<b>Figura 23:</b>	Anúncio da tipografia do jornal Cearense .....	119
<b>Figura 24:</b>	Capa do Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges.....	198
<b>Figura 25:</b>	Capa do Terceiro Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges .....	198
<b>Figura 26:</b>	Capa do Quarto Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges .....	199
<b>Figura 27:</b>	Capa do História Sagrada do Antigo e Novo Testamento, de José Ignacio Roquete .....	234
<b>Figura 28:</b>	Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges.....	241

<b>Figura 29:</b>	Terceiro Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges .....	241
<b>Figura 30:</b>	Quarto Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges.....	242
<b>Figura 31:</b>	Capa do livro História Bíblica, de Antônio de Macedo Costa.....	244
<b>Figura 32:</b>	Historieta do Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges .....	250
<b>Figura 33:</b>	Capa do livro Methodo Facilimo para aprender a ler, de Achilles Monteverde .....	253
<b>Figura 34:</b>	Livro Methodo Facilimo para aprender a ler, de Achilles Monteverde.....	254
<b>Figura 35:</b>	Historieta presente no Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges.....	257
<b>Figura 36:</b>	Defesa do professor de Sobral, José Prisco Rodrigues Lima, diante da acusação de membros da Câmara Municipal.....	330
<b>Figura 37:</b>	Abaixo-assinado de habitantes da povoação de Pendência, junho de 1875. ....	333

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Matrícula na Instrução Pública Primária.....	148
---	-----

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	14
2	A CIRCULAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES .....	55
2.1	Os livros atravessam o Atlântico.....	55
2.2	Os livros no comércio de variedades.....	66
2.3	Os livros escolares no circuito livreiro.....	84
2.4	As livrarias e oficinas de encadernação.....	99
2.5	As tipografias .....	110
3	A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA À SOMBRA DA PENÚRIA.....	120
3.1	Os móveis e utensílios.....	120
3.2	A penúria de livros .....	133
3.3	A frequência escolar .....	146
4	A ADOÇÃO E FORNECIMENTO DE LIVROS ESCOLARES .....	171
4.1	As obras “econômicas”, “sofríveis” e de “ordem comum” .....	171
4.2	As doações e preços de livros .....	189
4.3	O extravio de livros .....	206
5	AS CONSEQUÊNCIAS DO FORNECIMENTO INCONSTANTE DE LIVROS ESCOLARES.....	218
5.1	Os livros e a uniformização do ensino primário.....	218
5.2	As leituras do povo: escrita erudita e excesso de conteúdo .....	224
5.3	O ensino de leitura, a religião e o trabalho .....	246
6	OS SUJEITOS RESISTEM: O APETITE DE INSTRUÇÃO .....	270
6.1	Educação para os pobres: uma “aventura civilizatória”? .....	270
6.2	As letras e o comércio.....	284
6.3	O imprevisto e a solidariedade .....	298
6.4	O gosto pela instrução .....	311
6.5	O apetite de instrução .....	334
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	347
8	FONTES .....	351
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	388

## 1 INTRODUÇÃO

O estado da instrução encerra-se nesta síntese desoladora: nenhum exame; nenhum adiantamento; nada de utensílios; nada de livros. O atraso aí é muito sensível em todas as matérias do ensino primário, e cresce de fato, quando se atenta que as alunas ignoram os princípios elementares da doutrina cristã. A penúria de livros é tal que nesta desguarnecida escola não existem gramáticas da língua nacional, e o que é pior, nem catecismos! Para VEx<sup>a</sup> devidamente aquilatar a sua total deficiência, basta assegurar que aí não encontrei os dois livros de matrícula e frequência!!! Isto dispensa comentários.<sup>1</sup>

A fala em epígrafe pertence ao Inspetor Literário Virgílio Augusto de Moraes quando da visita, em dezembro de 1874, à aula primária do Povoado da Pendência, por ocasião da inspeção às escolas da comarca de Baturité a fim de informar à Diretoria da Instrução sobre o movimento do ensino público e privado na região. Ao indagar a professora que regia a referida aula sobre as causas daquele estado de carência material, Anna Eponina relatou que “por mais de uma vez havia infrutiferamente requisitado os livros ao Presidente da Câmara”.<sup>2</sup> A conclusão de Virgílio Augusto de Moraes foi a seguinte:

É convicção minha adquirida por uma experiência de seis anos que as municipalidades são em grande parte responsáveis pelo estado deplorável da instrução pública com a demora senão recusa de móveis, livros e mais acessórios sem os quais as escolas não poderão jamais funcionar nas condições desejáveis.<sup>3</sup>

A designação “inspetor literário” atribuída ao cargo de Virgílio sugere o desempenho de uma tarefa tida como nobre e indispensável: a vigilância das boas práticas relativas ao saber. O “inspetor” é aquele que denuncia os rumos errados, aponta o caminho certo, fiscaliza as condutas más, busca manter a boa ordem, enfim, uma espécie de “portador das luzes” do saber. Embora a responsabilidade que mais chegasse perto de responder, de fato, ao termo “literário” dissesse respeito ao ato de examinar os livros utilizados pelos professores nas aulas a fim de saber se estavam entre aqueles aceitos e adotados para o ensino primário, o inspetor literário era uma espécie de administrador da instrução, fazendo funcionar, sob sua responsabilidade,

---

<sup>1</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Pendência – Baturité, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Pendência - Baturité, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP INSP CO RE 05 (171). CX 21.

<sup>2</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Pendência – Baturité, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Pendência - Baturité, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP INSP CO RE 05 (171). CX 21.

<sup>3</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Pendência – Baturité, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Pendência - Baturité, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP INSP CO RE 05 (171). CX 21.

inúmeras questões relativas ao ensino, indo da fiscalização dos livros até a nomeação de inspetores de distrito, produção de atestados, licenças, advertências e suspensões de professores.<sup>4</sup>

O caráter de “portador das luzes” parecia cair bem naquele momento a Virgílio Augusto de Moraes, não somente porque a elite letrada “almejava a função de arautos do saber e da verdade”<sup>5</sup> e se apresentava como apta a direcionar a Província nos rumos da “civilização” e do “progresso”, mas porque este inspetor literário tratou logo de buscar soluções para o estado de carência em que se encontrava a aula primária de Pendência quando informa ao Diretor da Instrução, Paulino Nogueira Borges, que, diante da situação relatada, procedeu da seguinte forma:

Dei para logo as providências que pedia a gravidade do caso, oficiando neste sentido ao presidente da câmara. Julgo que neste momento devem ter sido fornecidos os livros por falta dos quais deixei de lançar o termo de minha visita. Faço os mais fervorosos votos para que no ano vindouro tenha a satisfação de registrar os progressos desta aula impossibilitada até o momento atual de preencher os elevados fins que visou o legislador provincial em sua criação.<sup>6</sup>

Quando se tratava de resolver os obstáculos à regularidade do ensino, vê-se que as causas eram identificadas, mas as resoluções ficavam ainda muito no campo da retórica, dos discursos sempre empenhados da elite política e administrativa em louvor do desejo de mudanças e reformas na Instrução Pública. Para algumas autoridades do mundo das letras, a carência de materiais não era motivo suficiente para as aulas não terem frequência regular de alunos. José de Barcelos constitui claro indício de quem não se furtou em agir com arbitrariedade com relação aos reais problemas que afligiam o ensino público primário na Província. Para esse professor, que à época já tinha o título de professor de pedagogia da Escola

---

<sup>4</sup> Pela Resolução n. 1.136, de 5 de dezembro de 1864, que reformava a instrução pública, foi estabelecido que a Província seria dividida em distritos literários. Ficaria sob a inspeção e vigilância deste inspetor um número de até duas comarcas. Era de sua responsabilidade percorrer anualmente, em tempo indeterminado, quatro vezes pelo menos, cada distrito, visitando as aulas públicas e particulares para analisar o comportamento dos professores, e propor as medidas necessárias para a boa execução das leis, regulamentos, instruções e ordens; propor ao presidente da Província a nomeação dos inspetores de distrito; atestar o cumprimento dos deveres do professor; conceder licença; examinar os livros utilizados pelos professores a fim de saber se estavam na lista dos recomendados e adotados no regulamento geral; advertir, admoestar e suspender, até 8 dias, os professores por faltas ligeiras e levar ao conhecimento do presidente, também por intermédio do diretor, o procedimento dos professores que julgasse digno de mais severo castigo. Fonte: CEARÁ. Resolução n. 1.136 de 5 de dezembro de 1864, Art. 2, 3 e 4, p. 29, V. 3. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

<sup>5</sup> FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta:** entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, 2004, p. 33.

<sup>6</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Pendência – Baturité, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Pendência - Baturité, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP INSP CO RE 05 (171). CX 21.

Normal, “a falta de auxílios do governo aos meninos indigentes não justifica[va] a não frequência legal na 1ª escola pública de localidade populosa como Maranguape”.<sup>7</sup>

O caso em questão trata-se de um parecer que José de Barcelos<sup>8</sup> teve que apresentar, em 1º de abril de 1886, quanto à acusação que sofria o professor primário da cidade de Maranguape, Francisco de Oliveira Conde. Acusado de ser responsável por a escola primária que regia não ter frequência legal para o seu funcionamento, o professor informou alguns motivos que teriam ocasionado tal situação.

Que se a frequência tem ido gradualmente diminuindo desde 1882 é porque exatamente em fins desse ano tratou de sua aposentadoria; já nesse tempo estava sua escola muito desprovida de utensílios; que essa diminuição da frequência é também devido à falta de auxílios do governo aos meninos indigentes.<sup>9</sup>

Segundo Oliveira Conde, que, além de professor primário, também foi autor de livro escolar utilizado na instrução pública do Ceará, quando se espalhou a notícia de sua “jubilação” (aposentadoria), em fins de 1882, no ano seguinte, a frequência em sua escola começou a diminuir. A ausência de utensílios e a falta de auxílio do governo aos alunos que necessitavam ser subsidiados dos materiais mais indispensáveis à permanência nas aulas também concorreu para a diminuição da frequência escolar. Para José de Barcelos, porém, essas razões careciam de fundamentos.

O fato de o professor Conde ter dito a alguns amigos e pais de família que esperava ser aposentado não implicaria diretamente na diminuição da frequência em sua escola, pois, embora com aposentadoria, demissão, remoção ou mesmo falecimento do professor, a escola perdurava, afirmava José de Barcelos.<sup>10</sup> E acrescentou: “o professor é indivíduo que passa, a escola uma

---

<sup>7</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO QX 01 80 (27). CX 49.

<sup>8</sup> Embora não saibamos a real função que esse professor ocupava no interior da Instrução Pública nesse momento, já que o documento não traz o cargo que exercia, o fato é que José de Barcelos fazia parte do Conselho de Instrução Pública que à época era composto pelo inspetor geral, pelo professor mais antigo do Liceu, pelo professor de pedagogia da Escola Normal, de um dos professores públicos da capital, do inspetor paroquial e de quatro cidadãos que “se tenham distinguido nas letras e no magistério”. Fonte: CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Seção II, Do Conselho de Instrução Pública, Art. 4, p. 43, V. 3. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

<sup>9</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO QX 01 80 (25). CX 49.

<sup>10</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO QX 01 80 (26). CX 49.



instituição que fica”.<sup>11</sup> Quanto a segunda justificativa, a da falta de utensílios, José de Barcelos informa que Oliveira Conde nada teria feito para obter das autoridades o fornecimento dos utensílios indispensáveis ao funcionamento da escola no período de 1882 a 1886.<sup>12</sup> Já sobre a terceira causa da diminuição da frequência escolar, diz o seguinte:

A falta de auxílios do governo aos meninos indigentes não justifica a não frequência legal na 1ª escola pública de localidade populosa como Maranguape.<sup>13</sup>

Nenhuma delas [escolas da Província] recebe o auxílio de que se trata. Nem na lei orçamentaria figura verba destinada a vestuário e objetos necessários ao ensino da infância indigente.<sup>14</sup>

Conclusão parece-me: que o professor público de Maranguape Francisco de Oliveira Conde não justificou a falta de frequência legal de sua escola e que, portanto, incorreu na pena do Art. 241 § 5, do Regulamento orgânico da Instrução Pública de 12 de setembro de 1881.<sup>15</sup>

Residem aí alguns problemas que carecem de explicação. Ao depararmos com falas tão categóricas, que, ao mesmo tempo, diferem do que comumente se tem encontrado em outras fontes, o historiador, como sujeito prudente em desvendar as tensões e contradições que saltam dos próprios documentos, volta a estes na intenção de não tomar conclusões precipitadas ou apressadas. Assim, passemos, pois, à análise do caso à luz da legislação educacional do período.

O fornecimento de vestuário, como estabelecido no Regulamento da Instrução Pública vigente àquela época, seria feito por meio de subscrições entre os paroquianos, como é dito na parte das responsabilidades de um inspetor de paróquia: “promover por si e por meio do Conselho Escolar subscrições entre seus comparoquianos para fornecimento de vestuário, calçado e mais objetos necessários aos meninos indigentes”.<sup>16</sup> Nesse documento, o auxílio para roupas viria também por meio das caixas escolares instituídas nas paróquias com “o fim

<sup>11</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO QX 01 80 (26). CX 49.

<sup>12</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO QX 01 80 (26). CX 49.

<sup>13</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO QX 01 80 (27). CX 49.

<sup>14</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO QX 01 80 (27). CX 49.

<sup>15</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO QX 01 80 (28). CX 49.

<sup>16</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, Art. 19, § 15, Seção IV, Dos inspetores escolares de paróquia, p. 46.

meritório de animar e facilitar a frequência dos alunos pobres”,<sup>17</sup> fornecendo “vestuários simples, calçados, livros e objetos indispensáveis à instrução”.<sup>18</sup> Ainda nesse Regulamento, entre os deveres dos professores públicos estava o de “fiscalizar a conservação de objetos fornecidos aos alunos pobres”.<sup>19</sup> Assim, seria por meio dos cofres provinciais e câmaras municipais que saíam verbas para o fornecimento de objetos e materiais destinados às aulas. Em toda a segunda metade do século XIX, as correspondências da Instrução Pública trazem um número expressivo de ofícios que corroboram a responsabilidade do governo da Província para com o fornecimento de materiais indispensáveis aos alunos ditos pobres frequentarem e se manterem nas aulas.

De fato, observamos, tanto no Regulamento da Instrução Pública de 1881, quanto nas correspondências produzidas por este órgão, que os materiais a que se referem são tinta, papel, penas e livros escolares. Embora os professores também solicitassem vestuário e, especialmente, nos períodos de seca, remédios e alimentos para conseguirem manter a frequência de alunos nas aulas, o fornecimento destes não estava estabelecido na lei orçamentária com verba específica. De fato, temos que concordar com José de Barcelos que o fornecimento de vestuário não estava previsto em lei. No entanto, além do vestuário, este professor informa também que não existia verba destinada aos “objetos necessários ao ensino da infância indigente”.<sup>20</sup> A que objetos o professor se referia? Preferiu-se dar ênfase ao vestuário para defender que a justificativa do professor Conde – em dizer que a baixa frequência escolar se devia também a tal elemento – carecia de fundamento, já que nem na lei tal fornecimento estava previsto? E os demais objetos, por que José de Barcelos não informou quais seriam? Porque, se fosse o caso de estar se referindo a tinta, penas, papel e livros, o seu fornecimento estava estabelecido em lei como responsabilidade do governo.

Ao tentar provar que as razões apresentadas pelo professor Oliveira Conde para a diminuição da frequência em sua escola necessitavam de melhores argumentos e que, portanto,

---

<sup>17</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (102). CX 15.

<sup>18</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, p. 55, Art. 107.

<sup>19</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, Art. 244, § 3, Seção VII, Dos deveres dos professores públicos, p. 68.

<sup>20</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO QX 01 80 (27). CX 49.

esse professor incorria em faltas sendo passível de penas, outra questão poderia ter ganhado centralidade na época, porém, não constituiu preocupação de José de Barcelos: as camadas pobres deixavam de frequentar as aulas primárias por falta de vestuário. Embora o caso se tratasse de um processo disciplinar contra um professor, nada foi dito quanto a um dos problemas que mais afligiam os professores públicos: a falta de fornecimento ou mesmo o fornecimento insuficiente de materiais destinados aos meninos e meninas que necessitavam do auxílio do governo da Província para conseguirem acessar alguma instrução.

Pelos censos de 1872 e 1887, é possível entrever que, naquela época, um sem-número dos habitantes da Província era analfabeto. Muitos não sabiam ler, nem escrever; outros escreviam e liam, mas não de forma corrente ou com fluência; outros teriam aprendido a assinar apenas o próprio nome. Certamente, ler o código de modo corrente, sem imprimir sacrifícios para juntar as sílabas, uma espécie de “alfabetização ativa”,<sup>21</sup> escapava à maioria dos sujeitos pertencentes às classes pobres. Ao relacionar a leitura corrente com o hábito de se ler com uma certa frequência, pode-se afirmar que a leitura nos livros ou em qualquer outro suporte [jornais, revistas] se deu, entre os mais pobres, de forma rara. Para um número expressivo de sujeitos das camadas desafortunadas, a instrução, aquela dos anos iniciais, período em que os primeiros ensinamentos são incutidos, foi suplantada, pela força da precariedade e pela necessidade de trabalhar. Marcados pela oralidade, sobretudo os que residiam nos povoados do interior da Província, suas maneiras de enxergar e de sentir o mundo davam-se pela via do aprendizado no fazer-se do trabalho, na sociabilidade familiar, nas redes de comunicação da comunidade.

As sessões da Assembleia Provincial deixam entrever as vozes que se levantaram contra o acesso à instrução primária dessa parcela que representava percentual expressivo da população naquele momento. Embora não se posicionando de forma tão explícita na intenção de demonstrar seu incômodo para com as camadas pobres, vários deputados provinciais, na segunda metade do século XIX, tentaram limitar a um número pequeno a criação de escolas noturnas voltadas para a população que trabalhava nas horas do dia.

Na Sessão de 19 de agosto de 1879, foi posto em discussão o Art. 1 do Projeto n. 1 daquele ano, que estabelecia a criação de escolas primárias de um e outro sexo e cursos noturnos para adultos regidos pelos respectivos professores catedráticos. O documento defendia a instalação de aulas noturnas apenas na capital, sob a justificativa de os cofres provinciais não estarem no caso de suportar despesas maiores, que cresceriam se estendessem a criação dessas escolas a todos os pontos populosos e às cidades mais importantes do interior da Província.

---

<sup>21</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 270.

Alguns deputados, como Antônio Joaquim Couto Cartaxo (Partido Conservador) e Antônio Pereira de Brito Paiva manifestaram emendas ao referido projeto.

Couto Cartaxo defendeu a criação de um curso noturno de ensino elementar para adultos em duas escolas da capital, bem como um nas cidades de Baturité, Sobral, Aracati, Icó e Crato. Na referida emenda, as mulheres estariam excluídas, pois acreditava-se que as atividades por elas exercidas poderiam ser realizadas à noite para que frequentassem durante o dia as escolas. Tal posicionamento desconsiderava o fato de que, desde cedo, essas mulheres estavam nas lides domésticas e nas ruas executando os mais diversos serviços, como quitandeiras, lavadeiras, arrumadeiras, engomadeiras e padeiras, como registra o Arrolamento da população de Fortaleza, realizado em 1887.<sup>22</sup> Ao contrário da opinião defendida pelo Deputado Cartaxo, de que “as atividades executadas pelas mulheres eram bem diferentes das dos homens”,<sup>23</sup> as mulheres tinham que manter a casa, muitas vezes sem a figura masculina do marido, como atestam as correspondências da Instrução Pública, segundo as quais muitas crianças eram órfãs de pai, outras vezes de pai e mãe sendo criadas por suas avós.

O cotidiano de inúmeras mulheres das camadas pobres era marcado pela chefia de domicílios. Sua mão de obra era muitas vezes o único patrimônio que possuíam para ostentar durante a vida. A instrução a elas destinada, que já era escassa, ficaria de lado pelas circunstâncias de vida difícil que as submetiam mais à prática do trabalho do que ao aprendizado de rudimentos de leitura e de escrita. Para além dessa questão, nas escolas primárias, as idades dos alunos comumente variavam entre 5 e 18 anos, com casos, ainda que poucos, de sujeitos com 19 e 20 anos. Dessa forma, uma indagação se torna pertinente: como a emenda de Couto Cartaxo defendia que as mulheres poderiam frequentar as aulas durante o dia se as matrículas atestavam a faixa etária, mais frequentemente, de até 18 anos? E as que estivessem fora dessa idade, como fariam para obter instrução? Recusar a instrução às mulheres pobres não seria uma forma de negá-las como sujeitos ativos, reduzindo-as ao papel de auxiliar na condução do espaço doméstico e da família?

Para o deputado Brito Paiva, quando se defendia a difusão da instrução a todas as camadas da população, mostrava-se um progresso que deveria vir, mas de forma lenta e demorada e não em “saltos mortais”. Além de se opor às escolas noturnas para “todas as mulheres de Jerusalém”,<sup>24</sup> posicionou-se contra a criação de “grande número” destas, inclusive

---

<sup>22</sup> Documento pertencente ao Fundo Chefatura de Polícia, Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC. Livros: 355, 382, 383, 384, 444.

<sup>23</sup> Cearense, 31 de agosto de 1879, Ceará – Assembleia Legislativa Provincial, n. 94, p. 2 e 3.

<sup>24</sup> Cearense, 31 de agosto de 1879, Ceará – Assembleia Legislativa Provincial, n. 94, p. 2 e 3.

em cidades do interior da Província, sob a justificativa de deficiência dos cofres públicos e de que o presidente havia suprimido várias escolas primárias cuja frequência contava com menos de 20 alunos. Para este deputado, com as aulas noturnas, dever-se-ia proceder do mesmo modo.

O Sr. Paiva: – Meus senhores, entre nós quer-se muita cousa, muito progresso, mas tudo às expensas do governo. No entretanto nos Estados Unidos as escolas primárias são sustentadas pelo povo. Se o nobre deputado quisesse aqui estabelecer escolas noturnas por iniciativa particular havia de moderar o seu entusiasmo, mas eu estaria pronto a adotá-la. E qual o resultado de uma escola noturna que se estabeleceu aqui?  
O Sr. João Lopes: – Foi suprimida por uma lei provincial. Sr. Paiva: – Se a escola foi suprimida pela assembleia esta procedeu com critério como diz o nobre deputado. Se suprimiu é porque que ela era inútil, que não era frequentada, como se verificou e, o nobre deputado não sabe que ela não era frequentada. O Sr. João Lopes: – Não sei disso. O Sr. Paiva: – Pois ignora o que é tão notório.<sup>25</sup>

Era inadmissível, para Brito Paiva, que todo o “progresso” fosse garantido às expensas do governo. Tomando os Estados Unidos como referência, informou que as escolas primárias nesse país eram sustentadas pelo “povo”. Apesar de outros deputados defenderem a criação de escolas noturnas tanto na capital quanto em outras localidades da Província, para aquele sujeito, deveriam ser criadas somente duas escolas noturnas do sexo masculino, ambas localizadas na capital.<sup>26</sup>

Nas discussões da Assembleia Legislativa sobre a criação de escolas noturnas, não faltou quem se colocasse contra a instrução noturna para as mulheres ou mesmo quem defendesse a criação de poucos cursos noturnos, dando preferência sempre à instalação na capital. Embora a instrução tenha sido o remédio constantemente chamado a civilizar, sobretudo a população pobre, reconhecia-se que se deveria mais educar com os princípios da religião que lhes ensinar uma soma de saberes que seriam, inclusive, fundamentais à vida adulta e à profissional, ainda que, entre os mais pobres, o exercício do trabalho já começasse desde cedo. Essa moralização, passaria pelo encharcamento, no povo,<sup>27</sup> “de piedosas leituras, para que sua

<sup>25</sup> Cearense, 31 de agosto de 1879, Ceará – Assembleia Legislativa Provincial, n. 94, p. 2 e 3.

<sup>26</sup> Cearense, 31 de agosto de 1879, Ceará – Assembleia Legislativa Provincial, n. 94, p. 3, 3 col.

<sup>27</sup> Nesta investigação, recorreremos também ao termo “povo” para nos referir às camadas pobres. Os estudos de Amaral Lapa assinalam esse nível semântico como sendo o conjunto dos pobres. Para esse autor, “ser do povo era e é ser pobre, tanto no século XIX quanto no XX” (Lapa, 2008, p. 32). Com relação a essa designação, seguimos também as reflexões de Nelson Werneck Sodré e Michelle Perrot. Segundo (Sodré, 2019, p. 43), “para se definir o conteúdo do conceito de povo é preciso encará-lo segundo uma situação histórica determinada e segundo as condições concretas de cada caso, tomando como base a divisão da sociedade em classes”. Já Michelle Perrot, ao falar sobre “os usos sociais da cidade” e os níveis de classe, afirma que “as mulheres burguesas têm um modo de circulação muito mais precocemente rígido”, diferentemente das “mulheres do povo”, pois “a maioria das tarefas implica deslocamentos” (Perrot, 2020, p. 230). Diz também: “a mulher do povo se mantém muito presente na cidade do século XIX” (Perrot, 2020, p. 235); ou ainda: “não é bom instruir o povo, mas é preciso adaptá-lo às normas da sociedade industrial nascente: ordem, trabalho, sentido do tempo, poupança, respeito à propriedade” (PERROT, 2020, p. 284).

sede fosse aplacada e seus instintos ardentes apaziguados”,<sup>28</sup> pois “a cultura das classes operosas deveria ser moralizada”.<sup>29</sup>

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pelo intenso debate político sobre os rumos que se queria para a instrução pública. Nos periódicos que circulavam no Ceará, a educação, mais especificamente o ensino público primário, ganhava foro de assunto da ordem do dia. As discussões sobre o combate à ignorância, tendo a instrução popular como mecanismo impulsionador do progresso são constantemente reiteradas tanto na imprensa representativa das ideias liberais, como é o caso do “Cearense”, da “Gazeta do Norte”, quanto na que arvorava a bandeira do conservadorismo católico, como a “Tribuna Católica”. Seus articulistas encabeçaram debates apresentando os ideais defendidos para a resolução do atraso moral, intelectual e material que julgavam presentes na Província, provenientes, segundo se pensava, da falta de instrução e do sentimento religioso entre as camadas pobres da população.

Embora o “Fraternidade” “defendesse as bandeiras da liberdade de consciência e religiosa, buscando nos ideais liberais e iluministas apoio para sua intervenção no espaço político-social”,<sup>30</sup> seus articulistas estavam empenhados na defesa da regeneração dos costumes por meio da educação e exaltavam a importância da religião para a manutenção da ordem, disciplina e regeneração social. A proposta de educação defendida por seus redatores se fundamentava na necessidade de instrução para as camadas pobres como medida de correção, tendo os princípios religiosos e a própria atuação da Igreja como uma instituição propugnadora de bons hábitos e de prevenção contra o crime. Esses pressupostos também foram compartilhados pelo “Cearense”, que veiculou em suas páginas a necessidade de uma reforma penitenciária “mais consentânea ao fim cristão e humanitário do castigo e correção social”, “destacando a importância da instrução moral e religiosa, assim como a instrução profissional como meios fundamentais de correção”.<sup>31</sup>

A questão da formação moral apareceu em todos os projetos de reforma da instrução pública que tinham como foco o município da Corte. Entre 1870 e 1886, foram apresentados sete projetos que propunham reformas na Instrução Pública. Foram eles: Projeto de Paulino José Soares de Souza (1870); o de Antônio Cândido Cunha Leitão (1873); de João Alfredo Corrêa de Oliveira (1874); o Decreto n. 7.247 de Leôncio de Carvalho (1879); os

<sup>28</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 76.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> MORAIS, Cleidiane da Silva. De antídoto da desordem a obstáculo do progresso: ensino moral e religioso na Instrução Pública Primária do Ceará Imperial (1874-1890). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2017, p. 53.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 65.

Pareces/Projeto de Rui Barbosa (1882-1883); o de Almeida de Oliveira (1882) e o de Barão de Mamoré (1886). O relatório do ministro do Império, Paulino José Soares de Souza, “do Partido Conservador, que assumiu o Ministério do Império em 16 de julho de 1868 no governo do Visconde de Itaboraí, apresentado à Assembleia Legislativa em maio de 1870”,<sup>32</sup> e o parecer de Rui Barbosa de 1883 acerca da reforma do Ensino Primário ressaltam a instrução primária como via para moralização do povo. No Ceará, o Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881 estabelecia que “nos cursos noturnos de adultos anexos às escolas públicas estudar-se-á a Constituição Política do Império e o Código Criminal, cujas principais disposições deverão ser decoradas”.<sup>33</sup>

Ao lado da instrução moral e religiosa, a crença no poder da ciência, da razão e da verdade, visão presente nos quadros do iluminismo, marcou a atuação desses homens de letras, pertencentes aos círculos políticos e intelectuais, na segunda metade do XIX.<sup>34</sup> A criação da Escola Popular pela Academia Francesa, agremiação que representou as ideias científicas, evolucionistas e positivistas na Província, espaço que reuniu inúmeros intelectuais maçons, muitos dos quais colaboradores do “Fraternidade”, “pôs em evidência esta tarefa educativa da ciência, do conhecimento verdadeiro que tem, dentre suas obrigações, aquela de encaminhar os espíritos para uma diretriz de progresso”.<sup>35</sup> Para Rocha Lima, membro da referida agremiação, “a ciência merece o culto de todos; em seu templo não se exigem os holocaustos do sangue, nem os altares da credulidade venal e timorata. Ela dar-nos a verdade, e, por adoração, basta realizá-la em nossos atos”.<sup>36</sup>

Nesse momento, reconhecia-se a ciência como o conhecimento que melhor representava o sentido do progresso e da sociedade dita civilizada.<sup>37</sup> Suas verdades podiam ser aproveitadas “pela indústria, pelo trabalho, na manutenção da saúde, no exercício das obrigações políticas e sociais, bem como na constituição da vida ética”.<sup>38</sup> A exaltação do método “intuitivo”, pautado

<sup>32</sup> CALVI, Lourdes Margareth e MACHADO, Maria Cristina Gomes. Paulino de Souza: a instrução pública como elemento moralizador. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis10/art6\\_10.html](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis10/art6_10.html)

<sup>33</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Seção II, Do ensino primário em geral, Art. 43, p. 49, V. 3. In: VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira). Neste documentado, não é informado se nos cursos noturnos seriam ensinadas as mesmas matérias que compreendia o ensino primário ministrado nas horas do dia, somente informa sobre a Constituição e o Código Criminal.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, Almir Leal. **Saber e poder – o pensamento social cearense no final do século XIX**. Mestrado em História, PUC-SP, 1998, p. 96.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>36</sup> BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 1948, p. 96.

<sup>37</sup> MORMUL, Najla Mehanna; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa e a educação brasileira: métodos e programas. In: **Série-Estudos**, Campo Grande/MS, n. 32, p. 261-277, jul/dez 2011, p. 272.

<sup>38</sup> MORMUL, Najla Mehanna; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa e a educação brasileira: métodos e programas. In: **Série-Estudos**, Campo Grande/MS, n. 32, p. 261-277, jul/dez 2011, p. 272.

pela construção do conhecimento por meio da observação e do aguçamento dos sentidos,<sup>39</sup> e a ampliação do programa escolar primário, presente no Parecer de Rui Barbosa, com a introdução de novas disciplinas como a Instrução Moral e Cívica, a Educação Física, o Desenho e as Ciências Naturais, estavam associadas, naquele momento, à compreensão vigente que tomava a instrução primária como melhor via para a formação de sujeitos preparados para as exigências do trabalho. Havia uma preocupação de situar a instrução de nível primário no interior de uma estrutura de ensino simultaneamente “útil” e “científica”,<sup>40</sup> questão compartilhada inclusive por Antônio de Almeida Oliveira – presidente da Província de Santa Catarina (1879-1880), deputado geral pelo Maranhão (1882) e autor da célebre obra “O ensino público”, publicada em 1873<sup>41</sup> – quando diz que a instrução deve “abranger estudos, cuja utilidade o homem pode sentir durante toda a vida”.<sup>42</sup> O cultivo da memória, ainda segundo Almeida Oliveira, não deve se dar “em prejuízo das faculdades do espírito, que são mais ativas e mais fecundas, e nem ensinar à criança o que ela não compreende intuitivamente”.<sup>43</sup> A formação para o trabalho e “vida ativa”, quando veiculada de forma mais incisiva nos discursos da elite ilustrada, especialmente com a emergência do trabalho livre, não deixava de lado a tônica da moral e dos preceitos religiosos, ao contrário, a lógica instrutiva é reformulada sob a égide da religião.

Nesse momento, as elites intelectuais começavam a imprimir em suas ações o entendimento de que aqueles tempos insinuavam a tomada de consciência frente a velhos problemas como o analfabetismo, que alcançava índices elevados, e a preparação para o trabalho, inserindo o sujeito na ordem capitalista que se construía. Personalidades como Abílio Cesar Borges, educador, pedagogo e autor de livros utilizados na instrução pública do Ceará, defendia que “é facto incontroverso que em todos os gêneros de indústria os operários mais hábeis são aqueles, cuja inteligência tem sido nutrida e desenvolvida pela instrução; o espírito guia a mão”.<sup>44</sup> Essa proposta de educação, pautada no modelo econômico liberal e preconizado pelo desenvolvimento capitalista, parecia excluir as camadas pobres, quando a estas lhes são designadas, em maior grau, uma formação mais voltada para o trabalho ou o serviço militar.

<sup>39</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. In: **Cadernos Cedex**, ano XX, n. 51, novembro/2000, p. 12.

<sup>40</sup> PAULILO, André Luiz. Projeto político e sistematização do ensino público brasileiro no século XIX. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 467-496, maio/ago. 2004, p. 479.

<sup>41</sup> Para mais informações, acessar o site: [https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1299-Antonio\\_de\\_Almeida\\_Oliveira](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1299-Antonio_de_Almeida_Oliveira)

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 52.

<sup>43</sup> *Ibidem*.

<sup>44</sup> BORGES, Abílio Cesar. Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, parte: Introdução da primeira edição, p. XVII.



Para a “Tribuna Católica”, as “classes populares” deveriam ser preparadas para o regime do trabalho: “e todos devem se aplicar a política, porque a isto foi que os destinou a Providência, e não ao trabalho? A direção da sociedade pertence a todos, e não aos poucos a quem Deus para isto deu a sabedoria?!”,<sup>45</sup> indagavam os seus articulistas. Era fundamental levar as luzes às camadas desafortunadas, porém, sem fazer com que despertassem o fervor pela liberdade e independência.

O “Cearense”, jornal que atendia aos interesses do Partido Liberal, não tardou em direcionar críticas à “Tribuna Católica” por condenar a instrução popular. Identificando essa folha como defensora da ignorância e do obscurantismo, no dia 15 de fevereiro de 1872, atacou a posição do jornal discordando da seguinte proposição: “o filho do pobre não ande na escola com o filho do rico, para não se presumir igual e aspirar algum emprego do estado, nem se ingerir na política; porque isto pertence ao rico; como os parias do Hindus devem ir ao trabalho material, para que os destinou a Providência”.<sup>46</sup> Para o “Cearense”, os indivíduos de diferentes posições sociais e econômicas poderiam receber uma formação direcionada a ocupar os mesmos lugares na esfera social. Aqui, a ideia de igualdade entre os sujeitos perante a lei e a garantia dos direitos faz parte dos discursos das posições liberais, o que, na prática, não garantia uma distribuição igual da cultura, pois eram levados em conta os aspectos das condições sociais e o próprio papel que cada um exercia na sociedade.<sup>47</sup>

O século XIX, portanto, foi palco de transformações econômicas, políticas e sociais em nível internacional. As forças produtivas e o mercado mundial foram abalados pelo desenvolvimento da grande indústria na Europa.<sup>48</sup> Para Maria Cristina Gomes Machado, a instrução pública estava inserida nas principais mudanças ocorridas globalmente na sociedade burguesa, como “a reorganização do capital e as mudanças que determinou nas formas de trabalho”<sup>49</sup> e as pressões por mudanças sociais vindas das camadas descontentes, em sua maioria, trabalhadores desempregados, como se pode perceber nos movimentos revolucionários na França em 1848 e na Comuna de Paris.<sup>50</sup> No Brasil, o debate a respeito da instrução gratuita

<sup>45</sup> Tribuna Católica, 3 de março de 1872, Seção Tribuna Católica, n. 25, p. 1, 2 col.

<sup>46</sup> Cearense, 15 de fevereiro de 1872, n. 13, Seção Cearense, p. 1 (capa), 2 col.

<sup>47</sup> REMOND, René. **O século XIX 1815-1914**: Introdução a história de nosso tempo 2. Trad. Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Editora Cultrix, 1997. p. 44.

<sup>48</sup> MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 91.

<sup>49</sup> Os projetos de reforma da escola pública no Brasil propostos entre 1870 e 1886: a ênfase na formação moral do cidadão. Disponível em:

<sup>50</sup> CALVI, Lourdes Margareth; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Paulino de Souza: a instrução pública como elemento moralizador. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis10/art6\\_10.html](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis10/art6_10.html)

e obrigatória se deu no contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e do “questionamento do regime político, como consequência do movimento geral da sociedade burguesa”.<sup>51</sup> Com uma economia essencialmente agrária baseada no latifúndio e na monocultura, para as autoridades responsáveis pelo ensino público, com as transformações em curso, especialmente pelo crescimento dos debates em torno da mudança do regime político e da necessidade de mão de obra livre, fazia-se necessário criar uma escola voltada para a formação de indivíduos adequados às exigências que caracterizavam a estrutura social e econômica do país. Assim, o discurso sobre educação popular, no Brasil Império, “foi produzido no processo de universalização das relações que regiam o capital no século XIX”.<sup>52</sup> As tentativas de ampliação da instrução pública primária buscavam atender à necessidade de adequar os indivíduos a tais mudanças, o que se dava em nível internacional, e também deste lado do Atlântico.

Os projetos de reforma da instrução pública no município da Corte, mencionados em parágrafos anteriores, tinham em comum a defesa da ampliação da oferta do ensino primário. Embora não tivessem como foco a instrução primária nas províncias do Império, os Regulamentos da Instrução Pública do Ceará de 1881 e de 1905<sup>53</sup> apresentaram várias influências e referenciais estabelecidos nessas propostas, como a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário para os meninos de 7 a 14 anos e para as meninas de 6 a 12 anos,<sup>54</sup> as multas impostas àqueles que “depois de haverem matriculado seus filhos, tutelados ou protegidos, os ausentarem da escola por dois meses consecutivos, sem participarem ao inspector da paróquia o motivo da ausência”<sup>55</sup> e as caixas escolares cuja finalidade era “animar e facilitar a frequência das escolas, e socorrer os alunos indigentes”,<sup>56</sup> assuntos que também surgem no Parecer acerca

---

<sup>51</sup> CALVI, Lourdes Margareth; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Paulino de Souza: a instrução pública como elemento moralizador. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis10/art6\\_10.html](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis10/art6_10.html)

<sup>52</sup> *Ibidem*.

<sup>53</sup> CEARÁ. Regulamento da Instrução Pública de 1905, Capítulo XIV, Do ensino obrigatório, Art. 110, V. 3. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

<sup>54</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Seção III, Do ensino obrigatório, Art. 44, p. 49, V. 3. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

<sup>55</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Seção III, Do ensino obrigatório, Art. 52, p. 49, V. 3. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

<sup>56</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Seção II, Das caixas escolares, Art. 107 e 108, p. 55, V. 3. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

da reforma do Ensino Primário produzido em 1883 por Rui Barbosa, no Decreto de Leôncio de Carvalho<sup>57</sup> (1879), no de Paulino José Soares de Souza (1870) e na pauta de discussão de figuras célebres do cenário educacional,<sup>58</sup> como Liberato Barroso<sup>59</sup> e Antônio de Almeida Oliveira,<sup>60</sup> autores de “A instrução pública no Brasil” (1867) e “O ensino público” (1873), obras que são referências nos estudos sobre instrução no período imperial.

Quanto às soluções para o problema da evasão e baixa frequência escolar, questão incessantemente discutida em toda a segunda metade do XIX, Almeida Oliveira orientava para o fornecimento de livros, roupas, papel e penas para os alunos pobres, despesa das quais segundo Oliveira, o Estado não podia fugir;<sup>61</sup> para a garantia de escolas noturnas e “alteração no horário das aulas, suprimindo uma de suas sessões diárias”,<sup>62</sup> como meios para se conciliar “o direito do menino com o do pai de família”, ou seja, instrução e trabalho. A preservação de “escola ambulante” e de “liberdade de ensino” para atender aos alunos que residissem em lugares fora das cidades, vilas e centros de população<sup>63</sup> também fez parte do rol de iniciativas postas como vias para correção dos problemas da instrução pública. O ensino livre representava os ideais da política liberal. O estímulo ao comércio da educação esteve presente nas propostas de vários políticos e homens do universo letrado. Para Liberato Barroso, “o desenvolvimento do ensino livre limita[va] a necessidade do ensino oficial, e traz[ia] economia para o Estado”.<sup>64</sup> Do mesmo modo, para Almeida Oliveira, constituía um “poderoso corretivo” para as insuficiências do ensino público<sup>65</sup> e “uma fonte de economia para o Estado”.<sup>66</sup>

Nesses projetos, observa-se “o elo fundamental entre a educação das classes populares e a diferenciação social”.<sup>67</sup> Para essa parte da população, a instrução constituía uma dimensão para se moralizar e conformar o espírito. Questão que pode ser vista no Parecer de Rui Barbosa

<sup>57</sup> Ministro dos Negócios do Império.

<sup>58</sup> Liberato Barroso e Antônio de Almeida Oliveira defenderam o ensino primário gratuito e obrigatório, a liberdade de ensino e a secularização dos programas escolares. Para mais informações ver: BARROSO, J. L. **A instrução pública no Brasil**. Organização: Elomar Tambara e Eduardo Arriada. Pelotas: Seiva, 2005, p. 5, 9, 14; OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 88, 89, 108.

<sup>59</sup> Deputado provincial do Ceará (1858-1861), deputado geral (1864 e 1878), ministro do Império (1864) e conselheiro do Imperador. Fonte: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/1080/biografia>

<sup>60</sup> Foi presidente da província do Rio Grande do Sul e deputado geral pelo Maranhão. Fonte: [https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1299-Antonio\\_de\\_Almeida\\_Oliveira](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1299-Antonio_de_Almeida_Oliveira)

<sup>61</sup> OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 78.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>64</sup> BARROSO, J. L. **A instrução pública no Brasil**. Organização: Elomar Tambara e Eduardo Arriada. Pelotas: Seiva, 2005, p. 10.

<sup>65</sup> OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 89.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> PAULILO, André Luiz. Projeto político e sistematização do ensino público brasileiro no século XIX. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 467-496, maio/ago. 2004, p. 486.

quando indaga: “tereis educado [...] as partes menos afortunadas e mais duramente laboriosas da nação, se não lhes incutirdes, pela evidência das leis naturais, a convicção do caráter providencial das desigualdades, em que a riqueza divide os homens ainda nos Estados mais felizes?”.<sup>68</sup> Buscando atender às necessidades e demandas do Estado Liberal, esses pressupostos estavam assentados nos princípios e fundamentos da religião cristã católica aliada aos pressupostos do capitalismo, especialmente a questão da transformação da moral e ordenamento social por meio do trabalho e do sentimento religioso. Para as camadas reconhecidamente passíveis de maior preocupação, como costumeiramente afirmavam com relação aos “desvalidos”, destinavam-se as casas de educandos e artífices e os asilos de órfãos,<sup>69</sup> como defendia Liberato Barroso.<sup>70</sup>

À instrução primária, restava o dever de produzir uma disciplina aliada aos aspectos da formação da moral religiosa. É perceptível que, “à medida que se vai descendo os diversos níveis de escolarização”,<sup>71</sup> é para a instrução como saber moralizante que converge a maioria das propostas educacionais. Nas últimas décadas do século XIX, o programa escolar da instrução primária era dominado “pela imposição de normas de obediência e estavam sempre em trânsito entre a aquisição de algum conhecimento e a exigência de um comportamento”.<sup>72</sup> No Ceará, a proposta de educação para as escolas noturnas estabelecia a memorização de artigos da Constituição e do Código Criminal,<sup>73</sup> como já dito em parágrafos anteriores.

Aqui, reside uma questão fundamental: a difusão da instrução garantiria “o acesso à leitura e, conseqüentemente, a uma consciente e mais esclarecida integração na sociedade, mas não significaria, no entanto, que o alfabetado tivesse imediato acesso à cultura letrada”.<sup>74</sup> As camadas pobres dominavam, muitas vezes, apenas os rudimentos de leitura, sendo difícil chegar ao uso desta para além do “poder de decifrar um único livro e mobilizar com utilidade ou por

<sup>68</sup> BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino secundário e superior**. Obras completas. Vol. X, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, p. 361.

<sup>69</sup> OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 181.

<sup>70</sup> BARROSO, J. L. **A instrução pública no Brasil**. Organização: Elomar Tambara e Eduardo Arriada. Pelotas: Seiva, 2005, introdução, p. XXII; BARROSO, J. L. **A instrução pública no Brasil**. Organização: Elomar Tambara e Eduardo Arriada. Pelotas: Seiva, 2005, introdução, p. XXXIII.

<sup>71</sup> PAULILO, André Luiz. Projeto político e sistematização do ensino público brasileiro no século XIX. *In: Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, p. 467-496, maio/ago. 2004, p. 488.

<sup>72</sup> HENRIQUES, Antónios. A instrução pública nas constituintes brasileira e portuguesa (1820-1823): uma reafirmação das possibilidades de ser. *In: Revista Brasileira de Educação*, v. 27, Jul-Set de 2022.

<sup>73</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Seção II, Do ensino primário em geral, Art. 43, p. 49, V. 3. *In: VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

<sup>74</sup> RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. **Livros e leituras no século XIX**. Separata da Revista de História das ideias, vol. 20. Faculdade de Letras, Coimbra, 1999, p. 190.

prazer as múltiplas riquezas da cultura escrita”.<sup>75</sup> Na maioria das vezes, as relações entre instrução e profissão, assim como alfabetização e difusão das letras, para a população pobre, pendiam muito mais para o conhecimento das normas, das leis religiosas e civis, do que para o domínio da leitura, ultrapassando a compreensão do código. Suas possibilidades de chegar ao uso da escrita e da leitura eram bem menores do que as dos que dispunham de preceptores particulares ou que estavam nos colégios regidos pelas ordens religiosas, ou mesmo os que conseguiam se manter o ano inteiro nas aulas da instrução pública. Assim, para as camadas pobres, o acesso à instrução e, conseqüentemente, à leitura, ainda que, de forma mais consciente, demonstrando uma nova compreensão dessa realidade e ainda que transgredindo a lógica que considerava constantemente os pobres como sujeitos pouco afeitos às letras e aos livros, não significaria uma completa “integração na sociedade”. Nesse movimento, ora a instrução é inserida nas necessidades mais imediatas, ora é posta em segundo plano pela necessidade maior de trabalhar, mas sempre em um lugar de destaque nas suas reivindicações junto às autoridades educacionais.

No final da década de 1880, as crianças pobres sequer tinham livros para se instruírem. Permanecia inconstante, na época, o seu fornecimento aos alunos do ensino primário, cuja ignorância deveria ser aplacada, mesmo no alvorecer do início da República, em que o livro escolar cumprirá o dever de construir o homem novo para os novos tempos advindos. Esse era o projeto de instrução pública primária naquela época.

\*\*\*

Certamente, já conseguimos convencer o leitor de que, ao analisar os documentos que dizem sobre um projeto de instrução para a Corte e para o Ceará, o historiador precisa proceder com cuidado e estar atento às armadilhas que, por vezes, insistimos em cair. Nesse caso, é necessário evitar avaliações apressadas e precipitadas, especialmente porque não temos a intenção, como diz Robert Darnton, de chegar “à conclusões definitivas e nítidas à maneira de uma pesquisa positivista”.<sup>76</sup> Pretendemos reconstruir a história das condições materiais do ensino público primário do Ceará Imperial e a busca das camadas desafortunadas por instrução,

---

<sup>75</sup> CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações, Coleção Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 151.

<sup>76</sup> DARNTON, Robert. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 9.

compreendendo toda a complexidade que envolve as relações de dependência, solidariedade e ajuda mútua que faziam parte de suas experiências cotidianas.

A leitura das correspondências da Instrução Pública, mas especificamente dos ofícios enviados pelos professores primários e dos relatórios produzidos pelos inspetores ao visitar as aulas, logo nos desaponta e desilude com relação a determinados assuntos atinentes ao universo educacional discutidos pelas elites políticas e letrados nas Assembleias Provinciais e na própria instrução pública, qual seja o de que moviam todos os esforços para fazer desenvolver o ensino público primário na Província. Nessa documentação, existe uma abundância de indícios que provam justamente o contrário daquilo que esses sujeitos apregoavam. A reconstrução que fazemos da história das condições materiais da Instrução Pública Primária e da busca das camadas pobres por garantir instrução é um tanto menos otimista do que os balanços apresentados pela elite da época.

As correspondências da Instrução Pública, quando tratam das escolas primárias, revelam um quadro nada animador. A carência material e os escassos haveres das escolas parecem ocupar em toda a extensão dos assuntos educacionais lugar de destaque. Nesse ponto, algumas indagações se tornam fundamentais: como incorporar o compêndio escolar à ordem do progresso material e moral se a maioria das aulas primárias vivia em uma penúria de livros? Como associar o progresso às luzes e às letras se a instrução destinada à maioria da população é associada mais à moral e à construção da disciplina? Como relacionar a conquista da modernização ao saber ler e escrever se a maioria dos que frequentavam as aulas públicas primárias dominavam apenas minimamente esses saberes?

A tão afamada “civilização”, que tentavam erguer sem a presença das camadas pobres, pelo menos era o que pareciam desejar as classes mais abastadas, esquecia que com esses sujeitos se tinha uma dívida, dado que era essa parte da população o sustentáculo, pela força de trabalho, das tentativas de melhorias urbanas e econômicas para a Província. O universo de penúria e carência material da instrução pública e as altas taxas de analfabetismo contrastavam com essa visão baseada no “progresso” e na “civilização” que a historiografia sobre o Ceará apresentou durante muito tempo. Pensava-se o progresso material e moral da Província associado à instrução, porém, os sujeitos a quem se destinava essa instrução eram rejeitados por essa mesma “civilização”.

A partir disso, podemos refletir sobre as seguintes problemáticas: como fazer com que a maioria da população na Província, destituída dos mínimos haveres para garantia da sobrevivência, que chegava aos vinte anos sem ter concluído o ensino primário, tendo que trabalhar desde tenra idade para garantia do sustento familiar, concebesse a instrução pública

como meio de construção do progresso material e moral? Como manter essa população na disciplina e obediência sem que questionasse as estruturas da sociedade oitocentista que justificavam a pobreza mais pela ordem do caráter, dos vícios e comportamentos, do que pelo constante empobrecimento, da manutenção dos privilégios a alguns poucos, das incertezas de trabalho, das atividades informais, enfim, de um Estado que lhes tirava inclusive a esperança de um dia melhorarem suas condições financeiras e sociais depois de uma vida inteira de labor difícil? Como fazê-los aceitar que o orçamento voltado para a garantia da instrução aos que dependiam dos cofres provinciais para frequentarem o ensino primário era sempre diminuto, justificado pelo mau estado das finanças da Província, quando figuras eminentes da estrutura dirigente chegavam a afirmar que havia orçamento para a compra de livros escolares, porém o fornecimento não era realizado? Diante dessas questões, passamos a um ponto primordial para esta investigação, o apetite de instrução.

\*\*\*

As correspondências da Instrução Pública testemunham um universo de precariedade material das aulas primárias, um verdadeiro estado de privação das camadas pobres que tinham a garantia das condições necessárias à matrícula e permanência no ensino público pouco asseguradas na legislação educacional, bem como na prática cotidiana escolar. Porém, também demonstram todo um universo de reivindicações e solidariedade que o povo construiu em favor daqueles que desejavam se ver ao menos com o aprendizado do ensino elementar. As práticas de solidariedade e de empréstimo de materiais, ou mesmo a reunião dos esforços para garantirem o aluguel de uma casa para servir de escola, constituem as formas de reivindicação que, no mais das vezes, representam ações que visavam pressionar as autoridades públicas a logo fornecerem soluções para os problemas da instrução pública.

Pouco são os casos de aulas custeadas pelos mais abastados. Eram os pobres, agricultores de pequena lavoura, trabalhadores que não possuíam a propriedade da terra, pequenos arrendatários e pequenos proprietários (quando as fontes diziam que se retiravam para seus sítios) e artistas os que faziam todo o esforço para subsidiá-las. Os professores contavam com a ajuda e o apoio da população local para garantir a abertura e funcionamento, ainda que de forma irregular, ou por certo tempo, das aulas primárias. Esses mestres levavam suas vidas em um “espaço duplamente marginal”,<sup>77</sup> entre suas atividades na instrução primária e no

---

<sup>77</sup> DARNTON, Robert. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 27.

comércio, entre um vencimento que atrasava e os ganhos mais rápidos com os negócios que exerciam. Sua existência, cheia de dificuldades materiais, era partilhada com a população local onde as aulas funcionavam.

As camadas subalternas não eram alheias à importância da instrução, como diziam as elites políticas e ilustradas. Elas tanto sabiam de sua importância que lutavam por seu direito de acessá-la, com as possibilidades e condições que possuíam. Das reivindicações por meio da palavra, seja no ato da visita de inspetores, seja através de petições, pais e professores passavam à ação e utilizaram o que estava ao seu alcance para conseguir o mínimo de instrução, ações inclusive que iam da solidariedade à camaradagem.

São esses sujeitos que procuramos fazer de companhia durante boa parte desta investigação. Nos abaixo-assinados e petições de autoria das camadas desafortunadas, buscamos perseguir seu cotidiano, na tentativa de obter informações quanto a seus ofícios e ocupações, idade e grau de instrução. O objetivo é perseguir os “rostos na multidão”,<sup>78</sup> como dito por George Rudé, a fim de reunir indícios quanto a suas ações frente ao acesso à instrução de nível primário. É nesse sentido que as camadas pobres e empobrecidas surgem “não como uma fórmula abstrata, mas como um fenômeno histórico vivo e multifacetado”.<sup>79</sup>

Parece que quanto mais se viam em apuros, com dificuldades, ou quanto mais se criavam embaraços e restrições ao seu acesso e permanência na instrução, mais esses sujeitos reivindicavam a volta de aulas fechadas por ausência de materiais ou mesmo pela frequência irregular dos alunos, ocasionada por questões que fugiam estritamente às suas responsabilidades. Foi em meio às dificuldades que as famílias reafirmaram os seus “direitos” perante as autoridades educacionais. Foi na resistência que se dava de forma cotidiana que laços de solidariedade se desenvolveram e se reforçaram.

Quando levavam bancos e materiais para as aulas, criavam um mundo para si, um mundo diferente daquele articulado pelas elites da estrutura política e administrativa, que, em muitos momentos, pareciam desejar que prosseguisse a falta de instrução. Um mundo que não era tão somente reflexo de suas condições de pobreza material, mas que era carregado de sentidos que contradiziam o discurso da falta de apreço e gosto pelo ensino. A leitura das correspondências revela “o mundo que desejavam criar dentro dos limites que lhes eram impostos”.<sup>80</sup> Naquele momento em que o discurso civilizador toma a educação como via para

<sup>78</sup> RUDÉ, George. **A multidão na história**. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 9 e 12.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>80</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 99.



construção do progresso material e moral, os pais e professores vão tentar angariar novas “noções de direito”, de luta e resistência.

A instrução pública propiciou, entre os mais pobres, não apenas um nexo das questões socioeconômicas, mais especificamente da vivência daquilo que tinham em comum: as dificuldades para garantir a frequência dos filhos às aulas, mas também um encadeamento cultural e social, na medida em que a troca de informações, de denúncias, de conflitos e de boatos, movimentou as relações desses sujeitos. A instrução, portanto, constituía o elemento unificador das reivindicações dos pais de família e da própria comunidade local. Nesse sentido, a história que queremos contar não é tão somente a das condições materiais da Instrução Pública, mas a das ações dos homens e das mulheres pertencentes às camadas pobres e empobrecidas para garantir instrução oficial e dos motivos que os levaram a querer modificar a situação de carência material em que se encontrava essa parte do ensino. O que nos interessa, portanto, é o modo como esses sujeitos interagem nessa rede de ajuda mútua e solidariedade, como agem e transformam suas experiências, dentro dos limites que lhes são impostos, para fazer valer seus interesses e ideais.

## **RECORTE TEMPORAL**

Embora o primeiro capítulo desta tese investigue o comércio de livros e materiais escolares em Fortaleza na segunda metade do século XIX, aqui não se propõe uma análise do período que marca o “boom” dessas mercadorias, os últimos anos do XIX e os primeiros do XX, mas o período anterior, momento caracterizado pela estruturação lenta, mas sempre crescente, dos mecanismos de produção, circulação e consumo do livro escolar e demais materiais voltados para a instrução. Ressalte-se que não visamos investigar como se deram as bases desse “boom”, mas as condições materiais do ensino público de nível primário e as ações das camadas pobres que buscavam garantir condições mínimas para frequentarem as aulas primárias, incluindo o esforço para adquirirem livros, seja por conta própria ou ainda recorrendo às autoridades educacionais, em um momento em que o comércio de livros escolares na Fortaleza oitocentista se desenvolvia com a instalação e o crescimento de livrarias, oficinas de encadernação, lojas de variedades e tipografias de jornais.

Para não cairmos em armadilhas e estabelecermos pontos de partida e de chegada arbitrários à própria questão central discutida nesta tese, não utilizamos parâmetros políticos para definir os períodos investigados. Esses eventos, como a passagem do Império para a

República, o Padroado e as relações entre o trono e o altar,<sup>81</sup> servirão como referenciais para tratarmos da questão central: as condições materiais do ensino público de nível primário e a luta das camadas pobres por instrução. Consideramos indispensável, nesse caso, uma periodização que leve em conta questões internas à instrução pública primária do Ceará. Assim, esta investigação é constituída de dois recortes: o primeiro é com relação ao tempo. Abrange, portanto, o período que vai de 1865, ano de produção do relatório sobre o movimento da instrução pública escrito por Juvenal Galeno, então Inspetor Literário de Fortaleza, a 1889, ano de elaboração do relatório de Virgílio Augusto de Moraes, Inspetor Geral da Instrução Pública à época, documentos indispensáveis à discussão aqui pretendida. Ressalte-se que esse período foi marcado por transformações culturais, urbanas e comerciais no mundo ocidental, entre elas a própria expansão da educação e a crescente alfabetização.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o comércio ganha maior vigor, especialmente pelo alcance de novas capacidades dos meios de transporte marítimo, como o aumento do número de navios a vapor e o crescimento de sua velocidade. O comércio direto com a Europa, por meio das rotas transatlânticas estabelecidas entre os portos de Liverpool, Havre e Lisboa, aumentou a circulação de pessoas e de mercadorias diversas que abasteciam livrarias e tipografias. O desenvolvimento urbano, com a construção de ferrovias, constituiu empreendimento igualmente fundamental à expansão do comércio de mercadorias entre as quais os impressos e demais materiais próprios à formação escolar. Além da criação da telegrafia elétrica, da introdução da prensa a vapor e da mecanização da fabricação de papel que beneficiaram as trocas e contatos entre as diferentes partes do globo,<sup>82</sup> o crescimento da produção de livros escolares nacionais e estrangeiros e de utensílios destinados ao ensino caminhou junto à própria expansão do ensino tanto público quanto particular, como também da instalação e expansão de espaços voltados à instrução, como os gabinetes de leitura, bibliotecas, Escolas Normais, aulas voltadas para o público adulto, como as escolas noturnas, e de várias instituições sob a direção da Igreja ou de membros da elite intelectual, destinadas à difusão da leitura e da instrução popular.

O segundo recorte diz respeito à dimensão socioeconômica. Fizemos, portanto, uma seleção no interior das camadas pobres e empobrecidas. Os atores sociais examinados nesta tese são os pobres na instrução pública, aqueles que dependiam do Governo da Província, em

---

<sup>81</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O Trono e o altar**: as vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978). Fortaleza, BNB, 1992.

<sup>82</sup> ABREU, Márcia; MOLLIER, Jean-Yves. Circulação transatlântica dos impressos – a globalização da cultura no século XIX. In: **Deslocamentos e mediações**: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). PONCIONI, Claudia; LEVIN, Orna (org.). São Paulo: Editora da Unicamp, 2018, p. 10.

dado momento, para garantir alguma instrução para si e seus filhos, e, em outros momentos, direcionaram constantemente esforços financeiros para os verem frequentar as aulas primárias, ainda que por apenas algum período.

## **APORTE TEÓRICO**

### **História Social**

A incursão no mundo dos sujeitos comuns, a dizer dos alunos, dos professores e da população local residente em povoados, vilas e cidades onde as aulas da instrução pública primária estavam situadas, não é tarefa fácil, na medida em que a própria documentação, no caso as correspondências da Instrução Pública, impõe alguns empecilhos. Nessas missivas, torna-se difícil fazer a história das classes populares a partir do olhar dos inspetores, diretores e presidente de Província. Em seus escritos, as camadas pobres são descritas a partir de um olhar carregado de estereótipos e preconceitos de toda ordem. Foi a partir dessa preocupação que algumas questões acompanharam esta investigação desde o início: como acessar as camadas pobres da instrução pública primária do Ceará oitocentista? Como chegar até essa parte da população se as principais fontes que tratam dos assuntos educacionais foram escritas pelos próprios funcionários da Instrução Pública?

Embora essa documentação traga, em maior grau, as visões e interesses das autoridades responsáveis pelo ensino público e sua tendência, na maioria das vezes, de diminuir o caráter de resistência e ação das camadas pobres, as contrariedades e tensões emergem quando nos deparamos com as correspondências escritas pelos professores primários e pela população cujos filhos se encontravam matriculados no ensino público. Por meio de ofícios e abaixo-assinados, inúmeros casos de resistência cotidiana individual e coletiva saltam aos olhos do pesquisador que se anima em ver que as coisas não se passaram como tão firmemente desejavam e afirmavam os funcionários da instrução. Um verdadeiro universo de precariedade material do espaço escolar não passou despercebido dos olhos dos mais pobres, que não tardaram em apresentar, ao longo de toda a segunda metade do XIX, suas demandas e reivindicações por melhorias no ensino, assim como a própria garantia da matrícula e permanência nas aulas primárias e nas escolas noturnas.

Nesta investigação, buscamos tomar as ações das camadas pobres como testemunhos pertencentes à sua própria história. Fugimos, portanto, de um modelo de observação e compreensão das relações e experiências sociais vistas de cima, com o qual se tenta esvaziar o

significado das suas ações, como se percebe nos vários documentos produzidos pelas elites da estrutura política e administrativa, embora saibamos ser fundamental tê-los em discussão. Contrariando os entendimentos que se centralizam nesse movimento vertical, que se tornam persuasivos e repleto de conclusões frágeis e apressadas, a ideia é trazer as ações dos professores primários e pais de família em seu cotidiano, em cujos documentos aparecem suas próprias vozes. Um movimento de ida e volta, entre os discursos das elites e as experiências históricas dos pobres. O objetivo é “decodificar as evidências”<sup>83</sup> e “virar de cabeça para baixo os conceitos brandos das autoridades dominantes para examinar o que tem a fundo”,<sup>84</sup> como reflete Edward Thompson. Não queremos cair na armadilha das autoridades da época, qual seja a de acreditar, como tentavam convencer inspetores, diretores e presidente de província, que a população pobre não tinha gosto e apetite pela instrução.

Esta tese foi construída sobre os fundamentos da História Social, pois parte-se do entendimento de que a compreensão dos fenômenos históricos se dá por meio da apreensão das experiências de homens e mulheres e das relações que estabelecem entre si, ou seja, como estes agem e pensam em determinadas condições e contingências, pois é nas experiências que os sujeitos definem e redefinem suas práticas, elaboram desvios, trocas e apropriações. Nesse sentido, a experiência é aqui compreendida, a partir dos estudos de Edward Thompson e Joan Scott, como realidades dinâmicas e dotadas de vida; e como contextos que constituem os próprios sujeitos, visto que, para Scott, “não são indivíduos que tem experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência”.<sup>85</sup> Os assuntos desta tese são tratados, portanto, sob o viés da História Social. A própria instrução pública, ou mesmo as relações estabelecidas entre a população para quem essas aulas primárias estavam voltadas e as autoridades que administravam e dirigiam o ensino público, são vistas como uma arena de constantes conflitos, como território de confrontação.

As contribuições de Edward Thompson vão no sentido de obter, do ponto de vista teórico e metodológico, o ensinamento necessário para não nos tornarmos “prisioneiros dos pressupostos e da autoimagem dos governantes”.<sup>86</sup> Na sua investigação, o motim é visto por esses sujeitos “como espontâneo e ‘cego’, e tipos importantes de protesto social ficam perdidos na categoria do ‘crime’”.<sup>87</sup> Do mesmo modo, compreendemos que desconsiderar a atuação das camadas pobres frente ao apetite por instrução e limitar-se a entender suas experiências apenas

---

<sup>83</sup> THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. *In: Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 68.

<sup>84</sup> *Ibidem*.

<sup>85</sup> SCOTT, J. W. A Invisibilidade da Experiência. *In: Projeto História*. N. 16. São Paulo: PUC, 1998, p. 304.

<sup>86</sup> THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. *In: Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 68.

<sup>87</sup> *Ibidem*.

dentro das relações de dependência e manipulação é, como reitera Frederico de Castro Neves, “esquecer a complexidade da cultura política”<sup>88</sup> dessas camadas e, ao mesmo tempo, “colocar-se ao lado dos que pretendem no círculo restrito dos ilustrados”<sup>89</sup> inserir as camadas desafortunadas apenas nos adjetivos de “nulidade intelectual”, indecência e violência. Nesta investigação, pretendemos, como dito por George Rudé ao inferir sobre a contribuição dos ingleses para o estudo da história, “revelar o passado vendo-o ‘por baixo’”.<sup>90</sup>

Por meio das correspondências da Instrução Pública, percorremos as diversas vilas e povoados na intenção de buscar os atores sociais em seus espaços não apenas de trabalho, como insistem os documentos em inserir as camadas menos letradas, mas nas diversas instâncias em que esses sujeitos atuaram, como a Instrução Pública. Fomos em busca de suas narrativas que revelam, como diz Emília Viotti, “as percepções e o modo como organizam suas experiências”.<sup>91</sup> Assim, seguimos em direção aos microcosmos da sociedade oitocentista, como os povoados distantes da capital do Ceará, as ditas vendas e salas de aulas mantidas e organizadas nas próprias casas dos professores primários. Nesse caso, partimos para enxergar mais de perto, sob o movimento dos “jogos de escala”,<sup>92</sup> o cotidiano e as atuações de histórias individuais, a partir de um ponto de vista mais micro. Nessa parte, ingressamos na História do Ceará, pelas “portas da exclusão”,<sup>93</sup> como diz Sandra Pesavento ao adentrar nos lugares onde os excluídos residiam e trabalhavam, no caso, nos becos da Porto Alegre do final do século XIX. Iremos resgatar “espaços, personagens e práticas de uma alteridade condenável e condenada”,<sup>94</sup> como a sala de aula de estrutura precária e insalubre, que funcionava, muitas vezes nas próprias casas dos professores, ou mesmo o movimento dos sujeitos pobres, seja nos pequenos comércios ou nos roçados.

Optamos por uma “história vista de baixo”, para seguir os passos de Natalie Zemon Davis,<sup>95</sup> Thompson, George Rudé, Eric Hobsbawm e Christopher Hill, que, ao escreverem sobre as experiências sociais da classe trabalhadora, suas ações e mobilizações, protesto popular

---

<sup>88</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2000, p. 250.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

<sup>90</sup> RUDÉ, George. **A multidão na história**. Rio de Janeiro: Campus, 1991, prefácio.

<sup>91</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue**: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 14.

<sup>92</sup> REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed FGV, 1998.

<sup>93</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 23.

<sup>94</sup> *Ibidem*.

<sup>95</sup> Embora com um viés cultural, as investigações de Natalie Zemon Davis também colaboraram no rol de leituras da “história vista de baixo” ao tratar da *menu peuple*, as pessoas comuns da cidade de Lyon no século XVI. Para mais informações ver: DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

e movimentos operários, trouxeram, como afirma Jim Sharpe, “as experiências de homens e mulheres cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história”.<sup>96</sup> Em seus estudos, Thompson buscou resgatar as experiências que formavam o “pobre tecelão de malhas e o meeiro ludita do ‘obsoleto’ tear manual [...] dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade”.<sup>97</sup> As aspirações desses sujeitos, nesse caso, “eram válidas nos termos de sua própria experiência”.<sup>98</sup> As experiências, portanto, não são processos mecânicos, elas dependem diretamente de ações dotadas de consciência. Já para Christopher Hill, “os homens e mulheres obscuros que apare[ciam] [em seu] livro, junto com alguns menos obscuros, fala[va]m mais diretamente a nós que Carlos I ou Pym ou o general Monk, que nos manuais figura[va]m como os autores da história”.<sup>99</sup>

Tomamos as correspondências da Instrução Pública como fontes indispensáveis à investigação que se pretende nesta tese. Por meio dessa documentação, é possível adentrar em um universo cheio de estratégias de pressão, de padrões de comportamentos, de autoavaliação, de sentimentos e de valores. Essas missivas permitem tirar os pobres do silenciamento e indagar acerca deste silêncio em que as classes abastadas insistiam em colocá-los quando se tratava de assuntos relativos à educação. Seguimos, portanto, as reflexões de Amaral Lapa quando diz que “uma das formas de resgate do homem pobre de seu anonimato, projetando-o no proscênio da história, é conhecer suas formas de pensamento, sua visão da sociedade e do sistema, seu relacionamento com o Estado e as instituições, seu nível de consciência social etc”.<sup>100</sup>

As investigações que estudam “as questões ligadas à rebelião e à revolta reconhecendo a plena capacidade dos sujeitos sociais na definição dos fins de suas próprias ações”,<sup>101</sup> como

---

<sup>96</sup> SHARPE, Jim. A história vinda de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. Novas Perspectivas. Tradução Magda Lopes. Editora Unesp, 1992, p. 41.

<sup>97</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, 1. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 14.

<sup>98</sup> Ibidem.

<sup>99</sup> HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça**: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 35.

<sup>100</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, p. 24.

<sup>101</sup> DE DECCA, Edgar S. Rebelião e revolução na História Social. In: Bresciani, M. Stella M. *et al.* (org.) **Jogos da Política**: Imagens, representações e práticas. São Paulo; Marco Zero/ANPUH, 1992, p. 23.

os trabalhos de Peter Linebaugh,<sup>102</sup> Edward Thompson,<sup>103</sup> George Rudé<sup>104</sup> e Christopher Hill<sup>105</sup> são igualmente fundamentais nesta tese. Uma reflexão sobre a historicidade das ações da “gente comum” diante da garantia de instrução oficial no Ceará oitocentista, especialmente as reivindicações por meio de abaixo-assinados, fez-nos chegar a uma questão postulada por esses trabalhos: “a dimensão revolucionária das rebeliões não era dada por uma direção política vinda de fora, mas sim na definição dos objetivos propostos pelos próprios agentes sociais”,<sup>106</sup> como nos lembra Edgar de Decca sobre Peter Linebaugh. Essas pesquisas nos ajudam a pensar as camadas pobres como sujeitos que, como diz Frederico Neves, “negocia[va]m através da pressão direta, dos pedidos e exigências.”<sup>107</sup>

Fornecer os materiais de seu próprio uso doméstico para as escolas, as solicitações de livros e materiais escolares, sempre acompanhadas de reclamações acerca do estado de carência material do ensino público primário, os pedidos de abertura de aulas, de retorno de professores às cadeiras (aulas) e a fundação de aulas noturnas, ações que compoem a “economia moral” das camadas pobres, para usar o termo de Edward Thompson, ou seja, esse universo de sentidos conferidos à sua própria realidade,<sup>108</sup> não pode ser compreendido como “política”, no sentido estrito da palavra, mas também não constituem ações “apolíticas”, para acompanhar as reflexões do mesmo autor.<sup>109</sup> As ações das famílias que tinham filhos na instrução pública eram dotadas de organização, de noções definidas. Utilizavam-se do que estava a seu alcance e das armas de que dispunham para reivindicar melhorias para essa parte do ensino, como é o caso da recorrência aos abaixo-assinados envolvendo inúmeros membros da comunidade local.

Nesse movimento, os estudos de Edward Thompson, Michelle Perrot e Joan Scott, ao identificarem atitudes “diretas, disciplinadas e com objetivos claros” e “noções

---

<sup>102</sup> LINEBAUGH, Peter. “Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH; Editora Marco Zero, ano 3, nº 6, setembro de 1983, p. 7-46; LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A Hidra de Muitas Cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>103</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>104</sup> RUDÉ, George. **A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991; RUDÉ, George. **Revolta popular y consciencia de classe**. Barcelona: Editora Crítica, 1981.

<sup>105</sup> HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>106</sup> DE DECCA, Edgar S. Rebeldia e revolução na História Social. In: Bresciani, M. Stella M. *et al.* (org.) **Jogos da Política: Imagens, representações e práticas**. São Paulo; Marco Zero/ANPUH, 1992, p. 23.

<sup>107</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2000, p. 14.

<sup>108</sup> NEVES, Frederico de Castro. Economia moral *versus* moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres). São Paulo: **Projeto História**, n. 16, 1998, p. 39.

<sup>109</sup> THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 152.

legitimadoras”,<sup>110</sup> em quase todas as ações populares do século XVIII<sup>111</sup> [para o caso de Thompson], ajudam-nos a pensar, do ponto de vista metodológico, as camadas pobres e empobrecidas que dependiam do ensino público para obter algum acesso à instrução, como sujeitos “dotados de vida”,<sup>112</sup> que, “criando eles mesmos o curso da história”,<sup>113</sup> fugiram da configuração de sujeitos “autômatos”.<sup>114</sup> Na defesa de seus interesses, esses homens e mulheres estavam imbuídos de uma visão consciente de que estavam defendendo “direitos” estabelecidos na legislação educacional do período, encontrando inclusive apoio no consenso da comunidade. Sua atuação não era “cega”<sup>115</sup>, tampouco “espontânea”,<sup>116</sup> mas “organizada”,<sup>117</sup> e colocada em prática em “circunstâncias propícias”,<sup>118</sup> para seguir as reflexões de Michelle Perrot sobre a resistência francesa à maquinaria na primeira metade do século XIX.

A ideia é trazer a trajetória desses sujeitos para investigar as estratégias que se dão cotidianamente, as táticas mais sutis, aquelas que inclusive, segundo Scott, não aparecem nas manchetes de jornais,<sup>119</sup> corroborando formas “invisíveis” de resistência. As camadas pobres organizavam no seu cotidiano um espaço para vivenciarem uma “cultura dissidente”,<sup>120</sup> ou seja, criavam à sua maneira e dentro de suas possibilidades as vias necessárias para obterem instrução, ainda que somente por algum período. Eram, nesse sentido, ações mais “silenciosas”<sup>121</sup> de resistência, não porque não fosse favorável torná-las públicas, mas porque eram ações que contestavam, de algum modo, as condições de precariedade do ensino público primário, mas que nem sempre confrontavam as autoridades que dirigiam a instrução pública.

Esses sujeitos elaboravam reflexões sobre as situações vividas convergindo também para a ação de forma coletiva, como foi o caso dos abaixo-assinados. A noção de resistência cotidiana nos ajuda a pensar como os sujeitos das camadas subordinadas vivenciam e entendem as suas próprias condições de pobreza e como se veem “nas relações de poder que os cercam em determinadas circunstâncias históricas e como estes pensam e atuam em determinadas

---

<sup>110</sup> THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 152.

<sup>111</sup> Ibidem.

<sup>112</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 199.

<sup>113</sup> Ibidem.

<sup>114</sup> Ibidem. Para mais informações sobre esta reflexão, ver o capítulo “A mulher popular rebelde”.

<sup>115</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 21.

<sup>116</sup> Ibidem.

<sup>117</sup> Ibidem.

<sup>118</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 22.

<sup>119</sup> SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

<sup>120</sup> SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

<sup>121</sup> Ibidem.



condições vividas”.<sup>122</sup> Acreditamos também que, para se compreender esses sujeitos como atores históricos, é necessário lidar com as “formas cotidianas de resistência”,<sup>123</sup> como assinala James Scott, para o caso do campesinato, bem como com a dimensão da consciência, ou seja, os sentidos e significados que esses atores conferem as suas ações.<sup>124</sup>

Ao nos debruçarmos sobre as correspondências da Instrução Pública e diante do encontro das primeiras missivas que traziam as ações por parte dos pais de família, nos perguntávamos se a luta desses sujeitos por instrução estava inserida no que Roger Chartier chamou de “especificidade individual” ou “exemplaridade social”.<sup>125</sup> Nossa preocupação também era a de evitar fazer da luta por instrução uma coleção de estudos de casos individuais, como adverte o mesmo autor. Na medida em que íamos reunindo mais e mais casos, observamos que uma parte da população, na condição de pobre, reivindicou em favor de instrução para si e seus filhos, ou seja, havia consenso compartilhado na vizinhança, nos povoados, nas casas, corroborando uma defesa que convergia para um interesse comum, uma inconformidade que ganhava uma dimensão coletiva.

As inúmeras correspondências, em forma de petições e abaixo-assinados, de autoria de professores primários e da população local, trazem indícios de suas vontades, desejos e interesses. Esses documentos afirmam também sua confiança nas autoridades educacionais, embora não esperassem por elas quando viam que os pedidos de melhorias em favor do ensino primário se arrastavam por meses, sem os governantes manifestarem qualquer resolução. Seguindo os exemplos de Michelle Perrot quando indaga “com o que sonham os operários?”,<sup>126</sup> igualmente indagamos: com o que sonhavam as camadas pobres quando procuravam reunir todos os esforços para garantir que seus filhos frequentassem as aulas ou para comprar livros? O apetite por instrução tinha como fim “melhores jornais e mais dignas condições de vida”?<sup>127</sup>

A ideia, na presente tese, não é dar voz aos “vencidos”, como muito já se defendeu na historiografia, mas recuperar essas vozes que sempre ressoaram. A preocupação é reconstituir

---

<sup>122</sup> OLIVEIRA, Douglas Menezes de. As contribuições da noção de resistência cotidiana para a historiografia da luta camponesa. *Revista de História Regional*. 28: 1-16, e2322233, 2023. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>

<sup>123</sup> SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, Brasília, 2011, p. 227.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 229.

<sup>125</sup> CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 94.

<sup>126</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 119.

<sup>127</sup> MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros**: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2009, 384p, p. 98.

a história “pelo avesso”, como diz Benjamin, trazendo a classe oprimida como “sujeito do conhecimento histórico”.<sup>128</sup>

\*\*\*

Chegamos, portanto, a uma questão pertinente: quem entre as camadas pobres podia receber instrução? Ainda que algumas famílias tivessem os meios necessários para manter os filhos nas aulas públicas e particulares, a maioria dos que frequentavam as escolas primárias não tinha, muitas vezes, como adquirir vestuário, livros, papel e penas.

Em setembro de 1881, a “relação de livros ou compêndios para os meninos indigentes das escolas da capital”<sup>129</sup> era composta de uma quantidade de 950 exemplares, divididos entre livros destinados ao ensino da leitura, aritmética, gramática, e demais exemplares com o título Livro Popular (de Amaro Cavalcanti), Catecismo da Diocese e Camões (de Abílio Cesar Borges). Já na relação das “meninas desvalidas” que se acham frequentando a escola de Granja em 1881, cinco eram órfãos de pai e mãe, dez eram “filhas de pais pobres” e três eram “libertas”.<sup>130</sup> Para se pensar a categoria “pobre” e os desdobramentos no seu interior, como aparecem nas correspondências com as designações de “miserável”, “indigente” e “desvalido”, as contribuições de Amaral Lapa são imprescindíveis. Nesta tese, portanto, tomamos a definição de pobreza empreendida por este autor: “uma situação de carência (privação), de impossibilidade de atendimento de necessidades materiais básicas à sobrevivência física e reprodução, dentro naturalmente do quadro de valores e disponibilidades de uma determinada sociedade e conjuntura”.<sup>131</sup> Levando-se em conta a relatividade que o termo carrega, na medida em que Amaral Lapa toma como espaço de investigação a cidade de Campinas, direcionamos essa explicação para o caso do Ceará, pois observamos que, em várias passagens, este autor traz características da dimensão da pobreza que são comuns em várias outras partes do Império.

Os indícios que coletamos nas correspondências da Instrução Pública do Ceará, aqueles que falam sobre alimentação, moradia, vestuário, mobília e trabalho, permitem concordar com

<sup>128</sup> BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

<sup>129</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO RE 02 02 (163, 164). CX 17.

<sup>130</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Granja, 1881. APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Granja, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO RE [Esta correspondência provavelmente se encontra nas caixas referentes aos ofícios recebidos pela Inspeção da Instrução Pública]

<sup>131</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, p. 28.

essa definição de pobreza, empreendida por Amaral Lapa. As Contribuições de Amaral Lapa,<sup>132</sup> Maria Sylvia de Carvalho Franco,<sup>133</sup> Denise Soares Moura,<sup>134</sup> Sandra Pesavento,<sup>135</sup> Maria Inês Pinto Machado,<sup>136</sup> Maria Odila<sup>137</sup> e Laura de Mello e Souza,<sup>138</sup> auxiliam-nos a compreender o homem e a mulher livre pobre da sociedade escravista do século XIX, com destaque para suas ocupações, as condições materiais, as remunerações, seus lares e seus modos de vida.<sup>139</sup>

Da mesma forma, os testemunhos e as evidências que recolhemos para compreender alguém como pobre, “constituem um patamar suficiente para concluirmos sobre essa pobreza”.<sup>140</sup> No interior deste estado de privação, quando se fala em pobres de maneira geral, mas aqui direcionamos aos pobres que aparecem nas correspondências da Instrução Pública, há uma outra linha, a da miséria.<sup>141</sup> Embora os professores e inspetores tendessem a colocar todos em uma mesma condição de pobreza quando relatavam às autoridades da Instrução Pública a necessidade de compêndios, em outros momentos, é possível perceber as clivagens quando os inspetores escolares afirmam que, em povoados como Monte-mor, os habitantes eram “minimamente pobres” e, mesmo assim, o número de escolas particulares de 1ª letras era alto, preferindo os pais fazerem o sacrifício de pagar a um professor particular a ter seus filhos nas escolas públicas sem terem aproveitamento e adiantamento.<sup>142</sup> Ainda que não saibamos os valores despendidos para os pagamentos dos professores, havia aqueles que conseguiam, ainda que com esforço, pagar algum professor particular e outros para os quais nem isto era possível fazer.

---

<sup>132</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008.

<sup>133</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

<sup>134</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998.

<sup>135</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

<sup>136</sup> PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1994.

<sup>137</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>138</sup> SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004 [1982].

<sup>139</sup> Embora esses estudos tratem de cidades distintas e de temporalidades igualmente diferentes, como é o caso do trabalho de Laura de Mello, “Os desclassificados do ouro”, que traz a sociedade mineira do século XVIII, suas contribuições foram indispensáveis para a compreensão da ideia de pobre e pobreza na segunda metade do século XIX.

<sup>140</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, p. 28.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>142</sup> CEARÁ, Governo da Província, Instrução Pública Primária, Monte-mor, 1874-1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Monte-mor, Data Crônica: 1874-1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 47 (8). CX 48.

Procuramos então explorar o universo dos pobres e suas relações com a instrução. Para tanto, foi necessário primeiro compreender as condições e complexidades que envolviam o cotidiano dessas camadas. Não queremos aqui, portanto, dar ao leitor uma definição de pobre na segunda metade do século XIX, até porque concordamos que a pobreza ganha significados a partir das relações sociais, sendo necessária a observação do modelo econômico, das práticas de apropriação dos recursos naturais e da distribuição dos resultados do trabalho.<sup>143</sup> A depender das condições, favoráveis ou não, incluindo aí o trabalho, as formulações do que vem a ser pobre sofrem modificações. É indispensável, portanto, localizar a pobreza em um determinado espaço e temporalidade historicamente constituídos, como lembra Michel Mollat.<sup>144</sup>

Falar dos pobres em busca de instrução é também reconstruir hierarquias, no sentido de compreender os lugares que os governantes e a pequena parcela de letrados lhes reservaram, bem como aqueles que verdadeiramente ocuparam, não sem custo de resistência e negociações. É levar em conta também que o seu mundo não constitui uma “coletividade homogênea de cultura”.<sup>145</sup> Nesse caso, por exemplo, muitos não sabiam ler ou escrever; outros apenas escreviam o próprio nome. Entre os pais de família, havia aqueles que pouco ou nada liam; havia analfabetos que faziam com que os outros (filhos ou parentes) tivessem acesso à instrução. Havia pessoas das camadas pobres e empobrecidas que sabiam ler e escrever e havia livros escolares nos povoados pobres, pelo esforço que esse segmento da população fazia para conseguir comprar a ferramenta principal que garantiria a permanência dos filhos na escola, o livro.

Não é que as correspondências informem de maneira menos precisa sobre o que era ser pobre no século XIX. Entendendo que as fontes têm os seus limites, é necessário perscrutar essa documentação em toda a sua dimensão, isto é, levar em conta as demais informações que desvelam sobre a questão material, como o trabalho, o cotidiano na agricultura e não apenas os assuntos relativos à instrução especificamente, que colocam os pais na condição de “pobres”, “pobríssimos” e “paupérrimos”.

Nos casos relatados em parágrafos anteriores, na relação das “meninas desvalidas” que se acham frequentando a escola de Granja em 1881, estavam três categorias, os “pobres por

---

<sup>143</sup> RUCKERT, Fabiano Quadros. Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospecção bibliográfica. *In*: RÜCKERT, Fabiano Quadros; SILVA, Jonathan Fachini da; CARDOZO, José Carlos da Silva; CESAR, Tiago da Silva (org.). **Histórias da pobreza no Brasil**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

<sup>144</sup> MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

<sup>145</sup> CAVALLO, Guglielmo. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. *In*: História da leitura no mundo ocidental. CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). São Paulo: Ática, 1997, vol. I, ou 2002, p. 83.

enfermidade”, para os quais o empobrecimento teria avançado por conta da orfandade;<sup>146</sup> as “filhas de pais pobres”, que, nesse caso, podiam ter nascido pobres “sem conseguir superar essa condição ao longo da vida”,<sup>147</sup> ou “tornaram-se pobres por sofrerem um descenso econômico-social”,<sup>148</sup> ou por alguma “ocorrência de limitação, física e/ou mental, de sua capacidade de produção”.<sup>149</sup> No interior dessa categoria de “pais pobres”, podiam estar também os empobrecidos devido à viuvez. No entanto, o que temos, em sua maioria, são pobres que já nasceram nessa condição, gerados, no caso, “pela má distribuição da renda e da riqueza, pelo discriminatório funcionamento do sistema econômico e político, que provoca desemprego generalizado e tensões sociais, inflação e deteriorização do poder aquisitivo”.<sup>150</sup> São estes que povoam majoritariamente os arquivos do Fundo Instrução Pública. Já a nomenclatura “libertas” representava os que ingressavam na pobreza aqueles que “juridicamente deixa[vam] de ser escravos”.<sup>151</sup>

Como assinalado por Amaral Lapa, ser ou passar a ser pobre na sociedade escravista do século XIX tem “origem vária e complexa”.<sup>152</sup> Os “pais pobres” da Instrução Pública podiam estar também entre os que eram ou ficaram pobres porque “inadaptados ao sistema de produção, à divisão do trabalho, à ordem social e ao regime político vigente”,<sup>153</sup> ou devido à “herança genética limitativa que receberam dos pais”;<sup>154</sup> ou mesmo por conta de “desajustamentos sociais coletivos ou desequilíbrios naturais, como guerras, revoluções, epidemias etc”.<sup>155</sup>

O “indigente” e “desvalido” que aparece nas correspondências não era só um sujeito em um nível maior de pobreza, mas aquele que dependia do “auxílio da lei”,<sup>156</sup> que carecia de “amparo da legislação em vigor”<sup>157</sup> para acessar instrução de forma gratuita. A carência econômica não era a única definidora de sua situação. À sua condição de pobreza, juntava-se o caráter de carente em habitação, saúde, vestuário etc.

Quando dos esforços para garantir o mínimo de instrução, eram os sujeitos na categoria de pobre, mas não de miserável, desvalido ou indigente, que estavam por trás do aluguel de

---

<sup>146</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, p. 38.

<sup>147</sup> Ibidem.

<sup>148</sup> Ibidem.

<sup>149</sup> Ibidem.

<sup>150</sup> Ibidem.

<sup>151</sup> Ibidem.

<sup>152</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, p. 38.

<sup>153</sup> Ibidem.

<sup>154</sup> Ibidem.

<sup>155</sup> Ibidem.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 29.

casas, do pagamento de professores particulares, do envio de objetos e utensílios particulares para compor a mobília da aula e assim fazê-la funcionar ainda que por algum período. Para os “desvalidos” e “indigentes”, os recursos obtidos por meio do trabalho eram insuficientes para a sua subsistência, no que se refere à alimentação, moradia, vestuário, livros e materiais escolares.

A questão vai ganhando mais complexidade quando se observa que essa era uma característica também do homem pobre livre. Por meio do trabalho, mantinha os seus; de seus recursos, porém, não sobrava o que direcionar para qualquer espécie de poupança. Inseridos em relações de dependência, seja de agregação, compadrio, parentela ou clientelismo, como ressalta Amaral Lapa,<sup>158</sup> “sua cidadania confunde-se nos limites com a do miserável [indigentes e desvalidos], podendo superá-los em alguns casos”.<sup>159</sup> Em ambas as conjecturas, “pode-se dizer que tinham em comum o fato de não ocuparem posições políticas de prestígio e de experimentarem, de diferentes formas, situações de insuficiência de recursos”.<sup>160</sup> Ao que parece, entre os pobres, havia aqueles proprietários de pequenos sítios e roçados. Porém, a maioria não era proprietária de terras e recursos, “vendo-se na necessidade de se ajustarem dependentemente a um outro”.<sup>161</sup>

## História do Livro

Os trabalhos de Roger Chartier, Jean-Yves Mollier, Frederic Barbier, Robert Darnton, Martyn Lyons, Anne-Marie Chartier, Jean Hébrard, Lucien Febvre e Henri-Jean Martin são indispensáveis a esta investigação, pois compreendemos que o estudo das ações das camadas pobres para garantir livros escolares e instrução não pode ser desvinculado de um movimento maior, como o próprio mercado livreiro, a alfabetização e a instrução pública. Foi nesse sentido que rastreamos o mercado de manuais escolares em Fortaleza na segunda metade do XIX.

As questões discutidas nesta tese são tratadas também sob o viés da História do livro e da leitura, assim como da edição e circulação de impressos. As investigações de Chartier sobre “o controle da produção do sentido”, “o papel pedagógico, aculturador, disciplinador, atribuído aos textos”, ou mesmo a função desempenhada pelo escrito na cultura das camadas letradas que, embora com o analfabetismo, tem essa dimensão normatizada pelo livro, são igualmente

---

<sup>158</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, p. 31.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>160</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 26.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 65.

fundamentais à investigação empreendida no primeiro e quarto capítulos. Os livros, portanto, são vistos como “empreendimento econômico”, sem desconsiderar também a sua dimensão ideológica, a sua condição de veículo de ideias.

Questões como o comércio de obras baratas [a exemplo da Biblioteca Azul investigada por Chartier] e a penetração dos livros nas camadas populares, as estratégias de vendas por parte de editores e autores, suas atuações no interior das redes comerciais e as relações destas com as alianças que se estabelecem no mundo das letras são também discutidas sob a luz desses autores. Darnton nos aponta importantes direcionamentos, especialmente na compreensão dos livreiros enquanto “agentes culturais” e do próprio comércio ilegal de livros, na medida em que nos fornece *insights* para se pensar as vendas ilegais de livros escolares, corroborando uma espécie de comércio clandestino promovido pelos professores primários e demais funcionários da Instrução Pública no Ceará oitocentista.

A partir das investigações de Martyn Lyons e Jean-Yves Mollier, percorremos caminhos que nos levaram aos “novos tipos de leitores” e suas relações com o escrito que, ao mesmo tempo, não pode ser confundido tão somente com o livro, visto que a aculturação também se dá por meio de outros suportes de escrita; e às relações entre o crescimento do comércio e circulação do manual escolar e o aumento do número de leitores. Neste ponto, as contribuições de Laurence Hallewell, ou mesmo os trabalhos de Marisa Midori, Márcia Abreu, Aníbal Bragança, Eliana de Freitas Dutra, Alessandra El Far e Jacqueline Penjon nos ajudam a pensar a “circulação transatlântica dos impressos e a globalização da cultura no século XIX”, e as conexões entre o mercado editorial brasileiro e o europeu, com destaque para França, Lisboa, Rio de Janeiro e Ceará. Para o caso do Ceará, nesse movimento transatlântico de impressos, temos as investigações de Ozângela Arruda e Giselle Martins Venâncio, que, embora abordando os caminhos dos romances e da coleção “Biblioteca do Povo e das Escolas”, apresentam em suas discussões subsídios para tratar do movimento feito pelos livros escolares nesse período.

Recorremos também às pesquisas que tomam o impresso escolar como objeto de estudo, como as investigações de Maria de Paula Razzinni, Circe Bittencourt, Elomar Tambara, Andréa Borges Leão, Carlota Boto, Aníbal Bragança e Antônio Augusto Batista, na tentativa de apreender a expansão da escola primária, das escolas normais e estabelecimentos particulares de ensino e seu papel na criação de novas demandas para a indústria e comércio. Compreendendo que a História do Livro constitui um campo de pesquisa marcado pela interdisciplinaridade na qual se cruzam outras áreas, concluímos que esse debate está associado e perpassa as discussões em torno da História Social da Educação. Assim, os estudos de Maria Helena Câmara Bastos, Luciano Faria Filho, Cyntia Greive Veiga, Eliane M. Lopes, Maria

Cristina Gomes Machado, Najla Mormul e Rosa Fátima de Souza, são igualmente imprescindíveis, na medida em que trazem análises sobre a própria construção e desenvolvimento da Instrução Pública no Império, com destaque para as discussões sobre projetos educacionais, currículo e métodos.

## **CAMINHOS DA TESE**

A investigação deu-se primeiramente nas correspondências da Instrução Pública, documentação pertencente ao “Fundo Instrução Pública” (1833-1889), do Arquivo Público do Estado do Ceará. Constituída de correspondências trocadas entre professores, inspetores, diretores, pais e presidente de província, com as atenções voltadas para as edições de livros escolares aprovadas e adotadas no ensino primário na segunda metade do século XIX. Inicialmente, tínhamos o intento de investigar os aspectos que envolviam toda a materialidade do livro didático, especialmente a dimensão de seu conteúdo e suas relações com a educação das camadas pobres. A ideia, ainda muito verde, própria das primeiras incursões na pesquisa do tema, momento em que o historiador está voltado para a construção das primeiras hipóteses e problemáticas e selecionando o rol de fontes sobre as quais pretende se debruçar, foi ganhando novos contornos à medida que a pesquisa nas fontes amadurecia e a intimidade com os documentos ia trazendo novas questões.

Embora nosso foco fossem os livros destinados ao ensino da leitura e os manuais religiosos, tal trabalho se tornava tarefa difícil, na medida em que os compêndios de leitura de Abílio Cesar Borges e Emílio Aquilino Monteverde e os manuais religiosos produzidos por Dom Antônio de Macedo Costa e José Ignacio Roquete, impressos que recorrentemente apareciam nas correspondências da Instrução Pública como leituras aprovadas e adotadas no ensino primário, no Ceará, não constavam nos acervos de bibliotecas em Fortaleza.

Quando o silêncio e a ausência das fontes apontavam para certo desânimo com relação ao trabalho de pesquisa, fomos compreendendo uma questão igualmente fundamental ao ofício do historiador: o trabalho com as ausências como via para se chegar a indagações que, longe de tão somente servirem de empecilhos à construção de problemáticas e conjecturas, contribuem na reconstrução de determinados indícios históricos. Assim, estar diante das ausências dos compêndios escolares nos acervos de bibliotecas nos fez pensar duas questões: por que um livro tão publicado e utilizado na segunda metade do século XIX, como revelam os jornais e as correspondências, como o Catecismo Diocesano, não está presente no acervo da biblioteca do Seminário da Prainha, espaço de formação religiosa e intelectual das elites cearenses?



Perguntávamo-nos se tal questão se devia à própria materialidade dos impressos ou se, de fato, os arquivos de Fortaleza, para a infelicidade do historiador, não fizeram a salvaguarda devida dessas obras.

Com relação aos livros voltados para o ensino da leitura, foi no catálogo de obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de Lisboa e de Paris que se encontrou a coleção de livros de leitura de Abílio Cesar Borges. No entanto, no acervo da Biblioteca Nacional, não seria possível a pesquisa em tais compêndios em razão do seu estado físico; enquanto, nos acervos da Biblioteca Nacional de Lisboa e de Paris, esses compêndios ainda não se encontravam digitalizados. Das relações e redes de amizades construídas ao longo da pesquisa, outra característica dos historiadores prudentes, daqueles que compreendem a história como laboratório historiográfico, onde não se geram apenas provas, mas possibilidades históricas, no qual muitos outros sujeitos deixam suas marcas e suas colaborações para além dos agradecimentos, foi possível ter acesso às edições originais dessa coleção. Essa pesquisa, portanto, acompanha o movimento transatlântico dos livros, tanto na segunda metade do XIX, quanto na “atualidade”, no sentido de que também se buscou ultrapassar as fronteiras geográficas nacionais para igualmente extrapolar as limitações da própria pesquisa histórica no país, na medida em que, estando os livros de Abílio Cesar Borges em mau estado no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, recorreu-se ao setor de impressos da Stanford University Libraries.

O interesse na História do Livro revelou que foi de grande valia a pesquisa no catálogo *online* do Sistema Municipal de bibliotecas da cidade de São Paulo. Nesse momento, tomou-se conhecimento da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, que abriga o Acervo Histórico do Livro Escolar. Composto de cartilhas e manuais de ensino que contemplam disciplinas escolares dos cursos primário e secundário desde o século XIX até meados da década de 1970, nesse acervo, foram identificadas obras utilizadas na Instrução Pública Primária do Ceará, como as Cartas de ABC e uma edição d’Os Lusíadas, poema épico de Luís de Camões, edição publicada por Abílio Cesar Borges para uso das escolas brasileiras na qual “se acham supressas todas as estâncias que não devem ser lidas pelos meninos”.<sup>162</sup> Mirando em alguns títulos, a pesquisa foi conduzindo a alguns outros igualmente imprescindíveis para a investigação pretendida naquele momento.

---

<sup>162</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Os Lusíadas**, poema épico de Luís de Camões, “para uso das escolas brasileiras na qual se acham supressas todas as estâncias que não devem ser lidas pelos meninos”. Bruxelas: Typographia e Lithographia E. Guyot, 1879.

No acervo da Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, foi possível a pesquisa no livro “História de Simão de Nantua ou Mercador de Feiras”, de Laurent, de Jussieu, “a quem a sociedade, estabelecida em Paris, conferiu o prêmio destinado por um anônimo para o livro que parecesse mais conveniente à instrução moral e civil dos moradores da cidade e do campo”,<sup>163</sup> impresso utilizado no ensino primário na Província do Ceará. Além dos acervos sob a guarda do poder público, a pesquisa nas bibliotecas formadas por particulares, foi do mesmo modo essencial, como o acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, “composta de livros raros, documentos históricos, manuscritos e imagens reunidos ao longo de mais de oitenta anos pelo bibliófilo e sua esposa Guita dados à Universidade de São Paulo”.<sup>164</sup> Nesse acervo, a pesquisa se deu na cópia digitalizada do “Método Facílimo para a aprender a ler”, de Emílio Achilles Monteverde, impresso igualmente presente na instrução primária do Ceará oitocentista.

Com a pesquisa nos livros de leitura, faltava ainda a investigação nos manuais religiosos, isto porque constituem os títulos mais recorrentes nos inventários de livros presentes e de que necessitavam as aulas primárias na Província. Nesse momento, os acervos de livrarias foram imprescindíveis. Neles, foi possível adquirir o “Resumo de história Bíblica”, de Dom Antônio de Macedo Costa, e o “História Sagrada do Antigo e Novo Testamento”, de José Ignacio Roquete.

Ao pesquisar os livros escolares destinados ao ensino da leitura e da moral e religião utilizados na instrução primária, no Ceará, na segunda metade do XIX, uma dimensão foi ganhando contornos centrais: a precariedade material do ensino público primário. Embora tivéssemos o intuito inicial de encontrar informações acerca desses compêndios, de fazer uma história do livro escolar, os indícios foram mostrando uma questão que parecia saltar aos olhos do historiador de maneira que não se podia fugir a seus rastros, na medida em que aparecia recorrentemente nas correspondências. Foram as condições materiais das aulas, mais especificamente, a presença e ausência do livro e demais materiais escolares que passamos a perseguir.

As correspondências da Instrução Pública passaram a ser a principal fonte sobre a qual passamos a nos debruçar. Essa documentação permite alcançar o cotidiano das aulas, bem como as relações das camadas pobres com as letras e o ensino. Essas missivas constituem, portanto,

---

<sup>163</sup> Transladada da língua francesa por Phillipe Pereira d’Araújo e Castro, trata-se de uma “nova edição correta e emendada” tirada da Tipografia de Luiz Correia da Cunha Costa do Castelo, de Lisboa, em 1852. Acervo; Real Gabinete Português de Leitura, Referência: 11676.

<sup>164</sup> Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível: <https://www.bibliotecas.ufu.br/portal-da-pesquisa/livros-eletronicos/biblioteca-brasiliana-guita-e-josemindlin#:~:text=Composta%20de%20livros%20raros%2C%20documentos,Mindlin%20desde%20a%20sua%20morte.>

nesta investigação, a via principal de acesso às condições materiais da instrução pública e ao universo das camadas pobres: suas casas, o espaço doméstico, seus móveis e utensílios, o vestuário, as tarefas exercidas, suas ações frente à carência material do ensino público primário.

No “Fundo Instrução Pública”, procuramos traçar um caminho em um longo *corpus* de correspondências em que vários temas relacionados à instrução se cruzam.<sup>165</sup> A recorrência com que a situação de precariedade material das aulas aparece nas correspondências nos levou a percorrer igualmente outros caminhos, no caso, o do comércio e circuito de livros e materiais escolares, pois uma questão em especial nos impaciava: se nas aulas havia tanta carência material, como estava o comércio de compêndios e utensílios escolares na capital?

O comércio de livros e materiais escolares, em Fortaleza, passou a ser o espaço de atuação da análise, nesse momento. Partimos então para a pesquisa em jornais que circulavam na capital na segunda metade do século XIX. Fomos, inicialmente, para os anúncios de venda de livros veiculados pelas livrarias, caminho que comumente os historiadores fazem ao se investigar o mercado livreiro. Deparamo-nos, portanto, com o movimento da Alfândega de Fortaleza; com os catálogos e anúncios de livros vendidos pelos livreiros Joaquim José de Oliveira, Gualter Rodrigues Silva, João Luiz Rangel, Sátiro Verçosa e Lacy Wardlaw (Livraria Evangélica); com as lojas de variedades, como a Loja do Povo, a de Albano & Irmão, a Boa Fé, a Americana; e com as tipografias de jornais, como o “Cearense” e o “Libertador”, que também comercializaram livros e utensílios escolares.

Vasculhamos, portanto, vários números dos jornais (Pedro II, Libertador, Cearense Gazeta do Norte etc.), bem como os inventários de morte de Gualter Rodrigues Silva e de Angélica Alexandrina de Oliveira (esposa do livreiro Joaquim José de Oliveira), na intenção de escutar os livreiros, de perseguir suas estratégias e escolhas de venda. Nos jornais, foi possível acompanhar o desenvolvimento do comércio de impressos escolares. Nos anúncios de convites de reuniões das sociedades, agremiações literárias e gabinetes de leitura, e nas notas de agradecimentos que os periódicos faziam às redações de outros jornais ou mesmo de livrarias, foi possível rastrear a circulação de livros escolares, o estabelecimento de sociabilidades em torno das letras e da instrução, e as conexões mercantis entre as redações de jornais em Fortaleza e livrarias do Sul da Província, como a Garnier, ou mesmo de redações de jornais e livrarias da Europa.

---

<sup>165</sup> São eles: nomeação, demissão, licenças, atestados, aulas particulares, mobília, livros, estrutura física, processos disciplinares, frequência escolar, pagamento de aluguel, ordenados, transferências, denúncias contra professores e inspetores, reclamações, abaixo-assinados etc.

Das condições materiais do ensino público primário, ao comércio e circuito do livro e materiais escolares, chegamos às ações de resistência das camadas pobres que se davam concretamente no cotidiano escolar e doméstico, na exigência de instrução para si e seus filhos. Os ofícios produzidos pelos professores e inspetores, e os abaixo-assinados de autoria da comunidade local, dos professores primários e pais de família cujos filhos necessitavam da instrução pública para obterem algum aprendizado, foram a via de acesso ao chão das aulas e das reivindicações, solicitações e reclamações por instrução, por livros, e materiais escolares.

Feita tal trajetória de pesquisa com relação aos acervos de bibliotecas, passemos, pois, às partes que compõem esta tese. O primeiro capítulo intitulado **A circulação e comercialização de livros escolares** visa investigar o livro escolar no circuito livreiro em Fortaleza, mais precisamente o lugar que este gênero vai adquirindo no comércio de livros, ao longo da segunda metade do século XIX. Para tanto, três questões serão abordadas: o comércio transatlântico de livros e materiais escolares vindos de cidades da Europa e do sul do Império; os aspectos, no interior da lógica comercial, que fizeram as casas de livros comercializarem ao lado desta mercadoria uma variedade de outros artigos, indo do comércio de papelaria e do serviço de encadernação até produtos diversos como gêneros alimentícios e medicamentos. O movimento inverso também será investigado, ou seja, lojas que exerceram um comércio de variedades e de publicação de jornais [as tipografias], mas que também se puseram a comercializar livros, em especial o gênero escolar e o religioso.

A pesquisa será direcionada para as livrarias de Gualter Rodrigues Silva, Joaquim José de Oliveira, João Luiz Rangel, Sátiro Verçosa e Lacy Wardlaw (Livraria Evangélica), assim como para as lojas de diversos, como a Loja do Povo, a de Albano & Irmão, a Boa Fé, a Americana; e as tipografias de jornais, como o “Cearense” e o “Libertador”. Para além da dimensão mercadológica (as relações dessas lojas com o desenvolvimento do comércio do manual escolar), atentar-se-á para a atuação desses espaços comerciais nos assuntos atinentes à instrução, como a indicação de livros e autores com o fim de serem admitidos e adotados na instrução primária.

Embora possa-se observar um movimento sempre constante de venda e circulação do impresso escolar, em parte pela atuação das livrarias, oficinas de encadernação, tipografias e lojas de variedades, bem como pela fundação de estabelecimentos educacionais, gabinetes de leitura e agremiações literárias, a instrução pública sofria com a falta de livros e materiais escolares. Assim, sob o título **A instrução pública primária à sombra da penúria**, o segundo capítulo desta tese investiga as condições materiais do ensino público primário a partir da presença/ausência do impresso escolar e demais utensílios destinados à instrução, como

dimensão em parte relacionada às condições de pobreza da maioria da população, e, em maior grau, pelo pouco comprometimento do governo da província em subsidiar essa parte do ensino com os materiais indispensáveis ao seu funcionamento.

O terceiro capítulo intitulado **A adoção e fornecimento de livros escolares** discutirá os conflitos em torno da adoção, compra, doações e venda ilegal de manuais escolares e suas relações com a carência e fornecimento inconstante desse objeto/mercadoria na instrução pública primária. Neste capítulo, portanto, analisaremos as questões que contribuíram diretamente para a demora no fornecimento de livros às escolas e para a imposição de dificuldades ao acesso das camadas pobres ao manual escolar e à instrução pública.

Ainda nessa parte, atentar-se-á para as disputas que envolveram a deliberação do Conselho de Instrução e as reclamações dos professores-autores quanto à preferência dada para uso nas escolas primárias a determinados compêndios em detrimento de outros, inclusive excluídos da lista dos admitidos para o ano letivo; para a doação de livros destinadas aos alunos pobres que, unida às relações de simpatia e amizade entre autores, bancas examinadoras de livros e governo da Província, possibilitaram aprovações e possível compra por parte do tesouro provincial, e, em vez de serem mais um meio para se obter impressos escolares, acabavam sendo, muitas vezes, a única via de aquisição. Por fim, também examinaremos o extravio e a venda irregular de livros que constituiu mais um obstáculo diante dos vários que as camadas desafortunadas enfrentavam para acessarem a alguma instrução, ainda que mínima.

No quarto capítulo, **As consequências do fornecimento inconstante de livros escolares**, discutiremos os efeitos que a carência de livros destinados aos filhos do povo causou nas aulas públicas primárias e na sua própria formação. O fornecimento inconstante de livros levou à presença de uma variedade de suportes de escrita e leitura em uma mesma classe, situação que impossibilitava a implementação de uma dimensão que, acreditava-se, melhoraria a instrução pública naquele momento: a uniformização do ensino por meio dos livros escolares. Além da impossibilidade de se efetivar a uniformização do ensino por meio do impresso escolar, discutiremos o lugar ocupado pelos catecismos diocesanos e as histórias bíblicas e sagradas na instrução às camadas pobres. Nessa parte, os conteúdos e a própria materialidade desses impressos ganharão centralidade, pois, naquele momento, ainda que já circulassem no comércio livreiro produções mais favoráveis às especificidades intelectuais das crianças e ao pouco repertório letrado de que muitas vezes dispunha o professor, tais livros continuariam ainda por muito tempo como os únicos títulos presentes nas aulas, por se acreditar que esses sujeitos necessitavam mais de correção do que de instrução, sendo o ensino religioso, matéria considerada suficiente para sua educação. Nesse momento, discutiremos a difusão das letras

como via de fazer ser aceito determinado projeto de sociedade que se daria aos mais pobres por meio da religião e do trabalho.

No capítulo cinco, **Os sujeitos resistem: a busca pela instrução**, investigaremos as ações de resistência das camadas desafortunadas que se davam concretamente no cotidiano escolar e doméstico, na exigência de instrução para si e seus filhos. Todas essas ações conformavam um conjunto de iniciativas que estavam em confronto com a sociedade oitocentista da época, que parecia não lhes oferecer outro suporte para além da subordinação, da resignação e obediência. Assim, investigaremos as atividades de comércio e as ações de improviso, solidariedade e ajuda mútua que forneceram materiais de uso doméstico para as aulas, fundaram escolas noturnas, solicitaram e reivindicaram livros e demais materiais escolares, e igualmente as demais ações diversas que constituíram a via de permanência no magistério, procuraram garantir as condições necessárias para que os filhos tivessem acesso ou mesmo continuassem os estudos em classes mais avançadas na instrução pública primária. O que se pretende nesta parte é também “interrogar estereótipos e mitos”<sup>166</sup> com relação às camadas menos favorecidas econômica e socialmente, especialmente o de que não tinham gosto e muito menos apetite pela instrução.

---

<sup>166</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 70.

## 2 A CIRCULAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES

### 2.1 Os livros atravessam o Atlântico

As rotas transatlânticas feitas pelos mais diversos bens culturais colocavam a Província do Ceará, na segunda metade do século XIX, em contato com o movimento político e cultural de cidades como Paris, Lisboa e Londres, tidas como referenciais do que havia de mais moderno no campo educacional, literário e artístico. A seção “Comercial” dos jornais “Libertador”, “Pedro II” e “A República”, bem como a seção “Anúncios” do “Cearense”, apresentavam aos seus leitores, a partir dos Relatórios da Alfândega e das diversas notícias sobre o comércio internacional, o movimento dos últimos vapores entrados na Província, fornecendo aos cearenses informações sobre as mercadorias que chegavam e seus respectivos compradores.

Ao longo da segunda metade do século XIX, os Srs. Oliveira, proprietários da “Joaquim José de Oliveira & Cia”, livraria e papelaria fundada em 1858,<sup>167</sup> pareciam querer investir em seu empreendimento apostando alto no que fosse necessário para fazer evoluir seus negócios no comércio cearense. Durante a década de 1860, situada na Praça Municipal, n. 10, a “Joaquim de Oliveira”, embora apresentada nos anúncios de jornais mais comumente como livraria, já despontava como uma das principais lojas, na capital, de venda de artigos diversos, desde medicamentos, como os do Dr. Radway & Cia, de Nova York, e as pílulas depurativas do cirurgião Mattos,<sup>168</sup> até variados formatos de livros.<sup>169</sup>

Naquela época, o movimento livreiro ganhou maior fôlego, especialmente pelo acesso às novidades vindas do comércio direto com a Europa por meio das rotas estabelecidas entre os portos de Liverpool, Havre e Lisboa, imprimindo nova dinâmica nas províncias do norte com a circulação de bens de natureza diversa, movimento no qual essas livrarias tiveram papel fundamental. Com tais rotas, aumentou-se a circulação de pessoas, inclusive de origem estrangeira, que traziam em suas bagagens os últimos lançamentos do circuito livreiro, bem como discussões dos ambientes letrados com que mantinham contato nas cidades europeias. Nesse momento, a capital cearense, no dizer de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, encontrava-se em “posição centralizadora no processo de incorporação da economia local à Divisão

<sup>167</sup> Libertador, 9 abr. 1888, n. 2, p. 3, 1 col, Guia da cidade.

<sup>168</sup> A Constituição, 31 mar. 1875, n. 33, p. 4, 1 col, Anúncios.

<sup>169</sup> A Constituição, 29 ago. 1865, n. 192, p. 3, 4 col, Anúncios.

Internacional do Trabalho”,<sup>170</sup> ainda mais com o estabelecimento da linha direta entre Fortaleza e Liverpool, desde 1866.

O crescimento da produção e circulação de livros escolares, nacionais e estrangeiros, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, deveu-se, dentre outros aspectos, não apenas à própria expansão da instrução primária, mas também ao desenvolvimento urbano. Ressalte-se que “o projeto republicano de expansão escolar teve seus limites e não concorreu para a massificação do ensino”.<sup>171</sup> A construção de ferrovias constituiu um empreendimento fundamental à expansão do comércio das mais variadas mercadorias, como os impressos. Assim como a emergência do livro no mercado local discutida por Marisa Midori Deaecto, ao trazer os meios de expansão da leitura e o desenvolvimento do mercado livreiro em São Paulo, deveu-se a fatores que extrapolam a expansão das escolas, como o fenômeno da urbanização<sup>172</sup>, em Fortaleza, tem-se um movimento com características convergentes àquele sudestino.

A livraria de Joaquim José de Oliveira procurou compor, desde sua fundação, embora constituísse firma especializada na venda de livros e de artigos de papelaria, um comércio variado de mercadorias. Além de ter sempre à venda sortimentos de livros para se aprender latim, francês, inglês e italiano, assim como obras de Direito, Filosofia, História, Geografia, Teologia e Devoção, a essa época, talvez o seu maior trunfo, não apenas como estratégia de venda de uma lógica puramente comercial a fim de angariar futuros clientes ou mesmo de tentativa de inserção no comércio livreiro a nível imperial desse lado do Atlântico, constituiu em mandar vir da Europa ou de outra província do Império qualquer obra que não tivesse em suas estantes,<sup>173</sup> como fora anunciado em novembro de 1864 no “A Constituição”.

---

<sup>170</sup> OLIVEIRA, Almir Leal. Saber e poder – o pensamento social cearense no final do século XIX. Mestrado em História, PUC-SP, 1998, p. 81.

<sup>171</sup> DEAECTO, Marisa Midori. A livraria Francisco Alves em São Paulo: os meios de expansão da leitura e o desenvolvimento do mercado livreiro (1894-1917). In: BRAGANÇA, Aníbal. **Rei do Livro**: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 65.

<sup>172</sup> DEAECTO, Marisa Midori. A livraria Francisco Alves em São Paulo: os meios de expansão da leitura e o desenvolvimento do mercado livreiro (1894-1917). In: BRAGANÇA, Aníbal. **Rei do Livro**: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

<sup>173</sup> A Constituição, 12 nov. 1864, n. 216, p. 3, 4 col.



## SOCIEDADE UNIÃO COMMERCIAL

**Partida a 12 do corrente**

Pede-se ao bello sexo, a simplicidade  
ao trajar

Ceará 10 de novembro de 1864.

O director,  
*Manoel José de Oliveira Figueiredo.*  
(1=2)

---

## O BRASIL

*Agrícola, Industrial, Scientifico Com-  
mercial, Litterario e Noticioso.*

Publica-se em Pernambuco 3 nu-  
meros por mez em um folheto de 16  
paginas.

Recebe-se assignaturas na livraria de  
Joaquim José d'Oliveira a 125 rs. por  
um pagos adiantados. Já existem pu-  
blicados 21 numeros.

---

## GEOGRAPHIA

Acaba de chegar á livraria de Joaquim  
José d'Oliveira o

**COMPENDIO ELEMENTAR DE GEO-  
GRAPHIA GERAL E ESPECIAL DO  
BRASIL,**

adaptado no collegio de Pedro II, nos  
lyceos e seminarios do Imperio, pelo  
Sr. senador

**THOMAZ POMPEO DE SOUZA BRASIL**  
4.ª edição augmentada e cuidadosa-  
mente corrigida. 1 vol. de 556 pag.  
enc. **52000**

---

## LIVRARIA DE J. J. D'OLIVEIRA

Pelo vapor *Ápa* recebeu esta livraria  
as seguintes obras:

**LES GRANDEURS** de la  
Reine de Dieu, par Blémur, 2  
vols. enc. **82000**

**L'INTERIEUR** de Jésus et  
de Marie, par le père Jean-Ni-  
colas Grou, 2 vols. enc. **62000**

**MARIE** reine et Mère des  
Saints par L'abbé J. A. Guy-  
ard, 1 vol. enc. **32500**

**LE SAINT** de chaque jour  
(elon la liturgie Romaine) par  
L'abbé Chapia, 1 vol. enc. **32000**

**LA FEMME** ses vertus et  
ses fautes ouvrage tiré des œu-  
res du P. Coussin, entiere-  
ment refondu, corrigé et aug-  
menté, par M. Batild Bouniol,  
vol. enc. **42000**

**L'IMMORTALITÉ** la mort  
la vie étude sur la destinée  
de l'homme précédée d'une  
lettre de monsigneur l'évêque  
d'Orléans, par M. Bagnonault  
de Buchesse, 1 vol. enc. **32500**

**NOUVEAU** Mois de Ma-  
rie grandeurs, vertus et gloire  
de la Très-Sainte Vierge ou  
l'arie notre souveraine, notre  
modèle et notre mère, par l'au-  
teur du prêtre dans ses rap-  
ports avec le monde, 1 vol.  
enc. **32000**

**ECHOS** du Vatican par Ma-  
ncour, 1 vol. **32000**

**ACTION** de Jésus sur le  
monde ou conséquences du  
christianisme, par Daniel Ra-  
pée, 1 vol. enc. **72000**

**LA JEUNESSE** de Jésus,  
par Kircheu, 1 vol. enc. **42500**

**JESUS CHRIST** et les croy-  
ances Messianiques de son  
temps, par T. Colani, 1 vol.  
enc. **42000**

**LE LIBERALISME** jugé par  
la Civilta Cattolica—Analyse  
et traduction de la *Revue Ro-  
maine*, par M. Léonco de la  
Raffaello rédacteur du *Monde*,  
1 vol. enc. **42000**

**DE L'ÉTAT** Civil des Reli-  
gieux en France, par E. Chau-  
lin 1 vol. enc. **32000**

**SUSPIROS** Poeticos e Sau-  
dades, por Magalhães 2.ª edi-  
ção correcte e augmentada, 1  
vol. enc. **2000s**

**BRASILEIRAS CELEBRES**,  
por J. Norberto de S. S., 1  
vol. enc. **32000**

**SELECTA FRANCEZA**  
grande por Roquette, 1 vol.  
enc. **52000**

**TITO-LIVIO**—Historia Ro-  
mana—Tradução dos 5 pri-  
meiros livros, por Manoel  
Bernardes Branco, 1 vol. enc. **52000**

**ROTEIRO DOS COLIEC-  
TORES**, por Araújo Silva 2.ª  
edição, 1 vol. enc. **72000**

**MANUAL DO TABELLIÃO**  
ou Ensaio de Jurisprudencia  
Eurematica &c., por José Ho-  
mem Corrêa Telles, 1 vol. enc. **52000**

**SEGREDOS NECESSARIOS**  
para os officios, artes e ma-  
nufacturas, e para muitos ob-  
jectos sobre a economia do-  
mestica &c. 2 vols. enc. **52000**

**DICCIONARIO DE MEDI-  
CINA** popular em que se des-  
crevem em linguagem ac-  
commodada á intelligencia das  
pessoas estranhas a arte de  
curar, os signaes, as causas  
e o tratamento das molestias  
pelo Dr. P. L. Napoleão Cher-  
noviz, 3.ª edição, muito ac-  
crescentada, 3 vols, com 23  
figuras intercaladas no texto,  
contendo ao todo 1848 paginas  
**FORMULARIO ou Guia Me-  
dica do Brasil** 2.ª edição  
mais correcte e consideravel-  
mente augmentada, pelo Dr.  
Chernoviz, 1 vol. enc. **42000**

**A FILHA** do Doutor Negro,  
romance original de C. Cas-  
tello-Branco, 1 vol. enc. **22500**

**AMOR** de Salvação roman-  
ca de C. Castello-Branco 1  
vol. enc. **22500**

**COMPENDIO** Elementar de  
Geographia geral e especial do  
Brasil adaptado no collegio do  
Pedro II, nos lycéos e semina-  
rios do Imperio pelo senador  
Thomaz Pompéo de Souza  
Brasil, 4.ª edição augmentada  
e cuidadosamente corrigida, 1  
grosso vol. de 556 pag. **52000**

**CODIGO** do Proccesso Cri-  
minal de primeira instancia  
do Imperio do Brasil, por Jo-  
zino do Nascimento Silva 5.ª  
edição, 2 tomos enc. **72000**

**VIDA** e Dolorosa Paixão de  
Nosso Senhor Jesus Christo  
narrada á mocidade, e adorna-  
da com 8 estampas finas,  
coloridas, representando 24  
scenas, 1 vol. enc. **22500**

**METHODO** completo de vio-  
lão por Carcassi **102000**

**FOLHINHA** porte mornnaie  
enc. de metal 500, em bro-  
chura **500**

Além das obras acima tem sempre  
este estabelecimento sortimentos de li-  
vros necessarios para se aprender la-  
tim, francez, inglez e italiano; obras de  
Direito, philosophia, historia, geogra-  
phia, theologia, devoção &c.

Tem igualmente sortimento de livros  
em branco, papel de todas as quali-  
dades, objectos para escriptorio, de-  
zenho &c.

No mesmo encarega-se de manda-  
vir da Europa ou outra provincia do  
Imperio qualquer obra que não tenha

Figura 1: Anúncio da livraria de Joaquim José de Oliveira publicado no jornal A Constituição em novembro de 1864

Fonte: A Constituição, 12 nov. 1864, n. 216, p. 3, 4 col.

Nesse mesmo ano, a “Joaquim José de Oliveira” era correspondente, no Ceará, da empresa de transporte de passageiros de Lisboa Francisco Nunes Collares. Os interessados poderiam adquirir “com qualidade e preços sem competência, encomendas e consignações em todos os gêneros, comissões diminutíssimas, livros nacionais e estrangeiros e vinhos do Porto e de Collares para exportação”,<sup>174</sup> além de grande sortimento de livros em branco, papel de todas as qualidades, objetos para escritório e desenho, raspadeiras, canivetes ingleses, tesouras, artigos para costura, lápis, carteiras com estojos, tintas, álbuns, estojos matemáticos, entre outros.<sup>175</sup>

Nesse cenário, as principais casas comerciais da Fortaleza oitocentista importavam as mais diversas mercadorias da França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Pode-se perceber, nas seções “Noticiário” e “Anúncio” do jornal “Cearense”, na década de 1870, a multiplicidade de estabelecimentos comerciais, em muitos dos quais, especializados no comércio de mercadorias diversas, vendiam-se ou aceitavam-se assinaturas de periódicos e revistas de circulação nacional e estrangeira. Nesse momento também, uma variedade de jornais e revistas chegava aos escritórios de vários periódicos que circulavam na Província.

Em 1874, a *Revista Ilustrada de Portugal e Brasil* estava à venda no escritório dos Srs. Luiz Ribeiro da Cunha & Sobrinhos.<sup>176</sup> No ano seguinte, além da Joaquim José de Oliveira & Cia, João Joaquim Simões, que fazia parte, à época, junto do próprio livreiro Joaquim de Oliveira, da Sociedade Beneficente Portuguesa Dois de Fevereiro, que reunia portugueses residentes em Fortaleza que exerciam a atividade de comércio, era agente, na capital, da “Artes e Letras”, revista ilustrada e escrita por habilitadíssimas penas dos mais notáveis escritores portugueses e brasileiros que se publicavam em Lisboa.<sup>177</sup> Do mesmo modo, Confúcio Pamplona, proprietário de loja de artigos domésticos, recebia, nos anos da década de 1880, consignações e encomendas para qualquer país e província do Império.<sup>178</sup> Fato que, certamente, fez desses comerciantes agentes na Província do Ceará de periódicos publicados em cidades europeias.

Alçando ao desejo de colocar sua livraria no movimento crescente do mercado de impressos que caracterizava livrarias como a Garnier, situada na Corte, os Srs. Oliveira anunciavam no “Cearense”, em janeiro de 1874, que recebiam assinaturas para “qualquer jornal

<sup>174</sup> A Constituição, 17 mar. 1864, n. 60, Anúncios, p. 3, 5 col e p. 4, 1 col.

<sup>175</sup> A Constituição, 28 jul. 1865, n. 166, p. 3, 2 col, Anúncios.

<sup>176</sup> Cearense, 1º out. 1874, n. 80, p. 4, 4 col, Anúncios.

<sup>177</sup> Cearense, 24 set. 1875, n. 84, p. 3, 3 col, Noticiário.

<sup>178</sup> Cearense, 19 jan. 1889, n. 16.

do Brasil e da Europa”,<sup>179</sup> demanda que, dentro da postura empresarial da época, já denunciava seu contato direto com diversas tipografias, entre as que mais faziam sucesso em Londres, Paris e Lisboa, fosse por meio de seus agentes ou mesmo pelo comércio Ceará-Europa.

Nessa época, a Joaquim José de Oliveira & Cia era agente de diversos periódicos de circulação no Império e em Portugal: o “Jornal das Famílias”; o “Cultivador”; o “Jornal Agrícola”; a “Correspondência de Portugal”, com importantes notícias comerciais e políticas da Europa; a “Gazeta Jurídica”, órgão de legislação, doutrina e jurisprudência do Império do Brasil e o “Novo Mundo”, folha publicada em Nova York para distribuição no Brasil.<sup>180</sup> No ano seguinte, figurava como agente do “Direito”, do “Apostolo”, do “Diário de Pernambuco”, da “Artes e Letras”, da “Revista Ocidental” e do “La-saison”, “o melhor e mais barato jornal de modas, impresso em dois idiomas, francês e português”.<sup>181</sup> Esses impressos satisfaziam o gosto dos interessados em consumir as mais diversas notícias do mundo ocidental.

A década de 1880 emergia com certo crescimento no que diz respeito à circulação de periódicos publicados em cidades europeias. Em julho de 1886, a Joaquim José de Oliveira & Cia recebia assinaturas para a edição nacional de “Obras Completas”, de Victor Hugo. Em papel Vitela e ilustrada com 250 grandes águas-fortes e 2.500 gravuras em talhe doce, cada fascículo da referida edição continha de 80 a 100 páginas de texto, “pequeno em quadradinho 4º”. Impresso com o maior luxo por G. Chamerot, custava 6fr e teria a edição cerca de 40 volumes ou 200 fascículos.<sup>182</sup> Nesse mesmo ano, o “Cearense” recebia, certamente por meio desta livraria, a *Revista Comercial Americana*, publicação periódica de New York.<sup>183</sup> Da casa David Corazzi, de Lisboa, este jornal, anunciava em 4 de julho, ter recebido o fascículo n. 5 das “Fábulas de La Fontaine”, cujo “trabalho de impressão não deixava nada a desejar”.<sup>184</sup> A edição também era rica em gravuras, aspecto que, à época, era valorizado no mercado livreiro.<sup>185</sup> No mês seguinte, recebeu uma remessa do n. 1 do “Jornal de Medicina e de Farmácia”, que começou a se publicar em Paris. Este número apresentava na sua “Seção Clínica” um artigo do médico Dr. Meton de Alencar, trabalho que, inclusive, o “Cearense” já havia publicado em suas páginas.<sup>186</sup>

<sup>179</sup> Cearense, 4 jan. 1874, n. 2, Anúncios, p. 4, 3 col.

<sup>180</sup> Cearense, 4 jan. 1874, n. 2, Anúncios, p. 4, 3 col.

<sup>181</sup> Cearense, 29 ago. 1875, n. 68, Anúncios, p. 4, 4 col; Cearense, 28 abr. 1876, n. 36, Anúncios, p. 4, 1 col.

<sup>182</sup> Cearense, 7 jul. 1886, n. 148, p. 3, 1 col, Noticiário.

<sup>183</sup> Cearense, 3 jul. 1886, n. 145, Noticiário, p.1, 4 col. Encontrou-se indícios de recebimento desta revista pelo Cearense também em 1885.

<sup>184</sup> Cearense, 4 jul. 1886, n. 146, Noticiário, p. 1, 4 col.

<sup>185</sup> Cearense, 4 jul. 1886, n. 146, Noticiário, p. 1, 4 col.

<sup>186</sup> Cearense, 1º ago. 1886, n. 170, Noticiário, p. 1, 4 col.

As redações dos jornais desse lado do Atlântico rapidamente recebiam exemplares de periódicos recém-publicados em além-mar, denotando um movimento intenso e frequente no porto de Fortaleza de navios vindos de várias partes da Europa. Do mesmo modo, Lisboa iria receber quatro vezes ao mês, quando da chegada de vapores de diversos pontos do Império, o “Paquete do Brasil”, folha que em breve seria publicada para dar notícias especificamente sobre as terras brasileiras, como anunciado pelo “Cearense” em dezembro de 1884. Essa folha iria noticiar os fatos que considerasse de maior importância ocorridos nas províncias referentes à política, à administração do comércio, à indústria, à agricultura, às associações portuguesas, a todo o movimento moral e material, assim como o estado sanitário, o estabelecimento de colônias agrícolas, boletins demográficos com os nascimentos, casamentos e óbitos de portugueses, movimento de passageiros entre o Brasil e Portugal, “em uma palavra, a tudo quanto possa satisfazer a natural e justificada ansiedade de notícias do Brasil”.<sup>187</sup>

Os portos constituíam ponto de acesso às tendências e novidades do mercado transatlântico. Dentre as livrarias instaladas na capital, foi a Joaquim José de Oliveira & Cia quem estabeleceu, na Fortaleza oitocentista, intenso comércio com a Europa, embora na década de 1870 apareça no circuito livreiro a “Encadernação de Sátiro Verçosa” e, em 1880, a libropapelaria de Gualter Rodrigues Silva, situada à Rua Major Facundo, n. 74 e Rua da Assembleia n. 59; e a livraria do Sr. Wardlaw, de modo mais tímido, no que diz respeito às aquisições no comércio a nível internacional. Nesses espaços de comércio de livros, dentre as obras postas à venda, muitas já estavam disponíveis no mesmo ano em que haviam sido publicadas as primeiras edições, inclusive os livros saídos por editoras estrangeiras, como a Aillaud Bertrand, de Lisboa, pressupondo-se que havia demanda e boa aceitação por parte dos leitores. Esta editora, na França, segundo Aníbal Bragança, teve “grande desenvolvimento como editora de dicionários e manuais escolares da língua portuguesa”.<sup>188</sup> A Aillaud publicará várias obras de autoria de Jose Ignacio Roquete, como a “História Sagrada do Antigo e Novo Testamento”, produção utilizada nas escolas primárias, no Ceará.

No primeiro semestre, entre 1º de janeiro e 30 de junho de 1880, denota-se, em relação ao número de vapores de outras nacionalidades entrados no porto de Fortaleza, um intenso comércio feito por navios de nacionalidade inglesa. Nesse período, atracaram na capital 21 navios ingleses, totalizando 11.883 toneladas de mercadorias e uma tripulação de 477 pessoas.

<sup>187</sup> Cearense, 3 dez. 1884, n. 269, p. 3, 3 col.

<sup>188</sup> BRAGANÇA, Aníbal. A presença de Francisco Alves no mundo editorial europeu. In: BRAGANÇA, Aníbal. **Rei do Livro**: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 139.

No mesmo período, as embarcações das demais nacionalidades atingiram o número de 31, com uma carga de 7.623 toneladas e 247 de tripulação. No quadro fornecido ao “Cearense” por Guilherme Studart, vice-cônsul inglês na Província, as embarcações alemãs totalizavam o número de 12, com 3.176 toneladas e 88 pessoas; holandesas, 6, com 1.159 toneladas e 42 pessoas; dinamarquesas, 4, com 861 toneladas e 34 de tripulação; americanas, 3, com 870 toneladas e 26 pessoas; portuguesas, 2, um total de 669 toneladas e 25 em tripulantes; norueguesas, 2, com 432 toneladas e 15 pessoas; sueca, 1, com 199 toneladas e 7 pessoas; e francesa, 1, com 257 toneladas e tripulação de 10 pessoas.<sup>189</sup>

Os livros e toda sorte de utensílios para escritório postos à venda nos estabelecimentos de Joaquim José de Oliveira & Cia e de Gualter Rodrigues Silva eram adquiridos de Havre, Hamburgo, Liverpool, Antuérpia e Lisboa. De Antuérpia e Havre, vapores ingleses como o Lisbonense e o Clement<sup>190</sup> trouxeram, entre outubro de 1882 e junho de 1884, caixas de livros,<sup>191</sup> papel e molduras para a livraria dos Srs. Oliveira<sup>192</sup> e de livros<sup>193</sup> e medicamentos para a libro-papelaria de Gualter.<sup>194</sup> Ainda para este livreiro, o vapor inglês Augustine, entrado em Liverpool, trouxe caixas de papelaria, barricas de tinta e de ferragem.<sup>195</sup> De Nova York, embora não constituísse um comércio mais frequente, pelas poucas vezes que aparece na seção comercial do “Libertador”, eram adquiridos pela Joaquim José de Oliveira & Cia, por meio dos vapores ingleses, como o Cyril, caixas de água florida e de medicamentos.<sup>196</sup>

Pelo movimento de importação veiculado no “Libertador” e no “Cearense”, o comércio de livros nas décadas de 1870 e 1880 fora estabelecido de modo mais intenso com Lisboa<sup>197</sup> e Rio de Janeiro, então capital do Império, que nesse momento assume papel fundamental no mercado livreiro, como estudado por Laurence Hallewell em sua obra “O livro no Brasil”.

O triunfo final do Rio de Janeiro, apesar dos custos mais elevados da mão de obra, deve ser atribuído ao seu status de capital. Isso foi ainda mais significativo durante o Império, com sua corte e sua administração relativamente centralizada, do que viria a ser sob a futura república federal. A corte atraía a nata do talento literário e intelectual do país: os produtos de suas editoras gozavam de um prestígio nacional que inexistia em quaisquer outros centros. Isso, aliado a uma população muito maior e uma conveniente posição geográfica, garantia-lhe um mercado muito mais amplo do que os de seus concorrentes, o que, por sua vez, lhe proporcionava ganhos de economia

<sup>189</sup> Cearense, 25 ago. 1880, Noticiário, n. 88, p. 2, 4 col.

<sup>190</sup> Libertador, 10 jun. 1884, Seção Comercial, n. 117, p. 3, 2 e 3 col.

<sup>191</sup> Libertador, 10 jun. 1884, Seção Comercial, n. 117, p. 3, 2 e 3 col.

<sup>192</sup> Libertador, 2 nov. 1882, Seção Comercial: importação, n. 1, p. 3, 4 e 5 col. Na seção Comercial do Libertador, órgão da Sociedade Cearense Libertadora, vê-se o comércio de importação e exportação das principais lojas de Fortaleza/ Libertador, 8 maio 1884, Seção Comercial, n. 91, p.3, 3 col.

<sup>193</sup> Libertador, 5 set. 1883, n. 194, p. 3, 3 col. Seção Comercial.

<sup>194</sup> Libertador, 11 set. 1884, Seção Comercial, n. 188, p. 3, 2 col.

<sup>195</sup> Libertador, 9 jun. 1884, Seção Comercial, n. 116, p. 3, 4 col.

<sup>196</sup> Libertador, 11 jun. 1884, Seção Comercial, n. 118, p. 3, 1 col / Libertador, 25 set. 1884, Seção Comercial, n. 199, p. 3, 1 col.

<sup>197</sup> Libertador, 8 maio 1884, Seção Comercial, n. 91, p.3, 3 col.

de escala. Em muitos casos, a demanda na província era tão pequena que, antes de tudo tornava duvidosa a viabilidade de edições locais. É possível também que os franceses, que dominavam o comércio de livros na capital imperial, tenham sido mais empreendedores e bem-sucedidos do que os conservadores livreiros portugueses, que controlavam grande parte desse comércio nas províncias.<sup>198</sup>

Nessa época, registra-se o crescimento gradual do segmento de editoras privadas, como a Garnier, a Laemmert e a Nicolau Alves, instaladas na capital do Império e responsáveis por mais de 44% de toda a produção brasileira de livros escolares.<sup>199</sup> Nesse momento das últimas décadas do XIX, grande parte das publicações feitas em Portugal, entre tratados de medicina, de direito, dicionários, obras de referência, peças de teatro, romances, traduções e manuais explicativos, aportava nos portos do Rio de Janeiro.<sup>200</sup> Até o final do século XIX, como dito por Andréa Borges Leão, entre as produções de uso escolar ou mesmo aquelas para diversão, predominavam as versões nacionais dos originais franceses e portugueses.<sup>201</sup>

No que diz respeito ao comércio de livros, a França “é uma referência incontornável no século XIX”.<sup>202</sup> No circuito livreiro francês, estavam “as principais instâncias de consagração literária”.<sup>203</sup> Para a formação escolar, inúmeros títulos eram publicados com destino a várias partes do mundo, isto porque os grupos editoriais e tipografias estavam aptos a colocar em circulação a nível internacional livros em diversas línguas.<sup>204</sup>

Como registrado por Alan Choppin, a edição escolar francesa participou do movimento de mudanças na instrução primária, especialmente com a assinatura, em 29 de janeiro de 1890, quando Jules Ferry torna obrigatório o uso de manuais escolares nas classes da escola primária.<sup>205</sup> De 200 títulos anuais entre 1865-1867, passou-se para 500 publicações entre 1872-1875 e, em 1883, a 933 títulos.<sup>206</sup> Jean-Yves Molier, traz algumas “sondagens” que confirmam “o crescimento brutal do material impresso destinado a empanturrar os filhos do povo com

<sup>198</sup> HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 132 e 133.

<sup>199</sup> RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. A Livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo. *In*: BRAGANÇA, Aníbal. **Rei do Livro**: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 79.

<sup>200</sup> EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação**: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 50. Ver a parte em que a autora discute a popularização do livro português.

<sup>201</sup> LEÃO, Andréa Borges. Francisco Alves e a formação da literatura infantil. *In*: BRAGANÇA, Aníbal. **Rei do Livro**: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 246.

<sup>202</sup> ABREU, Márcia. A ficção como elemento de conexão cultural. *In*: ABREU, Márcia. **Romances em movimento**: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 32.

<sup>203</sup> *Ibidem*.

<sup>204</sup> *Ibidem*.

<sup>205</sup> MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**: ensaios sobre história cultural. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 61.

<sup>206</sup> *Ibidem*.

conhecimentos elementares”.<sup>207</sup> Entre 1872 e 1889, o livreiro Armand Colin teria vendido 50 milhões de volumes e distribuído 5,8 milhões de exemplares entre 1882-1883.<sup>208</sup> Ainda segundo este autor, “cerca de 700 manuais foram editados na França de 1874 a 1895, e os milhões de volumes que enriqueceram Armand Colin, Fernand Nathan, Louis Hachette e seus concorrentes foram espalhados pelas zonas mais remotas do país”.<sup>209</sup>

Mollier fala de um “boom” do livro escolar na França entre 1875 e 1914, movimento esse que não precisou esperar pelas Leis de Jules Ferry para decolar.<sup>210</sup> A explosão antecedeu à Lei e “se apoiou nela para confirmar os resultados registrados anteriormente”.<sup>211</sup> Os livreiros como Charles Delagrave, que se instalou em Paris em 1865, Armand Colin, em 1870, Henri Vubert, em 1876, Alexandre Hatier e Fernand Natham, em 1881, todos no segmento de material e manual escolar, haviam compreendido, antes mesmo da reforma de Jules Ferry, “que surgia uma nova era, a da alfabetização em massa. A hora era de ir em busca dos que estavam em desvantagem, e os filhos de camponeses pobres, ou as filhas do campo e da cidade não seriam poupados por esse vagalhão”.<sup>212</sup>

Segundo Marisa Midori, a partir dos anos de 1870, várias mudanças podem ser percebidas no mundo dos livros. No que concerne à produção, observa-se o aumento progressivo de oficinas tipográficas, movimento que é acompanhado também nas províncias.<sup>213</sup> Porém, mesmo com a expansão destes espaços e a instalação de profissionais de origem europeia na cidade do Rio de Janeiro no ramo livreiro, como Garnier, Leuzinger e Laemmert, boa parte dos livros de nossa literatura continuava sendo impressa na Europa, especialmente em Paris.<sup>214</sup> As justificativas para tal postura, iam “desde a política das filiais de empresas estrangeiras instaladas na Corte”<sup>215</sup>, que optavam por não investir na produção local, “aos avanços técnicos nos setores produtivo e de transporte marítimo, que viabilizaram o custo da produção no exterior, incluindo o preço do frete e as taxas de importação”.<sup>216</sup>

A partir de 1880, o comércio e os meios de transporte ganharam um novo vigor, alcançando novas capacidades, entre elas, o crescimento do número de navios a vapor, bem

---

<sup>207</sup> MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**: ensaios sobre história cultural. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 61.

<sup>208</sup> Ibidem.

<sup>209</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>210</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>211</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>212</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>213</sup> DEAECTO, Marisa Midori. **O império dos livros**: instituições e práticas de leitura na São Paulo Oitocentista. São Paulo, Edusp, 2019, p. 270.

<sup>214</sup> Ibidem.

<sup>215</sup> Ibidem.

<sup>216</sup> Ibidem.

como o aumento de sua velocidade.<sup>217</sup> Eram as frotas inglesas que dominavam o transporte transoceânico. Ainda conforme a autora, mercadorias francesas e de outras nacionalidades aportavam em navios britânicos, pelo menos até a década de 1860, nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro.<sup>218</sup> A primeira linha de navegação a vapor francesa, que fazia o trajeto Bordeaux-Rio de Janeiro, com escalas em Lisboa, Pernambuco e uma linha de extensão para Buenos Aires e Montevidéu, foi inaugurada em 1861.<sup>219</sup>

A ampliação da rede ferroviária, o desenvolvimento dos transportes marítimos, a criação da telegrafia elétrica, a introdução da prensa a vapor e a mecanização da fabricação de papel beneficiaram as trocas e contatos entre as diferentes partes do globo.<sup>220</sup> Em meio à ampliação do número de leitores decorrente do crescimento demográfico, do aumento das concentrações urbanas e da expansão dos sistemas educacionais, as livrarias e editoras buscaram tirar bons proveitos dessas mudanças para expandir o mercado de livros e periódicos (jornais e revistas), procurando alcançar compradores em regiões afastadas de seus locais de origem (composição, impressão e publicação).<sup>221</sup> Buscaram também condições tipográficas e econômicas favoráveis à impressão de obras, separando ou mesmo descentralizando os núcleos de composição dos impressos, da impressão dos textos e venda das produções.<sup>222</sup> As intensas trocas culturais mantidas, seja pela circulação de pessoas, seja através de seus escritos, também favoreceram as conexões entre regiões distantes.<sup>223</sup> Nesse movimento, o intercâmbio de impressos e ideias entre Europa e demais continentes ocorreu em uma dimensão até então inédita,<sup>224</sup> estabelecendo contatos que não obedeciam a um fluxo unidirecional, indo da Europa a outros lugares.<sup>225</sup> Os intercâmbios foram mútuos, ainda que em níveis diferentes.

Paris se consolidou nesse momento como o maior centro produtor de livros da Europa para a América.<sup>226</sup> Para o além-mar, vinham publicações tanto em francês, quanto em espanhol e português. A vinda de franceses para as principais capitais do Império e a consolidação de

---

<sup>217</sup> DEAECTO, Marisa Midori. **O império dos livros**: instituições e práticas de leitura na São Paulo Oitocentista. São Paulo, Edusp, 2019, p. 274.

<sup>218</sup> Ibidem.

<sup>219</sup> Ibidem.

<sup>220</sup> ABREU, Márcia e MOLLIER, Jean-Yves. Circulação transatlântica dos impressos – a globalização da cultura no século XIX. In: **Deslocamentos e mediações**: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). PONCIONI, Claudia e LEVIN, Orna (org.). São Paulo: Editora da Unicamp, 2018, p. 10.

<sup>221</sup> Ibidem.

<sup>222</sup> Ibidem.

<sup>223</sup> Ibidem.

<sup>224</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>225</sup> PENJON, Jacqueline. Da América para a Europa: a mediação do tradutor na circulação das obras. In: **Deslocamentos e mediações**: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). PONCIONI, Claudia e LEVIN, Orna (org.). São Paulo: Editora da Unicamp, 2018, p. 69.

<sup>226</sup> DEAECTO, Marisa Midori. **O império dos livros**: instituições e práticas de leitura na São Paulo Oitocentista. São Paulo, Edusp, 2019, p. 271.



livrarias francesas devem-se a fatores internos, como “o crescimento urbano e o fomento às instituições de cultura, além de uma acentuada inclinação aos referenciais franceses”.<sup>227</sup> O Brasil foi um dos maiores centros consumidores de livros franceses, estando atrás de Estados Unidos e Argentina.<sup>228</sup>

Nesse movimento transatlântico de impressos, de Lisboa, caixas de livros chegavam para a livraria dos Srs. Oliveira, em dezembro de 1883,<sup>229</sup> por meio de vapores ingleses como o *Lisbonense* que, vindo dos portos da Europa, Pará e Maranhão, chegavam em Fortaleza.<sup>230</sup> Partindo de Belém, os paquetes só retornavam à Europa depois de passar pelo Maranhão, pelo Ceará e de cobrir as províncias situadas na região mais ao Norte do Império.<sup>231</sup> Nos Avisos Marítimos, tanto aqueles publicados nos periódicos do Pará,<sup>232</sup> quanto os publicados pelos jornais que circulavam em Fortaleza, é possível observar o estabelecimento de ligações entre os portos europeu de Liverpool, Havre e Lisboa com o Pará. Segundo Valéria Augusti, esses navios a vapor partiam do território inglês, passavam pelo porto de Havre, na França, e depois seguiam para Lisboa.<sup>233</sup> Ainda para a Joaquim José de Oliveira & Cia, os vapores nacionais, vindos dos portos do Sul, traziam do Rio de Janeiro caixas de livros.<sup>234</sup> Dos portos do Norte, vinham do Pará, livros para Gualter Rodrigues Silva, assim como do Maranhão, para Sátiro Verçosa e para os Srs. Oliveira, em 1887.<sup>235</sup> Os livros vindos de Lisboa entre 1882 e 1884 eram, em sua maioria, para a Joaquim José de Oliveira & Cia.<sup>236</sup> De maneira mais tímida, da Antuérpia, chegavam livros para a livraria evangélica de Lacy Wardlaw, em agosto de 1883.<sup>237</sup>

De Liverpool, em setembro de 1889, chegavam livros para a Oliveira & Cia,<sup>238</sup> mobília, manteiga, ferragem e caixas de objetos de vidro, para Gualter.<sup>239</sup> As encomendas feitas por este livreiro obedeciam a uma certa diversidade de mercadorias, ao contrário dos Srs. Oliveira, que encomendavam, em especial, livros, material de papelaria e escritório. Em abril de 1890, boa parte dos medicamentos e perfumaria que circulava no comércio da capital era proveniente dos

<sup>227</sup> DEAECTO, Marisa Midori. **O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo Oitocentista.** São Paulo, Edusp, 2019, p. 271.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 279.

<sup>229</sup> *Libertador*, 22 set. 1883, n. 207, p. 3, 2 col, Seção Comercial; *Libertador*, 6 nov. 1883, n. 243, p. 3, 3 col.

<sup>230</sup> *Libertador*, 8 maio 1884, Seção Comercial, n. 91, p. 3, 3 col.

<sup>231</sup> AUGUSTI, Valéria. Coleções de romances franceses na rota do Atlântico. *In*: ABREU, Márcia (org.). **Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2016, p. 75.

<sup>232</sup> *Ibidem*.

<sup>233</sup> *Ibidem*.

<sup>234</sup> *Libertador*, 11 fev. 1887, Seção Comercial, n. 42, p. 3, 3 e 4 col.

<sup>235</sup> *Libertador*, 12 fev. 1887, Seção Comercial, n. 43, p.3, 4 e 5 col.

<sup>236</sup> *Libertador*, 18 ago. 1883, Seção Comercial, n. 179, p. 3, 3 col.

<sup>237</sup> *Libertador*, 1º ago. 1883, Seção Comercial, n. 165, p. 3, 2 col.

<sup>238</sup> *Cearense*, 18 set. 1889, n. 210.

<sup>239</sup> *Cearense*, 19 set. 1889, n. 211.

Estados Unidos. Já os livros, aqueles adquiridos no comércio internacional, vinham da Europa,<sup>240</sup> tendo Lisboa ainda como o principal ponto de encomenda de produções impressas, como se observou em maio de 1892, na seção Comercial do “Pedro II”, o circuito de livros vindos dessa cidade para essas duas livrarias.<sup>241</sup>

Dos vapores, vindos especialmente de Lisboa, chegava uma variedade de títulos destinados à instrução primária, como anunciavam os livreiros. Embora muitos desses títulos não tivessem sido adquiridos pelas câmaras municipais e Tesouro Provincial, como se sabe pelas correspondências da Instrução Pública que apresentavam o movimento de compra e uso de compêndios escolares, sua venda abasteceu também colégios particulares, atendendo assim os interesses de professores, pais, figuras religiosas e demais sujeitos envolvidos na instrução escolar. Além de livros, as livrarias e oficinas de encadernação, que também atuaram junto ao comércio livreiro, importaram, da Europa e dos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, diversos outros tipos de mercadorias, como papel e moldura,<sup>242</sup> medicamentos,<sup>243</sup> caixas de papelaria, barricas de tinta e de ferragem<sup>244</sup> e caixas de água florida.<sup>245</sup> Essas mercadorias constituíram suporte ao próprio comércio de livros, questão que será discutida no próximo tópico deste capítulo. Ao longo da atuação das livrarias Joaquim José de Oliveira & Cia e Gualter Rodrigues Silva, no comércio, no Ceará, percebe-se que essas casas comerciais ora assumiram o papel de intermediário nesse movimento transatlântico de periódicos e livros, visto que jornais e revistas eram enviados de editoras situadas na Europa, como a casa David Corazzi, e de Províncias do Império por meio destas livrarias para os escritórios de jornais, como o “Cearense”;<sup>246</sup> ora os periódicos assumiram esse lugar de intermediador entre as livrarias e demais editoras, em especial, de cidades da Europa e dos Estados Unidos, em menor proporção, questão que será discutida na última parte deste capítulo, intitulada “As tipografias”.

## 2.2 Os livros no comércio de variedades

<sup>240</sup> Cearense, 27 abr. 1890, n. 91.

<sup>241</sup> A República, 4 maio 1892, n. 19, p. 2, 4 col.

<sup>242</sup> Libertador, 2 nov. 1882, Seção Comercial: importação, n. 1, p. 3, 4 e 5 col. Na seção Comercial do Libertador, órgão da Sociedade Cearense Libertadora, vê-se o comércio de importação e exportação das principais lojas de Fortaleza/ Libertador, 8 maio 1884, Seção Comercial, n. 91, p.3, 3 col.

<sup>243</sup> Libertador, 11 set. 1884, Seção Comercial, n. 188, p. 3, 2 col.

<sup>244</sup> Libertador, 9 jun. 1884, Seção Comercial, n. 116, p. 3, 4 col.

<sup>245</sup> Libertador, 11 jun. 1884, Seção Comercial, n. 118, p. 3, 1 col / Libertador, 25 set. 1884, Seção Comercial, n. 199, p. 3, 1 col.

<sup>246</sup> Cearense, 4 jul. 1886, n. 146, Noticiário, p. 1, 4 col.

O “Libertador”, em 9 de abril de 1888, dava à apreciação de seu público leitor uma seção especial intitulada “Guia da cidade” direcionada, como assim reiterou, às “pessoas de fora da capital”, bem como aos “hospedes que a visitavam”.<sup>247</sup> Na seção, podia-se tomar conhecimento das casas comerciais, “onde melhor e mais comodamente se podia prover do necessário, aviar encomendas e estabelecer correspondência”.<sup>248</sup> A livraria e papelaria Joaquim José de Oliveira & Cia, segundo dito no referido guia, havia sido fundada em 1858 e vendia o que havia de melhor em objetos de escritório, livros de todos os ramos do conhecimento e recebia assinaturas de revistas e jornais nacionais e estrangeiros.<sup>249</sup>

Em uma província onde a maioria da população possuía escassos haveres, inclusive educacionais, o comércio de livros escolares tinha como agente, nos primeiros anos da década de 1860, a livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira. Funcionando inteiramente sob seu comando, junto ao comércio de livros, se dispôs a vender também uma variedade de artigos diversos.<sup>250</sup>

As livrarias, no Ceará, começaram seus trabalhos exercendo, de forma concomitante à venda de livros, um comércio de papelaria e variedades. Por isso, nesta parte da investigação, analisaremos os aspectos, no interior da lógica comercial, que fizeram as casas de livros, situadas em Fortaleza, comercializarem ao lado desta mercadoria uma variedade de outros artigos. Para além do comércio de papelaria, o qual se juntava a firma livraria e papelaria, como foi o caso da Joaquim José de Oliveira & Cia<sup>251</sup> e da Gualter Rodrigues Silva, ou mesmo da venda de livros e da prestação do serviço de encadernação, como foi a atuação da livraria e oficina de encadernação de Sátiro Verçosa, essas casas comerciais mantiveram, desde o início de sua fundação, um variado comércio de outros produtos, indo de gêneros alimentícios até bebidas, como vinhos. Nesse momento, o objetivo também é perceber como o livro escolar vai ganhando espaço no movimento comercial, em Fortaleza, na medida em que também a pesquisa

---

<sup>247</sup> Libertador, 9 abr. 1888, n. 2, p. 3, 1 col, Guia da cidade.

<sup>248</sup> Libertador, 9 abr. 1888, n. 2, p. 3, 1 col, Guia da cidade.

<sup>249</sup> Libertador, 9 abr. 1888, n. 2, p. 3, 1 col, Guia da cidade.

<sup>250</sup> Nos inícios da década de 1860, é possível observar o nome deste livreiro em causas filantrópicas organizadas na Província. Na relação das pessoas que subscreveram em favor dos “miseráveis” da vila de Maranguape acometidos de *cólera-morbus*, publicada pelo Pedro II, em 26 de julho de 1862, o nome Joaquim José de Oliveira está associado à subscrição de 2U000. Fonte: Pedro II, 26 jul. 1862, n. 169, p. 3, 4 col.

<sup>251</sup> Junto ao comércio de livros, a livraria dos Srs. Oliveira consolidava-se também como papelaria, fornecendo materiais de escritório e artigos diversos para as repartições públicas. Na sessão do Governo da Província do dia 1º de dezembro de 1871 do jornal “A Constituição”, fora ordenado o pagamento de 160 mil réis ao negociante Joaquim José de Oliveira, proveniente de utensílios fornecidos para o custeio do expediente da secretária da presidência. Sua livraria aparecerá frequentemente nas duas décadas seguintes, na parte “despachos da presidência”, ordenando-se à Tesouraria da Fazenda a realização dos pagamentos a seu estabelecimento. Fonte: Constituição, 4 jan. 1872, n. 03, p. 1, 1 col, Parte Oficial/Cearense, 26 set. 1889, n. 217, p. 1, 2 col.

nos jornais de maior circulação na Província possibilitou acompanhar um movimento “inverso”, ou seja, lojas que exerceram um comércio de variedades e que também se puseram, ainda que em pequenas proporções, a comercializar livros, em especial o gênero escolar e o religioso.

Na Europa, já se via tal empreendimento, embora esses estabelecimentos fossem também se especializando no ramo livreiro conforme as mudanças do mercado editorial. Do mesmo modo, na Fortaleza oitocentista, não seria possível manter um comércio somente a partir da venda de impressos. Junto dessa mercadoria, o ideal seria lançar-se no ramo da encadernação e papelaria, ou mesmo no comércio de variedades, indo da venda de medicamentos a utensílios domésticos, como foi o caso da livraria Joaquim José de Oliveira & Cia e da libro-papelaria de Gualter Rodrigues Silva. Em tais circunstâncias, com relação aos livros escolares, cujo mercado ainda era pequeno e restrito, não seria prudente se voltar totalmente para esta dimensão, ou seja, “não justificava uma atenção total de qualquer firma”,<sup>252</sup> como dito por Laurence Hallewell, nas suas investigações sobre o livro no Brasil.

Nesse cenário, em 1868, Gualter Rodrigues Silva, cujo trabalho como livreiro e editor se iniciará nos primeiros anos da década de 1880, mantinha relações comerciais com a Província do Maranhão, pois, pelo vapor nacional “Camossim”, chegavam ao Ceará caixas de medicamentos e barricas de óleo de rícino para abastecimento de seus negócios, como consta no relatório da Alfândega do dia 26 de agosto de 1868,<sup>253</sup> veiculado no “Pedro II”. É importante assinalar que os primeiros indícios referentes a Gualter Rodrigues Silva nos periódicos que circulavam em Fortaleza, na segunda metade do século XIX, datam de 1865. Em abril desse mesmo ano, Gualter exercia a função de secretário da Sociedade União Comercial, como informa o convite para reunião feito aos seus sócios com o fim de nomear nova diretoria, anunciado no “Cearense”, em 15 de abril daquele ano,<sup>254</sup> fato que lhe rendeu a direção desta Sociedade no ano seguinte.<sup>255</sup>

Nessa época, o futuro negociante desta praça residia na Rua Carolina, n. 14. Seu meio de vida, como comumente aparece em anúncios de jornais nesse período, consistia em se oferecer aos empregados do centro da Província para cobrar nas repartições públicas ordenados atrasados, assim como quaisquer outras quantias, mediante a comissão razoável de três por

---

<sup>252</sup> HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 313.

<sup>253</sup> Pedro II, 26 ago. 1868, n. 176, p. 3, 3 col, Comercio. Abaixo do nome de Gualter vem o de Joaquim Jose de Oliveira.

<sup>254</sup> Cearense, 15 abr. 1865, n. 1812, p. 4, 4 col, Anúncios.

<sup>255</sup> Cearense, 26 jun. 1866, n. 2120, p. 4, 1 col, Anúncios.

cento. Tendo prática nesse negócio há pelo menos seis anos, como ressaltava um anúncio no “Cearense” do dia 11 de maio de 1865, os interessados podiam enviar junto das correspondências, as procurações e demais documentos para o fim nelas designado.<sup>256</sup> Tal serviço de cobrador provavelmente rendeu a Gualter boas possibilidades para investimento no comércio ou venda de produtos diversos, empreendimento em que também passou a investir naquela época. Percorrer o interior da Província constituía uma boa oportunidade para reunir amizades e futuros negócios.

Gualter era um daqueles “comerciantes” que vendia de tudo. Na década de 1880, seus negócios abrangiam vários ramos do comércio. Em 1881, comercializava uma variedade de produtos: barricas de bacalhau, feijão, milho, açúcar branco, cimento Portland, soleira de cantarias, vinho de figueira e aguardente.<sup>257</sup> No ano seguinte, vendia fumo em latinhas, a grosso e a retalho; cigarros da Fábrica Apollo de Antônio Pereira da Cunha de Pernambuco;<sup>258</sup> assim como uma pluralidade de gêneros que atendiam à demanda do calendário litúrgico. Para o Dia de Finados, tinha cordas mortuárias;<sup>259</sup> para as festas de São Pedro, fogos e, para o mês mariano, jarros para flores, vindos da Áustria.<sup>260</sup> Além de papelaria, procurando satisfazer, especialmente, as demandas de repartições públicas e do comércio, em janeiro de 1882, tinha um depósito de papéis pintados superior a 15.000 peças, aos preços da fábrica; quadros a cromo litografia;<sup>261</sup> sortimentos de objetos de vidro para uso doméstico; livros elementares<sup>262</sup> e recebia também encomendas de mausoléus e pedras com inscrições para túmulo.<sup>263</sup>

<sup>256</sup> Cearense, 11 maio 1865, n. 1823, p. 4, 4 col, Anúncios.

<sup>257</sup> Cearense, 22 fev. 1880, n. 18, p. 1, 1 col, Parte oficial, governo da província, expediente do dia 12 de fevereiro de 1880; Gazeta do Norte, 24 jun. 1880, n. 15, p. 4, 2 col, Anúncios; Gazeta do Norte, 16 dez. 1880, n. 156, p. 4, 2 col; Gazeta do Norte, 5 abr. 1881, n. 73, p. 4, 5 col.

<sup>258</sup> Gazeta do Norte, 25 mar. 1881, n. 65, p. 4, 4 col, Anúncios.

<sup>259</sup> Gazeta do Norte, 30 out. 1881, n. 234, p. 3, 4 col.

<sup>260</sup> Gazeta do Norte, 22 jun. 1881, n. 134, p. 4, 2 col; Gazeta do Norte, 27 abr. 1881, n. 89, p. 4, 3 col, Anúncios.

<sup>261</sup> A Constituição, 29 jan. 1882, n. 9, p. 4, 5 col, Anúncios.

<sup>262</sup> A Constituição, [entre 16 e 21] jan. 1882, n. 6, p. 3, 2 col, Avisos.

<sup>263</sup> A Constituição, [entre 16 e 21] jan. 1882, n. 6, p. 3, 2 col, Avisos.

<b>COMMERCIO.</b>	
<b>ALFANDEGA.</b>	
AGOSTO.	
Rend. do dia 25	4768640
<b>IMPORTAÇÃO.</b>	
O vapor nacional <i>Camossim</i> , entrado a 23 do corrente manifestou o seguinte do Maranhão.	
1 barrica braços de balanças, 1 caixão fechaduras, 1 bigorna de ferro, 6 caixas telhas de vidro, 10 ditas folhas de flandres; a Maximo Freitas.	
1 Caixa drogas, 1 barrica oleo de recino; a Gualter R. Silva.	
1 Caixão livros; a J. J. de Oliveira.	
120 Caixas vinho; a Viuva Salgado, Souza & C.º	
1 Dita chitas, 1 dita chapéos de sol. 1 dita chapéos para senhora; a M. G. & Santos.	

**Figura 2:** Movimento da Alfândega

**Fonte:** Pedro II, 26 ago. 1868, n. 176, p. 3, 3 col, Comercio; Gazeta do Norte, 24 jun. 1880, n. 15, p. 4, 2 col.

<p><b>Assucar branco em saccos vende-se no armazem de:</b></p> <p style="text-align: center;">GUALTER R. DA SILVA.</p> <p style="text-align: center;">PERNAMBUCO A CAMÕES</p> <p style="text-align: center;">NUMERO UNICO</p> <p>Publicação feita para commemorar o tri-centenario do grande Epico Portuguez.</p> <p>Collaboradores :—Dr. Aprigio Guimarães, Dr. Souza Pinto, José J. Martins Junior, F. A. Pereira da Costa, Cunha Mello Sobrinho, Victoriano Palhares, V. Chaves Junior, Eduardo de Carvalho, Alfredo Falcão e Izaías de Almeida.</p> <p style="text-align: right;">Preço 200 réis.</p> <p>Na Livraria e Papelaria de Joaquim José d'Oliveira &amp; C.º</p>	<p><b>PAPEIS PINTADOS</b></p> <p>Não pôde haver competencia em preço, visto como vendo por conta da fabrica-</p> <p>Preço de papel para forro no Ceará, o mesmo do Rio de Janeiro.</p> <p>Tenho um sortimento de</p> <p style="text-align: center;"><b>4.000 PEÇAS</b></p> <p>Estampas magnificas Desenhos os mais modernos</p> <p style="text-align: center;"><b>RUA FORMOZA 59</b></p> <p style="text-align: right;"><i>Gualter R. Silva</i></p>
---	--

**Figura 3:** Anúncios de Gualter Rodrigues Silva

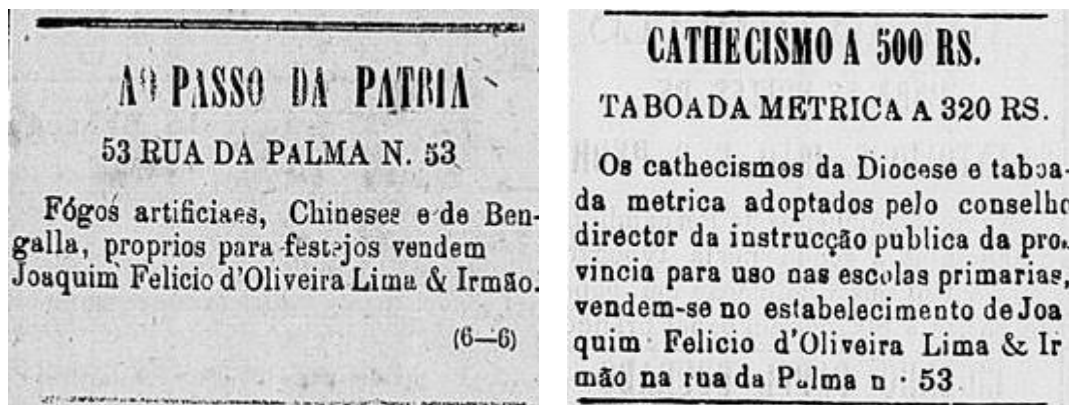
**Fonte:** Gazeta do Norte, 5 abr. 1881, n. 73, p. 4, 5 col.

Embora no comércio fortalezense já houvesse lojas especializadas na venda de determinados produtos, em muitos casos, observa-se o investimento no ramo comercial como uma “via de ascensão possível que ainda não separava nitidamente seus setores”.<sup>264</sup> Reconhecendo a lógica de que “quanto mais variedade mais chance de venda ou de lucro”, o meio, para os livreiros, mais prudente para se fazer fortuna, como foi o caso não apenas das

<sup>264</sup> MOLLIER, Jean-Yves. **O dinheiro e as Letras:** História do Capitalismo Editorial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 444.

relações entre livraria e papelaria ou entre livraria e oficina de encadernação, era, de fato, o estabelecimento da venda de livros junto a um variado comércio de outros produtos.

Do mesmo modo, lojas que faziam parte do comércio de variedades na capital, como a de Joaquim Felício d'Oliveira & Irmão, cujos produtos iam de fogos artificiais a cigarros,<sup>265</sup> também se colocaram na empreitada difícil, ainda que de forma acanhada, de vender livros, direcionando sua atenção para os compêndios escolares. Apostando nos manuais destinados à instrução primária, em junho de 1874, o “Catecismo da Diocese” e a “Tabuada Métrica”, adotados pelo Conselho Diretor de Instrução Pública da Província, eram vendidos nesta casa comercial, situada na Rua da Palma n. 53, a 500 e 320 réis, respectivamente.<sup>266</sup> Esta loja, pelos anúncios veiculados no “Cearense”, ou vendeu essas produções num período de pelo menos dois anos, visto esse mesmo anúncio aparecer também em 1876, ou teria voltado a pôr tais obras à disposição de seus clientes nesse ano, vendendo-os quando mais lhes convinha.<sup>267</sup> O comércio de tais produções se tornava um bom negócio pela demanda que tinham no mercado de livros escolares. Embora não se mencione o autor da referida “Tabuada Métrica”, esse título compôs, junto do “Catecismo Diocesano”, as principais produções aprovadas e adotadas na instrução primária na segunda metade do século XIX no Ceará.



**Figura 4:** Anúncios da Joaquim Felício d'Oliveira & Irmão.

**Fonte:** Constituição, 5 jul. 1876, n. 76, p. 4, 2 e 3 col, Anúncios; Constituição, 7 jun. 1874, n. 65, p. 4, 2 col.

Nesse cenário, livros como o “Compêndio de Geografia” do Senador Pompeu, adotado para o ensino público e particular desta disciplina, estava à venda na loja Boa Fé, em janeiro de 1874. A edição encadernada custava 5.000 réis e a brochura, 4.000.<sup>268</sup> Em junho de 1880, essa casa comercial ocupava todo o quarteirão da Rua Municipal, entre as ruas Formosa e Major

<sup>265</sup> Constituição, 5 jul. 1876, n. 76, p. 4, 2 e 3 col, Anúncios.

<sup>266</sup> Constituição, 7 jun. 1874, n. 65, p. 4, 2 col.

<sup>267</sup> Cearense, 12 mar. 1876, n. 21, p. 5, 2 col.

<sup>268</sup> Cearense, 4 jan. 1874, n. 2, Anúncios, p. 6, 2 col.

Facundo. A grandiosidade da Boa Fé no comércio fortalezense era anunciada não só pelos predicativos veiculados no Cearense, como o “acreditado estabelecimento comercial”, ou pela sua estrutura física, mas pelo comércio estabelecido direto com a Europa adquirindo sortimento completo e variado de “chitas, chapéus, grinaldas, luvas, botinas, camisas, lenços, sapatos, sortimentos de perfumaria, estivas e fazendas”,<sup>269</sup> constantemente renovado pelas remessas vindas pelos pacotes ingleses.<sup>270</sup>

**LOJA DA BOA FÉ**  
 99--Rua Formeza--Rua de Major Facundo--102  
 NOVIDADES!! NOUVEAUTÉS!!  
 Pelos últimos pacotes « THEREZINA » e « AMBROSE » RECEBEU este acreditado estabelecimento, uma variedade de artigos de modas e fazendas de gostos modernos, como sejam :  
**CALÇADOS**  
 Calçado para SENHORA : o que ha de melhor e do mais apurado gosto.

**Compendio de geographia**  
 Na loja—Boa-Fé—vende se o compendio de geographia do Senador Pompeu, adoptado para ensino publico e particular desta diciplina, a 5\$000 encadernado, e a 4\$000 broxado.

**Figura 5:** Anúncios da loja Boa Fé

**Fonte:** Cearense, 23 jan. 1881, n. 17, p. 4, 4 col; Cearense, 4 jan. 1874, n. 2, Anúncios, p. 6, 2 col.

Ao que parece, não era prática comum deste estabelecimento vender livros. Nos anúncios veiculados no referido jornal, em anos posteriores a 1874, observa-se a ausência de venda deste produto em seu comércio.<sup>271</sup> Nesse caso, o livro do Senador Pompeu pode ter sido posto à disposição dos clientes da loja Boa Fé por questões “pessoais”, como os laços de amizade ou parentesco estabelecidos com este autor ou mesmo pelo desejo de investir em mais um produto que certamente tinha boa saída, do que pela opção de se inserir propriamente no

<sup>269</sup> Cearense, 16 abr. 1880, n. 40, p. 4, 2 e 3 col, Anúncios; Cearense, 23 jan. 1881, n. 17, p. 4, 4 col.

<sup>270</sup> Cearense, 5 jun. 1880, n. 61, p. 1, 2 col.

<sup>271</sup> É importante ressaltar que o compêndio de geografia do Senador Pompeu é anunciado no ano de 1876 no jornal Cearense como produção vendida na loja de Bernardo José Pereira. Como não conseguimos concluir se esta loja correspondia à loja Boa Fé, já que os anúncios não trazem nenhuma relação entre esta loja e Bernardo Pereira, resolvemos não inserir essa informação no texto. Fonte: Cearense, 12 mar. 1876, n. 21, Anúncios, p. 5, 1 col.



ramo de livros, haja vista esta casa comercial já dispor de bastante solidez no comércio de variedades.

Ainda que a comercialização de livros escolares na Fortaleza oitocentista tenha se concentrado em maior quantidade na Joaquim José de Oliveira & Cia, na libro-papelaria de Gualter Rodrigues Silva e nas tipografias de periódicos, que surgiram no cenário livreiro nos inícios da década de 1880, os jornais trazem algumas casas que, embora não especializadas no comércio de livros, venderam compêndios escolares e outros títulos, como foi o caso da Joaquim Felício de Oliveira & Irmão e da loja Boa Fé. Mesmo não compondo uma rede de varejistas dispostos a escoar livros, essas lojas garantiram maior possibilidade de circulação desta mercadoria na Província, não se furtando em trazer descontos e melhores formas de pagamento.

Nesse caso, a 2ª edição “mais correta e aumentada” do “Resumo de Aritmética” do professor Oliveira Conde estava à venda, em março de 1872, pelo preço de 640 réis, a brochura, na Joaquim José de Oliveira & Cia e, em Maranguape, na casa de Thomé Motta. Embora o anúncio não informe as relações deste sujeito com a referida livraria, ou mesmo com o autor do opúsculo, é bem provável que se trate de um agente ou representante da livraria dos Srs. Oliveira,<sup>272</sup> na medida em que era comum, no século XIX, a presença de sujeitos que percorriam vilas e cidades na busca de compradores para os livros que ofereciam ou mesmo que se colocavam na tarefa de dispor da sua própria casa para realizar as vendas. No referido caso, poderia tratar-se também de um vendedor independente. Não havia por parte dos livreiros, uma política de correspondentes de forma a alcançar um público comprador maior, inclusive residente no interior da Província. Os professores de aulas públicas primárias situadas em localidades distantes da capital informavam das dificuldades em comprar livros por falta de lojas e de agentes (representantes de comércios) e por terem que se deslocar até Fortaleza, como veiculado nas correspondências da Instrução Pública. Tal questão nos faz pensar que o mercado de livros naquele momento limitava-se, pelo menos geograficamente, à capital.

Em março de 1882, junto ao comércio de “mel, camarão, farelo”,<sup>273</sup> “rapé princesa”,<sup>274</sup> e “estivas em grosso e a retalho”,<sup>275</sup> o “Catecismo da Diocese” era vendido a 400 réis,<sup>276</sup> na Loja Americana, situada na Rua Major Facundo, n. 69. Dentre os principais títulos aprovados e admitidos para uso na instrução primária, esta produção foi a que mais apareceu em anúncios

<sup>272</sup> Cearense, 12 mar. 1876, n. 21, anúncios, p. 5, 2 col.

<sup>273</sup> Cearense, 19 fev. 1881, n. 39, p. 4, 3 col, Anúncios.

<sup>274</sup> Cearense, 4 maio 1881, n. 93, p. 4, 2 col.

<sup>275</sup> Cearense, 19 jan. 1882, n. 15, p. 4, 4 col.

<sup>276</sup> Cearense, 2 mar. 1882, n. 47, p. 3, 4 col.

de estabelecimentos comerciais não especializados no comércio livreiro. Do mesmo modo, em janeiro de 1884, podia-se adquirir no Portella sortimentos de colchas para camas, guardanapos de linho, ceroulas, bonecas<sup>277</sup> e manuais religiosos.<sup>278</sup> Há outros numerosos anúncios que, embora não mencionassem os gêneros das produções, trazendo apenas a informação de que possuíam variados preços, certamente se tratava também de manuais de teor religioso.<sup>279</sup>



**Figura 6:** Anúncios da Loja Americana e do Portella

**Fonte:** Cearense, 19 fev. 1881, n. 39, p. 4, 3 col, Anúncios; Cearense, 2 mar. 1882, n. 47, p. 3, 4 col; Cearense, 4 jan. 1884, n. 2, p. 3, 1 e 3 col, Anúncios; Cearense, 17 jan. 1884, n. 13, p. 3, 4 col.

Nesse movimento, em janeiro do ano seguinte, na Jacques Weill & Cia, cuja especialidade era o comércio de joias,<sup>280</sup> e na Joviniano Moreira & Cia, loja onde se podiam adquirir os mais variados produtos como chapéus,<sup>281</sup> vinhos nacionais e estrangeiros, azeites, especiarias (pimentas), louças, cadeiras etc.,<sup>282</sup> recebiam-se assinaturas de uma série de

<sup>277</sup> Cearense, 4 jan. 1884, n. 2, p. 3, 1 e 3 col, Anúncios.

<sup>278</sup> Cearense, 17 jan. 1884, n. 13, p. 3, 4 col.

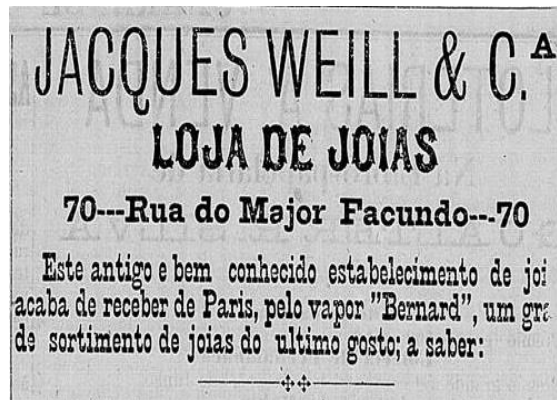
<sup>279</sup> Cearense, 5 jan. 1884, n. 3, p. 3, 3 col.

<sup>280</sup> Cearense, 30 abr. 1885, n. 70, p. 3, 4 col, Anúncios.

<sup>281</sup> Libertador, 8 abr. 1884, n. 69, p. 1, 1 col

<sup>282</sup> Libertador, 10 jul. 1884, n. 140, p. 1, 3 col

romances contemporâneos.<sup>283</sup> E, em meados de 1890, na Toscana, loja onde se vendia lãs,<sup>284</sup> encontravam-se à venda por preços baratíssimos os seguintes livros “em bom estado”: “Elementos Aritméticos”, de Ottoni; “Manual do jardineiro”, de Rousignon; “Traité de la fabrication des liqueurs”, de Dubiel; “Elementos de geografia física”, de Mello e “Pequena Geografia da infância”, de Joaquim Maria de Lacerda.<sup>285</sup>



**Figura 7:** Anúncios da Jacques Weill & Cia

**Fonte:** Cearense, 30 abr. 1885, n. 70, p. 3, 4 col, Anúncios; Libertador, 8 abr. 1884, n. 69, p. 1, 1 col



**Figura 8:** Anúncios da Joviniano Moreira & Cia

**Fonte:** Cearense, 30 dez. 1884, n. 290, p. 4, 3 col. Anúncios; Cearense, 14 jan. 1887, n. 10, p. 2, 5 col

<sup>283</sup> Cearense, 30 dez. 1884, n. 290, p. 4, 3 col. Anúncios

<sup>284</sup> Cearense, 14 jan. 1887, n. 10, p. 2, 5 col.

<sup>285</sup> Cearense, 20 maio 1890, n. 109, p. 3, 1 col, Livros Baratos.



**Figura 9:** Anúncios da Toscana

**Fonte:** Cearense, 20 maio 1890, n. 109, p. 3, 1 col, Livros Baratos.

Embora não seja possível afirmar com exatidão, é bem possível que essas lojas de variedades tenham aceitado vender livros em caráter de consignação, isto é, caso não conseguissem vendê-los, devolvê-los-iam aos sujeitos responsáveis pelos negócios, que podiam ser os próprios autores ou livreiros. O livro escolar seria mais uma mercadoria, como tantas outras postas à venda, pelo menos no que se refere a esses estabelecimentos. Tal negócio não deixava de ser igualmente importante para o mercado de livros escolares, dado que aumentariam os pontos de venda, já que o número de livrarias especializadas era pequeno àquela época no Ceará. Voltemos, pois, ao comércio de variedades praticado pelos livreiros.

Pelos anúncios, vê-se que o eixo central dos negócios de Gualter Rodrigues Silva, inicialmente, foi a venda de variedades, tendo destaque para os gêneros alimentícios. Em 1881, quase todos os anúncios de artigos de escritório mencionam apenas a firma “papelaria”, fato que leva a suspeitar que a venda de livros tenha iniciado somente em 1882. Com relação às mercadorias diversas, os anúncios veiculados na “Gazeta do Norte”, nesse momento, apenas informam que são comercializados por Gualter ou estão à venda em seu depósito, situado na Rua Formosa, n. 59.

Os anúncios associados a seu nome, de início da década de 1880, sugerem que tal comércio já vinha de anos anteriores, como quem muito já havia trabalhado nesse ramo, especialmente pela variedade de mercadorias, embora não se tenham encontrado anúncios de venda de produtos diversos vinculados a seus negócios na década de 1870 em jornais como o “Cearense”, o “Pedro II”, “A Constituição” e o próprio “Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Ceará”. Gualter certamente soube organizar o seu comércio de acordo com as possibilidades que o mercado lhe colocava. Assim, ao longo da década de 1880, acrescentou diversos outros gêneros.

Como inteligente participante das questões de seu tempo, certamente, viu na venda de livros um possível meio para obter bons retornos e passou logo a explorá-lo. Representando o comércio, este livreiro tinha ali consumidores em potencial para seus livros: a própria classe comercial, seus filhos, esposas e parentes. Dispondo das condições de consumir impressos, seja pelo grau de fortuna ou mesmo pelo caráter educacional, muitos estavam em preparatórios para ingresso no ensino secundário, ou mesmo no Liceu, no Ateneu Cearense, em colégios de ordens religiosas, ou voltando de seus estudos superiores em outras províncias do Império, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Gualter, usando de sua perspicácia que parecia nunca o enganar, provavelmente observou o quanto a venda de livros poderia interessar a esses sujeitos.

O envolvimento e o investimento em diversos domínios do comércio fizeram com que este livreiro juntasse aos seus negócios a função de editor. Em 1884, publicou a 6ª edição do “Catecismo da Diocese do Ceará”. Adotado em todas as escolas da Província, tratava-se de uma edição “pequena em seu formato”,<sup>286</sup> “tirada das oficinas de Frias & Filho, no Maranhão.

Por autorização competente acabo de publicar a sexta edição deste importante livro adotado em todas as escolas públicas e particulares da Província e de toda a Diocese. Esta edição foi tirada das oficinas de Frias & Filho, do Maranhão, o que basta para ficar recomendada a nitidez da impressão, a melhor que tem sido exposta a venda até hoje. Grande número de gravuras e emblemas sacros intercalam o texto, tornando-se, portanto, além de útil apreciável. Vende-se exclusivamente em minha libro-papelaria à rua Formosa n. 59.<sup>287</sup>

Aprovado e adotado por D. Luiz Antônio dos Santos quando bispo da Diocese do Ceará, Gualter havia feito a publicação da referida obra sob “autorização competente” do Palácio Episcopal, na gestão de D. Joaquim José Vieira. Com tal empreitada, este livreiro-editor prestou um bom serviço à instrução pública, que já reclamava uma nova edição do “Catecismo da Diocese”, dizia o “Libertador” do dia 17 de março de 1884.<sup>288</sup> Vendido exclusivamente em sua livraria, esta produção constituía “trabalho de mérito que deixou a perder de vista todas as edições passadas em número de cinco”.<sup>289</sup> Em formato de opúsculo, estava à venda por módico preço, reiterava ainda este jornal.

<sup>286</sup> Libertador, 21 nov. 1884, Anúncios, n. 244, p. 3, 5 col.

<sup>287</sup> Libertador, 17 mar. 1884, n. 60, p. 3, Anúncios, o livro das escolas, 5 col.

<sup>288</sup> Libertador, 17 mar. 1884, n. 60, p. 3, Anúncios, o livro das escolas, 5 col.

<sup>289</sup> Libertador, 17 mar. 1884, n. 60, p. 2, 5 col, Gazetilha.

<p style="text-align: center;">397</p> <p style="text-align: center;"><b>Catecismo da Diocese.</b></p> <p>Por autorisação competente acabo de publicar a 6ª edição deste importante livro, adoptado em todas as escolas publicas e particulares da provincia e de toda a Diocese.</p> <p>Esta edição foi tirada das offinas de Frias &amp; Filho, do Maranhão, o que basta para ficar recommendada a nitidez da impressão, a melhor que tem sido exposta a venda até hoje.</p> <p>Grande numero de gravuras e emblemas sacros intercalam o texto, tornando-se por tanto alem de util apreciavel.</p> <p>Vende-se um livro exclusivamente em minha Libro-Papelaria a rua Formosa n° 59</p> <p style="text-align: right;"><i>Gualter R. Silva.</i></p>	<p><b>O livro das escolas.—</b></p> <p>Temos a vista o <i>Catecismo da diocese do Ceará</i>, editado pelo nosso amigo Gualter R. Silva.</p> <p>E' um trabalho de merito, que deixou a perder de vista todas as edições passadas em numero de cinco.</p> <p>Expondo-o a venda por modico preço, o Sr. Gualter prestou um serviço as nossas escolas que já reclamavam por uma nova edição do indispensavel opusculo.</p> <p>Não esquecendo o generoso pensamento de ser util, offereceu 50 exemplares do mesmo <i>Catecismo</i> á « Sociedade propagadora do ensino popular » para distribuil-os entre os alumnos necessitados.</p> <p>Eis um exemplo que deviam imitar todos os que se encarregam da edição dos bons livros.</p>
--	---

**Figura 10:** Anúncio e notícia sobre o Catecismo Diocesano

**Fonte:** Libertador, 17 mar. 1884, n. 60, p. 3, Anúncios, o livro das escolas, 5 col; Libertador, 17 mar. 1884, n. 60, p. 2, 5 col, Gazetilha.

Os elogios feitos a esta edição pelo “Libertador” revelam, ao mesmo tempo, o caráter com que o trabalho de Gualter agradou ao gosto dos articulistas desta folha. Como editor, parecia decididamente estar preparado para receber os retornos pelo trabalho empreendido, não apenas porque constituía produção de “venda certa”, mas porque tal empreendimento o inseria na causa da instrução. De caixeiro e negociante de mercadorias diversas a livreiro e editor, Gualter soube tanto se modernizar em seus negócios, quando decidiu reunir ao exercício do comércio a tarefa de editor, quanto se fazer no ramo livreiro, dimensão difícil de se conseguir construir nome e boa reputação naquela época. Em 1890, este livreiro editaria o romance “A fome”, de Rodolfo Teófilo<sup>290</sup>.

Em setembro de 1883, sua libro-papelaria era depósito, no Ceará, do vinho depurativo do Farmacêutico Azevedo Filho, fórmula combinada que continha os medicamentos próprios

<sup>290</sup> Anos mais tarde, em 1890, este livreiro editaria o romance “A fome”, de Rodolfo Teófilo, obra que conquistou grande prestígio no meio letrado e que talvez lhe tenha auferido grande sucesso como editor. Essa publicação, como negócio que poderia gerar lucros, também não era isenta de riscos. Gualter, porém, parecia acreditar em sua aposta, como quem confiava em sua intuição de bom negociante. Assim, “A fome” foi impresso no Porto, cada exemplar custava 3.000 réis, e estava à venda em sua libro-papelaria; na Livraria de B.L Garnier; na Livraria F. F Boulitreau, em Recife; na Livraria Tavares Cardoso & Cia, no Pará; na Livraria João de Aguiar Almeida & Cia, no Maranhão; na Casa Rodrigues Vieira & Cia, em Manaus e na Livraria Tavares Cardoso & Irmão, em Lisboa. Constituindo um volume de mais de 500 páginas, em bom papel, servindo-lhe de capa um excelente cromo representando um dos quadros da seca, o novo livro de Rodolfo Teófilo, “a julgar pelo trabalho tipográfico, valia a pena uma leitura”, anunciava a Revista Moderna, em janeiro de 1891, publicação mensal que tinha a direção de Adolfo Caminha. Fonte: Cearense, 20 dez. 1890, n. 274, p. 3, 2 col; Revista Moderna, janeiro de 1891, ed. 01, p. 34.

para as manifestações secundárias e terciárias da sífilis.<sup>291</sup> Nessa época, já fornecia artigos para a Secretaria do Governo e para a Câmara Municipal que o havia contratado para a numeração das casas da capital, por meio de placas de zinco, arbitrando em 3.000 o preço de cada uma, cuja despesa correria por conta dos respectivos proprietários.<sup>292</sup> Em 1881, fora ordenado ao Tesouro Provincial o pagamento da quantia de 580\$080 pelo fornecimento de objetos feitos à Colônia Cristina<sup>293</sup>, espaço destinado à ocupação na agricultura e ensino profissional dos “órfãos e ingênuos cearenses desvalidos”.<sup>294</sup> Em 1884, tal serviço se estendeu ao 11º Batalhão de Infantaria e repartição das obras militares.<sup>295</sup>

O fornecimento de artigos às repartições públicas não garantia retornos rápidos. Em abril desse mesmo ano, Gualter solicitava à Câmara Municipal o pagamento da quantia de 7:071\$680.<sup>296</sup> Constantemente apareciam nos expedientes do Governo da Província despachos ordenando à Tesouraria a fazer os pagamentos devidos a este negociante. Em tal cenário, não é à toa que, em anúncio na “Gazeta do Norte”, em 1º de agosto de 1885, Gualter informava que, a partir daquele dia, não vendia “um só real fiado a pessoa alguma, nem mesmo as repartições públicas”.<sup>297</sup>

Em agosto de 1887, podia-se encontrar, nesta libro-papelaria, além de livros em branco para escrituração, papel e envelopes de todas as qualidades, completo sortimento de livros impressos de letras e ciências e, sobretudo, de ensino<sup>298</sup> e todo o material apropriado para adornar altares e santuários: safenas, emblemas sacros, anjos, cruzeiros, estrelas, letreiros em alto e baixo relevo, por baratíssimos preços.<sup>299</sup> Gualter Rodrigues Silva colocava ainda à disposição de seus clientes uma variedade de papeis pintados que compunha um sortimento de 12.000 mil peças com preços igualmente variados desde o valor de 320 por cada peça em 8 metros<sup>300</sup> e anunciava o recebimento de encomendas de quaisquer artigos para dentro e fora do Império, como de pedras tumulares com inscrições e mausoléus, entregando inclusive trinta dias depois da encomenda. Vendia também pedras de mármore para “*consollos toilets*” e satisfazia pedidos

<sup>291</sup> Libertador, 25 set. 1883, n. 209, p. 3, 4 col, Tribuna do Povo.

<sup>292</sup> Cearense, 10 jun. 1880, n. 62, p. 1, 3 col, Noticiário.

<sup>293</sup> Cearense, 4 set. 1881, n. 190, p. 1, 2 col, Parte Oficial.

<sup>294</sup> STUDART, Guilherme. Datas e fatos para a história do Ceará. v.2. Fortaleza: Tipografia Studart. 1896, p. 27.

<sup>295</sup> Cearense, 21 jun. 1884, n. 132, Noticiário, p. 2, 3 col.

<sup>296</sup> Libertador, 15 abr. 1884, n. 72, p. 2, 2 col, Gazetilha, “Citada como Velhaca”

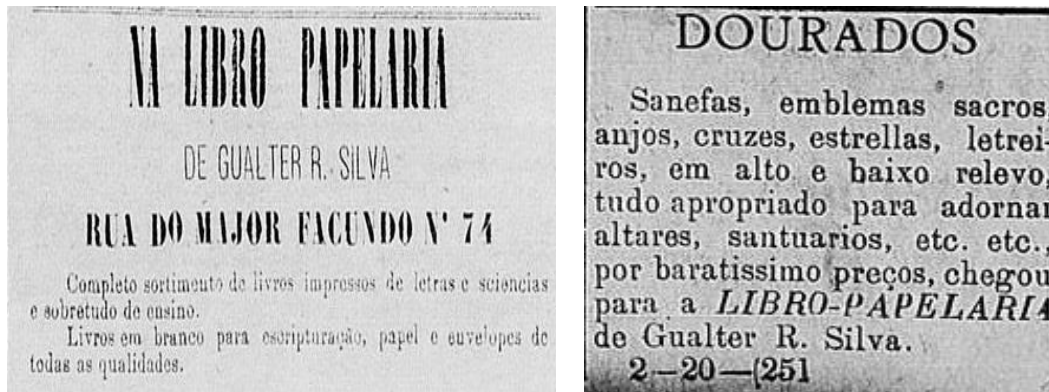
<sup>297</sup> Gazeta do Norte, 1º ago. 1885, n. 163, p. 3, 1 col.

<sup>298</sup> Libertador-Kermesse, edição única – em memória de General Tiburcio, 14 e 15 ago. 1887, p. 4, 3 col.

<sup>299</sup> Libertador, 17 fev. 1887, Anúncios, n. 48, p. 4, 4 col.

<sup>300</sup> Almanack do Ceará, 1883, p. 26 (do documento), p. 27 (da Hemeroteca).

de mosaicos para ladrilhos, entregando prontos para serem colocados, segundo as dimensões que lhes forem dadas.<sup>301</sup>



**Figura 11:** Anúncios da Libro-papelaria de Gualter Rodrigues Silva

**Fonte:** Libertador-Kermesse, edição única – em memória de General Tiburcio, 14 e 15 ago. 1887, p. 4, 3 col;  
Libertador, 17 fev. 1887, Anúncios, n. 48, p. 4, 4 col.

Nessa época, os anúncios de livros e demais produtos à venda na Joaquim José de Oliveira & Cia eram alternados nos jornais entre listas de obras de diversas áreas do conhecimento – Geografia, Religião, Direito, Educação, Literatura, Medicina, Poesia e Ciências Naturais, Industriais e Domésticas –<sup>302</sup> e do que “havia de melhor em objetos de escritório”, perfumarias “dos melhores autores, medicamentos, assim como um conjunto de variedades que ia de óculos, pince-nez, álbuns para retrato e chromos, molduras, caixas de música e músicas modernas”.<sup>303</sup>

Durante toda a sua atuação no comércio fortalezense, a livraria dos Srs. Oliveira se firmou também como depósito de venda de medicamentos diversos. Era o único agente, na capital do Ceará, da farmácia Galeno de Bittencourt & Cia, único depósito em Pernambuco que tinha o elixir de jurubeba com ferro, quina e pegapinto<sup>304</sup> e o xarope Jaramacarú,<sup>305</sup> do Dr. Carlos Bittencourt. Esses medicamentos são divulgados no “Cearense”, nos anos de 1883 e

<sup>301</sup> Almanack do Ceará, 1883, p. 26 (do documento), p. 27 (da Hemeroteca). No Almanack do Ceará aparece além da venda de livros escolares, gênero mais enfatizado quando se fala da libro-papelaria de Gualter neste impresso, a venda de mármore e mosaicos, produtos pouco anunciados nos jornais por esta libro-papelaria. Na imprensa (jornais) enfatiza-se mais os artigos de papelaria e livros quando se trata dos negócios de Gualter. Fonte: Almanack do Cearense, 1883, p. 26 (do documento), p. 27 (da Hemeroteca).

<sup>302</sup> Em 1888, a Livraria de Joaquim José de Oliveira & Cia havia recebido pelos últimos vapores, além de almanaques, enciclopédias, livros de viagens, novelas, contos, romances de Eça de Queiroz, Maistre e Lesage; obras que versavam sobre as ciências naturais, industriais e domésticas, e horticultura. Das produções voltadas para o público de menor idade, tinha-se “As infâncias célebres”, tradução de Pinheiro Chagas e o “Tesouro da infância”, pelo J. M. de Lacerda. Para a instrução, “A enciclopédia do povo e das escolas”. Fonte: Libertador, 6 abr. 1888, Anúncios, n. [ilegível], p. 4, 5 col.

<sup>303</sup> Libertador, 6 abr. 1888, Anúncios, n. [ilegível], p. 4, 5 col.

<sup>304</sup> Cearense, 27 set. 1883, n. 206, anúncios, p. 4, 3 col.

<sup>305</sup> Cearense, 2 fev. 1884, anúncios, p. 4, 1 col.



1884, ocupando quase uma página inteira da seção “Anúncios”. Mais do que uma característica estética, a forma de como são anunciados nos jornais evidenciam que ou já haviam conquistado certa visibilidade, reconhecimento e demanda, ou estavam trabalhando na tentativa de conquistar seu lugar no mercado de medicamentos à época.

Nesse cenário, a venda de bilhetes de loteria, “muito popular no comércio de livros em Paris”,<sup>306</sup> e de mercadorias variadas na Joaquim José de Oliveira & Cia e na libro-papelaria de Gualter,<sup>307</sup> fizeram dessas casas comerciais verdadeiros pontos de encontro de quem desejava obter informações diversas e realizar negócios, isto porque tais vendas garantiam a circulação diária de pessoas nesses estabelecimentos. Era possível, portanto, manter-se a par dos últimos acontecimentos e de assuntos concernentes à venda e compra, para além do comércio de jornais e de livros.<sup>308</sup> Tais empreendimentos contribuíram senão no aumento ao menos em uma maior visibilidade ao comércio de livros, pelo fato de transitarem maior quantidade de pessoas em busca desses serviços.<sup>309</sup>

**LOTÉRIAS A' VENDA**  
Na Libro-papelaria de  
**GUALTER R. SILVA**

—♦—

**Loteria da Côte**  
Premio grande 500 contos.

**Loteria de Pernambuco**  
Premio grande 50 contos.

**Loteria da Bahia**  
Premio grande 100 contos.  
Corre a 10 de Fevereiro, irrevogavelmente.

**Loteria da S. S. Trindade, da Bahia**  
Premio grande 25:000\$000  
Corre a 7 de Março.

**Loteria da Provincia**  
Premio grande 3:000\$000.  
Corre a 14 de Fevereiro.

**RUA FORMOSA N. 59**

**LOTÉRIA CEARENSE**  
**4:000\$000**

**Corre impreterivelmente a 16 de Maio, os bilhetes vendem-se em casa dos Srs.**

**ALBANO & IRMÃO**  
**ERNESTO VIDAL**  
**JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA & C.<sup>A</sup>**  
**FRANCISCO ROSSAS & C.<sup>A</sup>**  
**GUALTER R. SILVA**  
**ANTONIO DOS SANTOS NEVES**  
**BERNARDO JOSÉ PEREIRA**  
**E em casa do**  
**THEZOUREIRO**

*Guilherme Rocha*  
—237—

**Figura 12:** Anúncios de venda de loteria

**Fonte:** Cearense, 4 fev. 1885, n. 25, p. 4, 3 col; Cearense, 1º maio 1885, n. 71, p. 4, 1 col.

Essas livrarias, portanto, foram se desenvolvendo a partir das demandas de sua época, aumentando ou diminuindo a atenção para a compra de determinado produto, ou mesmo lançando novidades. A esse respeito, Sátiro Verçosa, proprietário de uma livraria e oficina de encadernação, além de ser um sujeito primoroso nos negócios e um andarilho quando se trata

<sup>306</sup> HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil:** sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 153.

<sup>307</sup> Cearense, 1º maio 1885, n. 71, p. 4, 1 col; Cearense, 4 fev. 1885, n. 25, p. 4, 3 col.

<sup>308</sup> Libertador, 4 dez. 1883, n. 267, p. 1, 1 col.

<sup>309</sup> Libertador, 28 jul. 1885, Anúncios, n. 29, p. 4, 2 col.

de mudança de endereço, pois do n. 79 na Rua Major Facundo mudou-se para o n. 51, em maio de 1890, também parecia ter espírito ousado, dado que passou a investir em uma novidade que parecia agradar aos seus clientes pela quantidade de anúncios que passam a ser veiculados no “Cearense”: papéis de forro de casas.<sup>310</sup>

Junto ao comércio escolar de livros, a venda de mercadorias diversas crescia de forma expressiva nessas livrarias na última década do século XIX. Nessa época, a libro-papelaria de Gualter havia recebido mais de 300 dúzias de lanternas de todos os gostos para iluminações *a giorno*, anunciava o “Cearense”, em 8 de maio de 1890.<sup>311</sup> Os anos que compreendem esta década foram bastante significativos, no que concerne às mudanças ou mesmo incremento nos produtos postos à venda nesta casa comercial.

Nesse sentido, pode-se concluir o seguinte: era característica comum do comércio, na capital, a venda de variedade de produtos por um mesmo estabelecimento, reunindo e acrescentando outros ramos e mercadorias de acordo com o crescimento do mercado local, bem como do comércio de importação. Nesse caso, Gualter Rodrigues Silva iniciou seus negócios comerciais no ramo de variedades, indo de gêneros alimentícios a mausoléus e, a partir das demandas locais foi investindo naquilo que considerava rentável, à época. Além de proprietário de livraria, Gualter era dono de “tipos e utensílios da tipografia onde se imprimiu o Martins Soares”,<sup>312</sup> anunciada à venda por José Lino de Paula Barros, no “O Estado do Ceará”, negócio que inclusive não se deveria dispensar sua interferência sob pena de ser nula a venda.<sup>313</sup> Antes disso, já havia se inserido no comércio de exportação, se voltando para a venda de amianto<sup>314</sup>.

Embora seja possível observar, nas últimas décadas do século XIX, um vigoroso comércio de livros, no qual o gênero escolar foi crescendo em matéria de compra e consumo, é bem provável que este mercado, no Ceará, tenha se sustentado por meio da venda de variedades. O sucesso por mais de quarenta anos no comércio local da Joaquim José de Oliveira & Cia se deve, em parte, a essa estratégia comercial. Ou investiram desde o início de sua fundação na venda de variedades desejando maior margem de lucros, ou estavam cientes de que encontrariam dificuldades para manter um negócio unicamente baseado na venda de livros e papelaria, visto, na época, o comércio direto com cidades europeias aumentar a concorrência no circuito livreiro, quando se vê nos relatórios da Alfândega inclusive sujeitos de outros ramos

---

<sup>310</sup> Cearense, 23 maio 1890, n. 112, p. 3, 2 col, Encadernação.

<sup>311</sup> Cearense, 10 maio 1890, n. 102, p. 3, 1 col.

<sup>312</sup> O Estado do Ceará, 14 mar. 1891, n. 178, p. 3, 2 col.

<sup>313</sup> O Estado do Ceará, 14 mar. 1891, n. 178, p. 3, 2 col.

<sup>314</sup> A República, 28 out. 1892, n. 161, p. 1, 3 col.

do circuito comercial e mesmo de fora do comércio adquirir caixas de livros, para uso pessoal ou comercial, vindas diretamente da Europa. Sem falar do dinamismo cultural da Província, já que somente uma minoria pertencia às camadas letradas.

Ainda que seja mais seguro afirmar tais proposições mais a partir da trajetória de Joaquim José de Oliveira, dado que, desde o início de sua vida profissional, voltou-se para o comércio de livros, a atuação de Gualter no comércio cearense revela que o mercado de livros escolares, certamente, ganhou muito com o fato de que esse livreiro conseguiu fazer parte e transitar com credibilidade em diferentes grupos, indo da elite intelectual à comerciante. Reunindo em sua trajetória não apenas a figura de comerciante, mas de homem de letras, embora a dimensão negociante e comerciante tenham sido, de fato, a mais latente, Gualter se voltou para aumentar sua fortuna, pondo em xeque as ações da burguesia comercial e as inovações de um capitalismo incipiente, suscitadas com as transformações em curso no Ocidente na segunda metade do século XIX.

Os espaços transitados pelos livreiros compõem, no interior da lógica comercial, aspectos fundamentais para o desenvolvimento do comércio de livros escolares. Nesse caso, Joaquim José de Oliveira fez parte da diretoria da Sociedade Beneficente Dois de Fevereiro, que reunia portugueses residentes em Fortaleza.<sup>315</sup> Sua residência inclusive serviu como ponto de reuniões para eleição de nova diretoria desta sociedade.<sup>316</sup> No governo da Província, atuou como Secretário da Junta do Tesouro e sua livraria era credora da Fazenda Nacional nas quantias de 96\$400 e 36\$560.<sup>317</sup> Construindo seu nome associado a uma espécie de filantropia cristã, participou ativamente das iniciativas encabeçadas pela elite comercial e agrícola de assistencialismo por meio do trabalho à população pobre e órfã, fazendo inclusive subvenções à construção de colônias, como a colônia Cristina. Quando da atuação na sociedade maçônica Grande Oriente, as doações de quantias para as vítimas da seca renderam-lhe honrosas distinções no “Libertador”, em outubro de 1884, pelos serviços prestados à ordem maçônica.<sup>318</sup>

Os vínculos, sejam de amizades ou de negócios mantidos com a classe dos professores, iam desde aqueles que compunham a elite intelectual cearense àqueles que exerciam a função de mestre primário, compondo a classe dos docentes que não estava transitando nos círculos

<sup>315</sup> Cearense, 31 out. 1875, n. 86, Anúncios, p. 3, 3 col.

<sup>316</sup> Em 2 de fevereiro de 1879, ao meio-dia, todos os sócios estavam convidados pelo Secretário João Joaquim Simões, a se fazerem presentes na residência deste livreiro para elegerem nova diretoria que teria de funcionar no ano seguinte. Embora, em anos posteriores, Oliveira não tenha ocupado cargos na direção da Dois de Fevereiro, como se observa inclusive nos resultados das eleições da presidência e direção para aquele ano, veiculados no “Cearense”, sua influência continuava na condição de sócio cujas participações farão de sua imagem sempre atrelada a de homem generoso. Fonte: Cearense, 26 jan. 1879, n. 09, Anúncios, p.4, 2 col.

<sup>317</sup> Cearense, 21 dez. 1880, n. 166, p. 3, 3 col.

<sup>318</sup> Libertador, 6 de out. de 1884, n. 208, Gazetinha, “Pela maçonaria”, p. 2, 2 col.

políticos e ilustrados. Para obter sucesso em seus negócios, souberam reunir tanto “escritores e eruditos, cujos trabalhos encorajaram e dos quais souberam fazer colaboradores devotados e às vezes amigos”,<sup>319</sup> quanto professores primários que compunham a classe dos mestres pobres e que apareciam constantemente nas correspondências da Instrução Pública reivindicado o pagamento de seus vencimentos para sustentar família onerosa. Nesse caso, em julho de 1874, a Joaquim José de Oliveira & Cia assinava como procurador em casos nos quais os professores suplicavam o pagamento de seus ordenados.<sup>320</sup>

### 2.3 Os livros escolares no circuito livreiro

Na imprensa em Fortaleza, mais especificamente nos anos que compõem a década de 1860, os títulos destinados ao ensino primário são anunciados em meio às listas imensas de produções que abrangiam o campo do Direito, da Filosofia, da História, da Geografia, da Teologia e da Devoção. A Joaquim José de Oliveira recebia de Paris uma variedade de livros de contos; uma literatura religiosa com publicações francesas; histórias sagradas; dicionários, entre eles de medicina e guia médico; romances; ensaios de jurisprudência e estudos sobre economia doméstica e vendia-os “pelos preços das outras províncias ou mais baratos”.<sup>321</sup> Nessa época, nas páginas do “A Constituição”, era anunciada a adoção de escritos produzidos e/ou traduzidos por renomados autores do cenário educacional nacional e estrangeiro, como Salvador, Cyrillo Delermendo da Silveira, Ottoni, Collaço e Bezout, principais autores usados no ensino da gramática e da aritmética. As “Seletas Clássicas”, os “Métodos Facílimos” e os “Primeiros Livros para a infância”, compêndios voltados para o aprendizado da leitura, reuniam autores como o Rvd. Miguel Sacramento Lopes Gama, Aquilles Monteverde e Galvão.<sup>322</sup>

Em novembro de 1864, a 4ª edição “aumentada e cuidadosamente corrigida” do “Compêndio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil”, adotado no colégio Pedro II, nos liceus e seminários do Império, de autoria do senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, chegava à livraria de Joaquim José de Oliveira,<sup>323</sup> àquela época, a principal livraria da capital.

<sup>319</sup> FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 239.

<sup>320</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 01 (24). CX 53 A.

<sup>321</sup> A Constituição, 26 nov. 1865, n. 263, p. 3, 3 col, Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira.

<sup>322</sup> A Constituição, 26 nov. 1865, n. 263, p. 3, 3 col, Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira; A Constituição, 6 mar. 1866, n. 44, p. 4, 3 e 4 col, Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira: obras para instrução primária.

<sup>323</sup> Tratava-se de edição encadernada de 556 páginas, no valor de 5.000 réis. Fonte: Cearense, 8 nov. 1864, n. 1735 p. 4, 1 col, Anúncios.

Tal remessa de livros denota um comércio de edições escolares de grande prestígio, procurando atender aos diversos gostos, especialmente da elite ilustrada em ascensão que se formava no Liceu, no Ateneu, instalado em 1863, e em colégios regidos por ordens religiosas. Tal comércio dava indícios também do que Joaquim José de Oliveira se tornaria em anos posteriores, com a desenvoltura de quem passou uma vida inteira se dedicando à venda de livros: ativo animador das letras e do comércio livreiro, dado que, além da dimensão mercadológica, parecia conhecer os gostos e realçar os desejos dos interessados em consumir essa mercadoria.

O comércio de livros escolares em toda a década de 1860, na capital do Ceará, desenvolveu-se nas livrarias do Sr. Oliveira e na de João Luiz Rangel, bem como em algumas poucas tipografias de jornais, como será discutido nos próximos tópicos deste capítulo. Em 1º de dezembro de 1870, a Joaquim José de Oliveira passa a constituir nova firma com o nome Joaquim José de Oliveira & Filho<sup>324</sup> e, dois anos depois, admitiu para sócio o seu genro, Leopoldo d'Oliveira Freire, adotando-se a firma social de Joaquim José de Oliveira & Cia.<sup>325</sup> Esse fato marcaria, de forma cada vez mais crescente, sua expansão na capital. Oliveira Filho e Leopoldo Freire, que já investiam em outras fontes de rendimentos, como a Empresa Tipográfica e Órgão dos Interesses da Sociedade Cearense Libertadora e da Companhia Ferro-Carril, certamente, viram tal comércio como um nicho de mercado que lhes poderia dar bons retornos, dado que a livraria já se encontrava em crescimento vertiginoso.

Nessa época, o Almanak da Província do Ceará para o ano de 1873 traz apenas uma loja de livros, a Joaquim José de Oliveira & Cia, situada na Praça do Ferreira, n. 10, em um momento em que se registram 52 lojas de fazenda, 138 tavernas e 51 quitandas.<sup>326</sup> No ano seguinte, essa livraria parecia já haver se consolidado como o mais sortido estabelecimento de venda de livros e papelaria no Ceará, como atestam os anúncios dos jornais de maior circulação na Província. Nesse ano, são veiculadas no “A Constituição” listas imensas dos livros “recebidos ultimamente” pelos vapores vindos de cidades da Europa. Diante desse cenário, no dia 15 de fevereiro, das 80 obras listadas nesta folha, 25 versavam sobre temas religiosos, entre eles “A maçonaria desmascarada”; além de Direito e Jurisprudência, um total de 24 livros. As demais

<sup>324</sup> A Constituição, 11 dez. 1870, n. 220, p. 4, 3 col, Anúncios.

<sup>325</sup> A Constituição, 10 jan. 1872, n. 06, p. 3, 3 col, Anúncios.

<sup>326</sup> O Almanak da Província do Ceará para o ano de 1873 registra: Negociante com armazém de secos e molhados, 16; lojas de fazendas, 52; lojas de ferragens, 2; lojas de louças, cristais, vidros, etc, 3; loja de instrumento de música, 2; loja de livros, 1; loja de calçados francês, 5; lojas e fábricas de selins, arreios, etc, 5; casa de vender bilhetes de loterias, 4; armazéns de açúcar, 2; armazéns de madeira, 3; armazéns de farinha de trigo (por atacado), 3; lojas de alfaiates, 6; lojas e fábricas de charutos e cigarros, 3; loja de chapéu de sol, 1; lojas de quinquilharias, perfumarias, cristais, lãs, brinquedos de crianças, etc, etc, 9; prensas hidráulicas a vapor, 3; engenho a vapor para serragem, 1; depósito de carvão vegetal, 1; tavernas, 138; quitandas, 51; açougues, 23; padarias, 12; mascate, 7. p. 431-442 (do Almanak), p. 446-457 (da Hemeroteca Digital).

produções, em menor quantidade, constituíam livros de moral, dicionários, ofícios de arte e manufatura, resumos históricos e História do Brasil, História da Igreja, romances e almanaques. Apenas duas obras eram possivelmente voltadas para a instrução das crianças e da mocidade, o “Manual Enciclopédico” e a “Enciclopédia da Infância”, de Achilles Monteverde, autor que, desde os primeiros anos da década de 1860, era admitido e usado nas aulas primárias em inúmeras províncias do Império, inclusive no Ceará.<sup>327</sup>

É fato perceptível que, à época, dos livros chegados a esta livraria pelos últimos vapores, a maior quantidade continuava, desde a década de 1860, como veiculado no “A Constituição” e no “Cearense”, sendo de títulos do campo do Direito e Jurisprudência, em primeiro lugar, seguidos dos gêneros religiosos, compostos por obras eclesiásticas e manuais litúrgicos tanto de preparação para os rituais da vida terrena, quanto para os de subida à dimensão celeste, como é o caso dos manuais de preparação para a morte. Ao lado desse gênero, marcando igualmente crescente demanda, estavam os destinados ao ensino primário, com grande sucesso das produções que já se faziam presentes na década anterior, como o “Histórias Sagradas”, o “Simão de Nantua”, o “Livro de Ouro dos Meninos”, por José Ignacio Roquete, e o “Mimo à infância ou Manual de história sagrada ornado de 100 lindas gravuras representando os principais sucessos referidos no velho e no novo testamento”.<sup>328</sup> Nesse momento, o comércio religioso ganha novas edições, como o “História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento para uso da mocidade ilustrada com cerca de 200 gravuras”, por Dom Antônio de Macedo Costa, obra que teve grande difusão nos estabelecimentos de educação em todo o Império. Por último, constam romances, folhetins e poucos títulos de poesia, música, medicina, almanaque, maçonaria e economia política, como anunciava o “Cearense”, em 4 de janeiro de 1874.<sup>329</sup>

---

<sup>327</sup> Constituição, 15 fev. 1874, n. 19, p. 4, 4 col, Anúncios.

<sup>328</sup> Cearense, 13 jan. 1876, n. 4, p. 5, 3 col, Anúncios.

<sup>329</sup> Cearense, 4 jan. 1874, n. 2, p. 5, 2 col.

## LIVRARIA E PAPELLARIA

DE

Joaquim José de Oliveira & C.

Pelo ultimo vapor recebem esta livraria as obras seguintes:—Historia Biblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento para uzo da mocidade; illustradas com cerca de 200 gravuras, por D. Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará.—Historia Sagrada Pittoresca ou o Livro das Familias Religiosas.—Historia de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras.—Selecta Nacional, organizada pelo padre Raymundo Alves da Fonseca, director e professor do collegio da Immaculada Conceição.—Guia Manual da Reforma Judiciaria.—Regulamento do Imposto de Transmissão de propriedade, annotado com as leis, decretos e avizos anterior e posteriormente publicados que o explicão ou completão pelo Dr. Konhal André Ribeiro.—Direito Civil Ecclesiastico Brasileiro antigo e moderno 2 tomos em 4 volumes, por Candido Mendes.—Episodios da Historia Patria contados a infancia.—Licções Elementares de Geographia, por Estacio de Sá e Menezes.—Constituição e Estudos Geraes da Maçonaria no Imperio do Brazil, reimpressos e annotados com os decretos do Gr. Or. de conformidade com a resolução do mesmo de 23 de setembro de 1872, E. V.—Digesto Brasileiro ou Extracto e commentario das ordenações e leis posteriores até o presente.—Licções de Economia Politica organizadas pelo Dr. José Ascença da Costa Ferreira.—Novo Formulário Medico e Pharmaceutico, por Langgaard.—Estudos, Syntaxicos e philologicos da lingua Portugueza, por V. Moreira de Sá.—Iris Classico coordenado e offerecido aos mestres e aos alumnos das escolas brasileiras, por José Feliciano de Castilho.—Formulário para os processos civis que devem correr perante os juizes de paz segundo a Nova Reforma Judiciaria por Rodrigues de Oliveira.—Codigo Criminal do Imperio do Brazil annotado com os actos dos poderes legislativo, executivo e judiciario que tem alterado e interpretado suas disposições, desde que foi publicado, e com o calculo das penas em todas as suas applicações, por Araujo Filgueiras Junior.—Curso de Direito Hypothecario Brasileiro, por Silva Ramos.—Primeiras Linhas sobre o processo orphanologico, pelo mesmo.—Novissimo Assessor Forense reformado ou Formulário de todas as acções civis no foro Brasileiro, por Cordeiro.—O Advogado Commercial ou Arte de requerer no Juizo Commercial, por Vasconcellos.—Actos dos Juizes de Paz, pelo mesmo.—Primeiras Linhas sobre o Processo Civil Brasileiro, por Souza Pinto.—Codigo Commercial por Orlando.—Praxe Forense ou Directorio Practico do Processo Civil Brasileiro, por Moraes Carvalho.—O Vademecum Forense.—Doutrina das Acções, por Silva Ramos.—Manual Practico do Processo Commercial, por Silva Ramos.—Pratica das Correições pelo Dr. Olegario.—Consultor criminal, civil, commercial e orphanologico, por Cordeiro.—Consolidação das leis civis.—Questões Practicas de direito criminal, pelo Dr. J. Liberato Barroso.—Apontamentos sobre a marcha dos processos summarissimos e executivos, por Camargo.—Livro das Terras, por Vasconcellos.—Manual dos Vereadores contendo a lei do 1.º de outubro de 1828 sobre as camaras municipais, pelo Dr. J. de Oliveira Machado.—Guia pratica para os trabalhos da junta classificadora, por J. Rodrigues Coelho.—Processo de Fallencia, pelo Dr. Didimo Agapito da Veiga.—Primeiras Linhas sobre o processo criminal, pelo Dr. J. B. da Cunha.—Preparação para a morte ou considerações sobre as verdades eternas, por S. Afonso de Ligorio.—Historia Sagrada illustrada para uzo da infancia.—Thesouro do Christão.—Novo Almanack de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1874.—O Sobrevivente, por P. Feral.—Cantos Meridionaos e Cantos do Ermo e da Cidade, por Varella.—Os Dramas da Internacional, por Pierre Zaccane.—O Parricida por Belont e Dautin.—Suspiros Poeticos e Saudades, por Megalhães.—Traité élémentaire de Physique, por Ganot.—A Corda na Garganta, por Emilio Gaborion.—O Rei dos Bahemios, por P. da Terrail.—Elegias Academicas, por Latino Coelho.—O Rocambole (completo) por P. da Terrail.—Os Alfarrabios.—O Ermitão da Gloria.—A Alma de Lszaro, pelo conselheiro J. de Alencar.—Os Filhos do capitão Grant.—A Australis, por Jules Verne. Obra coroadada pela academia franceza.—Dacolard e Lubin, continuação e fim do Matrecida, por Belont e Dautin.—Romance de Uma Mulher Pallida, por P. Kock.—Methodo de musica vocal. Methodo em portuguez, para violão.—Collecção de pautas calligraphicas ou methodo rapido de aprender a escrever sem mestre, por Wager Russell Junior.—Compendio de instrucção moral e religiosa, organizado por Pedro de Souza Guimarães.—Metrologia do povo ou Taboada do systema decimal contendo a comparação de todas as medidas antigas com as modernas, um methodo pratico de reduzir todas as medidas do systema decimal ao antigo systema, e o modo de fazer a redução dos preços dos generos, medidos por um e outro systema, tudo explicado ao alcance das pessoas que não tem conhecimento de arithmetica, por João Miguel da Cruz.

Figura 13: Anúncio da Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira & Cia.

Fonte: Cearense, 4 jan. 1874, n. 2, p. 5, 2 col.

A variedade de gêneros literários postos à venda na livraria dos srs. Oliveira contribuiu, ao longo da segunda metade do século XIX, no desenvolvimento de modo sempre constante do comércio livreiro no Ceará, representado em grande parcela por essa casa comercial. Na década de 1870, a maior parte dos títulos veiculados nos catálogos da Joaquim José de Oliveira & Cia se tratava de produções do campo do Direito, Jurisprudência, Religião, Literatura (romances) e obras escolares<sup>330</sup>.

Nesse cenário, era comum também, no “Cearense”, a publicação de anúncios já apresentados em meses anteriores. Em 13 de janeiro de 1876, essa folha veicula uma lista de obras “recebidas pelo último vapor”, pela Joaquim José de Oliveira & Cia, já publicada em outubro de 1875. Outras vezes, repetia em um mesmo número, de forma concomitante às novidades chegadas, que inclusive compunham listas imensas e ocupavam uma coluna inteira da página, anúncios já publicados. Ou a livraria dos srs. Oliveira tinha um estoque de número mais ou menos grande dos títulos postos à venda, ou havia novamente acabado de receber, corroborando uma nova remessa de compra. No entanto, os indícios levam a suspeitar que se tratava muito mais de sortimento que estava a ganhar poeira em suas prateleiras, de estoques antigos chegados, inclusive, há mais de um ano, se observada a frequência com que eram publicados. Produções como o “Deus do vaticano”, por E. Catellar;<sup>331</sup> “Ubirajara”, por José de Alencar; “O livro dos espíritos”, por Allan Kardec; “Anotações a lei do elemento servil”; “Tratado de Geografia Universal” e “Tratado de costura”<sup>332</sup> apareciam nas páginas do “Cearense” como quem insistentemente desejava vê-los logo vendidos.

---

<sup>330</sup> Cearense, 4 jan. 1874, n. 2, p. 4, 3 col, Anúncios; Cearense, 18 jan. 1874, n. 6, p. 6, 4 col, Anúncios; Cearense, 22 jan. 1874, n. 7, p. 6, 4 col, Anúncios; Cearense, 25 jan. 1874, n. 8, p. 6, 2 col; Cearense, 29 jan. 1874, n. 9, p. 6, 4 col, Anúncios; Cearense, 13 jan. 1876, n. 4, p. 5, 2 e 3 col, anúncios.

<sup>331</sup> Neste trabalho, os nomes dos autores foram mantidos tal qual apareciam nos anúncios das livrarias publicados nos jornais. A preocupação foi a de evitar possíveis embaraços, caso o leitor desejasse acessar informações sobre os autores pesquisando pelo seu nome. É importante ressaltar também que, em muitos casos, os jornais anunciam apenas o sobrenome do autor.

<sup>332</sup> Cearense, 13 jan. 1876, n. 4, p. 6, 1 col, anúncios.



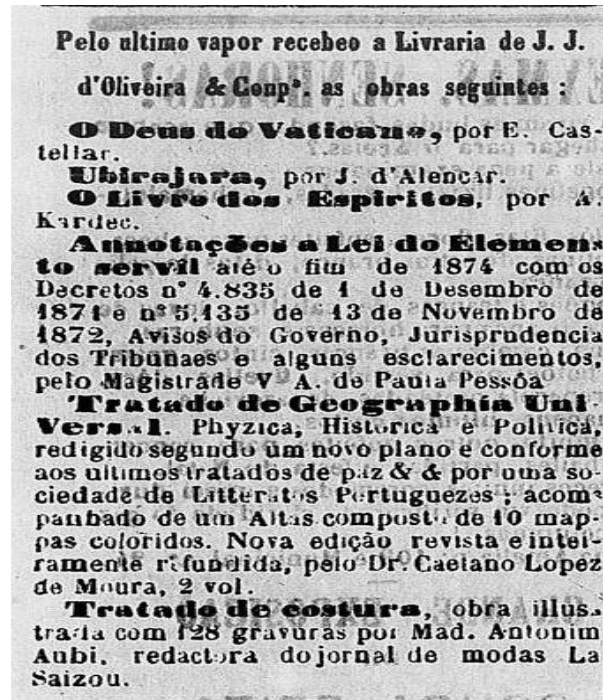


Figura 14: Anúncio da Livraria de Joaquim José de Oliveira & Cia  
 Fonte: Cearense, 13 jan. 1876, n. 4, p. 6, 1 col, anúncios.

Junto aos romances, dramas, poesias e títulos do campo do Direito e da História, como o “Manual de Direito Civil” e o “História da Civilização na Europa”, por Guizot, a Joaquim José de Oliveira & Cia recebia, em fevereiro e março de 1876, produções de educadores renomados como Pierre Larousse, pedagogo, pedagogista, editor e enciclopedista francês, com sua “*Grammaire Litteraire*”, ou o título “Os deveres dos filhos para com seus pais”, tradução de João de Deus;<sup>333</sup> “Noções de física e química”, por Ayres d’Albuquerque Gama e o “Atlas de Geografia Universal”, do Abade Gautier.<sup>334</sup> O século XIX, nas palavras de Jean Yves-Mollier, fora, sem dúvida, “a era dos dicionários, e um nome eclipsa todos os outros, concentra em si as luzes do conhecimento: Pierre Larousse”.<sup>335</sup> Essas celebridades educacionais do momento, como Guisot e Larousse, cujas obras faziam sucesso no circuito livreiro da França, certamente foram logo percebidas como boas opções de lucros pelos senhores Oliveira.

As listas dos livros “recentemente chegados” foram publicadas também por tempo relativamente longo. Embora sendo compostas de produções já anunciadas em publicações anteriores, denotando certa demanda por essas obras, pois, nesse caso, chegaram em remessas de compra diferentes, como aconteceu com “O livro dos espíritos”, de Allan Kardec e o

<sup>333</sup> Cearense, 20 fev. 1876, n. 15, p. 4, 3 col, anúncios, A livraria de Joaquim José de Oliveira & Cia recebeu.

<sup>334</sup> Cearense, 19 mar. 1876, n. 23, p. 5, 2 col, Anúncios.

<sup>335</sup> MOLLIER, Jean-Yves. **O dinheiro e as Letras: História do Capitalismo Editorial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 358.

“História da Civilização na Europa”, por Guisot,<sup>336</sup> não é que a Joaquim José de Oliveira & Cia recebesse quantidade mais ou menos expressiva de uma mesma edição, mas que mesmo as produções tidas enquanto “célebres”, de grandes autores, como José de Alencar, levavam algum tempo para serem vendidas.

O mercado de impressos voltado para a instrução formal crescia a passos largos no Brasil nas últimas décadas do século XIX. Os gêneros à venda nas livrarias e os que saíam dos prelos das editoras obedeciam a uma variedade que procurava atender aos diversos gostos e níveis de fortuna. Nesse ponto, voltemos a atenção para um importante nicho do mercado de livros escolares naquele momento: as edições baratas.

\*\*\*

Com o advento da década de 1880, o comércio de livros escolares, em Fortaleza, anunciava com frequência a venda de produções a preços mais cômodos. Em junho de 1881, o jornal “Pedro II” divulgava a coleção “Biblioteca do Povo e das Escolas Propaganda de Instrução para Portugueses e Brasileiros”,<sup>337</sup> produção cujo fim era “propagar a instrução geral e incitar as classes populares”.<sup>338</sup> Essa obra constituía uma publicação “notável por sua fabulosa barateza”; “por um preço insignificante”, 150 réis, se “alcançaria a instrução, a ciência, a explicação de tantas maravilhas da natureza, e do gênio artístico, a sabedoria, enfim, nas artes, na ciência e na indústria”,<sup>339</sup> como fora anunciado na referida folha. Todos os volumes possuíam 64 páginas, “de composição cheia, edição estereotipada, contendo um tratado elementar completo de ciência prática, de conhecimentos úteis e indispensáveis, expostos numa forma sucinta e concisa, mas clara, ao alcance de todas as inteligências”.<sup>340</sup> Assuntos que se poderiam aprender em produções com preços elevados eram dados, por meio desses livrinhos, “aos operários, aos mestres, aos fabricantes, aos agricultores, aos estudantes e aos homens e mulheres de todas as classes sociais”<sup>341</sup>, que poderiam formar sua “livraria para recreio e para

<sup>336</sup> Cearense, 5 mar. 1876, n. 19, p. 6, 1 col.

<sup>337</sup> Essa coleção foi pesquisada no acervo de obras raras da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará. Para mais informações sobre a coleção “Biblioteca do Povo e das Escolas”, ver o trabalho de Giselle Martins Venâncio intitulado “Lisboa-Rio de Janeiro-Fortaleza: os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues”. **Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias**, vol. 21, 2005, Lisboa, p. 185-204. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/3221>.

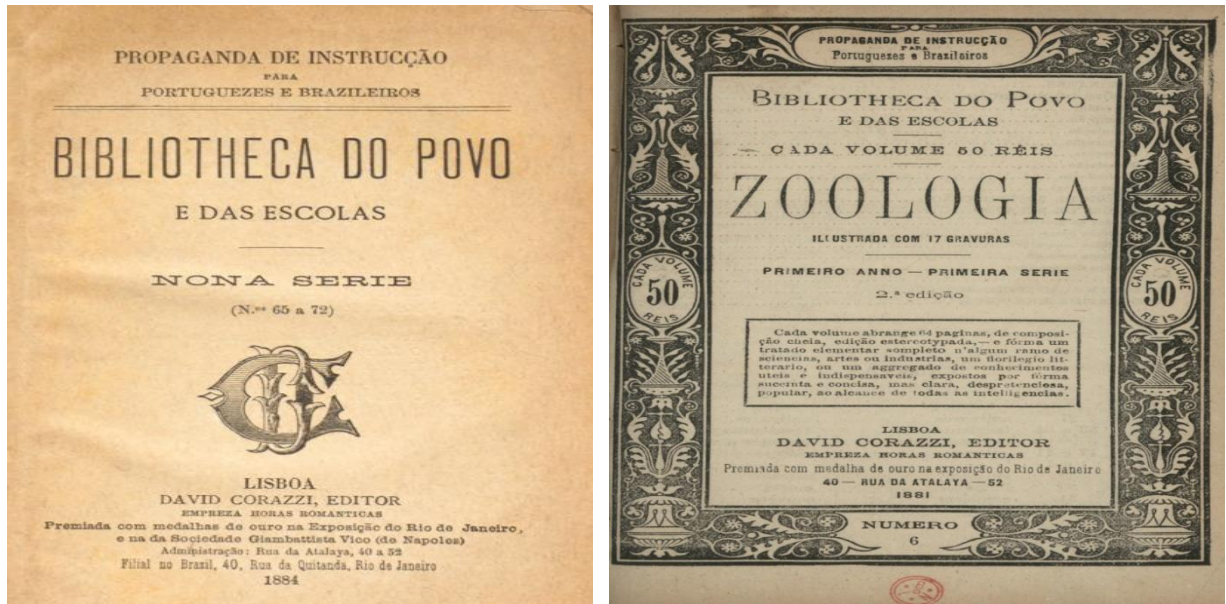
<sup>338</sup> Cearense, 23 jul. 1881, n. 154, p. 3, 5 col.

<sup>339</sup> Pedro II, 20 out. 1881, Avisos, n. 82, p. 3, 5 col.

<sup>340</sup> Cearense, 23 jul. 1881, n. 154, Anúncios, p. 3, 5 col.

<sup>341</sup> Esta informação foi veiculada no Comércio de Portugal, n. 1:703 – Lisboa, 10 de março de 1885 e posta na parte “Juízos da imprensa periódica acerca da Biblioteca do Povo e das Escolas”. Fonte: Biblioteca do Povo e das

consultas por um preço ínfimo”<sup>342</sup>, o que constituía “um verdadeiro tesouro para os que muito querem aprender e pouco podem despende”<sup>343</sup>, como anunciava a 15ª série da Biblioteca do Povo e das Escolas na parte “Juízos da imprensa periódica”. De publicação quinzenal, podia-se adquirir sua assinatura na Joaquim José de Oliveira & Cia.



**Figura 15:** Biblioteca do Povo e das Escolas Propaganda de Instrução para Portuguezes e Brasileiros  
**Fonte:** Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará

Tal movimento enquadrava-se nas tentativas de popularização do livro, que nesse momento, relacionava-se “à possibilidade de oferecer informação, entretenimento, diversão de qualquer tipo, para qualquer pessoa que tivesse consigo a habilidade da leitura”.<sup>344</sup> Nessa época, já se começa a observar os ensaios do mercado editorial de produções escolares de nível primário para se vulgarizar a leitura, especialmente com as diversas produções que carregavam o título “livro para o povo”. Enredos “inéditos e de fácil leitura, capazes de entreter o público heterogêneo e diversificado da grande cidade”<sup>345</sup> não tardaram a receber a denominação de endereçamento ao “povo”. Nos catálogos das livrarias publicados nos jornais, multiplicavam-

Escolas (colaborada por escritores portugueses e brasileiros sob a direção de Xavier da Cunha), 15ª série. Lisboa: David Corazzi, 1886.

<sup>342</sup> Esta informação foi veiculada n’O Açoriano Oriental, n. 2:481 – Ponta Delgada, 28 out. 1882 e posta na parte “Juízos da imprensa periódica acerca da Biblioteca do Povo e das Escolas”. Fonte: Biblioteca do Povo e das Escolas (colaborada por escritores portugueses e brasileiros sob a direção de Xavier da Cunha), 15ª série. Lisboa: David Corazzi, 1886.

<sup>343</sup> Ibidem.

<sup>344</sup> EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação:** literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 74.

<sup>345</sup> EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). **O impresso no Brasil:** dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 94.

se os títulos com tal denominação.<sup>346</sup> O mercado editorial investia em edições baratas na tentativa de difundir a leitura a um público mais variado, a setores que até então estavam fora do público consumidor. Segundo Alessandra El Far, “as publicações impressas de baixo custo já se mostravam, nessa época, acessíveis a setores sociais bastante distintos”.<sup>347</sup>

Para contemplar esse público leigo no que concerne à posse e consumo de livros, era necessário pôr à venda produções com custos mais baixos: formatos menores, menos elaboradas e com um papel mais barato. Certamente, os livreiros teriam tomado consciência das novas exigências que se apresentavam no circuito livreiro, especialmente daquelas vindas das camadas menos afortunadas, como as famílias que, para manterem os filhos na instrução pública, fariam os mais diversos esforços para pagarem a professores particulares ou mesmo para adquirirem livros escolares.

Embora com altas taxas de analfabetismo, esse comércio de folhetos, cartilhas, opúsculos, que traziam o termo “povo”, certamente, só foi possível com a alfabetização dessas camadas, ainda que a leitura muitas vezes não tenha se dado pelo consumo particular do livro, mas por meio da oralidade, pronunciada em voz alta e coletiva de algum membro da família, ou mesmo em grupos de amigos ou círculos religiosos leigos.

Na esteira do comércio de obras baratas, ao lado dos figurinos para o carnaval, nas páginas da “Gazeta do Norte” e do “Libertador”, nos meses de janeiro e fevereiro de 1886, a “Gramática do Professor Sobreira” é anunciada a um preço módico de 600 réis.<sup>348</sup> Para angariar possíveis leitores-consumidores, os anúncios traziam os preços como principal elemento que faria dessas obras impressos com grandes saídas. Assim, na Libro-Papelaria de Gualter a “Aritmética elementar ilustrada”, por Antônio Trajano, obra aprovada pelo Congresso Pedagógico da Corte e adotada na Província era vendida por 1.000 réis.<sup>349</sup>

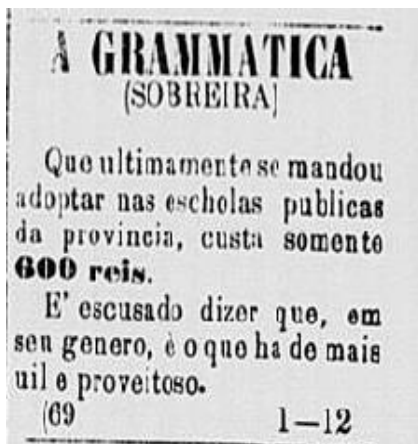
---

<sup>346</sup> EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). **O impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 94.

<sup>347</sup> Ibidem.

<sup>348</sup> Libertador, 28 jan. 1886, n. 23, Anúncios, p. 3, 6 col.

<sup>349</sup> Libertador, 10 fev. 1886, n. 33, Anúncios, p. 3, 4 col.



**Figura 16:** Anúncio da Gramática do professor público primário Dias Sobreira  
**Fonte:** Libertador, 28 jan. 1886, n. 23, Anúncios, p. 3, 6 col.



**Figura 17:** Anúncio da Aritmética do professor Antônio Trajano  
**Fonte:** Libertador, 10 fev. 1886, n. 33, Anúncios, p. 3, 4 col.

Nessa época, na tentativa de conquistar um público mais heterogêneo, observa-se um barateamento de diversos gêneros literários. O desenvolvimento do Rio de Janeiro, então capital do Império, o crescimento do número de homens livres e de profissionais liberais, a vinda de imigrantes europeus e a instalação de uma população assalariada foram fatores que, junto às inovações tecnológicas de impressão, que acabavam tornando os custos da produção em larga escala mais baixos, contribuíram para fazer do livro um produto comercial lucrativo.<sup>350</sup> Embora essas transformações se façam de forma mais evidente na região sudeste, o comércio livreiro das demais províncias se verão impactados, especialmente porque, no que concerne ao circuito de livros, o estabelecimento de relações entre livreiros no Ceará com livrarias e editoras de São Paulo e do Rio de Janeiro fortaleceu-se, na medida em que estas também abasteciam casas comerciais que aqui se colocaram na empreitada de vender livros. O foco, portanto, nas últimas décadas do século XIX, era “publicar para uma ampla gama de leitores”<sup>351</sup> e o “melhor livro já não era aquele que deixava transparecer um estilo- refinado de escrita, mas o que mais vendia”.<sup>352</sup> Nas prateleiras das livrarias, as brochuras baratas ganham espaço, na intenção de

<sup>350</sup> EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação:** literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 12.

<sup>351</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>352</sup> Ibidem, p. 12.

atingir o “povo”, atentando para o segmento da população ainda pouco explorado pelo mercado editorial.<sup>353</sup>

É importante salientar que, ao trazer o segmento “povo”, os livreiros e os editores, como aponta Alessandra El Far, não se referiam propriamente às camadas pobres, mas “a toda e qualquer pessoa livre das amarras do analfabetismo”.<sup>354</sup> Assim, as produções que ganhavam o título de “populares”, ou “para o povo”, tratavam-se de livros com preços e formatos acessíveis, de fácil leitura, estampados com inúmeras imagens e com destino a um público mais amplo, na intenção de “extrapolar as fronteiras econômicas e sociais, que antes limitavam a compra de livros aos grupos endinheirados”.<sup>355</sup> Dessa forma, tais termos não diziam respeito a um público leitor em específico, mas às obras que “recebiam um tratamento editorial interessado em baixar seu custo de produção e dinamizar seu consumo”.<sup>356</sup>

Tal movimento, o do barateamento de livros, como mostram os anúncios de jornais, contemplou, de forma mais incisiva, produções escolares e romances. Assim, com o título “Biblioteca de romances baratos”, a Joaquim José de Oliveira & Cia anuncia, em março de 1885, a venda no valor de 500 réis, de “O segredo terrível”, por M. E. Braddon, “A herança do banqueiro”, por E Deligney, ambos em dois volumes, e “No tempo do temor”, por J. Boulabert, em três volumes.<sup>357</sup> Nesse mesmo momento, E. de Nogueirol<sup>358</sup> era correspondente do “Cearense” no Rio de Janeiro e editava “romances escolhidos em pequenas brochuras ao alcance de todos”, publicações que compunham a “Biblioteca Doméstica”, aliás muito bem recomendada por essa folha, pois se podia “por quantia insignificante obter os melhores livros”. Sendo “a escolha das obras escrupulosa” e podendo ser lidas, inclusive, “sem receio de ofensa moral e bons costumes”, cada fascículo tinha 32 páginas e custava 100 réis.<sup>359</sup> Destinada a prestar “os melhores serviços às letras pátrias”, reiterava costumeiramente este jornal que a Biblioteca Doméstica, naquela época, já tinha à vista os três primeiros fascículos da “Estrela do sul, o país dos diamantes”, de Júlio Verne, “muito bem impresso e em formato cômodo”.<sup>360</sup>

<sup>353</sup> EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação**: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 11.

<sup>354</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>355</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>356</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>357</sup> Cearense, 1º mar. 1885, n. 38, p. 3, 2 col.

<sup>358</sup> Não encontramos o primeiro nome referente a “E. de Nogueirol” nas publicações do Cearense naquele momento.

<sup>359</sup> Cearense, 13 maio 1885, n. 81, p. 2, 1 col, Biblioteca Doméstica.

<sup>360</sup> Cearense, 13 maio 1885, n. 81, p. 2, 1 col, Biblioteca Doméstica. Tal empreendimento parecia ter tido a aprovação dos articulistas do Cearense, fato que o levou a reiterar constantes agradecimentos ao envio de fascículos desta obra, último romance, de Júlio Verne. Recomendando-a a seus leitores que, por quantia insignificante” era possível consumir “obras primas”, pois com 2.000 réis podia-se obter 20 fascículos de 32 páginas<sup>360</sup> da Biblioteca Doméstica. Após à *Estrela do sul, o país dos diamantes*, se daria início à publicação de *Andrea, a feiticeira de*

Para ampliar o número de assinantes, Nogueirol recorreu, como muitos faziam, ao serviço de correspondente. Foi a Joaquim José de Oliveira & Cia quem firmou negócio com este editor, se tornando seu correspondente no Ceará.<sup>361</sup>

Em todo o Império, observa-se um crescimento das edições em formatos luxuosos e com encadernação mais sofisticada, produzidas a partir de um material mais caro, com capas em cristal, madreperla, marfim e tartaruga,<sup>362</sup> e de forma concomitante, os investimentos dos editores em quantidade expressiva de edições baratas, como os “Livros do Povo”,<sup>363</sup> obra solicitada pelos professores como indispensável ao ensino primário. Essas edições não exigiam altos gastos, seja pelo tipo de papel, formato e encadernação, questão que pode ter contribuído na sua crescente atenção por parte dos editores.

A ampliação do número de publicações dos mais diversos gêneros, como o romance ou as obras escolares se deve, em parte, nesse momento, ao aumento dos investimentos em coleções e edições baratas.<sup>364</sup> O empenho dirigido ao comércio de impressos de pequeno custo indica, talvez, a demanda de um novo público, de menos fortuna, mas nem por isso completamente alheio aos impressos que circulavam.<sup>365</sup> Os novos leitores do século XIX, as mulheres, as crianças e a classe média baixa, “artesãos ambiciosos e funcionários de escritório que engrossavam em toda parte a clientela de bibliotecas ambulantes”<sup>366</sup>, como dito por Martyn Lyons, constituíam parte significativa do novo público leitor de “livros de cozinha, revistas e, sobretudo, do romance popular barato”<sup>367</sup>; de textos escolares<sup>368</sup>; contos de fadas<sup>369</sup> e de uma “literatura rigorosamente didática”<sup>370</sup>, como as histórias instrutivas<sup>371</sup>. Voltemos, pois, aos livros escolares no circuito livreiro em Fortaleza.

---

*Richebourg*, como informava este jornal em agosto de 1885. Fonte: Cearense, 23 maio 1885, n. 89, p. 1, 4 col, Biblioteca Doméstica.

<sup>361</sup> Cearense, 26 jun. 1885, n. 115, p. 2, 3 col, Biblioteca Doméstica

<sup>362</sup> Inventário de Angélica Alexandrina de Oliveira, Cartório de Órfãos, Fortaleza/CE, Pacote 33, processo 16, 1870, Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

<sup>363</sup> No ano de 1874, nas correspondências da Instrução Pública, encontrou-se a referência ao Livro do Povo como sendo de autoria de Antônio Marques Rodrigues. Na capa final do Segundo Livro de Leitura Abílio Cesar Borges é veiculado o “Livro do Povo ou Silabário Brasileiro”, também de sua autoria. Como na maioria das vezes os títulos não traziam os nomes dos autores é importante considerar que diferentes autores podem ter usado essa nomenclatura para intitular suas produções.

<sup>364</sup> SILVA, Arruda Ozângela de. **Pelas rotas dos livros**: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011, p. 132.

<sup>365</sup> LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 2002, v. 2, p. 181.

<sup>366</sup> Ibidem, p. 185.

<sup>367</sup> LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 2002, v. 2, p. 169.

<sup>368</sup> Ibidem, p. 177.

<sup>369</sup> Ibidem, p. 181.

<sup>370</sup> Ibidem, p. 181.

<sup>371</sup> Ibidem, p. 181.

\*\*\*

A década de 1880 parecia querer apontar novos ares para o comércio de livros na capital do Ceará, especialmente com as fundações de inúmeras agremiações, sociedades de propagação da Instrução e gabinetes de leitura, movimento que se via desde a década de 1870, embora de forma mais acanhada. Logo nos primeiros anos, novos investidores entram para o ramo de venda de livros. Além da tão afamada Joaquim José de Oliveira & Cia, outros nomes começam a ser veiculados nos jornais: Gualter Rodrigues Silva, como já mencionado neste capítulo, e Lacy Wardlaw.

Em julho de 1883, o comércio livreiro especializado havia ganhado maior incremento com a entrada do Rvd<sup>o</sup> Lacy Wardlaw, mais conhecido nos anúncios de jornais como “proprietário da livraria evangélica”. Homem devotado às letras religiosas, tinha seus textos publicados no “Libertador” e, como ministro protestante, presidia, todos os domingos e quartas-feiras, às 10 horas da manhã e 7 horas da noite, na Rua Senador Pompeu n. 59, cultos públicos.<sup>372</sup> Além das tarefas de caráter puramente religioso que, inclusive, incluíam o comércio de impressos evangélicos, Lacy Wardlaw, em outubro de 1888, tomou posse como agente consular na Província pelo governo norte-americano em lugar do Dr. Guilherme Studart.<sup>373</sup> Seu estabelecimento constituía mais uma opção para os desejosos em adquirir livros escolares, especialmente a preços módicos. Obras de grande circulação, como o “Catecismo Bíblico”, embora o anúncio não traga sua autoria, eram oferecidas aos pais de família, a 200 réis. Impresso na tipografia do “Libertador”, com uma tiragem de 3 mil exemplares,<sup>374</sup> estava à venda tanto na encadernação deste jornal, quanto na casa do reverendo protestante.

Em maio de 1884, a livraria e papelaria de Gualter tinha à venda várias produções destinadas à instrução primária, aos colégios de ensino secundário e à Escola Normal. O “Desenho Linear”, de Ayres de Albuquerque Gama; “Geografia”, de Joaquim Lacerda; “Aritmética”, de Miguel Jardim e de Antônio Trajano, e “História”, de Joaquim Manoel de Macedo,<sup>375</sup> eram obras adotadas neste estabelecimento de formação dos aspirantes à função de professor. Em 1887, Gualter já havia conseguido, em apenas três anos de fundação de sua livraria,<sup>376</sup> o mesmo que Joaquim José de Oliveira: comércio direto com as principais

<sup>372</sup> Libertador, 20 ago. 1883, Anúncios, n. 180, p. 1, 2. col.

<sup>373</sup> Cearense, 3 out. 1888, n. 225, Noticiário, p. 2, 1 col.

<sup>374</sup> Libertador, 28 jul. 1883, Tribuna do povo, n. 162, p. 3, 3 col.

<sup>375</sup> Libertador, 21 maio 1884, n. 102, p. 3, 6 col, Anúncios, Escola Normal.

<sup>376</sup> Libertador, 21 maio 1884, Anúncios, n. 102, p. 3, 6 col.



instituições fomentadoras de instrução na Província, como a Escola Normal e a própria Instrução Pública.<sup>377</sup>

As relações estabelecidas quando da atividade de caixeiro e de cobrador de dívidas, na década de 1860, certamente, influenciariam numa maior inserção no circuito livreiro em inícios da década de 1880. Outra questão relevante que talvez tenha contribuído para uma maior visibilidade no ramo de livros seja o fato de sua esposa, Isabel Rabello da Silva, exercer, àquela época, a função de professora primária e possivelmente ter estabelecido no andar de cima de sua livro-papelaria uma aula primária. Além das matérias próprias desse currículo, ensinaria “espontaneamente aos seus discípulos” Geografia, História do Brasil, Caligrafia e Desenho, como dito em anúncio veiculado em 15 de janeiro de 1886, no “*Libertador*”.<sup>378</sup>

A atuação de Gualter Rodrigues Silva na União Comercial, em 1865 e 1866, leva a suspeitar que possivelmente tenha participado de sua fundação, dado que essa sociedade, naquele ano, encontrava-se com apenas três anos de existência.<sup>379</sup> Residindo na Rua da Amélia, em 1873, Gualter continuava a fazer parte da classe de caixeiros despachantes da capital.<sup>380</sup> Nesse mesmo ano, também era secretário da loja maçônica Fraternidade Cearense, ao lado de nomes como João Cordeiro, importante comerciante que exercia a função de tesoureiro.<sup>381</sup> A participação da classe caixeiral na vida pública da capital fez com que Gualter circulasse por diversos lugares, indo do comércio às iniciativas ditas filantrópicas. Na seção da Santa Casa de Misericórdia de 19 de fevereiro de 1875, falou-se da colaboração que fez uma comissão de caixeiros composta dos srs. Gualter Rodrigues Silva, Antonio Cyrillo Freire, Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira, João Joaquim Simões, Alfredo da Rocha Salgado, Joaquim Theophilo Rabello, dentre outros, de diversos objetos por eles agenciados para a exposição em benefício do asilo de alienados.<sup>382</sup>

Em 1877, sua casa serviu como ponto de encontro para reuniões da classe caixeiral, inclusive as que tinham como fim a organização de trabalhos em favor das vítimas da seca. Sua participação como presidente de comissões encarregadas de angariar donativos foi fundamental na inserção dos caixeiros nos eventos que solicitavam maior engajamento da classe

<sup>377</sup> *Libertador*, 13 fev. 1887, Anúncios, n. 44, p. 3, 6 col.

<sup>378</sup> *Libertador*, 15 jan. 1886, n. 12, p. 4, 3 col, anúncios.

<sup>379</sup> *Aurora Cearense*, 21 out. 1866, (suplemento ao n. 19), p. 9, 2 col.

<sup>380</sup> *Almanack da Província do Ceará: administrativo, mercantil e industrial*, de 1873, Ed. 02, p. 305 (do documento), p. 320 (da Hemeroteca)

<sup>381</sup> *Almanack da Província do Ceará: administrativo, mercantil e industrial* (1873), ed. 02. p. 420 (do documento), p. 435 (da Hemeroteca).

<sup>382</sup> *A Constituição*, 21 fev. 1875, n. 20, p. 3, 2 col, Ceará.

comercial.<sup>383</sup> Nesse mesmo ano, Gualter envia um ofício a Antônio Augusto Pereira de Miranda, sujeito que havia pertencido até recentemente à classe caixeiral de Lisboa, pedindo que se encarregasse de entregar circulares, naquela cidade, tratando de pedidos de donativos, assim como sua arrecadação, tarefa que aceitou com apreciação e distinção.<sup>384</sup> Para representar a classe caixeiral do Ceará em Paris, a União Comercial escolheu o Sr. Prosper Pelissier, sócio da firma Fould Frères, fato que rendeu 4.580 francos, entre quantia e gêneros alimentícios, arrecadados por esse sujeito.<sup>385</sup> Tais vinculações com o outro lado do Atlântico mostram, por um lado, o raio de contatos que a classe caixeiral no Ceará construiu, tendo Gualter à frente de sua presidência.

A essa época, esse livreiro-editor já era reconhecido como “conceituado comerciante”<sup>386</sup> pelo “Libertador”, em junho de 1886, e como “rico proprietário de uma casa comercial de livros nesta praça”,<sup>387</sup> como dito pelo jornal “Pedro II”, em dezembro de 1888. Sua fortuna, certamente, devia-se à sua desenvoltura e tino para o comércio, o que revela a expansão das mercadorias postas à venda, como cigarros, gêneros alimentícios, pedras, entre outros.

Quando Gualter resolveu se embrenhar no comércio e edição de livros, certamente, já havia conquistado grande fortuna como negociante de mercadorias em geral. Possivelmente, a função de caixeiro que exerceu por anos, assim como seus trabalhos na União Comercial na década de 1860, quando tinha 22 anos de idade, deram-lhe base para se tornar um bom gerenciador de negócios e finanças. Sem dúvida, deve ter sido nesse período que aprendera saberes rudimentares de economia. Embora suas ações apareçam, na maioria das vezes, associadas à classe comercial, sua presença por onde passava era recepcionada pelas figuras mais destacadas do cenário social, parecendo, inclusive, que Gualter também desejava fazer parte dos homens de cultura.

Nessa época, sua livro-papelaria estava situada na Rua Major Facundo, n. 74 e Rua da Assembleia, n. 59 e constituía estabelecimento notável pelo esplendor com que se achava montado, dizia o “Libertador” em abril de 1888. Sua papelaria mantinha relações diretas com diversas fábricas da Europa, “o que lhe permitia receber sem interrupção os artigos das melhores fábricas, que são vendidos por menos do que em qualquer outra província do

<sup>383</sup> Cearense, 5 jul. 1877, n. 56, p. 2, 4 col, Noticiário; Cearense, 1º jul. 1877, n. 55, p. 3, 1 col. Convocada para o dia 29 de junho de 1877 na casa do Sr. Gualter Rodrigues Silva, foi adiada em razão da chegada do vapor para o norte, para domingo, dia 1º de julho, ao meio-dia, em casa do mesmo Sr. Gualter.

<sup>384</sup> Cearense, [data rasurada] set. 1877, n. 73, p. 3, 4 col.

<sup>385</sup> Cearense, [sem a página da data] dez. 1877, n. 104, p. 4, 2 col, publicações solicitadas.

<sup>386</sup> Libertador, 9 jun. 1886, n. 128, p. 3, 4 col.

<sup>387</sup> Pedro II, 14 dez. 1888, n. 114, p. 1, 5 col.

Império”.<sup>388</sup> Ainda de vapores vindos de cidades europeias e das províncias do sul do Brasil, recebia “as mais recentes publicações sobre todos os ramos de conhecimento humano”.<sup>389</sup> Constituía “sem dúvida um dos melhores estabelecimentos do país”, acrescentava o referido jornal.<sup>390</sup>

Nesse momento, o comércio de manuais escolares parecia dar saltos importantes, isto porque, na libro-papelaria de Gualter, podia-se adquirir, em 1890, livros destinados à Escola Militar, ao Liceu, à Escola Normal e quaisquer outros estabelecimentos de instrução secundária.<sup>391</sup> Essa libro-papelaria mantinha também negócios com editoras de grande calibre e capacidade técnica. Da Empresa Editora Chaves de Aguiar & Cia, situada no Largo de São Paulo, Rua de Passos Manoel e no Porto, n. 14, tinha assinaturas para o “Dicionário Enciclopédico Português Ilustrado”.<sup>392</sup>

#### **2.4 As livrarias e oficinas de encadernação**

Em 1º de fevereiro de 1865, o comércio livreiro, na capital, ganharia novos agentes com o surgimento da Afio Bezerra de Menezes & Cia, situada confronte à Agência da Companhia de Paquetes a Vapor, na Rua da Palma, n. 51. Aberta em comandita por Afio Bezerra de Menezes, podia-se adquirir nesta casa comercial um “completo sortimento de livros pelo menor preço possível”,<sup>393</sup> tudo que dizia respeito a material de escritório, aula de desenho, assim como uma “fábrica” de encadernação que garantia segurança e nitidez nos trabalhos.<sup>394</sup> Embora o “Cearense” anuncie no dia 9 de fevereiro que no número seguinte sairia a relação dos objetos vendidos nesta livraria, o fato é que a dita lista nunca foi publicada. Esse mesmo anúncio fora divulgado em alguns números deste jornal sem trazer qualquer modificação ou novidade ao comércio feito neste estabelecimento.

Um ano depois de sua abertura, em abril de 1866, essa livraria e oficina de encadernação passa a pertencer a João Luiz Rangel. Ainda que não tenha tido vida longa, a Afio Bezerra de Menezes & Cia, certamente, deu sua contribuição senão para fomentar um comércio de livros a preços baixos, ao menos para apontar na lógica comercial os resultados de tal empreendimento, demonstrando, ao mesmo tempo, característica importante na atividade de

<sup>388</sup> Libertador, 8 abr. 1888, n. 1, p. 4, 3 col.

<sup>389</sup> Libertador, 8 abr. 1888, n. 1, p. 4, 3 col.

<sup>390</sup> Libertador, 8 abr. 1888, n. 1, p. 4, 3 col.

<sup>391</sup> Cearense, 10 mai. 1890, n. 102, p. 4.

<sup>392</sup> Cearense, 14 ago. 1890, n. 206, p. 3, 1 col.

<sup>393</sup> Cearense, 9 fev. 1865, n. 1786, Aviso, p. 4, 3 e 4 cols.

<sup>394</sup> Cearense, 9 fev. 1865, n. 1786, Aviso, p. 4, 3 e 4 cols.

livreiro àquela época: sensibilidade para com o público leitor ou aquele com pretensões literárias de fortunas mais modestas.

É bem provável que o Sr. Rangel fosse inexperiente na atividade que passou a exercer, pelo menos no que se refere a manter uma loja com estrutura voltada para o comércio livreiro e encadernação. Nos periódicos à época, não se encontrou qualquer vinculação ao exercício dessas atividades no período anterior à compra e negócio feito com a Afio Bezerra de Menezes & Cia, como visto em outros sujeitos que já exerciam tais negócios e acabavam adquirindo outras firmas que efetuavam o mesmo comércio, passando suas lojas a ter novo endereço.

Aproveitando toda a estrutura da loja anterior, João Luiz Rangel parecia não ter modificado muita coisa e, provavelmente, apostaria na clientela já conquistada anteriormente, pois neste endereço continuaria a oferecer o serviço de encadernação; uma variedade de artigos para escritório e desenho; assim como livros de direito, literatura, religião, instrução primária e secundária, romances, poesias, dentre outros.<sup>395</sup> Sua postura comercial parecia querer imprimir, desde o início, boas relações com seus clientes – característica fundamental aos que estavam iniciando no ramo de venda de livros –, isto porque a depender da forma de pagamento, os preços poderiam ser baixados, principalmente quando “via-se logo o dinheiro”, como anunciava o *Jornal do Ceará*, em 24 de janeiro de 1868.<sup>396</sup>

A livraria e oficina de encadernação de João Luiz Rangel tratou logo de informar ao público, no Ceará, o desejo de que as vendas fossem feitas a dinheiro à vista, como também havia divulgado no “*Cearense*”, em 1865, a Afio Bezerra de Menezes antes de passar a pertencer ao novo dono.<sup>397</sup> Naqueles idos, era necessário ter cautela no mundo dos negócios livreiros, isto porque a venda de livros não acontecia de forma rápida e o retorno financeiro também levava algum tempo, fato que fazia as livrarias baixarem os preços somente em casos de compra à vista, ou ainda utilizarem somente essa forma de pagamento.

Parecia não ser possível para a maioria das casas comerciais que se voltaram para a venda de impressos, de artigos de escritório e encadernação, no Ceará àquela época, manter a venda a crédito. As demandas pareciam ainda não acompanhar a ordem dos lucros. Embora sendo um recurso próprio de cada estabelecimento comercial escolher as formas de pagamento, podendo estar relacionado, ou não, à manutenção propriamente dos negócios, a venda a crédito

---

<sup>395</sup> Das 141 edições correspondentes ao ano de 1868, esse mesmo anúncio aparece em 16. Dos materiais para escritório, encontravam-se à venda variados tipos de papel de todas as qualidades, tira-linhas (compassos, raspadeiras, tesoura, canivete...), carteiras de couro da Rússia, carteiras variadas (simples e com estojo contendo tesoura...), molas (de variados sistemas para segurar papeis...). Fonte: *Jornal do Ceará*, 24 jan. 1868, n. 18, p. 4, 3 col.

<sup>396</sup> *Jornal do Ceará*, 24 jan. 1868, n. 18, p. 4, 3 col.

<sup>397</sup> *Cearense*, 9 fev. 1865, n. 1786, Aviso, p. 4, 3 e 4 cols.

mostrava que, dentro da lógica de mercado, os comércios que se utilizavam desse recurso tinham meios para se manter, mesmo aguardando certo período para obter os retornos financeiros, como foi o caso da Joaquim José de Oliveira & Cia e da libro-papelaria de Gualter Rodrigues Silva.

Naquela época, a livraria e oficina de encadernação do Sr. Rangel chegou a adquirir, ainda que de forma tímida, livros vindos de Lisboa. Certamente, a maioria dos impressos postos à venda era proveniente do mercado nacional, fato observado ao se levar em conta as “ausências”, o não aparecimento do nome João Luiz Rangel no movimento da Alfandega, no que concerne às importações vindas da Europa. Embora as importações de livros tenham sido feitas em pequena escala,<sup>398</sup> este negociante fez de sua livraria espaço onde se podia obter assinaturas de produções de grande importância no cenário letrado, como a tradução da obra “*Le Monde Marche*”, pelo célebre escritor francês, Eugenio Pelletan, “profeta do futuro, o Isaias político do século XIX”.<sup>399</sup>

De 1868, momento em que os anúncios referentes à livraria e oficina de encadernação de João Luiz Rangel veiculam a venda de livros, até 1872, com os anúncios de liquidação de todo o estoque de seu comércio, as edições obedecem às mesmas áreas do conhecimento: Religião, Direito, Instrução Primária e Secundária, com exceção dos títulos literários, incluindo romances e poesias, que talvez já tivessem sido vendidos, visto não aparecerem no anúncio de 19 de janeiro de 1872, no “A Constituição”, como observado em publicações anteriores. Ou João Luiz Rangel limitou-se à venda dos gêneros mencionados acima, tendo-os assim de forma constante nas estantes de sua livraria por durante esses quatro anos (1868 a 1872), ou tais títulos diziam respeito a estoques antigos que tiveram pouca ou nenhuma saída, a dizer, títulos encalhados.

Nesse período, parecia que seu carro-chefe, como assim procurava informar na imprensa, era de fato a venda de artigos para escritório, desenho e o serviço de encadernação. Sua loja provavelmente dispunha de quantidade pequena de livros, pois, nos anúncios publicados no “Jornal do Ceará”, em janeiro de 1868, sequer são informados os títulos, apenas que abrangiam a área do Direito, Literatura, Religião, Instrução Primária e Secundária, Romances e Poesias.<sup>400</sup> Certamente, foi a venda de artigos para escritório, papelaria e materiais para desenho que deu bons lucros a João Luiz Rangel. Seus negócios pareciam sortir solidez

<sup>398</sup> Em 12 de maio de 1866, o patacho português “Estrela” manifesta uma caixa de livros destinada ao Sr. Rangel. Fonte: Cearense, 16 maio 1866, n. 2087, Comércio, p. 4, 1 col.

<sup>399</sup> Cearense, 10 jun. 1866, anúncios, n. 2108, p. 4, 1 col.

<sup>400</sup> Jornal do Ceará, 22 jan. 1968, n. 16, p. 4, 1 col, Anúncios. Após “Poesias”, a publicação traz “etc, etc” dando a entender que havia ainda outros gêneros literários.

com a quantidade significativa com que sua loja era abastecida desses objetos e artigos chegados da Europa.<sup>401</sup> Os anúncios, no que diz respeito a essa parte, são de tamanho considerável e ocupam uma coluna inteira, como veiculados nesse mesmo jornal.

---

<sup>401</sup> A Constituição, 20 dez. 1870, n. 224, p. 4, 3 col, Anúncios.

**ANNUNCIOS.**

**LIVRARIA PAPELARIA E  
OFFICINA  
DE  
ENCADERNAÇÃO  
DE  
JOÃO LUIZ RANGEL:  
N. 51. Rua da Palma N. 51.**

Neste estabelecimento vende-se livros de direito, literatura, religiosos, de instrução primaria, e secundaria, romances, poesias etc. etc.

**Ditos** em branco simplesmente pautados, e tambem com collunas para contabilidade.

**Papel** de todas as qualidades para escripta, dito de todas as qualidades e cores, dourado e prateado para enfeites e outros usos, dito de seda, de todas as cores para fabrico de flores.

**Tira-linhas**, compassos, raspadeiras, thesouras, canivetes, burraxas, reguas escriptarias de metal e porcellana, tinteiros de metal, louça, vidro, e de mollas encampadas com couro e de compressão, carteiras grandes de couro da Russia com feixadura, para guardar letras, canetas de metal dourado e prateado e de muitas outras qualidades, ditas com bomba e deposito para tinta, lapés de diversas qualidades, penas de ganço e de metal, obreias em caixa e pães.

**Carteiras** simples de variados gostos, e outras com estojos, contendo thesoura, canivete, pinça, limpador de unhas, e pente, todas para algibeira, thesouras (as mais finas que tem vindo a este mercado) para costura, unhas e especiaes para fazer casas em roupa, papelleiras, pastas, lapiseiras e creioes para ellas, pastas de todas as qualidades.

**Mollas** de variados systemas para segurar papeis, papelleiras de flandres envernizadas para guardar papeis, prellhos mecanicos para copiadores, limpadores de penas, de metal, louça e cassimira, campas, cartões de diversas qualidades, envelopes grandes e pequenos, de fantasia, forrados de panno e porcellana, ditos rendados, lousas á Faber, e ordinarias, tinta preta de diversas qualidades, e de cores, dos melhores fabricantes, em vasos grandes e pequenos, facturas, contas correntes e letras em branco, colla em frascos de diversos tamanhos, pinceis para copiadores, prensa para copiadores, copiadores, quadros com pequenas imagens, estantes de metal para canetas, enfiadores de arame para papeis, bellos guarda-joias d'ourados e forrados de velludo, mappa do sul do Imperio, ditos da fortaleza de Humaytá, livros de lembrança para o corrente anno.

**ESPECIALMENTE PARA  
DESENHO.**

**Papel**, creioes de todas as qualidades e cores, canetas, fusan e esfuminho, burraxa, caixas com tintas finas, ditas ordinarias, estojos mathematicos com instrumentos guarnecidos de metal branco e amarelo, artes dos melhores autores, modellos dos melhores mestres, caxilhos d'ourados e prateados.

**Officina de encadernação.**

**Papel** de todas as qualidades e formatos, liso e pautado, dito pedra, chamalote, marmore e a chagrain, marroquim, carneiras brancas e de cores, couro e panno a chagrain, camurças de cores, letras inicias grandes e pequenas d'ouradas e prateadas para firmas de livros e albums, guarnições de metal para livros grandes, fio de linho, cadarços etc. etc.

**Por menos preço do que  
em qualquer outra parte,  
especialmente vendo-se  
logo o dinheiro.**

**51-RUADA PALMA-51**

**O ESTABELECIMENTO**

DE  
**JOAO LUIZ ANGEL**

acaba de receber da **EUROPA** um completo sortimento de objectos de escriptorio, desenho e encadernação, o que se vende por menos preço do que em outra qualquer parte, tudo de boa qualidade e gosto como seja seguinte :

Papel de hollanda liso e pautado de todos os formatos.  
Lito greve, almasso, de peso, em 8." e rendado, branco e azulado.  
Dito raisone, assetinado, pedra marmore, achamalotado e á chagrain, e de todas as cores.  
Dito mata-borrão, impermeavel para copiadores.  
Lito raisin ingles, commun e vergé, dito em grande format raJqu desenho, dito prateado e dourado, dito para musica.  
Dito de seda, de diversas cores para fabrico de flores, e ditos es-cies para folhagem.  
Enveloppes de todos os formatos, branco e azul, de cores, e rendados, letras em branco, conhecimentos e papel para contas correntes.  
Canetas, pennas, lapiseiras, ditas para lapis, penna com canivete ditas com vistas photographicas, ditas de plaquet, lapis de todas as qualidades, lacre commun e superfino de diversas cores.  
Canivetes com estojo, raspadeiras, thesouras, compassos e espaltulas.  
Estojs mathematicos, communs e superiores.  
Reguas de madeira simples, ditas de ebano com filêtes de metal, ditas com escala metrica, e sinetes.  
Carteiras simples, ditas com estojo, e ditas para guardar letras, de couro á chagrain, e da Russia, guarnecidas de metal, e com feixaduras.  
Escrevancias de metal amarelo, de zinco, de porcellana, e louça commun, tinteiros de estanho, de louça, vidro, e de cristal.  
Limpadores de pennas, obreias, cartões de visita, e para outros misteres, de diversos formatos.  
Pastas, pães e lapis de borracha, creioes para lapiseiras, fios de linho e agulhas.  
Campanhas e timpanos.  
Frascos com cola, creioes, lapis de todas as cores, caixas com etas, canetas, esfuminhos e pinceis de todos os tamanhos, para desenho.  
Colchetes de metal, mollas de diversos formatos, calço d. rialotru. com vistas photographicas, e ganchos, para segurar papel.  
Estantes para canetas, e para guardar cartas.  
Modelos para diversos grãos de desenho, escola de nhde dib<sup>o</sup> od ursos autores.  
Caxilhos para retratos, lousas, tinta carmin azul e preta e lapis de pedra.  
Carneiras a ch grain, ditas communs, ditas afinadas e camurças de todas as cores.  
Panno de linho, dito a chagrain e envernizado, de cores.  
Cadarços, fios de linhos, barbante, linha, papelão e guarnições de de metal para livros.  
Livros em branco de diversos formatos e qualidades, ditos copiadores, para notas e registros.  
Letras de metal de diversos caracteres, douradas, prateadas, charruteiras, guarda phosphoros, estojos para viajantes, thesouras para aparar papel, cabellos, para unhas, para fabrico de flores, para costura e para cascar roupa.  
Redomas de vidro, e superior tinta typographica.

Ceará.—1870—Impresso por João Furtado de Mendonça.

Figura 18: Anúncios da Livraria, papelaria e oficina de encadernação de João Luiz Rangel

Fonte: Jornal do Ceará, 22 jan. 1968, n. 16, p. 4, 1 col, Anúncios. Após "Poesias"; A Constituição, 20 dez. 1870, n. 224, p. 4, 3 col, Anúncios.

O comércio de livros feito pela livraria e oficina de encadernação de João Luiz Rangel, ao que parece não foi grande, mas o suficiente para entregar à apreciação do público cearense variados títulos, inclusive de autores de prestígio do campo educacional à época, como Abílio Cesar Borges. Em abril de 1869, em sua livraria, encontrava-se à venda a 2ª edição melhorada e aumentada do “Primeiro Livro de Leitura”, deste autor. Composta por um “sistema especial, abreviado, filosófico e ameno, e muito diferente das cartas conhecidas com o nome de ABC”, figurava entre as produções de maior alcance, seja por ter sido aprovada e admitida para uso na Instrução Pública Primária em inúmeras províncias do Império, seja pelo sucesso de vendas que já havia alcançado no meio escolar. Tamanha fora a aceitação deste trabalho que sua primeira edição, uma impressão de dez mil exemplares, havia se esgotado em menos de 18 meses,<sup>402</sup> tempo e quantidade considerados parâmetros para se designar uma obra como um sucesso de venda no comércio livreiro na segunda metade do XIX.

Ter à venda uma produção de Abílio Cesar Borges, sujeito que à época fora considerado referência do que havia de mais moderno no que concerne a método, conteúdo e propostas de ensino para a instrução primária, fazia seus negócios obterem certa valorização no meio literário, requisito fundamental para reunir maior visibilidade e procura, e conseqüentemente maior número de vendas. Essas pequenas livrarias, onde funcionavam também oficinas de encadernação, colaboraram na difusão do consumo de compêndios escolares, na própria construção dos ditos *best-sellers* do mercado livreiro escolar, na medida em que eram espaços de escoamento dos principais autores do campo educacional àquela altura.

Em outubro de 1871, cinco anos após a firma de Afio Bezerra de Menezes & Cia ter passado a pertencer a João Luiz Rangel, o “Cearense” anuncia um leilão que deveria acontecer no dia 7 daquele mês no estabelecimento deste comerciante. Além de máquinas de pautar cartas e numerar papel, o leilão iria constar de mercadorias, dívidas e bens móveis, como a quarta parte da casa na Rua da Palma n. 51, metade da casa n. 20 da Praça da Assembleia, uma sexta parte do “sítio Porangabuçu” e “sobre proposta em carta fechada”, metade de uma escrava de nome Eugenia e crias, todos de propriedade do Sr. Rangel.<sup>403</sup> Com tal iniciativa, suspeita-se que seus negócios não iam muito bem, fato corroborado pela inclusão de seu nome na relação dos contribuintes do imposto sobre indústrias e profissões que deixaram de pagar seus débitos até o dia 31 de dezembro de 1871, uma quantia de 63\$600, publicada em 1º de março no “A Constituição”.<sup>404</sup>

<sup>402</sup> Cearense, 11 abr. 1869, Anúncios, n. 00077, p. 4, 2 col.

<sup>403</sup> Cearense, 6 out. 1871, n. 151, p. 4, 4 col, Anúncios.

<sup>404</sup> A Constituição, 1º mar. 1872, n. 47, p. 4, 2 col.



Em 10 de janeiro de 1872, a armação do estabelecimento de sua livraria, papelaria e oficina de encadernação foi posta à venda nesse mesmo jornal. Composta de quatro grandes armários envidraçados, sentados sobre outros quatro mais largos com portas de madeira, com prateleiras volantes, arcada e prateleiras abertas para armazém; uma mesa comprida com gaveta, outra sem gaveta, uma dita redonda; uma mesa grande de jacarandá própria para o meio do estabelecimento representando a frente um bonito mostrador envidraçado e a parte inferior dois armários seguros,<sup>405</sup> apontam para uma loja nada acanhada, pelo menos na forma como procurou se apresentar a seus clientes na capital.

A oficina de encadernação contava com uma prensa grande, uma máquina de pautar, uma dita de cortar, um reservatório envidraçado para douramento, duas bancas fechadas para tipos, máquina de frisar florões e vinhetas de latão, prensas manuais e demais instrumentos próprios para encadernação.<sup>406</sup> Todos os objetos podiam ser adquiridos a “dinheiro ou a prazo, convindo, e na ordem em que estão divididos, ou mesmo todo o estabelecimento com as respectivas, alugando-se a casa em que se acha”.<sup>407</sup>

Naquele mês, a livraria, papelaria e oficina de encadernação do Sr. Rangel vendia no caráter de liquidação, além de livros em branco de diversos formatos e qualidades para casas comerciais, cartões, pinceis, lápis, lapiseiras; papel de peso, em 8º comum e superior, chamalote, pedra, chagrín e de cores; envelopes, tinteiros, carteiras de couro da Rússia e chagrín para guardar letras, carteiras para dinheiro etc; livros religiosos, instrutivos e de direito; catecismos da diocese; catecismos pequenos; tabuadas e tabuadas métricas.<sup>408</sup>

No dia 19 de abril do mesmo ano, às 11 horas da manhã, este comerciante promoveria um segundo leilão no seu estabelecimento, dessa vez apenas com artigos de papelaria e escritório; material para desenho e livraria, incluídos livros de direito, breviários e outros livros próprios para os sacerdotes e livros de instrução primária e secundária.<sup>409</sup> A venda no caráter de liquidação, inclusive de toda a armação de sua loja e os dois leilões, que incluíam imóveis, levam a depreender que, certamente, o Sr. Rangel encontrava-se com dívidas, inclusive porque estas também foram postas em leilão. Tais iniciativas pareciam ter possibilitado o pagamento a seus credores, pois, no dia 23 de janeiro de 1873, o “Cearense” informa que Luiz Rangel seguia para o Rio de Janeiro sem nada dever em terras cearenses.<sup>410</sup>

<sup>405</sup> A Constituição, 10 jan. 1872, n. 6, p. 3, 4 col.

<sup>406</sup> A Constituição, 10 jan. 1872, n. 6, p. 3, 4 col.

<sup>407</sup> A Constituição, 10 jan. 1872, n. 6, p. 3, 4 col.

<sup>408</sup> A Constituição, 19 jan. 1872, n. 14, Anúncios, p. 3, 4 col.

<sup>409</sup> A Constituição, 17 abr. 1872, n. 72, p. 3, 4 col.

<sup>410</sup> Cearense, 23 jan. 1873, n. 7, p. 4, 3 col.

Essa livraria e oficina de encadernação durou pouco mais de cinco anos, se observados seus períodos de solidez. Os anos de 1871 e 1873 são marcados pela realização de dois leilões e venda de toda a sua estrutura e estoque, fato que aponta as dificuldades àquela época em comercializar materiais e estruturas de livrarias e de loja de encadernação. No ano seguinte, é bem provável que Sátiro Verçosa tenha adquirido algum material ou mesmo toda a loja do Sr. Rangel, pois, muda-se da Rua Conde d'Eu, n. 68, para o endereço dessa casa comercial, localizado na Rua da Palma, n. 51, veiculava "A Constituição" em 22 de novembro de 1874.<sup>411</sup> A nova loja encarregava-se não só de qualquer serviço de encadernação, como também de fazer livro em branco ou riscado. Com trabalho "assaz conhecido" e "preço razoável",<sup>412</sup> Sátiro Verçosa, certamente, já havia garantido uma clientela fiel ao seu trabalho, pois, ao contrário do Sr. Rangel, quando adquirira a livraria Afio Bezerra de Menezes & Cia, em abril de 1866, já estava com negócio estabelecido neste ramo de comércio.

Nesse cenário, ao contrário da experiência de João Luiz Rangel, Sátiro Verçosa, em novembro de 1880, certamente, estava seguro de que deveria continuar nos negócios de encadernação, especialidade de sua loja, isto porque passou a mirar em uma novidade para o seu comércio. Além de denotar possível crescimento e melhoria no serviço de encadernação, tal empreitada parecia querer cultivar o gosto dos mais afortunados. Assim, avisa a seus fregueses e a quem tivesse interesse neste serviço que, além de brochura e cartonagem, álbuns, carteiras de miçangas e pastas, sua oficina também fazia produções com custos mais altos, a dizer obras luxuosas.<sup>413</sup> Nessa época, seu estabelecimento, que já se encontrava em um novo endereço, na Rua Formosa, n. 55, oferecia, em 1880, o serviço de encadernação de edições luxuosas e ricamente encadernadas, isto porque trazia uma novidade: a produção de obras em chagrin, veludo e cetim.<sup>414</sup>

Em julho de 1883, a livraria de Sátiro Verçosa, localizada na Rua Major Facundo, n. 7, tinha à disposição de seus clientes sortimentos consideráveis de livros baratos.<sup>415</sup> Como um bom negociante, que juntava ao desejo de obter lucros a perspicácia e o espírito vivo e esperto, Verçosa parecia estar sensível às demandas dos leitores de seu tempo, característica por meio da qual muitos livreiros fizeram fortuna no século XIX, isto porque a venda de livros escolares baratos parecia ir ao encontro dos interesses dos menos letrados e afortunados, condição em que se encontrava a maioria das famílias cujos filhos frequentavam aulas primárias. Embora

---

<sup>411</sup> A Constituição, 22 nov. 1874, n. 151, p. 4, 2 col, Anúncios.

<sup>412</sup> A Constituição, 22 nov. 1874, n. 151, p. 4, 2 col, Anúncios.

<sup>413</sup> Cearense, 30 nov. 1880, n. 150, Anúncios, p. 3, 4 col.

<sup>414</sup> Cearense, 30 nov. 1880, n. 150, Anúncios, p. 3, 4 col.

<sup>415</sup> Cearense, 13 jul. 1883, n. 146, Anúncios, p. 4, 1 col.

não seja possível concluir com consistência se teria se mudado ou se aberto uma outra loja,<sup>416</sup> podia-se adquirir nesse novo endereço uma variedade de dicionários e gramáticas nos idiomas português, francês, inglês e alemão; geometrias e aritméticas de Ottoni, Abílio e Bezout, conhecidos autores do campo educacional à época. Ainda destinados à instrução havia títulos de História e Geografia Particular do Brasil, como o “Geografia do Brasil”, do bacharel Arcelino de Queiroz, e o “Resumo de Aritmética”, do professor primário de Maranguape Oliveira Conde. Atendendo às demandas do ensino primário, observa-se quantidade significativa de cartas de abc e tabuadas, em meio às “Seletas francesas”, poesias do então renomado Gonçalves Dias, “Os Lusíadas”, de Camões e manuais de instrução às atividades de contador, empregado da fazenda e soldado de infantaria.<sup>417</sup>

**ATENÇÃO**  
**SATYRO VERÇOZA**

tem a venda muito barato os livros seguintes :

Dicionarios latinos	Manual Encyclopedico
«    Portuguez Francez. e	«    do soldado de infantaria
«    Fre. Port.	Ouvres de Molliere
«    Ingl z Portuguz, Vieira	Systema da lingua ingleza, Tolstadius
The student's englisck dictionary	Luziadas de Camões
Grammaticas Portuguezas, Dr. Abilio	Poesias de Gonçalves Dias
«    Borges	Selecta Franceza
«    Francezas	Select Passages, Nicolau Alves
«    Inglezas	Geographias do Brazil pelo bacharel
«    Allemas	Arcelino de Queiroz
«    Franceza de Severo	Historia do Brazil
Arithmetica de Ottoni	Geographia particular do Brazil por
«    «    B z ut	Luiza Lopes
Geometria de Ottoni	Ref. rma Eleitoral
«    pratica do Dr. Abilio Bor-	Instrucção para o fusileiro a combair
«    «    g s	Arithmetica de Francisco Conde
Manual do contador	Cartas de A B C.
«    do empregado de fazenda	Taboadas

79 — RUA DO MAJOR FACUNDO 79                      614

**Figura 19:** Anúncio da livraria de Satyro Verçosa  
**Fonte:** Cearense, 13 jul. 1883, n. 146, Anúncios, p. 4, 1 col.

Por vezes, no “Cearense”, o nome de Sátiro Verçosa surge associado somente à venda de livros. Embora posteriormente se observe nos anúncios a menção à oficina de encadernação, nos meses de julho, agosto e setembro de 1883, os anúncios informam apenas sobre o seu comércio livreiro.<sup>418</sup> Durante esses três meses, repetiu-se a publicação de um anúncio acrescentado, posteriormente, de algumas obras. Entre dicionários, gramáticas de diversas

<sup>416</sup> Funcionou primeiramente na Rua Conde d’Eu n. 68. Em 1874, mudou-se para a Rua Palma n. 51, estabelecimento onde havia funcionado a livraria, papelaria e encadernação do Sr. Rangel. Fonte: Cearense, 1874, n. 96, p. 4 col.

<sup>417</sup> Cearense, 13 jul. 1883, n. 146, Anúncios, p. 4, 1 col.

<sup>418</sup> Neste ano, há apenas no acervo da Hemeroteca Digital os meses de julho a dezembro.

línguas, manuais de instrução para o exercício das atividades de contador, fuzileiro e soldado de infantaria, os compêndios de instrução primária estão em maior quantidade.

Nessa casa comercial, ao lado de livros de instruções, novelas e romances, um variado sortimento de prensas de mola para copiar, penas, tintas, lápis, canetas, carteiras para algibeira, pedras, crayons, tintas de marcar roupa, papel de todos os formatos e qualidade e livros em branco para comércio e repartições era posto à venda em dezembro de 1887.<sup>419</sup> No ano seguinte, Sátiro Verçosa “vendia barato” grande quantidade de folhetos contendo comédias, novelas e poesias; revistas; dicionários de medicina; conferências; títulos do campo da História, Direito e Religião, como o célebre “Horas Marianas”; assim como romances e livros instrutivos, indo de “Guias de Civilidade, Máximas e Pensamentos” às “Noções de Agricultura e Tratamento Homeopático”.<sup>420</sup>

---

<sup>419</sup> Libertador, 25 dez. 1887, Anúncios, n. 355, p. 3, 6 col.

<sup>420</sup> Cearense, 4 dez. 1888, n. 277, p. 3, 2 col, Novidade.

## ENCADERNAÇÃO

Satyro Verçosa avisa aos seus freguezes que está sempre prompto para satisfazer qualquer encomenda com exactidão e meditada le nos preços.

**TEMA' VENDA TAMBEM O SEGUINTE**

Um sortimento de papel de todos os formatos e qualidades, livros em branco de todos os formatos, para o commercio e repartições publicas, livros de instruções, novellas e romances; e um variado sortimento de prensas de mola para copiar, (novo systema) inhas, pennas, tintas, lapas, canetas, carteiras para algibeira pedras, crayons e tintas de marcar roupa, etc. etc.

**TUDO BOM E BARATO**  
79—Rua do Major Facundo—79 (971)

## HISTORIA BIBLICA

### Ou narrativas do

velho e novo testamento, vende-se á rua Formosa n. 78.  
Encadernação de

*Satyro Verçosa.*

## NOVIDADE

Satyro Verçosa recebeu e vende barato os livros seguintes:— Revist' Brasileira; Direito penal; O Penhór; Diccionario de Medieina por Martelet; Guia do Amador de Bellas Artes; Poder authoritario; Batallia dos Guararapes; Conferencias— Serpa Pinto; Escripuração— Vieira; Processos militares; L'empire du Brésil; Historia d'antiguidade; Egreja e o Estado; Noções de Agricultura; Narrativas do Brazil; 60 annos de Jornalismo; Valentim Magalhães; Lyricas— Felinto d'Almeida; Tratamento Homeopatico; Direito internacional; Viagens de S.S. Magestades I.I.; Camões e os Portuguezes; Vida Amazonica; Jesus—Christo; Duque de Caxias; Manual do Sello; Ensino Medico; Pontes pensis; Brazil Historico— Mello Moraes; Anthologia; Guia de Civilidade; Maximas e pensamentos; Medico da 1ª infancia; Molestias veneras; Historia da Bastillia, Materia de Cultos Estadistas e parlamentares; Saudades da terra; Brazilian Biographical— Macedo; Horas Marianas; As Grilhetas; Memoñias d'um Anjo; Caverna dos Saltadores; Eurico; Julia de Milo; A Louca; Elvira; Judith; Misterios da Corte; Helena; Coração e Genio; Amores d'um voluntario; Minhas crenças; Diccionarios de Flôres; A vida de seu Juca; A morto de D. João; A Comedia dos Deuzes; Sereuatas; Trovador Brasileiro; Flôres d'alma; José de Alencar— T. A. Araripe; Flór de Liz; Estranguladôres Fausto; Galileu; Gonzaga, Gabriel e Lus; bél; A Judia; (drama).

E uma grande quantidade de folhetos contendo — Comedias, novellas e poesias  
79—Rua do Major Facundo —79.

**Figura 20:** Anúncios da livraria, papelaria e encadernação de Satyro Verçosa  
**Fonte:** Libertador, 25 dez. 1887, Anúncios, n. 355, p. 3, 6 col; Cearense, 4 dez. 1888, n. 277, p. 3, 2 col, Novidade; Cearense, 13 set. 1889, n. 206, p. 3, 1 col.

É fato inegável que este comerciante sabia ao certo as produções que deveria ter nas prateleiras de seu estabelecimento, clara característica de quem se dispôs a averiguar e estudar o mercado livreiro. Embora sua livraria e oficina de encadernação não tenha sido negócio grande, no aspecto quantitativo, Verçosa soube enxergar o “ponto forte” do mercado de livros de sua época, colocando à disposição de seus clientes obras de venda “certa”, como foi o caso da “História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento”, de Dom Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará,<sup>421</sup> produção aprovada, adotada e adquirida pelos cofres provinciais para

<sup>421</sup> Cearense, 13 set. 1889, n. 206, p. 3, 1 col.

uso nas aulas primárias. As oficinas de encadernação, portanto, exerceram importante papel no comércio de livros, em especial do manual escolar.

## 2.5 As tipografias

A tipografia do “O Sol”, jornal literário, político e crítico, que circulava em Fortaleza, entregava à apreciação de seu público leitor, em 1864, significativa quantidade de obras escolares de baixo custo e preços cômodos. Tal dimensão, senão realçava os gostos de um público com pretensões maiores no campo das letras, ao menos possibilitava a um quinhão de gente, com condições mais modestas, maiores chances de adquirir os compêndios por meio dos quais se aprenderiam rudimentos de escrita, leitura e aritmética, como os aspirantes à função de professor primário que poderiam comprá-los com os poucos haveres de que eram detentores. Era nas “Definições de Aritmética”, no “Catecismo da Doutrina Cristã” e nas tabuadas, à venda nesta tipografia por 120 réis e nos abecedários e silabários por 40 e 80 réis, respectivamente, que essas camadas poderiam almejar à instrução necessária ao exercício de várias atividades, seja na resolução do orçamento familiar, assinar uma carta, ou mesmo nas diversas tarefas nas vendas e comércios.<sup>422</sup>

Nessa época, a tipografia do “Cearense” também colocava à disposição de seus clientes vários títulos destinados ao ensino primário que se tornariam *best-sellers* do campo escolar pela popularidade que obtiveram ao longo das décadas seguintes.<sup>423</sup> Vendidos a preços módicos por seu formato, uma variedade de edições em brochura circulou, na capital, por meio dessa tipografia. Manuais enciclopédicos eram vendidos a 1000 réis; Gramáticas Portuguesas, a 500 réis; métodos para ensino da leitura, como o “Método Facílmo”, de Achilles Monteverde; Compêndios de Civilidade e Doutrina Cristã, Resumos Caligráficos, Elementos de Aritmética e Compêndios de Cronologia e Ortografias Portuguesas, podiam ser adquiridos por 320 e 200 réis, como o “Compêndio de Ortografia e o de Doutrina cristã”, de Claude Fleury.<sup>424</sup> O “Tratado dos Deveres do Homem”, por Silvio Pellico; o “Miscelâneas”<sup>425</sup> e o “Bom Homem Ricardo”, de Benjamin Franklin, nos valores de 100, 500 e 200 réis respectivamente, produções postas à

<sup>422</sup> O Sol, 4 maio 1864, n. 274, p. 4, 2 col, Anúncios; O Sol, 18 maio 1862, n. 276, p. 4, 2 col, Anúncios; O Sol, 31 jul. 1864, n. 392, p. 4, 2 col, Anúncios.

<sup>423</sup> Cearense, 25 jun. 1861, n. 1452, Anúncios, p. 4, 4 col.

<sup>424</sup> Cearense, 19 jul. 1864, n. 1687, Anúncios, p. 4, 4 col.

<sup>425</sup> O título é “Miscelâneas de economia, política e moral”. Uma das dificuldades que encontramos ao pesquisar o comércio de livros nos jornais se deu ao fato de os anúncios de venda dessa mercadoria trazerem, na maioria das vezes, apenas a primeira palavra do título, o sobrenome ou apenas o primeiro nome do autor, nunca o nome completo. Dessa forma, aliada à pesquisa nos periódicos foi necessário fazer uma busca em *sites* de livrarias, sebos, bibliotecas e artigos a fim de obter informações mais precisas com relação aos títulos das produções e sua autoria.

venda nesta tipografia desde junho de 1861. Cartas de ABC, tabuadas e silabários faziam parte de uma infinidade de folhetos e opúsculos à venda por menos de 200 réis.<sup>426</sup>

### Livros baratos.

—N'esta typographia vendem-se as seguintes obras novas:

Lamartine—Historia da Turquia em 8 volumes bem encadernados	32\$000
Lamartine—Historia da Russia em 2 volumes—idem.	8\$000
Lamartine—Historia dos Girondinos em portuguez	8\$000
Arago— <i>Melanges</i> , 1 volume corte	5\$000
Cuniliati (em portuguez)—Theologia Moral 6 vol..	15\$000
Ducieux (em portuguez) Historia Ecclesiastica 11 vol.	25\$000
Bergier, Diccionario—Theologico (francez) em 8 vol.	24\$000
Malte Brum (Geographia geral) em francez, 6 vol. em 4.º com um atlas de 72 cartas.	40\$000
Gazzaniga (Theologia) Obra grande em 4 vol. in folio (latim).	24\$000
Gazzaniga — Compendio de Dogma (latim) 2 vol.	6\$000
Nova Minerva—Collecção de 2 annos de uma revista litteraria, em fol.—1 vol.	6\$000
Illustração Luzo brasileira em vol. grande, 1 vol.	14\$000
Cazados Giraldes — Tractado completo de Geographia Historica em portuguez, 4 vol. grandes	24\$000
Manuaes Encyclopedicos, braxados	1\$000
Tratado dos deveres do homem	100
Miscellaneas por Franklim	500
Cartas de A. B. C.	100
Taboadas.	500
Grammaticas Portuguezas	500
Compendios de Civilidade Christã	200
Elementos de Arithmetica	320
Compendios de Chronologia	100
Mementos de Phytosophia	200
Guarda dos Domingos	200
Collecções de Memorias Agriculas	500
Compendios de Doutrina Christão	200
Resumos Caligraphicos	200
Orthographias Portuguezas	200
Bom Homem Ricardo	200
Syllabarios Portuguezes	160

### ANNUNCIO.

Vendem-se nesta Typ. e na casa do Sr. Villar as seguintes obras para escolas publicas e particulares.

Encyclopedico de Momo Verde	2\$000
Methodo Facillimo.	400
Fleury Catecismo Historico	1\$500
Orthographia pelo mesmo	320
Compendio de Doutrina idem	200
Resumos calligraphicos	200
Syllabarios 2ª parte	200
Syllabarios 1ª parte	160
Historia Sagrada	1\$000
Grammaticas Portuguezas	1\$000
Deveres do Homem por Silvio P	1\$000
Miscellanea de Franklim	1\$000
Licções Moraes	320
Collecções de Memorias industriaes	1\$000
Bom Homem Ricardo	600
Regimento de custas	800
Camões Lusitadas	2\$000
Cartas de A B C	120
Taboadas	120

Figura 21: Anúncios da Tipografia do jornal Cearense

Fonte: Cearense, 19 de jul. 1864, n. 1687, Anúncios, p. 4, 4 col; Cearense, 25 de jun. 1861, n. 1452, Anúncios, p. 4, 4 col.

<sup>426</sup> Cearense, 19 de jul. 1864, n. 1687, Anúncios, p. 4, 4 col. Entre os livros listados no anúncio há também o “Guarda dos domingos”, por 240 réis.

Embora inúmeros títulos de livros escolares destinados à instrução primária estivessem à venda nesta tipografia na década de 1860, parecia que as preferências ou maior demanda eram daquelas voltadas para a instrução secundária e preparatórios. Tais títulos, certamente, procuravam atender aos gostos das classes ilustradas, cuja educação em espaços como o Liceu do Ceará e o Seminário Episcopal, voltava-se para a formação dos futuros dirigentes da estrutura político-administrativa. Ressalte-se que foi nessa mesma época que se deu a fundação do Seminário, reduto de formação da elite eclesiástica e administrativa na Província. O aparecimento dessa instituição no cenário letrado cearense, provavelmente, exigiu maior demanda de livros ao mercado livreiro na capital. Não é à toa que, nessa época, a tipografia do Cearense chegou a vender uma variedade de títulos eclesiásticos,<sup>427</sup> próprios para os seminaristas, por metade do preço.<sup>428</sup> Às elites em formação nos colégios de ensino secundário, oferecia quantidade considerável de produções do campo da História, da Geografia, da Teologia Moral e Ciências, entre os quais “Investigações de Biologia”, pelo Dr. E. França e “Dicionário de medicina”, pelo Dr. Charnovir.<sup>429</sup>

Produzidas em formatos de luxo, como visto pelo valor posto à venda, nesse momento, predominavam os autores do cenário letrado francês,<sup>430</sup> como Eugène Cortambert, Presidente da Comissão Central da Sociedade de Geografia e antigo bibliotecário do Gabinete Geográfico da Biblioteca Nacional da França,<sup>431</sup> com o seu “*Curso de Geografía con la Descripción Física y Política y la Geografía Histórica de las Diversas Comarcas del Globo*”, adotado, inclusive, nos colégios franceses.<sup>432</sup> De História, havia o “História da Turquia”, em oito volumes, no valor de 32.000 réis, de Alphonse de Lamartne, poeta, escritor e político francês; o “História da

<sup>427</sup> Títulos de teologia, liturgia, escritura sagrada, devoção, direito canônico, sermões e moral (em sua maioria catecismos), compêndios de história eclesiástica e livros litúrgicos. Fonte: Tribuna Católica, 3 maio 1868, Noticiário, p. 4, 4 col.

<sup>428</sup> Títulos como o “Gênio do Cristianismo”, de Chateaubriand e o “Compêndio de Filosofia ordenado segundo os princípios e método do Dr. Angelico S. Thomas de Aquino”, por José Soriano de Souza, figuram entre as que obtiveram maior circulação no comércio livreiro em Fortaleza nesse período. Fonte: Cearense, 5 set. 1867, n. 2459, Anúncios, p. 3, 3 col.

<sup>429</sup> Cearense, 2 fev. 1865, n. 1785, Anúncios, p. 4, 4 col.

<sup>430</sup> O Geografia Geral, do geógrafo Malte Brum, poderia ser adquirido por 40.000 réis. Fonte: Cearense, 5 de fev. 1864, n. 1644, Anúncios, p. 4, 2 col. Os títulos Elementos de Geografia, por Adrien Balbi e o Geografia Física, Histórica e Militar, adotada pelo ministério da guerra [nesse país], por Théophile Lavallée. Fonte: Cearense, 2 de fev. 1865, n. 1785, Anúncios, p. 4, 4 col. Do campo teológico, havia o Teologia Moral, de Cuniliati; o História Eclesiástica, de Ducreux ou o Dicionário Teológico Francês, de Bergier, tinham todos mais de seis volumes, e preços acima de 15.000 réis. Em latim tinha o Compêndio de Dogma, de Gazzaniga. Fonte: Cearense, 5 fev. 1864, n. 1644, Anúncios, p. 4, 2 col.

<sup>431</sup> Informação obtida no site da Biblioteca Nacional da França. Fonte: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9803305s/f7.highres>

<sup>432</sup> Cearense, 2 fev. 1865, n. 1785, Anúncios, p. 4, 4 col.



Rússia”, em dois volumes, a 8.000 réis e o “História dos Girondinos”, em português, no mesmo valor.<sup>433</sup>

De modo intrínseco, as tipografias constituíam espaço onde se indicava aos mestres da infância e da mocidade a adoção de livros de incontestável valor para sua formação. Fato que, entre outros, corrobora para uma afirmação consistente: as elites intelectuais se desenvolveram e se aperfeiçoaram também, ao longo da segunda metade do século XIX, em associação ao desenvolvimento do comércio de livros na Província. Por meio das tipografias, era possível obter produções escolares nos mais variados formatos e preços. Inseridas no movimento transatlântico de impressos ou mesmo no comércio com as províncias do sul, as tipografias de periódicos adquiriam sortimentos de livros, outras vezes recebiam em forma de doação das editoras, característica da lógica comercial de um mercado que parecia dar sinais de crescente desenvolvimento nesse lado do Atlântico.

Era possivelmente entre as remessas que chegavam para a livraria dos Srs. Oliveira que a Garnier enviava exemplares para o “Cearense”, como se pode observar nos anos 1874 e 1875, pela intensidade com que chegavam livros a este jornal, informando em suas páginas que as obras oferecidas por Baptista Louis, dono de uma das mais conhecidas e renomadas editoras, a Garnier, sediada no Rio de Janeiro, achavam-se à venda na Joaquim José de Oliveira & Cia”.<sup>434</sup>

Esse jornal frequentemente agradecia a “preciosa oferta de livros e convite à leitura”<sup>435</sup> feito por essa editora do que havia de mais moderno em qualidade tipográfica. As edições recém-publicadas pela Garnier logo chegavam ao “Cearense”, fato que a levava a afirmar, de forma incisiva, que se tratava de títulos cuja publicação acabara de sair dos prelos da maior editora do Império à época. Assim, recebia essa folha, em março de 1874, um exemplar de “O mateiro ou os bandeirantes”, de Gabriel Ferry, cuja tradução (do francês) se devia à pena de “um dos mais distintos literatos”, Salvador de Mendonça. Constituindo três volumes de um romance cujas cenas descreviam de forma pitoresca a vida dos bandeirantes no sertão do México, era “incontestavelmente o mais popular entre os inúmeros livros descritos sobre os usos e costumes dos índios da América”.<sup>436</sup> O primeiro volume, em um formato in-8º custava 3.000 réis a edição encadernada e 2.000 a brochura. “As páginas íntimas do espirituoso romancista, que tão estimado era de uma certa classe de leitores”, concretizadas em “Memórias de Carlos Paulo de Kock”, e escritas por ele mesmo, também foram enviadas ao “Cearense”.

<sup>433</sup> Cearense, 19 jul. 1864, n. 1687, p. 4, 4 col, Anúncios.

<sup>434</sup> Cearense, 20 jun. 1875, n. 48, p. 2, 3 col, Noticiário.

<sup>435</sup> Cearense, 20 set. 1874, n. 76, p. 4, 1 col, Noticiário.

<sup>436</sup> Cearense, 29 mar. 1874, n. 26, p. 3, 4 col, Noticiário.

Vertido do francês, o seu 2º volume em in-12 custava 3.000 réis no formato encadernado e 2.000 em brochura. “Cada capítulo trazia uma série imensa de fatos curiosos que se passavam quase diariamente com os homens de letras na França”.<sup>437</sup>

O “Cearense”, na parte “Livros Novos”, fazia uma verdadeira apresentação dessas obras, como quem realmente havia não somente lido com esmero, mas com a intenção de veicular boa propaganda. Se tais obras não constituíssem tão logo um sucesso de vendas, ao menos as resenhas críticas feitas por este jornal colaborariam num maior convencimento dos leitores a adquirirem as produções da casa Garnier.

Pode-se colocar também na conta das boas relações estabelecidas entre as editoras e as tipografias de jornais, o êxito de muitos livreiros-editores. Naquela época, enviar livros aos periódicos não representava apenas uma espécie de anúncio, de dar a informar sobre as produções recém-publicadas. O envio de livros denunciava certo cuidado e prudência para com as estratégias comerciais. Tal iniciativa, constituía um bom meio para se cultivar relacionamentos influentes com aqueles que se tornariam, ao longo da segunda metade do século XIX, importantes críticos e agentes propagandistas de produções de gêneros diversos. O papel que a imprensa exerceu como espaço fazedor de opinião para os assuntos educacionais e literários, pelo alcance de seus posicionamentos na vida social, política e intelectual, daria às obras maiores possibilidades de compra e consumo, como consequência da aprovação pelo meio ilustrado. Ao enviar suas produções às tipografias, os autores prestariam uma espécie de agrado, como quem depositava crédito e respaldo à opinião dos articulistas e, por outro lado, esperariam boas resenhas de suas produções e mesmo de sua trajetória como autor. Em alguns casos, o envio de livros não se tratava apenas de uma relação puramente de troca de favores, convergindo para um maior alcance de possíveis vendas. As relações pessoais de amizade constituíram um meio seguro para aprovação e aceitação das produções no meio ilustrado, ao mesmo tempo em que o circuito de livros em seu interior, aqui se diga os empréstimos e as doações às agremiações, gabinetes de leitura e bibliotecas, arregimentaram e moveram tais laços, servindo como impulsionador desses vínculos pessoais de convívio e estima.

O movimento de oferta de produções à tipografia do “Cearense” proporcionou à Província do Ceará o acesso às últimas publicações do circuito livreiro do mundo ocidental. Romances de Vitor Hugo, como o “Noventa e três” (guerra civil), obra que se achava traduzida

---

<sup>437</sup> Cearense, 29 mar. 1874, n. 26, p. 3, 4 col, Noticiário.

em dez línguas,<sup>438</sup> ou o “Ubirajara”<sup>439</sup> e o “Sertanejo”, última produção de José de Alencar,<sup>440</sup> circulavam no meio literário, entre outros meios, pela oferta que esta editora fazia aos jornais, objetivando, certamente, o apoio dos articulistas em possibilitar maior visibilidade às edições. Na seção “Noticiário”, o “Cearense” agradecia, em 1º de junho de 1877, os exemplares enviados ao seu escritório.

– O nosso ilustrado comprovinciano José de Barcelos remeteu-nos do Rio um volume contendo os pontos de geografia física para prova escrita dos exames de preparatório, organizado de acordo com o programa adoptado para o corrente ano letivo. Como todas as publicações do distinto professor J. de Barcellos, esse pequeno volume satisfaz perfeitamente o fim a que se propõe pela inteireza e concisão com que é escrito. O que há de mais novo sobre geografia física, relativamente aos pontos de que trata o volume, nele encontra-se. Familiarizado, como se acha o autor, com a geografia, suas publicações são de grande interesse e utilidade para os estudantes de humanidades. Agradecemos o mimo que nos fez de um exemplar de seu livro.

– No Maranhão acaba de ser editado pela 4ª vez um pequeno compendio de gramática portuguesa organizado pelo Sr. Pedro de Souza Guimarães. Ao seu autor agradecemos o volume que nos ofereceu.

– A casa editora do Sr. Serafim José Alves, do Rio, enviou-nos um exemplar dos pontos de Retorica e Poética redigido segundo o último programa para os exames de preparatórios, pelo Sr. d’Azevedo Souza Netto. O trabalho é resumido e trata dos pontos de exame à satisfação. Somos agradecidos a atenção do laborioso editor que ofereceu um exemplar.<sup>441</sup>

Os periódicos exerceram importante papel junto ao mercado livreiro. Por meio das pequenas resenhas críticas que faziam dos livros enviados à sua redação, contribuíram não apenas numa maior visibilidade desses títulos, como também na maior aceitação entre o meio letrado, aspectos que, dentro da lógica comercial, influíam em maiores chances de venda, servindo de “cartão postal” para possíveis sucessos, assim como o contrário. Quanto aos compêndios escolares, a tipografia do “Cearense” não apenas prestou elogios a diversos autores do cenário educacional, como também serviu de ponte para possíveis negócios entre estes e a Instrução Pública, chegando inclusive a recomendar ao Conselho Literário, órgão responsável pela escolha, averiguação e adoção de manuais escolares, a apreciação de algumas obras.

O Sr. Dr. Arcelino de Queiróz Lima, chefe de secção da secretaria do governo, acaba de publicar um compêndio elementar de geografia geral e especial do Brasil, para uso das escolas primárias. O seu trabalho, inquestionavelmente tem algum mérito e sua adopção nas escolas primárias, é de grande proveito para a mocidade. Recomendando-o à judiciosa apreciação do conselho literário, agradecemos ao autor o exemplar com que nos mimoseou.<sup>442</sup>

<sup>438</sup> Cearense, 24 maio 1874, n. 42, p. 6, 1 col.

<sup>439</sup> Cearense, 6 jun. 1875, n. 44, p. 2, 3 col, Noticiário, Imprensa.

<sup>440</sup> Cearense, 16 dez. 1875, n. 99.

<sup>441</sup> Cearense, 1º jul. 1877, n. 55, Noticiário, p. 2, 4 col.

<sup>442</sup> Cearense, 26 de fev. 1874, n. 17, Noticiário, p. 2, 2 col.

No dia 26 de novembro de 1874, na seção “Noticiário”, o “Cearense” informa que “pela presidência da Província foi mandado adotar nas escolas do ensino primário o compêndio elementar de geografia do Dr. Arcelino de Queiroz Lima”.<sup>443</sup> Embora não se possa desconsiderar o fato de que este autor possa ter enviado cópias de seu livro às autoridades responsáveis pela Instrução, é bem provável que a participação deste jornal tenha sido fundamental para o fechamento do negócio entre este autor e o governo da Província, dado que esta folha indicou a referida obra ao Conselho Literário em 26 de fevereiro daquele ano.

Pode-se dizer que o comércio de manuais escolares no Ceará teve crescimento ainda maior com as boas relações entre a Garnier e o “Cearense”. Compêndios de História Sagrada, como o “História do Antigo e Novo Testamento”, “com as razões com que se prova a verdade da nossa religião, traduzida do francês e novamente reimpresso para instrução da mocidade brasileira, oferecido e dedicado ao virtuoso bispo de Mariana, por A. José das Neves Maldonado Bandeira” e os Métodos Fáceis para aprender a ler, como o “Método fácil para aprender a ler em 15 lições”, contendo todas as rezas que cumpre um cristão saber; a história natural dos animais privativos do Brasil, fábulas, moralidades, máximas e pensamentos dos melhores autores, e os algarismos árabes e romanos, com uma tábua de Pitágoras, e as unidades do peso, de comprimento, de capacidade para secos e líquido e as do tempo, pelo Dr. Victor Renault eram enviados a esta folha em abril de 1874.<sup>444</sup> Produções de João Bernardo de Azevedo Coimbra,<sup>445</sup> Ayres de Albuquerque Gama,<sup>446</sup> Ascanio Ferraz da Motta<sup>447</sup> e do Engenheiro Civil Victor Renault, indo de Noções sobre o sistema decimal, passando por Elementos de desenho linear, enciclopédias e elementos de aritmética<sup>448</sup> eram recomendados por este jornal ao Conselho Literário de Instrução Pública na Província.

Nesse momento, os livreiros exerceram significativo papel como intermediadores entre o produtor e o consumidor, contribuindo não somente na circulação dos impressos escolares, como também na formação de um público leitor. Por meio da livraria dos Srs. Oliveira, as

---

<sup>443</sup> Cearense, 26 de nov. 1874, n. 97, Noticiário, p. 3, 1 col.

<sup>444</sup> Cearense, 16 de abr. 1874, n. 31, Noticiário, p. 3, 4 col.

<sup>445</sup> Noções sobre o sistema métrico decimal por João Bernardo de Azevedo Coimbra, obra de grande utilidade para as escolas primárias.

<sup>446</sup> Elementos de desenho linear, compendio aprovado pela escola normal de Pernambuco para uso dos alunos mestre do 2º ano, por Ayres de Albuquerque Gama, professor da 2ª cadeira do 2º ano da mesma escola.

<sup>447</sup> Pequeno curso de aritmética para uso das escolas primárias pelo Dr. Ascanio Ferraz da Motta, “trabalho mui resumido, porém de grande facilidade para a compreensão da infância”.

<sup>448</sup> Entre as produções que abordavam elementos de aritméticas tem-se: A “História natural dos animais privativos do Brasil, fábulas, moralidades, máximas e pensamentos dos melhores autores, e os algarismos árabes e romanos, com uma taboa de Pitágoras, e as unidades do peso, de comprimento, de capacidade para secos e líquido e as do tempo”; “Elementos de Aritmética para meninos, com várias regras e especialmente com as que são relativas às extrações das raízes quadradas e cúbicas”. Fonte: Cearense, 16 de abr. 1874, n. 31, Noticiário, p. 3, 4 col.

tipografias de jornais no Ceará recebiam obras cujos autores e editores apostavam ser um sucesso de venda pela aceitação que teriam no meio letrado. Nesse cenário, a Joaquim José de Oliveira & Cia mantinha, senão uma amizade pessoal animada pelo que possuíam em comum, o desejo de fazer desenvolver os seus comércios de livros, ao menos uma relação harmoniosa com o editor Baptista Louis Garnier. Isto porque essa editora enviava, por meio desta livraria, significativa quantidade de edições para a tipografia do “Cearense”, em forma de doações. Em tal movimento, a Joaquim de Oliveira & Cia logo procurava adquirir as mais recentes publicações dessa casa. Embora as ofertas feitas a este periódico tivessem um caráter comercial, as boas relações se davam pela confiança depositada nesta folha para ler e publicar bons anúncios referentes às suas obras.

Foi por intermédio da livraria dos Srs. Oliveira que as principais editoras e livrarias no Império estabeleceram relações com jornais no Ceará. Em toda a década de 1880, o “Cearense” recebe da Garnier, por meio dos Srs. Oliveira, inúmeras produções como o primeiro tomo do “Tratado Elementar de Paulo Janet”<sup>449</sup> e o “Novo Atlas Universal da Infância”, de autoria de Joaquim Maria de Lacerda.<sup>450</sup> Serafim José Alves, editor de “A Escola”, revista Brasileira de educação e ensino, envia a este jornal, em setembro de 1881, por intermédio desta livraria, um exemplar de “A escravidão dos negros”, de Condorcet, traduzida pelo engenheiro civil Aarão Reis.<sup>451</sup> Em maio de 1889, o editor David Corazzi envia “O pastor peregrino”, de Rodrigues Lobo, e “Dois tamanquinhos”, de Ouida, iniciativa que levou este jornal a não cessar de recomendar a assinatura desta empresa.<sup>452</sup> No mesmo mês, a tipografia do “Cearense”, recebia “Jack estripador”, escrito por James Middleton, ilustrado com diversas figuras e publicado em fascículos pela Companhia Nacional Editora, de Lisboa. Essa produção ganhava nas páginas do referido jornal um caráter de “romance de atualidade”, pois, escrito com “muito gosto”, seu enredo trazia em sobressalto acontecimentos da cidade de Londres.<sup>453</sup>

Em 1882, a tipografia do “Cearense” aparece como espaço de venda das principais produções do mercado do livro escolar. Dos 244 números que compõem este jornal no referido ano, veem-se apenas anúncios de obras voltadas para a instrução primária. Naquela época, havia certamente, uma demanda por tais títulos, dado que também eram vendidos na Joaquim José de Oliveira & Cia, na libro-papelaria de Gualter, na encadernação de Sátiro Verçosa e demais espaços não especializados na venda de livros. São as cartas de abc, tabuadas e Catecismos

<sup>449</sup> Cearense, 2 de out. 1885, n. 196, Noticiário, p. 1, 4 col.

<sup>450</sup> Cearense, 15 de maio 1888, n. 108, p. 2, 3 col.

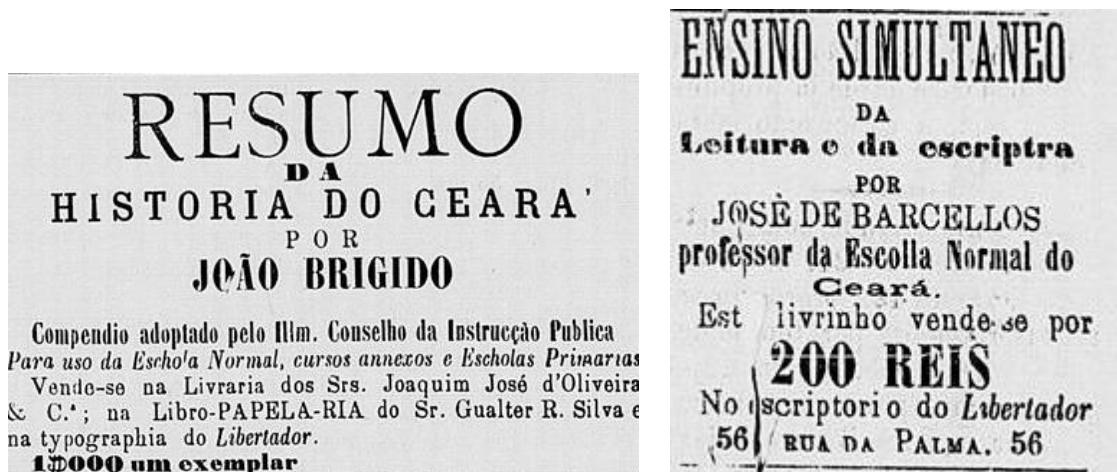
<sup>451</sup> Cearense, 14 de set. 1881, n. 196, Noticiário, p. 3, 1 col.

<sup>452</sup> Cearense, 29 de mai. 1889, n. 120, Noticiário, p. 1, 4 col.

<sup>453</sup> Cearense, 29 de mai. 1889, n. 120, Noticiário, p. 1, 4 col.

Diocesanos produções em que valia a pena investir, pois, embora constituíssem edições baratas, as vendas eram garantidas, inclusive no decorrer de todo o ano letivo, fato que, provavelmente contribuiu na escolha desses títulos para serem vendidos na tipografia desse jornal.<sup>454</sup>

Em julho de 1883, o comércio livreiro ganha maior incremento com a entrada da tipografia do “Libertador”, órgão da Sociedade Cearense Libertadora. Obras de grande circulação, como o “Ensino Simultâneo da Leitura e da Escrita”, de José de Barcelos, a 200 réis,<sup>455</sup> adotado pelo Conselho de Instrução Pública em 13 de agosto de 1884;<sup>456</sup> o “Resumo da História do Ceará” por João Brígido,<sup>457</sup> por 1.000 réis<sup>458</sup> e o “Catecismo Bíblico”, embora o anúncio não traga sua autoria, eram oferecidas aos pais de família a 200 réis. Impresso na tipografia do mesmo jornal, com uma tiragem de três mil exemplares,<sup>459</sup> também estava à venda na encadernação dessa folha.



**Figura 22:** Anúncio da tipografia do jornal Libertador  
Libertador, 8 jan. 1886, n. 6, Anúncios, p. 4, 5 col.; Libertador, 12 jan. 1886, n. 9, p. 3, 6 col.

<sup>454</sup> Cearense, 2 mar. 1882, n. 47, p. 3, 3 col.

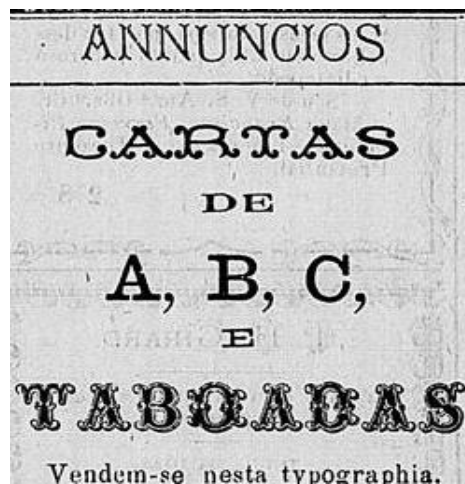
<sup>455</sup> Libertador, 8 jan. 1886, n. 6, Anúncios, p. 4, 5 col. Em 15 de março de 1864, o Cearense anuncia lições particulares a preços módicos de francês, inglês, astronomia, geografia, história e língua nacional a tratar com José de Barcelos. Fonte: Cearense, 15 mar. 1864, n. 1652, Anúncios, p. 4, 4 col.

<sup>456</sup> Cearense, 14 ago. 1884, n. 177, Noticiário, p. 1, 3 col.

<sup>457</sup> João Brígido fez parte, em 1874, da banca de avaliadores dos exames gerais de preparatórios na capital. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 (10, 11). CX 19.

<sup>458</sup> Libertador, 12 jan. 1886, n. 9, p. 3, 6 col.

<sup>459</sup> Libertador, 28 jul. 1883, Tribuna do povo, n. 162, p. 3, 3 col.



**Figura 23:** Anúncio da tipografia do jornal Cearense  
**Fonte:** Cearense, 2 mar. 1882, n. 47, p. 3, 3 col

A essa época, as tipografias constituíam também ponto de encontro de quem desejava alugar serviços diversos, como o de cozinheiro, de vendedor de cavalos ou de caixeiro.<sup>460</sup> Os negócios referentes ao aluguel de meninos de 12 a 15 anos para o serviço doméstico eram tratados na tipografia do “Cearense”. Nesses espaços, podia-se informar quem, na capital, estava alugando e vendendo mobílias, instrumentos musicais,<sup>461</sup> casas<sup>462</sup> e sítios; ou que tinha para vender por “diminuto preço os livros seguintes: Virgilio e Fabula latina”.<sup>463</sup> Seja como espaço no qual se podia obter informações sobre o comércio e prestação de serviços, ou mesmo de se adquirir livros, as tipografias exerceram papel fundamental na venda de dois gêneros em específico: romances e livros escolares. Em tal cenário, os filhos de Gutemberg, “professando as grandes ideias da liberdade e do progresso”,<sup>464</sup> envolveram-se nas principais questões de seu tempo, participando tanto dos assuntos atinentes à instrução – indicação de livros aos mestres e ao Conselho Literário e os “conselhos” dados às camadas letradas para a fundação de escolas voltadas para a população pobre e livre, como discutiremos no capítulo sexto desta investigação – quanto das questões que envolviam a causa abolicionista, por exemplo. A classe tipográfica serviu como sustentáculo às estratégias das editoras de fazer circular maior quantidade de livros, aqui em especial os manuais escolares, como também se tornaram, ao longo da segunda metade do século XIX, intermediadores entre esta dimensão e o público leitor e consumidor.

<sup>460</sup> Cearense, 1º jul. 1886, n. 143, anúncios, p. 3, 3 col.

<sup>461</sup> Cearense, 21 out. 1885, n. 112, p. 2, 3 col, Anúncios.

<sup>462</sup> Cearense, 3 jun. 1885, p. 3, 3 col.

<sup>463</sup> Libertador, 5 mar. 1864, n. 63, p. 4, 3 col, Anúncios.

<sup>464</sup> Libertador, 28 set. 1881, n. 19, p. 2, 1 col.

### 3 A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA À SOMBRA DA “PENÚRIA”

#### 3.1 Os móveis e utensílios

Até o presente momento, viu-se que um vigoroso comércio de livros animou Fortaleza, na segunda metade do século XIX. Os manuais escolares foram obtendo maior espaço com a fundação de estabelecimentos educacionais, como os colégios particulares, os gabinetes de leitura, as agremiações literárias, as livrarias, as bibliotecas, as tipografias e as oficinas de encadernação, ou mesmo com a maior inserção de sujeitos na instrução pública, seja através da Escola Normal, como professores, ou ainda na condição de alunos com a criação de instituições voltadas para a difusão do ensino elementar entre as camadas adultas, como as aulas noturnas. Embora se possa observar um movimento sempre constante de venda e circulação do manual escolar, em parte pela atuação das livrarias, oficinas de encadernação, tipografias e lojas de variedades, a instrução pública se encontrava em condições de carência de livros, utensílios escolares, moveis. Não se pode falar, em sentido estrito, em uma abrangência do consumo de livros ou mesmo de uma maior difusão do ensino oficial garantido pela Instrução Pública. As taxas de analfabetismo batiam números alarmantes, àquela época, e o público leitor ainda era bastante restrito. Aqui, a excelente proposição de José Murilo de Carvalho merece relevo, dado que o que se tinha era “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”.<sup>465</sup>

Nesta parte da investigação, portanto, serão discutidas duas questões: como a instrução pública foi inserida nas mudanças pelas quais a Província do Ceará passava, especialmente aquelas decorrentes da guerra de secessão americana (1861-1865), que “trouxo como consequência a fome do algodão”,<sup>466</sup> aumentando sua produção e “abrindo novos mercados antes dominados pelas plantações do Sul escravista”;<sup>467</sup> e também como o mesmo tipo de instrução lidou com o movimento de maior contato direto com a Europa, incrementado com o estabelecimento da linha direta entre Fortaleza e Liverpool, desde 1866,<sup>468</sup> fomentando, ao mesmo tempo, um comércio de mercadorias diversas, como periódicos e livros. Com o

<sup>465</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 51.

<sup>466</sup> BRAZIL FILHO, Thomas Pompeu de Souza. **Estado do Ceará na exposição de Chicago**. Fortaleza: Tipografia A República, 1893, p. 170.

<sup>467</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro; Relume Dumará; Fortaleza; Secretaria da Cultura e Desporto, 2000, p. 46. Para mais informações ver: GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985, p. 154.

<sup>468</sup> OLIVEIRA, Almir Leal. **Saber e poder – o pensamento social cearense no final do século XIX**. Mestrado em História, PUC-SP, 1998, p. 81.



crescimento dos espaços de educação, como as fundações de colégios particulares,<sup>469</sup> e de uma demanda sempre crescente de instrução pública primária, qual a atenção dada pelo governo da Província ao ensino público de nível primário, espaço onde se reuniam, em maior número, os filhos do povo, num momento em que os debates em torno da difusão e expansão do ensino elementar ganhavam maior força? Passemos, pois, a tal discussão.

No longo relatório produzido em 1865 por Juvenal Galeno sobre o movimento dos móveis, utensílios e livros presentes nas onze cadeiras primárias reunidas nas cidades de Maranguape, Pacatuba, Arronches, Mucuripe, Soure, Trahiyri, Siupé, Parasinho e Messejana, o Inspetor Literário de Fortaleza afirmou ter encontrado alguns livros e traslados; móveis, como mesas, entre novas e velhas; bancos e cadeiras de palhinha; cabides; relógio; quadro do senhor crucificado; tinteiro e livros de registro e matrícula. Mesmo mencionando alguns títulos ao descrever a aula de Mucuripe, nas demais, entre os objetos arrolados, não foi registrado a presença de compêndios escolares, com exceção da aula masculina de Soure, na qual aparece listada uma tabuada para exercícios aritméticos. O material destinado à escrita não passava de seis quadros com traslados, na aula de Soure, e três na de Pacatuba.

Pela relação das mesmas vê-se que tem sido malfeita a distribuição; o que numa aula sobra, falta na outra, o que mais precisa, não tem; ao passo que possui, o que podia dispensar: por exemplo a do sexo feminino de Maranguape tem seis cadeiras e a do Paraisinho nem sequer uma para o professor e nem livros e objetos, de consumo para os meninos pobres, que as outras tem recebido em número suficiente, quando mais que todas precisam dessa esmola pela pobreza de sua população.<sup>470</sup> [Grifo nosso]

Trazendo questões que fugiam às ações dos mestres, mais precisamente as situações embaraçosas que se deparavam quando na função de professor primário, este Inspetor tratou a falta de objetos e livros nas aulas como sendo da ordem da “má distribuição”. O fato é que as aulas passavam tempos sem o devido fornecimento do material de que necessitavam para funcionarem regularmente e até mesmo as que possuíam móveis, ainda assim eram em pequena quantidade, se levado em conta o número de matrículas e frequência escolar. Com exceção das cadeiras de Siupé, cuja matrícula era de 27 e frequência de 21, e Mucuripe, com 26 matriculados e 17 presentes, todas as demais tinham mais de 30 matrículas.<sup>471</sup> Na aula de Parasinho, que

<sup>469</sup> Na década de 1870, por exemplo, existiram em Fortaleza o Atheneu Cearense, o Colégio Cearense, o colégio São José e o Instituto de Humanidades, o Pantheon Cearense e o Colégio Universal. Fonte: OLIVEIRA, Almir Leal. **Saber e poder – o pensamento social cearense no final do século XIX**. Mestrado em História, PUC-SP, 1998, p. 35.

<sup>470</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00145). CX 53 A.

<sup>471</sup> Na aula de Maranguape, Juvenal Galeno registrou a presença de 69 alunos matriculados, com frequência diária de mais de 50; em Trahiyri, 35 alunos matriculados e 27 presentes. Em Pacatuba, 52 matriculados e 30 presentes,

contava com a matrícula de 41 alunos e 25 presentes, não havia sequer um livro para o ensino ou qualquer outro material escolar. Nessa aula, Juvenal Galeno registrou apenas a presença de quatro bancos.

O relatório deste Inspetor Literário revela um universo de penúria material que o ensino primário sempre pareceu enfrentar, pela recorrência com que tal dimensão é abordada nas correspondências oficiais da Instrução Pública trocadas entre inspetores, diretores e professores. Seu relatório não apenas dava a conhecer às autoridades educacionais sobre o estado atual das coisas no âmbito do ensino elementar, como também reiterava o fato de os problemas referentes ao fornecimento e distribuição de utensílios não haver nem ao menos ganho, naquela época, novas pautas ou demandas, ao mencionar que os mesmos problemas já haviam sido apontados por Senador Pompeu, Diretor da Instrução Pública, quando de seu relatório datado de 1857.

Procurei aproveitar quanto fosse possível essa pequena quantia na aquisição de certos objetos mais precisos às escolas, e distribuí-las por aquelas que mais careciam. Neste sentido, dei-me ao trabalho de mandar fazer a compra desses objetos, de encomendar outros que aqui não havia de mandar fazer as obras de madeira e de redigir um plano de distribuição; mas tendo a Tesouraria Provincial posto dúvidas ao pagamento dessas compras, cuja despesa aliás não excedia a quantia votada, não levei a efeito esse desígnio. Entretanto na minha ausência, durante a interinidade de outro diretor, a Tesouraria, que por seu zelo fiscal arrogou-se a fazer esse serviço, fez a aquisição de parte desses objetos, alguns dos quais já achei recolhidos à secretaria, e são tais que os não devolvi porque o Inspetor Interino respondendo declarou que assim mesmo foram contratados, atentou os poucos recursos que havia para isso. O papel que mandou a Tesouraria só pode servir para capas de ofícios; a tinta era tão branca que não prestando para uso algum, não tive outro remédio senão devolvê-la.<sup>472</sup>

Os Inspetores Literários, que tinham a tarefa de inspecionar pelo menos quatro vezes ao ano as aulas públicas e particulares de cada distrito a fim de observar os comportamentos dos professores, bem como propor medidas necessárias para “a boa execução das leis, regulamentos, instruções e ordens”,<sup>473</sup> deparavam-se com situações nada promissoras. A cada escola visitada, as condições pareciam se deteriorar, reforçadas pelas constantes reclamações dos professores. Fatigados do peso da labuta diária, suas aulas se encontravam em completo

---

na aula do sexo masculino, e 63 matriculadas com mais de 49 presentes, na aula feminina. Em Messejana, 50 matriculados e 10 presentes, cuja frequência estava entre 20 e 30. Soure estava com 39 alunos matriculados e 27 frequentes; Siupé com 27 e 21 frequentes. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 18 65. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00137 e 00179). CX 53 A.

<sup>472</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00146, 00147). CX 53 A. A citação representa uma passagem do relatório de Senador Pompeu, produzido em 1857 e veiculada no relatório de Juvenal Galeno em 1865.

<sup>473</sup> CEARÁ. Resolução Nº 1.136, de 5 de dezembro de 1864, V. 3, p. 29 (Leis de reforma da Instrução Pública). In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (Org.). **Documentos de política educacional no Ceará**: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

estado de carência e penúria dos materiais mais indispensáveis ao seu funcionamento. Nesse cenário, papel e tinta de péssima qualidade, sendo inclusive inapropriados para o uso escolar, eram fornecidos pela Tesouraria, como reiterou Juvenal Galeno. No entanto, embora reclamando e denunciando a falta de fornecimento por parte das Câmaras Municipais, nos relatórios dos Inspectores Literários, uma questão parecia estar clara: aos professores cabia a tarefa de se contentar com pouco ou mesmo nada vindo dos cofres municipais.

As quantias fornecidas às escolas não acompanhavam o orçamento das despesas com os materiais de que necessitavam. Juvenal Galeno também demonstrou insatisfações quanto ao que considerava ser um grande problema: o fornecimento de quantias insignificantes por parte das Câmaras Municipais para a aquisição de livros, papel e outros objetos necessários aos alunos “indigentes”, como estabelecido no Art. 11 da Resolução Nº. 1. 132 de 5 de dezembro de 1864. Cada uma das escolas do município da capital, a seu cargo, recebia 11 mil e tantos réis, cabendo maior quantia às de Maranguape.<sup>474</sup>

Embora o caráter de indigência pareça assegurar um significado de pobreza em um grau ainda mais extremo, os alunos incluídos nesta categoria pareciam estar nas mesmas condições dos ditos “pobríssimos” e “paupérrimos”: também dependeriam do fornecimento do material por parte dos cofres públicos para frequentarem as aulas. Nas listas do material escolar e utensílios para provimento das escolas, estes chegavam a equivaler a um terço da matrícula, como é dito na parte “livros para os meninos indigentes” da relação produzida pelo professor primário Lucas Alves Rodrigues Martins, da escola masculina da Povoação da Canoa, em 1º de maio de 1882.<sup>475</sup>

É importante ressaltar que, em parte, não se poderiam tomar os alunos “indigentes” como “populacho”, como assinalado por Daniel Roche em sua obra “O povo de Paris”, quando investiga as maneiras de viver e as condições materiais do “povo” na França do século XVIII. Mesmo que gravitem nessa categoria os desempregados, os pais de família com toda sua pobreza não se inserem no que se pode chamar de “massa de desocupados, dos vencidos na vida, das prostitutas, o underground das Luzes sempre pronto para o tumulto”.<sup>476</sup> Suas condições de indigência não estavam relacionadas tão somente, de forma particular e fechada,

---

<sup>474</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00194). CX 53 A.

<sup>475</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação de Canoa, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação de Canoa, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP PPCO RE 130 (33). CX 62.

<sup>476</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 75.

à condição de mendigos, inválidos ou não, e assim incapazes para o trabalho ou órfãos, embora muitas crianças fossem órfãs de pai e muitas vezes de pai e mãe sendo criadas por suas avós. Tal condição, tratada nas correspondências sob a categoria de “indigência”, delineia mais as situações de incerteza, dureza de condição e precisões do que mesmo de desocupação, no sentido estrito dos termos vadios e vagabundos.

Ainda que muitos estivessem em situações de privação, especialmente para a compra de livros e materiais escolares, não se pode descartar a possibilidade de os professores terem usado, com certa frequência, o termo “indigente” ou mesmo o recurso superlativo em “pobríssimo” e “paupérrimo” também como forma, em meio ao estado de carência das aulas, de chamar a atenção das autoridades competentes para a necessidade de logo fornecerem o material de que tais alunos careciam para receber instrução. O cotidiano de adversidades e arbitrariedades que caracterizava a vida dos mais pobres no Ceará oitocentista, nesse caso, foi utilizado, recorrendo a essas nomenclaturas que ora se distanciavam, ora se aproximavam, parecendo se referirem, de modo geral, a um mesmo nível de condição de pobreza, como “um elemento retórico de persuasão, habilmente montado com imagens que procuravam sensibilizar as autoridades”.<sup>477</sup>

Nesse cenário, não raro, as Câmaras Municipais negavam-se ao fornecimento de tintas, papel, penas e livros para os alunos pobres das escolas públicas sob pretexto de falta de orçamento fornecido pela Diretoria da Instrução. Em Ipú, pela lei provincial vigente da receita e despesa da Câmara Municipal, esta era autorizada a despender a quantia de cinquenta mil réis para o suprimento das escolas públicas de seu município. Porém, em 17 de setembro de 1869, o Inspetor Literário<sup>478</sup> reclamava da indisposição da referida Câmara em fornecer as quantias destinadas às escolas primárias que afirmava “não ser costume a remessa de orçamento pra tais despesas”.<sup>479</sup> Segundo a dita Câmara, a Diretoria não havia fornecido “orçamento” para as despesas com os alunos pobres. No entanto, como dito na correspondência, o cofre municipal de Ipú estava autorizado a despender 50 mil réis para o fornecimento de suas escolas públicas. Vejamos, pois, como funcionava o repasse de quantias por parte da Instrução Pública e por parte das câmaras municipais.

Em maio de 1868, havia duas classes de objetos distribuídos às aulas primárias na Província: os móveis destinados a montar as escolas para funcionarem regularmente e os

---

<sup>477</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 211.

<sup>478</sup> A correspondência não menciona o nome do Inspetor Literário.

<sup>479</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ipú, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ipú, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 58 (60). CX 05.

objetos com que a lei mandava suprir anualmente os alunos pobres. Os primeiros eram compostos de quadro do Imperador e do Senhor Crucificado – onde as crianças, mesmo aquelas menos instruídas, entenderiam parte da história sagrada por meio da leitura da imagem – relógio, armário, mesa e cadeira para o professor, cadeiras para as autoridades e pessoas que fossem visitar as aulas, bancos para assento dos alunos, mesas inclinadas para escrita em tinteiros, tábua envernizada com esponja, giz para os exercícios aritméticos e ortográficos, cabides para chapéus, talhas para água e seus pertences. Aos meninos pobres, eram destinados: livros para leitura, papel, tinta, traslados e pautas, ardósias e creões. Os primeiros eram fornecidos pela Tesouraria Provincial, desde a época que a instrução primária gratuita passou a ser responsabilidade da Província; os últimos eram fornecidos pelas Câmaras Municipais, em virtude da disposição do art. 20 do Regulamento de 2 de janeiro de 1855 e do art. 11 da lei nº1138 de 5 de dezembro de 1864, que autorizavam as municipalidades a criarem uma renda especial para esse fim. Desde 1865, registram-se verbas para essa despesa em todos os orçamentos municipais.<sup>480</sup>

No mês de janeiro de cada ano, o Diretor Geral da Instrução Pública deveria remeter ao Inspetor Literário uma relação dos livros adotados, especificando, entre esses, os que as Câmaras deveriam fornecer aos alunos pobres. Dois meses antes da reunião da Assembleia Provincial, o Inspetor Literário, sob proposta das comissões de que trata o art. 20 do Regulamento de 2 de janeiro de 1855, era incumbido de organizar e remeter às respectivas Câmaras Municipais o orçamento das despesas das escolas de seu “distrito literário”, contendo a quantidade, estado de conservação, tempo de fornecimento e os motivos que diferenciavam o atual e o último inventário.

As comissões, compostas em cada localidade do inspetor das aulas e do membro da Câmara por ela nomeada ou, onde não houvesse Câmara, do pároco ou de quem exercesse suas funções, deveriam remeter suas propostas um mês antes do prazo marcado pelo Inspetor Literário, ouvindo sobre elas os respectivos professores e tendo em atenção o número de alunos pobres que frequentou a escola no ano anterior e o dos matriculados no ano corrente; as diferentes classes em que, segundo o art. 8º das instruções de 8 de abril de 1855, deveriam estar

---

<sup>480</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP CO RE 01 08 (85 a 96). CX 16.

os alunos divididos; os compêndios e utensílios existentes na aula, devendo o orçamento das escolas de cada município ser incluído no orçamento geral da respectiva Câmara Municipal.<sup>481</sup>

Até o dia 15 de janeiro de cada ano, a Câmara Municipal forneceria às escolas de seu município, papel, tinta e penas que lhes tiverem cabido nos respectivos orçamentos. Sua distribuição entre os alunos pobres ficaria a cargo do professor sob a fiscalização do inspetor das aulas.<sup>482</sup> O suprimento de livros, traslados e demais objetos, como pautas, ardósias e creões, seria feito à medida que os alunos fossem matriculados, que deles tivessem necessidade, ou passassem à classe em que tais objetos se requeriam, devendo em ambos os casos ser requisitado à Câmara pelo professor com uma relação nominal dos alunos pobres a que seriam destinados, acompanhado de outra com os que estavam servindo de objetos idênticos existentes na aula, ambos rubricados pelo inspetor das aulas. O professor deveria ainda passar recibo de todo o material fornecido a sua escola.<sup>483</sup>

A pobreza dos alunos, para o efeito de ser suprida pelo cofre municipal, deveria ser comprovada com o atestado do pároco ou, na falta deste, do juiz de paz em exercício. Marcados por uma vida inteira de labuta, até mesmo a esperança de ver os filhos escreverem o próprio nome ou mesmo soletrar, ainda que com fragilidade, as sílabas das palavras mais presentes em seu cotidiano eram-lhes sonegadas, quando da verba sempre diminuta destinada a amparar, como estabelecido na legislação educacional do período, os meninos pobres. O seu estado de vulnerabilidade seria atestado, portanto, ao sabor do olhar das autoridades competentes que não se furtavam em afirmar a necessidade de se economizar, haja vista “o estado de precariedade das finanças” da Província, como costumeiramente diziam em suas visitas às aulas.

A precariedade material das aulas primárias atravessou toda a segunda metade do século XIX. Quase vinte anos depois do relatório de Juvenal Galeno, em abril de 1884, na primeira escola primária masculina de Baturité, cuja matrícula era de 94 alunos com frequência de 70, se elevando durante o ano para pouco mais de 130 com frequência de mais de 80 alunos, de todo o material exigido no art. 3º do Regulamento Interno da Instrução Pública, tinha apenas cinco bancos velhos e estragados. Atendendo à falta de dinheiro no cofre provincial, como afirmava o professor Manoel Ayres da Silveira, seu pedido se restringia ao que considerava de mais indispensável, como bancos, cabides e mesas. Ora, se dos objetos e utensílios aos quais se

---

<sup>481</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP CO RE 01 08 (85 a 96). CX 16.

<sup>482</sup> Explicar o que era esse cargo de inspetor das aulas.

<sup>483</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP CO RE 01 08 (85 a 96). CX 16.

referia o art. 3º, havia na aula apenas bancos velhos, como o professor manteria sua aula sem o fornecimento dos demais materiais, como os livros escolares? Iria adquirir mediante suas próprias economias, como alguém o fez com alguns bancos?

Pela via férrea de Baturité, os bancos de escolas situadas na capital que haviam sido consertados eram transportados com destino às escolas públicas da povoação de Conceição, de Mulungú,<sup>484</sup> Arronches, Maracanaú<sup>485</sup> e a diversos outros lugares localizados às imediações da mesma estrada.<sup>486</sup> Quando as escolas da capital eram providas de bancos novos, os usados, que ficavam guardados no prédio da Inspeção da Instrução ou na Escola Normal, eram posteriormente distribuídos entre as escolas primárias de outras localidades.

As escolas do norte da Província, as mais distantes da capital, eram as que mais viviam em carência de livros, de móveis e de utensílios, muitas das quais, nunca providas dos materiais mais indispensáveis ao seu funcionamento, denunciavam os livros de escrituração de móveis e objetos.<sup>487</sup> A espera do fornecimento de verba para a compra destes materiais chegava a durar vários meses, se observados os frequentes pedidos dos professores e inspetores que se repetiam incansavelmente.

Nesse cenário, em 13 de janeiro de 1887, o Inspetor Geral da Instrução Pública, Virgílio Augusto de Moraes, solicitou ao Presidente da Província, Eneas de Araújo Torreão, que “providenciasse em ordem a que nos limites da possibilidade, a adoção dos utensílios necessários, pelo menos às escolas da capital, das cidades e as recentemente providas”.<sup>488</sup> As escolas das vilas e povoados recebiam os móveis velhos, necessitados de conserto vindos das escolas da capital. As aulas primárias do interior da Província viviam situação aflitiva, pois, além de o livro escolar constituir “objeto raro”, eram dotadas de toda sorte de móveis velhos, tendo ainda que muitas vezes disputá-los com outras instituições, como o Club Instrutivo da

<sup>484</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 121 (53). CX 14.

<sup>485</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (53). CX 15.

<sup>486</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 122 (114). CX 14. Os móveis e utensílios com destino às escolas próximas à capital, localizadas nas povoações de Tucunduba e Mucuripe, por exemplo, eram transportados em carroças. Fonte BR CEAPEC IP CO EX 01 122 (114). CX 14. A capital, Arronches, Mondubim, Maracanaú, Monguba, Pacatuba, Maranguape constituíam, em dezembro de 1876, estações da via férrea de Baturité. Cearense, 3 dez. 1876, n. 119, Noticiário, p. 3, 2 col.

<sup>487</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 121 (14). CX 14. Nos meses de março, abril e setembro de 1886, em escolas públicas primárias nas cidades de Jardim, Milagres e Goianinha, sequer constava nos inventários dos móveis e utensílios a presença de livros escolares. Apenas de livros em branco para registro de frequência. Quando havia livros nas listas, era em pouco número, tanto no que concerne à quantidade de exemplares, quanto aos livros referentes a cada matéria do currículo escolar.

<sup>488</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 123 (66). CX 14.

Pacatuba e a Santa Casa de Misericórdia, cujos enfermos convalescentes estavam à espera da doação de bancos que pertenciam às cadeiras primárias da capital, solicitados pelo Barão de Aratânia em junho de 1888.<sup>489</sup> Os professores que residiam em localidades no interior não lutavam pelo envio de bancos novos, mas pelos bancos dispensados pelas aulas da capital ao adquirir móveis novos. As disputas por esses móveis já velhos e usados não significavam uma escolha para esses mestres, mas a única via para se obter aquilo que havia de necessário para o funcionamento das aulas. Nas aulas situadas nas vilas e povoados, esses móveis provocaram inúmeros embaraços, tornando dificultoso o trabalho dos professores e o aprendizado dos alunos. Nesse caso, uma questão importante ganha concretude: a preservação física dos alunos.

Em julho desse mesmo ano, na aula pública primária da Povoação de São João do Jaguaribe, os alunos já haviam adoecido muitas vezes não devido às epidemias da cólera e da febre amarela que devastavam a Província, sobretudo nos períodos de seca, cujas crianças sucumbiam rapidamente, aumentando a preocupação dos pais que não mandavam seus filhos às aulas, diminuindo a frequência escolar, mas pela utilização de bancos velhos e quebrados, todos no pior estado. Qualquer movimento que fizessem se “desmantelavam” e caíam sobre os seus pés, machucando-os, relatava o Inspetor Escolar Augusto Joaquim da Silva num tom impetuoso a Virgílio Augusto de Moraes, que ocupava o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública.<sup>490</sup>

O tom ardente empregado por Joaquim da Silva chamava o Estado à responsabilidade de “trazer preparado e aseado o edifício para poder funcionar o magistério público”.<sup>491</sup> As aulas eram providas de cadeiras emprestadas, cujos donos já haviam manifestado a falta que estas faziam no espaço doméstico. A prática do empréstimo, inclusive, foi uma constante na instrução pública primária e envolveu diversos sujeitos, desde professores até pais de alunos. No referido caso, para o Inspetor Augusto, não convinha a eles emprestar, uma vez que era obrigação dos cofres provinciais.<sup>492</sup> Os inspetores escolares e os professores pareciam entender claramente a ordem caritativa que permeava as relações pessoais e os mais variados aspectos

---

<sup>489</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 122 (14). CX 14/ BR CEAPEC IP CO EX 01 122 (60). CX 14.

<sup>490</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Jaguaribe, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 18 BR CEAPEC IP INSP CO RE 105 (6). CX 25.

<sup>491</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Jaguaribe, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Jaguaribe, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP INSP CO RE 105 (6). CX 25.

<sup>492</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Jaguaribe, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Jaguaribe, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP INSP CO RE 105 (6). CX 25.



da vida pública e que a maioria das autoridades educacionais insistia em inserir a instrução ao povo, pois reiteravam constantemente as responsabilidades do poder estatal, inclusive delimitando as fronteiras entre dever, estabelecido na legislação educacional, auxílio e “assistencialismo”.

A instrução do povo, aquela destinada aos pobres, era dotada de toda sorte de móveis velhos consertados e utensílios domésticos, portanto, inapropriados ao ensino escolar, mas que, na falta de tais materiais, eram utilizados. Ao passo que a escola é concebida enquanto lugar por excelência destinado à educação ao longo da segunda metade do século XIX, os mestres encontravam dificuldades para exercer suas funções. Com o fornecimento das quantias para compra de móveis e utensílios, por exemplo, enfrentariam mais uma dificuldade, isto porque os valores eram insuficientes para cobrir as despesas com os materiais mais indispensáveis ao funcionamento da instrução primária. A esse respeito, a necessidade de manter sua aula faria o professor Francisco Ferreira Calasso suportar inúmeros problemas de ordem material. Recebendo a importância de 15.200 réis para a aquisição de dois bancos inclinados para escrita pela quantia de 12.000 réis, este professor não encontraria em novembro de 1861, em Aquiraz, carpina que fizesse tal serviço por semelhante preço. O valor não chegava a cobrir todas as despesas com o trabalho de elaboração das peças. O referido professor havia adquirido três bancos de assento, dois por 7.840 réis, sendo 4.000 réis de feitiço e 3.840 das tábuas e o outro por 3.000 réis; e uma mesa de oito palmos de comprimento, a qual custou com o feitiço e a madeira 15.640 réis, sendo 8.640 de feitiço e 7.000 da madeira, importando tudo em 26.480, 11.280 a mais do que o professor Francisco havia recebido para fazer a aquisição dos móveis de que sua aula necessitava.<sup>493</sup>

Os móveis e utensílios de que careciam, como os bancos inclinados, possivelmente os indicados para as crianças receberem instrução, eram substituídos pelos que apresentassem custos mais baixos, e ainda assim a importância total das despesas era quase o dobro da quantia fornecida pelos cofres públicos para a compra dos móveis. Embora muitos objetos fossem tomados de empréstimo de outras cadeiras (aulas),<sup>494</sup> o fato é que não havia livros e bancos para

---

<sup>493</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aquiraz, 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aquiraz, Data Crônica: 1861. BR CEAPEC IP PP CO RE 13 01 (195, 196). CX 52.

<sup>494</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Baturité, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Baturité, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 113 (13, 14). CX 11.

todos os alunos.<sup>495</sup> Os professores recebiam das Câmaras Municipais quantias bem inferiores ao que havia sido orçado para suprir as necessidades durante o ano inteiro das escolas.

A mobília a se adquirir, além de não ser a mais adequada do ponto de vista pedagógico e mesmo médico, deveria ser a que coubesse no orçamento dos cofres provinciais. Nesse mesmo ano (1861), avolumam-se as reclamações dos professores acerca do material de que eram construídos os móveis destinados à instrução primária. Em 7 de junho, o professor de Fortaleza Rufino José de Gouveia, ao remeter o orçamento dos objetos necessários aos alunos de sua escola ao Diretor Geral da Instrução, Vigário Carlos Augusto Peixoto de Alencar, afirmava:

Os dois bancos que vieram para esta escola são de construção pouco durável e que o professor é responsável pela mobília de sua escola em um espaço de tempo não pequeno, segundo a Lei, como o de 15 anos; por isto julgo do meu dever reclamar em tempo pedindo à V.S. para que tais obras sejam bem mais construídas.<sup>496</sup>

O fato é que, nas correspondências da Instrução Pública, o estado de penúria das aulas aparece muito mais do que os casos de recebimento de móveis e utensílios por parte das escolas. Os professores, como estabelecido no Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, tinham o dever de informar aos inspetores escolares as datas de fornecimento, pois seriam registradas inclusive porque, caso quebrassem ou fossem extraviados fora do prazo estabelecido pelo Regulamento, deveriam fornecê-los à sua própria custa.<sup>497</sup> Nesse caso, a preocupação do professor Rufino era a de que os bancos viessem a quebrar rapidamente pelo uso frequente, tendo que custear novas aquisições por sua própria conta.

Os embaraços no fornecimento dos móveis e objetos se tornavam ainda maiores com a recusa das propostas oferecidas pelos licitantes em razão de os inspetores considerarem os preços dos orçamentos excessivos. Em 24 de outubro de 1887, o Inspetor Geral da Instrução Pública, Virgílio Augusto de Moraes, informava ao Presidente da Província serem altos os valores dos objetos constantes na proposta de José Simões da Silva, único licitante, à época, ao fornecimento de móveis para as diversas escolas públicas.<sup>498</sup> Ao que parece, tal processo se

---

<sup>495</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Pacatuba, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Pacatuba, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 112 (183). CX 11.

<sup>496</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1861. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 02 (70). CX 51.

<sup>497</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Art. 2, “Ao inspetor Geral da Instrução Pública, § 19, p. 41, V. 3. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

<sup>498</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 124 (75). CX 14.

dava ainda como na década de 1860: a Tesouraria Provincial contratava um negociante para fazer o fornecimento às aulas, ficando a cargo de avisar aos professores para se dirigirem a sua loja ou mandarem receber por algum representante. Na ocasião, os objetos fornecidos eram quase sempre de má qualidade, não correspondendo à importância do contrato. Para os móveis, objetos e utensílios em falta na loja, forneciam-se algumas quantias para sua aquisição. Embora tais verbas tenham sido recebidas pelos mestres, Juvenal Galeno, então Inspetor Literário em 1865, registrou em seu relatório a falta de armário, bancos e cabides nas aulas de Siupé, Paraisinho e Messejana.<sup>499</sup>

Com uma elevada taxa de população destituída dos mínimos haveres para a garantia da subsistência, vivendo à margem de uma sociedade marcadamente desigual, a ordem era sempre a da economia e da redução de gastos no orçamento da Instrução Pública Primária. Assim, claramente os ofícios dos inspetores “obedecendo ao pensamento de economia” defendiam a lógica da supressão e da redução. Os armários, quadros de madeira e cartas geográficas eram considerados dispensáveis<sup>500</sup> e os bancos, em vez de 6, 4; bancos-carteira, em vez de 4, 2; cabides, nenhum...”<sup>501</sup>

Com a necessidade de fornecimento de mobília à escola feminina anexada à Escola Normal, regida pela professora primária Francisca Clotilde Barbosa de Lima, o professor de pedagogia José de Barcelos, da Escola Normal,<sup>502</sup> em 22 de julho de 1884, pronunciou-se quanto ao tipo de mobília a se adquirir para uma escola modelo, onde se habilitavam os futuros professores. Pedagogistas e médicos haviam condenado as carteiras horizontais, os bancos longos, pesados, sem encosto para a região lombar, sem apoio para os pés, de altura uniforme para alunos de idades e tamanhos diversos, e a excessiva distância entre carteira e banco, mobília ainda fornecida às escolas na Província.<sup>503</sup> José de Barcelos, valendo-se da afirmação de Ferdinand Buisson,<sup>504</sup> educador francês, a qual diz que “o banco da escola deve acomodar-

<sup>499</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00143). CX 53 A.

<sup>500</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 116 (30). CX 12.

<sup>501</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 123 (47). CX 14.

<sup>502</sup> Em 15 de março de 1884, o Presidente da Província aceitou o oferecimento “generoso” que fizera o professor de Pedagogia da Escola Normal José de Barcellos para lecionar gratuitamente durante o corrente ano as cadeiras de geografia e história da mesma escola e do Liceu. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO RE 02 04 (138). CX 17.

<sup>503</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 112 (25). CX 11.

<sup>504</sup> Ferdinand Buisson foi inspetor geral da Instrução Pública na França (1878), diretor do ensino primário (1879), redator da *Revue Pédagogique*, professor da Sorbone (1887). Para mais informações, ver: BASTOS, Maria Helena

se ao aluno, e não o aluno ao banco”,<sup>505</sup> defendia que “o ideal em mobília escolar seria isolar o aluno, dar um banco para cada um”. Porém, as razões de ordem econômica da Província, mais especificamente a resposta da Tesouraria, não possibilitavam outro caminho senão indicar como a mais “ideal” para o momento a compra de bancos-carteira adaptados nas escolas comunais de Paris, com madeira simples e muito cômodo, geralmente construído para cada dois alunos. Assim, o professor José de Barcelos envia um exemplar do Regulamento expedido pelo Ministério da Instrução Pública da França contendo a construção da mobília das escolas para o Inspetor Geral da Instrução Pública do Ceará, Justino Domingues da Silva, a fim de que observasse as indicações referentes às suas dimensões.<sup>506</sup>

Amaro Cavalcanti, então professor de latim da cidade de Baturité, já havia apresentado, em agosto 1881, ao Presidente da Província, Pedro Leão Velloso, depois de sua viagem aos Estados Unidos, um relatório com o catálogo da mobília vista e analisada nas escolas estadunidenses. Expondo as vantagens em adotá-la nas aulas primárias da Província, para este professor, mesmo apresentando preços baixos, o custo com o transporte faria com que chegassem às terras cearenses com elevados valores. O meio mais vantajoso aos interesses do Tesouro Provincial seria, portanto, importar uma peça de cada modelo que se quisesse adotar e aqui mandar produzir.<sup>507</sup>

José de Barcellos e Amaro Cavalcanti não se furtaram em indicar as melhores possibilidades do ponto de vista pedagógico, ou seja, o modelo que melhor atenderia às necessidades da instrução pública primária na Província. Porém, de antemão, parecendo já prever as respostas das autoridades educacionais, a de que a falta de orçamento dos cofres públicos tornaria impossível tal aquisição, esses professores recomendaram as vantagens em mandar produzir adaptações dos modelos de escolas estadunidenses, em vez de importá-las em grande quantidade, como foi o caso de Cavalcanti. Este professor de latim, não se eximiu também em apresentar os modos de fazer economia, caso o governo da Província optasse por importar as peças. Nesse caso, não seria necessário gastar com agentes comerciais, pois tendo

---

Camara. **Método intuitivo e lições de coisas por Ferdinand Buisson**. Revista História da Educação, vol. 17, n. 39, 2013, p. 231-253.

<sup>505</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 112 (26). CX 11.

<sup>506</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 112 (23 a 29). CX 11.

<sup>507</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO EX 01 109 (174, 175). CX 10.

“várias relações naquele país com pessoas habilitadas”,<sup>508</sup> ele próprio faria as intermediações, tendo os cofres provinciais de pagar apenas o preço total da compra e transporte. Porém acrescenta:

Ficando assim exposta a minha humilde opinião a respeito, concludo ainda por declarar a VEx<sup>a</sup> que mais urgentes do que a reforma de móveis há outras necessidades para a Instrução Pública da Província, conforme tendo tido ocasião de significar a essa Presidência; e acredito que, ao menos por ora si se pudesse fornecer às escolas públicas todos os móveis necessários, ainda conforme ao modelo usual adotado, isto seria bastante.<sup>509</sup>

Mais do que uma reforma nos modelos de bancos e carteiras, a instrução pública necessitava mesmo era do fornecimento, o mais rápido possível, dos móveis necessários ao seu funcionamento. Como realizar mudanças nos padrões dos móveis e mobília se inúmeras aulas sequer possuíam quantidade suficiente de mesas e bancos, aqueles usualmente adotados para alunos e professores? Embora não se tenha a resposta das autoridades educacionais com relação às indicações feitas por Barcellos e Cavalcanti, o mais provável é que tais demandas não tenham sido atendidas pelos diretores da Instrução e Presidente de Província, que afirmavam, especialmente nesses momentos de recusa de propostas de materiais escolares, já se empenharem e se dedicarem o bastante para fazer desenvolver e progredir o ensino público primário, questão que destacaremos nos próximos tópicos.

### 3.2 A penúria de livros

Em 1865, parecia inconcebível ao Diretor da Instrução Pública, Hippolyto Gomes Brasil, a compra da “Gramática Prática” do Dr. Fellipe da Motta d’Azevedo Correia, compêndio adotado pelo Conselho Diretor para uso nas aulas primárias:

He verdade que se acha adoptado pelo Conselho Diretor de Instrução Pública a Gramática Prática do Dr. Fellipe da Motta d’Azevedo Correia, mas não sei o que possa interessar a Província com a compra de cem ou duzentos exemplares, como oferece aquele Senhor, encarregando-se esta de vender depois aos estudantes. Havendo nesta cidade loja de livros, onde se encontrão todos os compêndios adoptados, quer nas aulas primárias, quer secundárias, porque como sabe V. Ex<sup>a</sup>. está no interesse dos donos de tais estabelecimentos terem sempre à venda os livros que são mais procurados, entendo que com os gerentes ou donos de tais casas deve-se entender o autor da Gramática pratica, e não com a Administração Provincial, que não se propõe a mercar livros<sup>510</sup>.

<sup>508</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO EX 01 109 (181). CX 10.

<sup>509</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO EX 01 109 (181). CX 10.

<sup>510</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: BR CEAPEC IP CO EX 01 25 (69). CX 04.

Oferecendo à Instrução Pública que se adquirissem 100 ou 200 exemplares, possivelmente a proposta do Dr. Felipe Correia, se não acompanhada de um desconto no preço total, a depender da quantidade a ser adquirida, seria ao menos informada em correspondências posteriores quando da aceitação da compra, prática comum entre os autores de livros quando vendidos diretamente à Instrução Pública. O fato é que a resposta de Hyppolito Brasil não foi nada satisfatória ao negócio que o autor oferecia. Embora a “Gramática Prática” tivesse sido não apenas aprovada, mas adotada, o que quer dizer que provavelmente estava sendo ou seria utilizada nas aulas primárias, a resposta foi a de que não cabia à Administração Provincial fazer a compra, mas aos estabelecimentos comerciais que se propunham a vender livros.

Se visto sob a ótica do dever dos cofres provinciais e câmaras municipais de adquirir livros para as crianças que deles dependiam para receber instrução, a resposta de Hyppolito Brasil sequer mencionava a necessidade de compra de compêndios para esses sujeitos. Pela sua resposta, o mais provável, além da indiferença com que abordou a questão “não sabendo no que poderia interessar à Província”, deveria ter a Instrução Pública, àquela altura, fechado negócio com outro autor; ou mesmo de haver conflitos e desavenças entre o Diretor da Instrução Pública e Felipe Correia, afetando os negócios que envolviam a compra de compêndios escolares. Contudo, se fosse o caso de ter já feito a compra de um outro impresso, provavelmente Hyppolito Brasil teria frisado como justificativa para se opor ao negócio proposto pelo autor, como costumeiramente faziam as autoridades educacionais.

Para este Diretor, não era bom negócio para a Província a Instrução Pública fazer a compra dos ditos livros e depois vendê-los aos alunos, já que havia lojas de livros na cidade. A resposta de Hyppolito Brasil é esclarecedora de que, naquela época, os autores de manuais escolares deveriam se direcionar e propor negócio mais diretamente às livrarias. A Instrução Pública parecia não ter ainda ocupado a posição de principal compradora de livros escolares, apesar de a maioria dos alunos que frequentava as aulas, mesmo que de forma irregular, pois tinham seus estudos frequentemente interrompidos, constituir-se de meninos e meninas pobres, necessitando do fornecimento de material por parte dos cofres públicos.

Os pedidos de fornecimento de livros chegavam a se arrastar por vários meses desde a solicitação até a ordem expedida pelo Presidente da Província para a Tesouraria realizar a compra, mesmo a maior parte das escolas se encontrando em completo estado de penúria, como foi o caso dos dois exemplares de folhetos contendo a tabuada métrico decimal dos novos pesos e medidas, de autoria do professor Luis Rangel, “de cuja falta muito se ressentia a instrução

primária da Província”.<sup>511</sup> Submetido ao exame do Presidente, em janeiro de 1869, a obra custava 240 réis.<sup>512</sup> Em 17 de agosto do mesmo ano, o Diretor da Instrução Pública, Manoel Soares da Silva Bezerra, solicitou ao Presidente da Província, João Antônio de Araújo Freitas Henrique, a ordem para a aquisição não só de trezentas tabuadas desse professor, mas de uma quantidade maior a ser distribuída entre as 155 escolas primárias da Província.

Os trâmites que envolviam esses dois pedidos já vinham desde janeiro, sendo solicitados trezentos exemplares em março. Em agosto, tal fornecimento ainda não havia sido realizado. As tabuadas seriam distribuídas na fração de dez a doze por escola, ou então divididas entre aquelas localizadas no interior da Província, onde houvesse maior dificuldade de se ter livros à venda.<sup>513</sup> Todavia, no dia 3 de setembro, na ocasião da 2ª Sessão do Tesouro Provincial, fora informado de que não havia verba para novas aquisições do referido compêndio em número suficiente para serem fornecidas a todas as aulas primárias. A distribuição deveria ser feita pelas escolas do interior, deixando as demais para serem atendidas somente na próxima distribuição da quantia, que, para tanto, deveria ser votada no orçamento para o ano de 1870.<sup>514</sup>

Quando dito que deveriam ser priorizadas as escolas do interior da Província, especialmente aquelas situadas em regiões onde a dificuldade em se encontrar livros era maior, deixa-se escapar que, nas localidades onde porventura houvesse a venda de impressos escolares, a Instrução Pública não faria o fornecimento, ainda que residissem ali meninos e meninas que dependessem do fornecimento de material escolar por parte do governo provincial para adquirirem alguma instrução. Priorizava-se, antes de tudo, a compra particular feita pelos pais. O fornecimento pelos cofres provinciais seria feito, mas dentro de alguns requisitos. Ora se recuava, deixando-o à custa das famílias, ora se avançava, mas sempre de forma demorada e irregular.

Naquela época, os debates nos círculos políticos e letrados revelavam certa inclinação da elite político-administrativa de sempre veicular, sobretudo em seus relatórios de inspeção das escolas, publicados muitas vezes nos jornais que circulavam na Província, os “esforços” realizados para fazer difundir a instrução elementar, como foi o caso de Virgílio Augusto de Moraes, Inspetor Geral da Instrução Pública, que, em julho de 1889, reiterava repetidamente ao

---

<sup>511</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 55 (14). CX 05.

<sup>512</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 55 (14). CX 05.

<sup>513</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 58 (21). CX 05.

<sup>514</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 58 (22). CX 05.

Presidente da Província que muito já se tinha feito em favor do desenvolvimento e progresso da instrução.

Na solução dos complexos problemas da organização do ensino primário muito se tem desvelado todas as nossas assembleias provinciais que não escassearam jamais esforços no generoso e firme propósito de diminuir o número de analfabetos.

[...]

Provam-no até a mais elevada coincidência, várias reformas operadas em virtude de autorizações legislativas, e a importante verba do orçamento da instrução com que a província despende mais da quinta parte da receita pública. Entretanto os insuficientes resultados colhidos não hão correspondido as esperanças do legislador provincial, nem compensar a grandeza dos sacrifícios...<sup>515</sup>

Devido às correspondências da Instrução Pública, a afirmação de Virgílio Augusto de Moraes de que as Assembleias Provinciais não mediam esforços para diminuir o número de analfabetos não condizia com a realidade material do ensino público de nível primário na Província. Guardando as devidas proporções, tais esforços só existiram, muitas vezes, nos relatórios de inspetores escolares. A insistência em informar tal proposição não passava, na maioria das vezes, de pura retórica, especialmente quando se referia ao dever de garantir instrução, frequentada, em sua maioria, pelas camadas desafortunadas. No caso em questão, embora afirmando que os reais problemas não estariam no orçamento destinado à Instrução Pública, que inclusive despendia mais da quinta parte da receita pública, não faltou quem discordasse de tais posicionamentos, manifestando insatisfações, como foi o caso de Amaro Cavalcanti.

Em 1882, sete anos antes da produção do relatório de Virgílio de Moraes, Amaro Cavalcanti, que à época ocupava o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública, contestou, em 17 de agosto, as informações que os professores constantemente recebiam das Seções do Tesouro da Província ou mesmo das Assembleias Provinciais de estarem as finanças para o orçamento da Instrução Pública em estado precário, sobretudo para a compra de livros, e de que todos os esforços eram feitos para subsidiarem a instrução pública do necessário ao seu funcionamento. Para o Inspetor, “no orçamento provincial vigente havia verba bastante para a compra que solicitava”: 400 livros de Primeira Leitura (200 mil réis), 300 livros de Segunda Leitura (450 mil réis), 200 gramáticas (200 mil réis), 200 Catecismos da Diocese (80 mil réis),

---

<sup>515</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (100). CX 15.



250 Aritméticas (100 mil réis), 450 Livro Popular (900 mil réis), uma soma total de 1.930 mil réis.<sup>516</sup>

Quer me parecer que no orçamento provincial vigente há verba bastante para a compra, que ora solicito; porquanto existindo ali consignada a soma de 3.000\$000 e mais o produto do imposto Ar §17. Ar art. 2º da lei respectiva para utensílios escolares, até esta data, somente foi despendida por tais verbas nessa compra anterior de livros a quantia de 1.000\$000 e depois de 189#940 reis para pagamento de moveis e nada mais.<sup>517</sup>

Na Seção do Tesouro Provincial do Ceará de 9 de setembro do mesmo ano, a despesa na importância de um conto de réis relativa à compra de livros para as escolas públicas, conforme autorização da Presidência, não podia correr pela verba do § 14 do artigo 1º do orçamento vigente que se refere à aquisição de materiais de ensino para a Escola Normal e aulas anexas, nem pela do § 18, destinada a utensílios, em que não se incluíam livros.<sup>518</sup> Os gastos, portanto, deveriam ser pagos por conta da renda do § 17 artigo 2º do dito orçamento, “exclusivamente consignada à aquisição de materiais de ensino para as escolas primárias”.<sup>519</sup> O fato é que não havia verba destinada exclusivamente para a aquisição de livros escolares, mesmo o “novo regulamento”<sup>520</sup> autorizando o seu fornecimento aos alunos “indigentes”. Assim, as compras de livros deveriam ser pagas com a verba destinada aos materiais de ensino que incluíam vários gêneros.<sup>521</sup> A Seção do Tesouro concluiu que a compra dos impressos na importância de 1 conto de réis já havia sido paga e que não havia fundos para a proposta de compra solicitada por Amaro Cavalcanti.<sup>522</sup>

Em meio à penúria de compêndios escolares para os filhos do povo, os debates nas Assembleias Provinciais e na Câmara dos Deputados reiteravam a necessidade de tornar popular a instrução pública, instruindo o maior número de sujeitos. Para as elites letradas,

<sup>516</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (356, 357, 358). CX 10.

<sup>517</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (356). CX 10.

<sup>518</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (359 e 360). CX 10.

<sup>519</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (359 e 360). CX 10.

<sup>520</sup> A correspondência não apresenta o ano em que o referido regulamento foi elaborado.

<sup>521</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (359 e 360). CX 10.

<sup>522</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (359 e 360). CX 10.

afeitas à cultura impressa e íntimas ao que consideravam ter de mais “moderno”, no que se refere a conteúdos, métodos e discussões no campo educacional de países da Europa, como a França, cujas reformas educacionais serviam de referência para fazer progredir a instrução em outros países, as crianças na Província deveriam ser tomadas pela febre de instrução. Seria por meio do livro escolar que teriam sua índole transformada e arrancadas da ignorância intelectual e moral, adquirida no seio familiar, como afirmavam frequentemente. Ainda que, nesses debates, o livro escolar constituísse cada vez mais objeto fundamental ao aprendizado dos saberes e dos métodos, ganhando na instrução aos alunos pobres, ao longo da segunda metade do século XIX, o *status* de instrumento essencial na condução e difusão de práticas e condutas, não havia verba especial direcionada somente para a sua compra. Mesmo com o imposto especial para o suprimento das camadas que não possuíam os meios para adquiri-los, e, ainda, sendo insignificante o seu produto, o fornecimento de livros escolares era inconstante.<sup>523</sup> Nas aulas, a penúria de compêndios ameaçava o desenvolvimento escolar do ensino primário. Na distribuição, era dada prioridade às escolas com maior número de matrícula, ficando muitas outras, sobretudo as de regiões mais afastadas da capital, sem o provimento.<sup>524</sup>

A carência de livros para os meninos indigentes era geral em todas as escolas públicas de ensino primário,<sup>525</sup> como dito frequentemente pelos inspetores da Instrução Pública. Nesse movimento, diretores e inspetores gerais comumente informavam em seus relatórios sobre a necessidade de estimular a produção de compêndios escolares por parte dos professores na Província, a fim de admitir, adotar e adquirir produções de autores cearenses, especialmente aqueles que ocupavam o cargo de professor primário. Isso parecia dar a entender duas questões em específico: a de que não havia livros voltados especificamente para atender às consciências infantis da instrução primária ou que, de fato, a Instrução Pública se encontrava em estado de carência de compêndios, mais pela via das dificuldades em se obter livros que atendessem aos assuntos e especificidades do programa escolar primário cearense ou mesmo pelo estado crítico das finanças da Província para custear as necessidades da instrução pública, como se vê nas

---

<sup>523</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 50 (109). CX 05.

<sup>524</sup> Frequentemente, as câmaras municipais anunciavam a falta de verba para a compra de livros escolares, permanecendo assim sob a responsabilidade da Tesouraria Provincial. Muitos são os indícios, pelo menos nos relatórios dos inspetores, de que os cofres provinciais também arcavam com o transporte. No entanto, em outros momentos, vê-se nos relatos dos professores, indicativos de que os pais deveriam ir buscar na capital os livros que, como estabelecido na legislação educacional do período, os alunos “desvalidos” deveriam receber.

<sup>525</sup> Afirmação feita por Amaro Cavalcanti no ano de 1882 quando ocupava o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública do Ceará. CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (277). CX 10.

palavras de Abílio Cesar Borges, educador e autor de livros escolares, na segunda metade do século XIX.

Falando-se com sisudez, póde-se dizer que ao todo nos falecem os livros apropriados à instrução da infância e do povo; em outras palavras, está ainda por se criar entre nós o que se chama de biblioteca escolar ou popular. Ocupados exclusivamente da política, que lhes absorve todo o tempo e todas as faculdades, raríssimos dos nossos homens de letras tem tido lazer ou lembrança de pôr ao serviço dos meninos, ou do povo, uma parcela sequer dos seus talentos, compondo obras adequadas às escolas e ao povo; nem de sua parte os governos hão animado, como é aliás do seu dever e interesse, composições deste gênero especial é difícil, esquecendo-se que, como diz um grave pensador, a força de um governo qualquer não está senão no valor moral do povo que ele dirige.<sup>526</sup>

Não se sabe ao certo se Abílio Cesar Borges ao dizer que “nos falecem os livros apropriados à instrução da infância e do povo; em outras palavras, está ainda por se criar entre nós o que se chama de biblioteca escolar ou popular”,<sup>527</sup> referia-se à difusão e expansão de um maior número de produções entre o público infantil e o adulto de modo geral, ou se aludia, na verdade, à circulação de livros escolares produzidos por professores brasileiros, acenando para uma nacionalização do livro escolar, ou ainda se se referia às bibliotecas escolares propriamente ditas a serem instaladas nas escolas normais, como traz o Regulamento Geral da Instrução Pública do Ceará de 1881,<sup>528</sup> ou bibliotecas voltadas para o suporte da instrução oficial garantida pelo governo da Província. Apesar dessa incerteza, o fato é que não se pode confundir essa carência de livros que as autoridades educacionais tanto reiteravam com a carência de comércio de impresso escolar. Na segunda metade do século XIX, no Ceará, desenvolveu-se um vigoroso comércio desta mercadoria, ainda que o manual escolar constituísse nesse período artigo de difícil venda, especialmente para os autores, que não viam logo os retornos investidos em tal empreendimento, como discutido no primeiro capítulo desta investigação.

Junto ao comércio de livros destinados ao ensino tanto primário quanto secundário, as livrarias e papelarias estabeleceram a venda de uma variedade de materiais de uso escolar, comércio esse que ganhará investimentos inclusive por estabelecimentos não especializados no ramo dos livros e artigos de ordem escolar e de escritório. Naquela época, várias casas

<sup>526</sup> BORGES, Abílio Cesar. Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, parte: Introdução da primeira edição, p. XVII.

<sup>527</sup> BORGES, Abílio Cesar. Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, parte: Introdução da primeira edição, p. XVII.

<sup>528</sup> Neste documento se estabelecia o seguinte nos art. 168 e 169 da “Biblioteca e Museu Escolar”: “Haverá na Escola Normal uma biblioteca formada de obras de pedagogia e doutrinas que fazem o objeto de seus cursos”. “Os livros da Biblioteca serão franqueados no estabelecimento aos professores e alunos”. Fonte: CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, p. 27, Art. 168 e 169, p. 61.

comerciais estavam aptas, por sua variedade de mercadorias, como anunciavam nos jornais, a fornecer esse tipo de material para a Instrução Pública, ausentes em inúmeras escolas primárias, como reclamavam os professores, como era o caso da livraria e oficina de encadernação de João Luiz Rangel<sup>529</sup>, da casa comercial de Gualter Rodrigues Silva<sup>530</sup> e da livraria de a Joaquim José de Oliveira & Cia que parecia estar cada vez mais preparada para atender a demanda das repartições públicas, escritórios e comércios, pois recebia “pelos últimos vapores”, grande e variado sortimento de artigos vindos da Alemanha, França, Inglaterra e Portugal.<sup>531</sup> Voltemos, pois, à frequência com que as aulas primárias eram subsidiadas de livros.

Mediante a demora no fornecimento de compêndios escolares e os conflitos que envolviam a sua adoção na instrução pública primária, os que possuíam livros, certamente, tratava-se, mais frequentemente, de filhos de autoridades locais, de funcionários públicos e pessoas mais abastadas, como os Inspectores Locais<sup>532</sup> e os de Distrito da Instrução Pública<sup>533</sup> que tinham filhos com frequência regular nas aulas primárias. Para as camadas pobres, aqueles que apareciam nas correspondências da Instrução Pública no interior das nomenclaturas “pobres, miseráveis e indigentes”, a pouca ou quase nenhuma familiaridade que tinham com os manuais escolares se restringia ao espaço da sala de aula. Naquele momento, a “propriedade privada do livro”,<sup>534</sup> para tomar de empréstimo os termos de Jean-Yves Mollier, era escassa para a maioria das crianças que frequentava o ensino de nível primário. “Fadados a uma economia da precariedade”,<sup>535</sup> essa população sofria as dificuldades de sequer poder comprar roupas para os filhos irem à escola, quanto mais livros.

---

<sup>529</sup> A livraria e oficina de encadernação de João Luiz Rangel Fornecia objetos à Secretaria da Presidência desde 1867. No expediente da Presidência do dia 5 de dezembro de 1867, foi ordenado à Tesouraria o pagamento de 67\$200 a este comerciante. Fonte: Jornal do Ceará, 21 jan. 1868, n. 15, p. 2, 1 col. Os negócios o governo da Província e João Luiz Rangel se estenderam, talvez com intervalos, até 1873, pois entre os nomes que a Tesouraria deveria pagar, em abril daquele ano, estavam o de Joaquim José de Oliveira & Cia, Carlos Herdy, Francisco Manoel Esteves e João Rangel Filho. Como já havia embarcado para o Rio de Janeiro, seu filho foi quem ficou responsável por receber a quantia referente ao serviço prestado. Fonte: Cearense, 27 abr. 1873, n. 33, Noticiário, p. 2, 2 col/ A Constituição, 22 nov. 1874, n. 151, p. 4, 2 col, Anúncios/ Cearense, 25 jul. 1883, n. 156, Noticiário, p. 2, 2 col.

<sup>530</sup> Almanack do Ceará, 1883, p. 26 (do documento), p. 27 (da Hemeroteca Nacional)/ Almanack do Ceará, 1883, p. 26 (do documento), p. 27 (da Hemeroteca Nacional).

<sup>531</sup> Cearense, 14 mai.1881, n. 102, p. 4, 1 col.

<sup>532</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Meruoca, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Meruoca, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 32 (10). CX 48.

<sup>533</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 52 (9). CX 48.

<sup>534</sup> MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**: ensaios sobre história cultural. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 62.

<sup>535</sup> ROCHE, Daniel. O povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 103.

Sem dúvida, os preços dos manuais escolares intervinham na obtenção por parte das camadas pobres. Um simples compêndio de gramática, ou mesmo os folhetos religiosos, aqueles com os preços mais baixos do mercado, custavam um dia de *salário* a um operário, no ano de 1876.<sup>536</sup> No ano anterior, uma gramática elaborada por João Brígido custava 2\$000 réis, Livros do Povo, 3\$000; Camões, 3\$000; Livros de 3ª leitura, de Abílio Cesar Borges, 5\$000. Com esse valor, seria possível adquirir, em janeiro de 1871, apenas duas resmas de papel greve de 5.000 réis, cinco caixas de penas caligráficas de 2.000 réis, garrafas de tinta roxa de montt de 600 réis, pedras para o exercício das contas de 500 réis, cinco Coleções de Traslados G. Sully, de 1.000 réis<sup>537</sup> ou, em 1874, duas resmas de papel almaço que custavam 5.000 réis, duas ardósias, 400 réis e 27 creões, a 40 réis cada.<sup>538</sup> O valor da resma de papel não ficava muito atrás dos preços das edições de manuais escolares. Muitas vezes, a quantia referente a uma resma de papel era mais elevada do que o valor de algumas edições.

Livros como o “História Sagrada”, de José Ignacio Roquete, custavam 4.400 réis, em 1870, quase o valor que o Governo Provincial despendia para a locação de casa para servir de escola localizada em povoações. Meio charque e dois quilos de farinha custavam 400 réis, no final da década de 1870, em povoados e vilas do interior da Província, quase o preço dos Resumos de Aritmética, quando oferecidos diretamente pelos professores-autores à Instrução Pública a preços diminutos.

No que concerne ao papel da imagem e sua relação com a metodologia a ser impressa no ensino de nível primário, assunto que ganhou lugar de destaque nos debates educacionais quando se discutia sobre propostas pedagógicas e metodológicas, ao longo da segunda metade do século XIX, os formatos das edições que traziam em suas páginas uma quantidade razoável de figuras tinham sua compra quase inviável por parte da população que era a mais necessitada dessas instruções,<sup>539</sup> em razão dos preços excessivos, como afirmava o padre e escritor francês, Claude Fleury. Embora considerando as imagens “a escrita dos ignorantes”,<sup>540</sup> questão que ganhou espaço em seu “Catecismo Histórico”, produção utilizada como texto de leitura no

<sup>536</sup> Imprensa Industrial, 25 out. 1876, A instrução pública no Rio de Janeiro, p. 461.

<sup>537</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1871. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1871. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 06 (103). CX 51.

<sup>538</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila de Acarape, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila de Acarape, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 06 (152). CX 51.

<sup>539</sup> JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. In: CAVALLO Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental**, vol. 2. Editora Ática, 1999, p. 106.

<sup>540</sup> Ibidem.

século XIX para o ensino da doutrina cristã que teve sua primeira publicação em 1619,<sup>541</sup> o fato é que as camadas pobres, no Ceará, na maioria das vezes, possuíam apenas alguns poucos folhetos religiosos, os mais baratos do mercado livreiro.

Nos últimos anos da década de 1870, período em que muitos sucumbiram com a seca, não havia em freguesias como Brejo Seco quem tivesse passado com suficiência. O pão adquirido, provavelmente por meio dos socorros públicos, já havia sido repartido com as centenas de famintos de todos os pontos que percorriam as ruas implorando, em nome do Todo Poderoso, um pedaço de pão para aliviar-lhes a fome.<sup>542</sup> Os preços de farinha e rapadura eram espantosos, 32 e 40 réis, a quarta, e 28 e 32, o cento, respectivamente.<sup>543</sup> Nessa época, os professores constantemente solicitavam ao Presidente da Província, socorros públicos para “acorrer aos alunos a tempo de combater o mal que já havia ceifado inúmeras vidas”.<sup>544</sup>

Entre a farinha e o livro, era necessário garantir, antes de tudo, o que agiria contra as dores do corpo, a fome. “Administrar a miséria é, antes de tudo, sacrificar-se”,<sup>545</sup> para recorrer às palavras de Michelle Perrot. Seria o alimento do corpo aquilo que os pais e as crianças iam garantir quando se retiravam nos períodos invernosos para o trabalho na lavoura, diminuindo a frequência escolar. Os ordenados não acompanhavam os custos das despesas diárias. Sendo diminutos os recursos até para a compra das exigências mais ordinárias do dia a dia, se juntassem a essas os livros, o papel, as penas, o vestuário, o calçado, certamente suas rendas, que eram incertas, com as despesas, que eram certas, não conseguiriam mandar os filhos às aulas. O que fora tomado como indiferentismo pelos inspetores, quando afirmavam que os pais

<sup>541</sup> TAMBARA, Elomar. **Da leitura do catecismo à catecização da leitura** – o catecismo como de leitura na escola primária no Brasil no século. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

<sup>542</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Brejo Seco, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Brejo Seco, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP CO RE 01 09 (66). CX 16.

<sup>543</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Brejo Seco, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Brejo Seco, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP CO RE 01 09 (66). CX 16.

<sup>544</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Brejo Seco, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Brejo Seco, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP CO RE 01 09 (65). CX 16. É importante ressaltar que, em fevereiro de 1879, havia também diversas escolas primárias nos abarracamentos. Os professores matriculavam grande número de alunos retirantes. Segundo o Diretor da Instrução Pública à época, bastaria que as crianças em idade escolar logo depois do trabalho da manhã tomassem sua ração e descanso até as duas horas da tarde e então se abrissem os trabalhos da escola em uma só sessão até às 6 horas da tarde. Para mais informações sobre a seca de 1877, ver: THEOPHILO, Rodolfo. **História da Seca no Ceará (1877-1880)**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922; NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza; Secretaria da Cultura e Desporto, 2000; CÂNDIDO, Tyrone Apollo. **Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)**. Fortaleza: Museu do Ceará – Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2005; CHAVES, José Olivenor de Souza. **Metrópole da fome: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879**. In: SOUZA, Simone de & NEVES, Frederico de Castro (org.). **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha (Coleção Fortaleza: história e cotidiano), 2002.

<sup>545</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 204.

não adquiriam livros por serem desleixados ou indiferentes à instrução, era mais, no cotidiano de uma população destituída dos mínimos haveres, ações de garantia da sobrevivência. Ao comprar livros, esses sujeitos seriam privados de necessidades mais fundamentais, como a alimentação.

A frequência às aulas lhes permitiria o acesso a uma pequena soma de saberes, mas não conduzia “à posse necessária do livro”.<sup>546</sup> Como no dizer de Daniel Roche, “o acesso à obra impressa põe em jogo todo um conjunto de fatores, nos quais vamos reencontrar o nível de fortuna, a profissão, a situação social, os hábitos culturais das famílias”.<sup>547</sup> Embora não se possa relacionar o acesso e compra de livros somente ao grau de fortuna,<sup>548</sup> uma vez que o contato com manuais escolares também foi feito por meio de empréstimo, da leitura compartilhada e de doações, para as camadas pobres, as chances de obterem a posse do livro seriam bem menores do que as daqueles com melhores situações financeiras.

Ao mesmo tempo, não seria prudente correlacionar o desenvolvimento e difusão da leitura como sendo decorrência direta dos preços dos manuais escolares, pois, nas aulas primárias, o ato de ler não passava, muitas vezes, de um meio para se inculcar preceitos morais. O acesso e posse do livro não estaria, ao mesmo tempo, diretamente associado a um maior poder de compra ou mesmo de diminuição de seu valor unitário. Embora reduzido, em se tratando dos compêndios mais baratos, ainda representava uma mercadoria cuja necessidade era bem menos óbvia do que a alimentação, por exemplo. A instrução, que constituía na maioria das vezes o único meio de contato com livros para a maioria da população, era necessidade secundária frente ao trabalho, entendida inclusive como obstáculo para as atividades do labor diário, como afirmavam figuras da elite política e intelectual na Província. Podemos observar isso no caso do jornal *Tribuna Católica*, folha religiosa que estava sob os cuidados da Diocese, ao estabelecer os lugares daqueles que, por meio da instrução, destinar-se-iam à política, aos empregos do Estado e aqueles que seriam direcionados ao trabalho, ressaltando que a instrução tem levado à “anarquia na sociedade; porque os pequenos, iguáhdados aos grandes na escola, querem sê-lo também nos empregos do estado sem a mesma habilitação, e aplicam-se à política em vez de aplicarem-se ao trabalho, para que os destinou a providência”.<sup>549</sup> Tal discurso, muitas

---

<sup>546</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 283.

<sup>547</sup> *Ibid.*, p. 283.

<sup>548</sup> Tal cenário é registrado desde o século XVIII, quando inclusive vê-se letrados pobres, como o Cônego, Luís Vieira da Silva, que apresentava “em sua casa, nos sertões das Minas Gerais, duzentas e setenta obras, com cerca de oitocentos volumes”, mesmo sua pobreza sendo geral. Fonte: FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do cônego**. São Paulo: Ed. Itatiaia: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 20.

<sup>549</sup> “O Cearense colhe o que plantou”. *Tribuna Católica*, 3 mar. 1872, Seção *Tribuna Catholica*, n. 25, p. 1, 2 col.

vezes, foi tomado pelas camadas pobres como uma espécie de não afinidade com os livros, ou mesmo de um sentimento caracterizado por um sentir-se pouco à vontade com as letras. A instrução passava ao largo, não apenas pela indisposição do Estado em garanti-la, mas porque muitos sujeitos das camadas desafortunadas pareciam ter aceitado e compreendido que a parte que lhes cabia não era a das letras e a do conhecimento.

Eram “incontáveis as queixas” dos pais e professores que “não conseguiam arcar” com a compra de compêndios escolares. Para os mestres, cuja maioria vivia em estado de carência, inclusive de livros, os poucos de que eram proprietários eram utilizados nas aulas. Esses livros atendiam em primeiro lugar ao gênero religioso. Os inventários dos móveis e objetos existentes nas escolas apresentavam indícios de que os livros de horas e de devoção e piedade, como o “Horas Marianas”, assim como os Manuais Cristãos, produções destinadas à organização e direcionamento da vida religiosa, seja de leigos ou de membros da Igreja, foram utilizados recorrentemente no ensino primário.

Em inúmeras aulas, no final do ano letivo, os mestres não dariam sequer um aluno aos exames gerais, pois não teriam ainda aprendido nem mesmo o alfabeto,<sup>550</sup> apesar de as aulas terem sido criadas há três anos, como era o caso das escolas da Vila da Palma e de Quixeramobim, em novembro de 1888.<sup>551</sup> Assim, tornava-se quase impossível aos filhos do povo continuar seus estudos nas classes mais adiantadas para os quais os livros eram os mais dispendiosos, como ocorria em povoações como a de Vazantes, em dezembro desse mesmo ano. Mesmo as cadeiras criadas há certo tempo, com matrícula anual de mais de cem alunos e frequência diária chegando a mais de oitenta, número considerado elevado à época, ainda permaneciam no mesmo “estado de indigência” de quando foram criadas, contando somente com os primeiros livros de que foram fornecidas, já em mau estado.<sup>552</sup>

Tal era a carência de livros que, em inúmeras aulas ao final do ano letivo, os alunos eram examinados a fim de saber se estavam aptos a passar para as classes mais adiantadas, somente em leitura ou em contos,<sup>553</sup> nos saberes cujos compêndios existiam nas aulas. A

---

<sup>550</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracati, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracati, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP INSP CO RE 82 (5). CX 25.

<sup>551</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila da Palma, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila da Palma, Data Crônica: 1888 BR CEAPEC IP PP CO RE 18 (01382). CX 23/ BR CEAPEC IP CO RE 126 (35). CX 62.

<sup>552</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (365, 366). CX 10.

<sup>553</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila da Palma, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila da Palma, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP INSP CO RE 96 (24). CX 25.



doutrina cristã, a aritmética, a leitura e a escrita, o que era o básico e elementar no Ensino Primário de 1º Grau, e junto a estes, os Elementos de Geografia, História e História Sagrada, no Ensino Primário de 2º Grau, tornavam-se ainda mais diminutos para o ensino aos meninos e meninas pobres devido à falta dos livros e de papel.<sup>554</sup> Assim, os filhos do povo passavam dias sem praticarem o exercício da escrita ou o trato com os números,<sup>555</sup> ocupando-se unicamente em escreverem em pedras, não podendo obter o adiantamento necessário.<sup>556</sup> Os sacrifícios feitos pelas famílias para verem seus filhos nas escolas não podiam ser aumentados com a compra quase diária de penas, papel e outros artigos.<sup>557</sup>

A partir do que foi exposto, podemos concluir algumas questões. Primeiro, as discussões na imprensa dos que defendiam a expansão da instrução a todas as camadas da população, aspecto reiterado frequentemente como um dos meios para se alcançar o tão almejado progresso, acabavam por excluir do ensino a maioria das crianças. Ao passo que depositavam na instrução elementar a expectativa de fazer progredir moral e materialmente a Província, no ensino primário, embora com a adoção pelo Conselho Diretor de novas edições e autores para o ano letivo, os professores, pela ausência de fornecimento, continuavam a lecionar pelos livros que haviam entrado na lista dos considerados “inutilizados”<sup>558</sup> até a remessa dos “novamente adotados”, como ordenado pelos inspetores literários. Assim, as “permanências prevaleciam sobre as novidades”.<sup>559</sup> Permaneciam, a cada ano letivo, a utilização de impressos fornecidos há anos, mesmo estando já disponíveis no mercado livreiro novas edições, inclusive corrigidas e atualizadas, trazendo os mais “modernos” métodos e conteúdos do campo educacional a nível internacional, à época, a dizer as reformas empreendidas no ensino público primário dos

---

<sup>554</sup> Os professores primários enviavam ao Diretor da Instrução Pública, por meio de correspondências, os inventários dos móveis, objetos e materiais existentes em suas aulas a fim de dar a saber o seu estado de conservação, assim como os de que necessitavam com urgência para cumprirem com seus deveres no magistério. Nesses inventários, é possível observar através da identificação dos títulos dos livros, os conteúdos e saberes ensinados na instrução de nível primário

<sup>555</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação do Caldas, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação do Caldas, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP PP CO RE 122 (21). 62.

<sup>556</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São Bernardo, 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São Bernardo, Data Crônica: 1861. BR CEAPEC IP PP CO RE 01 01 (91). CX 50.

<sup>557</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aquiraz, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aquiraz, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO EX 01 84 (41, 42). CX 06.

<sup>558</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1866. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1866. BR CAPEC IP INSP CO RE 66 (11). CX 24.

<sup>559</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 202.

Estados Unidos e países da Europa, especialmente a França, questão que retornaremos mais adiante no capítulo quarto desta investigação.

Em vez de falarem e se preocuparem em fornecer, ou mesmo levar às autoridades educacionais, informações sobre a necessidade de novos livros, ou mesmo sobre as novidades, ou seja, as novas edições que circulavam no mercado de livros escolares, os inspetores estavam mais preocupados com o zelo dos professores para com as permanências, isto é, os livros que eram comprados e utilizados durante muito tempo na instrução.

A instrução, apregoada como fundamental para colocar o país no patamar das nações ditas civilizadas, era a mesma que excluía boa parte da população, na medida em que somente uma minoria possuía os meios para se manter nas aulas, como é o caso da compra de compêndios escolares. A penúria de alunos e de compra de livros por parte dos pais, nesse sentido, expressava muito mais as dificuldades de uma instrução pública ainda pouco direcionada à população pobre, tendo em vista que suas estruturas confundiam, voluntariamente ou não, as ações de sobrevivência da maioria da população como mero indiferentismo e alheamento para com o ensino primário, como veremos no próximo tópico desta investigação. Institucionalmente, as reformas tão discutidas no universo político e letrado entravam em conflito com a própria estrutura em que se baseava o ensino público primário, dado que, para as crianças da instrução elementar, não havia as pretensões de posteriormente chegar ao ensino secundário e superior. A maioria, constituída de pobres e livres, deveria ser instruída, mas as finalidades desta instrução não se relacionavam com uma continuação dos estudos. A instrução pública, portanto, excluía.

### **3.3 A frequência escolar**

Não raro, as correspondências da Instrução Pública traziam as listas das escolas cuja frequência de alunos era irregular com o título “cadeiras sem frequência por culpa dos professores”;<sup>560</sup> outras vezes mencionavam em seu próprio conteúdo: “não frequentam a aula por culpa dos pais”.<sup>561</sup> Nos idos de 1889, lamentando a situação em que se encontrava a instrução primária na Província, Virgílio Augusto de Moraes, que exercia a função de Inspetor

---

<sup>560</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (100). CX 13.

<sup>561</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP INSP CO RE 04 (103). CX 21.

Geral da Instrução Pública, apresenta à Presidência do Ceará, em 26 de julho, as iniciativas que deveriam ser tomadas para solucionar o problema da baixa assiduidade escolar.

De pouco servirá abrir muitas escolas, provê-las de material técnico e dotá-las de bons mestres se a lei não providenciar em ordem a que tenham elas a maior frequência possível: o remédio enérgico e salutar não pode ser outro senão a aplicação inadiável do fecundo princípio do ensino obrigatório adotado em lei desde longos anos.

[...]

Se graves dificuldades embargam o passo á difusão do ensino pelos meios coercitivos em toda a extensão da província, penso que ao menos nesta capital urge iniciar a execução imediata e rigorosa do princípio legal do ensino obrigatório<sup>562</sup>.

Virgílio Augusto de Moraes parecia apostar na efetivação do ensino obrigatório como medida que resolveria o problema da diminuição da matrícula e baixa frequência escolar. Naquela época, o Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular em vigência, o de 1881, estabelecia que o ensino primário era obrigatório para os meninos de 7 a 14 anos e para as meninas de 6 a 12 anos.<sup>563</sup> Esta obrigação só prevalecia para os que residissem “nas cidades e até onde chegar o pagamento da decima urbana, fóra d’alhi n’um raio de um e meio kilometro a partir da escola de meninos, e de um kilometro da de meninas”.<sup>564</sup> Estavam fora da obrigação do ensino “os meninos que tiverem algum impedimento physico ou moral, os que por indigentes<sup>565</sup> não possam frequentar a escola e os que receberem o ensino em escola particular ou em suas casas”.<sup>566</sup> Aos Conselhos Escolares cabia, sob a presidência do Inspetor Paroquial, tornar efetiva essa obrigação.<sup>567</sup> Esse órgão formaria a lista dos meninos da paróquia sujeitos à obrigação da instrução a partir das listas de família, que seriam ministradas pelos inspetores de

<sup>562</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (101). CX 15.

<sup>563</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção III, “Do Ensino obrigatório”, Art. 44, p. 49. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>564</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção III, “Do Ensino obrigatório”, Art. 45, p. 49. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>565</sup> O termo “por indigência” se refere às condições econômicas aviltantes de parte da população na Província que não conseguia frequentar as aulas primárias.

<sup>566</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção III, “Do Ensino obrigatório”, Art. 46, p. 49. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>567</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção III, “Do Ensino obrigatório”, Art. 47, p. 49. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006

quarteirão e pelo pároco.<sup>568</sup> O inspetor paroquial faria com que, “por meios brandos e suasórios”, os pais, tutor ou protetor matriculassem os “menores” nas aulas primárias, em estabelecimentos particulares ou que proporcionassem a instrução em suas próprias casas.<sup>569</sup> Caso esses meios suasórios não surtisserem efeito, o inspetor deveria os intimar a apresentarem “o menor na escola pública, dentro do prazo de 30 dias sob pena de multa de 10\$ a 30\$”,<sup>570</sup> e ainda “aqueles que depois de terem matriculado seus filhos, tutelados ou protegidos, os ausentarem da escola por dois meses consecutivos, sem participarem ao Inspetor da Paróquia o motivo da ausência”<sup>571</sup> também incorreriam na mesma multa.

Provavelmente, era esse o princípio legal do qual Virgílio Augusto de Moraes pedia a execução imediata. Porém, numa cidade em que se procurava arvorar o progresso material e intelectual, as situações da dimensão social não se passavam como desejavam os segmentos letrados da Província que almejavam inseri-la nos rumos da *civilização*, tomando inclusive as reformas educacionais ocorridas em países da Europa como caminho a ser seguido. Os longos relatórios dos inspetores faziam da instrução primária objeto de discussão constante e, por vezes, pareciam ir ao encontro de desvelarem as reais causas da baixa frequência escolar. Contudo, suas explicações traziam as consequências dos períodos de estiagem como justificativas que, por si só, pareciam esclarecer as estatísticas de matrícula e frequência. Para Virgílio Augusto de Moraes, “as condições tristemente exceções desta província devastada por uma grande calamidade explicão sem possível contestação a diferença da matrícula e frequência escolar nos dois anos comparados”.<sup>572</sup> Segundo esse Inspetor, o ano de 1888 teria tido 7.872 matrículas e frequência de 5.047 e, no ano anterior, 8.204 e 5.512.<sup>573</sup>

<sup>568</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção III, “Do Ensino obrigatório”, Art. 48, p. 49. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>569</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção III, “Do Ensino obrigatório”, Art. 49, p. 49. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>570</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção III, “Do Ensino obrigatório”, Art. 50, p. 49. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>571</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção III, “Do Ensino obrigatório”, Art. 52, p. 50. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>572</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (99). CX 15.

<sup>573</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (99). CX 15.

Embora não seja possível confiar com exatidão nessas estatísticas apresentadas pelos inspetores, especialmente por se tratar também, em parte, de colocar em jogo a execução de seus trabalhos, visto que, certamente, não era de seu interesse apresentar números baixos, Virgílio Augusto parecia explicar tais números com certo grau de disparidade, ainda que a diferença não fosse alta. Da forma como as consequências desse período de estiagem são reiteradas no relatório, utilizando inclusive a expressão “tão grande calamidade”, os números referentes ao ano de 1888 possivelmente foram bem menores do que os apresentados ao Presidente da Província.

Atento às correspondências da Instrução Pública, não se pode desconsiderar que os períodos de seca na Província revelam, de fato, um quadro desanimador para o ensino primário. Porém, as aparências que, especialmente a elite dirigente procurava apresentar, qual seja a de que todos os esforços e “importantes verbas”<sup>574</sup> eram despendidas para o orçamento da instrução, não passavam de certa tendência da elite político-administrativa de veicular, sobretudo na imprensa, uma imagem de progresso e adiantamento do ensino público. Na verdade, essa elite que mal sabia o que fazer efetivamente para solucionar os inúmeros problemas que envolviam o campo educacional, isto porque, embora enviando estudiosos da educação aos Estados Unidos e países da Europa, como foi o caso de José de Barcelos<sup>575</sup> e Amaro Cavalcanti,<sup>576</sup> a fim de observar o seu sistema de ensino público e elaborar uma espécie de cópia para a Província, sequer tomava como base as especificidades do Ceará, sobretudo o fato de a mão de obra da maioria da população, desde tenra idade, ser direcionada aos trabalhos no campo, ou mesmo o empobrecimento constante, piorado com as épocas de seca.

---

<sup>574</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (100). CX 15.

<sup>575</sup> Foi professor adjunto das escolas primárias de Fortaleza. Em 1881, foi designado para reger a cadeira de Pedagogia e Metodologia da Escola Normal e, posteriormente, foi nomeado o primeiro diretor da mesma instituição. Redigiu o Regulamento da Instrução Pública Primária de 12 de outubro de 1881 e foi enviado à Europa, pelo então presidente Pedro Leão Veloso para estudar os métodos e processos de ensino primário aplicáveis à Província, onde permaneceu no período de outubro de 1881 a outubro de 1882. Para mais informações ver: VALDEZ, Alba. Uma grande figura da história educacional cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo LXII, p. 166-179, 1952.

<sup>576</sup> Professor de latim em Baturité e no Liceu de Fortaleza. Foi Diretor do Liceu e Inspetor Geral da Instrução Pública do Ceará entre 1881 e 1883. Para mais informações ver: Dicionário Bio-biográfico do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). Disponível em: [http://www.cdpb.org.br/dic\\_bio\\_bibliografico\\_cavalcantiamaro.html](http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_cavalcantiamaro.html).

Em agosto de 1878, o ensino primário era distribuído em 229 escolas, destas, 133 eram destinadas aos meninos e 96 às meninas, achando-se providas 217 e vagas 12.<sup>577</sup> A matrícula dos alunos elevou-se ao número de 6.610, distribuídas do seguinte modo:<sup>578</sup>

**Quadro 1:** Matrícula na Instrução Pública Primária

Localidade	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total
Fortaleza	782	364	1146
Maranguape	250	221	471
Aquiraz	109	185	294
Aracati	192	337	529
S. Bernardo	108	126	234
Jaguaribe mirim	73	65	129
Baturité	238	284	522
Canindé	32	28	60
Quixeramobim	22	50	72
Imperatriz	88	61	249
S. Francisco	71	47	118
Acaracu	130	211	341
Sobral	35	228	263
Tamboril	61	87	148
Lavras <sup>579</sup>	*	25	25
Maria Pereira	66	25	81
Granja	146	221	367
Viçosa	96	100	196
Ipu	47	97	144
Icó	89	83	172
Telha <sup>580</sup>	*	44	44
S. João do Príncipe	20	54	74

<sup>577</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 93 (33). CX 08.

<sup>578</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 93 (34). CX 08.

<sup>579</sup> Como a quantidade total de cadeiras corresponde ao mesmo número de aulas do sexo masculino, o sinal de asterisco parece indicar que em Lavras não havia escolas do sexo feminino naquele ano.

<sup>580</sup> Como a quantidade total de cadeiras corresponde ao mesmo número de aulas do sexo masculino, o sinal de asterisco parece indicar que em Telha não havia escolas do sexo feminino naquele ano.

Saboeiro	65	133	198
Barbalha	80	104	184
Crato	98	128	226
Jardim	100	223	323
Total	2.998	3.531	6.529

**Fonte:** Relatório do inspetor de Pergentino da Costa Lobo, diretor da Instrução Pública, de 20 de agosto de 1878.

No Censo do Brasil Império do ano de 1872, a Província do Ceará contava com uma população masculina livre, entre brancos, pardos, pretos e caboclos, de 350.936, dos quais 14.832 tinham cinco anos completos; entre 6 e 10 anos com cerca de 50.751; 11 a 15 anos em torno de 43.358; de 16 a 20 anos aproximadamente 41.765.<sup>581</sup> A população feminina contava com 338.857, dos quais cerca de 13.260 tinham 5 anos completos; com idade entre 6 e 10 anos, em torno 46.079; entre 11 e 15 anos, com 44.267; com 16 a 20 anos, perto de 42.427. A população masculina entre 6 e 15 anos era cerca de 94.109, dos quais apenas 10.024 aproximadamente frequentavam escola; já a população feminina nessa mesma faixa etária era em torno de 90.486, dos quais somente cerca 5.397 frequentavam a instrução formal.<sup>582</sup> Cerca de 15.421 entre meninos e meninas na faixa de 6 e 15 anos cursava o ensino primário, número baixo se considerarmos que a população total dos sujeitos que estava dentro desse intervalo de idade era em torno de 184.455.

Em 1878, a quantidade de alunos que se dirigia às aulas primárias pode ter sido menor, se comparada ao ano de 1872, pois possivelmente ao número de matriculados, um total de 6.610, devem estar incluídos sujeitos com a idade de cinco anos completos, assim como os maiores de 15 anos, pois havia aulas frequentadas por sujeitos de até 20 anos, diferentemente dos números que aparecem no Censo de 1872, que inclui apenas a faixa etária de 6 e 15 anos. Na prática, o total de 6.610, pode também ter sido menor se considerarmos que inúmeras crianças eram matriculadas, mas deixavam de frequentar as aulas seja devido à colheita, às necessidades de trabalho, doenças ou mesmo a impossibilidade de adquirir os materiais necessários à permanência no ensino.

Os anos que compõem o final das décadas de 1870 e 1880, constituem períodos de seca que, evidentemente, fizeram surgir de forma mais incisiva os problemas relativos à dimensão

<sup>581</sup> Recenseamento da População do Império de 1872. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)

<sup>582</sup> Recenseamento da População do Império de 1872, p. 36. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)

educacional. Ao retroceder o recorte temporal na intenção de não cairmos em uma armadilha muito cara ao trabalho do historiador, as generalizações, observa-se que o movimento da instrução em épocas anteriores aos períodos de estiagens, inclusive na estação chuvosa, revela que o ensino garantido pelos cofres provinciais já caminhava com certo desespero. A esse respeito, retomemos o relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública, Virgílio Augusto de Moraes, produzido em julho de 1889.

Para esse Inspetor, tudo parecia convergir para que o ensino obrigatório fosse, enfim, executado, ainda mais porque a nova reforma escolar<sup>583</sup> havia instituído em cada paróquia uma caixa especial “com o fim meritório de animar e facilitar a frequência dos alunos pobres”,<sup>584</sup> fornecendo aos meninos e meninas indigentes “vestuários simples, calçados, livros e objetos indispensáveis à instrução”.<sup>585</sup> Na caixa escolar, seria recolhido: “o produto das multas impostas na paróquia;<sup>586</sup> o dos donativos feitos em benefício do ensino público, e o das subvenções promovidas pelos membros do Conselho Escolar; o das cotas que forem consignadas nos orçamentos provincial e municipal; o dos vencimentos que procederem os professores públicos por faltas e licenças”.<sup>587</sup> Como medida ainda complementar, Virgílio Augusto defende a conveniência em “restaurar os cursos noturnos de indiscutível proveito aos que nunca possuíram a instrução elementar e estão impossibilitados de adquiri-la por uma frequência regular das escolas diurnas”.<sup>588</sup>

Propondo medidas para solucionar tais problemas que se acreditava impedir o progresso da instrução primária, a atuação dos professores ganhava lugar de destaque nos relatórios dos inspetores pelo caráter de agente principal e colaborador direto em inúmeros embaraços que envolviam essa parte do ensino. No relatório de Virgílio Augusto de Moraes, uma dinâmica

<sup>583</sup> É bem provável que Virgílio Augusto de Moraes esteja se referindo quando diz “nova reforma escolar” ao Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, ou mesmo as resoluções e leis que saíram após esse documento, pois o próximo Regulamento para reforma da Instrução Pública só sairá em 1905.

<sup>584</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (102). CX 15.

<sup>585</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção II, “Das caixas escolares”, Art. 107, p. 55. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>586</sup> Aquelas impostas à paroquia em virtude do Regulamento da Instrução Pública de 1881.

<sup>587</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção II, “Das caixas escolares”, Art. 107, p. 55. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>588</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (102). CX 15.



própria do órgão Instrução Pública é definida: o estabelecimento de reformas na parte que consideravam o pilar para o adiantamento do ensino, qual seja a fiscalização às funções dos professores.

No entanto, não basta nomear professores idôneos, dotar as escolas do material indispensável e dar-lhe o maior número de alunos. É ainda preciso, como garantia efetiva dos sacrifícios pecuniários e dos melhoramentos empreendidos o governo se assegure de aproveitamento dos alunos e da conduta do professor, por meio de uma ativa e continua fiscalização que é condição da boa ordem das escolas e da regularidade do ensino. É por isso que em país algum a instrução pública tem florescido sem um sólido sistema de inspeção escolar. A inspeção é o nervo da instrução pública.<sup>589</sup>

Embora, naquele momento, se reconhecesse serem as consequências dos períodos de estiagem e a impossibilidade de frequentar as aulas nas horas do dia por conta do trabalho as causas diretas da diminuição da frequência escolar, a falta de fiscalização efetiva sobre os trabalhos dos mestres passa a ganhar maior atenção do Inspetor Geral da Instrução Pública sendo, inclusive, nomeada agente de várias “irregularidades” no ensino primário. Naquela época, eram os Inspetores de Distrito e os Inspetores de Paróquia quem acompanhava a execução dos deveres e obrigações dos professores. Aos primeiros, competia visitar três vezes por ano todos os estabelecimentos de ensino público ou particular de seu distrito.<sup>590</sup> Já os Inspetores de Paróquia eram encarregados de visitar as escolas pelo menos duas vezes no mês.<sup>591</sup> Ainda que tal posicionamento seja resultado do desejo de ver produzido e efetivado no Ceará um sistema de inspeção e fiscalização na instrução pública primária, a correção, concretizada em processos disciplinares, continuava a ser vista como principal forma para fazer progredir o ensino. É fato incontestável que as penas e processos disciplinares visavam não apenas a organizar a instrução, mas sobretudo disciplinar os mestres.

As reclamações sobre os trabalhos dos professores primários eram de toda ordem. Quando nas povoações havia grande número de escolas particulares, mesmo em localidades

<sup>589</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (102 e 103). CX 15.

<sup>590</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção III, “Dos inspetores escolares de distrito”, p. Art. 14, p. 44. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>591</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção IV, “Dos inspetores escolares de paróquia”, Art. 19, p. 46. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

onde os moradores eram “nimiamente pobres”,<sup>592</sup> como em Monte-Mor, julgavam ser a conduta dos mestres a principal causa da diminuição da frequência nas aulas, isto porque tal aspecto levaria os pais a recorrerem aos serviços da instrução particular. Nos relatórios dos inspetores escolares, quando das inspeções às aulas, os professores foram, inclusive, denunciados e inquiridos em processos disciplinares pela acusação de terem forjado cadernetas de frequência, como foi o caso da professora de Cascavel Maria Ibiapina Carvalho, que foi acusada pelo Inspetor Literário, João Sigismundo Liberal, em novembro de 1873, de falsificar os cadernos de frequência de sua aula, acrescentando a presença de crianças.

Talvez com receio de a acusação terminar em processo, vindo inclusive a perder sua cadeira, a professora afirma ter o inspetor tomado como base a frequência para o mês de outubro o número de quatro meninas encontradas quando da visita no dia 4 de novembro, período posterior ao feriado de Dia de Todos os Santos, onde as crianças se dirigiam para os sítios com suas famílias e levavam dias para retornarem às aulas. Na tentativa de não se ver em problemas maiores, Maria Ibiapina envia atestados de alguns pais de família comprovando a frequência de 11 alunas no mês de outubro.<sup>593</sup> Embora tenha conseguido confirmar um número maior do que o tomado pelo Inspetor Sigismundo, tal quantidade ainda era considerada pequena para os mestres garantirem a permanência da cadeira e de seus ordenados.

Tomar a frequência do dia 4 de novembro como base para atestar o número de alunas que frequentou sua aula durante o mês de outubro<sup>594</sup> parecia ser completamente injusto com a referida professora. Se Maria Ibiapina forjou ou não a quantidade de alunos que frequentava sua aula, o fato é que havia aspectos que fugiam ao seu alcance: a pobreza dos pais, a carência de livros e utensílios para fornecimento das crianças que necessitavam do auxílio dos cofres provinciais para receberem a instrução formal, a quantidade de bancos nas aulas que não podiam abrigar a todos que procuravam fazer matrícula<sup>595</sup> e as epidemias, como a do sarampo, levando à falta de inúmeras alunas, como relata em sua correspondência enviada à Diretoria

---

<sup>592</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EX 01 90 (67), (68). CX 08.

<sup>593</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Cascavel, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Cascavel, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 36 (6 e 7). CX 48.

<sup>594</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Cascavel, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Cascavel, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 36 (7). CX 48.

<sup>595</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 03 (127). CX 51.

Geral da Instrução.<sup>596</sup> Nas inspeções, tudo era motivo para se recusarem a atestar a frequência escolar, documento necessário para os mestres receberem seus ordenados. Evidentemente, esse universo revela uma tendência das autoridades responsáveis pelo ensino público na época: pesar sobre os professores e os pais a culpa pela baixa frequência no ensino primário

Ressalte-se ainda que a professora Maria Ibiapina menciona, ao final de sua petição, uma informação importante: “o ensino não é obrigatório,<sup>597</sup> e sabem todos que nas povoações do centro ainda não há gosto por educar as meninas, as que se entram por uma escola saem dela apenas sabendo alguma coisa pouca e embora imperfeitamente”.<sup>598</sup> De fato, essa questão também fugia às ações que a referida professora poderia mover para aumentar a matrícula e frequência de sua aula. Longe de procurar justificativas para inibir sua possível falta de dever, Ibiapina tinha razão ao afirmar do gosto que não se tinha em educar as meninas. Naquela época, a educação feminina estava muito mais voltada para o lar, situação que se tornava ainda mais nítida em localidades fora da capital, especialmente as do interior da Província, mencionadas pela referida professora como sendo as “povoações do centro”. A baixa frequência escolar descamba em outro assunto: a penúria material das famílias, questão que nos deteremos em discutir nos próximos parágrafos.

\*\*\*

O relatório do Inspetor Literário da Comarca de Fortaleza, Juvenal Galeno da Costa e Silva, autor de livros destinados ao espaço escolar, como o “Canções da Escola”,<sup>599</sup> possivelmente deve ter dado o que falar entre os segmentos ilustrados pelo seu teor de denúncia

<sup>596</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Cascavel, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Cascavel, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 36 (7). CX 48.

<sup>597</sup> Na Resolução nº 1.381, de 23 de dezembro de 1870, que autorizava o presidente da Província a reformar a instrução pública, observa-se o seguinte quanto à obrigatoriedade escolar: “os pais de família que residirem nas cidades, vilas e povoações onde houver escolas, são obrigados a mandarem ensinar seus filhos em aulas públicas ou particulares, sob uma multa de dez mil réis (Rs. 10\$000), repetida de três em três meses, exceptuados aqueles que não tiverem meios”. Fonte: CEARÁ. Resolução nº 1.381, de 23 de dezembro de 1870. Art. 1, p. 34. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará: Império e República**, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. Já o Art. 1 da Lei nº 1.790, de 28 de dezembro de 1878, que autorizava o presidente da Província a reformar a instrução pública, estabelecia o seguinte: “Tornando efetiva, principalmente nas cidades e vilas, a obrigatoriedade do ensino primário para meninos de 6 a 14 anos de idade e para meninas de 6 a 12 anos, estabelecendo penas contra os infratores e modo de aplicá-las. Fonte: CEARÁ. Lei nº 1.790, de 28 de dezembro de 1878. Art. 1, p. 37. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará: Império e República**, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>598</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Cascavel, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Cascavel, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 36 (12). CX 48.

<sup>599</sup> GALENO, Juvenal. **Canções da Escola. Ceará: Typographia do Commercio**, 1871. Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras/Ceará. 784.5 G153c.

e indignação, que unia os efeitos da legislação educacional na própria instrução pública, à época, às condições econômicas da maioria da população que frequentava as aulas primárias. Pintando um quadro do ensino primário que contrastava com o que muitas vezes fora apregoado pela elite política, no seu relatório, via-se ali senão um intelectual comprometido com a causa dos pobres, ao menos um sujeito que informou às autoridades competentes os reais problemas que afligiam a instrução oficial. Nomeado Inspetor Literário da Comarca de Fortaleza por portaria de 24 de março de 1865, prestou juramento e entrou no exercício de suas funções no dia 1º de abril passando logo a visitar as aulas. Examinando o estado moral e material, fiscalizando o comportamento dos professores e ouvindo os pais de família, escreveu em seu relatório endereçado ao Presidente da Província:

O menino do povo pode apenas trajar como seu pai, camisa e ceroula; assim frequenta os templos; assim passeia nas ruas da capital; e assim é admitido nos tribunais e em presença das primeiras autoridades: se é indecente esse trajo, por que a polícia o não proíbe? Se não é, por que o rejeitam na escola do lugarejo, onde quase todos somente o podem possuir? Tem acaso culpa a criança de não possuir os sapatos, a calça e o casaco, para ser castigado com a ignorância? E mais extravagante torna-se esse rigor no lugar pobre, onde a aula funciona em miserável casa, e onde nos dias uteis até o principal da terra veste como o povo. Então vê-se a escola frequentada apenas por seis ou oito meninos dos mais abastados, enquanto os outros desejosos talvez, [ilegível] sem poderem ter nela ingresso; e nota-se muita irregularidade na frequência: aqueles oito alunos deixaram de comparecer no dia seguinte destinados à lavagem da calça e casaco, e vieram os que por igual motivo não se acham presentes. Mas se em nossas escolas como algumas da Inglaterra fossem admitidos todos os meninos que quisessem aprender sem olhar-se ao trajo, que número crescido não teriam, quantos talentos não seriam aproveitados?<sup>600</sup>

O furor imposto pelas elites ilustradas na segunda metade do século XIX faria do progresso a ser impresso na Província a necessidade fundamental de fazer desenvolver a Instrução Pública. Para Juvenal Galeno, homem devotado às letras, convinha, antes de tudo, “sanar” determinadas exigências que tornavam dificultoso o crescimento do ensino primário. Sob pena de não serem aceitas nas escolas por conta dos trajes, temia-se que essa exigência continuasse a prejudicar a frequência escolar. Embora as elites ilustradas tomassem a instrução aos pobres como veículo de construção do tão almejado progresso, Juvenal Galeno foi além ao atentar para as condições de empobrecimento da maioria da gente simples. Isto porque tratou logo de identificar as diferentes condições dos sujeitos que compunham essas camadas, trazendo inclusive os povoados de pescadores, como Paraisinho e Mucuripe, e outros onde a maioria da população era composta de trabalhadores agrícolas, como localidades onde os filhos

---

<sup>600</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00167, 00168, 00169). CX 53 A.

do povo estariam privados da instrução por não disporem, antes de tudo, de vestimenta “adequada” para frequentarem as aulas.

Com tal exigência, a prática do ensino obrigatório, sancionada pelo Art. 22 do Regulamento de 1855, não poderia ser cumprida, embora as autoridades educacionais tenham tentado, via legislação, impor penas, como a cobrança de multas aos pais que não mandassem seus filhos às escolas. Para Juvenal Galeno, desaparecendo a exigência de trajés específicos, ganharia a instrução e as crianças, cujo número das que se encontravam privadas do ensino era sempre crescente. A esse respeito, Vicente José da Costa, professor primário da Povoação de Monte-mor, informava à Diretoria da Instrução Pública, em março de 1875, as razões que faziam a sua aula ter pouca frequência.

Não é de agora, porém costume antigo nesta localidade mandar-se um menino para a escola, e apenas ele mal tem aprendido assignar o nome é imediatamente retirado e aplicado a agricultura, a um ofício mecânico e depois é sempre culpa para o professor. Não é somente isto: muitas vezes por um simples castigo que o menino recebe do professor, é logo retirado da aula. Além desses motivos outros tem actuado para a pouca frequência da minha aula, a falta de recursos muitos pais deixam de mandar os filhos para a aula; alguns por aqui conheço tão pobres que decididamente não podem comprar roupas necessárias para seus filhos frequentarem a aula e ordinariamente quando vem os ricos apresentarem-se mais limpos, de maneira alguma consentem que aqueles se apresentem com roupa inferior. Este prejuízo, aliás injustificável ainda predomina nesta localidade e até mesmo nas mais adiantadas. São essas e outras razões que seria enfadonho enumerar que tem concorrido para ser pouco frequentada a aula que dirijo.<sup>601</sup>

A maior parte das crianças em idade escolar não podia possuir sapatos, calças e casacos, vestimenta exigida para frequentarem às aulas na Província, pois seus pais ganhavam apenas o indispensável ao sustento da família.<sup>602</sup> Do grande contingente que compunha o tecido social da Província na segunda metade do século XIX, cuja força de trabalho o Estado necessitava para manter os privilégios de uma pequena parcela, estavam os que exerciam serviços domésticos, os agricultores, os negociantes, os lavradores, os jornaleiros, os artistas,<sup>603</sup> os artífices, grande parte dos professores primários, entre outros. Esses sujeitos, na maioria das vezes, não detinham a propriedade da terra, e as circunstâncias de precisão faziam de sua especialidade a execução dos mais variados serviços, onde se “lançavam mão enquanto se

<sup>601</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Monte-mor, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Monte-mor, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 47 (14). CX 48.

<sup>602</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00167). CX 53 A.

<sup>603</sup> Satyro Verçosa que era proprietário de uma livraria e oficina de encadernação é anunciado no Cearense do dia 27 de abril de 1881 como “artista encadernador”. Do mesmo modo, a casa aberta para vender, comprar, trocar, alugar e consertar móveis e mobília tinha como proprietário o “artista Jatahy”. Fonte: Cearense, 27 abr. 1881, n. 89, p. 4, 1 e 4 col.

esperavam por coisa melhor”.<sup>604</sup> Assim, faziam das ruas o seu meio de vida, obrigavam-se à “improvisação dos múltiplos expedientes”, dado que não eram absorvidos pelo mercado de trabalho formal.<sup>605</sup>

Ainda que o trabalho chegasse a faltar, o que era comum na vida da população pobre, frequentemente destituída de instrução e de recurso material, nas correspondências da Instrução Pública, para os pais da maioria das crianças que frequentava as aulas primárias, a desocupação não chegava a ser permanente, embora fosse sempre uma constante, visto que estavam sempre à procura de algum meio de vida não se furtando em exercer tarefas diversas em troca de quantias que não chegavam a acompanhar as despesas diárias.

Nesse cenário, inúmeras crianças que se dirigiam às escolas iam apenas com camisa e ceroula, único traje que possuíam. A pobreza dos pais e a exigência de “trajes decentes”, constituíram empecilhos à obtenção da instrução elementar, embora na prática os professores, muitas vezes, acabassem aceitando as crianças que não tivessem como atender, por força da precisão, essa exigência, pois, do contrário, não teriam matrícula e frequência necessária ao funcionamento de suas aulas, o que representava uma ameaça à manutenção de seu próprio meio de sobrevivência.

Dirigindo-se às aulas da mesma forma que perambulavam pelas ruas, que exerciam atividades em casa ou nos roçados, ou na dependência material de proprietários de lavouras e sítios, onde a mão de obra de todos os membros da família era necessária para o sustento doméstico, as ceroulas e camisas velhas e gastas traziam as marcas dos consertos e das adversidades de um cotidiano de sofrimento e subsistência. A essas crianças, faltavam penas, papel e livros. Impossibilitadas de adquirir o material escolar e de se vestirem com os trajes exigidos, fechavam-se-lhes as portas da instrução.

Obrigá-las a irem às escolas trajando roupas as quais não tinham condições de adquirir era o mesmo que tornar a instrução primária privilégio de alguns poucos cujos pais dispunham de condições para obter o material de que necessitavam. Numa Província onde a população marginal parecia crescer a cada ano, a instrução elementar era aberta, mediante o estado de carência das crianças pobres, a “meia dúzia dos mais abastados”,<sup>606</sup> ou seja, aquelas cujos pais

---

<sup>604</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 60.

<sup>605</sup> PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: Edusp; Fapesp, 1994, p. 25.

<sup>606</sup> Na correspondência em questão, o termo “abastado” foi utilizado para identificar as condições econômicas mais relacionadas aos meios de garantia de frequência às aulas. Essa “meia dúzia dos mais abastados” não se refere somente às crianças pertencentes às classes mais altas da população, mas também àquelas cujos pais dispunham, muitas vezes com sacrifícios, dos meios para a compra do material e manutenção de seus filhos na instrução primária.

possuíam os meios necessários à frequência escolar e, em alguns casos, inclusive se comprometiam em pagar o aluguel da casa onde se funcionaria a escola.

Naquela época, ainda que muitas “cadeiras” se achassem criadas nas povoações, faltavam-lhes verba para o seu funcionamento. Nessas condições, na povoação de Vazantes, alguns habitantes, dentre eles o Inspetor Escolar, solicitaram, em janeiro de 1888, à Presidência da Província, a ordem para pôr a “cadeira” mista, que havia sido criada em 1883, em exercício, pois forneceriam à própria custa os utensílios e pagariam o aluguel da casa em que tivesse de funcionar a aula até que o estado financeiro da Província permitisse garantir o pagamento do aluguel.<sup>607</sup> Esses sujeitos, chamados nas correspondências de os “principais habitantes”<sup>608</sup> das povoações, quando solicitavam nas petições a volta de professores para as “cadeiras”, inclusive os que haviam “servido” na Colônia Christina, e naquele momento se encontravam “avulsos”, colocavam-se na responsabilidade de darem não só a casa, como também os utensílios necessários para a escola, enquanto fosse precário o estado dos cofres provinciais.<sup>609</sup>

Embora seja possível observar casos que atestam melhores condições econômicas por parte das famílias, o fato é que a maioria dos pais não podia sequer garantir a frequência regular de seus filhos sem ser interrompida. Muitos outros não podiam matriculá-los em escolas distantes de sua residência, como era o caso dos alunos da aula primária da vila de Saboeiro, em junho de 1862. Sendo na “maior parte filhos de pessoas pobres”,<sup>610</sup> a falta de meios para mantê-los na aula localizada no interior da vila, sendo moradores fora dela, fazia com que sua frequência fosse irregular, diziam os pais, segundo relatado por Diogo José de Souza Lima, Inspetor das Aulas desta vila. Nas correspondências da Instrução Pública, essas crianças eram as chamadas “pobríssimas” e “paupérrimas”, que, por conta da precariedade material, não

---

<sup>607</sup> A cadeira foi posta em exercício e, até o final de 1887, havia sido pago a quantia de 60.000 réis pelo aluguel, cujo proprietário, Francisco de Brites Saraiva Lira, era um dos que havia assinado o referido abaixo-assinado. No início de 1888, retiraram seus donativos alegando já estar a Província em bom estado financeiro. Para o Inspetor Escolar, suas circunstâncias não lhes permitiam que fizesse todo o pagamento somente por sua conta própria. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vazantes, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vazantes, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP IISP CO RE 128 (7, 8). CX 26.

<sup>608</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1883. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1883. BR CEAPEC IP CO EX 01 111 (35). CX 11.

<sup>609</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1883. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1883. BR CEAPEC IP CO EX 01 111 (35). CX 11. Em 5 de novembro de 1883, o Inspetor Interino, Rufino A. de Alencar havia enviado ao Presidente da Província, Satyro de Oliveira Dias, a representação dos “principais habitantes” da povoação de Vazantes, termo de Acarape, na qual solicitavam que Nerina Martins de Sá, professora que servira na Colônia Christina e que naquele momento se encontrava avulsa, prestasse seus serviços na cadeira mista do ensino primário que havia deixada de ser provida em decorrência do mau estado financeiro da Província.

<sup>610</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Saboeiro, 1862. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Saboeiro, Data Crônica: 1862. BR CEAPEC IP INSP CO RE 45 (17 a 20). CX 24.

conseguiam participar da instrução primária sem o auxílio dos cofres provinciais e municipais. Esses sujeitos, destituídos de toda sorte do que havia de mais necessário à sobrevivência, ou frequentavam de forma irregular, alternando entre faltas e presenças, ou abandonavam completamente as aulas. Aqueles que conseguiam, sempre com muito esforço, adquirir o material escolar, mesmo que alguns poucos, mantendo certa regularidade na frequência, não raras vezes, tinham seus estudos interrompidos devido à falta dos recursos necessários para continuarem e avançarem às classes mais adiantadas.

Matricular os filhos em aulas situadas fora das localidades onde residiam, certamente, iria interferir nas funções exercidas por esses sujeitos no espaço doméstico, na agricultura, ou em qualquer outro serviço, na medida em que não apenas as crianças se deslocariam para as aulas, mas também algum outro responsável que, na função de acompanhá-los nas longas caminhadas, teriam que dispor de certo tempo para realizar tal tarefa. A maioria dos afazeres executados pela população pobre “implicava deslocamentos”.<sup>611</sup> Para o transporte de água e a busca de lenha era necessário “idas e vindas, tempo e *trabalho* considerável”.<sup>612</sup> Assim, além da falta de meios materiais para enviá-los às aulas, a instrução não poderia ser mais um “deslocamento” entre tantos outros que as camadas pobres tinham de fazer para garantir o seu sustento.

Nas correspondências enviadas pelos professores primários à Inspeção da Instrução ou mesmo nos relatórios dos diretores e inspetores acerca do movimento do ensino primário, os assuntos concernentes à vestimenta dos alunos informavam muito mais sobre um estado de precisão constante de uma quantidade expressiva de sujeitos que se encontrava não apenas à margem da instrução elementar, mas da estrutura social que caracterizava o acesso às necessidades mais básicas para subsistência, do que somente da exigência de determinado traje “ideal” como requisito para a frequência às aulas. Assim, nos pedidos de remoção de “cadeiras”, os professores acabavam por apresentar, ao mesmo tempo, um quadro vívido e preciso do ensino primário àquela época, que passava tanto pelo tema dos trajes como também, em uma escala maior, pelas condições [de vida] dos habitantes dos povoados e vilas, isto porque, no dia a dia, as precisões de ambas as partes se entrecruzavam convergindo para uma dimensão mais ampla, o empobrecimento constante. A esse respeito, o desabafo e pedido de transferência do professor João Bento dos Santos da aula pública da Povoação de Cococy, em fevereiro de 1873,

---

<sup>611</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 230.

<sup>612</sup> *Ibidem*.



traz a lume um universo de privação material tanto concernente à população, quanto ao próprio lugar no qual estava localizada a aula.

Cumpre-me dizer que Cococy não pode ter um professor público porque é um lugar muito central, onde não há um só estabelecimento comercial onde se possa comprar coisa alguma a maioria dos meninos não pode vir a escola e os que veem é de camisa e ceroula, havendo muita pouca frequência. Os que aparecem não tem pena nem papel para escrever, é uma miséria! Peço portanto a V. Ex. a minha remoção o mais breve possível porque estou perdendo tempo. Há dias que não aparece menino na escola.<sup>613</sup>

A solicitação do professor João Bento dos Santos era sintomática de todas as condições em que se encontravam as aulas primárias, especialmente aquelas mais afastadas da capital. A situação de precariedade fazia com que os professores solicitassem transferência para outras localidades, isto porque as aulas passavam tempos sem serem frequentadas por um aluno sequer. Na missiva em questão, tudo indica que o referido professor ficaria sem receber seus ordenados, pois deveria comprovar a frequência escolar de no mínimo dezesseis alunos, como estabelecido na Resolução Nº. 1.381, de 23 de dezembro de 1870, sancionada por Joaquim da Cunha Freire, Vice-Presidente da Província.<sup>614</sup>

Os mestres, por outro lado, não deixaram de fazer sua defesa expondo os reais motivos pelos quais “a direção de classes estava atrasada”,<sup>615</sup> como foi o caso do professor primário Francisco Ferreira Calasso, da escola de Tauá, que, em 15 de junho de 1866, apresenta sua posição ao Inspetor Literário da comarca de São João do Príncipe.

Quanto VS.<sup>a</sup> achar a direção de classes ainda atrasada, permita-me VS.<sup>a</sup> que exponha o motivo de assim achar-se além de muitos. Um dos principais, é a grande adversidade de livros que há em minha aula, e muitos dos senhores pais de família não querem comprar livros competentes para cada classe, e não os haver nem na aula, nem no lugar com abundancia, assim como também por causa de não haver bancos grandes que possam acomodar aos alunos de uma classe iguais em período de adiantamento; e os que há são tão pequenos que apenas podem acomodar cinco ou seis alunos em cada um; e havendo dias que há mais meninos na aula, e principalmente em certas classes; vejo-me obrigado, ou a passar alguns alunos de uma para outra classe (quando

<sup>613</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Cococy, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Cococy, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP PP CO RE 127 (11). CX 62.

<sup>614</sup> CEARÁ. Resolução Nº. 1.381, de 23 de dezembro de 1870. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, p. 27, Art. 1, § 12, p. 35. É importante ressaltar que o Art. 10 da Lei Nº. 1.790, de 28 de dezembro de 1878, autorizava o presidente a reformar a instrução pública estabelecendo que todas as escolas com frequência inferior a 20 alunos fossem suprimidas, ao contrário do que fora estabelecido pela Resolução anterior, a de Nº. 1.381, de 23 de dezembro de 1870, que estabelecia o número mínimo de 16 alunos. Fonte: CEARÁ. Lei Nº. 1.790, de 28 de dezembro de 1878, V. 3 (Leis de reforma da Instrução Pública). In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional no Ceará**: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, p. 38. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

<sup>615</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1866. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1866. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00140, 00141, 00142). CX 23.

o seu número é tal, que não pode caber todos em um só banco), ou deixar essas classes com dez, ou doze, embora não se assentem, (o que acho impossível) ou deixar alguns bancos com um, dois; de maneira que havendo todas estas dificuldades, não podem os meninos, de surpresa saber a que classe pertencem, e o remédio que tenho é valer-me da última parte do Regulamento Art. 91 Cap. XI do Regulamento da Instrução Pública do Ceará de 11 de abril de 1856. Não obstante estas todas as circunstâncias que tenho apresentado, irei fazer um estudo para melhor acomodar aos meus alunos, na melhor forma que possível for. Queira VS.<sup>a</sup> aceitar minhas humildes e fracas desculpas.<sup>616</sup>

Não haveria estudo que pudesse colaborar na organização da aula sem embaraços, sem que fossem fornecidos os livros aos meninos pobres e os bancos para acomodar os alunos de igual nível escolar nas diferentes classes. Ao fim da aula, o professor não teria conseguido tomar a lição de todos pela variedade de livros utilizados. A falta de relógio e de bancos, tornaria ainda impossível cumprir a tabela acompanhada do regulamento que estabelecia a divisão das classes e tempo dos estudos.<sup>617</sup> Tal situação se repetia numa constância desesperadora, e, a cada ano letivo, a falta de livros escolares parecia renovar de forma crescente as dificuldades que os professores enfrentariam no magistério, assim como o quinhão de sujeitos necessitados do auxílio do Estado para receberem instrução.<sup>618</sup>

O tom adotado pelo professor Calasso deixava entrever que seria por certa indisposição ou indiferentismo que os pais se mostravam relutantes em adquirir livros específicos para cada classe escolar. Embora estando mais próximos da realidade dos alunos da instrução primária, e, portanto, mais suscetíveis a compreender as dificuldades do povo pobre que a frequentava, muitos professores acabavam incorporando os discursos das elites política e intelectual que identificavam os pais como sendo sujeitos indiferentes às letras. O fato é que, como consta nas listas de frequência, muitos tinham inclusive todos os filhos matriculados em uma mesma aula, o que aumentaria ainda mais os valores que teriam de despender para a compra de compêndios. Tais despesas não poderiam se juntar aos gastos com transporte, que deveria ser oneroso, pois, como dito pelo professor Calasso, não havia em Tauá livros em quantidade suficiente para os pais adquirirem.

A maioria dos que tinham seus filhos matriculados nas aulas primárias carecia de recursos para a compra de livros escolares. Certamente, podiam ter em suas casas cartilhas

---

<sup>616</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1866. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1866. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00140, 00141, 00142). CX 23.

<sup>617</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00147). CX 53 A.

<sup>618</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Missão Velha, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Missão Velha, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO RE 01 01 (28). CX 16.

velhas ou folhetos religiosos, aqueles com os preços mais baixos do mercado livreiro, porém não figuravam em seus lares os compêndios adotados pelo Conselho de Instrução Pública. Como liam pouco, porque não detinham os códigos escolares necessários, eram mal fornidos de leitura e provavelmente as chances de entrarem em livrarias especializadas em venda de livros, como a Joaquim José de Oliveira & Cia e a libro-papelaria de Gualter Rodrigues Silva, situadas na capital, eram bem menores se comparadas às famílias detentoras dos meios necessários à garantia dos materiais de uso escolar.

A maior parte das crianças vivia a expensas de um sustento que necessitava de seus braços para acudir as precisões diárias, auxiliando seus pais nos trabalhos na lavoura, inclusive quando ainda tinham pouca idade. As atividades escolares, portanto, eram postas em segundo plano quando os “trabalhos sazonais” pediam a mão de obra de todos os membros da família. Nesse cenário, vê-se comumente nas listas de matrícula e frequência produzidas pelos professores o registro de alunos na idade de 18 anos. Muitos outros, mesmo em idade já avançada, ainda não haviam frequentado aulas de primeiras letras. Outros somente se faziam presentes em metade do ano, pois interrompiam os trabalhos escolares para acudir a colheita, não chegando, frequentemente, a concluir o ensino primário.<sup>619</sup> Seja para o trabalho ou por falta de meios para conservá-los na instrução formal, o fato é que os filhos do povo tinham seus estudos interrompidos para acorrer às necessidades da família. Em vez da ferramenta livro, davam aos pobres uma ferramenta para o aprendizado de um ofício.

Aqueles, que sabem o que é ensino primário no interior da Província, conhecem muito bem que apenas um aluno tem adquirido noções de leitura e escrita, é retirado para o serviço do campo ou para alguma tenda de ofício, se é pobre; para alguma aula de preparatório, se é rico, e se dedica alguma profissão literária ou científica.<sup>620</sup>

Denunciando a situação de precariedade das casas em que funcionavam as aulas públicas primárias na Província, dando ênfase às do Crato, a missiva acima é parte de um relatório produzido por um professor primário no ano de 1860.<sup>621</sup> Apresentando indícios sobre a que classes sociais pertenciam os alunos do ensino primário e suas relações com a instrução escolar, a pobreza parecia interromper o acesso e permanência desses meninos na instrução. Possivelmente, houve casos em que os pais retiraram seus filhos da escola depois de terem adquirido noções de escrita e leitura por acreditarem ser apenas essa iniciação aos estudos o

---

<sup>619</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Vazantes, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Distrito de Vazantes, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP INSP CO RE 128 (4). CX 26.

<sup>620</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP REL 03 (4). CX 20.

<sup>621</sup> A correspondência não traz o nome do referido professor.

necessário para suas vidas. Contudo, o que se vê nas correspondências são constantes reclamações vindas desses sujeitos informando sobre a necessidade e dependência que tinham dos recursos da Província para os manterem na instrução, especialmente quando as aulas estavam localizadas em regiões distantes de sua residência.

Além destas faltas que seriam remediáveis pela [ilegível?] do Governo que parece ir legando a maior importância à causa da instrução pública da Província, ocorre que os alunos matriculados na aula desta vila são pela maior parte filhos de pessoas pobres que nem sempre os tem em frequência na aula já por falta de meios (dizem os pais) de os conservar dentro da vila, sendo moradores fora; e já porque mesmo outros os distraem em ocupações estranhas conduzindo-os a passar tempos em suas fazendas por mero recreio donde resulta o retardar-se a marcha do progresso que podiam adquirir.<sup>622</sup>

Embora a missiva não deixe completamente claro se as idas às fazendas se referem aos pais de melhores condições econômicas ou se diziam respeito ao exercício de trabalhos diversos pelas camadas pobres, o fato é que há de se concordar com o Inspetor das Aulas da vila de Saboeiro, Diogo José de Souza Lima, quando diz, no início da década de 1860, que, pelas faltas às aulas, “os alunos não andavam com as letras na cabeça”,<sup>623</sup> desaprendiam o que sabiam, perdiam o hábito e o gosto de estudar, situação que nada levaria ao desenvolvimento e progresso da instrução. Crescendo em idade, eram chamados a se empregar em outros misteres, não sendo mais aceitos na matrícula de aulas primárias, como estabelecido no Regulamento da Instrução, aumentando assim as estatísticas dos “quase analfabetos”,<sup>624</sup> termo utilizado pelos inspetores escolares para designar os sujeitos que se encontravam em estado de pouca instrução.

Para alguns inspetores, até certo ponto, a alegação dos pais de não enviarem os filhos às escolas por falta de recursos procedia, porém, consideravam também haver “altas doses de desleixo e indiferentismo”,<sup>625</sup> afirmando que, se houvesse leis coercitivas que os obrigassem ao cumprimento desse dever descobririam rapidamente os meios de educá-los.<sup>626</sup>

Os pais dos meninos apreciam mais o aluguel mesquinho de seus filhos ou o pequeno serviço e outros obstruídos da indigência e nenhuma influencia os vão criando grosseiramente, do que compreendendo o salutar elemento da felicidade do homem

<sup>622</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Saboeiro, provavelmente 1860 ou 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Saboeiro, Data Crônica: provavelmente 1860 ou 1861. BR CEAPEC IP INSP CO RE 45 (18). CX 24.

<sup>623</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Saboeiro, provavelmente 1860 ou 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Saboeiro, Data Crônica: provavelmente 1860 ou 1861. BR CEAPEC IP INSP CO RE 45 (18). CX 24.

<sup>624</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Saboeiro, provavelmente 1860 ou 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Saboeiro, Data Crônica: provavelmente 1860 ou 1861. BR CEAPEC IP INSP CO RE 45 (18). CX 24.

<sup>625</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Canoa, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Canoa, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP INSP CO RE 97 (00409). CX 25.

<sup>626</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Canoa, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Canoa, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP INSP CO RE 97 (00409). CX 25.

tanto espiritual como temporal – a educação – mandarem seus filhos para a escola. Digne portanto V.S<sup>a</sup> dispor o que deverei obrar para com estes pais de família omisso a concorrerem não só para o bem de seus filhos senão também para a Felicidade e glória de sua pátria.<sup>627</sup>

O trecho acima é parte do mapa dos alunos de 7 a 14 anos que, na distância de meia légua da Povoação de São Benedito, residiam sem receber instrução. Produzido por Francisco Cassiano P. Amaral, em 10 de janeiro de 1869 e enviado ao Diretor Geral da Instrução, Domingos José Nogueira Jaguaribe, ou este Inspetor das Aulas não teria se dado conta de que inúmeras crianças, de fato, viviam do aluguel mesquinho de seu trabalho, ou buscava a todo custo, como única via de justificar aquilo que sem contestação parecia que se dava a ver com clareza: acusar os pais e professores pela falta dos alunos às aulas. Exercendo as mais diversas tarefas, os “pequenos serviços” eram pagos com alguns poucos tostões, ainda que a força e energia despendida para realizá-los fossem grandes. Embora sua narrativa, um tanto tendenciosa, desejasse convencer o Diretor da Instrução de certo “indiferentismo” por parte dos pais, parecendo dar a entender que estes não necessitavam da mão de obra dos filhos para garantir o sustento doméstico, o fato é que, para as crianças pobres, os “ritmos do trabalho diário” direcionavam a frequência escolar. O não envio dos filhos às aulas expressava muito mais um “modo de enfrentar os limites e problemas da pobreza”<sup>628</sup> que mesmo um alheamento, por vontade própria, da instrução.

Essa espécie de *ideologia* da indiferença à qual inspetores e diretores recorriam para informar ao presidente da Província sobre o andamento do ensino primário era incentivadora do não comprometimento, por parte do Estado, com a causa do ensino primário. Se os próprios pais não enviavam seus filhos à escola, que podia o Estado fazer? Embora tal assertiva não esteja presente com essas palavras nas falas oficiais das autoridades educacionais, essa era a ideia e significado que davam ao problema da baixa frequência escolar.

Nos períodos invernosos e mesmo nas inúmeras situações em que tinham de realizar as mais variadas atividades domésticas, a assiduidade diminuía. A pobreza tornava as escolas frequentadas apenas por um período do ano para as crianças do sertão e, para muitas, os estudos não eram prolongados, tendo que ser interrompidos tanto pela utilização de sua força para as tarefas domésticas ou para as lides no campo, quanto pela própria falta dos meios necessários para continuarem a receber instrução.

---

<sup>627</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São Benedito, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São Benedito, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP INSP CO RE 42 (32). CX 24.

<sup>628</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 50.

A frequência às aulas primárias diminuía drasticamente na estação chuvosa do ano, isso porque as crianças se retiravam dos povoados ou das vilas onde residiam para o trabalho na lavoura com seus pais, “como era costume no sertão” e só regressavam no início do verão.<sup>629</sup> As matrículas nas escolas, muitas vezes, não se davam no início do ano por ser um período em que os pais de família tinham os filhos em ocupações, sendo esses registros gradualmente aumentados do fim do inverno ao fim do ano.<sup>630</sup> O “ano agrícola”<sup>631</sup> orientava a vida dos pobres nas suas mais diversas dimensões. O tempo da instrução deveria se ajustar ao tempo das atividades na lavoura. Como as aulas não chegavam a ter no mínimo 20 matrículas, deveriam ser suprimidas. Isto porque esses dois tempos pareciam tencionar natureza e prática social, instrução e trabalho, pesando cada vez mais sobre este último o meio para onde os pobres seriam direcionados. Nesse caso, não raras vezes, o inspetor geral solicitava ao presidente da Província o restabelecimento da cadeira para contemplar com o ensino as crianças cujos pais não se deslocavam para os trabalhos na lavoura.<sup>632</sup>

No interior da família, enquanto os pais se ocupavam diariamente nas tarefas de prover o sustento e nas “lidas” domésticas, os filhos deixavam de frequentar as aulas, pois a estes cabia a função de comprar os alimentos e fornecer lenha e água pela manhã e pela tarde.<sup>633</sup> Empregados nos trabalhos domésticos, somente em “tempos convenientes” retornavam assíduos às aulas, faltas essas sentidas em todas as escolas do sertão,<sup>634</sup> como afirmava o Inspetor da Aula de Limoeiro, João Batista Alves Maia, em maio de 1860.

---

<sup>629</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 114 (12). CX 11; CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 115 (103, 104, 105). CX 12; CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Telha, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Telha, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP INSP CO RE 121 (168). CX 26.

<sup>630</sup> Desse modo, os mapas com a frequência dos alunos às aulas correspondiam aos meses de maio a novembro. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Riacho do Sangue, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Riacho do Sangue, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP PP CO RE 12 01 (51). CX 52.

<sup>631</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 48.

<sup>632</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 114 (12). CX 11; CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 0115 (103, 104, 105). CX 12.

<sup>633</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, Década de 1880. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: Década de 1880. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00171). CX 53.

<sup>634</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Limoeiro, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Limoeiro, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP INSP CO RE 51 (8 e 9). CX 24.

Vivendo quase que de forma constante na carência, as ameaças às camadas pobres eram frequentes: de falta de chuva, do controle da igreja, da polícia do Estado regulando e controlando suas ações, e ainda de ter de passar a vida inteira trabalhando e, mesmo assim, conviver com a incerteza do provimento daquilo que havia de mais mesquinho ou ínfimo para viver no dia a dia. Para essas camadas, mundo do trabalho e cotidiano familiar se misturavam de tal forma que os filhos aprendiam sobre as tarefas a ser executadas no interior doméstico ou fora dele na observância das atividades desempenhadas pelos pais.

O exercício de atividades para ganhar algum tostão fazia parte do cotidiano dos meninos e meninas pobres. Na imprensa, à época, frequentemente apareciam os anúncios de prestação de serviço, especialmente no espaço doméstico, executado, não raras vezes, pela mão de obra de pouca idade, entre 12 e 15 anos.<sup>635</sup> Dessa forma, volta e meia, os anúncios informavam da necessidade de uma criança forra ou cativa de 10 a 12 anos, para serviço na tipografia do Jornal do Ceará, propriedade de Odorico Francisco de Paula Colás;<sup>636</sup> de uma menina para o “serviço doméstico”<sup>637</sup> e de dois rapazes de 16 a 20 anos, que tenham boa conduta para o serviço de um sítio, perto da cidade, à Rua Senador Pompeu, n. 61.<sup>638</sup> Muitas vezes, ofertava-se, além de “bom ordenado”, casa, comida, roupa lavada e de vestir.<sup>639</sup>

Com uma frequência irregular na instrução pública primária, tais sujeitos, mesmo aqueles com pouca idade, já tinham um aprendizado – das coisas da vida, das dificuldades e estratégias para driblar, sempre com muito esforço, a pobreza que os assaltava diariamente – mais ou menos longo por meio das situações diversas que já haviam experienciado: trabalho na agricultura, tarefas domésticas, serviços no comércio e nas ruas. Todos esses pobres, vivendo de “bicos”, ocupações ocasionais e transitórias, dependentes da agricultura de subsistência eram explorados de todas as formas pelos economicamente mais fortes.<sup>640</sup>

Nos períodos de estiagem, a miséria e a fome se alastravam cruelmente no centro da Província. Nesses momentos de crise, aqueles que tinham alguma reserva não demorariam em logo as verem esgotadas. Para as cidades e a capital ou mesmo para outras províncias, como São Paulo,<sup>641</sup> dirigiam-se os que trabalhavam por jornal, os que possuíam recursos, mas que

<sup>635</sup> Cearense, 4 nov. 1880, n. 128, p. 4, 3 col.

<sup>636</sup> Jornal do Ceará, 1868, 47. Esse anúncio aparece 28 vezes das 141 edições do ano de 1868.

<sup>637</sup> Cearense, 4 nov. 1880, n. 128, Anúncios, p. 4, 3 col.

<sup>638</sup> Libertador, 9 jan. 1886, n. 7, p. 4, 3 col.

<sup>639</sup> Cearense, 14 maio 1885, n. 82, p. 3, 2 col; Libertador, 16 ago. 1883, n. 177, Anúncios, p. 4, 3 col.

<sup>640</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo. **Trem da seca**: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880). Fortaleza: Museu do Ceará – Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

<sup>641</sup> A partir de 1878, grande número de cearenses passa a se deslocar para as fazendas de café paulista. Para mais informações, ver o capítulo “Andantes de outros rumos”, de Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo, de autoria de Denise A. Soares Moura.

havia perdido em consequência de circunstâncias adversas, como as secas, ou aqueles que viviam de pequenas lavouras, em busca de algum meio que lhes garantisse ao menos algum alimento para aplacar a fome. Em Fortaleza, grande parte dessa população vinda do campo passava a compor a “pobreza desvalida”,<sup>642</sup> sempre pronta a recorrer à esmola como único meio de sobrevivência. Juntavam-se àqueles que, embora passando por privações diárias, “ainda não haviam se feito perder o pudor, o acanhamento; preferindo as torturas da miséria a sair a esmolar a caridade pública”.<sup>643</sup> Era a chamada “pobreza recolhida”, como designava o “Cearense”, em maio de 1877. Tratava-se de sujeitos que “já possuíram bens de fortuna e que pelos reveses da sorte foram lançados na extrema penúria, vivendo ocultos aos olhos da sociedade que não lhes ouve os gemidos arrancados pela necessidade”.<sup>644</sup> Embora os periódicos identificassem essa pobreza como “extrema penúria”, eram privações que não se manifestavam pela extrema nudez ou por se ter como único espaço de recolhimento de seu corpo o relento e a rua. A essas famílias, as dificuldades ainda não haviam levado ao padecimento pela fome e doenças.

A massa de pobres vinda de várias partes da Província passa a ocupar as atividades não especializadas, sobretudo as que exigiam maior esforço corporal. As crianças cujos professores solicitavam à Comissão de Socorros uma ração diária para sua alimentação, certamente, eram as mesmas que tinham seus pais nas frentes de trabalho ou mesmo nas estradas a caminhar em direção à capital nos anos finais da década de 1870. Na construção de pontes e estradas, esses sujeitos recebiam à tarde o seu ordenado, 500 réis diários. Compravam meio charque e dois quilos de farinha, que à época custavam 240 e 160 réis, respectivamente, até a espera do próximo “salário”, e com essa quantidade passavam apenas 24 horas, como anunciava o “Cearense”, em 18 de novembro de 1877.<sup>645</sup> Trabalhavam o dia inteiro e não comiam com satisfação. A esses trabalhadores, os ordenados que recebiam dos cofres provinciais mal davam para garantir a alimentação diária de sua numerosa família.

As crianças retirantes, na capital, passavam a representar a infância desvalida, pois muitas teriam ficado órfãs pelo empobrecimento constante, acentuado pelas consequências da seca.<sup>646</sup> Perambulando pelas ruas, formavam bandos de pequenos vagabundos. Muitas foram

<sup>642</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 41.

<sup>643</sup> Cearense, 31 maio 1877, n. 46, Noticiário, p. 2, 2 col.

<sup>644</sup> Cearense, 31 maio 1877, n. 46, Noticiário, p. 2, 2 col.

<sup>645</sup> Cearense, 18 nov. 1877, seção Noticiário, n. 97, p. 3, col 1.

<sup>646</sup> Em novembro de 1877, no obituário veiculado pelo “Cearense”, os “pobres retirantes continuavam a pagar o maior tributo”. Na capital, àquele mês, faleceram 536 pessoas, sendo 304 homens e 232 mulheres, a maior parte estava na faixa entre 1 e 9 anos, um total de 381. Em dezembro, as publicações nesse jornal ganham os títulos “morreu de fome” ou “o povo morrendo de fome”, para especificar o testemunho de quem presenciou muitos tombarem nas ruas ao esmolar. As cenas que o leitor construiria eram as mais tristes quando os enredos falavam do padecimento de mães com seus filhos agarrados ao peito, sem nenhuma gota de leite. Seguindo sem



recolhidas em abarracamentos. Nesses espaços, a rotina constituía na distribuição de uma ração, instrução mínima e trabalho, como no abarracamento do Jacarecanga, da Pacatuba e Boa Esperança, onde funcionavam duas escolas primárias com 385 alunos no total em Jacarecanga, e mais outras duas, uma com 197 em Pacatuba e outra com 235 alunos em Boa Esperança. Era nos abarracamentos de Baturité onde havia a maior quantidade de escolas, um número de 14 cuja frequência era de 650 alunos.<sup>647</sup>

Famintos, maltrapilhos e sem abrigo, esses menores, “muitos dos quais já eivados de vícios e iniciados no crime”,<sup>648</sup> também eram recolhidos pela polícia para sentarem praça na Companhia de Aprendizes Marinheiros. Na “relação nominal dos menores que tiveram praça” nesta instituição de 1º de setembro a 16 de novembro de 1880, vê-se que a maioria, entre 10 e 17 anos é analfabeta. Tal movimento, teria sido iniciativa do Chefe de Polícia Dr. Gonçalo Faro e desenvolvido por Manoel de Souza Garcia, que o substituiu interinamente. Dos 48 meninos, havia cinco de 13 anos e “outros tantos de 17”; seis de 12 anos; oito com 16; dez com 14; doze com 15 anos; um de 10 anos e outro de 11.<sup>649</sup> Todos eram analfabetos, com exceção de seis que “liam e escreviam mal” e um que apenas lia.<sup>650</sup>

Em Fortaleza, em anos anteriores às grandes estiagens (1877, 1878, 1879, 1880), a pobreza era constituída por uma quantidade sempre crescente de analfabetos, de incultos, compondo um mundo onde a precisão se fazia cada vez mais presente, onde “a penúria material e a miséria intelectual caracterizavam a escória da delinquência”,<sup>651</sup> como se via nas ruas, em 1867, os presos da cadeia pública passarem em calcetas fazendo o fornecimento de água para as escolas primárias no sol escaldante. Esses nem ao menos sabiam ler, escrever e contar, visto os professores atestarem tal questão nas correspondências quando dos pedidos de materiais e de adjuntos para as escolas noturnas, inclusive para a que funcionava na cadeia pública.

As vilas e povoados do interior da Província, assim como a capital cearense, espaço onde as elites ilustradas tentavam insistentemente impingir os signos do “progresso”, eram

---

melhoramento, as estimativas não seriam as melhores para o ano de 1878. As várias epidemias, no correr deste ano, predominando a varíola, a augina, as febres biliosas e typhica, a acazarca, dizimaram a população, chegando à mortalidade, na capital, a atingir a cifra de 57.760, sendo sepultados 32.991 no Cemitério São João Batista e 24.769 no da Lagoa Funda. Fonte: Cearense, 4 dez. 1877, n. 101, Noticiário (Obituário), p. 6, 2 col; Cearense, 5 jan. 1879, n. 2, Noticiário (obituário), p. 2, 4 col.

<sup>647</sup> Cearense, 8 ago. 1879, n. 84, Noticiário, p. 2, 3 col.

<sup>648</sup> Cearense, 28 nov. 1880, n. 149, Parte Oficial, Governo da Província, Alistamento de menores desvalidos na Companhia de Aprendizes Marinheiros, p. 1, 3 col.

<sup>649</sup> Cearense, 28 nov. 1880, n. 149, Parte Oficial, Governo da Província, Relação nominal dos menores que tiveram praça na Companhia de Aprendizes Marinheiros no 1º de setembro a 16 de novembro de 1880, p. 1.

<sup>650</sup> Cearense, 28 nov. 1880, n. 149, Parte Oficial, Governo da Província, Relação nominal dos menores que tiveram praça na Companhia de Aprendizes Marinheiros no 1º de setembro a 16 de novembro de 1880, p. 1.

<sup>651</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 277.

assim habitados por um sem-número de pessoas destituídas das mínimas condições de manter seus filhos na escola. As mudanças econômicas na Província, principalmente devido ao comércio e ao consumo de produtos estrangeiros, comemoradas pelas elites sob os auspícios da “civilização” e do “progresso”, destoavam da maioria da população, constituída de pobres e humildes, do alto nível de analfabetismo e da grande quantidade de indivíduos que sobreviviam por meio de trabalhos informais.

Nesse cenário, para essas camadas, tornava-se ainda mais difícil adquirir livros escolares e demais materiais necessários à frequência regular e permanência no ensino primário. O universo de penúria material, com destaque para a ausência do impresso escolar nas aulas públicas, como dimensão, em parte, relacionada às condições de pobreza da maioria da população, faz-nos chegar a uma questão fundamental: se boa parte dos sujeitos pertencentes às camadas pobres não podiam comprar livros e materiais de uso escolar ou adquiriam com bastante esforço comprometendo o orçamento das necessidades básicas, qual o papel e ações do governo para garantir o acesso destes aos compêndios escolares e ao ensino público primário? Junto a essa questão, que inclusive norteará a investigação no próximo capítulo, outra hipótese vai ganhando concretude: o universo de carência do impresso escolar está associado também aos conflitos e disputas que envolveram sua adoção pelo Conselho de Instrução Pública.

## 4 A ADOÇÃO E FORNECIMENTO DE LIVROS ESCOLARES

### 4.1 As obras “econômicas”, “sofríveis” e de “ordem comum”

Em 1865, nos Despachos do Expediente do Governo da Província de 7 de fevereiro, fora ordenado ao Diretor da Instrução Pública a distribuição, entre as diversas escolas primárias da Província, do compêndio organizado pelo Conselheiro de Estado, Candido Batista de Oliveira,<sup>652</sup> “por ordem do governo Imperial, para o ensino do sistema métrico mandado adotar no Império pela Lei n. 1.157 de 26 de junho de 1862”, como anunciava o “Cearense” na sua “Parte Oficial”, em 21 de fevereiro do mesmo ano. A sua adoção seria uma espécie de “ensaio”, no qual os professores informariam ao fim do ano letivo os resultados que colheram e “defeitos” que notaram na sua doutrina e método.<sup>653</sup>

As iniciativas do governo Imperial para a adoção do sistema métrico decimal se fizeram logo sentir entre os professores nas províncias. No Ceará, em 1860, já figurava entre os entusiastas da educação uma produção que versava sobre o sistema decimal de pesos e medidas, o opúsculo de autoria de João Brígido dos Santos, então professor de primeiras letras da cidade do Crato. Produzido em um momento no qual o ensino do sistema métrico seria em pouco tempo adotado, pelo menos na letra da lei, em todas as escolas do Império, sua obra parecia “inaugurar” as discussões sobre a inserção desse sistema no ensino primário na Província. Em 17 de março daquele mesmo ano, o professor da cadeira de 2º grau da capital, Joaquim Alves de Carvalho, posicionar-se-ia sobre a adoção do referido opúsculo, tarefa que o Conselho<sup>654</sup> lhe incumbiu, em sessão do dia 12 de março.

Quanto ao método de redução de pesos e medidas ao sistema decimal francês acho-o incompleto e pouco explicito. Assim, por exemplo, tratando-se das medidas francesas, aplicando-as às nossas, não tratou da are, que são 100 metros quadrados, como o hectaro, o myriaro e submúltiplos, o deciaro, centiaro fr nem tratou da mesma forma [stere?] 1 metro cúbico decaestero, [miriasro?], diastere, millistere fr. Igualmente não tratou da redução dos kilogramas em nossos arráteis ou libras fr. Além da falta de compreensão das medidas supra referidas acresce, que o autor do método não explicou a doutrina como devera, com exemplos, que se fizessem sensíveis ou compreensíveis

<sup>652</sup> Candido Batista de Oliveira foi Conselheiro do Estado e do Imperador, professor da Academia Militar (1827), inspetor do Tesouro Nacional (1831-1834 e 1837-1838), deputado pelo Rio Grande do Sul e Senador pelo Ceará, ocupando tal cargo a partir de 1849; ministro da Fazenda e da Marinha em 1838 e 1848, respectivamente. Ocupou os cargos de diretor do Banco do Brasil e do Jardim Botânico. Foi o principal defensor, no Brasil, da implementação do sistema métrico. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/CBOliveira.html>; Associação de Aposentados e Pensionista do Banco do Brasil. Disponível em: <http://aapbb.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relacao-presidentes-banco-do-brasil.pdf>; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/CBOliveira.html>

<sup>653</sup> Cearense, 21 de fev. 1865, n. 1791, Parte Oficial, p. 2, 1 col.

<sup>654</sup> Embora o relatório do professor Joaquim Alves de Carvalho traga apenas a menção ao “Conselho” não especificando se seria o Conselho Diretor ou Conselho Literário, é bem provável que se trate deste último, pois era órgão da Instrução Pública encarregado de aprovar os livros escolares.

pelos alunos, foi perfunctório em demasia, para quem deseja introduzir no ensino uma inovação, cujo conhecimento aliás deveria dar à mocidade, por isso que mais tarde o sistema decimal será adotado no Império, ou seja como o admitiu a França em toda a sua integridade, ou com algumas modificações.<sup>655</sup>

Para o professor Carvalho, a produção de João Brígido estava incompleta e poderia ser utilizada somente na escola deste autor. Na década de 1860, como constantemente reclamavam os mestres, inspetores e diretores, não havia, nas escolas primárias da Província, livros voltados especificamente para o aprendizado do sistema métrico decimal, fato que põe em suspeita o cumprimento da ordem dada à direção da Instrução Pública, em 1865, de distribuição do compêndio para este ensino organizado por Candido de Oliveira, como dito no início deste tópico. Tal aspecto não obedecia somente à questão da “falta” de compêndios escolares para os alunos pobres, mas à própria carência de conhecimento dos professores acerca do referido saber, em parte pela ausência de tais livros, cuja formação se dava unicamente por via do compêndio escolar. Nessa esteira, a resposta da professora Generosa Cândida de Albuquerque, em 28 de abril de 1867, ao Diretor Geral da Instrução, José Lourenço de Castro e Silva, demonstra notadamente as preocupações dos mestres primários que, inclusive, podiam perder suas cadeiras, caso tal problema fosse julgado como negligência ou indisposição de sua parte:

Não me acho habilitada para transmitir aquele ensino as minhas alunas, porque ignorava essa lei, pois agora é que me foi comunicada, e mesmo aqui é difícilimo adquiri-lo; porque não tem uma só pessoa que tenha tal conhecimento, nem livros próprios; portanto digne-se VS.<sup>a</sup> fornecer a esta escola com algum compendio, que tratem desenvolvidamente da matéria que estarei pronta adquirir qualquer instrução que for obrigada a transmitir as minhas alunas e a vista pois do que tenho exposto espero que VS.<sup>a</sup> dignar-se-á mandar-me os compêndios que fazem precisos para o aperfeiçoamento deste estudo, assim como espaçar o tempo aprazado, a fim de poder instruir a mim e as minhas alunas convenientemente.<sup>656</sup>

O sistema decimal estava em execução na Europa e já havia chegado no Império do Brasil. Inserido nos debates acerca da renovação dos currículos e métodos escolares, estava em circulação a nível internacional, tanto nos relatórios produzidos por membros da Instrução Pública apresentados ao Presidente da Província, frutos de viagens de estudos feitos a outros países para colher informações acerca do ensino primário, quanto nas exposições internacionais na qual os países apresentavam suas realizações e progressos no campo educacional. Cinco anos após a lei de obrigatoriedade da implementação do sistema métrico decimal de 1862, este ensino não havia sido executado nas escolas espalhadas pela Província do Ceará. Para as

<sup>655</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP REL 03 (9). CX 20.

<sup>656</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00163, 00164). CX 23.

autoridades responsáveis pela instrução, os professores, sem perda de tempo, deveriam se instruir na teoria e prática desse saber, caso não o tivessem introduzido em suas aulas.

Embora ordenada pelo governo da Província a execução desse ensino, os mestres, ao que parece, não foram subsidiados de livros necessários a tal empreendimento. A ausência de manuais escolares parecia sempre acompanhar os problemas relativos à instrução no Ceará em toda a segunda metade do século XIX. Os professores, certamente já estavam cansados de solicitarem, com uma constância quase infinita, os materiais necessários ao funcionamento das aulas, como visto no capítulo segundo desta investigação. Os mestres pareciam desejar nada mais do que um livro para se instruírem no sistema métrico, provavelmente dispostos, inclusive, a produzir manuscritos para seus alunos, ou mesmo a utilizar pedras e areia para pôr em prática esse ensino, como comumente faziam na falta dos materiais escolares.

Tal situação parecia ganhar novos contornos quando, em 9 de junho de 1868, o professor primário de Maranguape, Francisco de Oliveira Conde,<sup>657</sup> solicita à Presidência da Província a compra de alguns exemplares do compêndio “Resumo de aritmética contendo as quatro operações tanto em números inteiros como decimais quebrados e complexos”.<sup>658</sup> A obra se tratava de um resumo de aritmética e de exercícios do sistema métrico, uma compilação de diversos outros compêndios. O sistema decimal achava-se em execução e, no Ceará, ainda não havia sido adotado compêndio pelo qual os professores pudessem ensinar o referido saber, afirmava o Diretor Interino da Instrução, José Lourenço de Castro e Silva. Antes de imprimir o seu opúsculo, o professor Oliveira Conde havia submetido a versão original ao Conselho Diretor, sendo aprovado em sessão do dia 24 de julho de 1867.<sup>659</sup>

Para o referido Diretor Interino, seria de “utilidade pública” o Presidente autorizar a compra de cem exemplares para ser distribuídos entre os alunos pobres.<sup>660</sup> Além de necessário para o ensino na Província, pois o mérito em adotar um compêndio acerca desse ensino consistiria no de que a classe pobre, “vítima dos logros dos traficantes confiados em sua

---

<sup>657</sup> Francisco de Oliveira Conde nasceu em Fortaleza em 1845 e aos 20 anos, em 23 de maio de 1865, inicia o magistério como professor primário na vila de Maranguape. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP REL 16 (52 e 53). CX 20.

<sup>658</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP CO EX 01 50 (66). CX 05.

<sup>659</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 55 (6, 7). CX 05.

<sup>660</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP CO EX 01 50 (66). CX 05.

ignorância”,<sup>661</sup> não seria mais lesada. A compra serviria ainda para “animar a um desprotegido que tem bem sabido compreender os deveres do magistério”.<sup>662</sup>

Em 4 de março de 1869, nove meses após a primeira solicitação do professor Oliveira Conde, nenhuma solução havia tido o negócio por ele proposto. Mais uma vez, portanto, uma petição junto de um exemplar é enviada ao Presidente da Província, Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, pelo Diretor da Instrução, José Nogueira Jaguaribe, requerendo ao Governo Provincial que autorizasse a compra de duzentos exemplares. Nesse tempo, a justificativa continuava a mesma: tal aquisição, além de atender às necessidades dos alunos pobres da instrução primária, estaria animando a um “professor zeloso que como o suplicante prova que aproveita em trabalhos úteis à sua profissão o tempo que lhe sobra do ensino”,<sup>663</sup> afirmava Nogueira Jaguaribe.

Embora se tenha ordenado, em 1865, a adoção do compêndio do Conselheiro de Estado, Candido de Oliveira, e, em 21 de janeiro de 1866, tenha sido aprovado um livro de autoria do Dr. Collaço (Felipe Neri Collaço), que possivelmente versava sobre o sistema métrico decimal,<sup>664</sup> os indícios levam à suspeita de que, na Província do Ceará, os primeiros conhecimentos formulados em impresso destinado ao ensino escolar sobre esse ensino veio da produção de opúsculos, edições de formato pequeno e de poucas páginas, compilados e publicados à custa dos próprios autores (professores primários) ou talvez de negócios estabelecidos com tipografias, ou mesmo da colaboração de parentes e amigos.

Oliveira Conde, que havia iniciado o magistério como professor primário na vila de Maranguape, em 23 de maio de 1865,<sup>665</sup> parecia estar disposto a colocar todos os esforços para fazer imprimir a sua produção. Apostando no empenho das autoridades educacionais em incentivar e “proteger as letras” na Província, para este professor, a aprovação do Conselho Diretor significaria o começo de um possível negócio com o governo provincial. Certamente, a falta de compêndios cujo fim seria o ensino do sistema métrico e a conversão para o sistema de

---

<sup>661</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP CO EX 01 50 (66). CX 05.

<sup>662</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP CO EX 01 50 (66). CX 05.

<sup>663</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 55 (6, 7). CX 05; CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 55 (8, 9, 10). CX 05.

<sup>664</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EX 01 87 (11). CX 08.

<sup>665</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP REL 16 (52 e 53). CX 20.

peso do Brasil constituíram aspectos definidores na decisão de mandar logo imprimi-lo, mesmo sem ter estabelecido negócio com os cofres provinciais.

Num formato de opúsculo e em brochura, custando cada exemplar o preço módico de 500 réis,<sup>666</sup> os aspectos de sua materialidade denunciam algumas questões pertinentes. Primeiro, muito provavelmente, a impressão foi feita por conta de seu autor, sendo tal investimento “empresa tão árdua relativamente às suas posses”,<sup>667</sup> como o próprio Oliveira Conde reiterou. Para um empreendimento em que ainda não havia sido fechado negócio com a Instrução Pública, talvez o órgão que mais necessitasse, na Província, de fornecimento de livros escolares, é compreensível não ter feito grande aposta, no que concerne aos aspectos materiais, pois, se os retornos com a produção de livros não eram obtidos de forma rápida, poderia ainda ser menos vantajoso, caso tivesse investido em uma produção com grandes custos, arriscando seu próprio capital. Segundo, os fatores materiais, como um possível determinador do público leitor e comprador, provavelmente fariam sua produção acessível aos sujeitos de fortuna mais modesta, aí incluídas inúmeras famílias cujos filhos dependiam da instrução pública primária para obter algum aprendizado.

Laurence Hallewell, em sua obra *História do livro no Brasil*, informa-nos que Abílio Cesar Borges “durante algum tempo chegou a conseguir o quase impossível feito de ser um autor brasileiro a viver de direitos autorais”.<sup>668</sup> Se para Abílio, cujos compêndios escolares foram aprovados e adotados em inúmeras províncias do Império, o empreendimento livreiro não era tarefa fácil, quanto mais para os autores menores que compunham uma produção voltada para o estabelecimento de negócios com a Instrução Pública e livrarias de sua própria Província, procurando atender ao mercado de livros local, e ainda sofriam a concorrência com produções de grandes figuras do universo educacional, como o próprio Abílio Cesar Borges.

Apesar de as correspondências não apresentarem a data em que o Resumo de Aritmética saiu do prelo, existe apenas a informação de que, após a aprovação do Conselho Diretor, em 1867, Oliveira Conde havia mandado imprimir e oferecia-o ao governo da Província. O fato é que, quase dois anos depois, em março de 1869, o seu opúsculo ainda não havia sido adquirido pelos cofres públicos para uso nas aulas primárias.

---

<sup>666</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 55 (8, 9). CX 05.

<sup>667</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 55 (8). CX 05.

<sup>668</sup> HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 487.

Ainda que por meio das fontes não se possa saber ao certo se a solicitação feita por esse professor, em 1869, foi atendida e se sua obra foi adotada e adquirida naqueles anos em diante, haja vista não constar nas correspondências do Fundo Instrução Pública a resposta das autoridades educacionais ao seu pedido, e somente em 10 de março de 1874 aparecer novamente referências a esse Resumo, o fato é que, neste ano, o referido livro foi, no dia cinco do corrente mês, aprovado pelo Conselho Literário por indicação do Diretor Geral da Instrução, Paulino Nogueira da Fonseca.<sup>669</sup> Na indicação da obra, foi ressaltada, por esse diretor, a parte concernente ao sistema métrico decimal, assim como o desejo de levantar no professorado “o estímulo pelas produções úteis”.<sup>670</sup> Faltava, portanto, o Presidente da Província deliberar a aprovação do Conselho mandando adotar o dito opúsculo.

Mesmo nos casos em que os livros escolares fossem aprovados pelo Conselho Literário, isso não significava que seriam adquiridos pela Tesouraria da Província, pelas Câmaras Municipais ou que seriam um sucesso de vendas. Em março de 1876, o professor Conde continuava a oferecer às autoridades responsáveis pelo ensino público primário a compra de sua produção em uma quantidade de 500 exemplares.<sup>671</sup> Pelos indícios, vê-se que seu opúsculo não constava na lista dos adotados pela Instrução Pública nos anos anteriores a 1876, ainda que em 1874 tenha sido aprovada pelo Conselho Literário.

Encaminhando à VEx<sup>a</sup> a inclusa petição do professor de Maranguape Francisco de Oliveira Conde, em que oferece a venda quinhentos exemplares de seu Resumo de Aritmética, de sua composição, cabe-me à V. Ex<sup>a</sup> que com quanto fosse adotada essa obra pelo Conselho Literário para servir nas escolas, todavia essa decisão não importa a exclusão do Compêndio do Dr. Collaço, já anteriormente adotado pelo mesmo conselho, em sessão de 21 de janeiro de 1866.<sup>672</sup>

No caso em questão, embora fosse o Resumo de Aritmética do professor Oliveira Conde adotado, o compêndio do Dr. Collaço, já anteriormente admitido pelo mesmo Conselho, não seria excluído da lista dos livros aprovados e adotados, afirmava o Diretor da Instrução Pública, Justino Domingues da Silva. Porém, esse diretor considerava que a compra de exemplares do Resumo do professor Conde prejudicaria o direito adquirido pelo professor Collaço.<sup>673</sup>

<sup>669</sup> Cearense, 12 de mar. 1874, n. 21, Noticiário, p. 2, 3 col.

<sup>670</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 72 (8). CX 06.

<sup>671</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EX 01 87 (11). CX 08.

<sup>672</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EX 01 87 (11). CX 08.

<sup>673</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EX 01 87 (11). CX 08.



Defendia, portanto, que toda liberdade deveria ficar com o comprador, que poderia escolher entre esses dois autores.

Pelas propostas de vendas de manuais escolares, vê-se que as adoções e possíveis compras constituíam, muitas vezes, espaços de disputas entre autores, diretor, Conselho Literário e presidente de província, que em nada pareciam colaborar no problema da carência de livros, especialmente daqueles destinados aos alunos pobres. Transferir para os compradores, no caso os pais, tutores ou responsáveis, a liberdade para se escolher entre um e outro autor era o mesmo que se eximir de fazer a compra dos compêndios escolares. Acrescenta-se a essa postura o fato de que as propostas de venda feitas pelos professores, não raras vezes, eram recusadas pelo Diretor da Instrução, que trazia uma questão de ordem econômica: “o estado pouco favorável dos recursos provinciais para realizar a compra”, como foi o caso de Justino Domingues da Silva. Porém, restava ao presidente da Província deliberar ainda acerca da adoção e compra dos 500 exemplares do opúsculo do professor Conde.

Se foi adotado e adquirido ou não por parte da presidência, o fato é que, em fevereiro do ano seguinte [1877], na “relação dos objetos necessários para as meninas pobres da aula de primeiras letras da Povoação da Assunção e que lhes devem ser fornecidas no corrente ano”, estava a quantidade de quatro (4) aritméticas desse autor, além de Histórias pátrias; Gramáticas de Salvador; Histórias sagradas; Livros do povo; Camões; livros de João de Castro; 1º, 2º e 3º livros de leitura; Íris clássico e Catecismos da Diocese.<sup>674</sup> Tal situação pode denotar duas questões. Ou a proposta feita pelo professor Conde foi aceita pelo Presidente no ano de 1876, levando os professores a solicitarem o seu fornecimento para o ano de 1877, ou o fato de constar na relação dos objetos necessários para as meninas pobres revelava, por outro lado, seu uso naquela aula em anos anteriores, continuando a professora Mariana Bevilaqua a solicitá-lo, mesmo sem saber, ao certo, se o dito título constava nas listas dos adotados para aquele corrente ano.

É fundamental atentar para a questão de que a referida professora tratou o Resumo de Aritmética do professor Conde como título necessário ao aprendizado das alunas de sua aula. Tal fato corrobora não apenas um pedido de fornecimento de livros, mas de que a obra havia tido uma boa aceitação e aprovação pela professora, especialmente porque a formação nos conteúdos escolares se dava, naquela época, nos próprios livros, como visto no caso da professora Generosa Cândida de Albuquerque, que, em abril de 1867, solicitava algum

---

<sup>674</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Assunção, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Assunção, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP INSP CO RE 103 (90). CX 25.

compêndio próprio para o ensino métrico decimal no qual pudesse instruir a si e às suas alunas.<sup>675</sup>

O fato é que tal aceitação e aprovação por parte da professora Mariana Bevilaqua parece ganhar ainda mais sentido quando o “Libertador”, em agosto de 1884, produz uma pequena resenha crítica sobre a obra em questão julgando-a digna de acolhimento. Para o jornal, notava-se, por toda parte do “livrinho”, concisão e ordem, método e clareza adaptados aos “recursos da infância”.<sup>676</sup> A sua terceira edição acabava de sair das oficinas da Tipografia Econômica da capital,<sup>677</sup> em julho desse mesmo ano, e achava-se à venda nas livrarias dos Srs. Joaquim José de Oliveira & Cia, na de Gualter Rodrigues Silva e na encadernação de Sátiro Verçosa, como anunciavam o “Libertador” e o “Cearense”.<sup>678</sup> A edição tinha um aumento de dez páginas e continuava à venda por 500 réis. Além das matérias do programa de instrução elementar, o professor Oliveira Conde havia adicionado regras de liga, falsa posição e cambio entre o Brasil e Portugal, Alemanha, França e Inglaterra.<sup>679</sup>

Oliveira Conde faria tudo que estivesse ao seu alcance para convencer das vantagens em adotar e adquirir sua produção. No dia 2 de maio de 1882, o sentenciado Anacleto Pereira Cavalcante de Queiroz, na ocasião da inauguração da escola primária da cadeia, na presença de grande quantidade de presos, do presidente da Província, do chefe de polícia interino, do inspetor geral da Instrução Pública, do administrador da cadeia e de outras figuras ilustres da elite dirigente, havia agradecido em seu nome e de seus companheiros o tão belíssimo feito que era a distribuição da instrução na cadeia pública com a inauguração de uma escola primária. Em tal momento, que não deixava de constituir ponto de encontro e celebração da elite local, com bandas de música e recitação de poemas, parecia estar progredindo a causa da instrução na Província, ao menos no que concerne aos ânimos, às falas empolgadas e ao empenho apresentado pelas iniciativas particulares descritos nas correspondências da Instrução Pública.

Para os professores-autores de livros escolares, tais iniciativas pareciam ir ao encontro de seus empreendimentos literários e mercadológicos, pois, além de participarem do “progresso” do ensino, poderiam ainda angariar futuros leitores-compradores para seus livros. Essa produção de manuais escolares pelos professores constituiu um dos eixos impulsionadores da indústria tipográfica, não só em Fortaleza, mas no Brasil como um todo. No trabalho de

<sup>675</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00163, 00164). CX 23.

<sup>676</sup> Libertador, 13 ago. 1884, Gazetilha, Instrução ao povo, n. 166, p. 1, 2 col.

<sup>677</sup> Cearense, 24 ago. 1884, n. 185, Noticiário, p. 2, 1 col.

<sup>678</sup> Cearense, 31 julho de 1884, n. 165, anúncios, p. 3, 5 col / Cearense, 1º ago. 1884, n. 166, Anúncios, p. 3, 4 col.

<sup>679</sup> Libertador, 25 jul. 1884, Anúncios, n. 152, p. 3, 4 col.

conquista de um possível público leitor-consumidor, Francisco de Oliveira Conde viu a fundação da escola primária da cadeia como situação ideal para fazer propaganda de seu compêndio de aritmética. Na ocasião, ofereceu ao Rvd. Padre Vicente Salazar da Cunha, 25 exemplares para serem distribuídos entre os presos.<sup>680</sup> Em dias anteriores, mais especificamente em 29 de abril, já havia oferecido, também gratuitamente, com exemplares da mesma obra para a distribuição entre os alunos pobres.

Nesse momento, a carência de livros nas aulas primárias leva o Inspetor da Instrução Pública, Amaro Cavalcanti, a solicitar ao Presidente da Província, Comendador Sancho de Barros Pimentel, em 24 de abril, autorização para a compra de livros de matrícula e de leitura, em vez de sua aquisição pelo Tesouro Provincial por meio de concorrência, devido à urgência em satisfazer a necessidade dos meninos pobres.<sup>681</sup> Para Cavalcanti, a compra por meio de concorrência levaria algum tempo até a adoção, pois as autoridades educacionais teriam ainda que avaliar as obras propostas.

Em 14 de agosto de 1884, o Palácio da Presidência autoriza a Inspetoria Geral da Instrução Pública a mandar receber, na encadernação de Sátiro Verçosa, duzentos exemplares deste Resumo oferecidos por seu autor para serem distribuídos de forma gratuita aos professores do ensino primário.<sup>682</sup> No ano seguinte, em 26 de março, o Inspetor Geral da Instrução Pública, Justino Domingues da Silva, encaminha ao Presidente da Província, Conselheiro Sinval Odorico de Moura, uma petição do professor Conde em que oferecia a venda de quinhentos exemplares. Porém, desta vez, encontraria maiores obstáculos à venda de sua obra, uma vez que, além da Província se encontrar em estado precário de recursos, como afirmavam constantemente as autoridades dirigentes, Abílio Cesar Borges havia enviado como doação à Secretaria da Instrução Pública uma remessa de 975 exemplares de seu compêndio de aritmética. Assim, mediante tal circunstância, parecia mais conveniente que fosse adquirido o compêndio de Abílio em detrimento ao Resumo do Professor Oliveira Conde, como afirmava o Sr. Justino Domingues da Silva.<sup>683</sup>

Embora o Conselho de Instrução Pública tenha deliberado a favor da obra do professor Conde, isto não significaria que logo fosse feito negócio. Se foi adotada e adquirida ou não

---

<sup>680</sup> Cearense, 3 de mai. 1882, n. 94, Noticiário, p. 1, 2 col.

<sup>681</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (267). CX 10.

<sup>682</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO RE 02 04 (7). CX 17.

<sup>683</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 115 (164). CX 12.

pelos cofres provinciais nos anos seguintes quando não se identificou registros na documentação sobre seu uso no ensino primário, o fato é que, em 1º de agosto de 1888, o referido professor reclama contra a deliberação do Conselho Superior de Instrução Pública, o qual deu preferência para uso nas escolas primárias a um outro compêndio de aritmética, excluindo o seu livro da lista dos admitidos. O adotado, naquele ano, teria sido o compêndio de Aritmética do professor primário do Rio de Janeiro, Miguel Maria Jardim<sup>684</sup> por ser “mais methodico e econômico”.<sup>685</sup> A reclamação do professor Conde foi considerada improcedente, afirmando o Inspetor Geral da Instrução, Virgílio Augusto de Moraes, que seu compêndio não havia sido eliminado da lista dos livros aprovados, mas que, usando da atribuição que a lei lhe conferia, julgou preferível a adoção de outra obra naquele corrente ano.

O que seria um compêndio metódico e econômico? Mesmo não sendo possível chegar a uma conclusão com segurança sobre tal questão, pois a correspondência não traz indícios do que seja esse aspecto econômico, duas hipóteses podem ainda ser levantadas. Primeiro, a dimensão metódica pode estar relacionada à materialidade da obra: seu formato, papel, quantidade de páginas e presença de gravuras, ou a uma quantidade menor de conteúdo, dando maior especificidade e foco ao sistema métrico decimal, não trazendo outros assuntos como comumente os títulos escolares reuniam em uma mesma edição. É mais provável que o aspecto da economia se refira a esta última hipótese, dado que a produção de Oliveira Conde se tratava de um opúsculo (resumo) e custava o valor de 500 réis, preço considerado módico à época nos anúncios de jornais, e possivelmente mais barato do que o compêndio de Miguel Jardim. Se fosse o caso de este último ter oferecido sua produção a um preço menor que o resumo de aritmética do professor Conde, aspecto tão caro nos processos de seleção dos livros que seriam admitidos e adotados pela Instrução Pública, a Inspeção teria informado ao relatar o caso ao Presidente da Província.

O fato é que, embora presente na lista dos livros admitidos para o ensino primário, seu Resumo não foi adotado para o ensino de aritmética naquele ano (1888). O que este autor deveria fazer para que seu compêndio continuasse a ser não apenas adotado, como também adquirido pelo Conselho de Instrução? A doação de livros já não dava mais conta, naqueles idos, visto ter se tornado prática comum entre os professores-autores?

---

<sup>684</sup> Miguel Maria Jardim havia sido “pensionista” da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, em 1866,<sup>684</sup> e considerado um “aluno mestre”. Fonte: Correio Mercantil, 1º de janeiro de 1866, n. 1, Parte Oficial/Província do Rio de Janeiro/Expediente da Secretaria do Governo/Dezembro de 1865 (dia 20), p. 3, 1 col.

<sup>685</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 122 (57). CX 14.

Em fevereiro de 1890, sua Aritmética estava à venda na livro-papelaria de Gualter, anunciava o “Libertador”.<sup>686</sup>

Ainda que a publicação não mencione a edição, apenas de que fora aprovada para as escolas do Estado, o fato é que conseguiu se manter no mercado livreiro, e já contava com 22 anos, desde a primeira solicitação de compra feita à Presidência da Província, em junho de 1868, em parte pelo trabalho imenso de seu autor que acionou todos os recursos necessários para ver sua obra aprovada, admitida e adquirida pela Instrução Pública. Assim, uma indagação se mostra pertinente: o que fez uma produção destinada ao ensino primário, dimensão que tanto carecia de livros, tendo boa aceitação e aprovação pelos professores primários e pelos articulistas dos principais jornais da época, esforçar-se tanto para se ver adotada e adquirida pelos cofres provinciais a cada ano letivo? O que fez essa obra se manter por mais de duas décadas no mercado livreiro, muito provavelmente, ainda na sua terceira edição?<sup>687</sup>

Um aspecto pertinente com relação à primeira indagação, diz respeito à falta de recursos provinciais para se adquirir compêndios, como afirmação comumente usada para justificar a recusa de sua compra. As aulas primárias, sob essa ordem, não eram, muitas vezes, subsidiadas, a cada ano letivo, de exemplares novos ou mesmo de quantidade necessária aos novos alunos que faziam matrícula e passavam a frequentar as aulas. Os professores acabavam utilizando livros cujo fornecimento já havia sido feito há anos, não compondo mais, em vários casos, títulos admitidos e adotados para o presente ano. Sob essa perspectiva, é possível assegurar que o fornecimento inconstante de livros escolares, certamente, serviu de empecilho ao desenvolvimento da função professor-autor, no Ceará, uma vez que nem todo ano a Instrução Pública estabelecia negócio com os mestres cearenses. Fato que possivelmente colaborou na permanência das produções em poucas edições num espaço de tempo relativamente grande, como foi o caso do compêndio de Aritmética do professor Oliveira Conde, que, em um período de 22 anos, havia ganho poucas edições.

Embora o discurso da Instrução Pública, ao adotar produções escolares de autores cearenses, reiterasse a importância em se desenvolver a produção de livros no Ceará, os compêndios desses professores-autores sofreram a concorrência de obras de importantes figuras do cenário educacional à época, como foi o caso de Abílio Cesar Borges. O lugar de destaque ocupado por esse educador baiano em meio à intelectualidade, bem como as doações de grandes

---

<sup>686</sup> Libertador, 4 fev. 1890, n. 30, p. 1, 3 col.

<sup>687</sup> Em 1884 saiu das oficinas da Tipografia Econômica da capital a 3ª edição do Resumo de Aritmética do professor Conde. Cearense, 31 jul. 1884, n. 165, anúncios, p. 3, 5 col / Cearense, 1º ago. 1884, n. 166, Anúncios, p. 3, 4 col.

remessas de livros que constantemente enviava para a distribuição dos alunos pobres, fizeram seus livros serem adquiridos em detrimento de produções de autores da Província, como foi o caso do professor Conde. Ainda que este último tenha feito também doações ao ensino primário, é perceptível, em alguns momentos, que a escolha e compra de livros pelo governo provincial obedecia primeiramente a uma lógica: a de quem doasse mais. Em outros momentos, tal aspecto parecia não se sustentar, visto que, mesmo ofertando gratuitamente livros para distribuição dos alunos, os autores não tinham suas obras adotadas pelo Conselho de Instrução Pública. Nesse momento, as relações estabelecidas entre os autores e as autoridades responsáveis pela escolha dos livros, certamente, influenciaram em suas aprovações e adoções. Além da característica de “metódico e econômico”, passemos, pois, às “obras sofríveis e comuns”, termos pelos quais as autoridades educacionais identificaram inúmeras produções e utilizaram, inclusive, como forma de recusar sua adoção e possíveis compras para fornecimento dos alunos pobres.

Em novembro de 1874, o bacharel Arcelino de Queiroz Lima solicita pela segunda vez ao Diretor Geral da Instrução Pública, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, a admissão de seu compêndio Elementar de Geografia nas escolas primárias da Província. Em 1873, quando enviou a mesma solicitação pela primeira vez, o Conselho Diretor (atual Conselho Literário) concluiu, em sessão do dia 23 de abril, não ser favorável a admiti-lo, isto porque a referida disciplina não fazia parte do programa escolar primário. Tal caso desaguou em certa confusão entre as justificativas do Conselho Diretor e de Paulino Nogueira. Para este último, o Conselho indeferiu a solicitação do suplicante “por um motivo que não estava na lei”, porque já se exigiam, em 1873, segundo afirmou, conforme estabelecido no Art. 13 do Regulamento de 2 de janeiro de 1855, elementos ou noções de geografia nas escolas primárias de 2º grau.<sup>688</sup> Paulino Nogueira defendeu, portanto, a admissão do referido compêndio nesta parte do ensino.

Isto posto, me parece que sendo o compêndio Elementar de Geografia produção bem sofrível de um cearense e não havendo outra em iguais condições, bem podia ser admitida até como um estímulo a moços de talento e de trabalho, que já se vão aparecendo entre nós. O compêndio do Senador Pompeu único admitido é uma obra de incontestável merecimento, mas já tão volumoso e extenso que fora inexecutável aplicá-lo às crianças ficando destarte o mestre com arbítrio de escolher da obra o que lhe parecer conveniente ensinar de preferência.<sup>689</sup>

---

<sup>688</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 77 (32,33). CX 06.

<sup>689</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 77 (32,33). CX 06.

O que seria, no dizer do Diretor da Instrução Pública, uma produção sofrível? Tal predicativo se referia às dificuldades, aos poucos recursos do autor para confeccionar a obra? Constituía, portanto, um livro de baixo custo, tendo na sua materialidade os aspectos visíveis dessa dimensão? Ou, de fato, referia-se ao conteúdo? Assim como João Brígido dos Santos, Senador Pompeu compunha, no Ceará, a classe dos professores-autores que tinha suas obras aprovadas e adquiridas pelo governo da Província sem nenhuma dificuldade, inclusive, muitas vezes, sem sequer passar pela averiguação do Conselho Literário. Seus livros, embora constituíssem produção de qualidade, como apresentava o mercado livreiro, não eram, em muitos casos, apropriados à instrução primária, como relatavam os professores. Uma questão, portanto, torna-se necessária: o que fez essas obras serem admitidas e adquiridas pelos cofres provinciais, mesmo sabendo das dificuldades dos professores e alunos em utilizá-las?

Nas correspondências da Instrução Pública, eram frequentes os relatos de inspetores ao Presidente da Província informando que “tem empregado todos os meios ao seu alcance para remover das aulas a admissão de livros e outros impressos que não tenham sido adotados pelo Conselho Diretor”<sup>690</sup> ou que tem ordenado aos professores, conforme o Regulamento de 1855, a “observância do Art. 66 e seus parágrafos, chamando principalmente todo o seu zelo e cuidado para o § 3.º que muito positivamente determina: não consentir que seus alunos leiam nas escolas outros livros que não sejam os aprovados”.<sup>691</sup> Tal afirmação leva a suspeitar que nas aulas eram utilizados livros não admitidos e adotados pelas autoridades educacionais.

O fato é que, nas admissões e aprovações, as boas relações com os membros da banca examinadora, assim como o prestígio que já haviam alcançado os seus autores no cenário ilustrado, serviam como aspecto de peso na escolha e/ou rejeição dos livros. As reuniões do Conselho Literário para definição dos compêndios aprovados e aceitos deveriam obter resultados convenientes ao campo educacional, embora a instrução pública primária fosse a parte que menos se beneficiaria desses “acordos” que envolviam o governo da Província, o autor e o editor.

A aprovação dessas produções cuja autoria representava membros da elite letrada, muitas vezes pouco atenciosa às reais dificuldades e demandas da instrução primária, abria-lhes possibilidades de créditos e boa imagem junto aos círculos letrados. Assim, todas as partes

---

<sup>690</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Granja, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Granja, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP INSP CO RE 15 (152). CX 22. Informa em 1º de janeiro de 1868, o Inspetor Literário da Comarca de Granja, ao Presidente Pedro leão Veloso.

<sup>691</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1863. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1863. BR CEAPEC IP INSP CO RE 09 (65). CX 21. Como em 9 de janeiro de 1863, o inspetor das aulas em Maranguape, Joaquim Felício d’Almeida e Castro.

(autor, livreiro, banca examinadora) apresentavam interesses que reuniam tanto as demandas da instrução primária, ainda que muitas vezes seja a parte menos atendida, quanto à dimensão lucrativa, seja financeira ou simbólica, a dizer o estabelecimento de boas relações e possíveis “prestações de favores” entre as partes e reconhecimento de seus pares.

Do mesmo modo, o livro “Lições práticas de ortografia” com o título “Livro para o ditado nas escolas primárias”, do professor público de primeiras letras do Município da Corte, João da Matta Araújo, parecia seguir na mesma esteira do compêndio de Geografia do Senador Pompeu quanto aos conteúdos e sua apropriação para a dimensão mais avançada do ensino, em vez da instrução primária. O referido autor envia um exemplar ao Diretor da Instrução Pública do Ceará, Paulino Nogueira da Fonseca, em março de 1874, a fim de ser submetido à aprovação do Conselho Literário e adotado nas escolas de ensino elementar. Ouvindo ao professor da cadeira do 2º grau da capital, Joaquim Alves de Carvalho, a quem considerava competente em matéria de aprovação de compêndios escolares, foi-lhe apresentado a seguinte posição:

O compendio que o autor deu à luz com o título de Livro para o ditado nas escolas primárias está organizado com precisão. A divisão das matérias em lições adaptadas à capacidade dos alunos. A doutrina expedida é dos melhores clássicos e de tudo quanto se acha contido no compêndio apenas pode ser reparável o modo porque são as lições ditadas e o meio pelo qual é feita a correção das mesmas; pois parece-me que da maneira como o autor o faz, roubará ao professor grande parte do tempo que pode a empregá-lo instruindo os seus alunos em outros estudos. Concluindo, pois, direi que o compêndio pode ser aprovado.<sup>692</sup>

Embora aprovada pelo professor Carvalho, o Conselho Literário, reunido no dia 5 de março de 1874, declarou unanimemente que, ainda que se reconhecesse o incontestável merecimento da obra, não convinha adotá-la nas escolas primárias por ser antes apropriada à instrução superior.<sup>693</sup> O impasse entre os avaliadores logo seria resolvido com a decisão de, em ocasião oportuna, apresentar o compêndio do professor da Matta aos lentes do Liceu como um “excelente expositor” favorável à aula de Português, onde acreditava ser de grande utilidade, como se comprometeu Paulino Nogueira.<sup>694</sup>

Ao contrário do que teria concluído Joaquim Alves de Carvalho, o periódico “Instrução Pública”, revista que circulava na Corte e possuía grande influência na imprensa pedagógica da época, manifestou, em março de 1874, o seguinte a respeito da 2ª edição do compêndio em

<sup>692</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 72 (7). CX 06.

<sup>693</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 72 (5). CX 06.

<sup>694</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 72 (5, 6). CX 06



questão, o opúsculo “Lições Práticas de Ortografia ou Livro para o Ditado nas Escolas Primárias”:

Há muito sentiam as aulas a falta deste livrinho: explicações claras, concisas ao alcance da inteligência dos meninos; exercícios práticos, metódicos, bem graduados e conforme as regras aprendidas excelente processo para o uso dos ditos exercícios, tudo revela que o trabalho foi concebido meditado e produzido por um professor idôneo. Parece que não deixará de ser aceito nas classes em que se deseja ensinar com proveito a escrever corretamente as palavras da língua portuguesa de acordo com a teoria ortográfica seguida pelo autor.<sup>695</sup>

Naquela época, a edição estava à venda na Joaquim José de Oliveira & C.<sup>a</sup>, situada na Praça do Ferreira, n. 10, por 1\$200 réis, certamente, a partir de uma remessa de cinquenta exemplares enviada à livraria por Araújo da Matta.<sup>696</sup> Ao contrário do que o Conselho Literário havia concluído, o anúncio publicado no “Cearense”, em 1º de fevereiro daquele mesmo ano, informa que o referido compêndio havia sido aprovado pelos Conselhos de Instrução Pública da Corte, de Pernambuco e do Ceará.<sup>697</sup> De acordo com a livraria dos Srs. Oliveira, ao adquiri-lo, o leitor estaria fazendo uma “compra certa” e não se arrependeria de tê-la feito.

Embora o Conselho Literário, em sessão do dia 5 de março de 1874, tenha declarado que não convinha adotá-la na instrução primária, pois era antes apropriada à instrução superior, tal posição passaria ainda pela averiguação e decisão do presidente da Província. Ao que parece, a obra teria sido admitida para o ensino primário por decisão desta autoridade, fato que levou a Joaquim José de Oliveira & Cia a publicar tal notícia nos jornais.

Duas questões saltam aos olhos do pesquisador como quem considera ainda tais indícios insuficientes: o que levou, portanto, o professor Joaquim Alves de Carvalho, figura considerada competente em matéria de aprovação de compêndios escolares, a discordar da metodologia utilizada por Araújo da Matta? Se o compêndio dispunha de “explicações claras e concisas ao alcance da inteligência dos meninos”, como reiterou uma das mais importantes revistas pedagógicas do Império, por que, para a Instrução Pública, roubaria tanto tempo da aula? E ainda, o que teria levado o presidente da Província a desconsiderar a posição do Conselho Literário?

Ainda com relação à materialidade das produções escolares, voltemos a atenção para o caso que envolveu João Gonçalves Dias Sobreira, professor público primário da capital. Mais

<sup>695</sup> A Constituição, 1874, n. 50, p. 4, 5 col, Anúncios. Esse mesmo anúncio é veiculado no Cearense em 15 de fevereiro, 25 de março e 26 de abril de 1874. Fonte: Cearense em 15 fev. 1874, n. 14, p. 5, 4 col; Cearense 25 mar. 1874, n. 25 e Cearense 26 abr. 1874, n. 34.

<sup>696</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Corte, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Corte, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO RE 02 01 (26). CX 17.

<sup>697</sup> Cearense, 1º fev. 1874, n. 14, Anúncios, p. 5, 4 col.

uma vez, é possível perceber um universo de conflitos entre as posições do Conselho de Instrução e as do Inspetor Geral quanto à adoção de compêndios escolares. Em setembro de 1886, esse professor solicita gratificação de mérito correspondente à quinta parte de seus vencimentos, nos termos dos art. 234 e 238 do Regulamento Orgânico da Instrução Pública vigente, julgando apto ao seu recebimento visto ter fundado uma caixa escolar<sup>698</sup> e ter produzido três obras sobre a matéria do ensino, sendo estas uma gramática portuguesa, uma arte de música e um folheto com a pronúncia figurada dos ditongos franceses. Suas expectativas, porém, foram interrompidas, pois o Conselho de Instrução Pública rejeitou inteiramente o seu pedido.<sup>699</sup>

Segundo Virgílio Augusto de Moraes, Inspetor Geral da Instrução Pública, à época, para receber gratificação concernente à fundação de caixa escolar, o suplicante deveria apresentar cadernetas, balancetes e mapas que, além de comprovarem tal iniciativa, garantissem que, em sua aula, ensinavam-se hábitos de economia e trabalho, nos termos dos Art. 109 e 117 do Regulamento em vigor.<sup>700</sup> Tal exigência não foi cumprida por Dias Sobreira, visto que não havia apresentado, segundo esse Inspetor, a documentação necessária.

Do mesmo modo, para Virgílio Augusto, a gratificação de mérito por composição de obras que versassem sobre matérias do ensino não deveria ser concedida apenas pelo fato de ter composto uma “obra-título”.

Semelhantemente não é a composição de qualquer obra-título suficiente e base segura para a concessão da gratificação impetrada; cumpre, diz a lei com minuciosa previdência (art. 234), que a composição seja de obra útil sobre as matérias do ensino, de modo a constituir um serviço de ordem superior em benefício da instrução pública. Formulo agora uma pergunta grave e séria: as três obras exibidas [...] acham-se precisamente nas condições da lei, são de tal importância que devam ser qualificadas com exatidão conscienciosa e científica, trabalho útil, serviço de grande relevância à instrução pública da Província? Entendo que não; visto como, de um exame detido à que procedi, nada encontrei nas respectivas obras que pudesse merecer aquela elevada qualificação legal. Para rejeitar o parecer, o Conselho de Instrução fundou-se assim na necessidade de desenvolver entre os professores o gosto pela composição de obras

---

<sup>698</sup> Como estabelecido no Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881, em cada paróquia, seria criada uma caixa escolar com o fim de fornecer “aos alunos indigentes vestuário simples, calçado, livros e objetos indispensáveis à instrução. Os produtos a ser recolhidos seriam os seguintes: multas impostas à paróquia, donativos feitos em benefício do ensino público, cotas consignadas nos orçamentos provincial e municipal para o auxílio das caixas e os vencimentos que procederem os professores públicos por faltas e licenças. Fonte: CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção II, “Das caixas escolares”, Art. 107, p. 55. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>699</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (11). CX 13.  
<sup>700</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (9). CX 13.

atinentes ao ensino, como no fato de já ter sido aprovada umas das obras apresentadas, a gramática.<sup>701</sup>

[...]

Não – a segunda; porque a simples adoção de uma obra, sem prejuízo de outras, não pode ter o alcance exagerado que lhe atribuem o conselho e o suplicante, visto como, nem pela lei, nem pelos precedentes existentes, foi ela considerada motivo suficiente para conferir-se ao seu autor a gratificação excepcional reservada a casos excepcionais; acrescento que a experiência de longos anos demonstra que nem sempre o conselho procede com reserva escrupulosamente refletida na aprovação de uma obra, pela razão óbvia de não prejudicar esta as anteriormente aprovadas.<sup>702</sup>

Colocando em xeque o mérito das referidas produções, sua opinião ante o exame feito às cópias enviadas em anexo à petição era a de que as obras do professor Sobreira “não mereciam elevada qualificação” e indagou: “essas obras comuns, como as exibidas, merecem ser galardoadas, que prêmio restará aos produtos literários superiores, em benefício do ensino público?”<sup>703</sup>

O fato é que nem sempre os professores receberiam gratificações por terem produzido impressos destinados à formação escolar. As produções eram examinadas pelo Conselho de Instrução Pública e por outros sujeitos como o próprio Inspetor Geral que, muitas vezes, posicionava-se contra a concessão das gratificações. Nesse sentido, os trabalhos produzidos pelo professor João Sobreira foram caracterizados, embora sua gramática tenha obtido a aprovação do Conselho, enquanto obras de “ordem comum”, que se achavam, segundo Júlio Cesar da Fonseca Filho – membro do Conselho de Instrução Pública que julgou as produções do referido professor – “em profusão estéril” pela Província, sendo, inclusive, “nocivas” e não traziam “inovação útil” ao ensino.<sup>704</sup>

Mas o que significava, naquele momento, ser uma obra “de ordem comum” num momento em que havia “carência geral”<sup>705</sup> de livros elementares, especialmente para o fornecimento dos meninos pobres das escolas primárias do centro da Província?<sup>706</sup> Sendo títulos de “ordem comum”, não mereciam receber indicações do próprio Conselho de Instrução Pública para mudanças e possíveis melhorias? Quais características fizeram com que as três obras recebessem tal designação? Seria o formato (folheto), a ausência de métodos tidos

<sup>701</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (11). CX 13.

<sup>702</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (13). CX 13.

<sup>703</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (13). CX 13.

<sup>704</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (15). CX 13.

<sup>705</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO EX 01 109 (8). CX 10.

<sup>706</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO EX 01 109 (8). CX 10.

enquanto “inovadores” no período? Ou conceder a gratificação seria, ao mesmo tempo, dar credibilidade para que as obras fossem aprovadas e adotadas pelo Conselho de Instrução Pública para as aulas primárias, “prejudicando” os títulos já adotados anteriormente? Haveria entre os membros do Conselho, autores de livros ou sujeitos que tinham relações com outros autores, sendo o processo de concessão de gratificação por produção de obras momento de disputas entre os livros que deveriam ser tidos enquanto “úteis” e de “grande relevância ao ensino”? Quais obras deveriam, para o Conselho de Instrução Pública, obter tais predicativos?

O fato é que, em 10 de fevereiro de 1887, Virgílio Augusto de Moraes remete para uso dos alunos pobres do curso externo de São Vicente de Paulo compêndios de Aritmética de Costa, 25; do Pequeno tratado de leitura por Legandê, 25; Elementos de Geometria por Abílio, 25; e 16 exemplares da Gramática do professor Sobreira.<sup>707</sup> Naquela data, esse professor, cuja aula havia passado a funcionar no prédio provincial existente na praça do Senador Figueira de Melo,<sup>708</sup> não recebeu gratificação por ter produzido compêndio destinado ao ensino, pois foi considerada obra de “ordem comum”, mas, como consta, sua gramática foi utilizada e enviada pelo próprio autor das críticas, o Inspetor Virgílio Augusto de Moraes, às aulas destinadas aos pobres na Província.

Vê-se que inúmeros títulos de figuras importantes do mundo das letras foram aprovados e adotados pelas autoridades educacionais, embora reconhecendo ser, muitas vezes, de difícil compreensão para os alunos e professores da instrução primária. Ainda que se considere, pelos inventários dos livros presentes nas escolas, que, em muitas delas, sequer havia a presença do livro de leitura, a falta de livros nas aulas pode se dever também ao fato de os professores terem se recusado a utilizar esses títulos com longos conteúdos, de escrita erudita e pouco apropriados ao ensino secundário ou mesmo superior. Era bem mais fácil afirmar não ter livros do que pôr em risco a própria cadeira ao assegurar a presença de compêndios, mas que não eram utilizados, podendo tal questão ser tomada como falta de dever no magistério, já que, em inúmeras vezes, mesmo não havendo compêndios nas aulas, exigia-se que os professores dessem, num prazo pequeno, alunos prontos e adiantados no ensino, como foi o caso da professora Cândida de Albuquerque. Em 1867, havia sido marcado o prazo de seis meses para a referida professora enviar à repartição da Diretoria da Instrução Pública não apenas seus conhecimentos adquiridos

---

<sup>707</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 124 (17). CX 14.

<sup>708</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 124 (97). CX 14.

com relação ao estudo do sistema métrico, como também as provas escritas das alunas mais adiantadas de sua escola, incluindo as concernentes a esse ensino.

Essas obras de “ordem comum”, que, segundo as autoridades educacionais, achavam-se “em profusão estéril” pela Província, sendo, inclusive, “nocivas” e destituídas de “inovação útil” ao ensino,<sup>709</sup> eram os manuscritos produzidos pelos professores e dados aos alunos das camadas pobres? Ou se referia a resumos, uma espécie de compilação de outros compêndios, feitos pelos professores com o fim de melhor atender às necessidades e dificuldades no ensino primário?

Por serem considerados “nocivos” e constituírem títulos não aprovados pelo Conselho de Instrução, o mais provável é que, na prática, os professores tenham utilizado esses livros, não os registrando nos inventários e possivelmente os escondendo quando das visitas dos inspetores escolares às aulas para fiscalizar o movimento do ensino primário, a fim de não incorrer em punições. Quando não havia os títulos aprovados e adotados, os mestres, certamente, afirmaram não ter em suas aulas a presença de livros, embora possivelmente tivessem os ditos de “ordem comum”. Provavelmente, tratava-se de obras mais favoráveis e convenientes às realidades dos professores e crianças da instrução primária e não necessariamente inapropriadas ao ensino, como costumeiramente afirmavam inspetores e diretores. Desse modo, a posição do Conselho de Instrução Pública ou mesmo do Presidente da Província em recusar determinadas produções por serem consideradas “nocivas”, “comuns” e “ruins” representava muito mais os seus interesses em escolher aqueles cujos autores pertenciam aos círculos mais altos da sociedade e estavam muitas vezes na estrutura político-administrativa ou que mantinham relações com o governo da Província, do que mesmo uma ação que buscava melhorar a instrução pública primária, atuando na escolha responsável de produções apropriadas a essa parte do ensino, independentemente de suas relações com o autor. Ainda com relação aos conflitos que envolveram à adoção e fornecimento de compêndios escolares, nos deteremos na próxima parte deste capítulo às doações de livros, dimensão que se tornou, ao longo da segunda metade do século XIX, fundamental para as camadas pobres terem acesso ao manual escolar.

## **4.2 As doações e preços de livros**

---

<sup>709</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (15). CX 13.

Landelino Rocha, professor e autor de compêndios escolares residente em Recife, enfrentaria dificuldades para ver sua produção incluída nas listas dos livros admitidos que acompanhavam o Regimento Interno da Escolas Primárias do Ceará de 28 de outubro de 1881. Seus livros de leitura haviam sido adotados pelo Conselho de Instrução Pública para uso em todas as escolas primárias da Província, porém, nas listas que chegavam às aulas, apenas os compêndios de leitura de Abílio Cesar Borges, o Barão de Macaúbas, foram incluídos, reclamava o livreiro Gualter Rodrigues Silva em petição a Amaro Cavalcanti, Inspetor Geral da Instrução à época, em janeiro de 1882.<sup>710</sup> Este último se pronunciou em defesa do professor Abílio.

Estes últimos livros [*os de Abílio*] são, como VEx<sup>a</sup> sabe, hoje geralmente admitidos em todas as escolas do império, como apropriadas a classe escolar a que se destinam. Além disso, seu ilustre autor tendo por vezes doado ao ensino da Província com grande número de suas obras escolares para distribuição gratuita pelos meninos pobres; pareceu, por isso, mais conveniente tornar sua admissão obrigatória, a fim de que a classe, composta de meninos que recebem livros gratuitos e dos que os podem comprar; lesse compêndios idênticos, como quer o Regulamento da Instrução Pública. Com isto não tenho em vista negar a utilidade dos livros compostos pelo Sr. Laudelino Rocha, antes pelo contrário não vejo inconveniente para que eles continuem a ser lidos nas escolas. Portanto, VEx<sup>a</sup> poderá mandar admiti-lo às escolas se parecer de justiça.<sup>711</sup> [Grifo nosso]

A popularidade que os livros de leitura do professor Abílio Cesar Borges já havia conquistado, inclusive admitidos e adotados em inúmeras províncias do Império, bem como as doações de grande número de exemplares que ele fazia constantemente à instrução primária para as crianças pobres, pareciam ter pesado nas posições de Amaro Cavalcanti, ao relatar o caso ao Presidente da Província levando-o a tomar partido em seu favor.<sup>712</sup> Quanto à reclamação feita por Gualter, uma questão é o suficiente para explicar a forma incisiva e um tanto áspera com que defendeu a adoção do referido título para aquele ano letivo: sua livro-papelaria constituía único depósito na Província para compra da referida obra. Embora não se saiba com exatidão se tal negócio se tratava de parceria entre este livreiro e aquele professor, consignação ou compra; ou se, como editor, participou da produção do dito impresso, intervindo de forma a adaptar os textos ao gosto das exigências do momento, como forma de melhor atender ao seu público-consumidor, o fato é que Gualter reivindicou, acionando o que estava ao seu alcance

<sup>710</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (287 e 288). CX 10.

<sup>711</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (287 e 288). CX 10.

<sup>712</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (287 e 288). CX 10.

para mudar o destino reservado ao compêndio deste professor. Além de reclamar junto à Inspeção Geral da Instrução, recorreu à imprensa e publicou anúncio no jornal “Libertador”, no dia 17 de setembro de 1883, direcionado especialmente aos professores primários.

Constando-me que em algumas escolas tanto da capital quanto do interior se tem recusado a admissão dos 1º e 2º livros de leitura de Landelino Rocha, na suposição de que os únicos aprovados são os do Abílio; peço licença a esses dignos funcionários para declarar o seguinte: os PRIMEIRO e SEGUNDO LIVROS DE LEITURA, de Landelino Rocha foram aprovados e aceitos pelo respectivo Conselho Literário e mandados admitir em todas as escolas pelo Sr. Presidente da Província, como consta do edital da Diretoria Geral da Instrução Pública do ano passado. Estão, pois, legalmente adotados aqueles preciosos livros para o ensino primário. Além do incontestável merecimento deles há a vantagem de serem mais baratos do que os de Abílio 30 por cento. Deposito nesta Província na livro-papelaria de Gualter R. Silva.<sup>713</sup> [Grifo do autor]

Entre o que fora afirmado pelo Inspetor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província e o que Gualter comunicava aos professores no “Libertador”, havia um impasse. De um lado, Amaro Cavalcanti justifica a “conveniência” em tornar a produção de Abílio “admissão obrigatória”, mas, ao mesmo tempo, não nega a utilidade dos livros compostos por Landelino Rocha, afirmando que não via “inconveniente” em eles continuarem a ser lidos nas escolas primárias e que o presidente da Província poderia admiti-los, caso julgasse justo.<sup>714</sup> Por outro lado, o referido livreiro, contrariando esta posição, comunica aos mestres que a produção do professor Landelino havia sido aprovada, aceita e admitida pelo Conselho Literário para uso em todas as escolas primárias da Província, como constava no edital da Diretoria Geral da Instrução Pública do ano de 1882.<sup>715</sup>

Sendo admitido ou não, o fato é que estabelecer negócios com Abílio Cesar Borges parecia bem mais lucrativo para os cofres provinciais, evidência que Amaro Cavalcanti deixou entrever de forma notória. Certamente, as quantidades expressivas de diferentes títulos de sua autoria oferecidas, gratuitamente, para a distribuição dos alunos que não podiam adquiri-los, diminuiria os custos com a aquisição, se for levado em conta que havia a possibilidade de diminuição do número de exemplares a ser comprado. Tal negócio não deixava de ser favorável aos cofres provinciais e lucrativo para o Barão de Macaúbas, pois teria ainda retornos com as aquisições feitas pelos pais cujas condições econômicas lhes possibilitavam comprá-los, tanto na instrução pública quanto na particular. Os retornos, para ambas as partes, convergiriam para uma questão maior: a classe composta de meninos e meninas que recebem livros gratuitos,

<sup>713</sup> Libertador, 17 de set 1883, n. 202, p. 3, 4 col, Tribuna do Povo.

<sup>714</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (287 e 288). CX 10.

<sup>715</sup> Libertador, 17 de set 1883, n. 202, p. 3, 4 col, Tribuna do Povo.

assim como aquelas que podiam adquiri-los passariam a ler em “compêndios idênticos”, questão tida enquanto obrigatória no Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará.<sup>716</sup>

O fato de as correspondências não trazerem ofícios do professor Landelino endereçados às autoridades responsáveis pela Instrução Pública reivindicando a inclusão de seus livros nas listas, já que haviam sido admitidos como informa o referido livreiro, revela que o principal interessado parecia ser Gualter Rodrigues Silva. Certamente, este livreiro já previa as consequências que tal situação geraria, especialmente os prejuízos que teria, pelo menos por ora, pois os pais de família da instrução pública primária deixariam de adquiri-los, visto os professores de inúmeras escolas da capital e do interior já os terem recusados justificando não constarem nas listas, considerando-os assim como “não aprovados”. Gualter, portanto, não deixou de ressaltar um aspecto que talvez influenciaria significativamente nas vendas.

Comunico aos dignos funcionários que nesta Província se encarregam da instrução da mocidade, que nenhum outro livro para 1ª e 2ª leitura admitam em suas escolas senão os 1º e 2º Livros de Leitura de Landelino Rocha, porque eles não só se acham aprovados e admitidos nesta província, como consta do edital abaixo, como também porque foram ultimamente premiados na Exposição Pedagógica Da Corte. São portanto livros que oficialmente estão aprovados e aceitos; não só nesta como em outras províncias do Império. Os preços de tão preciosos livros são baratíssimos, fazendo para com os de iguais títulos de Abílio, uma diferença para menos de 33 por cento. A agência e depósito nesta província é na LIBRO-PAPELARIA de Gualter R. Silva rua formosa 59.<sup>717</sup> [Grifo do autor]

A publicação traz ainda, com o título “Edital”, as palavras de Antonio Telemaco Ferreira Lima Verde que falava em nome da Secretaria da Instrução Pública, em 24 de abril de 1883.

De ordem do Illmº. Sr. Inspetor Geral da Instrução Pública se faz ciente aos interessados que, por ato do Exmº Sr. Presidente da Província de 27 de fevereiro último, foram mandados admitir ao ensino das escolas públicas primárias os livros denominados 1ª e 2ª leitura de Landelino Rocha, devendo, portanto, ser considerado como fazendo parte da lista em apêndice do regulamento interno das escolas públicas em vigor.<sup>718</sup>

Embora os livros de Abílio Cesar Borges já tivessem conquistado espaço de prestígio no cenário letrado, no mercado de livros escolares e na Instrução Pública desde há certo tempo, nos anos que compreendem a década de 1880, teriam que enfrentar, de certo modo,

<sup>716</sup> Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará. “Regime e método escolar”, Art. 14, § 2. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará: Império e República**, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>717</sup> Gazeta do Norte, 23 jan. 1884, n. 18, p. 1, 2 col, Aos professores da Província. A publicação não traz assinatura, mas penso que seja de autoria de Gualter. Telemaco é o representante da secretaria.

<sup>718</sup> Gazeta do Norte, 23 jan. 1884, n. 18, p. 1, 2 col, Aos professores da Província. A publicação não traz assinatura, mas penso que seja de autoria de Gualter. Telemaco é o representante da secretaria.



concorrências à sua altura, ou seja, o surgimento de outras produções, igualmente de prestígio, que eram, inclusive, a aposta de sucesso da mais importante livraria e editora, à época, a Garnier. O reconhecimento que tinham as produções do professor Abílio na Instrução Pública, garantia que todos os anos fossem suas obras admitidas e adquiridas pelo governo da Província desde meados da década de 1860, como se verifica nos inventários de móveis e utensílios existentes nas aulas produzidos pelos professores. O surgimento de outras produções no campo do ensino da leitura a partir da década de 1870, como foi o caso do “Segundo Livro de Leitura para uso da infância brasileira”, de Landelino Rocha, concorreu para a composição de um quadro de impasses quanto à escolha mais favorável aos interesses da Instrução.

Nessas circunstâncias, Abílio Cesar Borges teria de constantemente pôr em jogo estratégias para que suas produções continuassem a ser aceitas, admitidas e adotadas pelos estabelecimentos educacionais a cada ano letivo. A diminuição dos valores de seus compêndios de leitura, seja como iniciativa deste autor ou mesmo dos livreiros, traz alguns indícios importantes quanto às ações que esses sujeitos recorreram para conseguir tal feito. Assim, em março de 1884, a Joaquim José de Oliveira & Cia informa ao público e aos professores da Província que os agentes que vendiam os compêndios de Abílio Cesar Borges estavam autorizados a reduzir o preço do seu “Primeiro Livro de Leitura”, de 500 para 300 réis e o “Segundo” de 1500 para 1200. O anúncio também ressalta que seus livros não só se achavam aprovados oficialmente para as aulas no Ceará como em todas as províncias do Império e foram premiados na Exposição Pedagógica da Corte em 1883.<sup>719</sup> O cenário de disputas estaria construído: o livreiro Gualter defendia, de um lado, os livros de leitura de autoria de Landelino Rocha, e de outro, a Joaquim José de Oliveira & Cia os de Abílio.

Embora não se saiba ao certo se tal abatimento nos preços dos livros de Abílio Cesar Borges tenha a ver com uma possível concorrência com os livros de leitura do professor Landelino Rocha, sendo a circulação de novos títulos um generoso aliciente para a diminuição dos preços dos livros já publicados e postos à venda, ou se tal diminuição constituía uma estratégia comercial de venda da livraria dos Srs. Oliveira e não do autor das obras,<sup>720</sup> o fato é que, no mercado livreiro, os livros de Abílio possivelmente tiveram que enfrentar a concorrência de produções igualmente prestigiadas e também premiadas na Exposição Pedagógica da Corte. Em 1887, o “Segundo Livro de Leitura” do professor Landelino já havia sido aprovado pela Instrução Pública de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e

---

<sup>719</sup> Cearense, 15 mar. 1884, n. 60, Anúncios, p. 3, 2 col.

<sup>720</sup> A Joaquim José de Oliveira & Cia podia ter adquirido as produções de Abílio Cesar Borges via compra ou consignações ou qualquer outra forma.

Amazonas e premiada com diploma de 1ª classe na Exposição Pedagógica da Corte no mesmo ano.<sup>721</sup> Estava na sua 9ª edição e havia sido revista “na parte ortodoxa pelo Sr. Constantino Gomes de Mattos, por ordem superior”. À venda no depósito único Libro-papelaria de Gualter Rodrigues Silva, dava-se vantagem a quem comprasse dez exemplares ou mais.<sup>722</sup>

Nesse cenário, os professores Abílio e Landelino parecem iniciar uma disputa pela admissão e adoção de seus livros na Instrução Pública Primária do Ceará. Para esses autores, a via mais segura para se obter a estima do Conselho de Instrução e do Presidente da Província parecia ser a doação de compêndios destinados aos alunos pobres das aulas de nível primário. Nessa esteira, Landelino Rocha envia, em julho de 1883, ao livreiro Gualter, alguns títulos, uma quantidade de mais de quinhentos exemplares para ser distribuídos a essa parte da população. A doação se tratava de 3.500 Tabuadas; de 50 exemplares do “Exercícios preparatórios de composição”; de 300 exemplares do “Primeiro Livro de Leitura” e 200 do “Segundo Livro de Leitura”.<sup>723</sup> O Inspetor Geral da Instrução Pública teria ficado incumbido de recebê-los na livraria do Sr. Gualter, como dito no Expediente do Governo da Província de 9 de julho de 1883, publicado no “Cearense”, em 13 do mesmo mês.

Ainda no mês de julho, Abílio Cesar Borges ofereceu à Colônia Christina, “em satisfação ao apelo que lhe havia feito a extinta Mesa Protetora”, quinhentos exemplares de diversos compêndios do ensino primário. Na Corte, José Pompeu de Albuquerque Cavalcante ficou encarregado, por pedido da Presidência da Província do Ceará, de receber e enviar tais compêndios.<sup>724</sup> Nos anos seguintes, à Inspeção da Alfândega solicitavam-se caixões de livros de Segunda e Terceira Leitura remetidos por Abílio à Inspeção Geral da Instrução Pública para serem distribuídos aos alunos pobres das escolas do interior da Província, nos lugares mais distantes da capital.<sup>725</sup> Vindos da Corte e da Bélgica, este autor chegava a enviar para o Ceará cerca de mil exemplares para a instrução pública primária.<sup>726</sup>

Esses autores sabiam que teriam que conquistar a afeição e confiança da elite letrada para que suas produções tivessem aceitação e boa recepção junto aos interessados nas questões educacionais. Dessa forma, nos anos de 1883 e 1884, o livreiro Gualter Rodrigues Silva fez

<sup>721</sup> Libertador, 1º dez. 1887, n. 331, p. 4, 4 col, Anúncios.

<sup>722</sup> Libertador, 1º dez. 1887, n. 331, p. 4, 4 col, Anúncios.

<sup>723</sup> Após este título, a publicação por algum motivo reservou-se a mencionar um “e...” indicando que se tratava ainda de um outro título. Fonte: Cearense 13 jul. 1883, n. 146, p. 1, 1 col, Parte Oficial, governo da Província, expediente da presidência do dia 9 de julho.

<sup>724</sup> Cearense, 1º ago. 1883, n. 162, Parte Oficial, p. 1, 1 col.

<sup>725</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 120 (148). CX 13.

<sup>726</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO RE 02 04 (106). CX 17.

doações de livros, em nome do professor Landelino Rocha, ao Club Lavrense<sup>727</sup> e à escola primária criada pelo Reform Club.<sup>728</sup> Gualter, nessa mesma época, depois de editar o “Catecismo Diocesano”, destinou cinquenta exemplares dessa produção à Sociedade Propagadora do Ensino Popular para serem distribuídos entre os alunos necessitados, “exemplo que deveriam imitar todos os que se encarregam da edição dos bons livros”,<sup>729</sup> afirmava ainda o “Libertador”, em seu número saído no dia 17 de março de 1884.

O movimento de livros que chegava aos gabinetes de leitura no Ceará foi intenso nos anos que compreendem a década de 1880. O Sr. Barão de Macaúbas, “conhecido educador e incansável propagandista dos melhores métodos de instrução primária e secundária no Brasil”,<sup>730</sup> ofereceu ao Gabinete de Leitura Aracatiense, a pedido do Senador Jaguaribe, duzentos volumes apropriados à diversas classes da instrução primária para uso da escola que mantinha e mais de 50 volumes de importantes obras da literatura nacional e estrangeira para sua biblioteca. Pelos títulos enviados para uso da escola, as produções eram todas de sua autoria: Primeiro, Segundo e Terceiro Livro de Leitura; Gramática Portuguesa; Geometria Prática Popular; Aritmética Escolar; Lusíadas de Camões; Pequenos tratados de leitura em voz alta e Métodos de Ahn.<sup>731</sup>

No que concerne à adoção de livros, Abílio Cesar Borges parecia ter mais sorte, pelo menos no que se refere às resenhas críticas feitas pelos articulistas de jornais a respeito de suas obras e dos fatos a que seu nome era veiculado nos círculos políticos e ilustrados. Nos jornais de maior circulação na Província, como o “Cearense” e o “Libertador”, quando se falava na Exposição Pedagógica de 1883, o nome que mais aparecia era o do Barão de Macaúbas, “incontestavelmente o príncipe dos educadores brasileiros”,<sup>732</sup> como assim era reconhecido. Àquele tempo, além das produções escolares, haviam saído das oficinas de H. Laemmert, três nítidos opúsculos, frutos do seu “zelo incansável”. O primeiro se tratava de “Os estatutos do Colégio Abilio”, que, segundo o “Cearense”, o seu Colégio da Corte “não encontra rivais no velho e novo mundo”. Os dois outros representavam duas magníficas conferências feitas, uma em 28 de setembro de 1883 e a outra em 7 de outubro do mesmo ano, ambas no salão de honra

<sup>727</sup> O Libertador, no dia 21 de junho de 1884, publicou o seguinte: “Os Srs. Joaquim José de oliveira & Cia honrados e acreditados livreiros desta praça acabam de oferecer ao nosso digno amigo Dr. Idelfonso Correia Lima para a nascente biblioteca lavrense oito obras importantes e apropriadas a utilíssima instituição. É uma ação que muito recomenda os sentimentos elevados dos nossos amigos Joaquim José de Oliveira & Cia. As obras se acham em poder do nosso amigo o Sr. Augusto para serem remetidas com outras por ele agenciadas a diretoria do club lavrense”. Fonte: Libertador, 21 jun. 1884, n. 126, p. 2, 5 col, Gazetilha,

<sup>728</sup> Libertador, 11 jul. 1883, n. 147, Gazetinha, p. 2, 3 col,

<sup>729</sup> Libertador, 17 mar. 1884, p. 2, 5 col, Gazetilha, O livro das escolas.

<sup>730</sup> Cearense, 4 set. 1887, n. 198, Publicações solicitadas, p. 2, 4 col.

<sup>731</sup> Cearense, 4 set. 1887, n. 198, Publicações solicitadas, p. 2, 4 col.

<sup>732</sup> Cearense, 2 mar. 1884, n. 49, p. 1, Aviso, 5 col.

da Exposição Pedagógica na presença de S. M. o Imperador e sob a presidência de S. Alteza o Sr. Conde d'Eu. Tais documentos versavam sobre os melhoramentos introduzidos no ensino da infância e da mocidade, “dos quais um certamente é de enorme alcance, visto ser um instrumento, (arithmometro fracionário), em auxílio do qual com uma simplicidade extrema, se fazem compreensíveis as crianças o valor dos números inteiros ou fracionários nas operações aritméticas”.<sup>733</sup>

Fez-se anteontem o Sr. Barão de Macaúbas no salão de honra da exposição pedagógica, uma conferência destinada a mostrar praticamente a utilidade de um aparelho exposto na seção Abílio, denominado: contador mecânico para ensino das frações. Aperfeiçoado segundo as lições da prática recolhidas pelo preletor, o contador mecânico auxilia o mestre, poupando-lhe tempo e fadiga e grava no espírito do aluno noções positivas, claras e duradouras, enquanto o ensino oral e escrito dos números fracionários pode apenas transmitir noções abstratas confusas e fugitivas. O sr. Barão de Macaúbas procurou pôr em evidências estas vantagens, as quais devem determinar, a seu juízo, a geral adoção do singelo instrumento que considera essencial ao ensino eficaz da aritmética de instrução elementar. O numeroso auditório aplaudiu o preletor, manifestando-lhe várias pessoas o apreço que ligam a este serviço prestado a causa do ensino no Brasil. (Da Gazetilha do Jornal do Comércio, 30 de setembro).<sup>734</sup>

Nesse cenário, o “Libertador”, no dia 29 de outubro de 1883, reserva duas colunas inteiras a trechos do “Jornal do Comércio” e da redação do “Brasil” que discorrem sobre as realizações do Barão de Macaúbas na Exposição Pedagógica. No início do ano seguinte, o Cearense apresenta tais feitos como progressos e felicita Abílio Cesar Borges “por tão belo emprego de sua ilustrada atividade”.<sup>735</sup> Este autor, de fato, parecia haver conseguido prender não só a atenção do numeroso auditório do salão da Exposição Pedagógica, com a conferência sobre o aritmómetro fracionário, “instrumento precioso para as escolas e de maior utilidade”,<sup>736</sup> como também dos jornais de maior circulação nas províncias, como foi o caso do “Libertador”, que publicou assuntos sobre a referida invenção. Para este jornal, “se outros muitos serviços já não tivesse prestado o Sr. Macaúbas, bastar-lhe-ia este para torná-lo credor do reconhecimento público”.<sup>737</sup>

Como um autor de manuais escolares experiente, Abílio lidava com maestria nos negócios que envolviam a venda e circulação não apenas de impressos, mas de seus atributos como intelectual da causa da instrução. Se dependesse dos meios ilustrados, tudo parecia correr para o que este autor almejava: o título de “amigo dos meninos”.<sup>738</sup> Os anúncios de livros e as

<sup>733</sup> Cearense, 2 mar. 1884, n. 49, p. 1, Aviso, 5 col.

<sup>734</sup> Libertador, 29 out. 1883, n. 238, p. 3, 5 col, Tribuna do Povo, Instrução pública, conferência.

<sup>735</sup> Cearense, 2 mar. 1884, n. 49, p. 1, Aviso, 5 col.

<sup>736</sup> Libertador, 19 out. 1883, n. 230, p. 3, 4 col.

<sup>737</sup> Libertador, 19 out. 1883, n. 230, p. 3, 4 col.

<sup>738</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, parte: Introdução, p. XVI.

pequenas resenhas nos jornais apresentavam aos seus leitores os livros de leitura de Abílio Cesar Borges como o que havia de mais eficaz quanto ao método escolar para se fazer progredir o ensino primário. Homem que, a exemplo de Locke e Rousseau, “revelava bastante estudo e observação na matéria da educação”,<sup>739</sup> especialidade dos grandes estudiosos do século XVIII. Havia fundado o Ginásio Baiano e se encaminhado à Europa a fim de dedicar-se “ao exame de quanto poderia interessar a sua ideia predileta, arrecadando na experiência dos mais afamados diretores de estabelecimentos educacionais de Londres e Paris, os elementos que poderiam utilizar em seu Ginásio”,<sup>740</sup> como afirmava o “Jornal do Comércio”, em 16 de setembro de 1867.

Impresso em Paris, as edições dos livros de Segunda, Terceira<sup>741</sup> e Quarta Leitura pareciam agradar ao gosto literário dos principais periódicos da Bahia e do Rio de Janeiro, como o “Jornal do Comércio” o “Jornal da Bahia” e o “Diário da Bahia”, no que concerne à sua adoção nas escolas públicas e privadas. Sua trajetória de homem afeito às letras parecia também incluir-se e ser vista com bons olhos por àquele meio ilustrado de forma harmoniosa, pela aceitação que tinham seus livros e os elogios constantes direcionados ao seu trabalho como ativo animador da educação. Não é à toa que Abílio dedica as primeiras páginas de seu “Segundo Livro de Leitura” às opiniões de alguns periódicos, tomando-os como agentes essenciais no comércio de manuais escolares. As amizades construídas e todo o meio letrado e político em que estava inserido ou havia desenvolvido contatos, foram acionados para que seus compêndios se tornassem um sucesso de venda.<sup>742</sup>

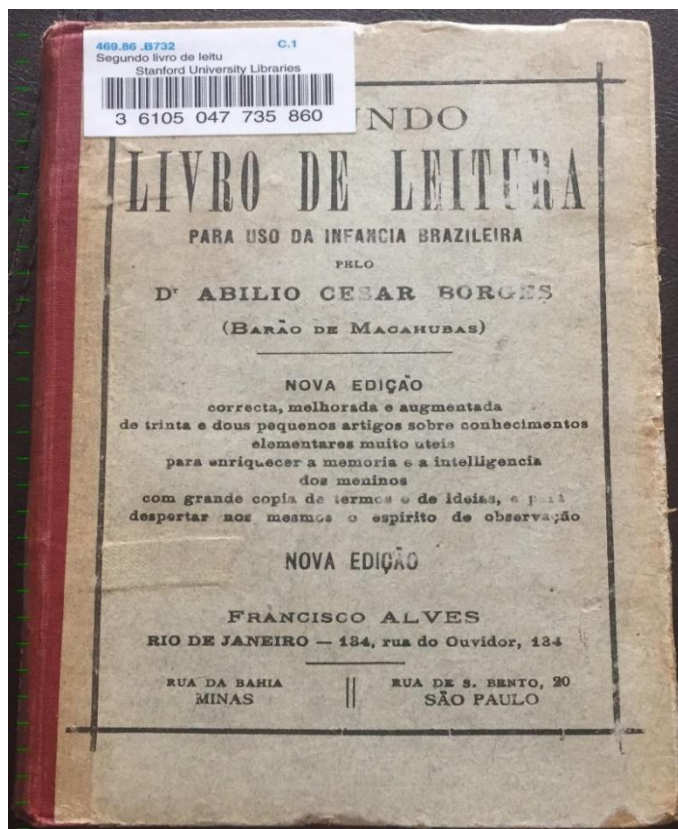
---

<sup>739</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, parte: “Opinião”, p. XXV.

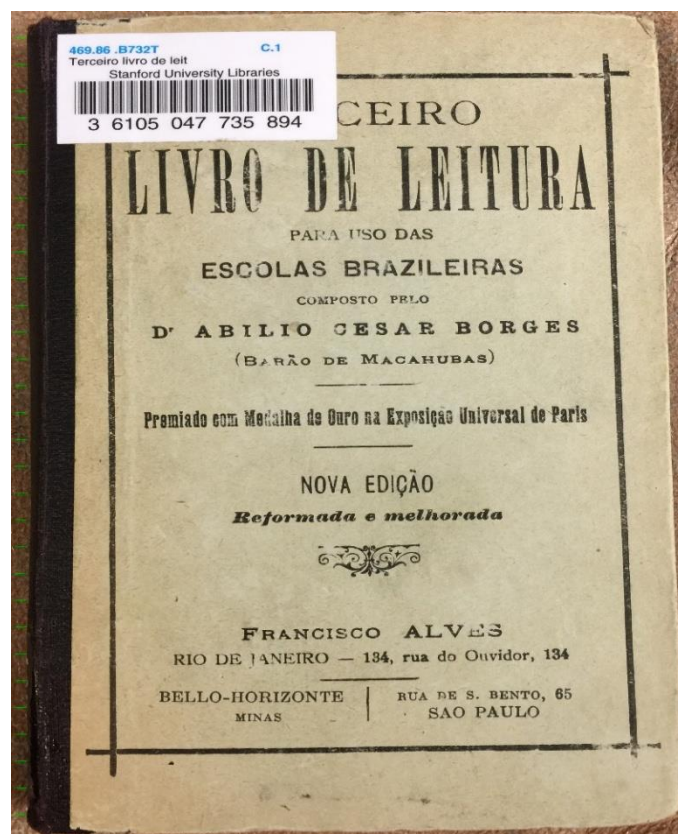
<sup>740</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, parte: “Opinião”, p. XXVI.

<sup>741</sup> Abílio, em nota de rodapé na Nova Edição do Segundo livro de leitura, diz que no Terceiro Livro os assuntos serão “mais elevados e instrutivos e o estilo um pouco mais castigado”.

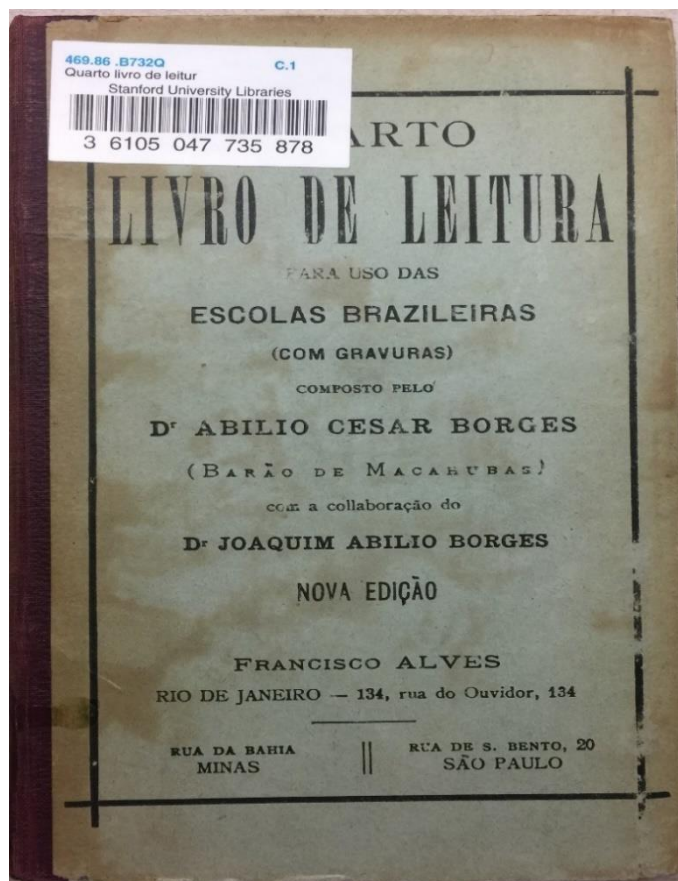
<sup>742</sup> Para a aceitação e possível sucesso de um livro escolar, estão aí incluídos elementos de várias ordens, como sua materialidade (preço, formato, estilo, qualidade do papel, litografia); as relações estabelecidas entre autores e editores, diretores de instrução pública, professores, livreiros, diretores de estabelecimento educacional particular; e o meio letrado, mesmo que não ligado diretamente ao campo educacional. Seja como articulistas de jornais ou membros de agremiações literárias, os homens de letras tiveram papel central na visibilidade dada aos impressos escolares.



**Figura 24:** Capa do Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges  
**Fonte:** Segundo Livro de Leitura de Abílio de Borges/ Stanford University Libraries.



**Figura 25:** Capa do Terceiro Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges  
**Fonte:** Terceiro Livro de Leitura de Abílio de Borges/ Stanford University Libraries.



**Figura 26:** Capa do Quarto Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges  
**Fonte:** Quarto Livro de Leitura de Abílio de Borges/ Stanford University Libraries.

O prestígio reunido pelos autores ao longo de sua trajetória era aspecto importante para possíveis adoções de compêndios. As doações de manuais escolares, como estratégia de venda no interior da lógica comercial, tiveram grande peso na sua aprovação e adoção pela Instrução Pública. Assim, os professores-autores, nas vésperas de fecharem negócios com o governo da província ou quando do envio de exemplares para análise do Conselho Diretor ou do presidente, já enviavam certa quantidade informando de suas “intenções” em fazer progredir o ensino público, motivo pelo qual estavam oferecendo os impressos de forma gratuita.

A doação de livros, uma espécie de generosidade e caridade em prol das camadas que liam pouco, como apontado pelos periódicos, não estaria, na função de livreiro e editor, relacionada tão somente ao cumprimento dos deveres de cristão-católico em si, uma questão no âmbito mais religioso. Os autores de manuais escolares e os homens que negociavam e editavam livros não poderiam perder de vista as realidades de sua época, especialmente no que concerne àqueles que não dispunham dos meios necessários para a compra dos impressos mais baratos do mercado livreiro, num momento em que as taxas de analfabetismo eram alarmantes. Para exercerem de forma promissora o seu ofício, impressores e livreiros, deveriam também se

interessar tanto pelos negócios quanto pelas “coisas do espírito”.<sup>743</sup> Assim, parecia ser necessário a esses sujeitos, na segunda metade do século XIX, dispor de um oportunismo inteligente, isto porque não bastava apenas estabelecer boas amizades e relações, como era o caso de Gualter que tinha como amigo, procurador e funcionário, Antônio Sales,<sup>744</sup> ou na inauguração de sua chácara que reuniu figuras do meio comercial e letrado, como Antônio Martins Filho, Alberto Nepomuceno, João Lopes, Caio Prado, Antônio Bezerra, Jacques Weill, Confúcio Pamplona e Oliveira Paiva.<sup>745</sup> Era ainda fundamental ser perspicaz nas situações que poderiam lhes dar oportunidade de obtenção de algum sucesso ou vantagem.<sup>746</sup>

O sentimento de generosidade que a imprensa insistentemente vinculava às iniciativas dos doadores de livros, tomando-os como incentivadores da expansão da instrução e difusão da leitura, deixa entrever, na verdade, bem mais sobre as ações de um sujeito do que, no caso de Gualter, juntando mais um serviço aos seus negócios, desejava fazer-se conhecido por esse novo ramo: a editoração. Como um bom negociante, sabia que precisaria não apenas conquistar o público letrado, mas, de fato, fazer parte desse universo, conhecê-lo, entender suas demandas e gostos. Nada melhor, naquela época, para arrancar elogios das camadas ilustradas do que doar livros para as iniciativas que procuravam fazer desenvolver a instrução primária na Província.

Por estratégia mercadológica ou mesmo desejo pessoal, como quem procurava também satisfazer seus anseios, inserindo-se em ambientes e angariando amizades ao seu gosto, Gualter Rodrigues Silva parecia ter sido tomado pela ousadia, característica tão cara à função de livreiro-editor, naquela época.

A doação de livros à Instrução Pública e aos estabelecimentos educacionais, prática feita pelos livreiros e autores no oitocentos, acabava lhes granjeando a fama de incentivadores da expansão da instrução e da difusão da leitura, como anunciavam os periódicos. Esses sujeitos uniam em seus discursos o estímulo que estariam fazendo em favor do desenvolvimento e progresso da instrução, ao caráter de autor e livreiro-editor com a intenção de que seus livros fossem adotados e adquiridos pelo governo provincial. Tal movimento não representava apenas as ações de uma pequena parcela da população letrada, naquela época, em prol dos menos

---

<sup>743</sup> FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 232.

<sup>744</sup> Cearense, 18 abr. 1889, n. 87, p. 2, 5 col.

<sup>745</sup> GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959, p. 282.

<sup>746</sup> Nessa época, quando Gualter Rodrigues Silva precisava se ausentar de seus negócios na Província, era Antônio Sales e Jacques Weill & Cia que ficavam encarregados de resolver questões atinentes ao seu comércio. Antônio Sales, que era seu procurador e funcionário, poderia assinar qualquer documento. No ano seguinte, em julho de 1890, quando precisou ir à capital do Império, incumbiu seu filho Cesar Augusto da Silva e os Srs. Confúcio Pamplona & Cia de plenos poderes para tratar de seus negócios. Fonte: Cearense, 18 abr. 1889, n. 87, p. 2, 5 col.; Cearense, 10 jul. 1890, n. 151, p. 2, 5 col.



favorecidos. Ainda que esses sujeitos tenham empreendido nessas ações um caráter de verdadeiro auxílio às camadas pobres ou mesmo como meio de exercer a moral cristã baseada na caridade, essas ofertas que, no mercado de livros, constituíam uma estratégia simples, se usadas de maneira inteligente, poderiam trazer boas vantagens. Gualter Rodrigues Silva e Joaquim José de Oliveira, que, em 1885, ofertou, ainda que em pequena quantidade, livros destinados à instrução dos pobres, como foi o caso da doação feita à Biblioteca de Instrução e Beneficente 24 de Junho, de Mossoró, no Rio Grande do Norte,<sup>747</sup> viram nas subscrições à fundação de escolas noturnas e colônias agrícolas, assim como na doação de livros às camadas destituídas dos meios de adquiri-los, formas de, além de garantir futuros compradores, como os próprios gabinetes de leitura, já que a maioria dos que frequentavam as escolas noturnas não tinha com que comprar livros, também fazer desenvolver as letras e a leitura na Província. Primeiro, como forma mesmo de manutenção de seus negócios no ramo livreiro, pelo menos no campo do discurso, como os setores letrados, muitos se gloriavam do desejo e participação ativa que exerciam na busca pelo progresso material e moral por meio da instrução. Segundo, pareciam unir a questão propriamente comercial à causa da instrução quando, por meio das doações de livros, inseriram sua livraria a serviço de iniciativas que se propunham a fundar escolas noturnas e/ou bibliotecas.

O fato é que a elite letrada podia, por seus gostos e fortuna, consumir livros de livrarias do sul do Império e de cidades da Europa. A atenção dada a essas livrarias constituiu preocupação frequente da Joaquim José de Oliveira & Cia, pois, em seus anúncios, informava que tinha à venda o que havia de mais novo em artigos de papelaria e que, inclusive, vendia-os por preços menores do que os das praças do sul. Conquistar os gostos mais requintados, daqueles que tinham como consumir as melhores novidades do mercado editorial assim como do público menos letrado, certamente, traria bons retornos. Esses sujeitos, por mais que não estivessem inseridos nos setores intelectuais ou nos abastados, não se mostravam completamente alheios à causa da instrução, ao contrário, reuniram esforços para adquirir livros e materiais escolares, reivindicando inclusive instrução para si e seus filhos, como se verá no último capítulo desta investigação.

Além das doações e da rede de contatos (professores, editores, políticos, autoridades dirigentes e imprensa) que se podia acionar nos momentos de negociação e envio de propostas de venda, outro requisito influenciaria decisivamente na adoção de livros: os baixos preços. Os valores dos impressos, tidos enquanto compatíveis com a situação financeira da Província para

---

<sup>747</sup> Cearense, 18 jun. 1885, n. 109, p. 2, 5 col, Publicações solicitadas.

o orçamento da Instrução Pública, foram tomados como justificativas para se utilizar determinados livros em detrimento de outros, ou mesmo para inviabilizar sua compra.

Na década de 1860, os professores estavam livres para adotar em suas aulas qualquer um dos livros aprovados pelo Conselho Diretor.<sup>748</sup> O fato de se ter entre os livros adotados diferentes gramáticas ou compêndios que versavam sobre um mesmo tema devia-se também à concorrência, especialmente de preços. As listas dos compêndios admitidos eram produzidas, e os editais convidavam os autores e livreiros a apresentarem suas propostas de venda. Aquelas que fossem compatíveis com as finanças dos cofres provinciais concorreriam para ser aceitas e o negócio estabelecido, mais facilmente do que as consideradas com preços elevados. As livrarias enviavam antes uma cópia para o Conselho de Instrução Pública, na intenção de receber avaliação favorável à adoção da obra e posteriormente apresentavam suas propostas.

Os preços dos livros incidiam não somente sobre a análise das propostas apresentadas pelos livreiros, como também na própria avaliação da obra pelo Conselho. O empenho e prudência dos professores para com os métodos e a própria construção dos conteúdos não bastavam para fugir de críticas e censura. A comissão examinadora, na ocasião das sessões, apresentava insatisfações com vários aspectos, tanto narrativos, quanto materiais, como os preços das obras.

Em termos de gastos, a padronização dos títulos usados nas matérias da instrução primária, por outro lado, poderia representar uma boa possibilidade para a diminuição dos valores dos compêndios, na medida em que a Instrução Pública passaria a adquirir maiores quantidades de um mesmo título, se pensarmos que maiores demandas poderiam, no caso, levar à diminuição dos custos de produção e conseqüentemente dos valores de venda dos impressos. Residem aí algumas questões que devem ser analisadas à luz desse esteio de comércio que era representado pelo livro. Preços mais baixos possibilitariam talvez maiores chances de as classes mais modestas, em termos de poder de compra, adquirirem livros. Porém, tal característica não garantiria, em grau mais elevado, maiores vendas, numa relação direta menor preço – mais saídas.

Nesse cenário de disputas para se fazer admitir e adotar livros escolares, sobre o qual incidia diretamente a doação e os preços dos compêndios, em janeiro de 1873, inúmeros livros, inclusive os de autoria de Abílio Cesar Borges, encontravam-se há cinco anos arquivados na

---

<sup>748</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1864. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1864. BR CEAPEC IP CO EX 01 28 (10,11,12). CX 04.

Diretoria da Instrução “dando trabalho ao arquivista”.<sup>749</sup> Sendo “melhor distribuir aos pobres do que serem passados cupim”,<sup>750</sup> como assim afirmava o Diretor da Instrução Pública, José Lourenço de Castro e Silva, ao Presidente da Província, Francisco de Assis Oliveira Maciel, na ocasião, discutiu-se a necessidade de se adquirir os livros oferecidos pelo professor Abílio para serem distribuídos pelas escolas do interior, pois, além de constituírem compêndios de “melhor método e mais fácil compreensão”, oferecia-os a preços reduzidos. Porém, a compra deveria ser feita de apenas alguns exemplares, pois, na Diretoria, já havia livros do mesmo autor, sendo eles 160 exemplares de compêndio de Primeira Leitura e 238 de Segunda Leitura, bastando, portanto, aumentar a 500 exemplares de cada classe, assim como a igual número o da Gramática de Língua Nacional, que custava 500 réis, e a 250 volumes os de Terceira Leitura, vindo a importar toda a despesa em 844.000 réis.

Aqui, merece destaque a seguinte indagação: por que inúmeros livros se encontravam há cinco anos arquivados na Diretoria da Instrução num momento em que diretores e inspetores recebiam grande quantidade de ofícios enviados das mais diversas localidades da Província solicitando o fornecimento urgente de compêndios escolares? A resposta de José Lourenço teria sido uma espécie de “desculpa” para não se adquirir maiores quantidades dos livros oferecidos pelo professor Abílio? Embora não se possa chegar a uma conclusão segura devido aos limites que a própria fonte impõe, na medida em que o referido caso não aparece em documentos posteriores, vê-se notadamente a indisposição da Diretoria da Instrução em adquirir quantidade suficiente de compêndios que atendesse à demanda do ensino primário naquele momento, isto porque Abílio havia oferecido a preços reduzidos, e mesmo assim falou-se em comprar “apenas alguns”.

Nessa esteira, quando João Brígido dos Santos propõe à Inspeção Geral da Instrução Pública, em 11 de janeiro de 1882, a venda de 1.000 exemplares do seu compêndio de Gramática Portuguesa pela soma total de 300 mil réis, o valor do negócio foi um dos aspectos que, certamente, pesou na resposta de Amaro Cavalcanti, Inspetor Geral da Instrução. Cada exemplar sairia pelo valor de 300 réis, preço considerado módico se comparado aos valores de compêndios escolares na época. Embora não fazendo parte das listas que acompanhavam o Regimento Interno das Escolas Primárias de 28 de outubro de 1881, Cavalcanti informava os

---

<sup>749</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO EX 01 64 (14, 15, 16). CX 07.

<sup>750</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO EX 01 64 (14, 15, 16). CX 07.

aspectos convenientes para se adotar o referido compêndio: o preço era “muito regular” e a carência de livros para os meninos indigentes era geral em todas as escolas da Província.<sup>751</sup> Para esse Inspetor, o fato de não constar na lista dos livros aprovados e adotados para uso nas escolas primárias não seria empecilho para recusar a proposta de João Brígido, pois tal documento poderia ser alterado.

Segundo Amaro Cavalcanti, a referida obra tinha a aprovação do Conselho de Instrução Pública, mas, por outro lado, não informava a data da sessão em que fora concedida, como era de praxe apresentar com relação às produções dos professores primários. Ainda que não se possa afirmar com exatidão se o compêndio de gramática portuguesa de autoria de João Brígido analisado pelo professor Joaquim Alves de Carvalho, em março de 1860, com o título “Simplificação da Gramática Portuguesa”, com seu opúsculo do sistema métrico decimal, seja o mesmo oferecido em 1882, o fato é que há a possibilidade de as duas situações tratarem da mesma obra. Nesse caso, é importante destacar duas questões. Em toda a segunda metade do século XIX, as correspondências da Instrução Pública, assim como as menções feitas às produções escolares pelos livreiros em seus catálogos publicados nos jornais apresentam, quase sempre, apenas o saber a que se destinavam as produções e não o seu título. O valor oferecido por João Brígido, em 1882, 300 réis, também parece confirmar que as situações se referem à mesma obra, pois o próprio título “Simplificação da Gramática Portuguesa” parece dar a informar que se tratava de uma espécie de resumo, produções que comumente apresentavam valores mais baixos. Em 17 de março de 1860, o posicionamento do professor Joaquim Alves de Carvalho havia informado o seguinte:

O compêndio que o autor deu à luz com o título Simplificação da Gramática Portuguesa está organizado com clareza e precisão. A divisão das matérias em lições adaptadas à capacidade dos alunos. A doutrina expedida é dos melhores clássicos, posto que [palavras rasuradas] acha contida no compêndio apenas pode ser reparável as [palavras rasuradas] do adjetivo não distingue suas diversas espécies e na [palavras rasuradas] do verbo não distingue o absoluto do objetivo; assim também na 36ª tratando da oração – lavra-se a terra – lhe quer dar por complemento direto aquilo que deve ser sujeito.<sup>752</sup>

Embora apontando erros, o professor Carvalho conclui que a referida gramática poderia ser “admitida na escola do autor, como naquelas, cujos professores a quiserem admitir”.<sup>753</sup> Considerando a possibilidade de as duas situações se referirem ao mesmo título, o que fez um

<sup>751</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (277). CX 10.

<sup>752</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP REL 03 (9). CX 20.

<sup>753</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP REL 03 (9). CX 20.

compêndio escolar continuar a ser adotado no correr de mais de duas décadas sem ao menos passar por averiguação das autoridades responsáveis no decorrer desses anos, visto o fundo Instrução Pública trazer referências apenas a uma aprovação dada em 1860? João Brígido já havia conquistado uma “clientela” de compradores para suas produções? Ao que parece, o negócio proposto ao governo da Província não necessitou de, primeiramente, fechar a compra com os cofres provinciais para posteriormente fazer a impressão. O que fez o autor conseguir tal empreendimento?

A partir desses casos de doação, venda e compra de livros escolares discutidos nesta parte da investigação é possível concluir algumas questões. Ainda que o fornecimento, como estabelecido na legislação educacional, devesse ser feito no início do ano letivo, o provimento era realizado na medida em que se observava a necessidade das aulas. Havendo mais escolas do que livros, o que se tinha, de fato, era carência de compra por parte do Governo Provincial. As doações feitas pelos autores para distribuição dos alunos pobres, em vez de serem mais um meio para se obter impressos escolares, acabavam sendo, muitas vezes, a única via de aquisição. Com relação aos valores dos impressos, embora muitas produções na condição de aprovados apresentassem preços baixos, descontos e formatos mais baratos do mercado livreiro, não significava que seriam adquiridas pelo governo provincial. A adoção e compra de produções pela Instrução Pública envolvia dimensões que estavam para além da materialidade dos livros. Era a “simpatia, a amizade e a capacidade de persuasão”<sup>754</sup> que não conseguiam “vencer a falta de qualidade do produto ou a inadequação aos programas”,<sup>755</sup> mas possibilitariam uma aprovação e possível compra por parte do tesouro provincial. A carência de livros nas aulas públicas primárias, portanto, devia-se, em parte, além da indisposição do próprio governo da Província em obtê-los, aos conflitos e disputas que envolveram a sua adoção atentando-se para sua materialidade, doações, preços, relações de amizade e toda a rede de contato acionada para fazer as obras aprovadas e adotadas. Embora as doações constituam uma via importante de acesso das camadas pobres ao livro escolar, a lógica do “quem oferecia mais” fazia com que o processo de admissão e adoção levasse ainda mais tempo, posto que as discussões que tinham como foco as ditas “generosidades” e empenho dos autores em prol da instrução às camadas menos abonadas se estendiam por vários meses. Por conta das doações, a Tesouraria da Província e as Câmaras Municipais se recusavam, ainda, a adquirir maiores quantidades de

---

<sup>754</sup> BRAGANÇA, Aníbal. A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares. *In*: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean Yves (org.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 562.

<sup>755</sup> *Ibidem*.

exemplares, aspecto fundamental para o atendimento das demandas materiais da instrução pública primária àquela época.

Sob essa perspectiva, é possível assinalar outra dimensão que convergiu ainda mais para a demora no fornecimento de livros às escolas primárias e para a imposição de dificuldades ao acesso das camadas pobres ao manual escolar: o extravio. Essa prática acabava constituindo, muitas vezes, uma espécie de “comércio clandestino” feito, em sua maior parte, pelos professores, visto que, em vez de os distribuírem aos alunos que não podiam adquiri-los, acabavam por vendê-los, questão que será discutida no próximo tópico desta investigação.

### 4.3 O extravio de livros

Além dos conflitos que envolviam a adoção de livros, os quais implicavam em demoras constantes para a realização de seu fornecimento, havia ainda os extravios e vendas irregulares de compêndios escolares. Embora muitas vezes não se tenha encontrado nas correspondências da Instrução Pública os desfechos desses casos, o fato é que malotes de livros eram extraviados ao serem enviados para os professores, como afirmava o Inspetor Geral da Instrução Pública, Justino Domingues da Silva. Passemos, pois, a tal caso.

Desde o dia 21 de agosto de 1885, estavam à disposição do professor da aula noturna de Viçosa, Paulino José Ayres, 73 livros, destinados aos alunos pobres, sendo estes: 8 livros de primeira leitura, 25 tabuadas, 25 cartas de abc e 15 gramáticas portuguesas, em sua 2ª edição, por Abílio Cesar Borges. No dia 26, deu-se a saída desses compêndios em direção à aula noturna do referido professor.

Satisfazendo a que VE<sup>a</sup> me ordena relativamente à reclamação do professor particular da Viçosa, Paulino José Ayres, cabe-me informar a VE<sup>a</sup> que em data de 26 de agosto do ano passado deu-se nessa repartição saída de 73 livros para a escola noturna dirigida por aquele professor e foram encaminhados a seu destino pelo vapor que leva a mala do correio de Viçosa.<sup>756</sup>

Até 9 de novembro daquele ano, nem o professor Paulino José nem outra qualquer pessoa havia solicitado a entrega dos ditos livros, em consequência do que iria remetê-los pelo primeiro vapor que fosse seguir para o porto de Camocim –, com ofício endereçado a esse professor a fim de procurá-los ali, afirmava Justino Domingues.<sup>757</sup> Tal informação, dá a

<sup>756</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (38). CX 13.

<sup>757</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 115 (42). CX 12 / CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 115 (83). CX 12.

entender que na presente data, 9 de novembro de 1885, o envio ainda não havia sido feito. Há, portanto, contrariedades nas afirmações do Inspetor. Afinal, os livros foram remetidos em 26 de agosto ou 9 de novembro? Embora não se possa ter clareza sobre a real data, o fato é que, em 27 de janeiro de 1886, o professor Paulino José parecia já ter recebido os malotes de livros, pois Justino Domingues afirma que irá “satisfazer a reclamação do referido professor, remetendo-lhe nesta ocasião nove gramáticas que ele diz não ter recebido e oito livros de Primeira Leitura de Landelino Rocha”.<sup>758</sup>

Segundo o Inspetor, não era a primeira vez que tal situação acontecia, ressaltando que semelhante falta vinha dos próprios agentes dos correios.<sup>759</sup> É fato que tal afirmação carece de informações para que se possa concluir algumas questões mais ou menos seguras sobre essa prática. Embora Justino Domingues tenha relatado que a prática de extravio de livros, por parte dessa empresa de distribuição, já tenha ocorrido outras vezes, o principal canal de escoamento ilegal dos compêndios escolares parecia mesmo ser os professores primários. As obras extraviadas e vendidas eram sempre aquelas com preços mais elevados no mercado de livreiro. No caso mencionado anteriormente, tratava-se de gramáticas e livros destinados ao ensino da leitura. As tabuadas e cartas de abc foram deixadas nos malotes. Essas últimas constituíam folhetos de compra fácil, tanto pelo valor quanto pela profusão com que circulavam na Província.

Se levarmos em conta apenas a posição do Inspetor Geral da Instrução Pública, as suspeitas levam a concluir que o extravio dos referidos livros havia sido feito ou pelos agentes dos correios, como Justino Domingues afirma categoricamente, ou pelo professor Paulino. Será que o professor estava faltando com a verdade ao afirmar que no malote não estava a quantidade que a Inspetoria da Instrução havia informado que sua aula receberia? E, se estivesse mentido, em quais consequências o mestre incorreria, caso tivesse cometido tal delito?

Primeiramente, é importante ressaltar que Paulino José não ocupava cargo na Instrução Pública, ou seja, não era professor público primário, mas mestre particular, como dito por Justino Domingues. A direção da escola noturna, certamente, dava-se por sua conta, como muitos professores faziam, ou seja, a abertura da referida aula no turno da noite não teria sido responsabilidade, nem era mantida pelo governo da Província, mas por iniciativa particular do mesmo professor. Esses mestres abriam escolas e solicitavam livros à Instrução Pública sob a

---

<sup>758</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (39). CX 13.

<sup>759</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (38). CX 13.

justificativa de estarem levando ensino gratuito à população pobre. Nesse caso, se tivesse recebido todos os malotes de livros e mesmo assim tivesse mentido, afirmando a falta de alguns compêndios, esse professor não teria ordenados ou cadeira a ser suspensa, nem sofreria processo disciplinar, dado que essa aula não fazia parte, pelo menos oficialmente, da Instrução Pública. Teria ao contrário, uma boa justificativa, pois poderia afirmar que sua ação teria sido em prol dos alunos que não dispunham de meios para adquirir livros, como era o caso dos sujeitos que frequentavam as aulas noturnas, usando como álibi também o fato de o governo da Província não remeter, na maioria das vezes, livros e materiais escolares para funcionamento dessas escolas cujos professores ministravam aulas gratuitas às camadas desafortunadas. Paulino José, estaria, portanto, fazendo uma benfeitoria em favor dos pobres.

As informações escassas relativas à prática do extravio de livros por parte dos agentes dos correios nos fazem levantar maiores indagações sobre o furto de livros por parte dos professores primários, por termos encontrado, nas correspondências da Instrução Pública, maiores indícios direcionadas a esses sujeitos. Guardadas as devidas especificidades de cada caso, nesse extravio em questão, tal acusação não seria também uma forma de o Inspetor Justino Domingues se eximir da responsabilidade de enviar a quantidade de livros previamente acordada em reuniões e posteriormente informada aos professores? Os 73 exemplares foram, de fato, enviados com direção à aula noturna do professor Paulino ou se tratava realmente de um furto de livros escolares?

Ainda que não se possa concluir se, de fato, todos os compêndios foram remetidos, existe aí uma questão que ganha centralidade. Ao afirmar que o extravio vinha dos próprios agentes dos correios, Justino Domingues se comprometia e incorria em falta relativa à função que ocupava, a de Inspetor Geral da Instrução Pública. No Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 1881, entre as responsabilidades do cargo de Inspetor Geral que mais se aproximam da questão da execução, fiscalização e garantia do fornecimento de livros escolares que saíam da Inspeção com destino às aulas, estavam as seguintes:

Inspeccionar por si, ou pelas autoridades literárias subalternas, as escolas, colégios, casas de educação e estabelecimentos de instrução primaria ou secundaria, públicos ou particulares; expedir instrução para o bom desempenho das obrigações dos inspectores de distrito e de paróquia; fornecer móveis, utensílios às escolas públicas e compêndios para os alunos indigentes; apresentar ao Presidente da Província, um mês antes da abertura da Assembla Legislativa, um relatório minucioso do estado do ensino público e particular, expondo os embaraços encontrados na prática, as alterações ditadas pela experiência e as medidas a adoptar. [...] A esse relatório deve acompanhar o quadro dos livros distribuídos às escolas.<sup>760</sup>

---

<sup>760</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Seção I, “Do inspetor Geral da Instrução Pública, Art. 2, p. 41, V. 3. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de



No Regulamento, nada é posto quanto às penas que o Inspetor Geral incorreria caso deixasse de cumprir com suas responsabilidades. Apenas é dito que, em faltas ou impedimentos excedentes a dez dias, o Presidente da Província nomearia um substituto.<sup>761</sup> Já os professores estavam sob o olhar do inspetor geral, do diretor, inspetor escolar de distrito e inspetor escolar de paróquia, aparecendo sob a mira de grande parte das funções que cabiam a esses cargos. Nesse documento, que geriu a Instrução Pública até 1905, ano em que foi apresentado um novo regulamento para a Instrução Pública, para os professores, havia uma parte especificamente para “as penas e sua aplicação” e outra para a abertura de processos disciplinares contra os mestres primários.

O cargo de inspetor geral era ocupado por sujeitos pertencentes aos círculos políticos e letrados da Província, muitos dos quais exerciam também cargos na Assembleia Provincial ou mesmo em órgão do governo, como a Instrução Pública, e em colégios como o Liceu do Ceará. Além de Justino Domingues, Amaro Cavalcanti, Virgílio Augusto de Moraes, Antunes Rufino de Alencar, Juvenal Galeno e Thomas Pompeu de Souza Brasil, foram alguns nomes que ocuparam esse cargo na segunda metade do século XIX, no Ceará.

Mesmo que o Inspetor Geral tenha enviado a quantidade de 73 livros e que alguns tenham sido furtados por funcionários dos correios ou por quaisquer outros sujeitos durante o trajeto até a aula noturna do professor Paulino, a acusação mostra certa convivência ou mesmo descaso, na medida em que, na correspondência, não se menciona qualquer possibilidade de averiguação ou mesmo resolução de tal problema junto aos correios, visto que Justino Domingues informa que não era a primeira vez que essa situação acontecia. O inspetor geral não era responsabilizado pelo extravio dos compêndios, embora fosse de sua função a tarefa de garantir o envio dos livros, nem pela omissão com que tratou o caso, não levantando possibilidades para averiguação do possível furto. Então, por parte da Inspetoria Geral da Instrução Pública, era garantido apenas o envio de compêndios às aulas? A chegada dos livros não era assegurada?

Ao que parece, ainda que entre as responsabilidades do inspetor de distrito estivesse a de examinar os “compêndios que existem ou faltam, daqueles necessários aos meninos

---

Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

<sup>761</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Seção I, Do Inspetor Geral, Art. 3 p. 42. V. 3. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

indigentes, indagando como tem sido feita a distribuição”,<sup>762</sup> este não é chamado para prestar esclarecimentos quanto ao ocorrido na aula do professor Paulino. Embora se tratasse de uma aula fundada pela iniciativa de um professor particular, não tendo seu nome vinculado ao quadro de professores da Instrução Pública, pelo menos com relação a essa função junto à instrução no período da noite, era obrigação do inspetor geral, por meio do Conselho de Instrução Pública, do Inspector escolar de distrito e de paróquia, e dos Conselhos escolares, garantir a inspeção ao ensino primário tanto público ou particular, aí certamente inclusas as aulas subvencionadas pelo governo da Província.<sup>763</sup>

O fato é que as acusações ficavam apenas no campo da retórica, no qual as autoridades educacionais recorriam para justificar problemas que passavam também por suas incumbências. Àquela altura, parecia não haver ainda uma fiscalização e inspeção efetiva não apenas no sentido de organizar a instrução pública, mas como forma de garantir o seu efetivo exercício com o fornecimento do material que se tornava, nas últimas décadas do século XIX, o mais indispensável ao seu funcionamento, o livro escolar. A maioria das acusações recaía sob duas dimensões, uma referente à instrução pública e a outra externa a essa instituição, como foi o caso das acusações de furto de livros aos agentes dos correios. Quando do interior da instrução pública, os professores, na maioria das vezes, eram apontados como os culpados. As acusações e queixas de inspetores contra outros inspetores, fossem de inspetor geral, de distrito ou de paróquia, estavam em número bem menor, se comparadas àquelas que tinham os professores como réus. Seu conteúdo era sempre uma queixa de autoria dos professores contra os inspetores.

Para evitar conflitos e dissabores entre si, pois seus cargos estavam em jogo, na medida em que o inspetor geral podia, pela autoridade que exercia na organização da instrução pública, colocar obstáculos à boa execução de interesses e demandas vindas de inspetores escolares de distrito e de paróquia, como os pedidos de licença, de atraso de vencimentos ou até mesmo a sua manutenção nesses cargos, esses sujeitos se protegiam entre si à custa do próprio adiantamento da instrução pública.

Certamente, sendo caso de extravio durante o trajeto da Inspeção, de onde os livros saíam, até Viçosa, lugar onde estava situada a aula noturna do professor Paulino, sua aula

---

<sup>762</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Seção III, “Dos Inspectores Escolares de Distrito”, Art. 14, § 2, p. 44, V. 3. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional no Ceará**: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>763</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Capítulo 1, Art. 1, p. 40, V. 3. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional no Ceará**: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

sofreria os embaraços de não dispor de quantidade suficiente de livros para o ensino das matérias relativas ao nível primário. Embora Justino Domingos tenha informado que remeteria os exemplares solicitados tendo em vista o ocorrido, quem garante que esse envio, de fato, seria executado? Não seria temerário afirmar que essa solicitação podia ser só mais uma cujo envio o inspetor geral anunciava, mas que, na prática, os professores passavam meses aguardando a sua chegada. Em muitos casos, chegavam a enviar repetidamente inúmeras correspondências ou mesmo comunicavam aos inspetores de distrito e de paróquia a necessidade que tinham suas aulas de tais materiais e que ainda não haviam sido fornecidos.

Esse caso nos leva a um outro, ao mesmo tempo que permite incluir outras conjecturas. Além dos possíveis extravios de livros quando remetidos às escolas, alguns professores foram acusados de venderem compêndios fornecidos pelos cofres públicos destinados à distribuição dos alunos pobres. No jornal “A Liberdade”, do dia 23 de março de 1864, fora publicado um pedido do professor Joaquim Alves de Carvalho que punha em discussão não apenas uma questão de caráter moral, como também o exercício pleno e correto do que estabeleciam os regimentos e regulamentos que organizavam a Instrução Primária para cada função exercida nessa parte do ensino público.

Pede-se encarecidamente ao sr. J. d’A. C. M. inspetor das aulas primarias desta cidade, haja por sua bondade de declarar o nome da pessoa, que se lhe queixara de havermos exigido dos nossos alunos 1\$280 pela gramática de minha composição. Muito confia e espera de S. S. ser satisfeito nessa parte.<sup>764</sup>

É bem provável que, nessa época, Joaquim Alves de Carvalho exercesse a função de professor da cadeira de 2º grau da capital, como se vê em registros do ano de 1860 e 1874 já mencionados nesta investigação. Embora não se tenha o desfecho do caso, uma vez que não se encontraram indícios nos jornais referentes ao pedido do dito professor, o nome daquele que o acusou de vender livros destinados à distribuição gratuita, duas questões podem ser conjecturadas: ou os mestres utilizavam os valores das vendas de livros com as necessidades diárias das aulas, já que precisariam mantê-las funcionando para que não viessem a ser fechadas e assim perderem, muitas vezes, sua fonte de sustento, parecendo a precariedade material das escolas fomentar a venda de livros aos pais que afirmavam, com muito sacrifício, despender do orçamento familiar quantias para a compra dos materiais necessários à instrução dos filhos; ou mesmo utilizavam os valores arrecadados das vendas em seu próprio benefício.

Se fosse o caso de a informação ser falsa, certamente o acusador estaria em maus bocados, posto que a acusação não se trata de um caso isolado ou específico, que tivesse

---

<sup>764</sup> A liberdade, 23 mar. 1864, n. 67, A pedido, p. 4, 3 col.

prejudicado apenas ao denunciante ou a um aluno em especial, pois, ao que parece, a referida gramática teria sido vendida a uma quantidade maior de alunos. O fato é que a denúncia foi levada até ao inspetor das aulas, revelando que possivelmente o denunciante teria provas a declarar. A acusação punha na mira uma figura importante da Instrução, Joaquim de Carvalho, que, além de exercer o cargo da cadeira de 2º grau da capital, era autor de livros e chamado constantemente pelo Conselho da Instrução Pública para averiguar compêndios escolares, influenciando na sua adoção e admissão. Caso a acusação fosse verdadeira, as vendas de livros destinados aos alunos pobres de forma gratuita não partiam apenas dos professores primários, mas de sujeitos que ocupavam cargos mais elevados na Instrução e que tinham maiores influências no mundo das letras.

Assim, o professor Paulino José, mencionado no caso anterior, poderia ter informado também que os livros não haviam sido todos entregues na intenção de ficar com parte dos manuais e utilizá-los em sua aula noturna, ou mesmo de vendê-los aos sujeitos interessados em adquirir livros, direcionando as quantias arrecadadas para seus interesses pessoais? O fato é que livros comprados pelo Governo da Província iam parar em mãos particulares alimentando um comércio irregular que acabava prejudicando ainda mais aqueles que necessitavam do fornecimento por parte da Instrução Pública.

A Instrução Pública não estava imune às acusações de venda de livros destinados aos alunos que necessitavam de seu fornecimento por parte do governo da Província para acessarem a alguma instrução. Em 19 de maio de 1873, Manoel do Nascimento Moreira, professor de Paracuru, foi acusado por Luiz Rodrigues de Oliveira, morador na mesma Vila, de vender livros destinados aos meninos pobres que frequentavam sua aula.

VEx<sup>a</sup> pelos factos seguintes: - Primeiro admitir a frequência da escola a um menino de cinco anos filho do Senr. Miguel Ferreira Salles, por cujo menino o dito professor tem desvela em extremo, descurando, portanto, do ensino dos demais alunos, interessando-se muito pouco pelo seu adiantamento, visto como não lhe sobra tempo para isto pois emprega exclusivamente as horas do ensino em passear e acariciar o folho do Senr. Salles a quem o mesmo professor bajula demasiadamente, procurando satisfazê-lo em seus mais pequenos desejos, em cuja casa ocupa-se em distrair das pessoas mais gradas desta Vila que não pactuam com suas infâmias e que o desprezam soberanamente; segundo, apresentar-se na escola indecentemente vestido com uma sobrecasaca já bastante velha, cujos remendos não se conta tantos são; terceiro, vender livros fornecidos a escola para os alunos pobres como fez há pouco tempo vendendo um livro de Segunda Leitura pelo Dr. Abílio Cesar Borges, a Vicente Moreira da Cunha e um Livro do Povo e Folheto de Canções da Escola a Joaquim José dos Santos Correia.<sup>765</sup>

---

<sup>765</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Paracuru, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Paracuru, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 33 (5). CX 48.

Embora não seja possível comprovar se o referido professor vendeu ou não os livros fornecidos pelo governo com destino aos alunos pobres, dado que, nas correspondências, não aparecem os documentos enviados por Manoel Moreira segundo o qual serviriam para sua defesa, nem o resultado das acusações, não se pode descartar tal fato como sendo verdadeiro. Os que compravam livros diretamente dos mestres, certamente, obtinham vantagens, já que, além da possibilidade de negociarem melhores preços, não precisariam se deslocar ou mandar representante até a capital para adquiri-los na livraria do Sr. Oliveira ou mesmo nas oficinas de encadernação, ou em escritórios de jornais, como o “Cearense” e o “Libertador”, que, por vezes, puseram-se a vender livros escolares. Entre esses sujeitos, poderiam estar inclusive parentes e amigos dos mestres, tendo os compêndios destinados já conhecidos e vendas certas.

Seja para direcionar os valores obtidos com a venda dos compêndios a interesses particulares ou para a compra das necessidades diárias das aulas, o fato é que esses livros fariam falta nas escolas, cuja quantidade de impressos para o aprendizado do ensino primário daqueles ditos “pobres”, “pobríssimos” e “indigentes” era sempre absurdamente pequena.

O espaço da sala de aula serviu de ponto de venda de livros que saíam dos depósitos da Instrução Pública com destino aos meninos que não podiam adquiri-los por sua própria conta nas livrarias e demais espaços de venda de manuais escolares. O “jogo da oferta e da procura”<sup>766</sup> não acontecia somente no comércio de livros, mas nas próprias aulas. A oferta notadamente mostrava que havia uma demanda, uma busca por parte dos pais por esses livros vendidos de forma irregular pelos professores. Não é à toa que várias correspondências destacam os esforços financeiros feitos para a compra de livros escolares por parte de muitas famílias.

No interior da instrução pública, o livro escolar constituía produção de venda certa. Os mestres não encobriam esse “comércio” feito na própria sala de aula. Não constituía, portanto, uma venda feita por baixo dos panos, na medida em que podiam tê-los vendido em outros espaços, mas tal prática acontecia no momento das aulas, enviando inclusive bilhetes com as informações de venda aos pais por intermédio dos alunos. Os professores, nesse caso, não hesitaram em tirar proveito e alguma vantagem financeira. Na verdade, ambas as partes tiravam vantagem dessa “venda ilegal”. Em um momento em que o livro constituía produto caro ao nível socioeconômico da maioria dos que frequentavam a instrução, ter uma via de acesso a preços e negócios possivelmente mais baratos fazia os pais comprarem os manuais.

---

<sup>766</sup> DARNTON, Robert. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 47.

A esse respeito, em 18 de março de 1875, era a vez do professor primário do distrito da Pendência, João Gonçalves Dias Sobreira, ser acusado por seus habitantes de vender livros, papel, pena e tinta a seus alunos.<sup>767</sup>

Manoel Gomes Pimenta quer justificar perante VS<sup>a</sup> os seguintes itens com citação do professor de instrução primária do Distrito da Pendência João Gonçalves Dias Sobreira. 1º Que o dito professor exerce os ofícios de fogueteiro, alfaiate e músico em detrimento do ensino público. 2º Que o referido professor vende livros, papel, pena e tinta aos alunos de sua aula. 3º Que no dia 26 de fevereiro do corrente ano o mencionado professor saindo a um passeio sem licença mandando abrir a aula pelo seu aluno e como quer que os discípulos não quisessem comparecer nessa ocasião, de volta do passeio o professor mandou castigar com palmatoadas a toda a aula.<sup>768</sup>

O material a que se refere a missiva acima era fornecido pelo governo aos meninos impossibilitados de adquiri-lo, por sua condição de pobreza, como informa o próprio professor Sobreira ao solicitar às autoridades locais atestados sobre as acusações que lhe foram atribuídas. Segundo Francisco José de Oliveira, de 23 anos de idade, que exercia a atividade de negociante, chamado a testemunhar sobre o caso, “o justificado negocia com seus alunos vendendo-lhes papel, pena, tinta e livros e até mandava bilhetes aos pais para lhes comprar aqueles objetos”.<sup>769</sup> Algumas testemunhas teriam ouvido falar sobre as acusações, como o oficial de pedreiro Luis de Franca Vieira, de 30 anos, que informou “ouvir dizer dos alunos do justificado que este lhes vendia livros, papel, pena e tinta”;<sup>770</sup> ou Cazimiro José Pimenta, de 33 anos e lavrador, que afirmou ter lhe dito “várias pessoas e detalhadamente Pedro de Castro Menezes, bem como Miguel, filho de Miguel Gomes da Silveira, que tinham visto o livro em que o justificado lançava as dívidas dos objetos que vendia a seus alunos”;<sup>771</sup> ou ainda Francisco José Uchoa, de 52 anos e lavrador, que afirmou ter o dito professor lhe confessado que vendia livros. Em seu testemunho, porém, declarou não saber se a venda era feita aos seus alunos.<sup>772</sup> Já Guilhermino José da Fonseca, de 39 anos e agricultor, alegou saber que “o justificado negocia com seus

<sup>767</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (9 e 10). CX 48. Queixa completa 3 a 56.

<sup>768</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (9). CX 48.

<sup>769</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (19, 20). CX 48.

<sup>770</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (42). CX 48.

<sup>771</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (38). CX 48.

<sup>772</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (25). CX 48.

alunos vendendo-lhes livros, pena, papel e tinta e que ele já teve ocasião de mandar comprar por seus próprios filhos, alunos do justificado”.<sup>773</sup>

A quantidade de livros que chegava às aulas, certamente, não dava para todos os alunos na condição de pobres. Embora não seja possível saber se os filhos desses pais que recorriam à compra de livros vendidos pelos professores seriam beneficiados pela lei ou não, ou seja, se estavam incluídos no conjunto dos alunos que deveria recebê-los de forma gratuita, o fato é que as famílias pareciam querer logo garantir os livros de que seus filhos precisariam para terem algum adiantamento na instrução.

A prática de venda de livros no espaço da sala de aula, destaca, ao mesmo tempo, um aspecto importante relativo à instrução pública: a vulnerabilidade do sistema de fiscalização ao trabalho dos professores, não apenas no sentido de admoestá-los, mas, principalmente em executar as ações necessárias ao cumprimento das leis que regiam e organizavam a instrução pública, embora tenhamos chegado a essa conclusão por meio de denúncias feitas pela população local, expondo os professores e a prática ilegal da venda de livros. Demonstra também a fragilidade do processo de fornecimento, envio e entrega dos compêndios destinados às camadas que não podiam adquiri-los e tinham que recorrer ao governo da Província. No caso relatado em parágrafos anteriores, seria a miséria ou mesmo a “escassez de ganhos lícitos”,<sup>774</sup> como dito por Robert Darnton, que fazia esses professores infringirem os atos estabelecidos na própria legislação educacional do período?

No caso em questão, o professor Sobreira apresenta atestados de autoridades locais como o do Pe. Pedro da Motta e Souza,<sup>775</sup> do Dr. Temotheo Epifanes Lima e do 3º Juiz de Paz, Luiz Coelho Braveza,<sup>776</sup> que declaram não ser verdadeira a acusação de venda de compêndios escolares e que inclusive “os livros fornecidos pelo governo existem na aula do suplicante, como consta do inventário”.<sup>777</sup>

Nós, abaixo assignados, vendo ser caluniosa e falsamente acusado o atual professor público da Pendência, onde habitamos, o Senr. João Gonçalves Dias Sobreira, vamos

<sup>773</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (28). CX 48.

<sup>774</sup> DARNTON, Robert. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 110.

<sup>775</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (49). CX 48.

<sup>776</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (52). CX 48.

<sup>777</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (54). CX 48.

perante VEx<sup>a</sup> protestar contra tão maligna e imbecil acusação, provendo sob nossa fé: 1º Que nunca o vimos exercer profissão alguma senão a do seu magistério. 2º Que o imputam de fogueteiro por ter o ano passado mandado fazer fogos para soltar em noites de novena. 3º Que o imputam de alfaiate e músico; e será crime um professor saber algum ofício, arte ou ciência? O acusam de negociante. Não há tal, nunca negociou. É certo, é que sua sogra por muito diligente o ajuda; isto é: sempre tem livros, papel, penas e tinta; e um professor não poderá ter parente que lhe sirva de algum bem?<sup>778</sup>

Embora umas das preocupações do professor Sobreira seja atestar que os livros fornecidos pelos cofres provinciais constavam na aula, revelando que os compêndios pelos quais foi acusado de vender não se tratava daqueles com destino aos alunos pobres de forma gratuita, tal questão não aparece no abaixo-assinado utilizado para fazer a sua defesa. Nesse documento, é dito apenas que Dias Sobreira não é negociante, enfatizando o caráter de que este professor não exercia outras funções além do magistério. O abaixo-assinado não deu importância à questão da venda de livros, tratando de forma mais central das queixas que o acusavam de exercer outras atividades de forma concomitante ao magistério, proibição igualmente estabelecida no regulamento da Instrução Pública à época.

Ainda que o professor Dias Sobreira tenha enviado abaixo-assinado em sua defesa, as acusações de exercer atividades de fogueteiro e de ministrar aulas de música nos sítios das 17 às 18 horas foram confirmadas por várias testemunhas. Esse professor parecia exercer diversas tarefas para garantir seu sustento. Além das mencionadas acima, produzia folhetos voltados para o ensino primário, vendidos à Instrução Pública a preços módicos. Embora os registros de produção e venda de impressos pelo referido professor apareçam com mais frequência nos jornais nos anos que compreendem a década de 1880,<sup>779</sup> estava à venda na Livraria e Papelaria de Joaquim José de Oliveira & Cia, em março de 1876, a “Simplificação da Gramática Portuguesa”,<sup>780</sup> de sua autoria, trabalho que provavelmente teria se ocupado no ano anterior, 1875, mesmo período em que foi acusado de cometer vários delitos incompatíveis com as funções de professor. Assim, se fosse o caso de os livros vendidos pelo professor serem de sua

<sup>778</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (55). CX 48.

<sup>779</sup> Em setembro de 1886, João Gonçalves Dias Sobreira solicita gratificação de mérito correspondente à quinta parte de seus vencimentos, nos termos dos artigos 234 e 238 do Regulamento Orgânico da Instrução Pública vigente. O peticionário julgava-se apto a receber a gratificação visto ter fundado uma caixa escolar e ter produzido três obras sobre a matéria do ensino, sendo estas uma gramática portuguesa, uma arte de música e um folheto com a pronúncia figurada dos ditongos franceses. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (8 a 14). CX 13; em julho de 1888, o jornal A Constituição recebeu um exemplar da Geografia Especial do Ceará, ornada da carta da Província, pelo Sr. João Gonçalves Dias Sobreira, professor da 1ª cadeira do ensino primário da capital. Fonte: A Constituição, 8 de jul. 1888, n. 97, p. 2, 4 col, Noticiário.

<sup>780</sup> Cearense 5 de mar. 1876, n. 19, p. 6, 1 col, Anúncios.



propriedade, corroborando edições de sua própria autoria, certamente, teria mencionado tal informação em sua defesa. Poderia ter alegado serem os livros de sua propriedade, como exercício da atividade de autor de compêndios voltados para o ensino primário, mas que não os negociava com seus alunos. Porém, ao que parece, não foi o caso, pois, em momento algum, declarou tal posição.

A informação de que sua sogra o “servia com livros”, como dito no abaixo-assinado em sua defesa, parece também não convencer muito, especialmente depois dos indícios e especulações aqui levantados. É bem provável que esses professores, de fato, tenham vendido compêndios escolares e demais materiais fornecidos aos meninos e meninas pobres que frequentavam o ensino público primário. Embora tal questão não defina, de um todo, a falta de livros destinados a esse público, certamente, constituiu mais um obstáculo diante dos vários que as camadas desafortunadas enfrentavam para acessarem a alguma instrução, ainda que mínima.

## 5 AS CONSEQUÊNCIAS DO FORNECIMENTO INCONSTANTE DE LIVROS ESCOLARES

### 5.1 Os livros e a uniformização do ensino primário

Até o momento, vimos que o universo de penúria material da instrução pública primária, com destaque para a ausência do impresso escolar, estava associado, em parte, às condições de pobreza da maioria da população e ao pouco comprometimento do governo da Província em fornecê-lo. Vimos também que as relações estabelecidas entre autores, livreiros e autoridades educacionais, e os conflitos e disputas que envolveram a adoção do livro escolar, atentando-se para sua materialidade, doações e preços, também interferiram diretamente na existência efetiva deste objeto no ensino público. Diante dessas circunstâncias, uma questão vai, igualmente, ganhando contornos centrais: quais as consequências diretas que o escasso ou inconstante provisão de livros gerou no desenvolvimento da educação pública primária e na própria formação das camadas que necessitavam destes para acessar alguma instrução?

Devido à falta de fornecimento de livros e à impossibilidade de aquisição, os professores se viam obrigados a consentir que os alunos “indigentes” lessem livros não adotados pelo Conselho Diretor para o corrente ano, mesmo que já tivessem sido admitidos em anos anteriores, situação que ocorria desde o início da década de 1860<sup>781</sup> nas aulas públicas primárias no Ceará. Embora as autoridades educacionais tenham reservado aos livros escolares o *status* de indispensável ao adiantamento e progresso da instrução, as letras e os impressos pareciam desempenhar muito bem seu papel de diferenciador social junto às camadas mais abastadas. Para os pobres, como visto no cotidiano das aulas, pareciam ser apenas mais um suporte entre tantos outros, como as imagens, as orações, os hinos católicos, os folhetos e os manuscritos produzidos pelos mestres para a instrução às primeiras letras.

Observamos que, na visita feita por Juvenal Galeno, Inspetor Geral da Instrução Pública, em 1865, na aula primária do professor José Raimundo de Amorim Garcia, no arraial de Mucuripe, se um aluno lia o “Livro do Povo”, outro de igual adiantamento lia a “História de Simão de Nantua”, um estudava a gramática de Cyrillo e outro a de Salvador.<sup>782</sup> Mais do que

---

<sup>781</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracati, 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracati, Data Crônica: 1861. BR CEAPEC IP INSP CO RE 18 (45). CX 22.

<sup>782</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00166). CX 53 A.

uma variedade ou abundância de compêndios, tal situação denunciava a ausência de quantidade suficiente de uma mesma edição destinada a cada saber do currículo primário que correspondesse ao número total de alunos. Assim, quando não se tinha a penúria total de livros, havia uma variedade de edições em uma mesma classe de adiantamento,<sup>783</sup> isso porque os professores acabavam utilizando os manuais de sua propriedade particular ou mesmo aqueles que as crianças dispunham, estando esses, na maioria das vezes, fora dos admitidos e adotados pela Instrução. Tal cenário também ganhou as páginas dos jornais à época, como a publicação veiculada no 28 de junho de 1864, no “Cearense”:

A falta de uniformidade nos compêndios concorre para a falta de método no ensino. Os compêndios adotados não satisfazem geralmente as necessidades da infância. Deveriam ser organizados sob o mesmo plano, conter somente o estritamente necessário. A diretoria deve ser bastante escrupulosa a esse respeito. Mas nessa parte, como em quase todas, notam-se grandes abusos. Cada menino leva à aula o livro que lhe dão. Na mesma classe encontram-se 5 ou 6 livros diversos. Ter um [ilegível] em que se leia é quanto basta. Na falta dele um pedaço de jornal ou qualquer outra coisa, tudo serve. Em um de seus relatórios dizia a atual diretoria: “Só o ensino religioso esta bem servido de compêndios”. Parece-nos que não. A diretoria foi mal informada. Se fizesse uma visita a qualquer aula diria: “o compêndio religioso que encontrei foi o catecismo”. Pode ser que o conselho diretor tenha dotado para uso das escolas uma ou outra obra que dê o ensino religioso; mas os professores descuidaram-se de recomendá-la aos seus discípulos. No mesmo relatório encontramos o seguinte: e Besout pelo qual se estuda aritmética não há também em algumas escolas (!!!). Não comentamos este trecho. Deixamo-lo à apreciação dos leitores, acrescentando apenas que o Besout de que se trata, é um livro de mais de 400 páginas.<sup>784</sup>

Embora a publicação, assinada por J. B, que provavelmente seja de autoria de José de Barcelos, aponte para o aspecto material dos livros, criticando certo excesso de conteúdos quando diz que os impressos deveriam conter estritamente o necessário ou quando menciona que a Aritmética de Bezout tinha mais de 400 páginas, a questão que ganhou destaque na publicação diz respeito a um assunto que foi pauta das discussões das autoridades educacionais: a variedade de livros em uma mesma classe escolar. Nessa época, o impresso parecia já ocupar lugar de destaque no processo educativo, isto porque a própria formação dos professores e aprendizado dos alunos se davam nos manuais escolares. Afirmar também que “cada menino leva à escola o livro que lhe dão” deixa entrever, mais uma vez, que o livro constituía objeto fundamental no processo de ensino, dado que dispor de um livro, qualquer livro inclusive, parecia ser requisito para se frequentar uma aula primária.

<sup>783</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1864. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1864. BR CEAPEC IP CO EX 01 28 (10,11,12). CX 04/ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 122 (57). CX 14.

<sup>784</sup> Cearense, 28 de jun. 1864, n. 1681, p. 1, 3 col, Colaboração, A instrução pública no Ceará.

Nessa época, as correspondências já tratavam da necessidade de uniformizar o ensino por meio da proibição do uso variado de edições. Porém, como uniformizar o ensino por meio dos compêndios escolares, se, aos filhos do povo, os professores se viam obrigados a mandá-los ler em manuscritos, suporte que reunia conteúdo escrito pelo próprio mestre, ou em jornais e folhetos, ou mesmo na pura escuta oral para que aproveitassem alguma instrução?<sup>785</sup> Tal questão foi motivo de discussão entre inspetores, professores e diretores e, como era de se esperar, as ações para modificar essa realidade nada favoreceriam às camadas pobres. O Inspetor Literário de Aracati, Manoel Lopes da Cunha Maciel, em 1º de fevereiro de 1866, solicitaria ao Diretor Geral da Instrução, Hippolyto Gomes Brasil, esclarecimentos quanto à necessidade de uniformizar a instrução primária.

Tendo o professor interino da cidade de São Bernardo em ofício de 18 de janeiro do corrente ano consultado-me, se, concedido um prazo razoável aos pais de família para mandarem buscar os livros adotados pelo Conselho Diretor, constantes da nota enviada por VS<sup>a</sup> em seu ofício de 21 de outubro do ano passado e acontecendo que os pais de família por negligência ou capricho deixem de mandar buscar tais livros deve expelir da aula seus filhos, tendo a honra de consultar a VS<sup>a</sup>, embora em meu humilde pensar entendo que não deve ser outra a medida, pois, do contrário, jamais poderá haver a uniformidade de ensino tão recomendada pela Lei e por todos aqueles que têm escrito sobre tão importante matéria; entretanto aguardo-me para responder o dito ofício de conformidade com a opinião de VS<sup>a</sup> que muito respeito.<sup>786</sup>

Para o Inspetor, não havia de ser outra medida senão a expulsão dos alunos que não levassem para as aulas os livros adotados pelo Conselho Diretor para o ano de 1866. Embora não se possa saber com clareza se os pais iriam adquiri-los por meio de compra e negócios com os estabelecimentos que vendiam impressos escolares ou se receberiam das câmaras municipais, o fato é que os motivos pelos quais deixavam de “ir buscá-los” já haviam sido tomados, de antemão, como negligência ou capricho.

A utilização de uma variedade de edições não deixava tempo para o professor tomar a lição de todos os alunos, “tornando-se impossível o progresso; o atraso continuava e o único meio que se empregava para fazê-lo cessar – era a palmatória!”<sup>787</sup> recurso utilizado como forma de fazer os alunos apresentarem algum adiantamento, como registrado por Juvenal Galeno, em 1865. Aos filhos do povo, a penúria e toda sorte de precariedade das aulas e das próprias condições fazia do ensino primário, muitas vezes, apenas um desejo, aumentando ainda

<sup>785</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00157). CX 53 A.

<sup>786</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracaty, 1866. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracaty, Data Crônica: 1866. BR CEAPEC IP INSP CO RE 18 (70, 71). CX 22.

<sup>787</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00167). CX 53 A.

mais o seu apetite pela instrução, como visto nas visitas feitas pelos inspetores escolares às famílias nas vilas e povoados. A essas camadas pobres, identificadas, sobretudo pela elite dirigente, como indolentes e ignorantes, destinava-se o método dos castigos físicos, como meio favorável para se “arrancar” algum aprendizado, como acreditavam os inspetores.

Nessa dinâmica, em uma sociedade que “se preocupava tão pouco em suprir as necessidades cotidianas”<sup>788</sup> da população pobre, sendo a ignorância moral e intelectual vista mais como resultado dos vícios e maus comportamentos, “não se poderá esperar qualquer preocupação com suas necessidades literárias”,<sup>789</sup> para parafrasear as ideias de Laurence Hallewel em sua obra clássica “O livro no Brasil”, quando põe em xeque as relações metrópole-colônia no que diz respeito ao desenvolvimento cultural desse lado do Atlântico. Mais uma vez, a responsabilidade do Estado em prover o necessário para garantir a instrução primária é deixada de lado, por entender que a população pobre necessitava mais de controle e correção do que de livros e instrução.

Circunscrito tal estado de carência material, cabe indagar: quando da falta de livros, como os professores ensinariam às crianças os conteúdos do programa escolar? Quando os livros não constavam nas listas, era porque talvez fossem de sua propriedade e, por isso, não inseriam nos inventários relativos ao material pertencente às aulas?<sup>790</sup> Como os professores procediam mediante tal situação? De que forma ensinariam a leitura às crianças sem os livros específicos para este saber? Como era permitido a instituição de escolas primárias sem ao menos dotá-las do material mais indispensável ao seu funcionamento? Os livros presentes com mais frequência nos arquivos da Instrução eram aqueles cujos professores-autores haviam feito doações ou oferecido a preços módicos ao Governo da Província? O que os professores faziam para “suprir” a necessidade de escrita? Os alunos passariam dias somente no exercício puro da leitura, ainda que com muita precariedade, sem qualquer manifestação de aprendizado da produção escrita?

---

<sup>788</sup> HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 94.

<sup>789</sup> Ibidem.

<sup>790</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Jardim, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Jardim, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 01 (40). CX 16. Os móveis e objetos de propriedade particular fornecidos às aulas não eram arrolados nos inventários, como foi o caso de Antônia Raimunda Alves de Lima, professora na vila de Missão Velha em 1886, que, em cumprimento da ordem do Inspetor Geral da Instrução Pública, deixou de enviar o inventário de que trata a circular de 9 de fevereiro porque em sua aula não existia móvel algum pertencente à escola. Os bancos e mais utensílios existentes eram de propriedade particular. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Missão Velha, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Missão Velha, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO RE 01 01 (28). CX 16.

Embora já se pudesse perceber certo crescimento no mercado de livros escolares, nas últimas décadas do século XIX, no Ceará, com livrarias se especializando na produção e publicação desse gênero, obedecendo cada vez mais a uma diversidade de formatos e preços, que colocavam à disposição da Instrução Pública variadas edições, inclusive algumas com o título “livros do povo”, como discutido no capítulo primeiro desta investigação, as disparidades e distinções continuavam a se sustentar, pois, às crianças pobres, os mestres elaboravam traslados e iam dando as definições aritméticas em manuscrito.<sup>791</sup> Ainda que o manual escolar estivesse mais presente e menos raro no comércio livreiro, essas crianças se atrasavam no que concerne à passagem para outras classes, em relação aos demais cujos pais podiam adquirir o material de que necessitavam. Com poucos livros, cabia a estes “a recepção pela audição e apropriação da mensagem que uma voz autorizada lhes entregou”,<sup>792</sup> como acontecia no ensino da religião, cujas apropriações se davam não necessariamente pela posse individual do catecismo católico ou mesmo em grupo nas aulas, mas pela escuta da leitura em voz alta feita pelo professor.

A elite letrada, sobretudo aqueles que tinham livros adotados na Instrução Pública, veiculavam constantemente, na imprensa, críticas às escolas públicas e aos compêndios adotados, afirmando não haver “boas escolas”<sup>793</sup> nem “bons livros”.<sup>794</sup> Nesse caso, na tentativa de persuadir as autoridades para adotar seus manuais, Abílio Cesar Borges chega a assegurar, no final da década de 1880, que “bem raros são os livros que podem ser entendidos, e lidos portanto com interesse e proveito pelos discípulos; e alguns conheço adoptados, cuja leitura mal poderia convir para adultos pouco esclarecidos”.<sup>795</sup> Os livros escolares, segundo o autor, teriam sido distribuídos na Província da Bahia nos últimos nove anos na proporção de aproximadamente 1 para 500 meninos, e acrescenta: “E si nesta, uma das maiores e ilustradas

---

<sup>791</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Soure, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Soure, Data Crônica: 1860. CEAPEC IP PP CO RE 04 01 (183, 184). CX 50 / CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Soure, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Soure, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP PP CO RE 05 01 (60). CX 50.

<sup>792</sup> JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. In: CAVALLO Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental**, vol. 2. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. [106].

<sup>793</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, parte: Introdução da primeira edição, p. XVII.

<sup>794</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, parte: Introdução da primeira edição, p. XVII.

<sup>795</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, parte: Introdução da primeira edição, p. XVIII.

províncias do Império, dá-se o fato espantoso de semelhante proporção entre os livros fornecidos e os alunos que frequentam as escolas, figure-se o que sucederá nas demais”.<sup>796</sup>

Quer isto dizer que a maior parte dos meninos aprende a ler sem livros, servindo-se, principalmente nas localidades centrais ou pouco consideráveis, das cartilhas do Pe. Ignacio, de bilhetes e cartas, (às vezes, oh meu Deus! Com que letra e ortografia!) ou de gazetas que seus pais lhes fornecem, ou de velhos autos, pelo comum indecifráveis, que os próprios mestres alcançam dos tabeliões do lugar! E não é por outra razão que os nossos meninos, geralmente falando, saem das escolas com treze e quatorze anos de idade no mais lastimoso estado de ignorância, sem o hábito de pensar e sem ligar o mínimo valor ao que leem. Pergunto agora: por mais inteligente e zeloso que seja o mestre, o que é que poderá fazer sem os instrumentos do ensino? *E qual o instrumento do ensino que possa medir importância com o livro?* E, pois, que valem escolas sem bons livros, ou sem livros totalmente?<sup>797</sup> [Grifo nosso]

O cotidiano das aulas primárias, levantado pelas análises feitas às correspondências da Instrução Pública, indica que a inexistência de “boas escolas e livros” estava muito mais relacionada à precariedade e penúria de compêndios e materiais escolares e à deficiente formação dos professores, sobretudo no período anterior à inauguração da Escola Normal, em 1884, do que somente aos métodos ou à materialidade dos impressos, como a linguagem, o estilo e os preços. Era nos manuais escolares e nos regulamentos da instrução pública primária que se dava a formação dos mestres. Em muitos casos, as aulas constituíam momentos de formação tanto para alunos quanto para os mestres para quem, alheios em muitos saberes, os livros serviriam como uma espécie de guia, pois, além de suporte de conteúdo, traziam os métodos e orientações do que deveria compor o próprio ensino primário. Por meio desses documentos, direcionavam suas funções e se formavam nos seus deveres, fato que os faziam informar frequentemente que se encontravam em embarços no desempenho e cumprimento de suas obrigações devido à falta do Regulamento da Instrução Pública em sua aula.<sup>798</sup>

A inserção no mundo da leitura para a maioria das crianças da instrução pública no Ceará, o que não fora diferente nas demais províncias do Império, deu-se fora dos compêndios escolares, mesmo com o alcance que tiveram os manuais de Abílio Cesar Borges e demais outros autores que chegavam a enviar caixões de exemplares para a Província, adquiridos pela Instrução e outras vezes em forma de doação. Em relação à maioria das crianças pobres, cabia às câmaras municipais o dever de fornecer os livros de que necessitavam, restavam, não raras vezes, aprender os ensinamentos por meio de manuscritos, produzidos pelos próprios

<sup>796</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, parte: Introdução da primeira edição, p. XVIII.

<sup>797</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, parte: Introdução da primeira edição, p. XVIII.

<sup>798</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP INSP CO RE 04 (158). CX 21.

professores. Os saberes que compunham o currículo escolar do ensino primário seriam ensinados, muitas vezes, com o auxílio de outros suportes.

Em resumo, os professores acabavam utilizando os manuais de sua propriedade particular, em sua maioria de cunho religioso, jornais, manuscritos, folhetos, ou aqueles de que as crianças dispunham, ou mesmo aqueles que conseguiam adquirir com suas poucas posses, situação que impossibilitava a implementação de uma dimensão que se acreditava, naquele momento, colaborar no melhoramento da instrução pública: a uniformização do ensino por meio dos livros escolares.

O cenário traçado na busca de discutir as consequências que a carência de livros destinados aos filhos do povo causou nas aulas e na sua própria formação, permitiu-nos enveredar por uma questão igualmente fundamental: o lugar ocupado pelos compêndios escolares na instrução às camadas pobres e empobrecidas. Para essa parte da população, o modelo de educação estava atado à religião e à doutrina cristã católica, tendo nos catecismos e nos manuais religiosos os instrumentos para a instrução nas coisas sagradas e para o despertar da consciência moral. No entanto, a significativa quantidade de conteúdo e seu estilo de escrita um tanto erudito levarão inclusive os professores a denunciarem as dificuldades em utilizá-los. Naquele momento, ainda que já circulassem no comércio livreiro produções mais baratas, na tentativa de difundir a leitura a um público mais variado e, inclusive, mais favorável às especificidades intelectuais das crianças e ao pouco repertório letrado de que muitas vezes dispunha o professor, os catecismos diocesanos, as histórias bíblicas e sagradas e os manuais de doutrina cristã continuariam ainda por muito tempo como os únicos livros presentes nas aulas, por se acreditar que esses sujeitos necessitavam mais de correção do que de instrução, sendo o ensino religioso, matéria considerada suficiente para sua educação, questão que será investigada no próximo tópico deste capítulo.

## **5.2 As leituras do povo: escrita erudita e excesso de conteúdo**

A catequese constituía, para o cristianismo, “o método mais adequado para disseminar verdades aceitas aos ignorantes”<sup>799</sup> desde o século XVI. Era nos “Catecismos da Doutrina Cristã” que se iniciava o aprendizado da leitura e da escrita. Em regiões católicas da França no

---

<sup>799</sup> HILL, Christopher. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 37. Segundo Hill, “o século XVI e o início do século XVIII, na Inglaterra, viram a proliferação do catecismo”. Este livro “estava em toda a parte, na vida dos homens, mulheres e crianças. Não somente nos cultos dos quais todos deveriam participar, mas igualmente nas baladas que entoavam e no meio que os circundava” (p. 37 e 59 respectivamente)



século XVII, os primeiros livros escolares foram os catecismos em latim, “onde o aprendizado da leitura estava associado à recitação e participação dos ofícios”, “em geral sem nada entender do que liam”.<sup>800</sup> Para Robert Darnton, “as cartilhas mais comuns do Antigo Regime – livros de alfabetização como a “*Croix Jésus*” e a “*Croix di par Dieu*” – começavam como os manuais modernos, com o alfabeto”.<sup>801</sup>

A Bíblia foi o livro mais usado no Ocidente, até início do século XVIII, nos espaços domésticos, nas aulas de primeiras letras e nas escolas dominicais, para o ensino da leitura, junto de outros impressos religiosos.<sup>802</sup> Na Inglaterra do século XVII, a Escritura Sagrada era “aceita como um elemento central a todas as esferas da vida intelectual”,<sup>803</sup> “era ou deveria ser o fundamento de todos os aspectos da cultura inglesa”.<sup>804</sup> Quando se pensa em livro para imprimir lições, certamente o velho testamento, desde a Reforma Protestante, serviu como instrumento pelo qual se podiam tecer com “respaldo”, como afirmavam os doutores da Igreja, preceitos e prescrições. Particularmente desde esse período, para Carlota Boto, a Igreja Católica vinha “se apresentando como a religião do livro”<sup>805</sup> e seria, nesse aspecto, que a “pedagogia do livro” teria seu “grande álibi”.<sup>806</sup>

No século XIX, o comércio transatlântico de livros religiosos, vindos especialmente de Lisboa e Paris, foram itens cuja demanda mostrava-se lucrativa para editores e livreiros. No período Imperial, os títulos utilizados pela Igreja nas aulas de catequese espalhadas pela Província do Ceará eram os mesmos com que os professores ensinavam as crianças a ler nas escolas primárias. Nessas produções, compostas por catecismos, obras litúrgicas, de piedade e devoção, livros de horas e histórias sagradas, a regulação dos comportamentos, do corpo e dos valores morais apontavam para uma mesma direção: o leitor deveria conformar os seus

<sup>800</sup> BRAGANÇA, Aníbal. A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean Yves (org.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 555.

<sup>801</sup> DARNTON, Robert. **História da leitura**. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história. Novas perspectivas. São Paulo, Unesp, 1992. p. 222-3.

<sup>802</sup> Para mais informações ver: HILL, Christopher. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; BRAGANÇA, Aníbal. A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean Yves (org.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 555.

<sup>803</sup> HILL, Christopher. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 28.

<sup>804</sup> Ibidem.

<sup>805</sup> BRAGANÇA, Aníbal. A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean Yves (org.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 555.

<sup>806</sup> Ibidem.

procedimentos com a “Escritura Sagrada” e tomar sua leitura como fundamental para a salvação de sua alma.

No Ceará oitocentista, o sino da matriz, aos domingos e dias santificados, convocaria, em especial, os meninos e “pessoas rudes” para aprenderem o catecismo. Quando não conseguissem reunir as crianças na igreja para a dita finalidade, os párocos deveriam ir às aulas públicas, dispondo antes para isso dos professores, sendo recomendado também que criassem escolas de catecismo entre as “pessoas mais simples”,<sup>807</sup> como discutido no Sínodo Diocesano, celebrado na Igreja Catedral nos dias 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 1888 e coordenado pelo bispo Dom Joaquim José Vieira. Nessa época, os primeiros livros com que se aprendia a ler o “código”, nas aulas primárias, continuavam a ser os pertencentes ao gênero religioso. Os itens que ocupavam o topo das listas de livros produzidas pelos professores contendo os títulos de que necessitavam com urgência para manterem em funcionamento regular suas aulas eram os manuais de moral e religião, como o “Catecismo da Doutrina Cristã”, o “História Sagrada do Antigo e Novo Testamento”, de José Ignacio Roquete,<sup>808</sup> o “Resumo de História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento”,<sup>809</sup> de Dom Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará, e a coleção de manuais de leitura, composta de cinco livros, elaborada por Abílio Cesar Borges.<sup>810</sup>

No circuito livreiro, entre os títulos presentes na livraria Joaquim José de Oliveira, desde a década de 1860, as produções religiosas ganham maior destaque pela quantidade significativa de edições postas à venda no comércio de livros da capital. Além dos “Compêndios de Doutrina Cristã” e dos “Histórias Bíblicas e Sagradas”, observa-se à época, entre os gêneros que chegavam ao estabelecimento comercial, quantidade expressiva de cartilhas, folhetos e

<sup>807</sup> Primeiro Synodo Diocesano Fortalixiense celebrado na respectiva Egreja Cathedral nos dias 31 de janeiro, 1º e 2º de fevereiro de 1888. Typografia Economica, Praça do Ferreira, nº 43, p. 11 e 12 (Acervo da Biblioteca Pública Estadual do Ceará, Obras Raras/Ceará, 262.5 V 657s, 1 ed. Ex. 1)

<sup>808</sup> Cônego da Sé Patriarcal de Lisboa e professor de Teologia Pastoral, Eloquência Sagrada e Hermenêutica Bíblica no Seminário Patriarcal de Santarém.

<sup>809</sup> Dom Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará, oferece ao Presidente da Província, Francisco de Assis de Oliveira Maciel, o exemplar do Resumo de História Bíblica para a instrução da mocidade. O Bispo pede para tomar conhecimento dessa obra a fim de ser admitida nas escolas públicas da Província do Ceará, advertindo que “o ensino da História Sagrada faz parte do programa oficial dos estudos em todos os países civilizados, e nada é mais próprio a formar o coração dos meninos, e a interessá-los agradavelmente, do que essas narrativas tão sublimes e tão simples extraídas dos nossos livros santos”. Fonte: Paço Episcopal de Belém do Pará, 13 de fev. 1873, Fundo: Palácio Episcopal do Ceará, Caixa 02, pacotilha 26.

<sup>810</sup> Circe Bittencourt (2004), ao discutir acerca dos “autores e editores de compêndios e livros de leitura” entre os anos de 1810 e 1910, insere Abílio Cesar Borges no grupo de autores que exerceram a função de diretores de escolas e, ao mesmo tempo, dedicaram-se à produção de livros escolares. Abílio Cesar Borges, em 1858, fundou o Ginásio Baiano em Salvador e, em 1871, o Colégio Abílio no Rio de Janeiro, estabelecimento de ensino que combateu o uso da palmatória, servindo de referência para outras instituições escolares. Na produção de livros, é autor de uma série de livros de leitura, bem como de gramáticas portuguesas. Para mais informações ver: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

opúsculos de moral religiosa e lições morais. Embora destinados à dimensão da religião e da moral, esses livros reuniam abecedários, números, exercícios de leitura e pequenos catecismos de doutrina cristã, como era o caso de “O amigo dos meninos”, de Adrião Forjaz,<sup>811</sup> obra que encerrava, pelos estudos empreendidos por seu autor, o movimento de discussão, em Portugal, de reconhecimento da necessidade de se desenvolver novos métodos de ensino e propostas educacionais, sempre correlacionando instrução e civilização, como medida de engrandecimento e progresso da nação.<sup>812</sup>

Produções como “Os primeiros conhecimentos para uso dos meninos que começam a ler ou o Método fácil para aprender a ler, escrever e contar com os primeiros elementos da doutrina cristã”,<sup>813</sup> à venda em 1865, já denunciava, por seu título, que o aprendizado da leitura estava atrelado à dimensão religiosa e vice-versa. Esses livros traziam a escola primária como fruto de um modelo educacional de tempos atrás, elaborado pela Igreja Católica, cujo monopólio sobre a leitura (o que seria lido, como, quando e a quem era permitido ler), foi primeiramente ensinado tendo o texto bíblico como instrumento pelo qual se aprenderia desde os primeiros rudimentos de leitura até a sua fluência.

A preocupação em colocar “as verdades católicas ao alcance, ao menos da memorização (senão sempre da compreensão)”<sup>814</sup> desse público já se fazia perceber com o crescimento dos títulos que denunciavam o público principal a que se destinavam, as crianças. Assim, vê-se, ao longo das décadas de 1860 e 1870, o aumento das produções cujos títulos trazem os termos “infância” e “meninos”, como foi o caso do “Livro Predileto da Infância”, do “Ensino Infantil” e do “Lições para Meninos”, que estavam à venda nos valores de 1.500, 1.870, 2.550 e 500 réis, respectivamente, na Joaquim de Oliveira & Cia, na década de 1870.

Nessa livraria, havia ainda os títulos que não estavam incluídos nas listas dos adotados pelo Conselho de Instrução Pública, mas que eram anunciados nos jornais pelos livreiros como “obras aconselhadas” ao ensino primário, como se vê com a venda do “Tesouro do Cristão”, ao preço de 1.750 rs, e “Imitações de Cristo”, nos formatos marroquim dourado e couro, custando 1.400 e 1.200 rs, respectivamente. Entre os mais adotados para o ensino primário estavam: “Simão de Nantua; Iris Clássico”, de Castilho, no valor de 1.600 rs; “Catecismo Pequeno”, em

<sup>811</sup> A Constituição, 6 mar. 1866, n. 44, p. 4, 3 e 4 col, Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira: obras para instrução primária.

<sup>812</sup> BOTO, Carlota. **Sociedade portuguesa em revista**: o método da escola e a escola como método no século XIX. Rio de Janeiro, Revista Teias, v. 1, n. 1, 2000.

<sup>813</sup> A Constituição, 22 out. 1865, n. 236, p. 4, 2 col, Anúncios.

<sup>814</sup> JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. In: CAVALLO Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental**, vol. 2. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 103.

um número alto de 4.950 exemplares, a 040 rs; o “História Sagrada” e o “Resumo de História Bíblica”, de José Ignacio Roquete, nos valores de 4.400 e 990 rs.<sup>815</sup>

Nessa época, o comércio de publicações infantis voltado para o ensino primário, aspecto informado como maneira de direcionar o anúncio a um público consumidor em específico, estava inundado de obras que iam das “máximas”, instruções que orientavam posturas e ações, parte integrante dos manuais religiosos desde sua utilização para o ensino da leitura, no século XVII e XVIII, às “lições morais”. Títulos como “Economia da vida humana, uma ‘coleção de máximas excelentes para leitura dos meninos’”, “Os acidentes da infância”, obra destinada a “conter os meninos desvoltos” ou “O menino perdido”, “livro que encerrava o melhor plano de educação religiosa e civil”,<sup>816</sup> circularam e obtiveram grande aceitação entre o meio letrado que exercia funções no interior da instrução pública. Tais obras eram representativas dos anseios de métodos pedagógicos e propostas de ensino no qual a religião ocupava lugar de destaque, designando à Igreja participação na produção, admissão e propaganda dos livros, seja por seus autores constituírem, muitas vezes, membros do clero ou mesmo pela influência do catolicismo, cuja materialidade das edições era baseada em sua doutrina cristã.

Para além das produções propriamente do gênero religioso, como os folhetos de liturgia ou manuais de devoção, obras que procuravam direcionar as horas do dia, pela rotina religiosa que explicavam ou preparavam para os momentos da vida diária, como o “Horas Marianas”,<sup>817</sup> também utilizado no ensino das coisas sagradas nas aulas primárias<sup>818</sup> e posto à venda nos formatos de marroquim dourado, cristal, veludo, marfim e tartaruga, entre 1.960 e 20.000 rs,<sup>819</sup> a livraria do Sr. Oliveira recebia uma variedade de manuais destinados ao ambiente doméstico que, embora tivessem correlação com a dimensão religiosa, fugiam a este aspecto enquanto gênero literário. Tais obras eram representadas pelo “Os deveres dos meninos para com seus pais”, tradução de João de Deus, e dos “Deveres dos Homens”, por Silvio Pellico<sup>820</sup>; “Tesouro de meninas ou diálogos entre uma sabia aia e suas discípulas da primeira distinção”, de Mme. Leprince de Beaumont e traduzido por Joaquim Ignacio de Frias, “O menino perdido, narrações

<sup>815</sup> Inventário de Angélica Alexandrina de Oliveira, Cartório de Órfãos, Fortaleza/CE, Pacote 33, processo 16, 1870, Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

<sup>816</sup> A Constituição, 6 mar. 1866, n. 44, p. 4, 3 e 4 col, Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira: obras para instrução primária.

<sup>817</sup> Vê-se a utilização desta obra nas aulas primárias, embora não se tenha encontrado registros de uma possível aprovação e adoção por parte do Conselho de Instrução Pública.

<sup>818</sup> Quando aparecia nas listas dos livros que existiam nas aulas, geralmente, não havia outro impresso destinado ao ensino da religião.

<sup>819</sup> Inventário de Angélica Alexandrina de Oliveira, Cartório de Órfãos, Fortaleza/CE, Pacote 33, processo 16, 1870, Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

<sup>820</sup> A Constituição, 22 out. 1865, n. 236, p. 4, 1 e 2 col, Anúncios.

interessantes e instrutivas oferecida às mães”<sup>821</sup> e o “Livro do Povo”, “uma antologia de peças religiosas, moralizadoras ou de outro modo, ‘edificantes’, com mais de duzentas páginas compactamente impressas, mas bem ilustradas”,<sup>822</sup> de Antônio Marques Rodrigues. Este último, destinado aos pais e mães de família, foi recomendado e aprovado por Dom Luiz, Bispo do Maranhão e Dom Manoel, Arcebispo da Bahia e adotado nas escolas primárias da Província; vendia-se no formato cartonado, a 1.000 réis.<sup>823</sup>

Esses manuais pareciam querer conquistar o público mais adulto, apostando em enredos que traziam as relações destes com aqueles que se considerava, pela pouca idade, necessitar de direcionamentos. Representados pelos personagens mãe, pais, filho, professor, aia e discípulos, esta livraria recebia, pelo último vapor, produções escritas por intelectuais de grande magnitude, como José Ignacio Roquete, reconhecido no mundo literário como um dos principais autores de Manuais de Civilidade e Histórias Bíblicas e Sagradas, como é o caso do “Tesouro de meninas ou lições de uma mãe para sua filha acerca dos bons costumes e da religião”, “autorizadas com admiráveis exemplos de virtude e de piedade”.<sup>824</sup>

Tais compêndios fizeram sucesso entre o público infantil, especialmente por sua postura metodológica, e se tornaram, ao longo da segunda metade do século XIX, sucesso de vendas, como se vê pela quantidade de traduções que circularam nas Províncias do Império, anunciadas em jornais ou mesmo em seus prefácios. Essas obras traziam uma “nova” proposta para se aprender elementos da religião. Não se tratava mais, tão somente, de “Histórias Sagradas e Catecismos da Doutrina Cristã”, obras clássicas e verdadeiros *best-seller* no comércio de publicações voltados ao público infantil, mas de uma variedade de historietas e contos em diversos formatos, encadernados, em brochuras e folhetos.

Ainda no gênero religioso, uma variedade de livros que, embora não tenham sido elaborados com destino ao ensino primário ou mesmo aprovados e adotados pelo Conselho de Instrução Pública, foram utilizados pelos professores nas aulas. Essas produções abrangiam a dimensão litúrgica, devocional e piedosa ou ainda as normas e leis que determinavam os atos passíveis de penas, como o “Código Criminal do Império do Brasil”. O registro feito pelos professores acerca do estado de conservação dos livros de Direito Penal, em 1866, atestam tanto o seu uso frequente quanto o tempo de fornecimento que já corriam anos, visto sua dimensão

---

<sup>821</sup> A Constituição, 22 out. 1865, n. 236, p. 4, 2 col, Anúncios.

<sup>822</sup> HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 190.

<sup>823</sup> A Constituição, 6 mar. 1866, n. 44, p. 4, 3 e 4 col, Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira: obras para instrução primária.

<sup>824</sup> A Constituição, 22 out. 1865, n. 236, p. 4, 1 col, Anúncios.

material se encontrar em mau estado físico.<sup>825</sup> Sua aprovação pelo Conselho de Instrução Pública deveu-se ao fato de “o pensamento pedagógico de então considerar que o objetivo fundamental da leitura se identificava ao aprendizado dos conteúdos dos textos que se liam (era o catecismo e o código criminal que deveriam, antes de tudo, ser aprendidos por meio da leitura)”.<sup>826</sup>

Entre as elites ilustrada e religiosa, muitos se mostravam avessos à difusão da leitura às camadas pobres. Sobretudo nas Cartas Pastorais, nos ofícios do Palácio Episcopal, ou nos próprios livros escolares, a elite eclesiástica era adversária, em alguns momentos, da difusão das letras, embora o catolicismo leigo nas paróquias pintasse uma igreja dos pobres, seja ordenando, controlando ou mesmo prestando algum tipo de serviço, como a instrução nas aulas dominicais. Por outro lado, ora apostando numa difusão das letras, ora recuando em menor ou maior grau, será a Igreja, enquanto instituição, que primeiro incentivará a leitura e, por meio desta, buscará resguardar a relação dos fiéis com os livros, sendo esta intermediária entre os impressos e os leigos, o que significa a sua própria manutenção, pois “temiam que a difusão da leitura perturbasse a escala das condições ou subvertesse a ordem entre os sexos”.<sup>827</sup> Mas qual leitura? Quem podia ler? O que se podia ler? O que era saber ler no século XIX para essas diversas forças, como a religiosa e a letrada?

O mundo da leitura nas aulas destinadas aos pobres dar-se-ia, primeiramente, nos manuais religiosos. As letras seriam difundidas, antes de tudo, em associação ao principal saber a ser inculcado desde a infância: a doutrina e moral cristãs. Na instrução pública primária, envoltos em um universo religioso, especialmente pelo lugar que a religião ocupava, os professores não aceitariam as reclamações que colocariam em xeque a utilização do Catecismo Diocesano tanto como suporte de ensino, quanto como saber pertencente ao programa do ensino primário, embora tenham sido autores de inúmeras reclamações com relação à sua materialidade, como a linguagem, o estilo e a quantidade de conteúdo que esses impressos veiculavam. Tal defesa levaria o professor primário da Povoação de Amarração, em 28 de janeiro de 1874, Miguel Mendes de Souza, a lançar fora de sua aula os alunos Antônio Pereira Brandão e Joaquim Pereira Brandão, por seu pai, João Luiz Pereira Brandão, posicionar-se

---

<sup>825</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Umary, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Amarração, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO RE 01 01 (11). CX 16.

<sup>826</sup> BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável de textos, impressos e livros didáticos. ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras: associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 540-541.

<sup>827</sup> CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**, Coleção Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 146.

contra a admissão do Catecismo da Diocese, como afirmou o referido professor ao Diretor Geral da Instrução, Paulino Nogueira Borges da Fonseca.

Arguidos na presença do Inspetor de Distrito, de pessoas idôneas e de outras crianças consideradas habilitadas no catecismo, combinou-se a expulsão, visto os alunos não saberem responder às definições veiculadas neste impresso e ainda porque “não podiam continuar em aula nenhuma da Província, sem que não fossem admitidos nessa importante matéria”,<sup>828</sup> pois João Luiz Brandão teria afirmado retirar os filhos da aula “e não dava semelhante livro produção de um bispo!”.<sup>829</sup> Os reais motivos que levaram a tal conflito com o professor Miguel Mendes pareciam ser de ordem religiosa, uma vez que sua única oposição fora a admissão nas aulas de um livro cuja autoria era de um bispo. Embora o referido professor tenha ressaltado a impossibilidade dos ditos alunos permanecerem na instrução primária sem saberem as definições do catecismo, talvez o estopim para a expulsão tenha sido o fato de tal situação ter “introduzido abusos em sua aula”, como assim afirmou, compreendendo ter sido sua autoridade desafiada ou desrespeitada.

Tal querela põe em relevo o lugar reservado às produções religiosas no ensino primário, em um modelo de instrução em que a inserção no mundo da leitura se dava sem conhecer o significado das palavras, isto porque o ensino era baseado na decoração de definições, como dito com relação às crianças consideradas habilitadas que “definiram mais ou menos” ao que fora perguntado.<sup>830</sup>

Dada a importância do catecismo não apenas como suporte de conteúdo e métodos, mas também como matéria do programa escolar primário, visto nos regulamentos o ensino das coisas sagradas ser designado como “catecismo” ou “doutrina cristã”, sem o ensino deste impresso, parecia não ser possível conceber a difusão da instrução primária como instrumento pelo qual o discurso civilizador se utilizaria, em dadas circunstâncias, para falar de uma modernidade em que a Igreja teria seu lugar e função reservados, isto porque se acreditava que, sem a influência da religião, não se conseguiria das camadas pobres a obediência e o trabalho.<sup>831</sup>

<sup>828</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Amarração, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Amarração, Data Crônica: 1874. BR. CEAPEC IP PP CO RE 88 (56). CX: 60.

<sup>829</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Amarração, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Amarração, Data Crônica: 1874. BR. CEAPEC IP PP CO RE. 88 (56). CX 60.

<sup>830</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Amarração, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Amarração, Data Crônica: 1874. BR. CEAPEC IP PP CO RE 88 (56). CAIXA: 60.

<sup>831</sup> ABREU, Martha. **O império do divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 314.

Desvelado o lugar e papel reservado aos manuais de religião na formação de nível primário, chegamos à questão central desta parte da investigação. Inúmeros mestres expressaram suas posições quanto à materialidade desses livros. A quantidade imensa de conteúdo dos “Catecismos” e das “Histórias Bíblicas e Sagradas” e os métodos de ensino e de leitura que veiculavam constituíram aspectos sobre os quais a indignação dos professores incidu. Movido pelo desejo de também tomar parte nos assuntos concernentes aos compêndios escolares, isto porque a utilização do “Catecismo Diocesano” nas aulas primárias gerava certos incômodos, o professor da aula masculina da Vila da Imperatriz, atual cidade de Itapipoca, Augusto Pontes de Aguiar, respondendo, em 21 de junho de 1873, ao ofício do Diretor Geral Interino da Instrução Pública, Justino Domingues da Silva, o qual recomendava que, no “ensino do catecismo”, fosse admitido somente o catecismo do bispo diocesano, argumenta o seguinte:

Quanto ao ensino de catecismo tenho também a dizer a V. S. que até agora tenho admitido é o catecismo breve e resumido o qual encontrei como uso pelo meu antecessor. O catecismo da nossa Diocese é, sem dúvida, muito proveitoso aos meninos para o seu ensino, mas sendo ele um pouco extenso, parece-me gravo a memória, entendimento e vontade dos mesmos.<sup>832</sup>

O que estava fundamentalmente em questão era a quantidade de conteúdos que esses impressos veiculavam. As aulas se tornavam jornadas penosas de cansaço, causando toda espécie de fadiga produzida, primeiramente, por toda a precariedade material, agravada ainda pelas dificuldades de natureza vária impostas pela materialidade das obras. As crianças eram submetidas ao cansaço e enfado pela decoraçãõ de longos conteúdos, pela inculcaçãõ de todo um conjunto de valores da doutrina cristã católica que se davam, na maioria das vezes, pelas extensas passagens bíblicas do Velho Testamento.

A posição do professor Augusto era a de que achava mais conveniente a utilização dos “Catecismos da Diocese” desde que, primeiramente, os ensinamentos da moral e da religião fossem dados por meio dos catecismos ditos “breves” e “resumidos”, passando os meninos “depois de decorarem este catecismo a dar como leitura o apreciado Catecismo da Diocese, como mais amplos e lógicos conhecimentos”.<sup>833</sup> Tal posição não expressaria unicamente uma preocupação com o progresso do ensino, mas também com sua cadeira e ordenado, pois poderia perdê-los, visto o desempenho de seus alunos nos exames anuais, sob a presença e fiscalização

---

<sup>832</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP PP CO RE 04 01 (205, 206). CX 50.

<sup>833</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP PP CO RE 04 01 (205, 206). CX 50.



de inspetores escolares e autoridades políticas locais, ser entendido como parte do cumprimento de seus deveres como professor primário.

Compostos por longos períodos, abusando de notas de rodapé, de emblemas sacros, de imagens religiosas e de uma retórica erudita, os autores de produções religiosas destinadas ao ensino primário pareciam “querer mirar muito mais a estima dos leitores adultos que prestar serviço à instrução da infância”.<sup>834</sup> Nesse cenário, a décima edição do “História Sagrada do Antigo e Novo Testamento”, em seu primeiro tomo, elaborada por José Ignacio Roquete, Cônego da Sé Patriarcal de Lisboa e professor de Teologia Pastoral, Eloquência Sagrada e Hermenêutica Bíblica no Seminário Patriarcal de Santarém, estava “enriquecida com muitas notas e reflexões morais”, “para instrução e santificação dos fiéis, e particularmente para uso dos alunos dos seminários de Portugal e do Brasil”.<sup>835</sup> Publicada pela Aillaud & Cia, de Paris, a cada final de lição havia “várias reflexões morais ou algumas observações eruditas”.<sup>836</sup> Embora destinada aos párocos para bem desempenhar o ministério de catequista, aos pais e mães de famílias, mestres e alunos da instrução primária e alunos dos seminários de Portugal e do Brasil,<sup>837</sup> a escrita desses impressos se dava ao menino leitor e ao professor, ainda pouco afeito pela formação que lhes escapava como um universo desconhecido, tanto pela escrita erudita quanto pelo excesso de conteúdo. Como ensinar a leitura, a escrita, a contagem e a doutrina cristã apenas com livros religiosos, como fora o caso de inúmeras aulas na Província do Ceará, quando as crianças sequer dominavam minimamente os rudimentos de leitura?

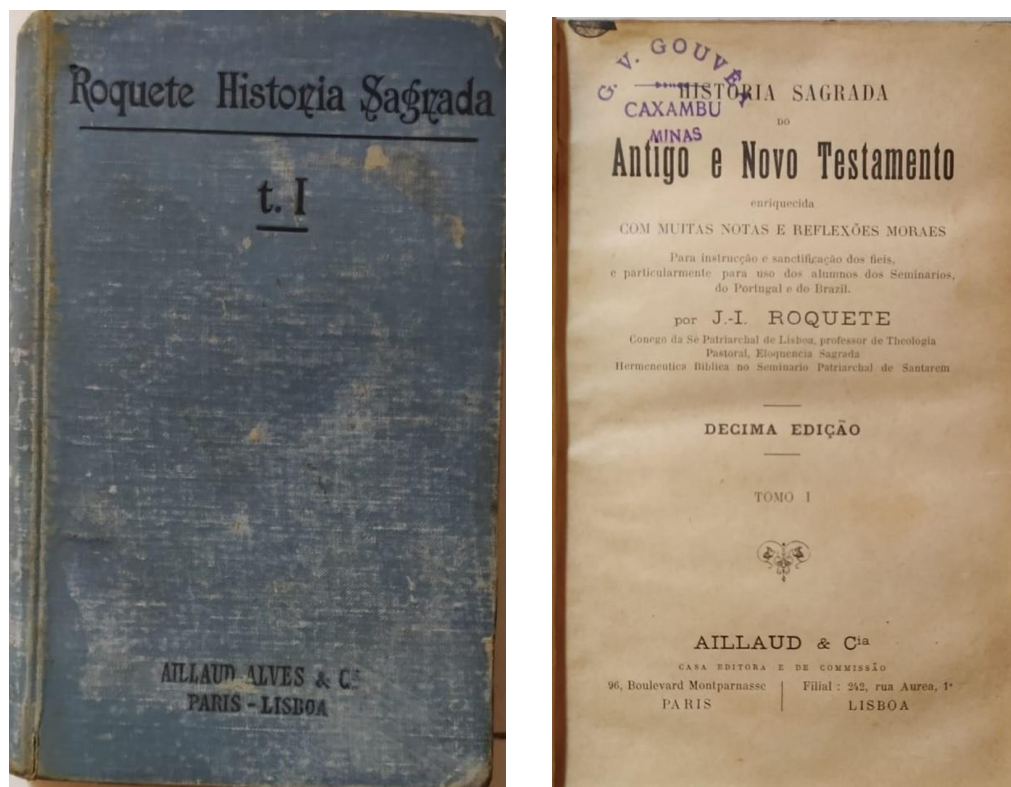
---

<sup>834</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. XII. Em julho de 1881, registra-se a adoção do História Bíblica e do Compêndio de Civilidade, de Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, pelo Conselho Literário para ser utilizados nas aulas públicas primárias, como informado pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, Amaro Cavalcanti, ao Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO EX 01 109 (31). CX 10. Em 5 de novembro de 1880, o Cearense anuncia: “Livro precioso – Recebemos o Compêndio de civilidade cristã oferecido às famílias e as escolas brasileiras pelo ilustre Sr. Bispo do Pará D. Antônio de Macedo Costa”. Fonte: Cearense, 5 de nov. de 1880, n. 129, p. 2, 2 col, Noticiário.

<sup>835</sup> ROQUETE, José Ignacio. História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fieis, Pariz: Vª J.-P. Aillaud, Guillard e Cª, [s.d.], 10ª ed. t. 1, capa.

<sup>836</sup> ROQUETE, José Ignacio. História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fieis, Pariz: Vª J.-P. Aillaud, Guillard e Cª, [s.d.], 10ª ed. t. 1, p. XII.

<sup>837</sup> ROQUETE, José Ignacio. História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fieis, Pariz: Vª J.-P. Aillaud, Guillard e Cª, [s.d.], 10ª ed. t. 1, p. XIII.



**Figura 27:** Capa do História Sagrada do Antigo e Novo Testamento, de José Ignacio Roquete

**Fonte:** ROQUETE, José Ignacio. História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fieis, Pariz: V<sup>a</sup> J.-P. Aillaud, Guillard e C<sup>a</sup>, [s.d.], 10<sup>a</sup> ed. t. 1. Acervo pessoal.

A inserção no mundo da leitura, do código e dos sentidos acabava por fortalecer o método da decoração tanto das palavras [código] quanto de um conjunto de prescrições da doutrina católica, a saber, sacramentos, mandamentos e máximas espirituais. Nos exames a cada final de ano letivo, os alunos não sabiam soletrar as palavras dos mesmos textos, lições e passagens dos velhos catecismos e folhetos da doutrina cristã católica utilizados nas aulas durante o corrente ano, isto porque o ensino da leitura se dava numa repetição mecânica que parecia exaurir, seja pelo excesso de texto ou mesmo pela escrita mais ou menos erudita, não compatível com sua capacidade léxica e a dos professores que muitas vezes eram tão principiantes quanto os alunos.

Ressalte-se que, nesse momento, o Regulamento da Instrução Pública e Particular de 1881 estabelecia que o ensino seria “em geral o misto, podendo, todavia, ser empregado o simultâneo, quando o número de alunos não exceder de 40 a 50”.<sup>838</sup> Em suma, o método misto buscava “ora aliar as vantagens do método individual às do método mútuo, ora aliar os aspectos

<sup>838</sup> CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular de 1881. Seção II, “Do Ensino primário em geral”, Art. 39, p. 49. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará: Império e República**, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

positivos deste último às inovações propostas pelos defensores do ‘método simultâneo’<sup>839</sup>. No primeiro, o professor ensinava a cada aluno individualmente.<sup>840</sup> No ensino mútuo, também chamado de monitorial ou método de Lancaster, os alunos eram divididos em grupos, sendo monitorados por alunos considerados “mais amadurecidos e inteligentes”,<sup>841</sup> a quem o professor havia ensinado a lição. No interior do grupo, os alunos tinham uma posição definida pelo nível do seu saber. O rearranjo das posições seria feito à medida que o aluno fosse progredindo.<sup>842</sup> Já no método simultâneo, a ação do professor acontecia sobre vários alunos simultaneamente, permitindo a otimização do tempo escolar e a organização dos conteúdos em diversos níveis.<sup>843</sup> Naqueles idos, acreditava-se que a modernização do currículo escolar se daria com a implementação do ensino intuitivo, conhecido também, na época, como “Lições de Coisas”. Fundamentado nas ideias de Pestalozzi e Froebel, a construção do conhecimento se daria por meio da observação e indução,<sup>844</sup> partindo do particular para o geral, ou seja, das coisas conhecidas – ao alcance da observação dos sujeitos – ao desconhecido. Acreditava-se, portanto, que o método intuitivo romperia com a memorização e com o ensino verbalista em que foi organizada a instrução primária, na qual a base da aprendizagem de dava pela repetição constante dos conteúdos.

Naquela época, quando da primeira edição do “História Sagrada do Antigo e Novo Testamento”, em 1850, a preocupação da Igreja se dava com a profusão nos países católicos de traduções da Escritura Sagrada, inclusive no interior do Império do Brasil, pelas sociedades bíblicas protestantes, como reclamava Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana.<sup>845</sup> Os primeiros contatos dos leigos com a leitura no texto impresso se deram, muitas vezes, nas sociedades bíblicas.<sup>846</sup>

O referido impresso parecia ser apropriado às necessidades da Igreja naquele momento, visto o grande número de volumes e o alto preço das duas versões portuguesas da Sagrada

---

<sup>839</sup> LOPES, Eliane M. Teixeira; FILHO, Luciano M. de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica 2011, p. 142.

<sup>840</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>841</sup> EBY, Frederick. **História da educação moderna**: séc. XVI/séc. XX. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1978, p. 325.

<sup>842</sup> MANACORDA, Mario. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

<sup>843</sup> LOPES, Eliane M. Teixeira; FILHO, Luciano M. de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica 2011, p. 142.

<sup>844</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 51, novembro/2000, p. 12.

<sup>845</sup> ROQUETE, José Ignacio. **História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fieis**, Pariz: V<sup>a</sup> J.-P. Aillaud, Guillard e C<sup>a</sup>, [s.d.], 10<sup>a</sup> ed. t. 1, p. VIII.

<sup>846</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa III**: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 308.

Escritura tornarem quase impossível a sua aquisição pela maioria dos fiéis. Aos sábios e doutores da lei, cumpria ler o texto bíblico direto da própria fonte, a bíblia, porém, aos pais e mães de família, assim como aos professores e alunos da instrução primária, cabia serem direcionados, lendo o “História Sagrada”, impresso que trazia “toda a substância, seiva e espírito das Santas Escrituras”.<sup>847</sup>

Mais do que a impossibilidade de a maioria dos leigos adquirirem o texto bíblico pelos altos preços das edições, as autoridades eclesiásticas pareciam temer uma leitura popular da bíblia, pelo seu conteúdo “revolucionário”. Contraditoriamente ao que fora dito pelos professores com relação a essas produções religiosas, para Dom Romualdo Antonio de Seixas, Arcebispo da Bahia, a referida obra continha “linguagem clara, suave e castigada”. A principal característica que atenderia aos interesses da Igreja seria as “instrutivas e tocantes reflexões”<sup>848</sup> que acompanhavam as lições, como afirmava. Tais reflexões agiriam contra uma leitura subversiva e contra possíveis “novos e rebeldes sentidos”,<sup>849</sup> construindo ao mesmo tempo junto ao leitor, uma leitura “obediente” e “proveitosa”. Na prática, tais dimensões significariam a própria vivência nas relações sociais das mensagens que os livros veiculavam, numa tentativa de fazer com que o leitor conformasse os seus procedimentos com a “Escritura Sagrada” e tomasse a sua leitura não somente como fundamental para a salvação de sua alma, mas também como forma de obediência aos ditames da Igreja e das autoridades constituídas. O livro, portanto, como estudado por Roger Chartier, serviria como “um guia de vida, como um texto a qual se pergunta a arte de viver, sendo o modelo, o livro por excelência, a Bíblia”.<sup>850</sup>

\*\*\*

Nessa época, o comércio livreiro da Fortaleza oitocentista era invadido por traduções alemãs do gênero conto, que se traduziu, sobretudo, como visto pelos catálogos de livrarias e editoras, em contos morais, como “O alforge do contador”, uma “escolha de 100 contos, parábolas e historiazinhas para meninos de ambos os sexos”, traduzidos por Câmara Bittencourt, ainda “O livro variegado”, “contendo 75 contos morais e divertidos para meninos

<sup>847</sup> ROQUETE, José Ignacio. **História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fiéis**, Pariz: V<sup>a</sup> J.-P. Aillaud, Guillard e C<sup>a</sup>, [s.d.], 10<sup>a</sup> ed. t. 1, p. VII.

<sup>848</sup> ROQUETE, José Ignacio. **História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fiéis**, Pariz: V<sup>a</sup> J.-P. Aillaud, Guillard e C<sup>a</sup>, [s.d.], 10<sup>a</sup> ed. t. 1, p. VII.

<sup>849</sup> LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>850</sup> CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 241.

de ambos os sexos”<sup>851</sup> ou mesmo os “Novos contos recreativos e doutriniais de um pai a seus filhos”, por F. Hoffmann e traduzidos por Dr. Anstett.<sup>852</sup>

Nesse movimento, os livros de Abílio Cesar Borges destinados ao ensino da leitura pareciam assumir maiores ou outras responsabilidades, na medida em que não se comprometiam somente com o desenvolvimento deste saber, pois o leitor entraria em contato com um conjunto de conteúdos de outros campos como o da ciência natural e da geografia. Logo na capa do seu “Segundo Livro de Leitura”,<sup>853</sup> já apresentava o “diferencial” ou mesmo sua aposta como um aspecto que faria de sua obra aceita e adotada pelos diretores da instrução pública, assim como demais estabelecimentos educacionais e famílias interessadas na instrução de seus filhos. Seriam os princípios científicos, como a observação e a intuição, elementos fundamentais para se fazer desenvolver o ensino.

Publicado pela Francisco Alves, livraria e editora que, segundo Aníbal Bragança, “lançou as bases modernas da edição escolar no Brasil”,<sup>854</sup> cujo proprietário chegou a ser reconhecido como o “Rei do Livro”, a referida produção era composta de pequenas histórias, fábulas, poemas, hinos religiosos, “instruções e máximas que os meninos devem ler frequentemente e com muita atenção”, noções de História Sagrada, pequenos resumos de histórias do antigo testamento. Tratava-se de uma “nova edição correta, melhorada e aumentada de trinta e dois pequenos artigos sobre conhecimentos elementares muito úteis para enriquecer a memória e a inteligência dos meninos com grande cópia de termos e de ideias para despertá-los o espírito de observação”.<sup>855</sup>

Para Abílio, devia-se cultivar a observação e a razão, fazendo com que as crianças intuíssem, descobrissem e entendessem “por si mesmos os motivos, as regras e os princípios”<sup>856</sup> que lhes eram ensinados. Assim, não deixaria de mencionar Pestalozzi, no que se refere a um dos princípios do ensino intuitivo, em que se deveria proceder “sempre do conhecido ao desconhecido, do simples ao composto, engrandecendo-se as dificuldades, e seguindo-se uma

<sup>851</sup> A Constituição, 6 mar. 1866, n. 44, p. 4, 3 e 4 col, Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira: obras para instrução primária.

<sup>852</sup> A Constituição, 6 mar. 1866, n. 44, p. 4, 3 e 4 col, Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira: obras para instrução primária.

<sup>853</sup> No final da introdução tem a seguinte data: Paris, 16 de novembro de 1866. BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Introdução, p. XIX.

<sup>854</sup> BRAGANÇA, Aníbal. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. In: BRAGANÇA, Aníbal. **Rei do Livro**: Francisco Alves na história do livro no Brasil e da leitura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 27.

<sup>855</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Capa.

<sup>856</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. XVIII.

progressão de tal sorte graduada, que o menino perceba apenas os progressos que faz”.<sup>857</sup> O seu “Terceiro Livro de Leitura” também se apresenta nessa mesma esteira.

Nos primeiros tempos de escola, as crianças só deveriam aprender a ler. A escrita só deverá começar depois de souberem ler, e jamais antes dos 6, ou mesmo dos 7 anos de idade. O estudo da gramática deveria ser mais prático que teórico. As operações de aritmética deveriam ser ensinadas em concreto e esclarecidas com frequentes e variados problemas, a fim de que compreendam os meninos a utilidade do que aprendem e o conservem, portanto, na memória. Quanto a ortografia, em vez de lições decoradas, não seja ensinada senão por meio de exercícios constates de cópia ou ditado, em que aprendam os discípulos pela prática, aquilo que só da prática é.<sup>858</sup>

O ensino deveria começar pelas “noções concretas e analíticas, esperando-se a idade em que a inteligência e a razão se achassem já suficientemente desenvolvidas e fortes, para se passar às ideias abstratas e aos princípios gerais”.<sup>859</sup> Arrogando para a sua obra o *status* de “avançada” e inclusive citando autores como Pestalozzi e Froebel, figuras eminentes do campo do saber e método escolar, conclamava seus pares a compreenderem que seria mais proveitoso para as crianças se o ensino concreto e experimental precedesse o teórico e abstrato. A esse respeito afirmava: “são os meninos tratados como marchinhas, que se supõem incapazes de espontâneo movimento. Deixai falar vossos discípulos; deixai-os pensar e agir: se eles caírem ou errarem, vossa mão aí está para tornar seus próprios erros ocasiões de aprender”.<sup>860</sup>

Defendendo o desenvolvimento do espírito de observação, da razão e indução, para o Barão de Macaúbas, o estudo da gramática teria de ser mais prático que teórico e as operações de aritmética deveriam ser ensinadas de forma concreta. As primeiras leituras seriam amenizadas “pela narração de cenas comuns da vida, deles conhecidas, e de que eles mesmos eram protagonistas”.<sup>861</sup> E acrescenta:

Tenhamos a virtude e a coragem de o confessar. Nenhum, ou, para salvar exceções, bem poucos mestres se ocupam de fazer com que seus discípulos entendam o que lêem; de tal modo que nenhuma vantagem tiram eles da leitura, além do fato material de aprenderem a conhecer as letras, liga-las em sílabas e estas em palavras.<sup>862</sup>

[...]

É fato sem dúvida triste para nós, mas infelizmente real, que nossos meninos até a idade de onze anos, e muitas vezes até doze e treze não ligam, em geral, pensamento

<sup>857</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. XVIII.

<sup>858</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, parte: Introdução da primeira edição, p. VIII.

<sup>859</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, parte: Introdução da primeira edição, p. IX.

<sup>860</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. XII.

<sup>861</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. XI.

<sup>862</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Introdução, p. XI.

algun ao que leem: são verdadeiros autômatos, ou papagaios, lendo o que não entendem, nem se inquietam de entender, nem sequer tem consciência de que devem entender.<sup>863</sup>

O modelo de leitura baseado na mera decoração e ritmo puramente mecânico de leitura do código, cujas palavras eram apresentadas de forma vazia de sentido, parecia não se sustentar mais frente à necessidade de formação do espírito. O crescimento dos debates em torno da renovação do currículo escolar primário, dos métodos e conteúdos apontavam para novos tempos conferindo à Instrução Pública cada vez mais a necessidade de reformas que já se faziam presentes nos Estados Unidos e países da Europa. O “livrinho” de Abílio, como assim mesmo se referia ao seu “Segundo Livro de Leitura”, era fruto do que havia aprendido na prática do ensino e na observação feita nos “principais focos de luzes da Europa culta”, onde os “distintos mestres” compunham livros de acordo com o “nível débil de compreensão” das crianças.<sup>864</sup>

Aos professores, cabia “apresentar os fatos e ajudá-los a deduzirem as consequências”,<sup>865</sup> não supondo das crianças “ideias ou juízos que não tinham e nem podiam ter”.<sup>866</sup> Um saber científico e filosófico em contraposição à retórica baseada em nomes, datas e nos fundamentos que explicavam a doutrina cristã católica ganhava espaço nas discussões nos próprios livros escolares, consagrando autores e desqualificando outros. Para Abílio, “não oferecendo nada à memória que não possa ser compreendido pela inteligência”,<sup>867</sup> com exercícios graduados, progressivos e multiplicados, conseguir-se-ia desenvolver o intelecto, “formando o juízo e encaminhando sentimentos, ensinando-lhes a pensar e obrar segundo as leis morais, ao mesmo tempo que a ler e escrever”.<sup>868</sup>

Nesse movimento, o seu “Segundo Livro de leitura”<sup>869</sup> parecia se contrapor a muitos que circulavam no mercado livreiro e eram utilizados nas aulas primárias. Com “um estilo

<sup>863</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Introdução, p. XII.

<sup>864</sup> Como quem dava um conselho com as palavras “convém que seja lida”, referindo-se à introdução de seu Segundo Livro, Abílio utilizou essa parte para afirmar não existir em língua portuguesa um livro como o seu. Para mais informações ver: BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. X (introdução).

<sup>865</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Introdução, p. XVIII.

<sup>866</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Introdução, p. XVIII.

<sup>867</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Introdução p. XVII.

<sup>868</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Introdução p. XVII.

<sup>869</sup> Abílio parecia apostar, como um autor que desejava ver sua obra circular no mercado de impressos, o que estivesse ao seu alcance para que seus livros continuassem a ter um sucesso de vendas, como obteve a primeira edição do “Segundo Livro”, sendo vendidos dez mil exemplares em menos de dois anos. Colocando sua obra ao gosto e preferência dos leitores, o Barão de Macaúbas acreditava que essa nova edição continuaria a merecer igual ou estima maior, dado que trazia os métodos tidos mais modernos do campo educacional.

verdadeiramente infantil”, sem fatigar as crianças e os professores, essa produção ensinaria com “proveito real as boas e sãs doutrinas da moral e da fé”.<sup>870</sup> Foi elaborado com um estilo e linguagem apropriada às capacidades léxicas dos alunos, parecendo abarcar um maior público, especialmente os menos cultos, ao contrário de outros livros escolares que pareciam agradar ao gosto e estilo literário dos que tinham com as letras maior intimidade. Com frases, períodos e orações curtas, os assuntos podiam assim prender a “débil atenção das crianças”. Para reafirmar a importância de sua obra, Abílio valeu-se dos prólogos e introduções para mencionar títulos de obras e autores tidos como “inapropriados” ao desenvolvimento das crianças, em uma tentativa de aventar a incapacidade de tais conteúdos e métodos contribuírem no adiantamento do ensino, como as críticas tecidas ao livro “Tesouro dos meninos”, obra de Pierre Louis Blanchard,<sup>871</sup> que “nem o estilo, nem a linguagem, nem os assuntos, eram apropriados para meninos de nove anos”.<sup>872</sup>

Para fazer difundir a instrução, parecia não se sustentarem mais os velhos paradigmas baseados na memorização e na linguagem erudita dos catecismos. Com esses aspectos, os livros de leitura de Abílio Cesar Borges pareciam fazer convergir para si um valor altíssimo, sobretudo no que concerne à própria pedagogia em que a instrução estava baseada: a memorização. Não era apenas decorar um conjunto de palavras ou mesmo conhecer as letras e a fonética, pois os conteúdos não se comprometiam apenas com o ensino da leitura, visto que, com a nova edição do “Segundo Livro” do professor Abílio, “com pouco importante aparência e despida de qualquer pretensão literária”,<sup>873</sup> o leitor entraria em contato com um conjunto de conteúdos de outros campos. Composto “trinta e dois pequenos artigos sobre conhecimentos elementares muito uteis para enriquecer a memória e a inteligência dos meninos de grande cópia de termos e de ideias para despertar nos mesmos o espírito de observação”,<sup>874</sup> nessa parte, contemplavam-se assuntos referentes às ciências: reinos da natureza, estados dos corpos, corpo humano, madeiras de construção e aves do Brasil, geografia, com as capitais, e o tempo e suas medidas.

---

<sup>870</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. Introdução, p. X.

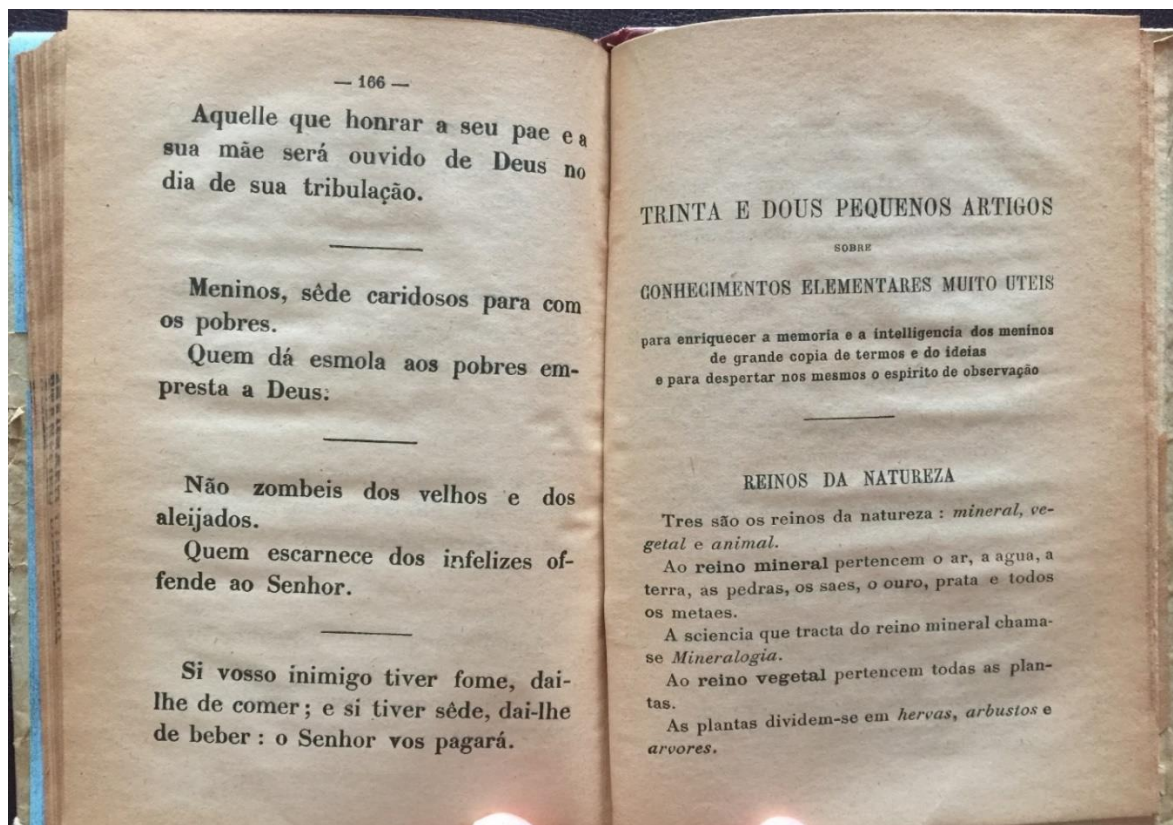
<sup>871</sup> A referida obra foi traduzida do francês por Mateus José da Rocha. Esse título teve grande circulação no Brasil desde final do século XVIII.

<sup>872</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. XII.

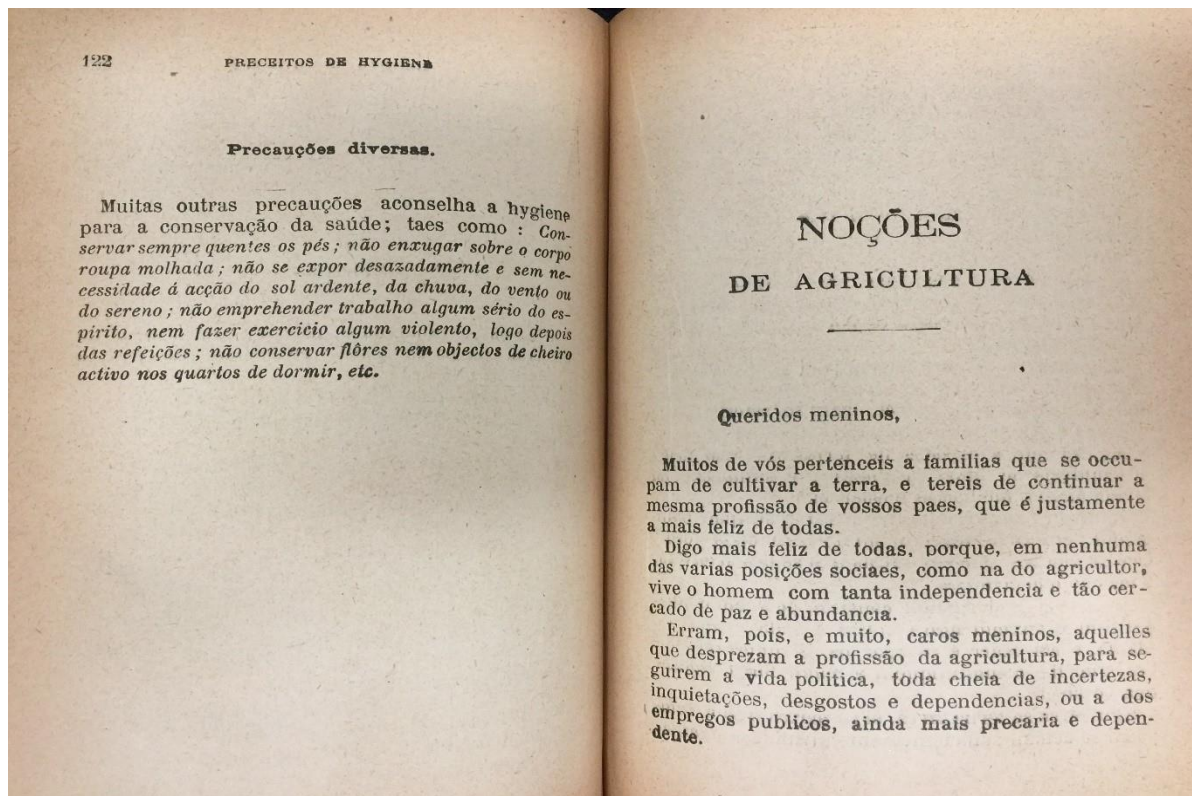
<sup>873</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Introdução p. XI.

<sup>874</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, capa.

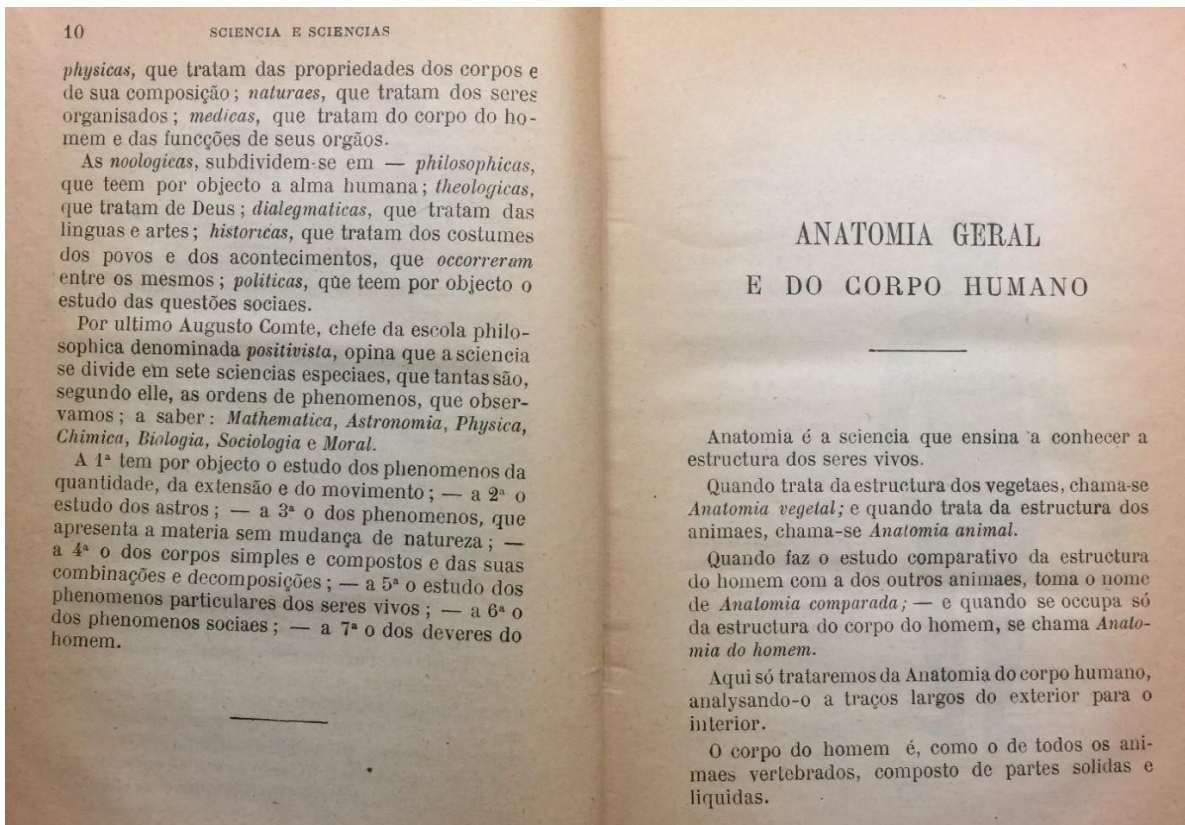




**Figura 28:** Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges  
**Fonte:** BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. 167.



**Figura 29:** Terceiro Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges  
**Fonte:** BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 1



**Figura 30:** Quarto Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges

**Fonte:** BORGES, Abílio Cesar. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras.** Rio de Janeiro; Francisco Alves, Nova Edição, [s.d], p. 11

Da mesma forma, seguindo a organização dos conteúdos como no formato de enciclopédia, o seu “Terceiro...” e “Quarto Livro de Leitura” são compostos de assuntos de várias matérias: ciências naturais, físicas e sociais, noções de astronomia, noções de geografia geral e do Brasil, de história do Brasil, história natural, história geral e pátria, preceitos de higiene, noções de agricultura, indústria, viagens e costumes, poesia, fábulas, pequenas histórias do novo testamento, poesias de Gonçalves Dias, hinos religiosos a serem cantados pela manhã e à noite, biografias, regras de moral e civilidade. O Terceiro se tratava de uma “nova edição reformada e melhorada, premiado com medalha de ouro na Exposição Universal de Paris.”<sup>875</sup> Já o Quarto, uma edição elaborada em colaboração com Dr. Joaquim Abílio Borges. Para Abílio, “não é só de ler que precisavam os brasileiros: necessitavam também instruir-se”.<sup>876</sup> Para isto, oferecia em seus livros, desde o Segundo até o Quarto, “noções variadas e

<sup>875</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, capa.

<sup>876</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras.** Rio de Janeiro; Francisco Alves, Nova Edição, [s.d], p. 7 (Prólogo).

numerosas de conhecimentos úteis”,<sup>877</sup> ressaltando a necessidade de levar os alunos a observarem, intuírem e compreenderem o que era ensinado, aliado à religião, sem a preocupação de ser esta excluída.

Atendendo a uma pedagogia alimentada pelas prescrições cristãs católicas, ou essas produções ansiavam imprimir um rigoroso controle às crianças, não atendendo a uma fronteira entre infância e vida adulta, ou objetivavam chamar também a atenção de um outro público, por as mensagens se endereçarem, a depender do conteúdo, mais ao leitor em idade adulta. Pelos indícios provenientes de sua própria materialidade, vê-se que, ao longo da segunda metade do século XIX, os livros de Abílio buscaram atender a um variado público, embora fossem elaborados para serem utilizados na instrução primária. Ainda que apresentando um estilo e linguagem simples, procurando atender às capacidades léxicas das crianças, quanto aos ensinamentos e lições que se deveriam depreender das histórias e fábulas, expressando-se em máximas e sentenças, ou seja, os elementos para a formação do caráter, um conjunto de preceitos e prescrições cristãs eram postos ao pouco entendimento das crianças, parecendo, muitas vezes, querer falar mais aos pais e aos mestres do que mesmo aos alunos.

O compêndio escolar, por vezes, era o único livro, junto aos manuais religiosos, presentes nas residências. As camadas pobres, como visto ao longo desta investigação, esforçaram-se, em especial materialmente, para adquirir ao menos este gênero, para seus filhos pudessem frequentar a instrução primária. Logo, parecia ser interessante conter informações que atrairiam, por um lado, mais aos adultos do que mesmo às crianças. Assim, diante do exposto, é importante ter em conta algumas questões.

Ainda que, naquele momento, o mercado de compêndios escolares tenha apontado para certas novidades procurando sempre apresentá-las a partir dos referenciais pedagógicos ditos os “mais modernos” do campo educacional, o circuito livreiro conviveria, ainda por vários anos, com livros produzidos a partir de uma escrita mais ou menos erudita e significativa quantidade de conteúdo religioso, como as edições da “História Sagrada”, de Roquete, e da “História Bíblica”, por D. Antônio de Macedo Costa. Composta por dois tomos, a primeira era destinada à “instrução e santificação dos fiéis e particularmente para uso dos alunos dos Seminários de Portugal e do Brasil”,<sup>878</sup> já a segunda era oferecida às escolas e famílias portuguesas.<sup>879</sup> Mesmo

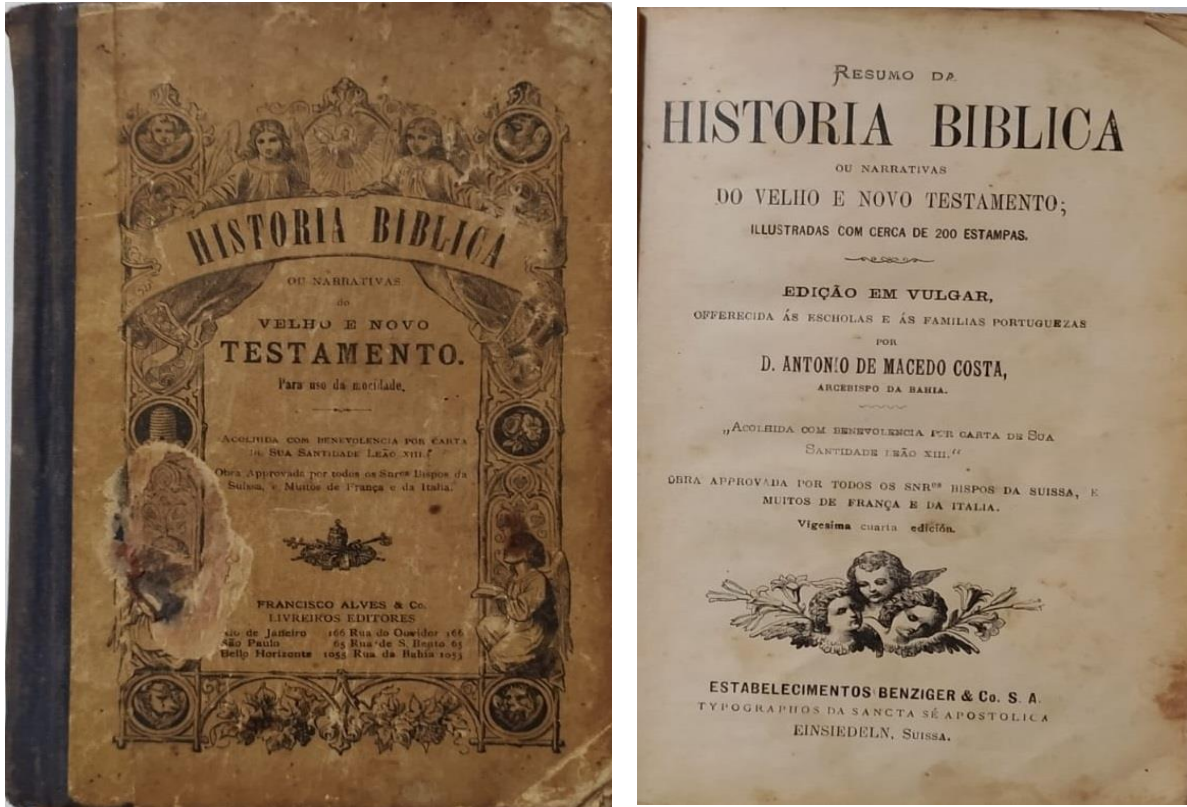
---

<sup>877</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro; Francisco Alves, Nova Edição, [s.d.], p. 7 (Prólogo).

<sup>878</sup> ROQUETE, José Ignacio. **História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fiéis**, Pariz: V<sup>a</sup> J.-P. Aillaud, Guillard e C<sup>a</sup>, [s.d.], 10<sup>a</sup> ed. t. 1.

<sup>879</sup> COSTA, Antonio de Macedo. **Resumo da História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento**. Suíça: Typographos da Sancta Apostolica/Estabelecimentos Benziger & Co. S. A, 24<sup>a</sup> ed, [s/d].

não sendo produzidas para atender ao ensino de nível elementar, esses títulos foram admitidos e adotados nas aulas primárias ao longo de toda a segunda metade do XIX.



**Figura 31:** Capa do livro História Bíblica, de Antônio de Macedo Costa

**Fonte:** COSTA, Antonio de Macedo. **Resumo da História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento.** Suíça: Typographos da Sancta Apostolica/Estabelecimentos Benziger & Co. S. A, 24ª ed, [s/d]

Nesse cenário, vê-se um movimento expressivo de produção e circulação de edições que não distinguem e/ou separavam o seu público leitor-consumidor de acordo com as divisões de classes escolares. Seja por conter conteúdos que não pertenciam ao currículo do ensino primário elementar, ou pela pouca formação dos mestres, especialmente porque a Escola Normal só foi inaugurada, no Ceará, em 1884, tais livros ganharam críticas, especialmente por parte dos professores primários, cujas reais dificuldades eram sentidas na prática escolar quando admitidos para uso na sala de aula. Embora a linguagem erudita impressa nessas produções tenha a ver também com a própria estrutura do ensino primário, baseado em classes isoladas ou avulsas e reunindo em uma mesma aula alunos de diferentes níveis de aprendizagem, visto que os grupos escolares e o ensino seriado se disseminariam somente a partir de 1893,<sup>880</sup> o mercado

<sup>880</sup> Para mais informações sobre a estrutura do ensino primário e suas modificações em finais do XIX, especialmente com a implantação dos grupos escolares e do ensino seriado, ver: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado Educacional do século XX no Brasil.** 2 ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2006.

de livros escolares já veiculava, no caráter religioso, uma variedade de edições infantis, voltadas para as especificidades de desenvolvimento intelectual deste público.

Assim, mesmo o mercado livreiro já indicando certa tendência que viria a ser observada de maneira mais efervescente no final do século XIX, o crescimento de publicações e a circulação de edições escolares atendendo aos mais variados preços e formatos, inclusive edições a preços baixos, o catecismo da doutrina cristã e os catecismos diocesanos obedecendo aos ditames da influência da religião na educação continuavam sendo os únicos livros presentes em inúmeras aulas primárias. Aqui ganha concretude uma hipótese pertinente que podemos concluir: tal questão não se dava somente pela precariedade material do ensino público, mas por se acreditar que bastava apenas o ensino das coisas sagradas e o despertar da consciência moral para tornar as crianças, aquelas pertencentes às camadas pobres, aptas à convivência social. Nas próprias correspondências trocadas entre professores, inspetores, diretores e presidente de província, seria possível confundir a instrução primária com aulas de catequese na medida em que à alfabetização juntava-se, em maior grau, a fé e a moral religiosa.

Quando se pensava a difusão das “luzes” entre os mais pobres, o modelo de educação estava indissociavelmente atado à religião católica. O professor primário era, em muitas situações, a “alternativa à autoridade do pároco”.<sup>881</sup> Não atuaria somente como complemento no que concerne às coisas sagradas, à autoridade familiar ou da igreja, mas percebe-se, pela própria legislação educacional do período, que cada vez mais se exigia para a escola a responsabilidade da instrução moral e religiosa, fato que influenciou fortemente na materialidade dos livros escolares, em especial, o conteúdo e a pedagogia da leitura. Tendo sua formação adquirida nos velhos catecismos cristãos ou folhetos da doutrina católica, para além da sala de aula, entre as funções dos professores, estava a do dever de levar seus alunos à missa e incentivá-los às aulas dominicais.

Em suma, vê-se, ao longo da segunda metade do século XIX, na instrução aos pobres, mais a valorização e utilização de manuais que não davam conta das reais dificuldades que enfrentavam professores e alunos, pela quantidade de notas de rodapé, pelas poucas imagens veiculadas e, especialmente, pela escrita erudita. Mesmo com a proliferação e crescimento do comércio de títulos que apontavam, embora sem criticar de forma ferrenha, para algumas mudanças que se acreditava serem necessárias, a instrução pública permanece ainda fortemente fundamentada na decoração e verbalismo, dimensões que traziam em seu bojo a influência do

---

<sup>881</sup> BOTO, Carlota. **O mundo por escrito**: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999, p. 249.

conservadorismo católico, como no caso dos catecismos da doutrina cristã e dos livros de histórias bíblicas e sagradas.

Além da escrita erudita e do excesso de conteúdo presente em inúmeros compêndios, que serviam de obstáculos a um aprendizado mais efetivo por parte das camadas menos afortunadas, nesta parte, reside outro mérito quando se direciona a investigação aos aspectos materiais dos livros: o papel de diferenciador social que os manuais escolares imputavam. Nesse caso, especialmente nos livros destinados ao ensino da leitura, os conteúdos relativos às atividades de trabalho deixavam claro que, no que concerne à agricultura ou às tarefas executadas no campo, dimensão econômica da qual as camadas pobres eram dependentes, os filhos teriam que continuar a “profissão” de seus pais, alimentando, dessa maneira, o sistema de dependência pessoal. Do mesmo modo, quando os autores afirmavam existir um público “inculto” e “pouco afeito às letras” que merecia ser direcionado, pois o “fiel, indivíduo frágil e sujeito ao pecado deveria ser sempre guiado, quer fosse no confessionário ou por meio dos sermões e rituais, quer fosse nas leituras religiosas empreendidas, pois, do contrário, poderia, ‘perder-se’ totalmente”,<sup>882</sup> mais uma vez vê-se o “papel pedagógico, aculturador, disciplinador, atribuído aos textos”.<sup>883</sup>

Ao mesmo tempo em que se procurava “romper” ou fazer mudar a própria estrutura da instrução pública com as transformações nos currículos, métodos e conteúdo na transição do Império para a República, foi também por meio das letras e dos livros que se buscou manter a ordem vigente. A difusão das letras como via de fazer ser aceito determinado projeto de sociedade que se daria aos mais pobres por meio da religião e do trabalho é a questão discutida no próximo tópico deste capítulo.

### 5.3 O ensino de leitura, a religião e o trabalho

Com a imagem de uma criança de joelhos e mãos postas em oração, a primeira lição do “Segundo Livro de Leitura”, intitulada “Amor de Deus”, de Abílio Cesar Borges, compêndio utilizado nas aulas primárias, no Ceará, já indica o caráter religioso do impresso, no qual se combinam às lições elementos da doutrina cristã e do velho e novo testamento, parecendo querer mirar a infância desde os seus primeiros anos de vida. Apresentando os valores com que

---

<sup>882</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004, p. 221.

<sup>883</sup> CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília, Unb, 1999, p. 25.

seria instruída a “infância do povo”, esse período da vida do sujeito constituía o principal meio por onde as ideias do Barão de Macaúbas soariam de maneira satisfatória, sobretudo, às elites políticas. Afinal, Abílio se propunha com seu empreendimento a apresentar os caminhos por onde se “regeneraria” um povo, o que passava pela obediência às autoridades constituídas.

Si se quer melhorar um povo, regenerá-lo ou aperfeiçoá-lo, o único meio de conseguir consiste em dar a infância do povo, em livrinhos ao nível de suas forças intelectuais, as sans doutrinas da moral e da religião, da razão, da virtude e da ordem: e é só na escola que isso se pode fazer, e sob a direção de mestres dignos de tão grande tarefa.<sup>884</sup>

O crescimento do comércio livreiro na segunda metade do século XIX, especialmente com as tentativas de ampliação do público leitor e consumidor, fazia despontar, de forma cada vez mais incisiva, uma literatura escolar que se propunha a continuar a chamar a religião como forma de pacificar as diferenças, tomando a fé como dimensão definidora daquela ordem pela via da escritura sagrada. Para isto, o livro por excelência não seria mais a bíblia, pelo menos em sua materialidade direta como no século XVIII, nem somente os livros religiosos. Os compêndios escolares, em especial os livros de leitura, embora apontassem algumas mudanças, como a inserção de um ensino que primasse pela intuição se contrapondo aos métodos baseados na decoração, foram assumindo importante papel na elaboração do culto ao progresso aliado à religião, como visto no tópico anterior deste capítulo.

Naqueles idos, ao mercado livreiro, estava o desafio de pôr à disposição do público leitor livros que atendessem à exigência de difusão da alfabetização e, junto a esta, dos valores defendidos como patentes da civilização que a classe ilustrada desejava construir. A coleção de livros de leitura de Abílio Cesar Borges parecia atender a tais demandas. Em toda a sua materialidade, Abílio parecia unir diversos gostos e interesses. Os valores católicos e os métodos considerados mais modernos pelas elites intelectuais para a difusão da instrução dialogariam “harmoniosamente” de modo a estabelecer a participação de tais forças no próprio estado de coisas à época, especialmente no que concerne às mudanças necessárias na instrução pública que já se faziam presentes em países da Europa e nos Estados Unidos.

Alfabetização e civilização apareciam nos saberes a serem adquiridos como parte do repertório de uma cultura erudita que se desejava fazer alcançar. Junto ao aprimoramento e fluência ou mesmo a inserção dos leitores no mundo das letras, um conjunto de prescrições era posto quase que em alto grau como a finalidade última. Os enredos das histórias e fábulas revelavam o seu caráter de leitura direcionada não ao entretenimento, de forma despreziosa

---

<sup>884</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Introdução, p. XV.

ou prazerosa, mas a uma cultura a ser impressa extremamente religiosa, baseada no temor e no castigo como parte do que as camadas mais abastadas tomavam como progresso e civilização.<sup>885</sup>

Com relação aos seus conteúdos, os enredos das histórias e fábulas pareciam ir ao encontro, pela pedagogia e métodos, do próprio cotidiano das aulas. Elaborados a partir do que se pode chamar de uma pedagogia do medo, do temor e da consciência de culpa, na cena pública, o médico e educador baiano Abílio Cesar Borges criticava ferrenhamente o emprego de castigos físicos na instrução oficial<sup>886</sup>. No entanto, a pedagogia contida nos seus livros acabava por reafirmar um modelo de educação em que a punição e o castigo constituía o principal meio de correção. Tal pedagogia se misturava e se fundia às virtudes católicas dos livros de teologia moral, de vida dos santos, de história sagrada, todos elaborados a partir do livro por excelência, a bíblia.

Nas historietas e fábulas, as situações terrenas misturavam-se às histórias bíblicas como quem desejava, pela tradição católica, diga-se aqui os seus ensinamentos, afirmar que as consequências de seus atos também seriam, assim como se deu no passado bíblico: a fome, o padecimento, as doenças, a humilhação pública. Embora não especifique se os castigos por parte dos mestres deveriam ser os de toda ordem, inclusive o físico, a maioria das histórias e fábulas possuía um fim trágico ou consequências desastrosas para os personagens que desprezavam as advertências e conselhos de seus pais e mestres, como contavam as lições que traziam cenas de mortes e doenças do seu “Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras”.<sup>887</sup>

---

<sup>885</sup> Para inúmeras crianças da instrução primária, essa cultura erudita religiosa foi ensinada de forma “puramente oral”, na medida em que a penúria de livros não permitia que todos tivessem a posse do impresso. Quando muito, apenas os professores e alguns poucos teriam que dividir os exemplares nas aulas. Sem contar que passavam semanas escrevendo em pedras, por falta de folhas.

<sup>886</sup> Nesse cenário, o Ginásio Baiano (1858) e o Colégio Abílio (1871) foram os primeiros estabelecimentos educacionais a fazer propaganda contra a palmatória. Na Bahia e demais províncias do Império, circulavam documentos como o escrito “Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade”, de autoria do próprio Abílio Cesar Borges, extraído do Globo e publicado pela Tipografia Cinco de Março em 1876. No movimento de “guerra à palmatória”, o Barão de Macaúbas [Abílio Cesar Borges] inclusive envia um exemplar deste impresso ao jornal Cearense. Fonte: BORGES, Abílio Cesar. **Plano de estudos e estatutos do Colégio Abílio fundado na Corte do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1872; BORGES, Abílio Cesar. **Vinte e dois anos de propaganda em prol da elevação dos estudos no Brasil (Fragmentos publicados no Jornal do Comercio em 1880)**. Bruxelas: Tipografia e Litografia E. Guyot, 1884; BORGES, Abílio Cesar. **Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade (extraído do O Globo)**. Rio de Janeiro: Tipografia Cinco de Março, 1876; Cearense, 1876, n. 45, p. 2, 4 col.

<sup>887</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Fábula: “Moscazinha”, p. 15.



— 14 —

« Formiga, queres brincar comigo ? »

Mas a formiga respondeu :

« Não: eu não posso ser preguiçosa: devo ajudar minhas irmãs a cortar e carregar folhas para não morreremos de fome, quando chegar o tempo das chuvas. »

Então pensou Miguelzinho consigo mesmo :

Que ! Si ninguem é vadio, nem preguiçoso, tambem os meninos não devem ser vadios, nem preguiçosos.

E logo seguiu depressa com gosto para a escola, e aprendeu muito bem sua lição: o mestre ficou muito satisfeito, e disse que elle era um menino muito bom, e havia de ser um homem de bem.

## A MOSCAZINHA

FABULA

Em certa occasião achava-se uma pequena mosca pousada juntamente com sua mãe na parede de uma chaminé.

Perto d'alli estava um caldeirão cheio d'agua a ferver.

A mosca velha, tendo necessidade de se separar de sua filha para ir tratar de alguns negocios, lhe disse antes de partir: « Minha filha, deveys permanecer neste lugar em que vos

— 16 —

deixo: não vos arredeis d'aqui até a minha volta. »

« Por que razão, mamãe? » perguntou a moscazinha.

« Porque eu temo que chegueis perto d'aquelle poço fervente, » respondeu a mãe.

« Mas, porque não devo eu chegar junto d'elle? » replicou a imprudente moscazinha.

« Porque haveis de cahir dentro d'aquelle terrivel poço, minha filha. »

« E porque hei de eu cahir dentro d'elle, mamãe? »

« Eu não vos posso explicar isso agora, respondeu a mosca; porém deveys acreditar na minha experiencia, e fazer o que vos ordeno; pois é para vosso bem.

« Todas as vezes que uma mosca

— 17 —

se aproxima de um d'aquelles póços ferventes, de onde vêdes subir tanto vapor, cahe dentro para nunca mais sahir. É isto que eu tenho sempre observado.

« Tomai, pois, sentido no que vos recommendo; não vos arredeis d'ahi durante minha ausencia. »

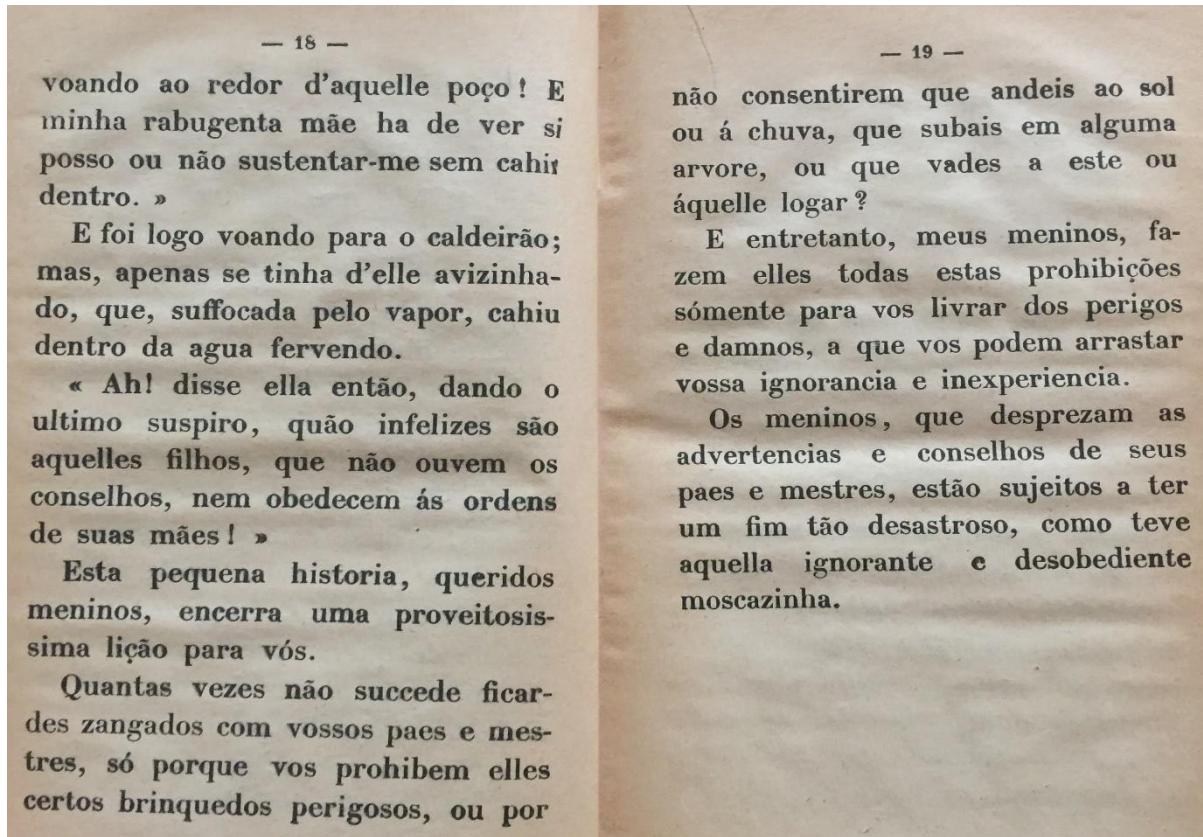
E a velha mosca, julgando que não era preciso dizer mais, partiu.

Porém, mal tinha partido, começou logo a filha a zombar de suas advertencias, e disse consigo mesma :

« Esta gente velha anda sempre cheia de temores. Caduquices! Porque me ha de querer privar minha mãe do innocente prazer de voar pela vizinhança d'aquelle poço? »

« Sou eu por acaso alguma tola? »

« Oh! muito hei de me divertir



**Figura 32:** Historieta do Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges

**Fonte:** BORGES, Abílio Cesar. Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Fábula: “Moscazinha”, p. 15.

Com o crescimento da produção de manuais escolares, ainda que viesse a despontar como empreendimento que geraria grandes lucros somente nos anos finais do XIX e inícios do XX, sobretudo com as livrarias especializadas, como a Francisco Alves, “o esforço aculturador da Igreja vai continuar a pôr em jogo todas as formas de cultura, a folha impressa, a escrita, o canto, a música”,<sup>888</sup> como visto nos hinos e orações veiculados nos livros de leitura de Abílio Cesar Borges. Nesses manuais, vê-se uma litografia, “os dispositivos estéticos”,<sup>889</sup> própria aos olhos das crianças, com imagens de seu cotidiano familiar, de brincadeiras, contos de fadas, sempre no sentido de chamar sua atenção, explicando e reforçando o que se defendia no conteúdo dos textos, colocando-lhes num universo repleto de deveres, comportamentos aceitáveis e direcionamentos que não se podiam contestar.

Tal estrutura dos compêndios denunciava o caráter com que o ensino da leitura esteve veiculado à religião, mesmo com o crescimento dos livros destinados “exclusivamente” ao

<sup>888</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 290.

<sup>889</sup> DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (org.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção na vida política no Brasil, Europa e Américas no século XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006, p. (INTRODUÇÃO).

aprendizado do saber ler, se observado o fim principal com que eram elaborados. A verdade deste ensino, diga-se os métodos, a pedagogia e as formas de leitura, só poderiam ser elaboradas a partir da doutrina cristã católica, dos elementos de sua teologia e moral, como há tempos o eram, ou seja, “por analogia à própria dogmática da igreja”.<sup>890</sup> Nesse ponto, as imagens, mais do que acompanhar os textos ou atuarem como dispositivos estéticos, deixando os livros inclusive mais caros, exerceriam função primordial: explicariam ou mesmo direcionariam as formas de leitura. Nas gravuras que representavam crianças de mãos postas em sinal de oração ou quando traziam mães lendo para seus filhos, não era apenas a religião que deveria ser cultivada dentro do lar, mas a própria leitura como prática ora individual e silenciosa, ora elevada a fé, ou coletiva, presidida pela mãe e reunindo os membros da família, a depender das situações do dia a dia.

A leitura a ser feita das imagens contidas nos manuais escolares seria ainda mais reforçada pelo quadro do cristo crucificado, item de primeira necessidade nos inventários dos móveis e utensílios, sem o qual seria impossível, como muitos professores afirmavam, prosseguir com seus trabalhos. Desejando inserir uma linguagem sagrada no ambiente das aulas, por meio deste quadro, acreditava-se que facilmente as crianças fariam a leitura, mesmo as que não soubessem ainda reconhecer as letras e juntar as sílabas. A imagem lembraria que o cristo morreu na cruz para redimir os pecados dos que nele creem, devendo, por isso, em retribuição, serem obedientes e seguirem os seus mandamentos, como apontavam os manuais de leitura.

Pelas fábulas e pequenas histórias, a ladainha a ser decorada não era mais aquela da liturgia, mas a compreensão de que se deveria conviver [isso nas lições a serem tomadas para a vida] com as histórias bíblicas, não somente porque a religião católica estava arraigada na sociedade oitocentista,<sup>891</sup> mas porque as lições deixavam claro que, se quisessem viver na abundância, pela ordem do trabalho, ou ter algum sucesso, o caminho seria andar nos ditames da moral evangélica católica, tomando tais lições como prática até mesmo das questões mais ordinárias do dia a dia.

---

<sup>890</sup> BOTO, Carlota. **O mundo por escrito**: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999, p. 249.

<sup>891</sup> Nesse caso, a presença do catolicismo obedece a diversas ordens, seja por via do Padroado, como força que não se restringia à dimensão religiosa, ou por meio da instrução às coisas sagradas, pois necessitariam delas nas mais diversas situações, inclusive como principal requisito para tornar-se professor primário. Nos Exames de Capacidade Profissional, por exemplo, as provas traziam trechos de livros como a “História de Simão de Nantua ou Mercador de Feiras”, de Laurent Jussieu, e de Iris Clássico, a fim de apresentar aos candidatos mensagens que traziam “regras de civilidade”, comportamentos, virtudes, “aperfeiçoamento moral”. Era pedido para dissertar sobre a “necessidade da religião em geral e vantagem do catolicismo”. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1864. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1864. BR CEAPEC IP CO EXM 01 03 (142) CX 70.

Em tal cenário, nos livros de leitura de Abílio, a convivência entre religião, fé e ficção incidia e, por vezes, fundia-se às narrativas da vida real dos sujeitos, isto porque os leitores, na medida em que liam, eram chamados a trazer a própria história como via de autocontrole de suas ações, conforme apregoado pelo livro sagrado, para quem muitos achavam ser o único suporte confiável em que se podia obter explicação para as coisas terrenas.

No período anterior à publicação do “Segundo Livro de Leitura” de Abílio Cesar Borges, já circulava desde 1861, no Ceará, o livro “Método Facílmo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscrita no mais curto espaço de tempo possível”, de autoria de Emílio Achilles Monteverde.<sup>892</sup> Composto por saberes destinados mais ao ensino da doutrina cristã do que mesmo ao aprendizado da leitura, os interessados podiam adquiri-lo na livraria de Joaquim José de Oliveira e na Tipografia e Casa do Sr. Villar, como anunciado no “Cearense” em junho de 1861 a março de 1862 ininterruptamente. Nessa Tipografia, estavam à venda inúmeras outras produções destinadas às escolas públicas e particulares, como o “Lições Morais”, título presente no inventário dos livros existentes na livraria de Joaquim José de Oliveira, em 1872,<sup>893</sup> o “Deveres do Homem”, por Silvio P., o “Bom Homem”, por Ricardo, e tantos outros considerados, ao longo do século XIX, *best-sellers* do mercado de produção escolar.<sup>894</sup>

A depender da página que se abria, podia-se facilmente confundir o “Método Facílmo”, impresso de grande circulação nas províncias do Império, como visto nos anúncios de jornais e nas correspondências da Instrução Pública do Ceará, com um compêndio religioso, isto porque na sua décima sexta edição, publicada pela Livraria Central de Gomes de Carvalho, de Lisboa, após às explicações sobre ditongos, vinham os “Conselhos à mocidade”,<sup>895</sup> em seguida, o “Resumo da doutrina cristã” e o “Mimo à infância ou manual de história sagrada ornado com 100 lindas estampas representando os principais sucessos referidos no velho e novo testamento”. Nessa parte, enfatizavam-se a “moral da religião cristã”, os “principais deveres dos meninos”, as “máximas, sentenças e pensamentos morais”, e as “regras úteis para se observarem na vida”.<sup>896</sup>

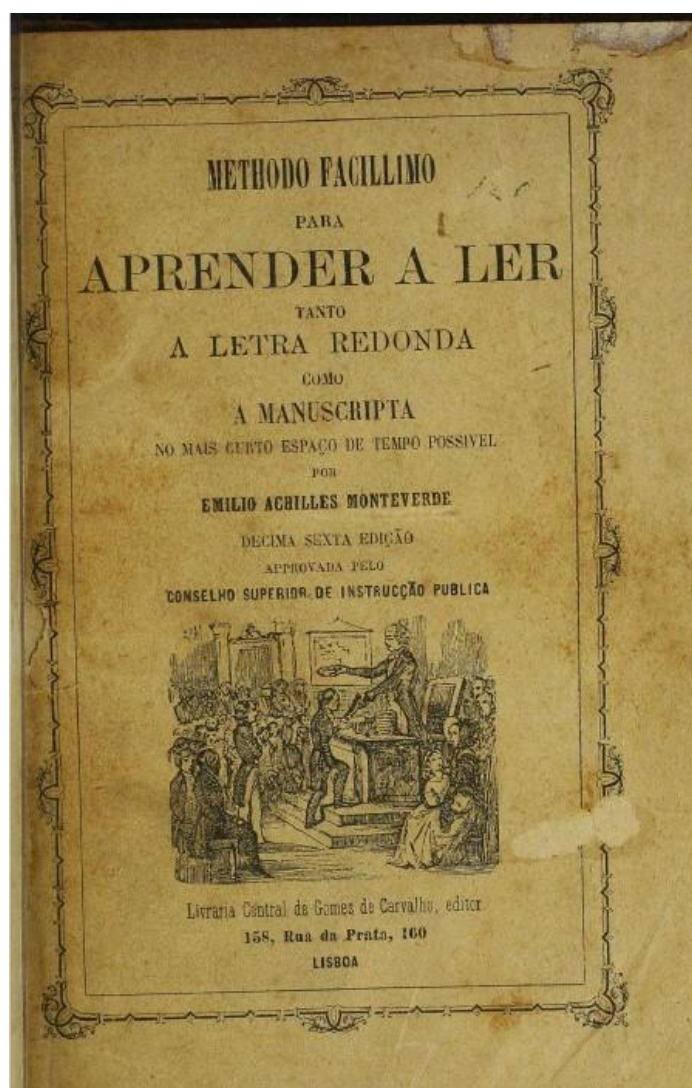
<sup>892</sup> No anúncio em questão, o nome do autor não é veiculado, apenas o título da obra.

<sup>893</sup> Inventário de Angélica Alexandrina de Oliveira, Cartório de Órfãos, Fortaleza/CE, Pacote 33, processo 16, 1870, Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

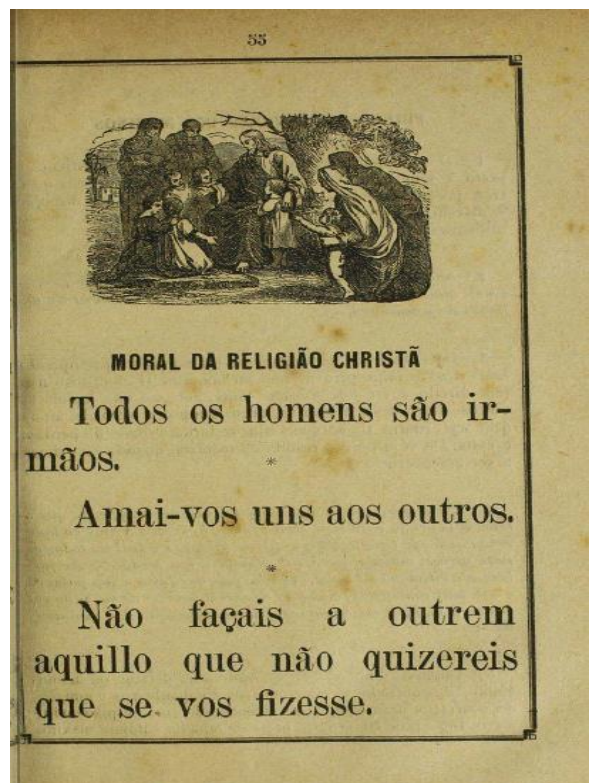
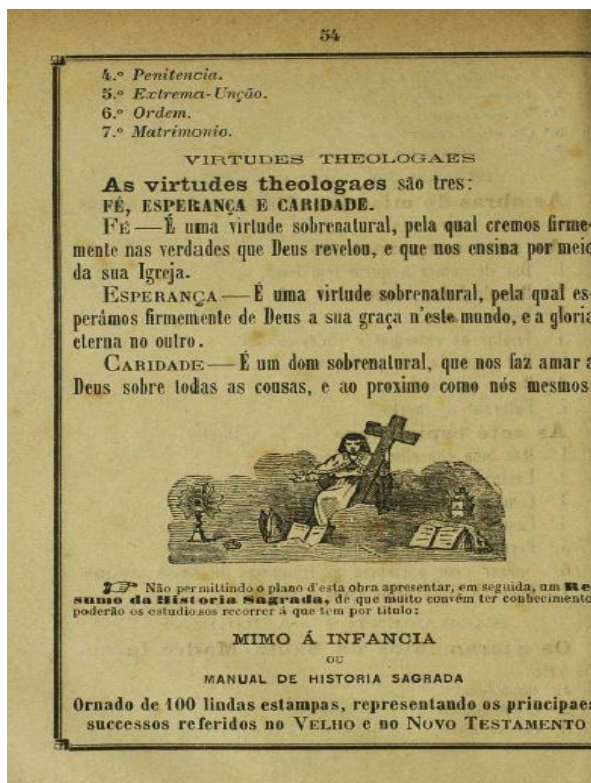
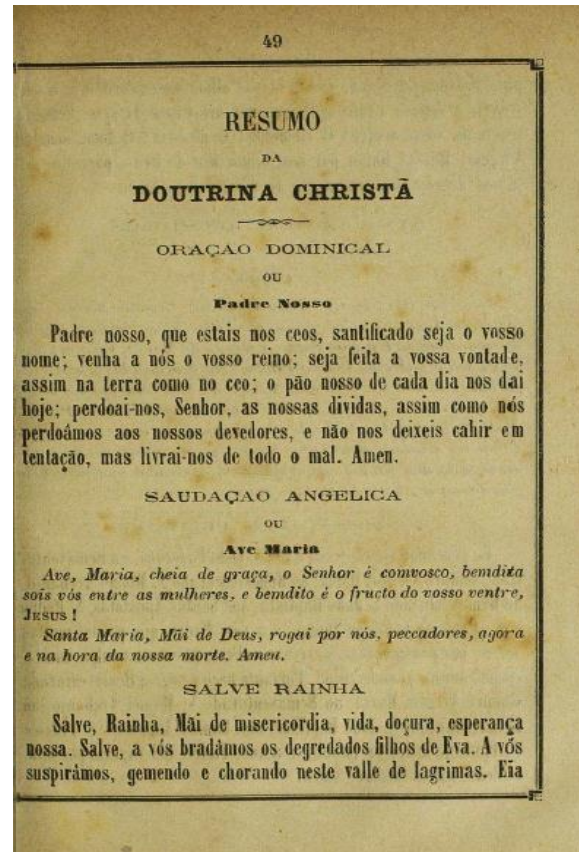
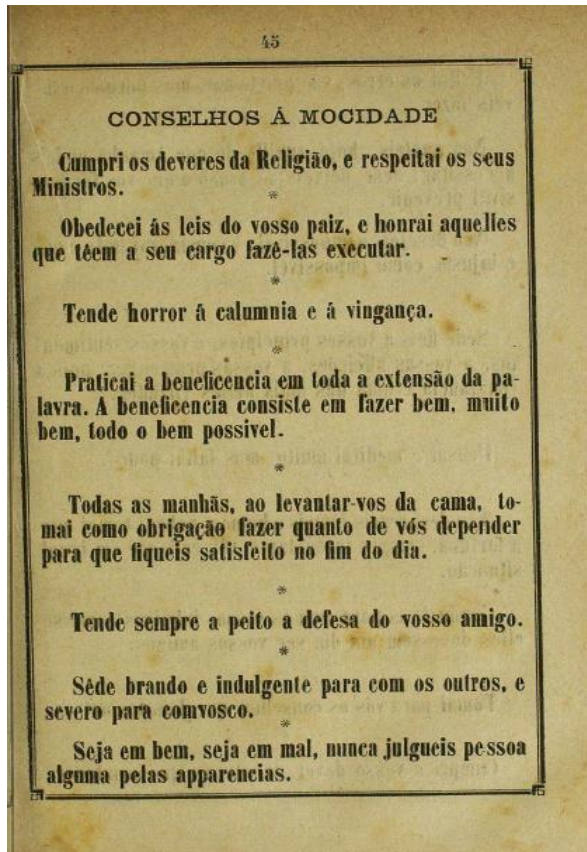
<sup>894</sup> Cearense, 25 jun. 1861, n. 1452, Anúncios, p. 4, 4 col.

<sup>895</sup> MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 45.

<sup>896</sup> MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--].



**Figura 33:** Capa do livro Methodo Facillimo para aprender a ler, de Achilles Monteverde  
**Fonte:** MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita. Lisboa:** Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--].



**Figura 34:** Livro Methodo Facilimo para aprender a ler, de Achilles Monteverde  
**Fonte:** MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita.** Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 45, 49, 54, 55.

O “Método Facilimo” apresentava os assuntos religiosos no formato de instruções, direcionamentos e sentenças, sempre alternando entre conteúdos estritamente relativos à leitura do código e outros tantos indo da religião às invenções portuguesas. Em tais partes, não era estabelecida qualquer relação com o ensino da escrita, a menos que o aluno já tivesse certas habilidades, o que as utilizaria para o seu aprimoramento. Seguia o formato dos livros de leitura daquele período, uma espécie de pequena enciclopédia que, mesmo se apresentando como um livro para se ensinar a ler, a religião ganhava espaço de prestígio.

As lições e ensinamentos colocavam o leitor de cheio em uma atmosfera não apenas de alfabetização, no sentido de marcar a necessidade de ser instruído nos ensinamentos que compõem os diferentes saberes do currículo primário, mas de uma série de prescrições que procuravam fazer com que se elaborasse um controle de si, de seu quarto, de seu espaço doméstico, assim como o “controle de uns sobre os outros”,<sup>897</sup> criando uma consciência culpada, onde a razão [o racional] discerniria entre a prática do que seria “adequado”, como também o sentimento de culpa quando se incorresse no que julgavam ser erros.

Nesse momento, os debates em torno da mudança de regime político, o desenvolvimento da indústria e a necessidade de mão de obra livre fizeram surgir, ao mesmo tempo, a exigência de identificar o Estado como instituição capaz de construir e manter uma escola formadora de almas preparadas para o trabalho. Os “Catecismos de Agricultura” figuravam junto aos “Catecismos da Doutrina Cristã” e aos compêndios destinados ao ensino da leitura, como os livros mais indispensáveis à instrução primária,<sup>898</sup> pois faziam das crianças amantes da religião e do trabalho. Assim, aos pobres, durante boa parte do século XIX, a instrução esteve voltada para a formação do trabalhador, obediente, econômico e amante da pátria. No Ceará, os professores incutiriam “o gosto e simpatia pelo estudo da principal fonte de riqueza” da Província: a agricultura, como afirmavam em resposta às circulares acompanhadas de um número razoável de catecismos referentes a este saber,<sup>899</sup> em 1862. Vê-se, portanto, uma educação que, antes de tudo, desenvolveria minimamente conhecimentos elementares a fim de

---

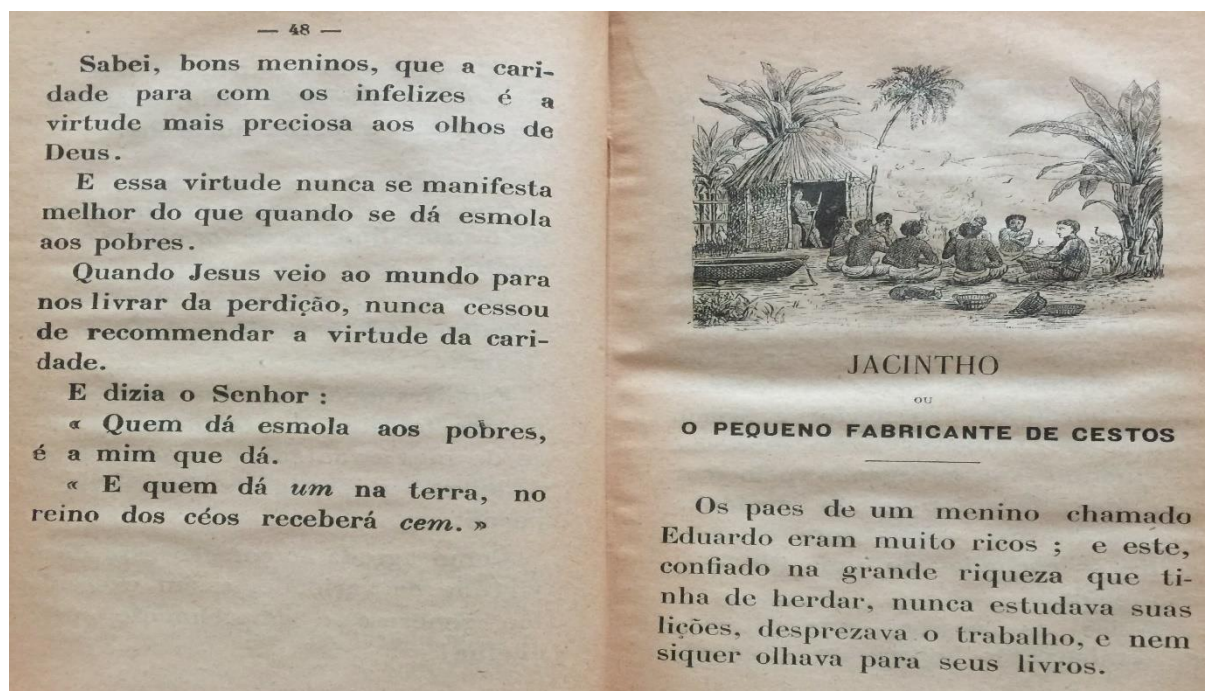
<sup>897</sup> BOTO, Carlota. **O mundo por escrito**: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999, p. 246 e 247.

<sup>898</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aquiraz, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aquiraz, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 13 01 (53 e 54). CX 52.

<sup>899</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1862. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1862. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 02 (113). CX 51 / CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Soure, 18. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Soure, Data Crônica: 1862. BR CEAPEC IP PP CO RE 05 01 (68). CX 50.

fazê-los, primeiramente, cientes dos seus deveres. Aprender a ler, para primeiro, compreender ordens e mandamentos, aspectos que contribuiriam na manutenção da ordem social.<sup>900</sup>

A investigação nos livros destinados ao ensino da leitura, impressos que, junto aos catecismos diocesanos, compunham, muitas vezes, os únicos livros presentes nas aulas primárias, permite concluir que a escola no Ceará, na segunda metade do século XIX, de fato, é mais moralizante e regulamentar do que voltada para a formação de algum ofício. Embora o trabalho passe a ocupar mais espaço na medida em que as discussões em torno das mudanças que se acreditavam necessitar o currículo primário ganhavam maior força, especialmente na última década do século, os conteúdos dos impressos utilizados no ensino de nível primário já traziam destacadamente, desde o início da década de 1860, a exaltação ao trabalho como sendo da ordem que “civiliza e que ao mesmo tempo constitui recompensa”.<sup>901</sup> Nas historietas, fábulas e máximas “o dever do trabalho”<sup>902</sup> e da religião é lembrado em todas as situações cotidianas das personagens.

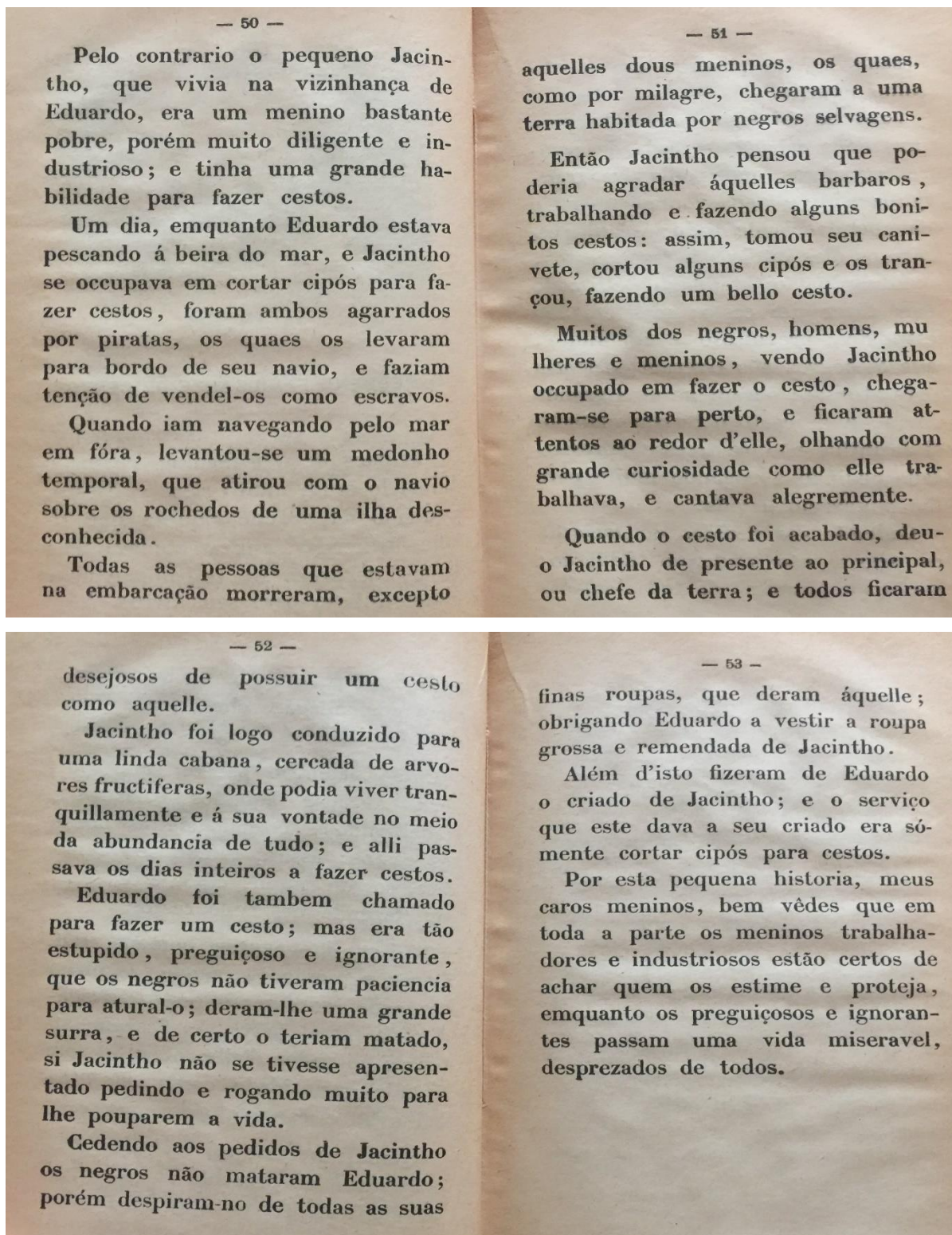


<sup>900</sup> OSAKABE, Haquira. O mundo da escrita. In: ABREU, Márcia (org.). **Leituras no Brasil**: antologia comemorativa pelo 10º Cole. Campinas, São Paulo: Mercado de letras, 1995, p. 19.

<sup>901</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 352.

<sup>902</sup> GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na Literatura Europeia (1400-1700). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 290.





**Figura 35:** Historieta presente no Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges  
**Fonte:** BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. 49, 50, 51.

Nessa esteira, no “Método Facílmo”, o trabalho e a economia estariam diretamente relacionados à liberdade e independência: ‘conservemos pois a nossa liberdade e a nossa

independência. Sejam laboriosos e livres; sejam econômicos e independentes’.<sup>903</sup> É preciso assinalar que, nos manuais destinados ao ensino da leitura, como o dito de Monteverde, assim como a coleção de autoria do professor Abílio, a escravidão pouco aparece. Há, na verdade, certo silêncio com relação ao sistema de mão de obra escrava quando se discute sobre trabalho. Pela via da religião, a dependência à qual esses compêndios se referiam era a das camadas pobres e livres, especialmente pela posse da terra que não tinham. Aos alunos, restava o entendimento das relações de dependência como meio de se fazer “caridade”, aspecto visto como parte da própria estrutura “natural” da ordem das coisas, como dito no “Quarto Livro de Leitura” de Abílio Cesar Borges:

Amai sobre todas as coisas os pobres; porque abaixo de pai e mãe, irmãos e irmãs, são os pobres os que de mais vos carecem. Por segunda família; não lhes cerrei nem a porta, nem o coração, nem a bolsa; dai-lhes sobretudo que fazer, se podeis, porque o trabalho não desonra homem e mantêm-no melhor que a esmola. Dar o que fazer, é mais e melhor que dar dinheiro; é a caridade das caridades.<sup>904</sup>

O trabalho aparecia como o “remédio” quer contra os vícios quer contra a miséria. Um dos principais deveres dos meninos constituía em ser “com os pobres e necessitados caritativo”,<sup>905</sup> pois “a existência desses infelizes dependia unicamente da caridade dos seus semelhantes”,<sup>906</sup> como estabelecido na parte “Mimo à infância ou manual de história sagrada ornado de 100 lindas estampas, representando os principais sucessos referidos no velho e novo testamento”, no “Método Fácilimo”. Nesse livro, as ações de assistência constituíam assunto tratado nos conteúdos religiosos. Como medida de salvação da alma, a atividade assistencial estava muito mais associada ao trabalho do que mesmo à esmola. Além de as chances de salvação da alma serem maiores, como se acreditava, conceder trabalho às camadas pobres era fundamental à disciplina e obediência necessárias à sociedade capitalista do século XIX.

Utilizado como instrumento de elaboração de tal consenso, nas “máximas” presentes ainda no referido livro, “o trabalho trazia consigo comodidades, abundância e consideração”.<sup>907</sup> Nesse ponto, uma indagação se torna fundamental: como fazer a maioria das crianças da instrução primária acreditarem que, por meio do trabalho, viveriam na abundância se seus pais

<sup>903</sup> MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 145.

<sup>904</sup> BORGES, Abílio Cesar Borges. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição, parte: Conselhos salutareos (Visconde de Castilho), p. 138.

<sup>905</sup> MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 57.

<sup>906</sup> MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 57.

<sup>907</sup> MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 141.

passavam a vida inteira trabalhando e, ainda assim, quando conseguiam comprar seus livros era com muito esforço e sacrifício?

Na imprensa, nessa época, entre as questões da ordem do dia, estava a necessidade de regular, aliada à religião e ao trabalho, a população pobre e livre. No dia 3 de março de 1872, a “Tribuna Católica”, periódico religioso, literário e noticioso que saía todos os domingos sob os auspícios do bispo diocesano, publicou um artigo acerca da Instrução Pública, fundamentado numa retórica que primava pela “providência divina”:

Não se pode negar que a instrução em comum tem a vantagem aparente de formar, pelo contacto, o habito da igualdade entre o grande e o pequeno, entre o rico e o pobre, e de firmar sobre esta base a fraternidade fatora da liberdade; mas a experiência tem mostrado q’ não se tem conseguido com este sistema, senão estabelecer a licença e a anarquia na sociedade; porque os pequenos, igualhados aos grandes na escola, querem sê-lo também nos empregos do estado sem a mesma habilitação, e aplicam-se à política em vez de applicarem-se ao trabalho, para que os destinou a providencia<sup>908</sup>. [...] E todos devem se aplicar a política, porque a isto foi que os destinou a Providência, e não ao trabalho? A direção da sociedade pertence a todos, e não aos poucos a quem Deus para isto deu a sabedoria?!<sup>909</sup>

Aqui, cabem as análises de Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard. Embora discutindo sobre os discursos acerca da leitura e da escrita entre 1880 e 1980, cabe a apropriação para o contexto do Ceará direcionando especificamente à instrução. No final do século XIX, a Igreja teria que lidar cada vez mais com “uma longa crise que engendra simultaneamente a laicização da escola e do Estado, a ruptura dos equilíbrios tradicionais (evolução dos costumes, descristianização, escolarização generalizada etc)”.<sup>910</sup> Nessa época, as elites eclesiásticas e os próprios funcionários da Instrução Pública, muitos dos quais católicos, defendiam que as tentativas de controle sobre a instrução/escolarização pareciam não só um direito da Igreja, mas seu dever.<sup>911</sup>

Para as elites eclesiásticas, as camadas pobres tinham sua importância no desenvolvimento e progresso da sociedade, à época, pela via de sua mão de obra, constituindo, mais do que qualquer outra coisa, “um conjunto de força de trabalho, potencial ou real”,<sup>912</sup> ora no seu interior, ora posta de lado, ficando à espera de ser tomada quando a necessidade exigisse. Aqui, o pensamento religioso católico, sustentava-se, como vinha há tempo, sob a égide, como dito por Bronislaw Geremek, do “trabalho como dever dos pobres e fundamento do seu

<sup>908</sup> “O Cearense colhe o que plantou”. *Tribuna Católica*, 3 mar. 1872, Seção *Tribuna Catholica*, n. 25, p. 1, 2 col.

<sup>909</sup> “O Cearense colhe o que plantou”. *Tribuna Católica*, 3 mar. 1872, Seção *Tribuna Catholica*, n. 25, p. 1, 4 col.

<sup>910</sup> CHARTIER, Anne-Marie e HÉRBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura 1880-1980**. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 23.

<sup>911</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>912</sup> BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 88.

estatuto”.<sup>913</sup> Essa população pobre e livre compunha uma espécie de “riqueza da nação”.<sup>914</sup> Seu lugar na esfera social estaria associado não apenas à sua condição de pobre, reunindo toda a extensão de dependência no interior do sistema econômico e de privação material, mas porque a “providência”, pela qual se compreende a “lei natural”, os teriam feito “pequeno” com destino à função de trabalhar. Assim, sob o princípio de certo rearranjo imposto pela “força celestial”, esses indivíduos estariam fora da política ou mesmo da dimensão administrativa da sociedade.

Vê-se que a “Tribuna Católica” procurava apresentar justificativas para as posições que os sujeitos ocupariam na esfera social e política. Uma educação legitimada pela própria “providência divina”, sendo a Igreja a instituição capaz de direcionar os indivíduos aos seus papéis na composição social. O exercício da política por meio dos cargos públicos cabia exclusivamente à elite. Sob essa lógica, pode-se concluir que o ensino secundário e, posteriormente o superior, era destinado à formação dos futuros dirigentes da estrutura político-administrativa, já o ensino primário, a que as classes menos favorecidas economicamente eram direcionadas, formaria a mão de obra necessária para o trabalho livre. Para a referida folha, a transgressão dessa “lei natural”,<sup>915</sup> levaria à “anarquia”, que, no seu discurso religioso, ganha uma conotação “negativa”, mas que, na prática, significava muito mais um receio quanto à capacidade de rebelação da população que, embora não levasse a grandes rupturas, poderia incomodar e pôr em pauta os privilégios e a manutenção de uma ordem verticalizada, da qual as camadas dominantes procuravam redimensionar, dentro das relações sociais, a seu favor.

A difusão da instrução às camadas pobres podia representar uma ameaça às classes mais favorecidas que, pela exploração sobretudo de sua mão de obra, mantinham os privilégios de uma pequena parcela da população. O temor era o de que o acesso às letras despertasse para a liberdade e independência. Nos meios ilustrados, a defesa de que as luzes deveriam ser levadas a todos os segmentos da população, inclusive aos mais pobres, trazia em si uma complexidade que envolvia forças políticas, religiosas e interesses diversos. Para vários membros da classe ilustrada e dirigente na Província, permitir que todos recebessem instrução, estando no mesmo patamar de acesso aos bens de natureza cultural, era o mesmo que implantar a “anarquia”, como dito anteriormente. Conceber que o filho do alfaiate, do agricultor ou do operário tivesse tempo disponível para se dedicar à leitura de algum livro, ou que tivesse seus estudos continuados

---

<sup>913</sup> GEREMEK, Bronislaw. **História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1986, p. 277.

<sup>914</sup> BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 88.

<sup>915</sup> *Ibidem*, p. 88 e 89.

após o ensino primário, traria a desordem na hierarquia de organização da sociedade oitocentista, dado que “ler e estudar é um ‘ornamento’ das classes tradicionalmente cultas”.<sup>916</sup>

Permitir que os pobres, que passavam a vida inteira na labuta, saíssem da condição de dependência, passando a acumular algum capital fosse financeiro ou cultural, faria com que os pequenos quisessem se “igualar” aos “grandes”, e, portanto, não apenas o “rebaixamento”<sup>917</sup> das camadas mais abastadas haveria de acontecer, como no dizer de Amaral Lapa, mas a desordem e agitação na própria estrutura social, haja vista os que a “providência” havia designado como os que deveriam manter, por meio de sua força de trabalho as bases do estado, estarem “rompendo” com tal lógica. A “Tribuna Católica”, nessa época, não tardou em veicular em suas páginas críticas à teoria da igualdade social ou democracia socialista, em discussão na Europa. Para a Igreja Católica, como reiterado por Amaral Lapa, “era preciso fazer crer que a luta de classes com a consequente igualdade desta, apanágio da teoria socialista, era definitivamente uma aberração”.<sup>918</sup> Para as elites eclesiásticas, era inaceitável o “abaixamento das classes superiores ao nível das inferiores [...], ou a elevação destas ao alto daquelas”,<sup>919</sup> pois levaria a “desarmonia de usos, de costumes, de educação e de vida e a consequente confusão social”.<sup>920</sup>

A instrução, como defendia o jornal “Tribuna Católica”, estava “inserida no mundo das representações que distinguem os grupos sociais”.<sup>921</sup> Distinguia de tal forma que demarcava lugares e funções no interior da hierarquia social, incluindo uns e excluindo outros. Para as camadas pobres, o trabalho não seria garantia para a fartura, ao contrário, embora vivessem do suor de seus braços, chegando todos os membros da família a exercerem alguma atividade, estas mal davam para garantir as necessidades diárias, de forma que outras poderiam deixar de ser atendidas quando reservavam quantias para a compra de livros escolares ou qualquer outro material destinado à instrução de seus filhos. O discurso civilizador dos homens da política e das letras, muitas vezes inflamado pelo prisma da religião, pintava um futuro longe do alcance do povo simples. A “Terra Prometida” e a “Jerusalém Celeste”, apresentada nos compêndios

---

<sup>916</sup> CAVALLO, Guglielmo. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. *In: História da leitura no mundo ocidental*. CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (org.). São Paulo: Editora Ática, vol. I, 2002, p. 76.

<sup>917</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, p. 46.

<sup>918</sup> *Ibidem*.

<sup>919</sup> *Ibidem*.

<sup>920</sup> *Ibidem*.

<sup>921</sup> CAVALLO, Guglielmo. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. *In: História da leitura no mundo ocidental*. CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (org.). São Paulo: Editora Ática, vol. I, 2002, p. 77.

escolares de moral e religião estavam distantes do “horizonte de expectativas”<sup>922</sup> da maioria da população.

Como instrumentos de implementação de projetos políticos, os livros escolares procuraram, sobretudo pelos seus conteúdos, apaziguar ou mesmo pacificar as diferentes condições sociais àquele momento, difundindo uma “moral consensual”<sup>923</sup> – como no dizer de Aníbal Bragança. Aliado ao sistema de valores da doutrina cristã católica, tal consenso serviu no culto ao progresso, dedicando à igreja parte do que se poderia eleger como veículos de construção da tão afamada modernização, expresso na busca de “uniformização e homogeneização das diferentes culturas e realidades sociais, ao mesmo tempo que fortalecia o sentimento nacional”.<sup>924</sup>

Em tal cenário, na instrução pública elementar a maioria das crianças vivia às expensas de um estado que, para manter os privilégios e interesses das classes abastadas, sujeitava-as, como componente dos segmentos pobres que faziam parte, a um controle e ordenamento que atravessava as mais diversas situações cotidianas, respaldadas pelos discursos que iam desde o religioso até o policial. A lógica, portanto, seria fazer com que o país se ajustasse de forma a responder aos interesses do mundo capitalista com as novas exigências impulsionadas pela emergência da industrialização e da necessidade de mão de obra para o trabalho livre. Assim, era necessário manter a ordem internamente disciplinando e “civilizando” os diversos segmentos sociais, especialmente os incultos, dissolvendo os conflitos que viessem a contestar a manutenção da dependência e marginalidade em que a maioria se encontrava, fosse pela ordem escravocrata, pela propriedade privada, ou pelo acesso limitado à educação. O Estado Imperial deveria, pensavam as camadas abastadas, acompanhar as mudanças dos países ditos “civilizados”, que, naquela época, serviam de referência do que havia de mais moderno nos mais diversos campos, sobretudo nas novas relações econômicas que sustentavam o mundo capitalista ocidental, a dizer o crescimento do comércio à nível internacional obedecendo a um movimento transatlântico dos mais variados bens.

A instrução primária, nesse momento, como bem de natureza cultural, não ficou de fora desse circuito, seja pela circulação de impressos escolares, especialmente entre Rio de Janeiro, Lisboa e França, atendendo a um caráter mais comercial; ou pela adoção de medidas que

---

<sup>922</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Nesse período, a ideia de progresso fez ampliar esse horizonte, não era penas a Igreja que determinava os futuros.

<sup>923</sup> BRAGANÇA, Aníbal. A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares. *In*: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean Yves (org.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 558.

<sup>924</sup> *Ibidem*.

organizavam a instrução formal nesses países, como referência para aparelhar o ensino público primário no Império do Brasil. Essa dimensão do ensino, portanto, serviria como meio para se apaziguar o crescimento da violência que, segundo as classes dirigentes, vinham dos segmentos pobres da Província, tão afeitos aos vícios e aos crimes. Colaboraria na construção de um estado civilizado e hegemônico, imprimindo entre os diversos segmentos a aceitação de relações que concebiam a classe dirigente como aquela apta a direcionar os rumos do país, como sendo parte da vontade divina e das forças que compunha a sociedade oitocentista.

O fato é que essa ordem era justificada na própria literatura escolar e religiosa (catecismos, livros de história sagrada e de liturgia) como algo natural, como se esses rearranjos fossem parte da própria organização social de forma a manter o equilíbrio e bem-estar. Na educação dos pobres, conformavam um universo de leitura que procurava justificar a pobreza e ordem social.

Naquela época, era possível encontrar nos manuais de leitura elementos para uso diário dos sujeitos, como orações e cânticos, sentenças e instruções, sempre a partir da relação com o tempo das atividades de trabalho dentro e fora do lar. Essas produções pareciam querer funcionar como os livros religiosos, especialmente os de liturgia, elaborados para os ofícios diários, compostos de orientações de como prosseguir nas tarefas do dia a dia, sempre organizadas em favor da dimensão da fé. Por essas características, cada vez mais, os livros de leitura deveriam estar presentes no espaço doméstico organizando as ações dos sujeitos. Os conteúdos referentes às atividades na agricultura, no campo, direcionados a camponeses e comerciantes, trazem indícios de que tais livros foram elaborados para serem lidos inclusive nas horas de descanso, ou mesmo no ambiente de trabalho, agindo como momento de formação, direcionando ações para se alcançar maior “sucesso” em seus ofícios.

As orações e cânticos destinados ao espaço familiar deveriam, senão ser cantados, ao menos pronunciados ao acordar e antes de dormir. Assim, os livros de leitura seguiam uma ordem específica, a do autocontrole e a da formação para o trabalho. Pelo conteúdo, o desejo dos autores, era o de que a sua leitura fosse feita quando as atividades diárias fossem encerradas e ao iniciar da manhã, dando ênfase, quando se tratava das atividades domésticas, à figura da menina, como apresentado no “Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras”, de Abílio Cesar Borges.

**Hino da menina cristã pela manhã**

Menina acorda! De te erguer são horas.  
Estuda exemplos no pequeno inseto.  
Deixa teu leito com tensões serenas;  
E teu trabalho recomeça alegre.<sup>925</sup>

**Hino a ser cantando à noite**

Menina, dize, teu trabalho de hoje |  
Foi com paciência terminado e zelo?  
Se é, pois, assim, no travesseiro a fronte  
Encosta, e dorme sem temor de espinhos.<sup>926</sup>

Os contos de fadas e historietas traziam um repertório de inserção no mundo da leitura de modo que, já na infância, se formasse o trabalhador futuro, primeiro com as atividades realizadas no espaço doméstico, com o horário para acordar e se deitar, sempre em função, sobretudo entre os mais pobres, das atividades a serem realizadas no dia seguinte. Com o avançar da idade, vinham as tarefas no espaço religioso como o “ajudante de missa ou acólito”<sup>927</sup> que se davam de forma concomitante aos afazeres no espaço do lar.

Tais horários pareciam, na lógica da civilização contida nos manuais escolares, não apenas aspectos de organização para iniciar a cada dia as tarefas diárias, mas a via mais eficaz para manutenção da saúde do corpo, da fortuna e da inteligência, como discutido no texto “A ciência do bom homem Ricardo ou meio de adquirir fortuna”, extraído da obra de Benjamim Franklin, intitulada “A ciência do Bom Homem Ricardo” presente no “Método Facílmo”, de Achilles Monteverde.<sup>928</sup> A saúde do corpo do trabalhador seria mantida pelo deitar-se e acordar-se cedo para dar início às atividades de trabalho. A regulação do seu cotidiano passaria pelo controle do tempo, aspecto pelo qual os livros de leitura tiveram papel definidor, por seus conteúdos falarem do tempo do progresso, do ritmo pelo qual se alcançaria não somente a abundância material, mas a saúde física, que na vida dos mais pobres removeria o aborrecimento, o vício e a miséria, bem como do tempo do cotidiano, daquele dispendido para o provimento das necessidades diárias.

<sup>925</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 220.

<sup>926</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 221.

<sup>927</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. 85.

<sup>928</sup> MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 140.



Aproximando-se o fim do Império, a necessidade de mão de obra para o trabalho livre fazia surgir, cada vez mais, a exigência de se criar nos livros escolares, mas também no que circulava como saberes, “uma nova prática disciplinar que levasse em conta o saneamento do trabalhador”,<sup>929</sup> que, por ser proveniente, segundo se acreditava, de “uma classe social destituída de bons hábitos, seria naturalmente propenso às enfermidades do corpo e da mente”.<sup>930</sup> O corpo saudável viria do exercício diário de trabalho. Assim, a educação propagada pelos compêndios passaria primeiro pelo corpo, com a formação do sujeito higienizado e saudável apto a compor a mão de obra necessária àquela época. A infância a ser construída estava a olhar sempre para a formação do adulto futuro.

Os comportamentos considerados “ideais” eram elaborados nas lições, a partir “de uma dada recorrência ao passado” por meio do texto bíblico, que seriam vivenciados na ordem do presente, almejando-se, ao mesmo tempo, na instrução primária, a formação do caráter do homem adulto, do trabalhador futuro, da dona de casa futura. O sujeito [os personagens] a quem as pequenas histórias se referiam era virtuoso, subordinado, sujeitado a uma ordem que não era a sua própria, pela liberdade e independência, mas a do patrão, a dos condicionamentos sociais elaborados para a manutenção dos privilégios e da ordem.

Um conjunto de regras era-lhes imposto de forma precoce aliada à dimensão da fé, que ocupava lugar de prestígio em toda a materialidade desses livros. “Havia praticamente uma combinação entre as prescrições religiosas e uma ética do trabalho que parecia ser desejada para compor a sociedade do futuro”.<sup>931</sup> Quando da necessidade de se realizar algum trabalho no espaço do lar ou na igreja, as brincadeiras, ou qualquer outra ocupação que não estivesse voltada para o cumprimento de algum dever, deveria ser deixada de lado. Devia-se “sacrificar os prazeres ao cumprimento dos deveres”, como dizia Abílio Cesar Borges em seu “Segundo Livro de Leitura”.<sup>932</sup> Desde tenra idade, a máxima maior era a de que esse tempo deveria ser ocupado com o trabalho, ao contrário se tornariam vadios e preguiçosos. “O trabalho deveria ser sua única distração”.<sup>933</sup> Para os mais pobres, a ordem do trabalho seria para atender às expectativas de seu presente, das precisões de cada dia.

---

<sup>929</sup> LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história:** pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, p. 236.

<sup>930</sup> *Ibidem*.

<sup>931</sup> BOTO, Carlota. **O mundo por escrito:** usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999, p. 250.

<sup>932</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. 107

<sup>933</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 304.

As atividades no espaço doméstico, mesmo aquelas dos recônditos do mundo do lar, como a organização do quarto, dos itens de uso particular, e as desenvolvidas para gerir o próprio orçamento e possível sustento, ou aquelas realizadas nos rituais católicos, como a missa, trazidas nos enredos das histórias, pareciam ir ao encontro da proposta educacional da instrução primária naquele momento. O que poderia ser, aos olhos do historiador mais desatento, pela leitura dos compêndios escolares do século XIX, mais uma questão relativa ao cotidiano dos sujeitos, sendo as atividades que cada membro exercia como questão própria ao funcionamento e organização familiar, se pensadas num campo maior, revelará uma correlação íntima entre alfabetização, disciplina, trabalho, poupança e orçamento.

Os “conselhos à mocidade” no “Método Facílimo” insistiam de forma constante na economia e poupança. A ausência de dinheiro poderia causar a falta de probidade. Assim, a necessidade de poupar também estava relacionada à manutenção da ordem, pois, na vida dos mais pobres, as precisões levariam à desonestidade, como se afirmava constantemente nas sessões das Assembleias Provinciais. A esses sujeitos, o trabalho seria “a origem da felicidade, e a mais segura, além de ser uma condição essencial para a saúde e para o vigor do corpo”,<sup>934</sup> como dito na história “O lavrador e seus filhos ou os frutos do trabalho”, no “Terceiro Livro de Leitura de Abílio”:

Demais o trabalho é um dever para o homem. ‘Vós comereis vosso pão amassado com o suor de vosso rosto’, disse Deus fazendo alusão à necessidade que cada homem tem de trabalhar, para não passar pela humilhação de pedir”. É porém evidente que o obreiro sedentário, que trabalha sem esforço corporal e com menos fadiga, o homem que trabalha com o espírito e com a pena, mas de um modo útil à sociedade, preenchem igualmente a lei divina, ainda que o suor lhes não venha negar a frente.<sup>935</sup>

A naturalização da miséria dos mais pobres por meio do texto bíblico, dava-se sem nenhuma parcimônia nos manuais voltados ao aprendizado da leitura. O trabalho que gerava fadiga e cansaço, como as tarefas na lavoura, seguia a mesma ordem de justificação pela via da escritura sagrada, na medida em que nas histórias é dito que o trabalho era um dever do homem devendo o pão ser obtido com o suor do próprio rosto.<sup>936</sup> Observando tal lei, os sujeitos fariam a sua própria felicidade, pois havia cumprido o preceito divino e conseguido a aprovação da

---

<sup>934</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 181.

<sup>935</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 181.

<sup>936</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 181.

própria consciência, assim como a dos outros.<sup>937</sup> Achilles Monteverde não se absteve em selecionar as fábulas, histórias e verbetes que versavam sobre trabalho e providência divina.

Portanto aquele que for laborioso, não deve temer a miséria, pois a fome passa pela porta do homem diligente, sem se atrever a entrar-lhe em casa. A justiça tampouco nela penetrará, por isso que o trabalho paga as dívidas, quando a ociosidade as aumenta.<sup>938</sup>

Trabalhemos incessantemente desde pela manhã até à noite, visto que não sabemos se no dia seguinte o poderemos fazer. Por isso diz com muita razão o Bom Homem Ricardo: ‘vale mais ter um hoje que dois amanhã. – Guarda o que comer e não guarda o que fazer’.<sup>939</sup>

Está-me parecendo ouvir perguntar-me: e não será lícito ter alguns momentos de ócio? Mas eu responderei com o que diz o Bom Homem Ricardo: Empreguemos bem o nosso tempo, se quisermos ter direito ao descanso; e não percamos uma hora, já que não podemos contar com um só minuto.<sup>940</sup>

As expectativas de futuro, sempre pautadas na situação presente, enchiam de angústia o povo pobre, que, em sua maioria, vivia na dependência tanto dos detentores dos privilégios quanto das forças celestes, único suporte a quem devia se esperar algo, como muitas vezes afirmavam em seu cotidiano. A providência foi utilizada nessas histórias, como as de autoria de Visconde de Castilho, como justificativa para se manter certo estado de passividade, pois a angústia e preocupação constante na vida das classes mais necessitadas poderiam levar à transgressão, aos motins e aos furtos. Tratava-se, portanto, de uma literatura escolar, cuja doutrina e moral evangélica católica traziam a gratidão, como virtude que, na vida dos pobres, agiria contra o descontentamento, a sublevação.

No universo dos manuais religiosos e dos livros de leitura, os clérigos e os leigos deveriam caminhar com cautela. A Igreja, temerosa das diferentes interpretações que os leigos poderiam fazer da leitura dos livros e legislando sobre o que poderia ser lido nas diferentes classes e posições sociais, procurava manter seus valores e dogmas presentes na vida dos sujeitos. O caráter ambíguo da mensagem bíblica, que podia, a depender da leitura, tanto “ensinar a subserviência quanto justificar a rebeldia”,<sup>941</sup> preocupava padres, intelectuais e políticos, pois acreditavam que tais passagens pudessem favorecer a ideia de liberdade e

<sup>937</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 182.

<sup>938</sup> MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 140.

<sup>939</sup> MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 141.

<sup>940</sup> MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 141.

<sup>941</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 29.

independência, como nas partes relativas ao advento de uma “Terra” dita “Prometida”. “A mensagem evangélica não poderia dar aos oprimidos um código para julgar seus opressores”.<sup>942</sup>

Em outras épocas, seriam talvez menos necessárias publicações deste gênero, pois não faltam Escritores mui pios e ortodoxos que entenderam não ser conveniente meter nas mãos do povo simples e ignorante o volume sagrado onde se encerram os segredos de Deus, e onde o grande Agostinho confessavam que eram mais as coisas que ele ignorava do que as que compreendia. Nem Bossuet, nem Fenelon, disse o célebre Lamennais (antes de sua apostasia), pensaram nunca em vulgarizar os livros santos, e com tudo quem os lia ou quem os estudava com mais cuidado? Porém eles conheciam perfeitamente o perniciosíssimo abuso que da sua leitura podem fazer, e efetivamente tem feito em todos os tempos as paixões dos homens, e o fanatismo das seitas heterodoxas, não havendo erro tão absurdo e monstruoso que se não tenha pretendido justificar com a autoridade da Escritura.<sup>943</sup> [Grifo nosso]

Certamente, o temor era de que as compreensões que se fizessem desses livros levassem ao entendimento de que a leitura poderia ser um ato de transgressão e resistência. Nesse movimento, surgia uma questão latente para a qual todas as outras convergiriam: controlar a compreensão que viesse a fugir dos ditames da moral católica, da fé, que indagasse, e tornasse passível de discussão o que vinha sendo imposto pelas diversas forças, entre elas a Igreja, como dogma e ensinamento religioso. Não é à toa que, no “História Sagrada”, de José Ignacio Roquete, são veiculados conselhos “acerca das disposições com que haviam de ler a palavra de Deus, se desejavam que sua leitura lhes aproveite”.<sup>944</sup> Temia-se a “transgressão da leitura”,<sup>945</sup> de que, a partir de seus códigos de compreensão do mundo, fizessem sua própria leitura, inclusive de sua realidade atida às suas condições sociais.

“Prover-se em silêncio, buscando não contentar sua curiosidade e nem discutir ou criticar”<sup>946</sup> era o que se esperava dos sujeitos. Estes não poderiam procurar nos ensinamentos provenientes das sagradas escrituras “senão o sentido elaborado pela própria Igreja”.<sup>947</sup> Era necessário, portanto, instruí-los antes de passarem à leitura nos impressos. Nesse cenário, os anos iniciais constituiriam um momento de preparação das crianças para que, antes da leitura e estudo no livro, “já estivessem acostumados a ouvi-los, e impregnados de seu espírito”.<sup>948</sup>

<sup>942</sup> Ibid., p. 31.

<sup>943</sup> ROQUETE, José Ignacio. **História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fieis**, Pariz: V<sup>a</sup> J.-P. Aillaud, Guillard e C<sup>a</sup>, [s.d.], 10<sup>a</sup> ed. t. 1, p. VI.

<sup>944</sup> ROQUETE, José Ignacio. **História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fieis**, Pariz: V<sup>a</sup> J.-P. Aillaud, Guillard e C<sup>a</sup>, [s.d.], 10<sup>a</sup> ed. t. 1, p. XIII.

<sup>945</sup> BOTO, Carlota. **O mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX**. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999, p. 249.

<sup>946</sup> JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental**, vol. 2. Editora Ática, 1999, p. 90.

<sup>947</sup> JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental**, vol. 2. Editora Ática, 1999, p. 90.

<sup>948</sup> Ibidem.

Predominando uma retórica da linguagem baseada nas virtudes, na explicação dos feitos terrenos pela via da religião, com um tom extremamente moralizador, na historieta “Passarinhos”, de autoria de Visconde de Castilho, no *Quarto Livro de Leitura*, de Abílio Cesar Borges, a ordem das coisas relativas ao trabalho e ao sustento já estava posta: aos pobres cabiam serem solidários uns para com os outros diante suas condições de precisão e esperar pacíficos pela assistência celeste.

Para que é dar largas a cuidados? Deus nunca abre de suas mãos os seus. Tem o amor divino segredos que mal cuidamos nós. Acreditemos, esperemos, amemos e vamos seguindo pacíficos por nosso caminho”.<sup>949</sup> Se eu morrer antes de ti, ficarás tu sendo pai dos meus filhos; se tu morreres primeiro que eu, serei eu pai dos teus; e, se ambos morrermos antes de estarem em idade que se possam por si manter, terão por pai aquele que mora no céu.<sup>950</sup>

Dia e noite, uma preocupação em comum acompanhava esses homens que trabalhavam nos campos e sustentavam mulher e vários filhos com o trabalho de suas mãos: “se eu morrer ou cair numa cama, doente, que será de minha mulher e meus filhos?”. No diálogo em questão, a espera por melhores condições passava a significar o cumprimento dos direcionamentos designados pela Igreja para a vida dos fiéis. Na educação dos pobres, havia uma preocupação em tornar cada vez mais íntima a relação da pobreza com uma espera futura alimentada pela resignação e gratidão, devendo se contentar com os bens que possuíam, mesmo que fossem apenas a sua força de trabalho, como dito também na história intitulada “Resignação de mãe”, de Antônio Feliciano de Castilho, presente no “Quarto Livro de Leitura” de Abílio: “Filha, no muito possuir não é que anda posta a felicidade, mas sim no esperar e amar muito”.<sup>951</sup>

Atentos a essas alegações veiculadas nos livros escolares, há uma cisão ou mesmo acirramento que nos faz indagar: e as coisas se davam assim como tão bem desejavam os segmentos ilustrados, no caso, os autores de compêndios escolares? Quando a balança parecia pender a favor, pelo menos no campo das ideias, das mensagens veiculadas nos livros, a investigação permitiu vislumbrar outro caminho. Neste, as ações das camadas pobres serão uma espécie de fronteira em que se tentará cotidianamente “fazer o destino recuar”.<sup>952</sup> Dando sequência, é no próximo capítulo que passamos a tecer essa trama.

<sup>949</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro; Francisco Alves, Nova Edição, parte: Os passarinhos (história) de Visconde de Castilho, p. 187.

<sup>950</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro; Francisco Alves, Nova Edição, parte: Os passarinhos (história) de Visconde de Castilho, p. 187.

<sup>951</sup> BORGES, Abílio Cesar. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro; Francisco Alves, Nova Edição, parte: Os passarinhos (história) de Visconde de Castilho, p. 190.

<sup>952</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 120.

## 6 OS SUJEITOS RESISTEM: O APETITE DE INSTRUÇÃO

### 6.1 Educação para os pobres: uma “aventura civilizatória”?

No período anterior à publicação do Decreto n. 7.031, de 6 de setembro de 1878, de Leôncio de Carvalho, então Ministro dos Negócios do Império, pasta na qual estava a Instrução Pública, que estabelecia a criação de cursos noturnos para adultos do sexo masculino nas escolas públicas de instrução primária no município da Corte, já se observava, na imprensa cearense, inúmeros registros de fundação de instituições voltadas para a difusão da leitura e expansão do ensino elementar para as camadas adultas. Essas escolas noturnas, que inclusive aumentaram em número nas décadas seguintes, foram instaladas pela iniciativa particular. Nesse movimento, em dezembro de 1871, a escola noturna de Sobral contava com 28 alunos, quase todos homens, quando do início de sua instalação,<sup>953</sup> veiculava o “Cearense”. Entre os anos 1872 e 1873, já havia funcionado, em Fortaleza e no Crato, uma escola noturna frequentada por mais de 100 alunos.<sup>954</sup> No ano seguinte, ainda na capital, foi fundada a Escola Popular,<sup>955</sup> na qual eram lecionados, nos dias úteis, Letras, Língua Nacional, Francês, Aritmética, História do Brasil e Geografia Elementar.<sup>956</sup> Às quintas-feiras, dava-se explicação da constituição política do Império, ensino de moral e leitura de jornais.<sup>957</sup> Estava aberta das 6h30min às 9h da noite para as aulas das referidas matérias e aos domingos das 10h às 12h para leituras instrutivas e recreativas, como anunciado no “Cearense” em 10 de junho de 1875.<sup>958</sup> Ainda nessa instituição, foi estabelecido um curso de conferências públicas nos dias santificados, tendo sido realizadas oito desde sua fundação.

Eschola popular – Esta útil quanto louvável instituição vai dando os melhores resultados, graças aos esforços de alguns moços inteligentes e trabalhadores que estão a sua frente. Atualmente conta com mais de 106 alunos matriculados, regulando a frequência em perto de 80. Este estado de prosperidade em nossa terra onde tudo que é em benefício do povo, morre por falta de estímulo, prova de subejo que o esforço individual e a liberdade de ensino não são um mal como pretendem os teóricos do direito divino. Enquanto o governo trabalha pela extinção da instrução pública, a

<sup>953</sup> Cearense, 29 dez. 1871, n. 148, Noticiário, p. 2, col. No início de 1874, essa escola já havia sido extinta, pois, no dia 24 de fevereiro, o jornal “A Constituição” informava aos seus leitores que o Diretor Geral da Instrução Pública reclamava em favor do professor primário de Sobral o pagamento na importância de 35\$560 réis referente ao gasto despendido para a iluminação da extinta escola noturna. Fonte: Constituição, 24 fev. 1874, n. 21, Parte Oficial Governo da Província “despachos”, p. 1, 2 col.

<sup>954</sup> Afirmava o Deputado Couto Cartacho, na Sessão de 19 de agosto de 1879 da Assembleia Legislativa Provincial. Fonte: Cearense, 31 ago. 1879, Ceará – Assembleia Legislativa Provincial, n. 94, p. 2 e 3.

<sup>955</sup> Foi fundada em 31 de maio de 1874. Fonte: Cearense, 31 maio 1874, n. 44, p. 5, 1 col, Anúncios.

<sup>956</sup> Cearense, 10 jun. 1875, n. 45, anúncios, p. 4, 3 col.

<sup>957</sup> Cearense, 29 jul. 1875, n. 59, p. 2, 4 col, Escola Popular.

<sup>958</sup> Cearense, 10 jun. 1875, n. 45, anúncios, p. 4, 3 col.

iniciativa particular vai se mostrando cada vez mais inclinada para desenvolvê-la e melhorá-la. Merecem louvores os moços da escola popular.<sup>959</sup>

A inauguração da Escola Popular aconteceu na casa n. 98 da rua Conde d’Eu,<sup>960</sup> fato que levou o “Cearense” a agradecer os “valiosos esforços” direcionados para sua instalação feitos por João Lopes Ferreira, Benjamim Constâncio de Moura, Rocha Lima e Israel B. de Moura,<sup>961</sup> sujeitos que fizeram parte da Academia Francesa, “movimento intelectual com propostas de leitura, articulações políticas e intelectuais e uma ação pedagógica”.<sup>962</sup>

Nessa época, as elites dirigentes repassavam à iniciativa particular o desejo de fazer desenvolver o ensino noturno. Esperava-se das associações, agremiações e homens de letras que avivavam diariamente na imprensa o desejo em fazer progredir a Província por meio da educação, a iniciativa de fundação de bibliotecas e escolas noturnas. A administração estatal, nesse caso, assumiria uma função de auxiliar e incentivador, animando “ainda que parcamente os gabinetes de leitura”<sup>963</sup> por meio de subvenções.

O fato é que, naqueles idos, observa-se uma série de ações e iniciativas das elites intelectuais resultando na fundação de gabinetes de leitura, que, por sua vez, criariam aulas noturnas e bibliotecas. Nesse cenário, na década de 1870, ainda que de forma acanhada, começa-se, senão a instalar na capital e em cidades do interior gabinetes de leitura, ao menos a prosperar uma febre que parecia tomar as elites ilustradas, a de se doar à difusão das letras, especialmente entre as camadas menos cultas da população. Encetar a criação de escolas noturnas denotava que, mais do que atender ao sentimento de “generosidade” em meio ao empobrecimento constante da maioria da população na Província, como dito pelos jornais, estaria a ilustração cearense tomada pelo desejo do saber, pela frenesia constante que associava a educação ao remédio para todos os males.

A importância dos cursos noturnos se inscrevia, àquela época, na tarefa de, como a própria classe letrada dizia e tomava para si, “levar as luzes” aos “ignorantes”. Seriam esses “espíritos elevados” que, por meio de tão prestimoso empenho e trabalho, como a imprensa fazia questão em ressaltar, levariam instrução primária às camadas que, por conta do trabalho, não conseguiam frequentar a instrução no período diurno.

<sup>959</sup> Cearense, 13 set. 1874, n. 74, p. 3, 2 col, Noticiário.

<sup>960</sup> Cearense, 31 maio 1874, n. 44, p. 2, 3 col, Noticiário.

<sup>961</sup> Cearense, 31 maio 1874, n. 44, p. 2, 3 col, Noticiário.

<sup>962</sup> OLIVEIRA, Almir Leal. **Saber e poder – o pensamento social cearense no final do século XIX**. Mestrado em História, PUC-SP, 1998, p. 48.

<sup>963</sup> Relatório com que o Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1881. Fonte: Cearense, 27 jul. 1881, n. 157, Parte Oficial – Governo da Província, p. 1, 1 col.

Em toda a década de 1870 e nos anos que compreendem a década seguinte, a fundação de escolas noturnas continuava mais a cargo da iniciativa particular do que do próprio governo da Província. Na Corte, o Decreto de número 7.031, de 6 de setembro de 1878, de Leôncio de Carvalho, estabelecia que, em cada uma das escolas públicas de ensino primário de 1º grau, seria “criado um curso noturno de ensino elementar para adultos, compreendendo as mesmas matérias que são lecionadas naquelas escolas”.<sup>964</sup> No Ceará, o ensino às camadas adultas começa a aparecer de forma mais direta na legislação educacional somente a partir do Regulamento da Instrução Primária de 1905, quando estabelecia que o ensino primário seria dado nas escolas primárias sustentadas pelo Estado, na escola de aplicação anexa à Escola Normal, naquelas mantidas pelas municipalidades, nas escolas noturnas e dominicais e nas particulares.<sup>965</sup> Leitura, escrita, gramática portuguesa e aritmética (operações fundamentais com aplicações, fracções decimais e ordinárias, sistema métrico, proporções e suas aplicações) constituíam as matérias a serem ministradas nas aulas noturnas.<sup>966</sup> A idade mínima para admissão nos cursos noturnos era de 14 anos.<sup>967</sup> O conteúdo a ser ministrado seria o mesmo da instrução primária que funcionava no período diurno. As aulas seriam instaladas nos prédios dessas mesmas escolas<sup>968</sup> e deveriam ser “regidas por professores públicos ou quaisquer pessoas habilitadas a quem o Governo arbitraré uma gratificação razoável”.<sup>969</sup> Nesse caso, as responsabilidades do Estado seriam apenas a concessão de prédios públicos para o funcionamento dos cursos e o pagamento de “gratificações razoáveis” para os professores.

---

<sup>964</sup> BRASIL. Decreto de número 7.031, de 6 de setembro de 1878. Câmara dos Deputados. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>. Acesso em: 9 nov. 2023.

<sup>965</sup> Regulamento da Instrução Primária de 1905, Cap. I “Organização do ensino”, Art. 1, p. 92. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>966</sup> Regulamento da Instrução Primária de 1905, Seção III, “Dos cursos noturnos e dominicais”, Art. 85, p. 102. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>967</sup> Regulamento da Instrução Primária de 1905, Seção III, “Dos cursos noturnos e dominicais”, Art. 84, p. 101. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>968</sup> Regulamento da Instrução Primária de 1905, Seção III, “Dos cursos noturnos e dominicais”, Art. 89, p. 102. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>969</sup> Regulamento da Instrução Primária de 1905, Seção III, “Dos cursos noturnos e dominicais”, Art. 90, p. 102. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.



Este documento que legislava sobre a instrução pública primária nada declarava sobre o fornecimento de livros e demais materiais para os cursos noturnos. No regulamento anterior, o de 1881, as responsabilidades do governo provincial com relação às aulas destinadas ao público adulto eram mais no sentido de incentivar e subsidiá-las de livros e utensílios, como dito em seu artigo 36: “as escolas criadas e mantidas às expensas de qualquer particular ou associação receberão da província toda a animação possível e a seu alcance, podendo o Inspector Geral mandar fornecer-lhes livros e utensílios”.<sup>970</sup> Do Regulamento de 1881 ao de 1905, embora com alguns poucos ganhos, a instrução noturna continuava secundarizada quando sobre a incumbência dos cofres provinciais pesava apenas a concessão de prédio para funcionar as aulas e o pagamento de gratificação a algum professor. O grande álibi para a pouca atenção era, assim como também foi para as aulas primárias que funcionavam no período diurno, as limitações no orçamento.

Naquela época, a pauta da escola noturna ganhava cada vez mais lugar nos círculos políticos. Nas discussões da Assembleia Provincial do Ceará, em 1879, levantaram-se vozes que defendiam a instalação de aulas noturnas apenas na capital, sob a justificativa de os cofres provinciais não estarem no caso de suportar despesas maiores.<sup>971</sup> Outras concebiam a necessidade de escolas noturnas apenas na capital e nas cidades de Sobral, Aracati, Icó e Crato.<sup>972</sup> Não faltou quem defendesse a exclusão das mulheres das aulas noturnas.<sup>973</sup> O fato é que, inclusive quando a fundação de aulas noturnas partia das câmaras municipais, por exemplo, a viabilidade e a efetivação seriam acionadas pela classe letrada, como é noticiado no “Cearense” em 1881.

Escola noturna. – A câmara municipal em uma de suas sessões resolveu abrir nesta capital uma escola noturna, principalmente para operários. Não dispondo para esse fim de verba em seu orçamento, deliberou nomear de seu seio uma comissão que deve promover os meios de realizar os intuitos da câmara, recorrendo à generosidade e patriotismo de seus munícipes. A ideia é digna de acolhimento e proteção.<sup>974</sup>

A dimensão caritativa da iniciativa particular encontraria reforço na ação igualmente beneficente da administração da Instrução Pública. A esse respeito, não há qualquer dúvida em afirmar que o governo da Província transferia para o âmbito privado uma grande

<sup>970</sup> Regulamento Orgânico da Instrução Pública e particular da Província do Ceará de 1881, Cap. II, “Do Ensino Primário”, Art. 36, p. 47. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará: Império e República**, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

<sup>971</sup> Cearense, 31 ago. 1879, Ceará – Assembleia Legislativa Provincial, n. 94, p. 2 e 3.

<sup>972</sup> Cearense, 31 ago. 1879, Ceará – Assembleia Legislativa Provincial, n. 94, p. 2 e 3.

<sup>973</sup> Cearense, 31 ago. 1879, Ceará – Assembleia Legislativa Provincial, n. 94, p. 2 e 3.

<sup>974</sup> Cearense, 19 abr. 1881, n. 80, Noticiário, p. 2, 5 col.

responsabilidade no que concerne à instrução de nível primário destinada aos adultos, ainda que as aulas noturnas fossem frequentadas por sujeitos de faixas etárias menores. Aqui, o *status* de ação social que consideravam ter o ensino público primário era reforçado na medida em que as autoridades educacionais traziam a atuação das elites para cena, obedecendo tanto a um caráter caritativo, quanto de ação voltada para a construção do tão afamado progresso material e moral que se daria também pela educação, apreendida como a melhor via para a aprendizagem da obediência, do hábito do trabalho e do respeito às leis.<sup>975</sup>

Entre os “esforços” para levar instrução primária à classe adulta e trabalhadora, estavam aqueles vindos da elite comercial. Nesse caso, em 1880, alguns sócios honorários e representantes da Sociedade Beneficente Dois de Fevereiro,<sup>976</sup> do Reform Club e da diretoria do Gabinete Cearense de Leitura reuniram-se para discutir questões atinentes ao desejo de celebrar, no dia 10 de junho, o tricentenário do poeta português Luiz de Camões. Como

<sup>975</sup> GEREMEK, Bronislaw. **História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1986, p. 281.

<sup>976</sup> A Sociedade Beneficente Dois de Fevereiro reunia portugueses residentes em Fortaleza. Na Fortaleza oitocentista, os mais diferentes ramos do comércio eram monopolizados pelos estrangeiros, especialmente portugueses, realidade que abrangia todo o Império. Segundo Laurence Hallewell (2017, p.168) “até 1863, menos de um quinto das empresas comerciais do Rio de Janeiro pertenciam a brasileiros”. Os portugueses controlavam o comércio de escravos e parte do comércio varejista, “com exceção do comércio de artigos de luxo que era dominado pelos franceses”. Já os ingleses estavam nas posições de banqueiros, importadores e atacadistas. Pode-se corroborar essa questão em vários anúncios no jornal *Cearense*, como na edição do dia 31 de outubro de 1875. Fonte: *Cearense*, 31 out. 1875, n. 86, Anúncios, p. 3, 3 col. n. 86, Anúncios, p. 3, 3 col. Várias famílias de sócios falecidos em indigência viviam às expensas da Sociedade Beneficente Dois de Fevereiro. A realização de bazares de produtos artísticos, agrícolas e industriais, como o que se realizaria no dia 1º de janeiro de 1876, “com o fim de alargar a esfera dos benefícios prodigalizados aos indigentes”, como anunciado pelo “*Cearense*”, tinha a participação do livreiro Joaquim José de Oliveira, cuja residência foi espaço de reuniões e deliberações desta Sociedade, e demais sujeitos que compunham a diretoria àquele ano. Fonte: *Cearense*, 31 out. 1875, n. 86, Anúncios, p. 3, 3 col; *Cearense*, 20 maio 1875, n. 39, Publicações solicitadas, p. 4, 1 col; *Cearense*, 26 jan. 1879, n. 09, Anúncios, p.4, 2 col; *Cearense*, 9 mar. 1876, n. 20, Noticiário, p. 2, 4 col. As relações estabelecidas por esta Sociedade na Província, ultrapassavam a dimensão da assistência aos portugueses em estado de precisão e chegavam ao circuito literário e educacional. Ainda em 1880, no dia 13 de junho, dar-se-ia a fundação da Colônia Agrícola-Orfanológica Cristina e do assentamento da primeira pedra da capela de Santa Tereza, padroeira da mesma Colônia, criada pelo Presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros, em Canafístula, comarca de Baturité, município e freguesia do Acarape, nos terrenos doados pelo comendador Luiz Ribeiro da Cunha. Àquela época, nesses terrenos, já se achavam construídos um açude e casas para o recolhimento de órfãos. O local, como noticiava o “*Cearense*” no dia 10 de junho de 1880, era “o mais apropriado para o fim a que se destinava”: uma colônia agrícola. Entre as subscrições feitas por diversos sujeitos do setor comercial, Luiz Ribeiro da Cunha, rico comerciante e sócio da Sociedade Beneficente Dois de Fevereiro, doou todo o gado existente nos terrenos da Canafístula estimados em mais de 5:000\$000. Dos 31 nomes, todos convidados por este comendador, o dono da principal livraria da cidade, Joaquim José de Oliveira, que inclusive fora paraninfo junto de sua esposa Anna Adélia Oliveira na ocasião da fundação da colônia, subscreveu a quantia de 10.000 réis, junto de José Joaquim de Miranda, Pe. João Augusto da Frota, José Perigrino Viriato de Medeiros e Ernesto D. de Albuquerque. Fonte: *Cearense*, 10 jun. 1880, n. 62, p. 1, 3 col, Noticiário; *Cearense*, 17 jun. 1880, n. 64, p. 2, 4 col e p. 3, 1 e 2 col; *Cearense*, 2 mar. 1884, n. 49, p. 2, 5 col; *Cearense*, 17 jun. 1880, n. 64, Noticiário, p. 3, 1 e 2 col. Indo daqueles que vendiam livros aos que comercializavam toda sorte de variedades, como João Cordeiro, os donativos dos “benfeitores” da Colônia Cristina constituíam ações de uma parcela da população detentora de fortunas e que interferiam, mediante os seus interesses, nos problemas que emergiam naquele estado de coisas. Direcionar as massas de crianças órfãos que viviam em pobreza extrema, agravada pela seca, nos últimos anos da década de 1870, aos trabalhos agrícolas e outros tantos no âmbito doméstico, no comércio, ou na prestação de serviços diversos, como desejavam os proprietários de casas comerciais instaladas na capital, representava ações de quem, naqueles idos, concebia o trabalho e a instrução elementar como o necessário e mais proveitoso para essas camadas.

deliberações, decidiram realizar uma festa literária no salão de honra do Gabinete de Leitura inaugurando-se, no mesmo ato, uma aula noturna que funcionaria em um compartimento do mesmo edifício e seria mantida igualmente pelo Gabinete.<sup>977</sup> Para executar essa ideia, seria nomeada uma comissão composta de membros das três sociedades que trabalhariam na arrecadação de donativos,<sup>978</sup> tarefa em que obtiveram sucesso, dado que, no dia 10 daquele mesmo mês, o “Cearense” apresentava aos seus leitores os resultados obtidos e os trabalhos que se realizariam na festa literária, como a instalação da dita escola noturna, que ocorreria após o serão literário, em sessão presidida pelo Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente Honorário do Gabinete.<sup>979</sup>

Naquela mesma noite, o curso noturno para adultos foi inaugurado e já reunia 22 matrículas.<sup>980</sup> A atuação do Gabinete Cearense de Leitura<sup>981</sup> na Província parecia andar conforme a vontade das elites ilustradas, isto porque a referida escola noturna começou a funcionar no dia 9 de setembro e contava com uma frequência de 240 alunos.

No dia 9 começou a funcionar no edifício da escola do 2º grau o curso noturno Luiz de Camões criado pela diretoria do Gabinete de Leitura e instalado a 11 de junho deste ano num dos compartimentos da casa em que ele funciona, ao lado da Biblioteca. Havia professores se encarregaram de lecionar gratuitamente. A frequência atual é de 240 alunos, não comportando o vasto salão maior frequência, a ilustre diretoria do Gabinete, atenta a concorrência havia resolvido manter mais uma sala no mesmo compartimento em que primitivamente fora instalada o curso. Assim ela atende o mais possível o benefício, que em boa hora propôs-se proporcionar às classes operárias. Vai ali iniciar um curso de conferências públicas. Amanhã 18 às 7 horas da noite terá lugar a primeira conferência, sendo orador o ilustrado Dr. Guilherme Studart. O tema será – Astronomia popular.<sup>982</sup>

Animar as letras e prestar solidariedade aos mais necessitados, com os serões literários e a criação de aulas noturnas, era o que ansiavam as ações de diversos gabinetes de leitura e sociedades instaladas pela Província na segunda metade do século XIX, como assim mesmo veiculavam em seus discursos. A participação do setor comercial foi igualmente efetiva no que diz respeito à fundação desses espaços. No serão literário em homenagem ao 3º centenário do poeta português Luiz de Camões, ressaltou-se a postura e iniciativa do “prestimoso e honrado comerciante” Luiz Ribeiro da Cunha, Presidente da Sociedade Beneficente Portuguesa Dois de

<sup>977</sup> O Gabinete Cearense de Leitura “funcionou por algum tempo em um sobrado particular situado à rua Formosa, sendo depois transferido para o prédio da província onde se acha atualmente em virtude do contrato aprovado pela Lei n. 1763 de 6 de agosto de 1877”. Fonte: Relatório com que o Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1881. Cearense, 27 jul. 1881, n. 157, Parte Oficial – Governo da Província, p. 1, 1 col.

<sup>978</sup> Cearense, 12 maio 1880, n. 51, Noticiário, p. 1, 3 col.

<sup>979</sup> Cearense, 10 jun. 1880, n. 62, p. 2, 1 col.

<sup>980</sup> Cearense, 13 jun. 1880, n. 63, Noticiário, p. 1, 2 e 3 col.

<sup>981</sup> Instalado em 2 de dezembro de 1876, possuía também uma biblioteca.

<sup>982</sup> Cearense, 17 set. 1880, n. 97, p. 2, 3 col, Noticiário.

Fevereiro à época, o qual foi fundamental na realização do referido evento, bem como na instalação de um curso noturno.<sup>983</sup>

A atuação do setor comercial certamente esteve associada à ideia de instrução como portadora da “civilização” e do desejo de se formar um “mercado de trabalho livre disciplinado”.<sup>984</sup> Ora, naquele momento, via-se a gradual extinção do escravismo. Fazia-se necessário, portanto, direcionar os sujeitos para a formação da “cidadania restrita”, na qual a instrução seria a via que se incluiria alguns e excluiria outros, especialmente no acesso ao alistamento eleitoral. Era nesse sentido que, na Corte, Leôncio de Carvalho trazia a instituição da formação oficial à classe trabalhadora como forma de adotar “a alfabetização como censo, visando restringir o acesso ao pleito a uma minoria privilegiada, num contexto em que graçava o analfabetismo, principalmente entre as classes populares”,<sup>985</sup> dado que a renda como determinação para se votar já era considerada, àquela época, obsoleta.

Embora tenham a garantia de instrução primária como fim a se perseguir, essas ações pareciam querer mais “organizar, hierarquicamente, saberes e posições sociais”<sup>986</sup> do que mesmo pôr fim ao analfabetismo que, naquela época, batia recordes em todo o Império. Na população dita “degenerada” e “perigosa”, para usar os termos que comumente recorrem especialmente as elites dirigentes, “havia os que podiam ser regenerados e incorporados, ainda que de forma subalterna, aos valores da civilização. Assim, a instrução ‘salvava’ alguns e fornecia o crivo para repressão de outros”.<sup>987</sup>

A necessidade de mão de obra com certa qualificação, ainda que elementar, parecia estar na pauta das ações da classe comercial e da elite dirigente quando da fundação de aulas noturnas. As pressões pela escolarização da classe trabalhadora<sup>988</sup> também foram resultado de “motivações ideológicas conservadoras”,<sup>989</sup> diante das “ideias socialistas e uma cultura operária em germen”.<sup>990</sup>

Nas plenárias da Assembleia Provincial do Ceará, os debates acerca do tema da educação não eram diferentes das posições defendidas nos círculos intelectuais.

<sup>983</sup> Cearense, 13 jun. 1880, n. 63, Noticiário, p. 1, 2 e 3 col.

<sup>984</sup> COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas do município da corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 53-68, jan.-mar. 2011, p. 55.

<sup>985</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>986</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>987</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>988</sup> Para informações sobre a escolarização da classe trabalhadora ver: PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. A imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920. 2001. 559 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

<sup>989</sup> COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas do município da corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 53-68, jan.-mar. 2011, p. 56.

<sup>990</sup> *Ibidem*.

Constantemente agitados pelas discussões do campo educacional que se faziam na Europa e nos Estados Unidos, os anos que compõem a década de 1880 foram exaustivamente tomados pela ambição de pensar a modernização da Província aliada à educação e ao trabalho. Oferecer a aquisição da instrução sem prejuízo das ocupações durante o dia fora tomado pela elite dirigente e pela classe ilustrada como o fim principal das escolas noturnas.

No Ceará, as iniciativas de fundação de aulas noturnas partiram de sociedades beneficentes, como foi o caso da Sociedade Beneficente Dois de Fevereiro; de agremiações, como a Academia Francesa; de sociedades voltadas para a instrução das camadas pobres adultas, como a Sociedade Propagadora do Ensino Popular, presidida pelo Rvd. Vicente Salazar da Cunha; de gabinetes de leitura, como foi o caso do Gabinete Cearense de Leitura e da atuação de iniciativas individuais de professores e de figuras da estrutura político-administrativa local. Estes últimos juntavam à fundação de gabinetes de leitura a criação de biblioteca e de escola noturna, como foi o caso do Promotor Público da comarca de Granja, Antonio Augusto de Vasconcelos. Por meio de sua iniciativa, “fundou-se uma associação (Gabinete de Leitura) que se propôs a instituir uma biblioteca e aulas noturnas”.<sup>991</sup>

Com relação à Sociedade Propagadora do Ensino Popular, a participação das mulheres professoras primárias foi fundamental para o desenvolvimento das escolas noturnas.<sup>992</sup> Em 1883, além de lecionarem nas quatro escolas desta Sociedade,<sup>993</sup> saíram, em setembro do

---

<sup>991</sup> Cearense, 31 jul. 1881, n. 161, p. 1, 1 col, Parte Oficial. Podemos observar mais casos: Na Vila de São Benedito, foi por iniciativa do Promotor Público Adolpho Camello que se fundou um gabinete de leitura, inaugurado em 19 de agosto de 1886; ou o farmacêutico Pedro Sombra, fundador do Club Contemporâneo Literário, inaugurado em Baturité no dia 17 de novembro de 1885, que àquela época já tinha seus arquivos crescidos em número de obras de literatura, oferecidas por diversas pessoas. Tais empreendimentos, apresentavam o fim mais louvável possível para o desejo com que as elites ilustradas foram tomadas naqueles idos: ensino gratuito e a criação de um gabinete de leitura. Fontes: Cearense, 21 set. 1886, n. 212, Noticiário, p.1, 4 col; Cearense, 8 dez. 1885, n. 253, p. 1, 2 col, Club Contemporâneo Literário. Quanto às iniciativas particulares individuais encabeçadas por sujeitos que exerciam funções no interior da Instrução Pública, Joaquim Alves de Carvalho, professor público, cujo nome aparecia constantemente nas correspondências da Instrução quando se falava sobre as escolas primárias de Segundo Grau, oferece, em 1884, uma casa com vasto salão para funcionar a escola popular e Gabinete de Leitura Pereirense. Fonte: Cearense, 25 mar. 1885, n. 46, Noticiário, p. 1, col 1; Libertador, 6 ago. 1884, n. 160, Tribuna do povo, p. 3, 2 col.

<sup>992</sup> Libertador, 22 de set. 1883, n. 207, p. 2, col 3. Com o título “auxílio às escolas”, o “Libertador” no dia 18 de março de 1884, anuncia um concerto no palacete da assembleia provincial em benefício da Sociedade Propagadora do Ensino Popular. Em 4 de abril de 1884, o Palácio da Presidência recomenda a Inspeção Geral da Instrução que providencie a fim de ser franqueado o mesmo prédio em que esteve a Secretaria da Instrução à Diretoria da Sociedade Propagadora Ensino Popular para que nele funcione uma das aulas noturnas da referida sociedade, sem prejuízo do funcionamento da escola que já funciona no referido prédio. Fontes: Libertador, 18 mar. 1884, n. 61, Gazetilha, p. 2, 4 col; CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO RE 02 04 (129). CX 17. Para mais informações sobre a 2ª e 3ª escola noturna desta Sociedade, ver os números 178 e 180 do ano de 1883 do Libertador.

<sup>993</sup>As quatro escolas criadas pela Sociedade Propagadora do Ensino Popular tiveram a participação de mulheres professoras. Em outubro de 1883, Isabel Vieira Perdígão, Maria Pimentel, Amalia Joaquina de Moraes e Castro, Felismina Theobaldo, Francisca Carmelia da Silva, Julia Linhares, Maria Gurgulina de Souza e Maria Cavalcante estavam lecionando na quarta escola<sup>993</sup>. As professoras primárias já estavam se imiscuindo em espaços de

mesmo ano, em comissão pelas principais ruas da capital onde estava instalado o comércio, na tentativa de reunir fundos para um bazar em prol dessas escolas. Dos 62 nomes listados,<sup>994</sup> todos de mulheres, que tinham de sair pelas ruas Conde d'Eu, Rua da Boa Vista, Major Facundo, Formosa, Senador Pompeu, General Sampaio, 24 de Maio, Praça dos Voluntários e Boulevard do Visconde do Rio Branco, estão a professora e escritora, Francisca Clotilde Barbosa de Lima; Isabel Rabello, professora primária e esposa do livreiro Gualter; e a professora e romancista, Emília Freitas, que, na época, colaborava no “Libertador”, no “Cearense”, no “O Lyri” e no “A Brisa”, e participou ativamente da Sociedade Cearense Libertadora.<sup>995</sup>

Evidentemente, a abertura de aulas no período da noite por iniciativa própria dos dirigentes da estrutura jurídica e administrativa, de sujeitos dos círculos políticos e letrados e demais iniciativas vindas de professores que colocavam à disposição inclusive suas economias pessoais, como foi o caso de Florêncio de Carvalho, que havia mandado edificar um salão para distribuir, em dezembro de 1888, na Vila de Campo Grande, ensino gratuito a adultos e meninos pobres<sup>996</sup> e esperava das autoridades dirigentes o fornecimento dos materiais necessários ao funcionamento das aulas, atendia a interesses diversos. Certamente almejavam, além do seu empenho pela causa da instrução, a garantia de uma ocupação em meio ao alto nível de trabalhos informais e dependência das classes pobres. Os professores primários, especialmente os que estavam na condição de pobres, embora não pareça ser o caso de Florêncio de Carvalho, sem exercerem atividade para a garantia de sua sobrevivência, poderiam facilmente, pelo “discurso civilizador” das elites dirigentes, serem identificados como “desocupados” e “vadios”, vindo a sofrer toda sorte de controle e de censura infligida aos que não se inseriam nas necessidades de trabalho. Os pobres livres, “vadios”, “miseráveis”, deviam obedecer aos ditames da lógica do trabalho em detrimento da desocupação que, para muitos, produzia a violência, o crime e a desobediência à estrutura político-administrativa.

---

formação criados e garantidos pela elite ilustrada para a instrução das camadas pobres. Nas demais escolas, estavam os Srs. Francisco Pereira de Brito, Tristão Pacheco Spinosa, Manoel Pereira do Sacramento, Raimundo Nonato Lopes de Meneses, Simplicio Delphino Montesuma e Joaquim Jacinto Sampaio, Affonso Américo de Freitas, Manoel Pereira do Sacramento, Manoel de Oliveira Paiva, Cônego João Paulo Barbosa, Antonio Paulino Delphin, Pe. Vicente Salazar da Cunha. Fonte: Libertador, 8 out. 1883, n. 220, p. 2, 4 col, Gazetilha; Libertador, 15 out. 1883, n. 226 p. 2, 5 col, Gazetilha; Libertador, 20 out. 1883, n. 231, p.2, 6 col, Gazetilha; Libertador, 27 out. 1883, n. 237, p. 2, 5 col, Gazetilha.

<sup>994</sup> Libertador, 22 set. 1883, n. 207, p. 2, 4 col.

<sup>995</sup> Para mais informações sobre Emília de Freitas, ver: COLARES, Otacílio. Apresentação crítica e notas. In: FREITAS, Emília. **A rainha do ignoto**: romance psicológico. 2 ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, Imprensa Oficial do Ceará, 1980; DUARTE, Constância Lima. “Emília Freitas”. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

<sup>996</sup> Cearense, 11 dez. 1888, n. 282, capa, 3 col, Noticiário – Campo Grande

Não compondo o grupo dos professores primários influentes na Província, como Francisca Clotilde, João Brígido, Joaquim Alves de Carvalho, nem o dos mestres mais pobres, aqueles de família onerosa e sempre prontos a calotear os comércios locais, pelo atraso dos ordenados e desproporção das quantias em relação aos gastos mais básicos para o sustento familiar, esses professores, como parece ter sido o caso de Florêncio de Carvalho, desejavam talvez se inserir nesse movimento levado a cabo pela ilustração, qual seja, o de se apresentar e ser reconhecido como um benfeitor do “progresso” por meio das letras, não somente pela garantia de possíveis ordenados ou gratificações, como também de possíveis capitais simbólicos,<sup>997</sup> políticos e sociais. Nesse caso, uma questão importante era reiterada constantemente pelos jornais que circulavam na Província. Ao elogiar as fundações das aulas noturnas, a imprensa também lardeava o papel da iniciativa particular que, “enquanto o governo trabalhava pela extinção da instrução pública, a iniciativa particular ia se mostrando cada vez mais inclinada para desenvolvê-la e melhorá-la”.<sup>998</sup> Essa teria, inclusive, se antecipado na promoção do tão afamado progresso no qual a instrução ocupava lugar de destaque.

Tal empreendimento, a instalação de aulas noturnas, poderia ainda lhes garantir algum *status* social nas localidades onde residiam, podendo também reforçar a estrutura de poder na qual estavam inseridos, na medida em que as hierarquias sociais seriam mantidas quando da iniciativa das camadas ditas “elevadas” de se apresentar como aptas a dirigir e dar direcionamento, por meio da instrução, à classe trabalhadora, colocada sempre na condição de subalterna.

As fundações de aulas noturnas por gabinetes de leitura e agremiações foram tomadas pelo Governo da Província, especialmente nos relatórios de presidentes, como meio de formação do “povo”, destacando-se como elemento central a questão de que criariam e dirigiriam escolas noturnas. Porém, bastava analisar o movimento literário desses gabinetes e agremiações para se observar que tais espaços estavam voltados para o lócus de uma elite letrada em ascensão. Nesse caso, tratava-se de sujeitos que, cada vez mais, procuravam ocupar seu lazer com as letras. Na imprensa, frequentemente apareciam manifestações daqueles que ansiavam construir certo universo letrado, representativo dos interesses daqueles que enveredavam pelas letras, conclamando ideias que iam desde a fundação de jornais, passando pelos gabinetes de leitura, bibliotecas, grupos de estudos, conferências e aulas noturnas. A fundação desses espaços acompanharam inclusive o movimento de esquadramento e utilização do espaço urbano em benefício de uma elite que se acreditava, naquele momento,

---

<sup>997</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

<sup>998</sup> Cearense, 13 set. 1874, n. 74, p. 3, 2 col, Noticiário.

“experimentar uma aventura civilizatória”.<sup>999</sup> A partir de 1870, como nos diz o historiador Frederico de Castro Neves, “a preocupação estética com o ‘aformoseamento’ de Fortaleza traduzia uma sintonia das elites locais com as novas concepções sobre o espaço urbano como espaço público a ser por elas usufruído”.<sup>1000</sup> Note-se que esses espaços de letras e de cultura acabavam reproduzindo os códigos, as vivências e as instituições em que se formavam as elites intelectuais.

A região do centro de Fortaleza se tornava espaço onde as inspirações das elites letradas se fariam presentes. As reformas urbanas, cujas inspirações tomavam as metrópoles europeias como modelo, e o consumo de produtos europeus que constantemente ancoravam no porto de Fortaleza pelos estratos mais favorecidos economicamente faziam do culto às letras um produto que igualmente se pudesse exibir.

Quando da instalação de gabinetes de leitura, seus fundadores apresentavam como fim maior a criação de bibliotecas e de aulas para a instrução às classes pobres. Porém, observa-se pelos registros, nos jornais, que a fundação desses espaços constituíram tentativas de desenvolvimento da leitura, estudos, e “constituição de um repertório intelectual” ou mesmo de uma vida intelectual que direcionaria a atuação dos sujeitos pertencentes à ilustração, como discutido por Almir Leal de Oliveira ao investigar a construção do pensamento social cearense do final do século XIX.<sup>1001</sup> Ainda que, de fato, tenham-se promovido aulas voltadas para as camadas pobres – como se vê pelas ações do Reform Club, que em junho de 1880 iniciou a fundação de uma biblioteca e a instituição de aulas noturnas,<sup>1002</sup> ou quando das remessas de livros enviadas por Abílio Cesar Borges que ofereceu, em setembro de 1887, 200 volumes apropriados a diversas classes da instrução primária para uso da escola mantida pelo Gabinete de Leitura Aracatiense<sup>1003</sup> –, as escolas noturnas também constituíam espaço por meio do qual essas elites se reuniam para apresentar seu saber, para debater com seus pares, não deixando, ao mesmo tempo, de ser um momento de entretenimento para os homens de letras. A própria

<sup>999</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro; Relume Dumará; Fortaleza; Secretaria da Cultura e Desporto, 2000, p. 25.

<sup>1000</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro; Relume Dumará; Fortaleza; Secretaria da Cultura e Desporto, 2000, p. 25. Para mais informações sobre esse processo de aformoseamento e urbanização de Fortaleza, ver: PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. Fortaleza: FDR/Multigraf, 1993; VIERIA, Tanísio. *Seca, disciplina e urbanização*. Fortaleza – 1865-1879. In: SOUZA, Simone de & NEVES, Frederico de Castro (org.). **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Coleção Fortaleza: história e cotidiano, 2002.

<sup>1001</sup> OLIVEIRA, Almir Leal. **Saber e poder – o pensamento social cearense no final do século XIX**. Mestrado em História, PUC-SP, 1998, p. 45.

<sup>1002</sup> Relatório com que o Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1881. Fonte: *Cearense*, 27 jul. 1881, n. 157, Parte Oficial – Governo da Província, p. 1, 1 col.; *Cearense*, 30 jul. 1881, Noticiário, n. 160, p. 2, 3 col.

<sup>1003</sup> *Cearense*, 4 de set. de 1887, n. 198, Publicações solicitadas, p. 2, 4 col.



Escola Popular, fundada em 1874, na capital, com a intenção de se dedicar “ao ensino do conhecimento científico para operários”,<sup>1004</sup> reunia na conferência cujo tema tratava da religião, como veiculado no “Fraternidade” de 9 de junho de 1874, grande número de pessoas das “mais gradas da cidade”,<sup>1005</sup> em vez de operários ou populares.

Os espaços letrados surgidos nessa época, na capital e no interior, representados especialmente por associações, gabinetes de leitura e suas bibliotecas e escolas noturnas, constituíram espaços majoritariamente destinados à vivência dos mais abastados econômico e culturalmente. Basta observar as doações de livros que chegavam para a biblioteca do Reform Club para se perceber tal questão. Nomes como Juvenal Galeno,<sup>1006</sup> Meton Alencar<sup>1007</sup> e o próprio Imperador apareciam entre os doadores. Este último, “por intermédio do seu mordomo”, havia remetido 200 mil réis para auxílio da referida biblioteca, importância esta que foi logo empregada na aquisição de 100 volumes “perfeitamente encadernados” vendidos por Manoel Francisco da Silva.<sup>1008</sup> Para o Gabinete Cearense de Leitura, vinham doações de Lisboa, como as enviadas por Francisco Joaquim da Rocha, Vice-cônsul português, e por João Anastacio Gomes.<sup>1009</sup> Figuras como Conselheiro Figueira de Melo,<sup>1010</sup> Leandro Beserra Monteiro, que doou 80 volumes de “obras escolhidas e de subido apreço”;<sup>1011</sup> ou o Tenente Coronel José Antonio Moreira da Rocha, que ofereceu 41 volumes de excelentes obras de Teologia e História Sagrada, e a própria Diocese, que enviou sob os auspícios do Bispo D. Luís Antônio dos Santos as obras do Pe. Ventura, em 8 volumes,<sup>1012</sup> também aparecem entre os nomes que doaram livros para o Gabinete Cearense de Leitura.

Nessa época, a Biblioteca da Província e a biblioteca do Reform Club, constituem espaços destinados à leitura e empréstimo de livros constantemente veiculados nos jornais. Até setembro de 1872, tinham os cofres provinciais despendido com a Biblioteca da Província em

<sup>1004</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. **As Repúblicas das Letras Cearenses**. Literatura, Imprensa e Política (1873-1904). São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, p. 63.

<sup>1005</sup> Fraternidade, 9 jun. 1874, n. 30, p. 3, Diversos.

<sup>1006</sup> Cearense, 2 ago. 1881, n. 162, p. 3, 4 col, Noticiário

<sup>1007</sup> Cearense, 31 jul. 1881, n. 161, p. 2, 4 col, Noticiário.

<sup>1008</sup> Cearense, 30 jul. 1881, Noticiário, n. 160, p. 2, 3 col.

<sup>1009</sup> Cearense, 28 jul. 1876, n. 73, Noticiário, p. 3, 2 col.

<sup>1010</sup> Jerônimo Martiniano Figueira de Melo nasceu em Sobral a 19 de abril de 1809 e faleceu em 20 de agosto de 1878, no Rio de Janeiro. Foi um magistrado e político brasileiro. Exerceu cargo de Deputado Geral, no Ceará e em Pernambuco; de Presidente de Província, no Maranhão e no Rio Grande do Sul, e produziu diversos livros sobre jurisprudência e política. Fonte: Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1770>

<sup>1011</sup> Cearense, 15 set. 1876, n. 94, Noticiário, p. 2, 4 col.

<sup>1012</sup> Cearense, 17 set. 1876, n. 124, Noticiário, p. 2, 4 col.

compra de livros, expediente etc., a quantia de 20:082\$179.<sup>1013</sup> No entanto, a fala com que o Presidente da Província do Ceará, José Júlio de Albuquerque Barros, abriu a Sessão da Assembleia Provincial de 1º de julho de 1880, traz um universo de precariedade material, inclusive de falta de estantes para melhor acomodar os livros.<sup>1014</sup> Em sua fala, “a exiguidade da verba destinada na Lei do orçamento”<sup>1015</sup> não se permitia preencher uma lacuna que considerava preocupante: a ausência de obras “publicadas modernamente”<sup>1016</sup> que impedia a Biblioteca de “acompanhar o movimento literário do mundo civilizado”.<sup>1017</sup>

A Biblioteca da Província, que, em virtude do regulamento aprovado pela Lei nº. 1805 de 14 de janeiro de 1878, continuava sob a direção do Gabinete Cearense de Leitura, funcionando em salão separado a este, pouco incremento havia tido nos últimos anos, era o que dizia o relatório de Pedro Leão Velloso, que ocupou a presidência da Província logo após a saída de José Júlio de Albuquerque Barros em 1881. A verba votada era tão reduzida que mal podia pagar o expediente e assinatura de alguns jornais e revistas. Do último relatório até o atual, a Biblioteca só pôde adquirir a “*Bibliothèque des Merveilles*”, em 86 volumes e algumas publicações oficiais,<sup>1018</sup> informava este presidente.

Embora admitindo a situação de abandono desse espaço por parte dos cofres provinciais, Pedro Leão Velloso em abertura à Assembleia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1881, informava sobre uma pauta que igualmente discutia sobre biblioteca e que entraria para o projeto de reforma da Instrução Pública que havia de ser efetivado na Província.

Não basta propagar a instrução fazendo-se escolas: é indispensável fornecer ao povo meios de ler, fundando bibliotecas. Esta ideia entrará na projetada reforma da instrução, lançando-se as bases de sua realização, a qual não se pode esperar seja pronta, surgindo por toda parte bibliotecas. Cumpre aguardar que a ideia se vá desenvolvendo gradual e lentamente com acumulação de elementos, proveniente de diversas origens, que devem concorrer para o mesmo fim, como sejam a província, as municipalidades e a iniciativa e esforços individuais. Ir-se-ão instituindo as bibliotecas a medida que se for espalhando a instrução, devendo-se esperar que uma coisa acompanhe a outra; haverá tanto mais bibliotecas quanto menor for o número de analfabetos. Muito se deve contar com a iniciativa individual, avigorada pela associação e animada pelos cofres públicos. Deve alegrar-nos o movimento que neste sentido se vai operando na Província, onde começa a fundarem-se associações, para organizar bibliotecas. Acoroçar esse movimento, subsidiando, ainda que parcamente os gabinetes de leitura em condições de viabilidade, é concorrer para dar vida a um

<sup>1013</sup> Almanak da Província do Ceará: Administrativo, Mercantil e Industrial – 1873, p. 360 (p. 375 da versão digitalizada da Hemeroteca Digital)

<sup>1014</sup> Cearense, 3 set. 1880, n. 92, Parte Oficial, p. 1, 2 col.

<sup>1015</sup> Cearense, 3 set. 1880, n. 92, Parte Oficial, p. 1, 2 col.

<sup>1016</sup> Cearense, 3 set. 1880, n. 92, Parte Oficial, p. 1, 2 col.

<sup>1017</sup> Cearense, 3 set. 1880, n. 92, Parte Oficial, p. 1, 2 col.

<sup>1018</sup> Relatório com que o Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1881. Fonte: Cearense, 30 jul. 1881, n. 160, Parte Oficial – Governo da Província, p. 1, 2 col.

poderoso e eficaz elemento da educação do povo, auxiliando à formação da atmosfera inteligente a que já aludi.<sup>1019</sup>

Algo de embaraçoso se tinha na fala de Pedro Leão Velloso. Como instalar bibliotecas, inclusive associando tal projeto à instrução pública, se a própria Biblioteca da Província, sofria com falta de livros e de estantes? Como se daria tal projeto se a própria instrução pública de nível primário sofria constantemente com a falta de compêndios a serem fornecidos pelos cofres provinciais e pelas municipalidades?

Para a instalação de bibliotecas, este Presidente conclamava três forças para atuarem de forma conjunta: a Província, as municipalidades e as iniciativas individuais e particulares. No entanto, no decorrer de sua fala, reitera que muito se deve contar com esta última que seria “avigorada pela associação e animada pelos cofres públicos”.<sup>1020</sup> Mais uma vez, uma ação que seria em favor do “povo”, já que se queria associada à instrução pública, espaço no qual majoritariamente o público era proveniente das camadas pobres, a atuação do governo provincial seria posta mais na condição de incentivadora e auxiliar.

Contraditoriamente, nesse mesmo ano de 1881, mandava-se pagar por conta dos cofres provinciais “a despesa que se fizer com o gás consumido na iluminação da biblioteca do Reform Club nesta capital, visto considerar-se de utilidade pública o seu serviço prestado à instrução popular”.<sup>1021</sup> O fato é que, enquanto a Biblioteca da Província se encontrava em estado de precariedade material e as aulas noturnas eram constantemente encerradas às iniciativas particulares, a biblioteca do Reform Club, espaço que serviu mais ao deleite e amadurecimento de uma elite letrada que emergia e se desenvolvia junto à fundação de sociedades, agremiações, colégios e jornais do que mesmo à formação das camadas desafortunadas, tinha contas pagas pelos cofres públicos. Essas iniciativas particulares tentavam desenvolver as letras na Província, mas aquelas que serviriam em seu próprio benefício.

O Estado Provincial despendia recursos para subvencionar as necessidades da iniciativa particular, mas as próprias escolas destinadas ao ensino das camadas adultas, trabalhadoras e pobres careciam de uma sistematização e formalização que as organizasse de modo que suas demandas fossem subsidiadas integralmente pelos cofres provinciais. Se, na instrução pública primária que funcionava nas horas do dia, o fornecimento de materiais era inconstante e

---

<sup>1019</sup> Relatório com que o Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1881. Fonte: Cearense, 30 jul. 1881, n. 160, Parte Oficial – Governo da Província, p. 1, 2 col.

<sup>1020</sup> Relatório com que o Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1881. Fonte: Cearense, 30 jul. 1881, n. 160, Parte Oficial – Governo da Província, p. 1, 2 col.

<sup>1021</sup> Cearense, 23 dez. 1881, n. 278, p. 2, 1 col, Reform Club.

insuficiente, mesmo essa instrução aparecendo na legislação educacional como um dever do Estado em garantir e fornecer os materiais de que necessitava para funcionar, as aulas noturnas sequer pareciam ser um direito das camadas trabalhadoras. Era apresentada como uma “benfeitoria” das camadas ditas “elevadas” e “detentoras das luzes”, cujo saber era apresentado como essencial para se direcionar aqueles que consideravam não conseguir por conta própria tocar os rumos de suas vidas.

Compreendemos que a investigação das ações do Governo da Província, de agremiações intelectuais e filosóficas, de sociedades beneficentes e demais iniciativas das camadas letradas e autoridades da estrutura político-administrativa frente à instalação de escolas destinadas às camadas adultas pobres não é suficiente “para contar a história”<sup>1022</sup> dessa parte da população e suas relações com a instrução. Observamos, portanto, a necessidade de se chegar às ações de resistência desses sujeitos que se davam concretamente no cotidiano escolar e doméstico, na exigência de instrução para si e seus filhos. Todas essas ações conformam um conjunto de iniciativas que estavam em confronto com a sociedade oitocentista da época, que parecia não lhes oferecer outro suporte para além da subordinação, da resignação e obediência. Passemos, pois, a esse universo de reivindicações que se construiu em diversas partes da Província.

## 6.2 As letras e o comércio

Em janeiro de 1879, na Povoação de Coité, o professor público primário José Antenogenes de Meneses mantinha uma venda para o sustento de sua família. Vestido de trapos velhos, rasgados e sujos, como era de se esperar de um professor que não apenas lidava com os livros, mas que passava parte do seu dia cerrando rapadura e vendendo aguardente em sua bodega, Antenogenes unia a função do magistério com a venda de produtos alimentícios. No entanto, segundo o vigário local, Joaquim Manoel de Sampaio, o referido professor não apresentava os atributos necessários para ser preceptor, não possuía critério, moralidade e decência devida para incutir respeito aos alunos e confiança aos pais.<sup>1023</sup> O fato é que tamanho descumprimento (estabelecimento de comércio) dos deveres no magistério deveria chegar até o Diretor da Instrução para que fossem tomadas as devidas providências.

---

<sup>1022</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 224.

<sup>1023</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Milagres, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Milagres, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP INSP CO RE 118 (4). CX 26.

O sustento do professor Antenogenes não podia vir somente das letras, embora, para muitos, o magistério fosse o único meio de vida, única fonte de recurso pecuniário. Nesse caso, precisava enxergar horizontes muito além das letras naquele momento. Suas aulas sofriam com a baixa frequência de alunos, aspecto que levaria facilmente ao seu fechamento, ficando este à espera de ser adido em uma outra cadeira, muitas vezes distante de sua residência, o que poderia levar algum tempo, a depender das condições em que se encontravam as aulas (quantidade de escolas, de mestres, finanças da Província, condições climáticas). Para esses professores pobres e de família onerosa, cuja “alta do custo de vida lhes atingia mais duramente”,<sup>1024</sup> o comércio era a saída para a penúria, porque, mesmo fazendo “concurso” e exercendo a função de professor primário, viviam na incerteza, podendo sua aula ser suprimida a qualquer momento devido à baixa frequência escolar. Em muitos casos, esses professores e professoras sustentavam com seus minguados salários família com pais e mães doentes, como é possível observar nos pedidos de pagamento de vencimentos ou quando reivindicavam a transferência para cadeiras (aulas) que não fossem distantes de sua residência.

As roupas sujas e desleixadas e a desatenção com o asseio foram, na segunda metade do século XIX, características da aparência do povo pobre, não porque desejavam de forma consciente, mas porque suas condições de pobreza e de trabalho os inseriam nessa situação como foi o caso dos professores públicos primários. A aparência e o vestuário cumpriam um papel moralizador na vida desses mestres. Esses sujeitos, como dito por Michelle Perrot sobre “os operários, a moradia e a cidade no século XIX”, “enfrentavam uma autoimagem em que a sujeira e o desalinho marca[va]m sua inferioridade, a dignidade operária passa[va] pelo ‘bom aspecto’”.<sup>1025</sup> Além da limpeza e asseio serem elementos de higiene a se inculcar também em seus “discípulos”, as autoridades da Instrução Pública não “escapa[va]m à convenção clerical que faz[ia] da limpeza do corpo o reflexo da alma”<sup>1026</sup> direcionando aos professores que a dimensão exterior refletia, para esses sujeitos, a sua própria. A desatenção ao asseio era sinal de desregramento e descumprimento das ordens estabelecidas para o exercício das funções no magistério. A pobreza, como se vê, era apreendida não apenas como uma privação de bens, mas como “um estatuto social específico que por vezes marcava mais fortemente a vida dos indivíduos do que a sua situação material desfavorecida”.<sup>1027</sup>

<sup>1024</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 134.

<sup>1025</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 109.

<sup>1026</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 217.

<sup>1027</sup> GEREMEK, Bronislaw. **História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1986, p. 9.

Embora procurem atender aos ditames da Igreja para a vida dos católicos leigos, como a maioria dos professores demonstrava no cotidiano escolar, assim como fora dele, certamente, seria difícil para esses sujeitos que, de forma concomitante ao magistério, mantinham pequenos roçados ou comércios para a garantia do sustento familiar, apresentarem-se no seu dia a dia com aparência diferente. Algo idêntico ocorria com os pais de família, cujo trabalho na lavoura fazia de sua estampa não muito agradável aos olhos das autoridades educacionais, que os taxavam de sujos e imersos em toda sorte de imundícies, a começar por suas casas.

Nos povoados mais distantes da capital, nas vilas, nos pequenos roçados, nas grandes propriedades com a massa de pobres dependentes da “assistência” dos grandes proprietários, sujeitados a toda sorte de desmandos, e nas ruas da capital, as situações de empobrecimento aumentavam. Sem necessidade de um olhar apurado, bastava ver as vestes simples que trajavam para perceber que tais condições se tornavam ainda mais acentuadas e contrastantes. Representando o seu estado de pobreza na “hierarquia social das aparências”,<sup>1028</sup> parecia ser difícil ao furor civilizatório das elites, que ansiavam inserir a Província nos rumos do “progresso”, esconder essa massa de pobres que não passava despercebida. Nas calças de chita, no paletó de brim pardo e nas camisas, eram impressos os efeitos da necessidade e das estratégias de sobrevivência que se davam e se construía diariamente.<sup>1029</sup>

Para as elites política e ilustrada, a população laboriosa tinha estampado em seu rosto, em suas atitudes e comportamentos, o caráter baixo e arredo. Fatigada pelo peso do trabalho e da vida precária, sua vestimenta e seu semblante descuidado foram considerados sinônimo de violência. A pele tingida do sol e o corpo maltratado pelo trabalho nos roçados, cujas mãos denunciavam o trato com a enxada, foram tomados como indecência e falta de asseio, sobretudo quando se tratava de professores primários, cujo exemplo deveriam ser os primeiros a dar aos meninos da localidade em que residiam, afirmavam os inspetores, diretores e presidente de Província. Nas aulas ou transitando nas ruas, os mestres não podiam trajar molambos, motivo pelo qual muitos foram denunciados e abertos processos disciplinares por irem às aulas “indecentemente vestidos e da mesma forma percorrer as ruas”.<sup>1030</sup>

<sup>1028</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 221.

<sup>1029</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00162). 53 A.

<sup>1030</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00129). 53 A / BR CEAPEC IP CO QX 01 33 (7). CX 48.

A moralidade ou falta desta era, na vida dos mestres, julgada também pelas condições de sua aparência. Embora constituísse um aspecto que marcava a sua pobreza e “testemunhava a sua miséria”,<sup>1031</sup> essa dimensão não era levada em conta quando da abertura de processos disciplinares. Naquele momento, ser “digno” ou mesmo estar apto ao magistério passava também pelo bom aspecto do corpo e vestuário. O fato é que esses professores eram denunciados e acusados de falta de moral por atos muito naturais às suas próprias condições de vida, como andar com roupas sujas e rasgadas.

Não bastava na vida dos pobres a arte de improvisar e de se arranjar com o pouco que possuíam, a sua pobreza era ainda destacadamente perseguida e estereotipada, associada sempre aos maus vícios e comportamentos. Embora a rotina do professor Antenogenes de Meneses se caracterizasse pela “pobreza laboriosa”<sup>1032</sup> e estando na condição de atarefado, a contradição era evidente, pois a denúncia feita acerca de sua postura parecia não estar apenas relacionada ao que estava estabelecido na legislação educacional do período: a proibição de exercer atividades estranhas ao magistério, mas ao fato de suas condições de vestuário e de seu pequeno negócio lhe darem, na compreensão das autoridades dirigentes, a conotação de indolente e vadio. O que era um modo de garantia do próprio alimento e das necessidades da família era tido enquanto amoral para um professor que deveria servir de exemplo aos seus alunos. Andar com andrajos sujos, cerrar rapaduras e vender aguardente não passava, contraditoriamente, no crivo da moral católica dos inspetores escolares.

A atividade de negociante e o estabelecimento de vendas em suas casas, pela recorrência com que aparecem nas correspondências, atestam que os professores realizavam diversas outras tarefas concomitantes ao magistério, como foi o caso também do professor de primeiras letras de Assaré Ildfonso Pereira, que, em 1º de fevereiro de 1866, foi denunciado sob a justificativa de estar se ocupando em negócios de fazendas vindas da capital com loja aberta em sua própria residência.<sup>1033</sup> Ou do professor José Achilles Carlos Barata,<sup>1034</sup> da cidade de Aracati, que, em 11 de maio de 1874, ao ser acusado de ter uma venda de molhados pelo seu ex-aluno Vicente Marques da Silva, afirmou que morando num sobrado na Rua do Comércio, no andar térreo da

<sup>1031</sup> GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na Literatura Europeia (1400-1700). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 225.

<sup>1032</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 213.

<sup>1033</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Assaré, 1866. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Assaré, Data Crônica: 1866. BR CEAPEC IP CO ATEST 01 47 (91). CX 42.

<sup>1034</sup> Em 25 de julho de 1885, José Achilles Carlos Barata é apresentado, em anúncio no *Cearense*, como professor aposentado que ministra aulas particulares de primeiras letras a crianças de ambos os sexos, na rua Senador Pompeu n. 142. Também ensina português e latim prestando-se a ir lecionar qualquer dessas matérias em casas particulares. Escola Particular. *Cearense*, Ceará, 25 jul. 1885, n. 139, p. 3, 1 col, Anúncios.

mesma casa, funcionava uma venda de mercadorias, de lenha, carvão e rapaduras, e que, às vezes à tarde, sentava-se ali para tomar fresca e conversar com algum amigo.<sup>1035</sup>

Para os professores pobres, as vendas constituíam mais uma forma de garantir seu sustento. De fato, eram espaços de “inversão dos valores dominantes”,<sup>1036</sup> a começar, antes de tudo, pelo exercício da atividade de comércio que era proibido aos professores primários ou mesmo por reunir experiências de homens e mulheres que se viam impelidos a um viver junto, a uma “subsistência coletiva”,<sup>1037</sup> inclusive experimentando uma espécie de ajuda mútua, procurando, ao dirigir seu próprio tempo, conciliar a atividade de professor com o pequeno negócio. Certamente, para o discurso oficial, “atento à reelaboração da noção de trabalho, o tempo da venda significava ociosidade”.<sup>1038</sup>

O exercício de outros ofícios, mesmo que contra a legislação educacional, era prática comum entre os professores primários, sobretudo entre aqueles das regiões mais afastadas da capital. A “poupança”, a geração de excedentes, a acumulação e o entesouramento escapavam a esses sujeitos, cujo ordenado não acompanhava sequer os gastos com as despesas de sua família. Com vencimentos atrasados e tendo que sustentar família numerosa, inclusive com doze filhos,<sup>1039</sup> característica que atravessava a maioria dos mestres primários, recorriam a diversas tarefas para garantirem não somente a sua sobrevivência, mas de sua própria cadeira, na medida em que, muitas vezes, tiveram de fornecer aquilo de que elas necessitavam para funcionarem regularmente ou, ao menos, por certo período, como veremos no próximo tópico deste capítulo. Alegando serem seus ordenados “tão diminutos que não chegavam para a sua

---

<sup>1035</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracati, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracati, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO QX 01 42 (6 a 10). CX 48. Queixa completa 2 a 36. No dia 15 jan. 1886, é veiculado no “Libertador” o anúncio do professor José Achilles Carlos Barata informando aos pais de família que continuava a ensinar primeiras letras, português e latim em sua morada situada à Rua Senado Pompeu, n. 142. Informa também que “podia ensinar as ditas matérias em casas particulares”. Fonte: Libertador, 15 jan. 1886, n. 12, Anúncios, p. 4, 5 col. É importante ressaltar que inúmeros processos disciplinares abertos contra os professores não apresentam o seu desfecho, ou seja, as respostas das comissões que julgavam as denúncias. Na maioria das vezes, o que se tem são as acusações e a defesa feita por parte dos mestres com a apresentação de atestados e abaixo-assinados a fim de provarem que, ao contrário do que as denúncias afirmavam, estavam cumprindo com seus deveres no magistério.

<sup>1036</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 250.

<sup>1037</sup> THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 260.

<sup>1038</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 250.

<sup>1039</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aquiraz, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aquiraz, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP PP CO RE 13 01 (93). CX 52.



subsistência”,<sup>1040</sup> inúmeros professores não hesitavam em solicitar aos inspetores escolares a abertura de vendas de fazendas, molhados e gêneros para comercializar nas horas em que não estivessem ocupados no seu magistério.<sup>1041</sup>

A recorrência a outras atividades de trabalho não se dava tão somente pelas condições de pobreza, mas porque a própria Instrução Pública os levava a buscarem outros meios de vida. A insegurança com relação aos ganhos, que inclusive atrasava vários meses, as cadeiras (aulas) que acabavam sendo incertas, pois podiam ser fechadas a qualquer momento, dependendo da quantidade de alunos; bem como as condições de precariedade material das aulas, os impeliavam a procurarem outros recursos, para inclusive não recorrerem exclusivamente ao mercado de trabalho informal. A busca por exercer outras atividades constituía uma espécie de compensação à insegurança dos ordenados e à insegurança do próprio funcionamento das aulas. A associação entre pobreza, compreendida aqui como privação dos bens necessários à vida,<sup>1042</sup> indisciplina e falta de moral, como eram taxadas as ações dos mestres que recorriam a outras atividades para garantir seu sustento, parece não se sustentar. Eram as próprias condições de trabalho, impostas pela Instrução pública, a principal causa de tais ações, na maioria dos casos.

O caráter de pobreza ou estado de precisão em que se encontrava a maioria dos professores primários na Província era acompanhado da falta de recursos nos lugares, como médicos ou outra pessoa habilitada para vacinar os alunos, como era o caso da vila de São João do Príncipe, em 1867. Por ser um “lugar central”,<sup>1043</sup> “não dava ao menos para passar, quanto mais para viver com a decência que a função de professor exigia”,<sup>1044</sup> afirmava a professora

<sup>1040</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Tucunduba, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Tucunduba, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 57 (8). CX 24.

<sup>1041</sup> No Regulamento da Instrução Pública do Ceará de 1881, fora estabelecido que os professores de 1.<sup>a</sup> categoria (escolas localizadas na capital) receberiam 1:200\$000, 2.<sup>a</sup> categoria (demais cidades) 1:000\$000, 3.<sup>a</sup> categoria (vilas) 800\$000, 4.<sup>a</sup> categoria (povoações e arraiais) 700\$000, anuais. Fonte: CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Art. 246, “Dos vencimentos e vantagens dos professores públicos”, p. 69, v. 3. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

O professor primário de Imperatriz, Benjamin Franklin de Sousa Paz, em 23 de novembro de 1869, recebia o ordenado no valor de 5.833. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 18 69. BR CEAPEC IP PP CO RE 04 01 (152). CX 50.

<sup>1042</sup> BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 62.

<sup>1043</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00156). CX 23 / BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00157). CX 23.

<sup>1044</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00156). CX 23.

primária Generosa Cândida de Albuquerque, em 28 de janeiro do mesmo ano. Temiam-se, por um lado, as epidemias da cólera e da febre amarela a que já haviam sucumbido muitos alunos, diminuindo gravemente a frequência às aulas; por outro, os ordenados que se tornavam ainda mais diminutos pela quantidade de cadeiras existentes nesses lugares ditos “centrais”.<sup>1045</sup> Assim, a professora Cândida, na tentativa de talvez não se ver na situação de ter que passar por privações ou de ter que exercer outras funções concomitantes ao magistério para garantir seu sustento, visto que tal ato poderia levar à abertura de processos disciplinares e possível perda dos ordenados ou da cadeira, solicitava ser removida de sua atual cadeira e transferida para outra localidade.

Diariamente, chegavam à Inspetoria Geral da Instrução Pública inúmeros ofícios dos professores solicitando o pagamento o mais breve possível de seus ordenados que, não raras vezes, atrasavam cerca de quatorze meses.<sup>1046</sup> As incansáveis reclamações de atraso dos vencimentos representavam ações de sujeitos que contraíam dívidas, sobretudo nos comércios locais.<sup>1047</sup> Mediante tal situação, o professor da segunda aula pública primária do sexo masculino da cidade de Icó, Norberto Gonçalves Peixoto, em 3 de setembro de 1883, roga ao Inspetor Geral da Instrução, Antunes Rufino de Alencar, o seguinte:

Assim pois vendo-me privado da recepção de meus vencimentos desde outubro do ano passado e sendo onerado com uma família constante de doze pessoas e já aproximando-me bem seu estado de desespero a falta de meios para manter a tão prezada família, rogo a V. S<sup>a</sup> para interpor seu alto prestígio a fim de que a Assembleia Provincial em sua sessão seguinte tome um alvitre eficaz que por ele os gritos da [ilegível?] fome e nudez de minha mulher e filhos possam cessar. [...]. Confio no bom coração e índole patriótica de V. S<sup>a</sup> que compadecendo-se de meus gritos de fome e nudez tentará um esforço a fim de minorar as tristíssimas condições dos filhos da Repartição de V. S<sup>a</sup>. Não está longe o momento de passarem eles pela decepção de o comércio não lhes ficar mais sequer uma bolacha e uma [libra?] de bacalhau. E se alguma coisa ainda lhes cede a prazo não é porque tenham eles mais crédito, mas sim é por caridade, compaixão e ainda traços de amizade.<sup>1048</sup>

Onerados de grande família, mal podiam subsistir sem calotear amigos e comércios das localidades onde residiam, aspecto ressaltado quando informavam sobre a necessidade de

<sup>1045</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00156). CX 23.

<sup>1046</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1883. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1883. BR CEAPEC IP CO EX 01 111 (130). CX 11.

<sup>1047</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 113 (132, 133, 134). CX 11.

<sup>1048</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Icó, 1883. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Icó, Data Crônica: 1883. BR CEAPEC IP PP CO RE 09 01 (290, 291, 292). CX 52.

receberem seus ordenados regularmente no início de cada mês.<sup>1049</sup> Essa dimensão, a do endividamento e dos calotes, só demonstra ainda mais as condições de empobrecimento da maioria dos professores primários. Em muitos casos, era da solidariedade dos comércios locais que esses sujeitos dependiam para garantirem algum alimento. Nessas condições, os moradores das localidades, aí incluídos os pais de alunos, amparavam professoras viúvas, inclusive quando denunciadas por falta de cumprimento nos deveres do magistério. Ao saber que se tratava de mulheres que sustentavam família numerosa sem a figura masculina do marido, desistiam das acusações, solicitando o seu retorno às cadeiras.

A instrução pública primária era espaço de conflitos entre pais, professores, inspetores e diretores, mas também de auxílio e amparo. Sua vida cotidiana era constituída “tanto da aptidão para a brutalidade, ou mesmo para o furor, quanto de sua propensão à solidariedade”.<sup>1050</sup> A postura desses sujeitos frente aos problemas e dificuldades que tinham de enfrentar para terem acesso ao mínimo de instrução fazia do seu cotidiano espaço de suspeitas, desconfianças e acusações, como também de ajuda mútua.

Além das necessidades com alimentação, como parte das dívidas que os professores contraíam, estavam os gastos com aluguel das casas onde moravam; médicos e remédios, frente ao corpo que também adoecia por conta das privações materiais. Reivindicando o que lhes era de direito, para “poder acorrer em tempo as necessidades de sua família, e assim melhor cumprir os deveres no magistério”,<sup>1051</sup> advertiam ser necessário garantirem sua subsistência como forma de poderem cumprir com suas funções de professor. Nesse caso, o exercício de outras atividades poderia, por outro lado, segurá-los em sua própria função na Instrução Pública. Assim, mesmo sendo atividade incompatível com a função de professor, como estabelecido na legislação educacional do período, os inspetores chegavam, em alguns casos, a conceder permissão para a abertura de vendas, a fim de que as condições econômicas dos mestres não constituíssem empecilho para o “bom exercício” de sua função.

Nas correspondências endereçadas à Inspetoria e Diretoria da Instrução, a necessidade de informar que eram “muito pobres”, acompanhadas de termos que destacavam o aspecto do empobrecimento constante como “nudez” e “fome”, não constitui, nesse caso, apenas uma

---

<sup>1049</sup> As dívidas contraídas pelos professores primários constituem aspecto fundamental para se observar as condições de pobreza ou mesmo a evolução do empobrecimento dessa parte da população. CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Mulungu, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Mulungu, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP INSP CO RE 78 (17). CX 25.

<sup>1050</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 324.

<sup>1051</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1883. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1883. BR CEAPEC IP CO EX 01 111 (105). CX 11.

forma de chamar a atenção das autoridades competentes para a necessidade urgente de fornecerem o pagamento dos ordenados. Certamente, a quantidade de filhos e os numerosos meses que passavam à espera de seus vencimentos fariam com que os professores se vissem em completo estado de precisão.

O mesmo Estado que procurou ao longo da segunda metade do século XIX construir um sistema de inspeção e fiscalização ao trabalho dos professores, traduzidos em inúmeras leis e decretos que procuravam organizar a “carreira docente”,<sup>1052</sup> concebia o magistério ainda como uma espécie de sacerdócio, sobretudo quando deixava de garantir aquilo que era necessário para os mestres se manterem em suas funções, não se furtando da tentativa de inculcar certa conformação aos direcionamentos e vigilância impressa às suas atividades e ao estado de carência da instrução de nível primário.

Quando acusados de não cumprirem com seus deveres, mesmo reconhecendo serem os ordenados baixos e estar o ensino primário em estado de abandono, questões que influíam diretamente no progresso da instrução, os mestres eram acusados de não apresentarem vocação para o exercício de tão “valiosa missão”, concebendo, muitas vezes, o magistério público primário como uma espécie de “esmola” às camadas pobres que dele dependiam para subsistir, como registrado no relatório de Juvenal Galeno, Inspetor Literário da Instrução, no ano de 1865, quando da visita às onze cadeiras primárias reunidas nas cidades de Maranguape, Pacatuba, Arronches, Mucuripe, Soure, Trahiyri, Siupé, Parasinho e Messejana.<sup>1053</sup>

Entre nós, quase sempre, o professor não é o homem inteligente, ilustrado e prático no ensino, moralizado e próprio por sua vocação para o professorado. A falta de estímulo e a pequenez do ordenado, reunidas ao abandono em que se vê e ao desprezo que merecem dos poderes competentes as suas reclamações, afrouxam em seu zelo um ou outro homem útil ao magistério e a [lei?] afugentam muitos outros em iguais ou melhores condições, dando lugar àqueles que por nulidade intelectual e indolência não encontram n’outra profissão tão fáceis meios de subsistência. Não serei exagerado afirmando a V.E. cia que muitas vezes uma cadeira é a esmola que se dá ao mendigo. O moço que não tem jeito para o comércio, que não tem animo para o trabalho agrícola, que não sabe uma arte e nem conhecimentos possui para uma indústria qualquer; na indigência, portanto, lembra-se de ser professor de instrução primária e vem à capital estudar, acompanhado dos melhores empenhos e todas as esperanças. Aqui, procura muitas vezes para seu mestre um daqueles que o tem de examinar e que sabem os pontos marcados para o exame; estuda algumas noções de gramática, analisa

---

<sup>1052</sup> Sobretudo com a criação de Escolas Normais por todo o Império e com o custeio de viagens feitas por funcionários da Instrução a fim de observar o sistema de formação dos professores primários nos Estados Unidos e em países da Europa, como foi o caso do Ceará.

<sup>1053</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00143). CX 53 A.

algumas estâncias dos Lusíadas, aprende algumas operações de aritmética, frequenta para fazer tirocínio alguns dias uma escola, e dá-se por pronto – dois meses depois!<sup>1054</sup>

Para Juvenal Galeno, a penúria e precariedade em que se encontrava o ensino primário na Província acabava por fazer com que aqueles “úteis” ao magistério, diga-se com vocação, perdessem a aspiração por exercer a função de professor. Dessa forma, a instrução pública primária acabava reunindo um professorado “fraco de inteligência” e igualmente preguiçoso e desleixado que, em estado de miséria, via no magistério um “meio fácil de subsistência”. Embora esse Inspetor Literário reconheça estar o ensino primário sofrendo constantemente com a falta dos meios mais indispensáveis ao seu funcionamento regular, corroborando a denúncia de uma espécie de abandono por parte das autoridades educacionais, em seu discurso, parecia afirmar que, por se recusarem por vontade própria às atividades no comércio, no campo ou mesmo à especialidade de algum ofício, esses sujeitos acreditavam que qualquer ganho que viessem a ter com a instrução seria mais vantajoso.

Nessas circunstâncias, a falta de ilustração e a indolência eram características, no discurso de Juvenal Galeno, inerentes ao povo em estado de “indigência”, nomenclatura que, na vida desses mestres, não atendia ao seu significado literal, mas fora requisitada, pelos dirigentes da Instrução Pública, como forma de afirmar ser a preguiça a causadora de seu estado de precisão. Assim, parecia o Inspetor afirmar que esses professores não reivindicavam melhorias, como faziam os professores ditos “úteis”, e permaneciam na instrução, mesmo com os problemas gerados pela precariedade material, por não se importarem com o bom adiantamento e progresso do ensino, sendo indiferentes ao estado de abandono das aulas, não somente pela falta de “inteligência” e “ilustração”, mas por, de certa forma, apreciarem a desordem, pela moleza e pouca afeição que tinham pelo trabalho.

A vadiagem, compreendida nesse caso pela falta do exercício do trabalho, era uma espécie de “estado desejado”<sup>1055</sup> pelos professores; e a condição de pobreza era fonte de delinquência. Esses professores “indolentes” e com “nulidade intelectual”, como afirmava, eram “rebeldes a todo tipo de trabalho”<sup>1056</sup> e tinham “gosto pela vida fácil e a aversão pelo trabalho”.<sup>1057</sup> O remédio seria, portanto, a exclusão. Assim, essa dimensão, que se expressava em processos disciplinares, perda de ordenados e de cadeira, humilhação, censura e

<sup>1054</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00165). 53 A.

<sup>1055</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 276

<sup>1056</sup> Ibidem, p. 277.

<sup>1057</sup> GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na Literatura Europeia (1400-1700). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 239.

admoestação, constituiu o destino de muitos mestres primários. Em inúmeros casos, teriam que se mudar para outras localidades, para assim conseguirem novamente a confiança dos pais, sem a qual não haveria matrículas dos filhos nas aulas, e poderem continuar a exercer a função de professor.

Ao contrário do que afirmara Juvenal Galeno, a instrução primária não constituía um meio fácil de subsistência. Além de os ordenados serem mirrados, costumeiramente atrasavam. Os professores informavam aos inspetores, numa constância incansável, que as aulas eram mantidas com os poucos meios que possuíam fornecidos frequentemente dos seus próprios vencimentos. Acusados por esse Inspetor Literário de tomarem a instrução como o único meio para se conseguirem algum benefício e de serem “preguiçosos” e “indolentes” para a execução de outras atividades, esses professores chegavam, por outro lado, a deixar suas funções na Instrução Pública para assumir outros cargos ou realizar outras atividades como a lavoura ou o cargo de “administrador de serviços na via férrea de Baturité”,<sup>1058</sup> de “1º Escriuario da Estrada de Ferro de Sobral”, de “2º Suplente de Subdelegado de Polícia”<sup>1059</sup> ou ainda de “agente do correio”, donos de tavernas e negócios forenses,<sup>1060</sup> às vezes, concomitantemente às funções de professor primário, até serem denunciados e enfrentarem processos disciplinares.

Para Juvenal Galeno, não era o abandono em que se encontrava a escola primária que os levava a descumprir os deveres no magistério com o exercício de inúmeras outras tarefas, mas as más inclinações e o caráter baixo. Mais uma vez, o aspecto da moralidade é acionado em detrimento da dimensão material e econômica tanto dos mestres, quanto das aulas. Embora se reconhecesse que a miséria levava à infrações, à desordens, os aspectos estruturais tinham papel secundário quando se tratava da vida dos professores.

Nesse ponto, concluímos o seguinte: as condições de falta de adiantamento da instrução não estavam tão somente relacionadas aos “maus comportamentos dos mestres”, e estes não se encontravam associados exclusivamente à pobreza. Estavam diretamente vinculados, tanto um,

---

<sup>1058</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 95 (22). CX 08. Os professores primários que deixavam suas aulas para exercer cargos na Estrada de Ferro de Baturité não residiam nas proximidades da estrada, provinham de localidades distantes, como Quixadá. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 95 (22). CX 08.

<sup>1059</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP CO EX 01 24 (28). CX 04.

<sup>1060</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00167). CX 53 A.

quanto outro, “ao grau de desorganização social”,<sup>1061</sup> para utilizar o termo discutido por Amaral Lapa. O que gerava a indisciplina e desatenção às normas estabelecidas nos regulamentos da instrução pública era mais as condições impostas pela própria instrução pública do que o estado de pobreza da maioria dos mestres primários. A privação material é aqui entendida mais como efeito do que como causa.<sup>1062</sup>

Na mesma Província, cujas elites política e intelectual andavam às voltas com a construção do progresso material e moral por meio do ensino em seus discursos, o “abandono” de cadeiras primárias era frequente como parte do rol de ações empreendidas pelos professores, quando tinham seus ordenados atrasados. Submetidos às múltiplas dificuldades que o próprio magistério lhes colocava, reagiam à quase frequente falta de verba para o orçamento da instrução pública primária. Indo na contramão dos discursos das autoridades educacionais, não se deixavam levar pela ordem da passividade quando se tratava de garantir o que lhes era de direito. Elaborando estratégias diversas, iam de encontro aos discursos que defendiam a fragilidade financeira do orçamento da Província para as despesas com a instrução primária. Reivindicando aquilo que era necessário para a garantia da manutenção de sua função, reclamavam constantemente e, muitas vezes, deixavam de atender ao que era estabelecido no Regulamento como dever dos professores sob pena de perder a cadeira ou os ordenados.

Sonegados do pagamento regular de seus vencimentos, mesmo quando a arrecadação do Tesouro Provincial apresentava o contrário do que afirmava o Governo, os professores estavam longe de conceber o magistério enquanto “vocação” e “sacerdócio” quando se tratava de denunciar a situação precária de suas aulas ou mesmo a impossibilidade de exercer suas funções. Nas sessões da Assembleia Provincial e Câmara dos Deputados, as dificuldades financeiras dos mestres, o atraso dos baixos ordenados e a frequência irregular das crianças às aulas eram tomados como situações inerentes à própria função de professor primário.

A esse respeito, contraditoriamente ao que lhe foi imposto, a professora Ana Maria d’Oliveira, ao ser nomeada para uma cadeira primária em Baturité, em 13 de janeiro de 1885, solicita insistentemente ao Inspetor Geral da Instrução Pública permissão para a aula funcionar em sua casa, sujeitando-se a pagar à sua própria custa o seu aluguel, pois, por residir em um dos extremos opostos ao que estava o edifício destinado ao funcionamento da escola e não ter

---

<sup>1061</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, p. 35.

<sup>1062</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, p. 36.

quem a acompanhasse na ida, assim como na volta para sua residência, afirmava tornar inviável exercer sua função.<sup>1063</sup>

No referido caso, a professora, que já exercia o magistério público na povoação de Maracanaú,<sup>1064</sup> localidade que, se fosse, ao mesmo tempo, sua residência, ao ser nomeada para uma cadeira em Baturité, a obrigaria a percorrer um longo trajeto diariamente da sua casa até a escola, submetendo-se a certos “perigos”, já que relata não ter quem a acompanhasse. Assim, teria de, mediante o “sacerdócio” que exercia, como parte de sua “vocaçãõ” ao magistério, “sofrer” as fadigas e “perigos” “próprios” da função de mestre primário?

Via-se ali uma professora que não demoraria muito para ficar sem sua fonte de subsistência, haja vista ser a distância entre sua residência e a escola obstáculo para a continuação do exercício de sua função. Ter de se mudar com sua família talvez não estivesse nos seus planos. Ceder a própria casa para local de aulas, sem cobrar a gratificação que lhe era de direito, constituía estratégia para continuar a ensinar na localidade onde residia. Contraditoriamente ao desejo dos professores, nesses momentos em que necessitavam de maior “amparo” por parte da Instrução Pública, as autoridades competentes procuravam, ainda com maior força, legitimar sua função como sendo uma “missão sagrada”, cujas ações deveriam ser guiadas pela abnegação, pelas virtudes próprias de quem possuía “vocaçãõ” para o magistério: mansidão, moral ilibada, bondade e caridade.

A ordem era produzir nos professores não somente o temor e o medo com as penas a serem impostas caso deixassem de cumprir o que fora estabelecido nos regulamentos e regimentos, bem como nas resoluções que saíam constantemente, mas de fazê-los acreditar que o cumprimento de seus deveres viria, especialmente, da desambição, da responsabilidade a ser impressa, sem esperar muita coisa em troca, a dizer benefícios materiais.

Quando deixavam de ministrar as aulas por atraso de seus ordenados, eram acusados pelos inspetores gerais e diretor da Instrução Pública de “abandonarem” suas cadeiras “sem motivos” que justificassem tal procedimento. Nesse caso, o efeito jurídico estabelecido na legislação educacional do período era a perda da cadeira ou dos ordenados por alguns meses e

---

<sup>1063</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 115 (181). CX 12 / BR CEAPEC IP CO EX 01 115 (274). CX 12 / CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 116 (99). CX 12.

<sup>1064</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Baturité, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Baturité, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 116 (8, 9). CX 12.



pagamento de multas.<sup>1065</sup> Se, por um lado, os trabalhos exercidos garantiriam sua sobrevivência, por outro, custavam-lhe sua cadeira. O que servia de sobrevivência era denunciado pelos inspetores escolares como ato de não cumprimento com os deveres no magistério.

Lutar contra a miséria não era característica, na segunda metade do século XIX, apenas dos homens livres que exerciam atividades não especializadas. Grande parcela dos professores primários vivia em condições aviltantes, como revelam as correspondências. Eram inúmeros os pedidos de “ajuda de custo”, de “adiantamento de ordenados” e de um maior tempo a fim de se prepararem para iniciar o exercício de sua função como requisito, sem o qual não teriam condições de exercê-la em vilas e povoados distantes de onde residiam.<sup>1066</sup> Em 1884, a ajuda de custo era de três mil réis por légua.<sup>1067</sup> Com essa quantia, os professores teriam que se mudar com sua família para tomar posse em suas cadeiras.

A lógica da sobrevivência, quando se tinha seus ordenados atrasados durante o ano inteiro, não obedecia aos ditames da legislação educacional.<sup>1068</sup> Nos momentos de maior necessidade material, os professores não se furtaram em usar de artifícios diversos para imprimirem em seu cotidiano suas próprias formas de compreensão do mundo, aspectos revelados como insubordinação e descumprimento de dever nas denúncias e processos disciplinares, cujas forças vinham de diferentes instituições, como a Igreja e a Instrução Pública que agiam com um olhar e ações do tipo policialesco.

Pela via da resistência, o que se tem, por um lado, como falta de cumprimento com os deveres no magistério, sendo abertos inclusive processos disciplinares junto ao Conselho de Instrução Pública, por outro, são ações de mestres que não hesitaram, quando de sua necessidade econômica, em exercer paralelamente às funções de professor primário outras atividades. Em meio à precariedade imposta, não deixaram de resistir, reivindicando, constantemente, condições para a sua permanência no magistério, mesmo que lhes custassem

---

<sup>1065</sup> Como estabelecido nos regulamentos e regimentos que organizavam a Instrução Pública no período, os professores primários não podiam exercer qualquer outra atividade que viesse a ser incompatível com suas funções no magistério, como o comércio, a lavoura, ou os atos de “arrematação de impostos municipais”. As penas disciplinares para os que incorressem nos “delitos” de exercer qualquer outra atividade tida enquanto incompatível com o exercício do magistério público constituíam-se em pagamento de multas, a perda dos vencimentos, a transferência para aulas de outras localidades ou a perda da cadeira. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 123 (45). CX 14.

<sup>1066</sup> Nessas situações, os professores primários eram tidos enquanto sujeitos “nimiamente pobres”, pois, entre outros aspectos, não tinham os meios necessários para se mudar com sua família para a localidade em que ministrariam aulas, solicitando maior espaço de tempo para tomarem posse nas cadeiras.

<sup>1067</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 113 (62). CX 11.

<sup>1068</sup> Há casos de professores que tinham seus ordenados atrasados há dezessete meses.

punições, como o pagamento das multas que chegavam a contabilizar um valor quase cinco vezes maior ao que recebiam mensalmente, como foi o caso do professor de Lavras, Florindo Freire da Silva, que, em 19 de janeiro de 1885, na sessão do Conselho de Instrução Pública, foi multado em trinta mil réis, como estabelecido no art. 243 § 3º nº 1 do Regulamento de 1881, por exercer “atos de comércio”.<sup>1069</sup>

Contrariamente ao que as autoridades educacionais afirmavam, essas atividades, por um lado, davam possibilidades de os mestres continuarem no exercício de suas funções na Instrução Pública, na medida em que, colaborando no sustento familiar, não teriam de procurar o exercício de funções que podiam lhes consumir todo o tempo necessário para a manutenção das aulas. Ainda na tentativa de tecer a trama das ações e reivindicações dos professores e pais de família na busca pela instrução, discutiremos, no próximo tópico, a atuação desses sujeitos, trazendo como foco principal as ações de improviso, solidariedade e ajuda mútua que, igualmente às ações que tinham nas tarefas diversas a via de permanência no magistério, procuraram garantir as condições necessárias para que os filhos tivessem acesso ou mesmo continuassem os estudos em classes mais avançadas na instrução pública primária.

### **6.3 O improviso e a solidariedade**

A penúria de livros escolares, de móveis e objetos juntava-se aos espaços sem nenhuma estrutura para o funcionamento das aulas primárias, compondo assim o cenário de calamidade da instrução de nível primário. Os “desclassificados”, as “pessoas sem critério”, a quem as autoridades responsáveis pela Instrução Pública afirmavam estar a Província fadada ao atraso por sua ignorância moral e intelectual, eram mal alojadas em casas inapropriadas para a instrução escolar, isto porque os prédios adequados ao funcionamento das escolas eram, muitas vezes, cedidos pelo Governo da Província para o funcionamento de outros órgãos. Nessas condições, em 18 de novembro de 1871, o professor primário da Vila de Imperatriz, Franklin de Souza Paz, dirige-se ao presidente da comissão nomeada para redigir o novo regulamento da Instrução Pública a fim de protestar contra o valor insuficiente da gratificação estabelecida para o pagamento de aluguel das casas que serviam de escola, assim como a condição imposta para o seu recebimento. Segundo o mesmo professor, o Governo chegava a despendar para o aluguel de casas que serviam de destacamento naquela vila até 16.000 réis, não encontrando

---

<sup>1069</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Lavras, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Lavras, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 116 (25). CX 12 / BR CEAPEC IP CO EX 01 116 (103). CX 12.

aluguel por menos de 10.000 réis.<sup>1070</sup> Aos professores, era destinada a quantia de 5.833 réis, que correspondia ao valor dos seus ordenados, como dito pelo professor Franklin no dia 23 de novembro de 1869. Assim, dessa parca importância, teriam ainda que tirar um valor para o pagamento de aluguel de casa para servir de escola.<sup>1071</sup> A situação parecia piorar, pois só tinha direito à gratificação a aula cuja frequência fosse, à época, maior do que trinta alunos.<sup>1072</sup>

Em localidades como a de Baturité, o prédio onde funcionava a primeira escola para estudantes do sexo feminino foi cedido, em agosto de 1888, para servir provisoriamente de escritório central do prolongamento da Estrada de Ferro. Um outro prédio seria alugado para funcionar a referida aula.<sup>1073</sup> Como estabelecido na Lei nº 1.584, de 25 de outubro de 1873, era de responsabilidade das Câmaras Municipais a despesa de aluguel das casas que serviam de escolas. Porém, o art. 63 dessa mesma Lei designava que as câmaras que não tivessem verba para o pagamento dos aluguéis deveriam dar imediatamente conta ao Presidente da Província, enviando um balancete com declaração da receita arrecadada e despesas feitas a fim de ser o pagamento ordenado pela Tesouraria Provincial.<sup>1074</sup>

Mensalmente, o Governo da Província pagava a importância de 5.000 réis pela lotação de casa para servir de escola localizada em povoações, enquanto na capital, era de 22.000, nas cidades, 12.000, e nas vilas 6.000.<sup>1075</sup> Por semelhante preço, no dizer do Inspetor Geral da Instrução Pública, Virgílio Augusto de Moraes, em 22 de julho de 1889, seria “absolutamente impossível alugar um prédio escolar decente na cidade de Baturité”. Assim, a aludida escola havia deixado de funcionar desde setembro de 1888, uma vez que o engenheiro chefe, Caio da Silva Prado, recusou-se a pagar uma quantia maior que a estabelecida na lei, 12 mil réis.<sup>1076</sup> O Inspetor Geral solicita, portanto, ao Presidente da Província, Senador Henrique Francisco

<sup>1070</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1871. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1871. CEAPEC IP PP CO RE 04 01 (183, 184). CX 50.

<sup>1071</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP PP CO RE 04 02 (152, 153). CX 50.

<sup>1072</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1871. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1871. CEAPEC IP PP CO RE 04 01 (183, 184). CX 50.

<sup>1073</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 125 (87). CX 15.

<sup>1074</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EX 88 (31). CX 08.

<sup>1075</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO RE 02 03 (182, 183). CX 17.

<sup>1076</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 125 (88). CX 15.

d'Avila, a ordem para propor a Caio Prado a entrega do “próprio provincial”,<sup>1077</sup> a fim de que neste pudesse voltar a funcionar a referida escola, ou o aluguel, pelo preço que encontrar, de um prédio particular apropriado ao mesmo fim.<sup>1078</sup>

O citado edifício era um dos mais adequados para o fim a que estava destinado: escola primária. Quase um ano depois, em 26 de agosto de 1889, o Inspetor Geral da Instrução, Thomaz Pompeu de Souza Brasil, solicitou ao Senador Henrique Francisco d'Avila as mesmas ordens feitas pelo Inspetor anterior, Virgílio Augusto de Moraes,<sup>1079</sup> no mês de julho. Thomaz Pompeu não deixou de reiterar “o prejuízo” que tal situação dava aos cofres provinciais, pois mais de 800.000 réis tinha sido a quantia paga à professora Maria Maximina da Cunha, desde que a aula foi encerrada, “além dos outros males resultantes da carência de instrução à população escolar da cidade de Baturité”.<sup>1080</sup>

Em 1888, o número de matrícula em Baturité foi de 775 alunos, porém, menos da metade, 288, frequentava as escolas primárias.<sup>1081</sup> A quantia estabelecida pela Província para o aluguel de casas, que não reservava um valor a mais caso o aluguel ultrapasse 12 mil réis, pode ter interferido na diminuição não só da frequência, como também da matrícula escolar, isto porque o referido valor não condizia com as quantias cobradas em aluguéis de casas adequadas a uma escola primária naquela cidade. Não apenas as crianças ficavam sem receber instrução elementar, mas os professores, nessas situações, teriam que esperar serem removidos para exercerem o magistério em outras localidades.

Mediante tal situação, as aulas ocorriam na própria casa dos mestres, que colocavam suas residências a serviço da Instrução Pública, mesmo não recebendo as gratificações ou, quando recebiam, era com bastante atraso. Não raras vezes, em uma mesma casa, funcionava a residência na qual o professor vivia com sua família, a aula e os pequenos comércios mantidos também para garantia de sua subsistência. Os mestres procuravam organizar o ambiente domiciliar de forma a acomodar as aulas primárias. As tarefas do espaço familiar seriam

---

<sup>1077</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 125 (88). CX 15.

<sup>1078</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 125 (88 a 92). CX 15.

<sup>1079</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 125 (100 a 102). CX 15.

<sup>1080</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 125 (100). CX 15.

<sup>1081</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 126 (15 e 16). CX 15.

adaptadas de modo a não interferir em sua organização e cada membro deveria colaborar, para não incorrer o risco de serem os professores denunciados por seus lares não constituírem ambientes saudáveis ao funcionamento da instrução primária, podendo perder, além de seus ordenados, essa fonte de renda que era alugar um espaço de sua residência para funcionamento de escolas.

As experiências da vida privada, pela força da precariedade, chegavam até a vida pública dos mestres, sobretudo no que tange à função de professor primário. Os recônditos da vida domiciliar se misturavam às aulas: as refeições e as situações de doença eram compartilhadas também com as crianças, pela própria estrutura física dos lares. Os alunos ouviam os murmúrios, as palavras proferidas quando a dor e o sofrimento amedrontavam, vindos do quarto ao lado.<sup>1082</sup> O policiamento às maneiras de viver deveria ser na prática do dia a dia instrumentalizado, pois ali estariam as crianças para aprenderem os bons comportamentos pelos professores, como queriam os Catecismos da Doutrina Cristã e os Compêndios de Civilidade. Vida particular e exercício do magistério se aglomeravam e se confundiam de tal forma, seja por funcionarem nas residências dos mestres, pela própria estrutura física, geralmente com poucos cômodos, ou pelos utensílios domésticos e os materiais de uso particular dos professores utilizados pelas crianças.

A pobreza, a precariedade e penúria do que havia de mais necessário para a instrução e as condições físicas das casas em que funcionavam as aulas primárias tornavam ainda mais dificultosa a difusão das primeiras letras às camadas pobres. Sendo a miséria dos lares compartilhada com os alunos, os móveis velhos; as paredes deterioradas, não rebocadas e mal arejadas; os espaços pequenos e estreitos; a ventilação limitada pela falta de janelas, aspecto fundamental para um espaço que mantinha inúmeras crianças; tudo isso acabava por limitar a regularidade das aulas. Às funções domésticas das jarras e copos para água, dos cabides, das mesas e bancos, dos quadros ou imagens do Senhor Crucificado juntavam-se à função escolar, cuja utilização pelas crianças foi fundamental para o funcionamento das aulas. Outras vezes, os utensílios fornecidos serviram, ao mesmo tempo, ao uso doméstico, diminuindo sua

---

<sup>1082</sup> Em 1876, a professora primária de Boa Vista, Ana Joaquina de São José, foi acusada de transformar a sua escola em foco de libertinagem devido ao seu marido, Jeremias Ferreira Jatobá, proferir palavras indecentes na presença das alunas. Jeremias havia depois de anos voltado para a companhia de sua esposa cheio de chagas e lepras “adquirido de suas orgias”. Se estabelecendo em uma sala contígua a que funcionava a aula, “sua doença não permitia outro vestuário além do xambre, mostrando pratente as partes de seô corpo, e no furôr das dores proferia palavras, indecentes que incomodava ao mais remoto morador desta povoação quanto mais as alunas que vesinhas bebiam tão empuras lições”. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO QX 01 55 (3 A 14). CX 48.

durabilidade e “facilitando seu extravio”.<sup>1083</sup> As imagens e quadros com a estampa do Cristo e o relógio que ditava as atividades diárias também direcionariam os trabalhos escolares: os horários destinados a cada momento da aula, as orações e o respeito a ser imposto mediante a imagem religiosa do Cristo sobre a cruz para lembrar a obediência que deveriam apresentar tanto os membros da família como também os professores e alunos.

A privacidade constituía entre as camadas pobres artigo de luxo. No interior doméstico, os professores exerceriam diversas funções: pais, comerciantes, negociantes, mestres, como visto no tópico anterior desta investigação. Instruiriam não somente a seus filhos, mas aos filhos do “povo”. Era no interior dos lares que se juntariam as privações, as de caráter doméstico e as das aulas. Assim, mandando receber a quantia para a compra dos utensílios de que necessitavam as escolas, os professores solicitavam ao seu procurador que com essa importância enviassem-lhes da capital, açúcar, café e outros gêneros.<sup>1084</sup>

Outras vezes, eram acusados de não adquirirem com essas quantias os objetos e móveis de que necessitavam as aulas ou, quando compravam, eram aqueles com os preços mais baixos do mercado cujo valor não correspondia ao que fora recebido, como registrou Juvenal Galeno, então Inspetor Literário, em 1865, ao visitar algumas cadeiras primárias, como a de Arronches.<sup>1085</sup> O professor dessa aula havia recebido 4.000 réis para a compra de um livro de matrícula, porém, apresentou na visita um que não valia 2.000 réis, de acordo com o Inspetor. Sendo repreendido, afirmou não ser possível encontrar melhores no mercado, mas que à sua custa compraria outro.<sup>1086</sup> Essa era a realidade da maioria das escolas primárias frequentadas pelos filhos do povo. Essa era a educação destinada ao povo. Faltavam-lhes livros, móveis, utensílios, vestuário, água e casas adequadas para serem instruídos.

O “espaço privado” da sala de aula, por sua precariedade, acabava tomando formas mais amplas, chegando ao “espaço de todos”,<sup>1087</sup> uma vez que esse ambiente não estava limitado somente à relação professor-aluno, na medida em que uma rede de solidariedade se construía

---

<sup>1083</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 18 65. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00149). CX 53 A.

<sup>1084</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 18 65. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00144). CX 53 A.

<sup>1085</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00143). CX 53 A.

<sup>1086</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 18 65. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00144). CX 53 A.

<sup>1087</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 21.

na comunidade para prover os objetos de que as aulas necessitavam. Facilmente, as notícias sobre a carência de que se encontravam as escolas chegariam às diversas partes das vilas e povoados, quando inclusive os moradores iam às bodegas cujos professores eram donos, pequenos comércios mantidos em suas próprias casas, mesmo local onde as aulas eram estabelecidas. O compartilhamento das dificuldades se fazia por meio de burburinhos, fofocas ou mesmo da vigilância que se impunham uns aos outros, seja dos pais que não deixavam passar despercebido quando os professores cometiam atos, ao seu crivo, passíveis de advertência e correção, ou mesmo dos mestres, que não se furtavam, muitas vezes, em afirmar a parcela de responsabilidade que tinham os pais, quando denunciados por descumprimento de seus deveres na instrução dos filhos.

Marcados constantemente por uma vida precária, era necessário, portanto, construir “códigos de existência”<sup>1088</sup> que lhes permitissem ir direcionando, por sua própria conta ou contando outras vezes com os laços de família, com a solidariedade da vizinhança ou mesmo com as relações de compadrio, os ritmos da vida diária. Embora a solidariedade da população local nem sempre fosse suficiente para diminuir algumas necessidades da instrução primária, os pais de família emprestavam cadeiras, os professores levavam móveis e objetos de sua casa, adquirindo o material de que necessitavam à próprias custa para que as aulas funcionassem, senão regularmente, ao menos por algum período.<sup>1089</sup> “Se não fosse o amor que estes nutrem pelo magistério, seus alunos não teriam onde sentar-se”, relatava a Inspeção Literária de Granja, em 29 de agosto de 1873, pois a Câmara Municipal não marcava verba para o suprimento das escolas, como era de seu dever.<sup>1090</sup> Pelos indícios dos inventários dos móveis existentes nas aulas e dos pedidos de materiais nas correspondências, vê-se que tais sujeitos possuíam poucos objetos que se podiam utilizar na instrução aos seus filhos<sup>1091</sup> e mesmo assim os colocavam à disposição da instrução.

Vivendo na “desordem da vida”, como no dizer de Daniel Roche, não pelo fato de serem constantemente identificados como gente de índole duvidosa, caráter baixo e inclinados aos vícios, mas porque viviam na penúria, na dependência e em toda sorte de carência material,

<sup>1088</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 21.

<sup>1089</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Baturité, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Baturité, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 113 (13, 14). CX 11.

<sup>1090</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Granja, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Granja, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP INP CO RE 15 (198). CX 22.

<sup>1091</sup> Os móveis e utensílios destinados exclusivamente à leitura como escrivatinhas, tinteiros, carteiras, canetas, tintas e papel não apareciam nas correspondências que informavam à Inspeção e Diretoria da Instrução o estado de precariedade das aulas.

infortúnios e incertezas que exigiam um espírito inventivo; a precariedade inspirava e comovia, levava à solidariedade de toda ordem, à improvisação.

O contraponto da “aventura civilizatória que as elites acreditavam experimentar naquele momento”<sup>1092</sup> dava-se, na dimensão do ensino primário, pelo espetáculo da penúria material das aulas primárias. Quem passava no entorno das escolas ou mesmo de suas casas podiam avistar as crianças saírem de dois em dois para pedir água na vizinhança<sup>1093</sup> e passarem logo que terminavam as aulas, conduzindo às costas trapeças de grão que traziam de suas casas para se sentarem.<sup>1094</sup> Tais situações permitem observar que, às necessidades materiais, misturavam-se aspectos da vida social e cultural,<sup>1095</sup> isto porque os laços de sociabilidade e de solidariedade entre parentes, vizinhos e amigos eram acionados cotidianamente, sendo reconfigurados quando das especificidades das demandas e interesses envolvidos. Nesse caso, essas manifestações traziam “significados à vida que superavam o sobreviver”,<sup>1096</sup> dado que eram marcadas por “um intenso compartilhamento da via social”,<sup>1097</sup> “por um existir que era, acima de tudo, um viver junto”.<sup>1098</sup> Nas adversidades do dia a dia, esses sujeitos se apoiavam uns aos outros e “a única ajuda com que podiam seguramente contar era a da “solidariedade espontânea”,<sup>1099</sup> aquela vinda de vizinhos e familiares. Professores e pais uniam forças para não verem as aulas fechadas. Assim, certa “solidariedade coletiva”<sup>1100</sup> era estabelecida na vizinhança, reunindo inclusive o pequeno comércio. Esses laços de ajuda se expressavam não apenas em um “sistema de dívidas”,<sup>1101</sup> mas, muitas vezes, em assistência e amparo que nada buscava ou esperava em troca.

Na medida em que os laços de sociabilidade e “solidariedade grupal”<sup>1102</sup> iam “redefinindo o convívio social”, no interior da instrução pública, o imprevisto e as práticas de

<sup>1092</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 25.

<sup>1093</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, [s.d./ Provavelmente 1864] Década de 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: [s.d./ Provavelmente 1864] Década de 1860. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00105). CX 53 A/ BR CEAPEC IP PP CO RE 126 (14). CX 62.

<sup>1094</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Canôa, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Canôa, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP INSP CO RE 97 (00412). CX 25.

<sup>1095</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 110.

<sup>1096</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>1097</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>1098</sup> Ibidem, p. 205.

<sup>1099</sup> GEREMEK, Bronislaw. **História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1986, p. 89.

<sup>1100</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 345.

<sup>1101</sup> Ibidem.

<sup>1102</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, p. 34.



ajuda mútua eram continuamente reelaborados e refeitos mediante os socorros prestados aos mais necessitados, como no caso de professoras na condição de viúvas e com filhos, ou mesmo nas situações de dificuldades dos mestres, quando do provimento do que havia de mais necessário ao funcionamento regular das aulas.

As privações e empobrecimento da maioria da população na Província marcada por uma estrutura econômica que parecia, por meio do trabalho, não absorver a todos, inclusive no campo educacional cujo indiferentismo do Estado para com as necessidades mais indispensáveis ao ensino sugeria, em um contexto em que parecia não haver outra escolha para os professores e famílias pobres, “um viver enquanto arte, com todo o potencial criativo que se apropria das inúmeras oportunidades, refazendo-as e tornando-as capazes, mesmo que provisoriamente, de preencher as deficiências materiais do cotidiano, integrando-se ao conjunto da sociedade”.<sup>1103</sup>

Esses pobres parecem ir aos poucos “invadindo” um espaço que há muito lhes era subtraído. O caráter de passividade no qual as elites dirigentes insistiam em mantê-los, especialmente no que concerne às letras, parecia dar lugar às ações que passam a reivindicar voz e identidade, um saber que, aprendido cotidianamente, passa a pressionar por seus direitos, estabelecidos na legislação educacional do período. Tal questão nos leva a uma direção fundamental: ao mobilizar sua voz, esses sujeitos levam à elite política e administrativa não apenas a precariedade material das aulas, mas, ao mesmo tempo, a própria situação de miséria e empobrecimento da maioria da população, exprimindo-se, especialmente no acesso irregular e limitado à instrução, o qual reservava ao povo uma estrutura que não lhes garantia, muitas vezes, sequer os rudimentos mínimos de leitura e escrita.

Nesse momento, esses sujeitos começam a ocupar as ruas com objetos, móveis e trapeças de milho para utilizarem e se sentarem nas aulas, em decorrência da falta de bancos. A esfera pública, relegada a essa população para o exercício do trabalho, também fora, ao longo da segunda metade do século XIX, utilizada para reivindicar instrução. Os pobres, nesse sentido, passam a construir e a experimentar também o seu próprio “progresso”, a sua própria “civilização”, construída fora das fimbrias do paternalismo, seja do governo ou da dependência dos proprietários de terra, na medida em que são protagonistas de tais ações, ocupando a instrução pública, ainda que muitas vezes de forma irregular [frequência escolar], sob o universo da camaradagem e de ajuda mútua.

---

<sup>1103</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 278.

Em toda a segunda metade do século XIX, as petições, abaixo-assinados e conversas com os inspetores quando das visitas às aulas nas vilas e povoados são os meios por onde pais e professores se manifestam de forma frequente às autoridades educacionais. Certamente, as visitas dos observadores e fiscais da instrução (inspetores) constituíam momento propício à apresentação das “novidades” que envolviam o ensino, fossem problemas ou denúncias, mas também da omissão dos elementos que poderiam lhes causar alguma censura ou admoestação.

Ao mesmo tempo em que os professores desejavam ter suas solicitações de materiais atendidas, também aspiravam escapar do controle e olhar acusador dos inspetores, visto que a fiscalização e cobranças em meio a um contexto de precariedade recaíam, no mais das vezes, sob a responsabilidade dos mestres. Desejavam, de algum modo, mínimas condições para fazerem funcionar as aulas, mas também conservar a “liberdade” de suas ações frente à miséria, como os trabalhos que procuravam conciliar com o magistério, embora não fosse permitido. Tornar visíveis as condições de precariedade material do ensino primário, dada a saber às autoridades educacionais, e as consequências que essa visibilidade lhes traria, certamente, constituiu tarefa difícil para os mestres, pois ainda que o fornecimento de materiais fosse a pauta principal, tal questão sempre incorria em processos e penas sob os seus trabalhos. O que inspetores e diretores consideravam falta de cumprimento de dever, tomando a ausência de materiais e utensílios escolares como sendo mais da falta de zelo por parte dos professores do que mesmo da necessidade de fornecimento constante e regular, eram, na realidade, tentativas de fazer funcionar a própria instrução primária para os pobres. Os professores, nesse caso, não se furtaram em levar para as aulas objetos e utensílios de seu próprio uso doméstico.

O olhar dos inspetores classificava, punia, e parecia ter sempre como fim maior a eliminação das aulas ou mesmo a perda de cadeira pelo professor. Os livros que muitas vezes os inspetores encontravam nas aulas e, não constando nas listas dos admitidos e adotados para a instrução, advertiam aos mestres; ou mesmo quando estes eram acusados de não terem moral por sua casa não ser um ambiente propício à instrução, constituíam, no cotidiano desses professores pobres, tentativas de se inserir na ordem do trabalho e da instrução. Aquilo que era tido como falta de dever e desobediência representava esforços de quem almejava imiscuir-se no interior da sociedade, no ordenamento das relações que tomavam a instrução e o trabalho como meios para o progresso material e moral.

Essas visitas se tornavam momentos de exposição de sua precariedade, “tornando-se um poderoso mecanismo de pressão”.<sup>1104</sup> As solicitações de materiais escolares feitas pelos

---

<sup>1104</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2000, p. 199.

professores e famílias que tinham filhos matriculados no ensino primário demonstravam que estes pareciam não acreditar no que constantemente era dito pelas autoridades administrativas, de que o orçamento da Província não era suficiente para cobrir os gastos com a instrução, dada a constância com que os pedidos, muitas vezes de uma mesma aula, aparecem nas correspondências. Tais indícios levam a concluir que a principal forma de reivindicação no âmbito da instrução pública primária, na segunda metade do século XIX, de fato, foi o envio constante de solicitações, como uma espécie de convencer pela “importunação” e incômodo. Era na esperança frustrada, quando viam que seus pedidos pareciam não surtir efeito frente à falta de fornecimento do material mais indispensável ao funcionamento das aulas, que se organizavam para garantir instrução aos seus filhos.

As correspondências da Instrução Pública trazem não apenas as vozes dos professores nas aulas, com reivindicações mais diretamente relacionadas às questões educacionais, mas também demandas e pautas que não tratavam do tema da instrução especificamente, porém, eram igualmente necessárias ao seu funcionamento. Tais reclamações certamente se deram e se construíram no cotidiano das vilas, por meio de conversas entre pais, mestres e vizinhança, haja vista, por inúmeras vezes, os professores afirmarem estarem falando em nome dos pais dos alunos. Nessas circunstâncias, as dificuldades geradas pela falta de meios para a garantia das necessidades mais básicas, como a alimentação, assim como os pedidos de socorros públicos, especialmente em épocas de seca, ocuparam lugar de destaque nas preocupações das famílias e professores. Nos pedidos feitos pelos mestres e endereçados aos inspetores escolares, instrução e carestia dos alimentos tinham estreita relação. As petições dirigidas às autoridades responsáveis pela Instrução Pública constituíram um caminho de pressão pelo qual as camadas pobres davam visibilidade aos seus descontentamentos.

Os anos que compreendem o final da década de 1870 constituíram momento difícil para a maioria dos professores primários. Quando a escassez e alta dos preços dos gêneros alimentícios impediam a frequência das crianças às escolas, os mestres de Milagres e das povoações de Vaca Brava e as do termo de São João do Príncipe, não raras vezes, solicitaram socorros públicos para os alunos de sua escola.<sup>1105</sup> Com as consequências da seca de 1877, que “tornava impossível as menores transações e dificultavam a aquisição de gêneros alimentícios,

---

<sup>1105</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Milagres, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Milagres, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 95 (21) CX 08.

os quais se elevavam de dia em dia em fabulosos preços”,<sup>1106</sup> tais solicitações se misturavam às dos vigários de diversas freguesias que pediam o compadecimento da miséria da população e a continuação da remessa de gêneros “até que aparecesse tempo bom”.<sup>1107</sup> “O povo pede para não morrer à fome; pede pano para cobrir a extremosa nudez, pede médico e medicina”, informava o vigário de Granja, Antonio Thomas Galvão ao Presidente da Província, Luis Antonio Ferraz, em novembro de 1889.<sup>1108</sup> Em meio a tal situação, os vencimentos não podiam fazer face à despesa que os professores teriam para sustentar-se com sua família,<sup>1109</sup> visto a escassez e a carestia dos gêneros alimentícios, por conta da seca, aumentarem constantemente.<sup>1110</sup> Assim, os mestres solicitavam à Comissão de Socorros quantias de gêneros alimentícios, com a condição de ir pagando com a terça parte de seus vencimentos<sup>1111</sup> e o

---

<sup>1106</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00252, 00253). CX 23.

<sup>1107</sup> CEARÁ, Governo da Província, Palácio Episcopal, Freguesias Cearenses, 1889. Disponível: APEC, Fundo: Palácio Episcopal do Ceará. Grupo: Vigários das freguesias do Ceará. Série: Ofícios expedidos pelas diversas freguesias cearenses. Data: 16 de dezembro de 1889. Caixa 02, pacotilha. 39.

<sup>1108</sup> CEARÁ, Governo da Província, Palácio Episcopal, Freguesias Cearenses, 1889. Disponível: APEC, Fundo: Palácio Episcopal do Ceará. Grupo: Vigários das freguesias do Ceará. Série: Ofícios expedidos pelas diversas freguesias cearenses. Data: 16 de novembro de 1889. Caixa 02, pacotilha. 37.

<sup>1109</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Lavras, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Lavras, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP INSP CO RE 07 (36). CX 21; CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vaca Brava, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vaca Brava, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP INSP CO RE 98 (00429). CX 25; CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vaca Brava, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vaca Brava, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP INSP CO RE 117 (00705). CX 25.

<sup>1110</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP INSP CO RE 07 (36). CX 21; CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vaca Brava, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vaca Brava, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP INSP CO RE 98 (00429). CX 25; CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vaca Brava, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vaca Brava, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP INSP CO RE 117 (705). CX 25. Como extensão do “assistencialismo” para com os indigentes, a Comissão de Socorros fundava escolas, designava professores públicos primários para dirigi-las, como as do abarracamento dos comissários Jatahy, Joaquim Nogueira de Holanda Lima, na capital, e de José Luiz de Souza. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP CO EX 01 99 (49). CX 08. Os professores João da Motta Cavalcante e Isabel samico Cavalcante foram designados para cuidar das escolas do abarracamento do Comissário Jatahy. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP CO EX 01 99 (49). CX 08. Professora Angela Florinda d’Arruda apresentou-se na escola de ensino primário estabelecida no abarracamento de emigrantes na capital a cargo do comissário Joaquim Nogueira de Holanda Lima. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP CO EX 01 100 (19). CX 08. Edeltrudes Belesarina para o abarracamento do Sr. José Luiz de Souza. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP CO EX 01 99 (49). CX 08.

<sup>1111</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 94 (22) CX 08.

fornecimento de uma “ração diária” para manutenção da energia do corpo dos meninos pobres que não podiam, pela condição de penúria, frequentar as escolas.<sup>1112</sup>

Em todo o século XIX, o cotidiano dos pobres é marcado por reclamações, exigências e solicitações. As reivindicações referentes à instrução representavam ou mesmo se estendiam a outras dimensões como as condições de vida da maioria do povo pobre. As famílias não recorriam apenas aos representantes mais próximos, como os párocos, muitos dos quais inspetores, mas também aos professores. Estes atuaram como representantes do povo junto às autoridades locais, especialmente com relação às medidas a serem tomadas para a garantia do funcionamento das aulas, que se tornavam mais frequentes nos períodos de estiagem.

A própria presença desses sujeitos na instrução pública não deixava de ser uma forma de se exigir “voz”. O magistério certamente serviu a esses professores pobres, especialmente nos momentos de seca, como uma via mais “segura” e “rápida” para se exigir comida, livros, materiais, aumento de ordenados e trabalho, quando do fechamento de aulas por falta de frequência. Embora as ações dos mestres tenham sido consideradas talvez algo pequeno pelas elites político-administrativa, tidas como pontuais e de caráter imediatista e “espasmódico”<sup>1113</sup>, como os pedidos de socorros públicos para aplacar a fome de seus alunos, o fato é que tais meios fizeram a instrução primária funcionar, ainda que com muita dificuldade, pois essas solicitações possibilitaram maiores chances de as crianças frequentarem ou permanecerem nas aulas. Ainda que tais ações não tenham causado rupturas na estrutura social da época, na vida dos pobres significaram o desenrolar de uma rede de solidariedade que marcava um estar ali vivo, contradizendo o caráter amorfo com que eram identificados.

Os abaixo-assinados, as petições, os burburinhos, os pedidos e exigências levados aos professores e inspetores foram os meios de expressão da inconformidade das camadas pobres frente às dificuldades para se ter acesso à formação escolar. O desejo de se instruírem, as dificuldades e necessidades vividas e suportadas em comum acabavam reforçando ainda mais os laços de ajuda mútua. Os documentos revelam um estar atento ao que se designava como horizonte a ser perseguido. Nesse cotidiano de inconformidades que se expressava muito mais por meio da oralidade, pode-se falar de uma “resistência menos visível”,<sup>1114</sup> mas nem por isso

---

<sup>1112</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 94 (31) CX 08. Segundo o Diretor, Pergentino da Costa Lobo, os socorros públicos deveriam ser fornecidos aos alunos cujos pais fossem “reconhecidamente pobres”.

<sup>1113</sup> THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa do século XVIII. *In: Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 150.

<sup>1114</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 34.

menos legítima. As reclamações eram todas direcionadas à melhoria de sua sorte. Esses pais e professores resistiram a uma instrução que procurava, muitas vezes, deixá-los de lado ou mesmo excluí-los. Assim, é possível concluir uma questão que se mostra fundamental: ao passar nas ruas em direção às aulas com os materiais de que estas careciam sob a cabeça, esse “cortejo da pobreza”<sup>1115</sup> era, antes de tudo, uma ação racional, de apetite daquilo que as autoridades afirmavam as camadas pobres negligenciarem não somente por conta das atividades de trabalho, mas por não disporem de gosto pela instrução.

A única via que lhes era disponível, a da pressão por meio da palavra, foi tomada como estratégia para informar, inclusive, sobre os deveres do governo da Província para com a instrução primária. Os pedidos marcavam os lugares e responsabilidades dos mestres, dos pais e dos cofres provinciais no que concerne à garantia da instrução, como reiteravam inúmeros professores nas correspondências. Quando informavam que já haviam fornecido os materiais, responsabilidade que não lhes cabia, vê-se claramente que suas ações, ao contrário do que o discurso oficial das autoridades educacionais dizia, estavam envoltas de significados de quem sabia conscientemente o que lhes cabia como dever e direito. A falta de moral e de ordem que tão firmemente declaravam ter os professores primários e os pais de família pobres pareciam cair por terra quando se investiga o seu cotidiano. A moralidade, as redes de ajuda, amparo e solidariedade, assim como defesa de direito e obrigações frente à instrução, constituíram dimensões importantes na vida dessas camadas.

Os pedidos de fornecimento de materiais escolares mais do que buscar garantir o acesso às camadas menos favorecidas economicamente ou sua continuação no ensino primário, dizem muito mais sobre uma população que parecia ver na instrução o caminho para alguma espécie de melhoria, fosse porque diversas situações como a organização do orçamento doméstico requeriam o aprendizado mínimo de saber operações matemáticas básicas ou porque a instrução de nível primário era exigência, em muitos casos, para o exercício de algum trabalho nos comércios, ou ainda porque constituía requisito indispensável ao aprendizado de algum ofício. Os esforços das famílias para matricular e manter os filhos nas escolas primárias deixavam transparecer que, ao contrário do que as elites políticas e ilustradas afirmavam, a instrução ocupava lugar de destaque na vida das camadas pobres.

Nos relatórios de inspetores literários, as camadas pobres raramente são protagonistas. Nesse caso, os papéis principais somente lhes cabem quando da necessidade de sua força de trabalho ou quando se tentavam encontrar culpados para inúmeros problemas atinentes ao

---

<sup>1115</sup> BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 114.

ensino primário, como já se discutiu nesta investigação. Nesse momento, queremos ir na contramão dessa lógica e afirmar seguramente que, se, por um lado, as autoridades responsáveis pela instrução identificavam as famílias como alheias à educação dos filhos, as correspondências revelam que, por inúmeras vezes, as aulas só funcionaram porque pais e professores, todos na condição de pobres, subsidiaram-nas materialmente com o pouco que também possuíam.

Esses sujeitos, em diversos momentos, mobilizaram ações que tinham a instrução como fim comum. O espaço da instrução pública primária obedecia a determinadas regulamentações construídas pelas próprias ações das camadas pobres: professores que não tinham licença para lecionar e mesmo assim abriam aulas em alpendres de choças; fornecimento de objetos, móveis e materiais escolares por parte dos pais e mestres; e compra de gêneros alimentícios também provida por esses últimos com o dinheiro destinado à compra de materiais para as aulas. Esses sujeitos acabavam transgredindo ordens, impondo suas regras e desejos. Viu-se, portanto, que, nos abaixo-assinados e nas petições, o “povo” é ator, e é essa questão que tentamos apreender nesta parte do trabalho. Procuramos investigar, portanto, as camadas pobres em ação, seus desejos, suas aspirações, suas práticas, como “criaram elas mesmas o movimento da história”.<sup>1116</sup> A rigor, o que se pretende nesta parte é também “interrogar estereótipos e mitos”<sup>1117</sup> com relação às camadas menos favorecidas economicamente e socialmente. A seguir, passaremos à investigação de mais um lugar-comum o qual inseriam e identificavam as camadas pobres, o de que não tinham gosto pela instrução.

#### 6.4 O gosto pela instrução

Pela Resolução nº 1.042 de 9 de dezembro de 1862, foram alteradas as horas do ensino primário elementar em toda a Província devendo os trabalhos começarem às 10h e finalizarem às 2h da tarde.<sup>1118</sup> Em 1864, tal fato ganhou destaque em uma publicação no jornal “O Sol”, folha literária, política e crítica, revelando a intensidade com que se debateu a referida resolução

<sup>1116</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 199.

<sup>1117</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 70.

<sup>1118</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São Bernardo, 1863. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São Bernardo, Data Crônica: 1863. BR CEAPEC IP PP CO RE 01 01 (103). CX 50. Para obter mais informações sobre a referida Resolução, ver: CEARÁ. Resolução n. 1.042, de 9 de dezembro de 1862. In: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará**: Império e República, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, p. 27.

naqueles idos. Defendendo a viabilidade do dito horário em contraposição à realização do ensino primário em dois períodos do dia, manhã e tarde, acreditava-se que o horário das 10h às 14h atendia a três importantes questões: a regularidade do sistema (processo de estudo), a saúde dos alunos e a economia dos pais.

Na publicação, o ensino das 9h às 11h30min e das 14h às 16h30min ou 17h seria um inconveniente para os alunos que residiam longe das escolas, pois chegariam fatigados pelo longo caminho percorrido em duas idas e vindas. Caminhar ao sol escaldante entre meio-dia e 2h da tarde, certamente, geraria incômodos à sua saúde, levando-os a não prenderem a atenção nos deveres escolares pelo cansaço e fadiga. Sobre o terceiro quesito, “a economia dos pais”, foi dito o seguinte:

Esta terceira vantagem que se retira da instrução elementar dada uma só vez em cada dia é palpitante. O menino obrigado a ir para a escola duas vezes por dia, traz aos pais uma despesa dupla em vestuário. Suas travessuras e mesmo quando as não pratique; o uso frequente da roupa empregada para o mister da escola trará a necessidade de tê-la em maior quantidade, ou repeti-la a miúdo pelo estrago indeclinável do uso; e já se vê que a classe pobre não poderá carregar sem grande sacrifício com o ônus do vestuário, e nem sempre terão o alimento necessário para lhes dar a hora de voltarem a tarde para a escola, e na classe dos empregados públicos e mais abastados estarão na contingência os pais de não terem a mesa os seus filhos, porque o seu jantar e almoço é sempre na hora em que os filhos devem estar na escola.<sup>1119</sup>

Para os mais abastados, a preocupação se daria com os horários das refeições, pois os pais não teriam a presença dos filhos para o almoço e o jantar. A tranquilidade e moral da rotina das famílias com melhores condições materiais, diga-se na publicação os “empregados públicos e os mais abastados”, não poderia ser desestabilizada pela ausência dos filhos para as refeições. Os rituais de convívio, nesse caso, não poderiam ser modificados, embora se tratasse de instrução, meio pelo qual imprimiram distinções, buscando se diferenciar daqueles ditos incultos e “incivilizados”.

Para os pobres, a apreensão seria com a quantidade de refeições. Os pais não teriam o que dar aos filhos para voltar no período da tarde, sem contar o maior uso da vestimenta, que facilitava ainda mais o seu estrago. Embora reconhecendo a inviabilidade que seria para as camadas pobres o ensino ser dado em dois períodos do dia, a postura do “O Sol” deixava de atender para uma questão primordial: o trabalho. Ocupados com as tarefas diárias, a vida mole escapava a esses sujeitos. Trabalhando fosse no campo ou nas ruas dos povoados, das vilas e da capital, executavam as mais variadas atividades, muitas vezes “tarefas ocasionais”.<sup>1120</sup>

<sup>1119</sup> O Sol, 23 out. 1864, n. 404, p. 1 e 2, 1 e 2 col.

<sup>1120</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 112.



Em tal cenário, remediar a situação em que se encontrava o ensino público e seu acesso pelas camadas pobres da população constituía iniciativa, ao menos no campo das ideias, dos discursos na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Provinciais, ou mesmo nos sermões dos padres nas paróquias, compartilhada pela maioria dos sujeitos que compunha a elite ilustrada. A Resolução nº 1.042 se encontrava entre idas e vindas na Instrução Pública, necessitando ser discutida e posta em vigor no início de cada ano letivo. Nesse sentido, em 1865, Juvenal Galeno defende, em seu relatório de inspeção às onze cadeiras sob sua responsabilidade, que deveria vigorar novamente o ensino uma só vez no dia,<sup>1121</sup> atestando que, na prática, o horário da instrução primária, naquele ano, se encontrava em dois períodos.

A razão é esta. Como VExcia sabe, a população de nossas povoações é pobre, vive do salário diário e por causa da lavoura, suas habitações são disseminadas distando mais ou menos da escola. O pai de família ocupa-se todo o dia no trabalho, a mulher nas lides caseiras e ao filho cabe não só a compra dos alimentos, como o fornecimento de lenha e água pela manhã e à tarde. Assim, pois, facilmente podia a criança frequentar a escola, quando esta funcionava numa só vez ao dia, porque o fazia nas suas horas vagas e porque morando longe não lhe era penosa a viagem. Hoje porem tal não acontece. Dividido o tempo do ensino diário, o menino de perto deixa de frequentá-la por não ter quem o substituía no serviço doméstico, e o de mais longe porque ser-lhe iam incomodadas duas viagens por dia visto não ter na povoação casa para o descanso e jantar.<sup>1122</sup>

As crianças dos povoados agrícolas estariam ainda em mais desvantagem em relação àquelas que residiam na capital, pelo fato de “tornando-se curto o tempo da aula pela manhã, ou à tarde, e não comparecendo em seu começo por não conhecerem a hora principalmente durante o inverno”, não havia tempo para o estudo e nem para tomar-se a lição, nem, portanto, a regularidade que deveria ter o ensino primário. Na capital, o relógio da Sé anunciaria a hora, podendo os alunos, como os da escola primária que funcionava no prédio situado à Praça Senador Figueira de Melo ou Praça da Escola normal,<sup>1123</sup> dirigirem-se em tempo hábil às aulas,<sup>1124</sup> afirmava Juvenal Galeno.

O fato é que o horário das 10h da manhã às 2h da tarde também foi criticado por muitos professores. Nesse caso, era em nome dos pais que necessitavam diariamente ou de tempos em

<sup>1121</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, Década de 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: Década de 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (171 e 172). CX 53 A.

<sup>1122</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, Década de 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: Década de 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (171 e 172). CX 53 A.

<sup>1123</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, Década de 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEPAEC IP CO EX 126 (94). CX 15.

<sup>1124</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (129). CX 53 A.

tempos do auxílio dos filhos para garantir as necessidades da família que o Inspetor Local da Pavuna, Tristão Franklin de Alencar, em 7 de fevereiro de 1870, apresentava ao Diretor Geral da Instrução Pública, Domingos José Nogueira Jaguaribe, a execução de uma medida que, “em seu fraco entender”, melhoraria o ensino na localidade, assim como as próprias condições econômicas das famílias pobres: mudar o horário da entrada para a escola, das 10h da manhã para as 8h, pois assim ficariam os alunos metade do dia para trabalharem em seus serviços, sem o embaraço que era ter de entrar às 10h e sair às 2h da tarde, consumindo mais da metade do seu dia, tendo, portanto, que faltar as aulas devido à necessidade maior de trabalhar.<sup>1125</sup>

Os conflitos entre o cotidiano da família e a execução das atividades para garantia do sustento se fizeram sentir na instrução pública. A organização do tempo do trabalho a partir das tarefas diárias no interior doméstico fora, durante muito tempo, marcada pelo protagonismo com que os trabalhadores direcionaram e conciliaram essas duas dimensões. Diante dos horários das aulas públicas primárias, fosse das 10h da manhã às 2h da tarde, fosse das 9h às 11h30min e das 14h às 16h30min ou 17h, esses sujeitos veem-se diante de tensões que colocam em xeque a execução das atividades diárias, quer no espaço doméstico, quer no trabalho, e a frequência à instrução pública.

Ainda que identificado como sinônimo de ignorância, “sendo o silêncio de quem não podia falar”,<sup>1126</sup> a “consciência enganada”,<sup>1127</sup> os pais de família, vendo-se necessitados da mão de obra de seus filhos, solicitavam às autoridades competentes mudanças no Regulamento da Instrução Pública Primária. As relações entre os pobres e livres e a ordem do trabalho, fosse a partir da propriedade agrícola, do roçado ou mesmo da execução de tarefas diversas, foram pautadas, muitas vezes, pela lógica do ajustamento e da negociação. As instabilidades e incertezas do seu dia a dia não significavam alheamento ou mesmo ignorância dos problemas e conflitos que os rodeavam e que inclusive afetavam suas vidas. Não significava, ao mesmo tempo, “completa dependência, ou mesmo incapacidade de formação de laços horizontais”.<sup>1128</sup>

Os pais, portanto, defendiam um horário para a instrução primária que fosse compatível com as tarefas de trabalho, resistindo ao horário que estabelecia a instrução duas vezes ao dia. Se levantaram tal reivindicação, é porque, certamente, seu cotidiano de tarefas e de carência era

<sup>1125</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Pavuna, 1870. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Pavuna, Data Crônica: 1870. BR CEAPEC IP INSP CO RE 79 (00209). CX 25.

<sup>1126</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 76.

<sup>1127</sup> Ibidem.

<sup>1128</sup> DANTAS, Mônica Duarte. **Para além do mandonismo**: Estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 354.

interferido pelo tempo que dedicavam ao ensino, praticamente o dia inteiro. As famílias, nesse caso, buscavam conciliar o tempo do trabalho e o tempo reservado à formação escolar. A vida econômica desses sujeitos era concentrada no momento presente, em viver um dia de cada vez, especialmente pela estrutura de dependência e de trabalho que não lhes dava estabilidade financeira. Porém, no que concerne às aspirações, dispunham de projetos, e talvez a instrução primária tenha constituído meio para se sonhar um futuro mais favorável para seus filhos, contrariando as características com que as elites identificavam a cultura dos pobres, como sendo estritamente da ordem da “impossibilidade de formar projeto, da incoerência e da desordem”.<sup>1129</sup>

Vivendo de incertezas e de esperança, quando também não lhes era retirada pela vida dura e privações diárias, esses sujeitos almejavam a um destino menos dramático para a sua prole. Os pedidos de mudança de horário das aulas, certamente, marcavam uma espécie de fuga da herança de continuidade da condição de pobreza, de miséria material e de “humilhação social ou da marca de uma infâmia que pesava sobre os pais e definia de maneira unívoca o destino da geração seguinte”.<sup>1130</sup> O povo, portanto, disputava o direito à instrução com aqueles que procuravam, muitas vezes, excluí-los.

Diante desse cenário, é válido indagar: até que ponto também os pedidos de mudança de horário das aulas não se referem às preocupações dos senhores de lavoura em delimitar o tempo voltado para o trabalho, de “ditar uma norma de comportamento que possibilitasse a internalização de uma determinada disciplina de viver e trabalhar”<sup>1131</sup> no interior das relações com os homens pobres e livres, especialmente pela desagregação do sistema escravista que já se anunciava? Como discernir se essa questão não é também uma defesa dos interessados em delimitar e tornar viável a mão de obra desses sujeitos? Como não pensar que a mudança de horário das aulas era uma tentativa de intervir na rotina, no tempo que esses sujeitos poderiam dedicar a outras atividades?

O fato é que, se houve ou não, nesse caso, a participação dos proprietários agrícolas ou mesmo dos professores, interessados em conciliar o horário das aulas com a rotina do trabalho a fim de que sua aula não fosse fechada pela pouca frequência de alunos, é certo que, àquela altura, tal questão deixa entrever os referenciais dos diferentes grupos e suas tensões frente à

---

<sup>1129</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 351.

<sup>1130</sup> GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na Literatura Europeia (1400-1700). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 338.

<sup>1131</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 31.

“lenta propagação de concepções de tempo e trabalho lineares”<sup>1132</sup> e do próprio espaço que a instrução pública vai adquirindo no cotidiano das camadas pobres ao longo da segunda metade do XIX.

A precariedade fomentava o sentimento de revolta e o desejo de liberdade. Por força da penúria, os burburinhos por parte dos pais de família faziam da instrução pública espaço de discussão constante. Assuntos considerados “restritos aos espaços institucionais”, como reivindicavam continuamente as autoridades educacionais, foram também discutidos pela população pobre, como, por exemplo, os abaixo-assinados e petições que serviram como espaço de discussão dos assuntos relativos à instrução na vida desses sujeitos. Nas diversas localidades do interior da Província, as reclamações, no que concerne à garantia do ensino oficial às camadas menos favorecidas, não eram menos efervescentes do que as discussões nos espaços políticos e letrados que tomaram a instrução pública como remédio para a cura dos males. Assim, em 16 de maio de 1872, o professor de primeiras letras da povoação de Mulungu, Balduino de Almeida Cabral, foi acusado pelo Alferes Francisco Teixeira de Magalhães de se entregar às transações comerciais e à agricultura a ponto de sua aula não ser frequentada por mais de quatro alunos. Segundo Francisco Teixeira, o professor Balduino viajava para a capital com frequência sem deixar em sua aula um mestre substituto, e mesmo assim conseguia do Inspetor Local atestados de frequência e de cumprimento dos deveres, documento que garantia o recebimento de seu ordenado. Anexado à denúncia, foi enviado também um abaixo-assinado dos pais de família da Povoação a fim de atestar os fatos expostos:

Ilmo. Snr. Esse funcionário público entregue exclusivamente aos seus negócios particulares desde que chegou nessa Povoação traz a sua aula em completo abandono, e tal é a falta de confiança que nos inspira que, nós pais de família quase todos pobres e sem recursos, ou retiramos nossos filhos da escola para sepulta-los na ignorância ou com os maiores sacrifícios pagamos a uma pessoa particular para ensinar-lhes as primeiras letras. Nessas [conjecturas?] o único recurso que resta é implorarmos a V.Ex<sup>a</sup> pela remoção desse professor para um lugar onde ele possa [esmerilar-se?] e corrigir-se já que para ele não há emenda possível nessa localidade onde sua desmoralização é completa.<sup>1133</sup>

Dos 62 nomes, 5 (cinco) assinaram a profissão de artista, 1 (um) de escrivão, 34 (trinta e quatro) de agricultor, 2 (dois) de empregado público, 10 (dez) de negociante, 1 (um) de 1º Suplente de Subdelegado, 2 (dois) de juiz, 1 (um) de criador, 1 (um) de subdelegado e 1 (um)

<sup>1132</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>1133</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Mulungu, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Mulungu, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP CO QX 01 27 (5). CX 47. Queixa 2 a 43.

de capitão.<sup>1134</sup> Pela variedade de cargos e funções, vê-se que, em favor da instrução, uniam-se “pessoas de todo o corpo da sociedade” cearense à época. Os abaixo-assinados atestam que tanto lavradores, agricultores e artistas, quanto autoridades educacionais e da própria estrutura político-administrativa, como os juízes, tinham filhos e parentes matriculados nas aulas públicas primárias. As reivindicações no interior da instrução, na segunda metade do século XIX, partem, na maioria das vezes, da junção, em maior ou menor grau, dessas diversas forças.

Para o Professor Balduino, a real causa da denúncia devia-se ao fato de Francisco Teixeira estar interessado em repassar a referida aula para seu afilhado. Negando as acusações, o professor afirma ser sempre assíduo em seus trabalhos no magistério e, quando teve de se ausentar de sua cadeira, solicitou licenças deixando em seu lugar substituto idôneo. Enviando atestados de frequência assinados pelos Inspetores Local e Literário e as concessões de licença, o professor arremata com o seguinte: “ora, dado e não concedido, que além de professor, eu fosse comerciante e agricultor o que exige estabilidade no lugar, não poderia viver em viagens contínuas e sempre ausente. A contradição é palmar”.<sup>1135</sup> Na tentativa de desconsiderar as acusações, Balduino levanta insinuações acerca dos assinantes do abaixo-assinado afirmando serem dependentes do denunciante ou íntimos amigos e, ainda, de entre os nomes se encontrar pessoas que possivelmente assinaram sem saber que se tratava de acusações a um professor, outros de serem moradores de fora do lugar e outros ainda de acumularem maus costumes e de serem até indiciados em crimes.

Na denúncia, embora conste que alguns sujeitos – constituindo uma classe pequena que dispunha de melhores condições, que, no Censo de 1872, formava o pequeno grupo dos profissionais liberais que reunia advogados, procuradores, oficiais de justiça, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, professores e homens de letras, empregados públicos e artistas<sup>1136</sup> – tivessem filhos matriculados nas escolas primárias, a maioria, certamente, solicitava os serviços de professores particulares, cujos anúncios nos jornais atestam uma grande quantidade de aulas localizadas na capital.<sup>1137</sup> Assim, os que assinaram as atividades de juiz, subdelegado,

<sup>1134</sup> Das 62 assinaturas, não foi possível identificar as atividades exercidas por quatro pessoas, em decorrência do estado físico da documentação.

<sup>1135</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Mulungu, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Mulungu, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP CO QX 01 27 (9). CX 47. Queixa 2 a 43.

<sup>1136</sup> Recenseamento da População do Império de 1872, p. 40. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)

<sup>1137</sup> Abundantes são os anúncios de abertura de aulas na capital, como era o caso das ministradas pela professora Isabel Rabelo da Silva, situada na Rua Major Facundo, no andar superior do número 74, no qual se dispunha a ensinar Geografia, História do Brasil, Caligrafia e Desenho. Já na Rua Senador Pompeu, n.162, a professora Rufina Rossas se propunha a ensinar primeiras letras a ambos os sexos sob a quantia de 3.000 réis mensais. Na mesma

empregado público, escrivão e capitão, podem ter atestado as acusações tanto por terem filhos ou parentes matriculados nas aulas primárias, quanto por terem interesse na remoção do professor Balduino.

No ensino público primário, esses sujeitos que ocupavam cargos na administração da Província serviam como extensão do Estado examinando as crianças no final de cada ano letivo, denunciando professores, acusando-os de falta de moral ou comportamento incompatível com a função de mestre, quando os reais motivos das denúncias mostravam, muitas vezes, mais o interesse em colocar seus parentes nas cadeiras ou ainda o envolvimento em disputas partidárias. Aos seus filhos, os estudos continuariam após o ensino das primeiras letras nos colégios particulares na capital, como o Santa Rosa de Lima<sup>1138</sup> e o Colégio São Luiz,<sup>1139</sup> que contava com internato e externato, como eram anunciados nas páginas do “Libertador”, em 1886; ou mesmo no Liceu ou em colégios de outras partes do Império, haja vista a imprensa anunciar, exclusivamente aos pais de família que se achavam na Livraria dos Srs. Joaquim José de Oliveira & C.<sup>a</sup>, prospectos de condições de admissão de colégios particulares como o dirigido por Abílio Cesar Borges, o Colégio Abílio, situado no Rio de Janeiro. Os interessados poderiam ainda adquirir informações com o Chefe de Polícia da Província, Gonçalo Faro, que “conhecia perfeitamente”<sup>1140</sup> o referido Colégio.

Não se pode descartar a hipótese de que o professor Balduino, de fato, tenha se ausentado de sua aula para ir à capital realizar algum tipo de negócio ou tarefa. Esses professores pobres organizavam sua rotina de modo que pudessem lidar de forma “harmoniosa” com o tempo das aulas e o da execução de numerosas outras atividades. Porém, nem sempre se conseguia tal feito, sendo esses fazeres marcados ora pela conciliação ora pela tensão, especialmente quando eram denunciados e abertos processos disciplinares. Sendo verídicas ou não as acusações desferidas contra este professor, o fato é que, nesse e em outros casos de

---

rua, n. 84, Josepha da Costa Sedrim iria abrir o seu Colégio Jardim da Infância. Fonte: Libertador, 9 jan. 1886, n. 7, p. 3, 6 col e Libertador, 9 jan. 1886, n. 7, p. 4, 3 col. Havia ainda os anúncios com o título “Preparatórios”, nos quais as professoras Henriqueta de França e Leopoldina Frota informavam aos pais de família que iriam abrir os cursos de Português, Francês, Geografia, História e Música, no dia 11 do corrente, na casa 105, à Rua Major Facundo. Fonte: Libertador, 27 jan. 1886, n. 22, Anúncios, p. 3, 6 col. No mesmo jornal, é anunciado que Francisca Clotilde Barbosa de Lima ensina francês das 4h da tarde às 6h, na casa de sua residência, Praça do Marquez de Herval, n. 41, 3.000 réis mensais. Fonte: Libertador, 19 fev. 1886, n. 41, p. 3, 3 col.

<sup>1138</sup> Nesse estabelecimento educacional, o ensino compreendia instrução primária e curso especial de educação doméstica. As alunas internas de qualquer curso, com direito ao ensino de todas as matérias, exceto piano, pagavam mensalmente o valor de 30.000 réis e as externas nas mesmas condições 5.000 réis. Por piano, 10.000 réis, por lavagem e engomado, 4.000 réis. Situado na Rua Formosa, n. 124. Fonte: Libertador, 16 jan. 1886, n. 13, p. 1.

<sup>1139</sup> Libertador, 28 jan. 1886, n. 23, Anúncios, p. 3, 6 col.

<sup>1140</sup> Cearense, 14 dez. 1880, n. 160, Anúncios, p. 4, 2 col.

denúncias e pedidos de remoção, a maioria dos sujeitos assinava como agricultores, lavradores e negociantes.

No Censo do Brasil Império do ano de 1872, a Paróquia de Nossa Senhora da Palma de Baturité, região a qual o povoado de Mulungu pertencia, contava com habitantes que, em sua maioria, ocupava-se nas atividades agrícolas, sendo 4.676 lavradores, o que explica a maioria dos pais ser agricultor.<sup>1141</sup> As mães ou estavam exercendo o serviço doméstico, pois reunia um número elevado de 4.792, ou a costura, cujo número era de 1.162.<sup>1142</sup> Os negociantes possivelmente estavam inseridos no grupo das “profissões industriais e comerciais”, como os comerciantes, guarda-livros e caixeiros, um número de 301.<sup>1143</sup>

Os sujeitos mencionados no abaixo-assinado podiam, mesmo se apresentando enquanto “pobres” na sua maioria, solicitar os serviços de um professor particular, ainda que com muito sacrifício, como afirmavam: “nós pais de família quase todos pobres e sem recursos, ou retiramos nossos filhos da escola para sepultá-los na ignorância ou com os maiores sacrifícios pagamos a uma pessoa particular para ensinar-lhes as primeiras letras”.<sup>1144</sup>

A primeira ação dos pais, ao considerarem o comportamento dos mestres como desleixado ou faltoso de dever, era retirar os filhos das aulas. Embora muitos tenham solicitado a remoção de professores e o envio de outros para as cadeiras que se encontravam sem mestres, ficando os alunos sem receberem instrução nesse ínterim, como atestam nas petições; muitos

<sup>1141</sup> Recenseamento da População do Império de 1872, p. 75. Fonte: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)

<sup>1142</sup> Recenseamento da População do Império de 1872, p. 75. Fonte: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)

<sup>1143</sup> Na Paróquia de Nossa Senhora da Palma de Baturité, havia ainda fabricantes e artesãos, 5, e os “sem profissão”, que reunia o maior número de habitantes, 12.954.<sup>1143</sup> Esse grupo certamente era composto de sujeitos que não apresentavam uma atividade especializada ou mesmo algum trabalho fixo. Sendo da categoria mais pobre, exerciam as mais diversas tarefas para garantir sua subsistência. A maioria da população da Província classificada no Censo de 1872 como os “sem profissão” era destituída dos mínimos haveres e de instrução, mesmo que elementar, sendo ainda mais difícil exercer algum meio de garantia da sobrevivência que viesse a dar-lhes algum tipo de “salário” ou mesmo alguma segurança por um tempo mais longo. Na maioria das vezes, exerciam atividades “transitórias” e “ocasionais”, vivendo na dependência de proprietários ou mesmo exercendo atividades mal remuneradas na capital. Contrastando com o Censo de 1872, observa-se que, entre as atividades assinaladas no referido abaixo-assinado, não há referência às “profissões manuais ou mecânicas”: canteiros, calafates, mineiros e cavouqueiros; em metais; em madeiras; em tecidos; das edificações; em couros e peles; em tinturaria; de vestuários; chapéus e calçados, um total de 336, assim como, as que não apresentavam classificação: militares, marítimos, capitalistas e proprietários, um número de 35, ou as “pessoas assalariadas”, em que estava os criados e os jornaleiros, um número de 1.969.<sup>1143</sup> Há apenas um sujeito que assinou com a atividade de criador, que no Censo conta com o número de 59. Fonte: Recenseamento da População do Império de 1872, p. 75. Fonte: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)

<sup>1144</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Mulungu, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Mulungu, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP CO QX 01 27 (5). CX 47. Queixa 2 a 43.

pais de família não esperavam a resolução por parte das autoridades competentes e os matriculavam logo em outras aulas, públicas ou particulares. Tal iniciativa, além de fazer com que, sem perda de tempo, seus filhos continuassem recebendo instrução, constituiu também uma forma de chamar, mais rapidamente, a atenção das autoridades educacionais para resolver tal situação e punir os professores, pois estes não receberiam os ordenados se a frequência de sua aula fosse inferior a vinte alunos, como exigia o Regulamento da Instrução Pública à época.

É possível perceber, devido aos abaixo-assinados, que as famílias e demais moradores das vilas eram bastante atenciosos com relação ao comportamento dos professores primários. Nos processos disciplinares, as testemunhas defendiam suas posições justificando que, ao passarem em frente às casas onde funcionavam as aulas, teriam presenciado situações de falta de cumprimento dos deveres escolares, como informava Francisco da Silva Cassundé, de 31 anos, casado e proprietário, com relação à aula do professor primário da vila da União, Cunegundes Ferreira de Souza Machado.<sup>1145</sup> Outras vezes, teriam retirado seus filhos de determinada aula e matriculado em outra escola, pois “o menino estava muito vadio, e que o mandara à escola do professor Moraes por ser na rua em que transitava para o quartel e podia melhor observar o procedimento dele”.<sup>1146</sup> Nesse caso, ainda que o pai tenha destacado que o principal motivo ao retirar o filho da aula tenha sido o fato de poder observá-lo mais de perto, certamente tal questão passaria também pela fiscalização aos trabalhos do mestre. Observemos, pois, a denúncia feita ao professor Cunegundes.

Nós abaixo assignado, pais de família e moradores nesta vila e município da União atestamos e juramos se preciso for que Cunegundes Ferreira de Souza Machado, professor público primário desta mesma vila, tem por diversas e frequentes vezes, abandonado a aula a seu cargo tanto para passear nas Areias 14 legoas distante desta Vila, onde tem passado 15 dias e sem licença, deixando a dita aula sem substituto, como pra ir a capital, como agora mesmo, que hoje faz 15 dias que abandonou a aula e acha-se na capital tratando de seus negócios particulares, assim como atestamos que a mesma aula desde janeiro do corrente ano não é frequentada por mais de 6 a 8 alunos.<sup>1147</sup>

A maioria das testemunhas chamadas a depor afirmou serem proprietários e artistas. O motivo que os levou a retirá-los da aula do professor Cunegundes teria sido o abandono que este mestre frequentemente deixava, como afirmou Ricardo José de Normandia, de 61 anos e

<sup>1145</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (33). CX 49.

<sup>1146</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO QX 01 43 (9, 10). CX 48.

<sup>1147</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (10). CX 49.



que exercia a profissão de artista.<sup>1148</sup> Para essa testemunha, a falta de frequência na referida aula se devia à ausência de zelo de seu professor, afirmando que “tanto isto é verdade que o cidadão Luis da Silva Barreto, tem uma escola particular vizinha a pública e acha-se bastante frequentada devido ao zelo que tem mostrado pelo ensino literário”.<sup>1149</sup> Os pais de família estavam convictos de que, nesta escola, seus filhos não aprenderiam a ler, como relataram.<sup>1150</sup> O referido professor teria ainda tentado “tomar a força uma moça de quem se dizia amante dando-se este fato as dez horas do dia em plena rua, com o maior escândalo”.<sup>1151</sup> Por esses eventos, a frequência da dita aula tinha cessado a ponto de haver dias em que somente seus três sobrinhos, que inclusive moravam em sua casa, compareciam, reiteravam os pais.<sup>1152</sup>

O fato é que a abertura de aulas particulares não se devia exclusivamente ao possível mau comportamento dos professores frente aos deveres do magistério, embora os pais de família parecessem defender, nas denúncias, que só tinham seus filhos em aulas particulares pela falta de zelo dos mestres públicos primários,<sup>1153</sup> como informavam os moradores da povoação de Coité, no termo de Baturité. Das 33 assinaturas que atestam serem verídicas as acusações contra os professores primários daquela localidade, todas de pais de alunos, 4 assinam como juiz de paz, 2 como suplente de subdelegado, 1 como subdelegado, 1 escrivão e 1 fiscal.<sup>1154</sup> As demais não trazem a função e, certamente, tratava-se de sujeitos que não faziam parte da estrutura administrativa local. Entre os signatários, provavelmente, havia aqueles que podiam despender quantias para o pagamento de professores particulares, assim como aqueles que, na condição de pobres, reuniam esforços materiais para garantir o mínimo de instrução, e ainda aqueles cujos filhos, certamente, deixaram de receber formação escolar.

Aqui, mais uma vez, todas as questões convergem para uma só: o pouco auxílio despendido pelo governo da Província aos alunos que se encontravam na condição de “pobres” fez com que os professores abrissem aulas particulares. Nesse caso, os mestres teriam ganhos

---

<sup>1148</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (21). CX 49.

<sup>1149</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (16, 17). CX 49.

<sup>1150</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (7). CX 49.

<sup>1151</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (8). CX 49.

<sup>1152</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (8). CX 49.

<sup>1153</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Coité, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Coité, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 78 (4). CX 49.

<sup>1154</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 78 (5). CX 49.

garantidos e, ainda, poderiam mantê-las sem ter que enfrentar as dificuldades com a falta de material e utensílios que provocava diversos conflitos, bem como a ausência de uniformização do ensino, dado que nas aulas públicas a maioria dos alunos não possuía compêndios escolares ou levava para a aula diferentes edições, inclusive de outros autores daquelas adotadas e utilizadas pelos mestres no referido ano letivo, ou mesmo os livros que possuíam e tinham ao seu alcance, na maioria das vezes, compêndios de cunho religioso.

Atento às petições e abaixo-assinados, pode-se perceber que os pais de família na condição de artistas, de oficial de pedreiro, agricultor, lavrador e negociante, para enfatizar as funções exercidas pelas camadas pobres que mais comumente aparecem nesses documentos, uniram-se a fim de reivindicar instrução: “nós apenas fazemos valer a VS<sup>a</sup> os poderosos motivos que nos determinaram a reclamar os nossos direitos e pedir providências”,<sup>1155</sup> como informavam os habitantes da freguesia de Amarração ao acusar a professora Liza Moreira Raposo, em agosto de 1878, de não ter moral e bons costumes para ser preceptora. As famílias, certamente, “acumulavam” algum capital, pagando em pequenas quantias os serviços de mestres. Na condição de “pobres enquanto trabalhadores”, como proposto por Bronislaw Geremek, esses pais, nesse caso, não estavam à mercê da caridade, pelo padecimento da fome ou doença, nem tampouco no interior da categoria dos ditos vadios e vagabundos, que viviam da desocupação. Com os ganhos dos trabalhos ocasionais, ou da pequena lavoura de subsistência, ou mesmo do aluguel dos braços, conseguiam em alguns casos “um nível de vida acima do estrito mínimo vital”.<sup>1156</sup> Nas acusações contra professores, em novembro de 1874, era dito o seguinte:

Finalmente, para concluir este que já vai por demais extenso e temendo cansar a preciosa atenção de VEx<sup>a</sup>, finalizarei dizendo a VEx<sup>a</sup> que a mais cabal prova de que em Monte-mor não há escolas públicas e sobretudo para o sexo masculino, é que sendo os habitantes daquele povoado nimamente pobres no entretanto é o lugar em que existem mais escolas particulares de 1<sup>a</sup> letras, porque os pais que se interessam pela instrução de seus filhos preferem fazer o sacrifício de pagar a um professor particular a tê-los nas escolas públicas por muitos anos sem que eles aproveitem.<sup>1157</sup>

Para alguns professores, uma das formas de garantir a sobrevivência era oferecendo aulas particulares.<sup>1158</sup> Assim, inúmeros mestres optavam por solicitar licença à Diretoria da

<sup>1155</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Amarração, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Amarração, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP CO QX 01 63 (6). CX 48.

<sup>1156</sup> GEREMEK, Bronislaw. **História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1986, p. 75.

<sup>1157</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Monte-mor, 1874-1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Monte-mor, Data Crônica: 1874-1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 47 (8). CX 48.

<sup>1158</sup> A faixa etária das crianças que frequentavam as aulas particulares variava entre 5 e 18 anos. Uma mesma aula reunia aquelas com idades de 5, 6, 7, 9, 11, 14, 15, 16, 17 e 18 anos, muitas das quais eram irmãos, chegando um mesmo pai a matricular seus três filhos.

Instrução para abrir escolas, em vez de pleitearem cadeiras públicas primárias por meio de concursos. Outros deixavam suas cadeiras e passavam a ministrar aulas em troca de pequenas quantias.

Na década de 1880, quantidade significativa de professores anunciava nos jornais o serviço de aulas primárias na capital, apresentando-se enquanto “lentes dos pobres”, como é o caso de João Luiz dos Santos, cujo anúncio no “Libertador” informava aos leitores que ensinava primeiras letras das 4h às 8h da noite por 1.000 réis mensais,<sup>1159</sup> devendo cada um dos matriculados levar uma cadeira para sentar-se em consequência de os bancos não chegarem senão para os que já se achavam matriculados.<sup>1160</sup> Em 1890, são inúmeros os anúncios de sujeitos que ensinavam primeiras letras a módicos preços veiculados no “Cearense”,<sup>1161</sup> como o professor Vicente José da Costa, que “continua a ensinar primeiras letras àqueles que por sua indigência não podem frequentar a escola pública, na rua da Lagoinha contiguo a chácara do Dr. Pierrelevée. O preço era ao alcance de todos”.<sup>1162</sup>

Em tal cenário, nos povoados pobres apareciam homens que, sabendo ler e escrever, passavam a ensinar as crianças em troca do que os pais podiam pagar, e assim abria-se uma escola primária no alpendre mesmo de uma choça. Os primeiros contatos desses meninos com a palavra impressa se fizeram por meio de sujeitos que, possuindo pouca instrução, dispunham-se a dar aulas para também driblar as adversidades a preços módicos ou mesmo recebendo algum tipo de gênero em troca. Esses professores, que tinham apenas o ensino primário em sua formação, exerceram papel fundamental na instrução aos mais pobres nos povoados. Os pais pagavam uma, duas ou três patacas por mês. Porém, em pouco tempo, quando todos estavam alegres com as crianças aprendendo a assinar o nome, o inspetor pedia ao mestre o título ou licença para abertura de aula e, como este não o tinha, a lei era cumprida e a “pequena aula dos pobres”,<sup>1163</sup> cujo mestre ensinava o pouco que sabia, era fechada, ficando os filhos do povo sem instrução.<sup>1164</sup> Nos lugarejos mais distantes da capital, este era o único meio que os filhos tinham para aprender ao menos a assinar o próprio nome, a soletrar ou mesmo a ler as orações da cartilha.

<sup>1159</sup> Libertador, 6 fev. 1886, n. 30, Anúncios, p. 3, 4 col.

<sup>1160</sup> Libertador, 15 fev. 1886, n. 37, p. 3, 3 col.

<sup>1161</sup> Cearense, 17 jan. 1890, n. 13. P. 3, 3 col, Anúncios – Ensino particular.

<sup>1162</sup> Cearense, 14 jan. 1890, n. 10, p. 3, 2 col.

<sup>1163</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00174). CX 53 A.

<sup>1164</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00172 a 00175). CX 53 A.

Quando a fiscalização por parte dos inspetores não chegava a tempo de fechar as aulas, esses sujeitos que ganhavam cerca de seis ou oito mil réis mensais, não podiam, além de todas as despesas que tinham diariamente, despender uma quantia desse valor para o gasto da folha corrida, da certidão de idade e título, documentos que necessitavam para a sua formação enquanto professor. Sem se sujeitarem a um exame, desanimavam e procuravam exercer outras atividades, relatava o Inspetor da Instrução Primária da cidade de Fortaleza, Juvenal Galeno da Costa e Silva, na década de 1860.<sup>1165</sup>

Outros professores, certamente com licenças para abrirem escola, chegavam a cobrar a quantia de 2.000 réis mensais, como o professor José Severiano da Silveira, que, em 1867, abriu escola particular na Guaiuba e chegou a reunir 13 alunos, mas logo viu a aula esvaziar a ponto de o número ficar tão reduzido que “não podia mais continuar por não lhe deixar resultado algum aquele meio de vida”,<sup>1166</sup> por falta de recursos dos pais que não podiam pagar a referida quantia.

Em muitos momentos, as magras posses do povo sequer satisfaziam as necessidades do dia seguinte. Tendo que viver, muitas vezes, do “salário” diário quando a colheita era boa ou quando as certezas de emprego estavam ao seu alcance, os pais de família, mesmo com as inseguranças da vida diária, não se furtaram da tentativa de matricular seus filhos em aulas particulares, diante de uma instrução pública primária que não oferecia condições mínimas. Esses sujeitos reconheciam nas letras, no aprendizado da leitura e da escrita certa importância a ponto de colocarem os poucos haveres de que eram detentores a serviço do sonho e mesmo estima de ver seus filhos aprenderem ao menos a ler e responder uma carta.

Os casos de denúncias discutidos em parágrafos anteriores indicam que a condição de pobreza não significava indiferentismo de sua realidade social. Pais e mestres tentam encontrar outras maneiras de viver para além da miséria com que costumeiramente as elites identificavam as camadas pobres. Embora essas maneiras tenham sido várias vezes interrompidas pelas leis que organizavam a instrução, como quando as escolas eram fechadas por falta de licença, procuramos, neste momento, substituir as representações que dominavam as mentalidades das classes mais abastadas que caracterizavam esses sujeitos como sendo “negligentes” e “indiferentes” às letras e ao ensino por aquelas de “resistentes” e “rebeldes”, que se davam ora

---

<sup>1165</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00172 a 00175). CX 53 A.

<sup>1166</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Pacatuba, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Pacatuba, Data Crônica: 1869. BR CEAPEO IP INSP CO RE 35 01 (91). CX 53 A.

de forma ativa e coletiva, ora passiva e individual. Aqui, os sujeitos não estão na condição de oprimidos, humilhados ou submissos, mas de atores sociais que constantemente negociavam com professores, inspetores ou mesmo entre si condições de acesso e melhorias no ensino público primário.

As consequências do mau estado financeiro no qual diziam constantemente as autoridades dirigentes estar a Província caíam de cheio sobre o orçamento da Instrução Pública. Quando se tratava de prover o ensino, parecia a Província estar em completo estado de paralisia econômica, como já foi discutido nesta investigação. Em meio a tal situação, as famílias reclamavam da falta de verba para as cadeiras que haviam sido criadas e se encontravam sem professores para o exercício dos trabalhos, solicitando a vinda de mestres, assim como a abertura de outras aulas.

Assinaram também representações pedindo a restauração do ensino nas escolas que haviam sido suspensas pela frequência ser inferior a 20 alunos.<sup>1167</sup> Solicitavam às autoridades educacionais a volta de professores primários que haviam sido transferidos para outras cadeiras, como foi o caso dos habitantes da povoação de Vaca Brava, que, em 19 de maio de 1879, requeriam, por meio de um abaixo-assinado ao Inspetor Local, a volta do professor da cadeira primária que havia sido transferido para uma cadeira em Missão Velha, por conta do estado em que se encontrava a povoação.<sup>1168</sup> As crianças desta localidade teriam que caminhar sete léguas até a aula mais próxima. Pela força da crise que atravessavam com a falta de chuvas e os altos preços dos gêneros alimentícios, as famílias não podiam ter seus filhos em aulas de outras localidades a não ser as de sua residência. Com o aparecimento das chuvas e o melhoramento das coisas, sobretudo com o barateamento dos legumes, os pais intensificavam as reivindicações em favor da volta de professores e do restabelecimento das aulas. O mote principal dos abaixo-assinados era sempre a garantia da educação para seus filhos.

---

<sup>1167</sup> Como foi o caso dos diversos habitantes de Massapê, entre eles, pais de família que assinaram, em 23 de março de 1866, uma representação pedindo a restauração do ensino na escola do sexo masculino ali existente, pois havia sido suspenso pelo fato de a frequência ser inferior a vinte alunos. Contrapondo-se à solicitação dos pais, o Inspetor Geral da Instrução Pública, Virgílio Augusto de Moraes, afirma o seguinte: “só admira que precisamente 1 mês depois (6 de março) o Dr. Inspetor Escolar repete muito justa a pretensão dos representantes, e que estes reclamem a efetividade de um benefício a que, como pais de família, não ligaram antes a mínima importância!”. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (126, 127). CX 13.

<sup>1168</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vaca Brava, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vaca Brava, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP INSP CO RE 118 (30 31, 35). CX 26. Segundo o Inspetor, havia sido a seca quem os reduziu ao estado de pobreza. Ao que parece, antes disso, podiam até colocar seus filhos em outras cadeiras, talvez até pagar pequenas quantias em aulas particulares e mesmo garantir a frequência de seus filhos nas escolas primárias de suas localidades.

As petições contra o estado de abandono das aulas eram frequentes por parte dos moradores das diversas localidades, isto porque, na maioria das vezes, continuavam na espera de terem suas reivindicações atendidas. A esse respeito, em fevereiro de 1886, os habitantes da povoação da Guaiuba<sup>1169</sup> acusavam a professora da cadeira mista primária, Ana Eponina de Lima Sobreira, de deixar a aula em completo estado de abandono. O Inspetor Geral da Instrução Pública à época, Virgílio Augusto de Moraes, tratou logo de desqualificar a denúncia dos pais afirmando não ter procedência alguma, visto o inspetor escolar, Sergio da Cunha Freire, ter negado todos os fatos aduzidos e a petição dos acusadores não apresentar firma reconhecida atestando o compromisso das testemunhas na precedência “verdadeira” dos eventos relatados.<sup>1170</sup>

Afirmando desconhecer as faltas que os representantes alegavam com relação à conduta da referida professora, Virgílio Augusto de Moraes reiterou que Ana Eponina solicitou um ano de licença deixando substituta.<sup>1171</sup> Para essa autoridade educacional, “a representação não passava de uma intriga particular dos dois primeiros assinantes, não merecendo conceito algum, visto que os outros que com eles assinaram, à exceção de José Correia de Mello, que desconhecia os fatos, eram jornaleiros e pessoas sem critério”.<sup>1172</sup> Tais sujeitos correspondiam aos pais dos alunos matriculados na cadeira mista? O que no discurso do Inspetor Escolar caracterizava “pessoas sem critério”? Eram os economicamente pobres? E, devido trabalhar por jornal, não lhes era direito reivindicar algo em favor da instrução?

A atitude de Virgílio Augusto de Moraes, ao defender que as reivindicações não mereciam atenção por partirem de jornaleiros e de pessoas por ele consideradas “sem critério”, deixa entrever que a “posição ocupada frente aos meios de produção” ou o fato de estarem na condição de pobres foram utilizados como justificativa para se despolitizar as ações das camadas menos afortunadas. Suas reclamações, ante a necessidade de se garantir instrução primária aos seus filhos, não foram compreendidas “como um ato de vontade de pessoas que

---

<sup>1169</sup> Não é possível afirmar ser o mês de fevereiro com exatidão, pois a documentação traz o pedido de esclarecimento do Presidente da Província, Desembargador Miguel Calmon Du Pin Almeida, ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Virgílio Augusto de Moraes, datado de 26 de fevereiro e a resposta do Inspetor Escolar, Sergio da Cunha Freire ao inspetor geral, de 6 de março. Deduz-se que a representação dos pais tenha sido de fevereiro do mesmo ano.

<sup>1170</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (112 a 115). CX 13.

<sup>1171</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Guaiuba, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Guaiuba, Data Crônica: BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (112 a 115). CX 13.

<sup>1172</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Guaiuba, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Guaiuba, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (112 a 115). CX 13.

dominam códigos de cultura e que, a partir desses códigos e suas possibilidades, procuram as estratégias possíveis e as soluções imediatas para seus problemas”.<sup>1173</sup> No caso em questão, desconsideraram-se as exigências dos jornaleros e das pessoas ditas “sem critério”, como baseada em sua vontade e interesse próprio, na tentativa de convencer de que não passavam de sujeitos usados em um conflito particular.

Ao compreender os jornaleros como massa manipulada, é possível observar o discurso estigmatizante de Virgílio Augusto de Moraes, Inspetor Geral da Instrução Pública na época, como resultado de seu lugar de pertencimento – o das elites políticas e administrativas, que exigiam para si a direção e organização dos indivíduos em seus respectivos papéis na composição social. Sua postura permite concluir que, para se reclamar instrução, era necessário estar ocupando determinada posição social ou ter determinada atividade como “profissão”.

Os pais de família, no seu anonimato, só careciam de ocupação quando das incertezas do trabalho e mesmo assim se viravam com pequenas atividades. Embora o trabalho por jornal fosse igualmente importante para a estrutura econômica, na própria instrução pública, em um momento que se anunciava a necessidade de levar as letras às camadas pobres, reproduziam-se as “representações construídas” pelas camadas dominantes segundo as quais, para participar das instituições da dimensão social, no caso em específico, da instrução, era necessário preencher certas condições tidas como ideais.<sup>1174</sup> Definitivamente, as ocupações que preencheriam essas exigências não seriam aquelas que garantiam o sustento da maioria da população inserida no caráter de “avulsas” e “transitórias”. Tirando o seu ganha-pão a partir do exercício de “expedientes”, as reivindicações desses sujeitos não encontravam espaço na estrutura política. Embora muitas vezes se diferenciando dos pobres sem ocupação e assim estando no exercício do trabalho, sua participação deveria ser fora da “comunidade política”. Sendo pouco ouvidos pelas autoridades político-administrativas, eram sempre considerados suspeitos de indiferentismo frente às letras e à instrução.

Grande parte da população da Província, na época, era agente mais no seu cotidiano do que nas correspondências produzidas pela Instrução Pública, pois a luta diária era escapar à miséria, não definhar ao sabor da vida dura. Nesses documentos, na maioria das vezes, eles são apontados como sujeitos sem critério algum para reivindicar qualquer coisa, fosse pelo seu estado de ignorância intelectual e moral ou pela sua “incapacidade” de direcionar sua própria vida, como julgavam os inspetores e diretores. Apareciam como atores quando da sua utilidade

---

<sup>1173</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2000, p. 245.

<sup>1174</sup> *Ibidem*, p. 249.

para o trabalho. Na vida desses sujeitos, a defesa de que eram destituídos de moral, alheios e indiferentes à instrução, como anunciado pelo discurso oficial das autoridades educacionais, fazia sua dimensão social e cultural serem sempre comparadas à indolência, à preguiça, à vadiação. Tais expressões, por outro lado, diziam muito mais de uma forma de levar a vida e entender a complexidade que se formava naquele desenrolar, onde “a pobreza passa a ser comunicada sob a retórica do progresso”<sup>1175</sup> e as camadas pobres assumem o aspecto de empecilho ao crescimento intelectual e moral da Província. O fato é que a estrutura econômica, por meio do trabalho, não conseguia absorver toda essa camada constituída de pobres e livres. Esses sujeitos, portanto, “procuraram de alguma forma viver através daquilo que sabiam fazer ou do que a necessidade os ensinou a fazer, de forma que criassem condições de sustento, moradia, vestimenta e divertimento”.<sup>1176</sup> Trabalhar na informalidade, em atividades não especializadas, algo que era em parte um produto dessa sociedade ainda marcada pelo escravismo, fazia com que o pobre trabalhador não tivesse lugar nela. Quando direcionados ao trabalho, essas camadas constituíam importantes colaboradores do “progresso” e da “civilização” que tão firmemente as elites política e intelectual desejavam construir. Porém, quando mais precisavam das relações de “mutualidade” na dimensão social, como quem exigia usufruir daquilo que também lhe era de direito, dado que participaram com seu trabalho, eram-lhes negadas.

Ainda nessa esteira, na denúncia feita por membros da Câmara Municipal de Sobral contra o professor José Prisco Rodrigues Lima, em dezembro de 1872, acusado de ter sua aula frequentada apenas por cinco alunos,<sup>1177</sup> os pais de família atestaram, por meio de abaixo-assinado, que a referida aula tinha frequência escolar como exigia a legislação educacional do período, contradizendo a declaração de Vicente Alves de Paula Pessoa,<sup>1178</sup> em correspondência endereçada ao Diretor da Instrução Pública, José Lourenço de Castro e Silva.

Segundo o exame feito pelo Inspetor local Vicente Jorge de Sousa se achavam matriculados 35 discípulos no dia 29 deste mês sendo a frequência de 20 em o dia de hoje; notando-se que a não ser algum filho de parente e um do Dr. Trajano [Vericto?] que está a retirar-se da Província com a família, o professor não tem em sua escola, senão os *filhos de pessoas de classe a mais ignorante* e de trato disto é para fazer

<sup>1175</sup> MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998, p. 66.

<sup>1176</sup> Ibidem, p. 167.

<sup>1177</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Sobral, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Sobral, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP CO QX 01 58 (23). CX 48.

<sup>1178</sup> O documento não traz a função exercida, na época, por Vicente Alves de Paula Pessoa, mas provavelmente fez parte do conselho incumbido de analisar as acusações contra o professor José Prisco Rodrigues Lima.



sobressair o quanto é estranho que sendo ele protegido de um partido na localidade e com família nem a esses mesmos fosse ter inspirado confiança.<sup>1179</sup> [Grifo nosso]

Nos documentos apresentados pelo referido professor a fim de comprovar a falsidade das acusações – um mapa de frequência escolar com 31 alunos e uma lista com 31 assinaturas de pais de família, atestando o caráter verdadeiro das justificativas do professor Prisco –, 13 assinaturas eram de mulheres/mães.<sup>1180</sup> Embora a participação das mulheres nos abaixo-assinados tenha sido rara, nessa denúncia, vê-se a intervenção direta da figura feminina. As mulheres pobres pouco aparecem nos abaixo-assinados, mas constituíram peças fundamentais na própria garantia dos filhos à instrução, não só pelos trabalhos no interior doméstico, mas pelas atividades fora do lar que buscavam, igualmente, salvaguardar o sustento da família. Sem as mulheres, sem os seus papéis junto às necessidades do lar, essas reivindicações não teriam ocorrido. Sua presença é tanto mais forte quanto sua ausência ou mesmo presença marginal nas fontes.

---

<sup>1179</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Sobral, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Sobral, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP CO QX 01 58 (47). CX 48.

<sup>1180</sup> Dessas mulheres, duas assinaram como sendo responsável por dois alunos.

José Prisco Rodrigues Lima  
 Sobral, 7 de Dezembro de 1872

José Prisco Rodrigues Lima, professor da  
 1.ª Cadeira de Ensino primário desta cidade  
 pede aos Senhores membros da Câmara Mu-  
 nicipal frequentar a sua aula, para de sig-  
 nificativa declarar ao seu respeito, em homenagem  
 a cidade, se é ou não verdadeiro o pro-  
 pósito de que tem copiado a margem, e qual  
 representa uma matrícula de 31 alunos  
 effectuada de 15 de Novembro até esta data.  
 Fede ainda a permissão de fazer de  
 suas respostas o uso que lhe convier.  
 Sobral 7 de Dezembro de 1872

Ilmo. Sr. Professor

Como nos sempre respondemos pela affirmativa  
 a esta supra de 8/5.  
 Pede 8/5 fazer a nossa resposta o uso que lhe convier.  
 Sobral 8 de Dezembro de 1872

Nos 29 - José Vicente Cabral  
 30 - José Laurindo Franca  
 José Francisco da Silva  
 15 - Por Anna e Alissira  
 Chantoso, Alustino e Sousa  
 1 - Por Minha mãe, mulher de Vicente  
 José Pinto Antero João Henriques

da matrícula

**Figura 36:** Defesa do professor de Sobral, José Prisco Rodrigues Lima, diante da acusação de membros da Câmara Municipal

**Fonte:** CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Sobral, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Sobral, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP CO QX 01 58 (47). CX 48.

Inicialmente, podia-se pensar que esses alunos dispunham da figura masculina do pai, mas este poderia não ter assinado por motivos diversos, como por se encontrar fora da localidade onde residiam. Porém, no documento, é ressaltado que apenas quatro responsáveis deixaram de assinar por não se encontrarem na cidade. O total de nove assinaturas pertencentes às mulheres são precedidas do “por”, às vezes do “por minha mãe”, ou “por minha cunhada”. Este fato corrobora duas questões: provavelmente, essas crianças eram órfãs de pai e viviam sob a proteção da mãe, por isso a figura masculina do pai, nesse caso, não aparece nas assinaturas. Uma outra hipótese diz respeito ao fato de que, possivelmente, essas mães não sabiam assinar o nome, dado que o “por” informa que a assinatura não foi assinada por ela [a mãe], mas pelo irmão ou pelos filhos, como visto no documento. Diante de tal questão, faz-se necessário indagar: as “pessoas de classes a mais ignorante”, mencionados por Vicente Alves, eram os pais ditos pobres? O fato de quase metade das assinaturas dos responsáveis ser de mulheres fez com que se chegasse a tal afirmação? Nesse caso, afirmar que o professor teria em sua aula filhos de “pessoas de classes a mais ignorante” estava relacionado, mais uma vez, às funções exercidas pelos pais de família, destacando-se suas condições de dependência, ou ao nível de instrução? Passemos, pois, a esta última dimensão analisando um outro abaixo-assinado que nos deu maiores indícios quanto à questão do nível de instrução dos signatários.

Os habitantes da freguesia de Amarração se queixavam, em outubro de 1878, ao Inspetor de Distrito acerca da aula da professora Luiza Moreira Raposo, segundo os quais informavam não merecer a dita mestra confiança alguma para ensinar os princípios rudimentares as suas filhas, pois, além dos “nomes escandalosos e injuriosos” que proferia, vivia em “contínuo disputar com o marido, descompondo-se publicamente de parte a parte em ocasião da aula aberta até ser despedida por ele muitas vezes a ponta de chibata de porta a fora, promovendo uma algazarra indescritível”.<sup>1181</sup> As queixas foram acompanhadas de um abaixo-assinado com dezenove assinaturas. Para defender-se das acusações, a professora afirmou ser “a representação adrede arranjada de sorte que alguns dos signatários não sabem ler nem escrever, outros muitos não residem nesta povoação e alguns não souberam o que assinaram tanto prova que o Sr. Manoel Rodrigues da Costa conserva em minha aula sua filha”.<sup>1182</sup>

<sup>1181</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Amarração, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Amarração, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO QX 01 63 (5). CX 48.

<sup>1182</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Amarração, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Amarração, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO QX 01 63 (19). CX 48.

Ao assegurar que alguns signatários não sabiam ler, nem escrever, a professora desejava esclarecer que se tratava de assinaturas forjadas? Ou, de fato, a professora Luiza Moreira tentava reiterar que, por não saberem ler, nem escrever, compondo assim a classe dos ignorantes, como costumeiramente os sujeitos envolvidos em acusações veiculavam em sua defesa, suas participações nesses documentos não mereciam crédito e atenção?

Evidentemente, não se pode descartar a possibilidade de que os abaixo-assinados tenham sido produzidos a partir de fraudes: assinaturas falsas, coação, influência e casos de sujeitos que assinaram mesmo sem saber o real conteúdo da representação. O fato é que inúmeras assinaturas pareciam revelar que uma quantidade significativa dos signatários (agricultores, lavradores, artistas, proprietários, criadores) teria passado apenas pelo processo básico de alfabetização, que consistia em alguns rudimentos de leitura e escrita, ou mesmo em aprender apenas a assinar o próprio nome. Com letras tremidas e espremidas, pareciam não ter tido muito contato com o ato de escrever ou intimidade com as letras.<sup>1183</sup>

---

<sup>1183</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Amarração, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Amarração, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (56). CX 48.



Os registros de assinaturas de pais de família na condição de proprietários acompanhavam esse modelo de letras espremidas e tremidas, como quem pouco sabia também assinar o nome. Porém, é importante ressaltar que nem por isso esses sujeitos eram identificados de um todo como “ignorantes”. Embora saibamos que a elite no Ceará, naquele momento, fosse, sobretudo, agrária e que a pouca ilustração, de fato, constituía uma de suas características, a sua condição material lhes dava possibilidades de crédito junto às autoridades locais. O caso é que a junção da condição de analfabeto, entendido àquela época nos abaixo-assinados como o ato de não saber ler e escrever, e a condição material, para o caso das camadas pobres, pareciam constituir empecilhos para se reivindicar algo em seu favor. Em um momento em que a escrita e a leitura chegavam a poucos, como já discutido nesta investigação, essas dimensões organizavam e definiam situações de diversas ordens, impondo às camadas que dela eram constantemente privadas, sanções e descréditos por não as dominar. Privados de instrução, também lhes era sonogada a atenção às suas reivindicações.

O fato é que, na condição de analfabeto ou não, de saber assinar apenas o nome ainda que a grafia não fosse corrente ou de pouco deterem a escrita e a leitura, esses sujeitos se fizeram presentes nas acusações contra e a favor de professores. Esses pais mal sabiam assinar o próprio nome, mas estavam a frente das reivindicações por instrução. As petições endereçadas à Inspeção e à Diretoria da Instrução e assinadas pela população menos afortunada representaram, muitas vezes, uma espécie de “protesto” contra o indiferentismo do Estado para com a educação dos pobres. Conscientemente, cobravam dos poderes competentes aquilo que lhes era de direito e, quando encontravam inspetores atenciosos às suas reclamações, viam como momento propício a um maior engajamento na luta em favor de seus interesses, aqui no caso, o acesso à instrução formal e possíveis mudanças que deveriam se dar no ensino público primário, como o horário de início e término das aulas.

## **6.5 O apetite de instrução**

A maioria dos sujeitos que assinava as petições contra o estado de abandono das cadeiras ou que abria denúncias contra os mestres era composta por aqueles mesmos que lotavam as aulas noturnas, como revelam os pedidos de gratificação dos professores que ministravam aulas gratuitas na intenção de que “o artífice e o jornaleiro não ficassem sem aprendizagem nas

poucas horas que ali dispõe”.<sup>1184</sup> Nessas circunstâncias, “operários e artífices”<sup>1185</sup> se dirigiam à noite para as aulas, depois de uma jornada cansativa de trabalho.<sup>1186</sup> O salão dessas escolas ficava repleto de pessoas, era o que afirmavam os professores quando solicitavam livros e utensílios à Inspeção da Instrução para distribuírem entre os sujeitos que as frequentavam. Para a classe pobre de “toda idade e estado”,<sup>1187</sup> o descanso que viria à noite depois das atividades do trabalho, fundamental para retomar as tarefas do dia seguinte, era ocupado pela instrução às primeiras letras. A cama, que poderia ser algo bastante atrativo depois de um dia intenso de labor, era deixada de lado. Ávidos por receberem instrução, era nas letras que o descanso haveria de acontecer.

Nas correspondências, a quantidade de matrícula das aulas noturnas chama a atenção pelos altos números. A escola noturna da vila da União que funcionava desde o dia 2 de junho de 1890, criada por iniciativa do vigário Agostinho José Santiago e dos demais sócios, capitão João Evangelista e Herculano Pereira de Mello, que ocupavam o cargo de vice-presidente, e Augusto de Paula Barbosa, de tesoureiro, reunia 140 matriculados. Contando com oito professores e dividida em classes desde o alfabeto até o ensino da Gramática Portuguesa, Aritmética e Geografia, crianças e adultos possivelmente dividiam as mesmas classes, pois as matrículas agrupavam sujeitos de 5 a 46 anos.<sup>1188</sup> Do mesmo modo, no dia 7 de julho do mesmo ano, foi instalada, na capital, uma aula primária noturna no edifício em que funcionava a Sociedade Beneficente Popular 20 de abril. Mantida às expensas dessa mesma instituição, tinha a direção de Francisco Barbosa Lima, então presidente, e admitia-se alunos de todas as idades, entre homens e crianças.<sup>1189</sup> Na ocasião da instalação, foram inscritas 54 matrículas.<sup>1190</sup> Em dezembro de 1890, com apenas cinco meses de funcionamento, essa aula contava com 304 matrículas, sendo a maioria de órfãos desvalidos.<sup>1191</sup> Embora entre a matrícula e a frequência incidissem inúmeros aspectos que convergiam para a diminuição ou participação escolar

---

<sup>1184</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1871. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1871. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 06 (78 e 79). CX 51.

<sup>1185</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP CO EX 01 61 (23). CX 07.

<sup>1186</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Canoa, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Canoa, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP INSP CO RE 97 (00412). CX 25.

<sup>1187</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila do Acarape, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP INSP CO RE 50 (41). CX 24.

<sup>1188</sup> Cearense, 28 jun. 1890, n. 141, p. 1, 2 col, Escola Noturna.

<sup>1189</sup> Cearense, 2 jul. 1890, n. 144, p. 2, 5 col, Aula noturna.

<sup>1190</sup> Cearense, 11 jul. 1890, n. 152, p. 2, 2 col.

<sup>1191</sup> Cearense, 6 dez. 1890, n. 263, p. 2, 4 col, Escola noturna da Sociedade Beneficente Popular 20 de abril.

irregular, o número daqueles que frequentavam de forma “assídua” também era relativamente alto. Nesse caso, em se tratando de órfãos desvalidos, é bem provável que tenham sido matriculados por seus responsáveis, corroborando um parentesco familiar, ou pelas próprias autoridades, como o juiz de paz, responsável inclusive por entregá-los à soldada, “contrato de locação de serviço de menores”.<sup>1192</sup>

O que faziam essas aulas terem cerca de 120 alunos e frequência de mais de 90? O que os levavam a fazer matrícula, mesmo diante de tanta precariedade material das aulas? Eram obrigados por lei a frequentarem as escolas noturnas? Aqui, merece relevo o fato de que, além de lotarem os salões das aulas à noite, os moradores, na condição de professores primários e de pais de alunos, chegaram a fundar escolas noturnas por sua própria conta. A esse respeito, Cândido Acácio Fernandes Bastos, professor primário na Povoação de Canôa, informa o seguinte, em agosto de 1887, ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Virgílio Augusto de Moraes.

Tenho a honra de passar às mãos de V.S por intermédio do Inspetor Escolar o mapa de minha escola. Aproveitando a oportunidade, levo ao conhecimento de V.S a falta absoluta de utensílios que há em dita escola.<sup>1193</sup>

[...]

Esta povoação tem grande movimento, tanto que abrindo uma escola noturna grátis, em benefício das pessoas que não podem frequentar de dia, fica o salão repleto sem poder acomodá-los pelo que recorro a V.S pedindo seu auxílio para serem fornecidos alguns utensílios e livros.<sup>1194</sup>

Além da aula primária ministrada no período diurno, o professor Cândido parece ter aberto com seus próprios recursos um curso noturno, sendo possível concluir tal assertiva pelo próprio conteúdo da missiva e por seu nome não aparecer registrado oficialmente como professor responsável pela aula,<sup>1195</sup> como fora feito com a aula ministrada nas horas do dia. Era nessa informalidade que as camadas pobres recebiam instrução. Com salões lotados, os professores colocavam à disposição desses sujeitos seu repertório também pouco letrado, isto porque essa camaradagem em torno da instrução, constituiu, em maior número, iniciativas particulares de professores primários onerosos de família e que dispunham de poucos haveres para mantê-las.

<sup>1192</sup> AZEVEDO, Gislane Campos. A tutela e o contrato de soldada: a reinvenção do trabalho compulsório infantil. Campinas, *História Social*, n. 3, 1996, p. 22.

<sup>1193</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Canoa. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Canoa, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC INSP CO RE 97 (412). CX 25.

<sup>1194</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Canoa. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Canoa, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC INSP CO RE 97 (412). CX 25.

<sup>1195</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Canoa. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Canoa, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC INSP CO RE 97 (412). CX 25.



O número alto de matrícula nas escolas noturnas diz muito também sobre o cotidiano desses sujeitos. As diversas atividades realizadas nas horas do dia tornavam ainda menor o tempo que poderiam se dedicar à instrução ou mesmo à leitura. As escolas noturnas constituíam um meio para se derramar as letras entre as pessoas adultas das classes mais pobres, sem que a propagação do ensino prejudicasse, como constantemente era afirmado, as horas do trabalho diário. Os sujeitos que frequentavam essas aulas eram os mesmos que executavam as tarefas mais pesadas, como a agricultura. Não qualificados ou muitas vezes com pouca instrução, viviam do exercício de atividades variadas, como artífices, jornaleiros e prestadores de serviços.

A instrução às classes adultas deveria coincidir com a “utilidade na sociedade”,<sup>1196</sup> no sentido de conservar esses braços que trabalhavam no campo e nos mais variados serviços na cidade. Afinal, a ordem precisaria ser mantida para que os infortúnios e incertezas de uma vida de labor difícil não gerassem a desordem tão afeita a essa “gente de perfil criminoso”, como afirmavam as autoridades responsáveis pelo ensino público. Ao povo, deveria ser incutida uma soma de saberes que não os tirassem do seu dever de manter, por meio de seu trabalho, os privilégios de uma sociedade marcadamente desigual, cuja instrução elementar ainda era privilégio para poucos.

As iniciativas de abertura de aulas também partiam da comunidade local, como foi o caso da solicitação, feita em 22 de fevereiro de 1886, por “diversos cidadãos” da Vila de Campo Grande que solicitavam ao Inspetor Geral, Virgílio Augusto de Moraes, o auxílio de livros para serem distribuídos gratuitamente aos alunos que frequentavam o curso noturno por eles fundado. Na ocasião, em resposta ao pedido, foi concedido o fornecimento de 12 Gramáticas de Abílio Cesar Borges, 24 exemplares da Leitura em voz alta, 12 Aritmética e 12 de Desenho linear.<sup>1197</sup>

No caso em questão, algumas indagações se mostram pertinentes: quem eram esses “cidadãos” que se apresentaram como fundadores da referida escola? Quais atividades exerciam? A que classes sociais pertenciam? Se porventura tiverem sido fundadas por sujeitos mais afortunados, quais interesses estavam envolvidos? Nessa situação, a fundação demonstra o interesse na mão de obra de todos os integrantes da família, inclusive dos sujeitos de pouca idade, haja vista as escolas noturnas serem frequentadas também por crianças de cinco anos? Tal questão demonstra, ao mesmo tempo, que houve embaraços entre a frequência às aulas e o

---

<sup>1196</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 83.

<sup>1197</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (88). CX 13.

trabalho diário. Os patrões corriam o risco de se verem sem os braços infantis? E ainda que tivessem a mão de obra necessária, tal trabalho exigia uma maior qualificação? Ou seria porque se importavam com o melhoramento educacional das camadas pobres?

Um aspecto da própria materialidade das correspondências, uma espécie de padrão de escrita quando se tratava de petições cujo conteúdo informava sobre feitos realizados por sujeitos externos à Instrução Pública, permite também concluir uma questão interessante. Embora a correspondência não traga anexada a petição com as assinaturas de seus autores, como visto em outras missivas, podendo o historiador ter acesso a indícios que possibilitam levantar hipóteses quanto ao grau de fortuna e instrução, é provável que se tratasse de sujeitos que exerciam atividades diversas, em sua maioria trabalhadores agrícolas, ou qualquer outra atividade executada pelos menos favorecidos. Se fosse o caso de serem todos figuras importantes, isto é, que ocupavam cargos junto à administração local, ou mesmo de possuírem fortunas elevadas, seus nomes seriam logo mencionados na correspondência com agradecimentos a tão generosos sacrifícios que faziam em prol do progresso da Província ao se fundar uma escola noturna, como costumeiramente louvavam as autoridades responsáveis pela Instrução Pública e os articulistas de jornais.

O caso em questão, possivelmente, reunia desde aqueles com maior influência econômica até os agricultores e professores primários pobres. O certo é que as camadas mais desfavorecidas do interior da Província participaram, para além da manutenção das aulas primárias nas horas do dia, como já discutido no tópico anterior deste capítulo, da fomentação de instrução para aqueles que não podiam frequentar no período diurno, marcando interesses e reivindicando o acesso ao ensino primário de caráter noturno.

\*\*\*

No que concerne ainda à intrepidez praticada pelas famílias, chegamos a mais um ponto interessante: o esforço físico que os sujeitos matriculados no ensino primário despendiam nas aulas. Em inúmeras escolas primárias, era possível presenciar, desde a década de 1860, os alunos escreverem em bancos baixos, uns de cócoras, outros de joelhos, outros sobre uma pequena mesa de propriedade particular.<sup>1198</sup> A falta de bancos altos para escrituração fazia com

---

<sup>1198</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Acaraú, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Acaraú, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP PP CO RE 11 01 (58). CX 52 / BR CEAPEC IP PP CO RE 11 01 (78). CX 52.

que escrevessem uns após outros em uma pequena mesa ou em más posições nos bancos de assento, consumindo assim todas as horas da aula em leitura e escrituração ao mesmo tempo.<sup>1199</sup>

Em toda a província, a exceção de uma ou outra localidade, as escolas primárias acham-se instaladas em casas sem proporções e forma adequada, muitas delas em lugares insalubres; e os meninos que as frequentam, obrigados a se apinharem em um estreito recinto, tem, além disto, por assentos duros bancos de madeira! Que enfado, que mortificação experimentam, só eles o sabem! Em algumas escolas, como as do Crato, cujo salão, sendo um dos mais espaçosos, não basta todavia para receber 50 a 60 alunos que diariamente a frequentam, guardando-se uma certa distância; o calor se desenvolve e por tal arte ás 11 horas do dia, quando terminam os trabalhos da manhã, e ás 3 da tarde, quando recomeçam; o ar se torna tão abafadiço outras vezes, que as crianças sofrem grandemente, e tem a fisionomia notavelmente alterada.<sup>1200</sup>

A missiva acima se trata de um relatório do ano de 1860 produzido por um professor primário, possivelmente do Crato por dar ênfase à situação das escolas dessa parte da Província.<sup>1201</sup> Ao solicitar um salão vasto para receber seus alunos, além-se a denunciar a precariedade das casas em que funcionavam as aulas públicas primárias. Ávido por obter da administração da Província um espaço onde pudesse acomodar seus alunos sem que ficassem apinhados uns sobre os outros, vê-se que, na referida aula, tudo era um incômodo para os alunos e o professor: os bancos velhos, quebrados, ou os de mobília e formato inapropriados para uso escolar, o horário de funcionamento [das 10h às 2h da tarde], a insalubridade etc. Assim, acabava por constituir momento de adoecimento e comprometimento de sua saúde, o que causaria a diminuição da frequência, pois certamente os pais não estariam “dispostos a submeter seus filhos a tão rudes tratamentos, quando não faltavam mestres particulares para os receber e lecionar a horas muito convenientes, menos fatais à sua saúde”.<sup>1202</sup>

Nesse cotidiano abarrotado de carência material, a água constituía também artigo de luxo. Com fornecimento irregular, nas décadas de 1860 e 1880 nas escolas primárias da capital, inúmeras crianças acabavam desenvolvendo doenças, afirmavam os professores, por passarem todo o tempo da aula com sede. Prejudicando sua boa ordem devido às saídas que tinham de fazer pela vizinhança para tomarem água, os professores solicitavam, em 1867, o seu fornecimento pela Companhia do Benfica por via de contrato com a Tesouraria. O trabalho de fornecimento, quando feito, era realizado pelos presos das cadeias que andavam nas calcetas, cuja água se tornava prejudicial ao consumo devido à má qualidade, em decorrência da sujeira

<sup>1199</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Acaraú, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Acaraú, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 11 01 (106). CX 52.

<sup>1200</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP REL 03 (5). CX 20.

<sup>1201</sup> O relatório não apresenta a parte que possivelmente estaria a identificação do professor, bem como lugar da cadeira.

<sup>1202</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP REL 03 (8). CX 20.

por ser retirada de cacimbas e da exposição ao sol quando do transporte, obtendo condição favorável para a proliferação de doenças, asseguravam os mestres.<sup>1203</sup>

Às crianças do povo, seria mais difícil aprender os ensinamentos de leitura e escrita se considerarmos que “ler exige um esforço físico”<sup>1204</sup> e que constitui também “uma conquista sobre as más condições de moradia e de iluminação”,<sup>1205</sup> pois inúmeras aulas primárias eram ministradas em espaços pequenos e insalubres. As condições físicas das residências dos professores ou mesmo daquelas alugadas pelos cofres provinciais constituíam obstáculos ao desenvolvimento da instrução, isto porque tais condições acabavam “deteriorando” a saúde das crianças. O salão que servia de aula pública primária em São Manoel do Marco, em agosto de 1881, por exemplo, tinha 13 palmos de largura por 30 de comprimento.<sup>1206</sup> As longas caminhadas, a água suja e as salas insalubres acabavam tornando o espaço propício para a proliferação de doenças. A própria situação em que se encontrava a instrução pública servia de obstáculo à educação e colocava as camadas que dela precisavam para receber alguma instrução à exposição de enfermidades e imundícies.

Desvelado tal estado, faz-se fundamental indagar: como as crianças da instrução pública primária aprenderiam a ler e a escrever, se especialmente “a aprendizagem da escrita é também a aquisição de uma técnica delicada: o corte da pena e o controle de um domínio corporal onde intervêm a postura geral do corpo, a disposição dos dedos e da mão, a coordenação dos movimentos”?<sup>1207</sup> Amontoados, sem bancos para se acomodarem, sem água para beber e, muitas vezes, tendo que percorrer léguas para chegar à aula, o que fazia essas crianças se submeterem a tão duras jornadas de ensino se não fosse o apetite ou a vontade de se instruírem?

As idas às aulas poderiam ser um espaço de lazer para os pobres ou mesmo de momentos para sair da rotina das atividades domésticas e de trabalho. Embora a improvisação, mais pela via da falta de materiais para o seu funcionamento, impusesse certa dificuldade no trato com a aprendizagem aos alunos e professores, tornando as aulas ainda mais cansativas, não se pode desconsiderar o caráter lúdico que poderiam vir a se tornar, entendidas como uma espécie de novidade na rotina difícil que era a vida das camadas pobres. O convívio íntimo, proporcionado

<sup>1203</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 02 (157 a 160). CX 51.

<sup>1204</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 298.

<sup>1205</sup> Ibidem.

<sup>1206</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São Manoel do Marco, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São Manoel do Marco, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO QX 01 66 (40). CX 49.

<sup>1207</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 282.

pela própria estrutura das salas, posto que a distância física era aspecto que escapava ao espaço escolar; bem como as saídas para pedir água na vizinhança; ou mesmo quando a aula não funcionava na mesma casa onde residiam os mestres, tendo estes, muitas vezes, que se deslocar até sua residência no horário das aulas, constituíam momento propício para a “vadiação” dos alunos,<sup>1208</sup> para as brincadeiras de toda ordem. O fato é que “os meninos encontram na aula a liberdade que não ousam ter na presença de seus pais, por mais indiferentes que sejam à sua educação”,<sup>1209</sup> como afirmavam os habitantes da povoação de Monte-mor, em novembro de 1874, ao acusar os alunos de fumarem e acenderem os seus cigarros no do professor Vicente José da Costa, e este no dos alunos, e de comerem rapadura e frutas no exercício do trabalho escolar.

Não se pode tomar o envio dessas crianças às aulas como via para obterem algum benefício material, pois, até mesmo quando os professores solicitavam socorros públicos para seus alunos, a demora e a indisposição em fornecer alimentação às camadas pobres, por parte do governo da Província, eram uma constante. Ao contrário, as condições de precariedade das aulas não poderiam garantir mais do que um pouco de instrução. Foi isso, certamente, que motivou os pais a se esforçarem para enviar seus filhos à escola. Os pobres colocavam em risco sua própria saúde para receberem alguns rudimentos de leitura e escrita, aritmética e doutrina cristã. Embora as péssimas condições de moradia fossem uma característica comum na vida dos mais pobres, as aulas reuniam um número relativamente alto de alunos, se comparados à estrutura física das salas, possibilitando maiores chances de transmissão de doenças. Assim, ao contrário do que as camadas dominantes apregoavam, pode-se falar em um gosto pela instrução que tinha um sem-número dos sujeitos nas condições de pobres e livres.

Nas situações que careciam da necessidade de reivindicar o que lhes era de direito, como estabelecido na legislação educacional, as ações dos pais de família se contrapunham aos discursos das elites política e letrada que identificavam o pobre como “indiferente” à dimensão educacional dos filhos, acusando-os de “preferir” deixá-los alheios à instrução e aptos à ignorância. As correspondências da Instrução Pública deixam entrever que “suas relações não eram imunes de disputas”,<sup>1210</sup> revelando um mundo de cobranças – por parte de agricultores,

<sup>1208</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São Manoel do Marco, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São Manoel do Marco, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO QX 01 66 (11). CX 49.

<sup>1209</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aquiraz, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aquiraz, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO QX 01 47 (7). CX 48.

<sup>1210</sup> DANTAS, Mônica Duarte. Para além do mandonismo: Estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 351.

lavradores, artistas, oficiais de pedreiro, negociantes, de sujeitos pertencentes às camadas pobres da população – às autoridades responsáveis pelo ensino público.

Nesse momento, cada vez mais, “a relação entre a alfabetização e a profissão se revelava decisiva”.<sup>1211</sup> Os pais de família, certamente, concebiam a instrução como “um trunfo considerável para o trabalho e a contratação: é escrevendo que se fica sabendo onde estão os bons empregos, é pelo correio que se recebe o dinheiro necessário à viagem, é por carta que se combinam as condições de trabalho”.<sup>1212</sup> Na imprensa, muitos são os anúncios que trazem a exigência de instrução, ainda que elementar, como requisito para o exercício de determinadas atividades como a de caixeiro. Frequentemente, era veiculada nos jornais a necessidade de prestação de serviços no comércio, nas tipografias de periódicos, seja em seu próprio escritório tipográfico ou na distribuição e venda de jornais.<sup>1213</sup> Assim, os anúncios informavam da necessidade de “rapazinhos” de quinze para dezesseis anos que tivessem “muito bom comportamento” e que soubessem ler e escrever, para trabalhar no Hotel Ponciano;<sup>1214</sup> de um menino de 8 a 12 anos para o Portella;<sup>1215</sup> e de um menino de 12 a 15 anos, que tenha boa letra e saiba contar. “Prefere-se um que não more aqui na capital. Loja do Maracanã, Leite Barbosa & Irmão”.<sup>1216</sup> As exigências de ter boa letra, saber escrever ou contar, como requisito para se conseguir tal tarefa, são claros indícios de que “a escrita ocupou, numa população que, embora sua maioria não fizesse uso cotidiano, um lugar privilegiado, porque assegurava uma função de confiança e reserva; podendo ser utilizada mesmo quando nem sempre se tinha o modo de empregá-la”.<sup>1217</sup>

Atentos à relação entre instrução e trabalho, é possível assegurar o seguinte: quando os pais não dispunham dos recursos necessários para garantir a frequência dos filhos na instrução primária e nas aulas particulares, acabavam, muitas vezes, entregando-os a terceiros a fim de

<sup>1211</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 275.

<sup>1212</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 280. Talvez, pelo fato de precisarem minimamente dos conhecimentos de leitura, escrita e conta para assim negociarem as vendas, aspectos que várias atividades exigiam como a de caixeiro, essas aulas contassem muitas vezes com mais de 220 alunos, com frequência e adiantamento de 90 a 120, destes, um número de mais de 80 havia entrado sem qualquer conhecimento nas matérias do ensino elementar.

<sup>1213</sup> “Para distribuir e vender o *Libertador*, precisa-se de dois meninos que saibam ler e escrever e que tenham bom comportamento”. *Libertador*, 18 mar. 1884, Anúncios, n. 61, p. 3, 3 col. Esse anúncio é veiculado em todo o mês de abril, maio e junho de 1884.

<sup>1214</sup> Cearense, 8 jan. 1888, n. 06, p. 2, 5 col; Cearense, 14 jun. 1885, n. 106, p. 3, 5 col.

<sup>1215</sup> *Libertador*, 29 jan. 1886, n. 24, Anúncios, p. 3, 6 col.

<sup>1216</sup> *Libertador*, 23 jan. 1886, n. 19, Anúncios, p. 3, 3 col.

<sup>1217</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 282.

que pudessem receber os rudimentos de leitura e escrita, em troca igualmente do aprendizado e exercício de algum ofício, como veiculado no jornal “A Liberdade”, de 5 de março de 1864.

Desapareceu no dia 17 de fevereiro próximo findo da casa do abaixo assinado, um menino menor de idade, seu aprendiz de nome João, até esta data ainda não é aparecido; e como se desconfia que o dito menino esteja em casa de alguma pessoa, nesta cidade ou nos arrabaldes dela, visto ser encarregado de dar conta dele a sua mãe, que lhe entregou por sua própria vontade para lhe ensinar o ofício de alfaiate, a ler e escrever; por isso pede a pessoa que o tiver em sua companhia, que tenha a bondade de entregar, na feira-nova, a Jeronimo Barbosa, ou em casa do abaixo, na rua Imperador.<sup>1218</sup>

Ainda que o anúncio não esteja na categoria de oferta de emprego, é possível observar algumas questões pertinentes. Primeiramente, o fato de que a fuga do aprendiz de alfaiate pode estar relacionada à recusa ao universo do trabalho, da tarefa de se formar em alguma ocupação, ou mesmo das relações que caracterizavam a entrega não apenas da sua mão de obra, mas de sua própria liberdade, aqui entendida como ato de dependência e submissão a uma espécie de “patrão”. Pode-se ainda depreender que, possivelmente, tratava-se de um domicílio chefiado pela figura feminina da mãe, dado que, ao se mencionar a entrega do menino João para a instrução do ofício de alfaiate, bem como a ler e escrever, é ressaltado apenas o seu papel, devolvendo de algum modo a responsabilidade para o seio materno quando se afirma que sua mãe o “entregou por sua própria vontade”. Embora não se saiba qual das partes pesou mais – se a instrução, ainda que elementar, ou o ofício que se passaria a dominar, ou ambos – na decisão de confiar o filho aos cuidados de terceiros, o fato é que além da referida mãe, certamente, não dispor dos meios necessários à garantia da frequência do filho na instrução pública primária e nem nas aulas particulares, seria conveniente tê-los sob a responsabilidade do contratante/preceptor, pois teria comida e vestuário, o que para a família se tornaria um ponto primordial, visto que seria “uma boca a menos” para se preocupar em garantir as necessidades do dia a dia.

Nesse movimento, não faltou quem lançasse proposta para “unir o útil ao agradável”, ou melhor, os interesses do Governo da Província ao da elite agrária que prometia instrução primária baseada na prática agrícola, desde que seus pais lhes entregassem para residir nos lugares onde seriam instruídos. O jornal literário, político e crítico, “O Sol”,<sup>1219</sup> em 26 de

<sup>1218</sup> A Liberdade, 5 mar. 1864, n. 63, p.4, 3 col, Anúncios. O anúncio traz a autoria de Manoel Francisco de S. Pernambuco.

<sup>1219</sup> Era publicado todos os domingos na Tipografia Americana de Theotonio Esteves de Almeida. Fonte: O Sol, 26 out. 1862, n. 299, p.1 e p. 4.

outubro de 1862, publica uma proposta de Domingos José Nogueira Jaguaribe, que inclusive exerceu, no final dessa década, a função de Diretor Geral da Instrução Pública.

O abaixo assinado compromete-se a fazer ensinar a ler, escrever e a contar a alguns meninos de 12 a 16 anos de idade, cujos pais não lhes possam dar essa instrução, com tanto que se lhes sejam entregues para residirem em seu sítio Tusculano nas imediações de Messejana onde serão empregados em trabalho de agricultura proporcionado a suas idades sendo estes interrompidos diariamente a hora que for destinada a aqueles exercícios. Além DESSA, com licença do instrutor primário, alimentação, vestuário, medicações, compêndios e objetos de escrita sem nem um dispêndio de seus pais, dar-se-á aos alunos instrução religiosa se lhes zelara a conduta. Convencido de que a execução da presente proposta é tão vantajosa ao proponente como aqueles a quem é dirigida, o abaixo-assinado lhe da publicidade e roga ao Sr. Juiz de Órfãos que a tome em consideração se achar que pode aproveitar a algum órfão a quem não possa dar melhor destino.<sup>1220</sup> [Grifo do jornal (letras garrafais)]

O abaixo-assinado procurava arregimentar a infância pobre daquelas crianças cujos pais não tinham condições de manter suprindo as necessidades mais básicas do dia a dia, como a alimentação, e a infância desvalida e órfã de muitas crianças à espera de ser entregue a soldada. Embora se colocando quase como uma “causa filantrópica”, a iniciativa do Sr. Jaguaribe expressava claramente as bases que organizavam as relações sociais no interior do sistema paternalista. Ainda que não se possa descartar o fato de que a população pobre também buscava recorrer à proteção dos proprietários de terras e autoridades, fosse na convocação para o trabalho ou mesmo na espera de “ações caridosas”, especialmente nos momentos de crise e escassez, o que importa ressaltar é o lugar reservado à instrução elementar no anúncio. Embora tais medidas constituíssem uma possibilidade para tornar o cotidiano dessas camadas menos sofrido, pois teriam, por certo tempo, ao menos alimentação, vestuário e local para descansar, o que, de fato, era uma boa “vantagem” para os pais, foi a instrução elementar a dimensão que mais ganhou destaque, utilizada inclusive como uma espécie de “cartão postal” para convencer mais facilmente os pais de entregarem seus filhos às mãos das elites camponesas. A esse respeito, é possível assinalar uma questão: ao tomar a instrução como elemento central, o anúncio acaba trazendo indícios seguros de que, naquela época, havia certo interesse das famílias pobres em formar seus filhos aos menos no ensino primário, unindo instrução e trabalho.

Assim, em troca de assistência mínima e de alguns rudimentos de educação formal, essas famílias se colocavam à disposição da elite agrária e comercial. É fato incontestável que a necessidade de comer e beber forçava esses sujeitos a se entregarem a essas poucas possibilidades que lhes eram oferecidas. Porém, não se pode desconsiderar o fato de que as

---

<sup>1220</sup> O Sol, 26 out. 1862, n. 299, A pedido, p. 4, 1 col.



camadas pobres souberam aproveitá-las em prol da instrução de seus filhos. Certamente, para essas crianças, esse seria o único meio que teriam para aprender as primeiras letras. Seria empregando o suor de seu rosto nos trabalhos de agricultura nos sítios ou em fábricas que poderiam ter a chance de ao menos aprender a ler, ou de assinar o próprio nome.

As constantes discussões de que o povo necessitava ser instruído colocavam em xeque também os limites dessa instrução. De modo a “manter todas as coisas em seu lugar, leitura e escrita deveriam permitir que as classes trabalhadoras ‘exercessem seus deveres de sociedade’”.<sup>1221</sup> Naquela época, “a leitura, a escrita, as quatro operações matemáticas, o sistema decimal, além de uma série de condutas higiênicas e morais”,<sup>1222</sup> constituem “saberes necessários ao convívio em uma sociedade que se modernizava e se urbanizava”.<sup>1223</sup> Esses saberes eram necessários ao funcionamento da própria organização familiar, das questões relacionadas ao orçamento e para o exercício de atividades, sobretudo na capital, cuja demanda se tornava cada vez mais frequente nos anúncios de jornais, como já discutido nesta investigação.

As reivindicações por instrução vindas das camadas pobres, pareciam representar também um desejo de fuga do entendimento corrente, qual seja o de que a ignorância intelectual entre o meio popular levaria à degeneração moral. Nesse sentido, esses sujeitos, certamente, almejavam fugir de toda a extensão dos estereótipos que os taxavam de desordeiros, violentos e inclinados aos vícios e maus comportamentos; ou mesmo da desconfiança e pouca atenção dada às reivindicações daqueles que, identificados como analfabetos, eram tomados como sujeitos sem conhecimentos para a direção de vários assuntos e negócios, fossem eles pertencentes ao espaço doméstico ou mesmo relacionados à execução de atividades que exigissem certo grau de instrução, ainda que mínimo. Evidentemente, aspiravam lugar na ordem da moralidade, cujos comportamentos de pacificidade e moderação eram associados ao sujeito alfabetizado, como reiteravam o discurso das elites letradas. Inseridas nessa lógica da escrita e leitura como requisitos para se acessar inúmeras experiências e, ao mesmo tempo, fazer-se ouvido, as camadas pobres pareciam ter compreendido que aqueles que possuíam apenas a sua força física, como muitos trabalhadores, estariam mais sujeitos às precisões diversas; ao mesmo tempo que o domínio desses ensinamentos lhes proporcionariam uma melhor administração de

---

<sup>1221</sup> ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 290.

<sup>1222</sup> COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas do município da corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 53-68, jan.-mar. 2011, p. 56.

<sup>1223</sup> *Ibidem*.

seus haveres, não correndo o risco, inclusive, de serem “facilmente logrados por aqueles que tinham essa vantagem”.<sup>1224</sup>

Sem dúvida, os sujeitos pobres souberam reconhecer a lógica predominante naquela época, que cada vez mais vinculava a instrução ao trabalho, sendo requisito para o exercício de várias atividades ou mesmo de melhores ganhos, numa clara consciência de que aqueles que tinham pouca ou nenhuma qualificação eram os que mais sofriam os reveses de privação das necessidades mais essenciais para garantia do sustento. Mesmo com as tentativas de se construir um sujeito disciplinado àquela ordem, essa população tomou as aulas noturnas como via que estava ao seu alcance, pelo menos oficialmente, para se instruir nos rudimentos de leitura, escrita e aritmética, a ponto de, posteriormente, usarem a seu favor, quando inclusive das exigências de escolas para si e seus filhos, de professores e de livros. Era lendo e escrevendo que também se tornava possível assinar as representações que tratavam dos mais variados assuntos atinentes ao ensino primário, entre eles as reivindicações pelo próprio acesso à instrução.

Registra-se, ao longo da segunda metade do século XIX, que, por saber ler e escrever ou apenas ler, esses sujeitos tiveram maior possibilidade de se envolverem mais diretamente em questões de seu próprio interesse. As funções no interior da Instrução, como era a condição dos que se tornaram professores primários, a assinatura de abaixo-assinados ou mesmo quando no Arraial de Mucuripe o cargo de inspetor era ocupado pelo único pescador que sabia escrever, como registra Juvenal Galeno, em seu relatório no ano de 1865,<sup>1225</sup> essas experiências lhes possibilitaram maior chance de reivindicar necessidades diárias, como os pedidos de socorros públicos, de livros e material escolar, de aberturas de aulas e de mudanças no horário destinado ao ensino primário, que se tornava incompatível com o tempo da execução de tarefas no interior doméstico ou nas atividades de trabalho.

---

<sup>1224</sup> MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], 16ª ed, p. 62.

<sup>1225</sup> CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00163). CX 53 A.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das constatações mais importantes deste estudo foi a de que as ações das camadas pobres, no Ceará, na segunda metade do século XIX, conformavam um conjunto de iniciativas que estavam em confronto com a sociedade oitocentista da época, especialmente com relação aos projetos de educação para as camadas pobres. Para sanar questões como a carência material da instrução pública primária; o frequente desnível entre os valores estabelecidos pela Província para o aluguel de casas e as quantias cobradas em aluguéis de espaços adequados ao funcionamento de escolas; e até a instalação de bibliotecas (inclusive quando associadas à instrução pública, ou seja, uma ação em benefício do “povo”), em todos esses casos, a atuação do governo provincial era considerada como incentivadora e auxiliar, colocando na conta das iniciativas individuais e particulares tal responsabilidade. O fato é que o Estado Provincial despendia recursos para subvencionar as necessidades da iniciativa particular de espaços que serviram mais ao deleite e amadurecimento de uma elite letrada que emergia e se desenvolvia junto à fundação de sociedades, agremiações, colégios e jornais do que mesmo para a formação das camadas desafortunadas. A instrução pública primária sofria com o fechamento de aulas, com a falta de materiais escolares e livros, e as escolas noturnas careciam de uma sistematização e formalização que as organizasse de modo que suas demandas fossem subsidiadas integralmente pelos cofres provinciais.

Nos processos disciplinares abertos contra os professores primários, constatamos que eram as próprias condições de trabalho (ordenados atrasados, carência de material, baixa frequência escolar), as principais causas de inúmeras ações tidas como descumprimento de dever no magistério. A recorrência a outras atividades de trabalho por parte dos mestres primários não se dava tão somente pelas condições de pobreza, mas porque a precariedade da própria Instrução Pública os levava a buscarem outros meios de vida. A busca por exercer outras atividades constituía uma espécie de compensação à insegurança dos ordenados e à insegurança do próprio funcionamento das aulas. Era necessário garantir sua subsistência como forma de poderem cumprir com suas funções de professor. Paradoxalmente, o exercício de outras atividades, em muitos casos, era a forma de esses professores se manterem em sua própria função na Instrução Pública. A abertura de aulas particulares, geralmente, devia-se ao pouco auxílio despendido pelo governo da Província aos alunos que se encontravam na condição de “pobres”. Nessas aulas, os mestres teriam ganhos garantidos e, ainda, poderiam mantê-las sem ter que enfrentar as dificuldades com a falta de material e utensílios que provocava diversos embaraços na realização das aulas.

Um das constatações mais importantes desta pesquisa foi chegar ao entendimento de que o caráter de passividade que as elites dirigentes insistiam em atribuir às camadas pobres, especialmente no que concerne às letras, parecia não se sustentar diante de ações desses sujeitos que demonstravam justamente o contrário. Na condição de analfabeto ou não, de saber assinar apenas o nome ainda que a grafia não fosse corrente ou de pouco deterem a escrita e a leitura, esses sujeitos se fizeram presentes nas acusações contra e a favor de professores, nas solicitações de materiais e livros escolares, na abertura de aulas primárias e escolas noturnas, no aluguel de casas para o funcionamento do ensino primário. As petições endereçadas à Inspetoria e à Diretoria da Instrução e assinadas pela população menos afortunada representaram, muitas vezes, uma espécie de “protesto” contra o indiferentismo do Estado para com a educação dos pobres. Conscientemente, cobravam dos poderes competentes aquilo que lhes era de direito e, quando encontravam inspetores atenciosos às suas reclamações, enxergavam um momento propício a um maior engajamento na luta em favor de seus interesses, aqui no caso, o acesso à instrução formal e possíveis mudanças que deveriam se dar no ensino público primário, como o horário de início e término das aulas.

Constatou-se ainda que a ausência de materiais e utensílios escolares nas aulas, denunciada por inspetores e diretores como sendo resultante mais da falta de zelo dos professores do que mesmo de falhas no necessário fornecimento constante e regular; ou quando taxavam de falta de cumprimento dos deveres o exercício de outras atividades realizadas de forma concomitante ao magistério, eram, na realidade, tentativas de fazer funcionar, por parte dos mestres primários, a própria instrução para os pobres. Os livros que, muitas vezes, os inspetores encontravam nas aulas e, não constando nas listas dos admitidos e adotados para a instrução, eram motivo de advertência aos mestres; ou mesmo quando estes eram acusados de não terem moral por sua casa não ser um ambiente propício à instrução, constituíam, no cotidiano desses professores pobres, tentativas de se inserir na ordem do trabalho e da instrução. O fato é que tais meios fizeram a instrução primária funcionar, ainda que com muita dificuldade, pois essas solicitações possibilitaram maiores chances de as crianças frequentarem ou permanecerem nas aulas. As correspondências revelam que, por inúmeras vezes, as aulas só funcionaram porque pais e professores, todos na condição de pobres, subsidiaram-nas materialmente com o pouco que também possuíam.

A pesquisa também constatou que essas iniciativas eram, antes de tudo, uma ação racional de apetite por aquilo que as autoridades afirmavam ser negligenciado pelas camadas pobres: a instrução. Ao contrário do que as elites políticas e administrativas tanto reiteravam, a instrução ocupava lugar de destaque na vida das camadas pobres.

Os pedidos de fornecimento de materiais escolares mais do que buscar garantir o acesso às camadas menos favorecidas economicamente ou sua continuação no ensino primário, dizem muito mais sobre uma população que parecia ver na instrução o caminho para alguma espécie de melhoria, fosse porque diversas situações como a organização do orçamento doméstico requeriam o aprendizado mínimo de saber operações matemáticas básicas ou porque a instrução de nível primário era exigência, em muitos casos, para o exercício de algum trabalho nos comércios, ou ainda porque constituía requisito indispensável ao aprendizado de algum ofício.

Esses sujeitos reconheciam nas letras, no aprendizado da leitura e da escrita, certa importância a ponto de colocarem os poucos haveres de que eram detentores a serviço do sonho e mesmo da estima de ver seus filhos aprenderem ao menos a ler e a responder uma carta. O certo é que as camadas mais desfavorecidas do interior da Província participaram da manutenção das aulas primárias nas horas do dia e da fomentação de instrução para aqueles que não podiam frequentar no período diurno, marcando interesses e reivindicando o acesso ao ensino primário de caráter noturno. As correspondências da Instrução Pública mostram um mundo de cobranças – por parte de agricultores, lavradores, artistas, oficiais de pedreiro, negociantes, de sujeitos pertencentes às camadas pobres da população – às autoridades responsáveis pelo ensino público.

As reivindicações por instrução vindas dessas camadas, pareciam representar também um desejo de fuga do entendimento corrente de que a ignorância intelectual no meio popular levaria à degeneração moral. Nesse sentido, esses sujeitos, certamente, almejavam fugir de toda a extensão dos estereótipos que os taxavam de desordeiros, violentos e inclinados aos vícios e maus comportamentos; ou mesmo da desconfiança e pouca atenção dada às reivindicações daqueles que, identificados como analfabetos, eram tomados como sujeitos sem conhecimentos para a direção de vários assuntos e negócios, fossem eles pertencentes ao espaço doméstico ou mesmo relacionados à execução de atividades que exigissem certo grau de instrução, ainda que mínimo. Evidentemente, aspiravam lugar na ordem da moralidade, cujos comportamentos de pacificidade e moderação eram associados ao sujeito alfabetizado, como reiterava o discurso das elites letradas. Inseridas nessa lógica da escrita e leitura como requisitos para se acessar inúmeras experiências e, ao mesmo tempo, fazer-se ouvido, as camadas pobres pareciam ter compreendido que aqueles dotados tão somente de sua força física, como muitos trabalhadores, estariam mais sujeitos às precisões diversas.

Sem dúvida, souberam reconhecer a lógica predominante na época, que, cada vez mais, vinculava a instrução ao trabalho, sendo requisito para o exercício de várias atividades ou mesmo de melhores ganhos, numa clara consciência de que aqueles que tinham pouca ou nenhuma

qualificação eram os que mais sofriam os reveses de privação das necessidades mais essenciais para garantia do sustento. Mesmo com as tentativas de se construir um sujeito disciplinado àquela ordem, essa população tomou a instrução pública primária como via que estava ao seu alcance, pelo menos oficialmente, para se instruir nos rudimentos de leitura, escrita e aritmética, a ponto de, posteriormente, usarem a seu favor, quando inclusive das exigências de escolas para si e seus filhos, de professores e de livros. Era lendo e escrevendo que também se tornava possível assinar as representações que tratavam dos mais variados assuntos atinentes ao ensino primário, entre eles as reivindicações pelo próprio acesso à instrução.

## 8 FONTES

### LIVROS ESCOLARES

#### Stanford University Libraries

BORGES, Abílio Cesar. Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, parte: Introdução, p. XVI.

BORGES, Abílio Cesar. Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, parte: Introdução da primeira edição, p. XVII.

BORGES, Abílio Cesar. Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras, Rio de Janeiro; Francisco Alves, Nova Edição, [s.d].

#### Biblioteca Pública Estadual do Ceará

GALENO, Juvenal. Canções da Escola. Ceará: Typographia do Commercio, 1871. Obras Raras/Ceará. 784.5 G153c.

#### Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin

MONTEVERDE, Emilio Achilles. Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 121.

#### Real Gabinete Português de Leitura

JUSSIEU, Laurent. História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras (nova edição correta e emendada). Lisboa: Typographia de Luiz Correia da Cunha Costa do Castelli, 1852. Referência: 11676.

#### Internet Archive

Horas Marianas ou Ofício Menor da SS Virgem Maria Nossa Senhora, instituído, reformado e aprovado pela Santa Igreja e exposto no idioma portuguez para espirital consolação dos que ignorão a língua latina pelo padre Francisco de Jesus Maria Sarmento, ex-geral da nova Congregação da Sagrada Ordem Terceira. Lisboa: Impressão Régia, 1824.

#### Acervo Histórico do Livro Escolar

**(Seção de Bibliografia e Documentação da Biblioteca Pública Monteiro Lobato, equipamento da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo)**

BORGES, Abílio Cesar. Os Lusíadas, poema épico de Luís de Camões, “para uso das escolas brasileiras na qual se acham supressas todas as estâncias que não devem ser lidas pelos meninos”. Bruxelas: Typoghaphia e Lithographia E. Guyot, 1879.

#### Instituto Histórico e Geográfico do Ceará

Biblioteca do Povo e das Escolas (colaborada por escritores portugueses e brasileiros sob a direção de Xavier da Cunha), 15ª série. Lisboa: David Corazzi, 1886. [Setor de Obras Raras]

### **Acervo pessoal**

COSTA, Antonio de Macedo. *Resumo da História Bíblica ou Narrativas do Velho e Novo Testamento*. Suíça: Typographos da Sancta Apostolica/Estabelecimentos Benziger & Co. S. A, 24ª ed, [s/d].

ROQUETE, José Ignacio. *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fiéis*, Pariz: Vª J.-P. Aillaud, Guillard e Cª, [s.d.], 10ª ed. t. 1, capa.

ROQUETE, José Ignácio. *Código de bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Organização Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Título original da primeira edição de 1845.

BARROSO, J. L. **A instrução pública no Brasil**. Organização: Elomar Tambara e Eduardo Arriada. Pelotas: Seiva, 2005.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

### **Biblioteca da Casa Juvenal Galeno**

BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino secundário e superior*. **Obras completas**. Vol. X, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, p. 361.

### **LIVROS**

#### **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**

BORGES, Abílio Cesar. *Plano de estudos e estatutos do Colégio Abílio fundado na Corte do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1872.

BORGES, Abílio Cesar. *Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade (extraído do O Globo)*. Rio de Janeiro: Tipografia Cinco de Março, 1876.

BORGES, Abílio Cesar. *Vinte e dois anos de propaganda em prol da elevação dos estudos no Brasil (Fragmentos publicados no Jornal do Comercio em 1880)*. Bruxelas: Tipografia e Litografia E. Guyot, 1884.

### **LIVROS**

#### **Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB)**

Dicionário Bio-bliográfico do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). Disponível em: [http://www.cdpb.org.br/dic\\_bio\\_bibliografico\\_cavalcantiamaro.html](http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_cavalcantiamaro.html).

#### **Biblioteca Pública Estadual do Ceará**



Primeiro Synodo Diocesano Fortalixiense celebrado na respectiva Igreja Cathedral nos dias 31 de janeiro, 1º e 2 de fevereiro de 1888. Typografia Economica, Praça do Ferreira, nº 43, p. 11 e 12 (Obras Raras/Ceará, 262.5 V 657s, 1 ed. Ex. 1).

### **INVENTÁRIO (Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC)**

Inventário de Angélica Alexandrina de Oliveira, Cartório de Órfãos, Fortaleza/CE, Pacote 33, processo 16, 1870, Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

Joaquim José de Oliveira, Cartório de Órfãos, Fortaleza/Ce, Pacotilha 36, Processo 09, 1904, Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. (Partilha Amigável de Bens, nº antigo: 36/09, nº novo: 15, CX 3).

Inventário de Gualter Rodrigues Silva, Cartório de Órfãos, Fortaleza/Ce, 1892, Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. (Inventariante: Izabel Rabelo da Silva, nº antigo: 122/02, nº novo: 6, CX 72).

### **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ**

VALDEZ, Alba. Uma grande figura da História Educacional Cearense. Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXII, p. 166-79, s/d.

### **AVISOS MARÍTIMOS E MOVIMENTO DA ALFÂNDEGA**

Jornais Cearense e Libertador da década de 1880

### **CORRESPONDÊNCIAS (FUNDO DO PALÁCIO EPISCOPAL DO CEARÁ)**

CEARÁ, Governo da Província, Palácio Episcopal, Freguesias Cearenses, 1873. Disponível: APEC, Fundo: Palácio Episcopal do Ceará. Grupo: Vigários das freguesias do Ceará. Série: Ofícios expedidos pelas diversas freguesias cearenses. Data: 16 de dezembro de 1873. Caixa 02, pacotilha. 26.

CEARÁ, Governo da Província, Palácio Episcopal, Freguesias Cearenses, 1889. Disponível: APEC, Fundo: Palácio Episcopal do Ceará. Grupo: Vigários das freguesias do Ceará. Série: Ofícios expedidos pelas diversas freguesias cearenses. Data: 16 de dezembro de 1889. Caixa 02, pacotilha. 39.

CEARÁ, Governo da Província, Palácio Episcopal, Freguesias Cearenses, 1889. Disponível: APEC, Fundo: Palácio Episcopal do Ceará. Grupo: Vigários das freguesias do Ceará. Série: Ofícios expedidos pelas diversas freguesias cearenses. Data: 16 de novembro de 1889. Caixa 02, pacotilha. 37.

## **RECENSEAMENTO DE POPULAÇÃO (Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC)**

Arrolamento da população de Fortaleza realizado em 1887. Documento pertencente ao Fundo Chefatura de Polícia, Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC. Livros: 355, 382, 383, 384, 444.

## **RECENSEAMENTO DE POPULAÇÃO (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB)**

Recenseamento da População do Império de 1872 (IHGB). Disponível em: Recenseamento da População do Império de 1872. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)

## **LEGISLAÇÃO**

BRASIL. Decreto de número 7.031, de 6 de setembro de 1878. Câmara dos Deputados. (“Cria cursos noturnos para adultos nas escolas públicas de instrução primária de 1º grau do sexo masculino na Corte”). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>. Acesso em: 9 de novembro de 2023.

BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. Título V, Dos Crimes contra a boa Ordem e Administração Pública, Capítulo I, Prevaricações, abusos, e omissões dos empregados públicos, Seção I, Prevaricação, Art. 129, § 8. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acesso em: 2 de outubro de 2023.

CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881), Seção I, “Do inspetor Geral da Instrução Pública, Artigos: 1, 2, 3, 14, 19, 36, 39, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 107, 109, V. 3. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006. CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará. “Regime e método escolar”, Art. 14, § 2. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará: Império e República**, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

Regulamento da Instrução Primária de 1905, Art. 1, 84, 85, 89, 90. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará: Império e República**, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

CEARÁ. Resolução n. 1.042, de 9 de dezembro de 1862. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará: Império e**

República, p. 27, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006,

CEARÁ. Resolução Nº 1.136, de 5 de dezembro de 1864, V. 3, p. 29 (Leis de reforma da Instrução Pública). *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

CEARÁ. Resolução nº 1.381, de 23 de dezembro de 1870. Art. 1, p. 34. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará: Império e República**, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

CEARÁ. Lei nº 1.790, de 28 de dezembro de 1878. Art. 1, p. 37. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará: Império e República**, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006.

CEARÁ. Resolução Nº. 1.381, de 23 de dezembro de 1870. *In*: VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). **Documentos de política educacional do Ceará: Império e República**, v. 3, Leis de Reforma da Educação no Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, 2006, p. 27, Art. 1, § 12, p. 35.

## RELATÓRIO DE PRESEIDENTE DE PROVÍNCIA

Relatório com que o Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1881. Fontes: Cearense, 27 de julho de 1881, n. 157, Parte Oficial – Governo da Província, p. 1, 1 col; Cearense, 30 de julho de 1881, Noticiário, n. 160, p. 2, 3 col.

## JORNAIS

### CEARENSE

Cearense, 25 jun. 1861, n. 1452, Anúncios, p. 4, 4 col.

Cearense, 5 fev. 1864, n. 1644, Anúncios, p. 4, 2 col.

Cearense, 15 mar. 1864, n. 1652, Anúncios, p. 4, 4 col.

Cearense, 28 jun. 1864, n. 1681, p. 1, 3 col, Colaboração, A instrução pública no Ceará.

Cearense, 19 jul. 1864, n. 1687, p. 4, 4 col, Anúncios.

Cearense, 8 nov. 1864, n. 1735 p. 4, 1 col, Anúncios.

Cearense, 2 fev. 1865, n. 1785, Anúncios, p. 4, 4 col.

Cearense, 9 fev. 1865, n. 1786, Aviso, p. 4, 3 e 4 col.

Cearense, 21 fev. 1865, n. 1791, Parte Oficial, p. 2, 1 col.

Cearense, 16 maio 1866, n. 2087, Comércio, p. 4, 1 col.

Cearense, 10 jun. 1866, Anúncios, n. 2108, p. 4, 1 col.

Cearense, 15 abr. 1865, n. 1812, p. 4, 4 col, Anúncios.

Cearense, 11 maio 1865, n. 1823, p. 4, 4 col, Anúncios.

- Cearense, 26 jun. 1866, n. 2120, p. 4, 1 col, Anúncios.
- Cearense, 5 set. 1867, n. 2459, Anúncios, p. 3, 3 col.
- Cearense, 11 abr. 1869, Anúncios, n. 00077, p. 4, 2 col.
- Cearense, 6 out. 1871, n. 151, p. 4, 4 col, Anúncios.
- Cearense, 29 dez. 1871, n. 148, Noticiário, p. 2, col.
- Cearense, 23 jan. 1873, n. 7, p. 4, 3 col.
- Cearense, 27 abr. 1873, n. 33, Noticiário, p. 2, 2 col.
- Cearense, 4 jan. 1874, n. 2, Anúncios, p. 4, 3 col.
- Cearense, 4 jan. 1874, n. 2, Anúncios, p. 6, 2 col.
- Cearense, 4 jan. 1874, n. 2, p. 5, 2 col.
- Cearense, 18 jan. 1874, n. 6, p. 6, 4 col, Anúncios.
- Cearense, 22 jan. 1874, n. 7, p. 6, 4 col, Anúncios.
- Cearense, 25 jan. 1874, n. 8, p. 6, 2 col.
- Cearense, 29 jan. 1874, n. 9, p. 6, 4 col, Anúncios.
- Cearense, 15 fev. 1874, n. 14, p. 5, 4 col, Anúncios.
- Cearense, 1º fev. 1874, n. 14, Anúncios, p. 5, 4 col.
- Cearense, 26 fev. 1874, n. 17, Noticiário, p. 2, 2 col.
- Cearense, 12 mar. 1874, n. 21, Noticiário, p. 2, 3 col.
- Cearense, 25 mar. 1874, n. 25, p. 5, 3 col, Anúncios.
- Cearense, 29 mar. 1874, n. 26, p. 3, 4 col, Noticiário.
- Cearense, 29 mar. 1874, n. 26, p. 3, 3 col, Noticiário, Imprensa.
- Cearense, 16 abr. 1874, n. 31, Noticiário, p. 3, 4 col.
- Cearense 26 abr. 1874, n. 34.
- Cearense, 31 maio 1874, n. 44, p. 2, 3 col, Noticiário.
- Fraternidade, 9 jun. 1874, n. 30, p. 3, Diversos.
- Cearense, 10 jun. 1875, n. 45, anúncios, p. 4, 3 col.
- Cearense, 29 jul. 1875, n. 59, p. 2, 4 col, Escola Popular.
- Cearense, 13 set. 1874, n. 74, p. 3, 2 col, Noticiário.
- Cearense, 20 set. 1874, n. 76, p. 4, 1 col, Noticiário.
- Cearense, 1º out. 1874, n. 80, p. 4, 4 col, Anúncios.
- Cearense, 26 nov. 1874, n. 97, Noticiário, p. 3, 1 col.
- Cearense, 31 out. 1875, n. 86, Anúncios, p. 3, 3 col.
- Cearense, 20 maio 1875, n. 39, Publicações solicitadas, p. 4, 1 col.
- Cearense, 20 maio 1875, n. 39, Publicações solicitadas, p. 4, 1 col.
- Cearense, 6 jun. 1875, n. 44, p. 2, 3 col, Noticiário, Imprensa.
- Cearense, 20 jun. 1875, n. 48, p. 2, 3 col, Noticiário.
- Cearense, 29 ago. 1875, n. 68, Anúncios, p. 4, 4 col.
- Cearense, 24 set. 1875, n. 84, p. 3, 3 col, Noticiário.
- Cearense, 31 out. 1875, n. 86, p. 3, 3 col, Anúncios.
- Cearense, 13 jan. 1876, n. 4, p. 5, 2 e 3 col, Anúncios.
- Cearense, 13 jan. 1876, n. 4, p. 6, 1 col, Anúncios.
- Cearense, 20 fev. 1876, n. 15, p. 4, 3 col, Anúncios, A livraria de Joaquim José de Oliveira & Cia recebeu.
- Cearense, 5 mar. 1876, n. 19, p. 6, 1 col.
- Cearense, 9 mar. 1876, n. 20, Noticiário, p. 2, 4 col.
- Cearense, 12 mar. 1876, n. 21, Anúncios, p. 5, 1 col.
- Cearense, 12 mar. 1876, n. 21, Anúncios, p. 5, 2 col.
- Cearense, 19 mar. 1876, n. 23, p. 5, 2 col, Anúncios.
- Cearense, 19 abr. 1876, n. 32, p. 4, 1 col. Cearense, 28 de maio de 1876, n. 49, p. 4, 3 col.

- Cearense, 28 abr. 1876, n. 36, Anúncios, p. 4, 1 col.  
Cearense, 28 jul. 1876, n. 73, Noticiário, p. 3, 2 col.  
Cearense, 15 set. 1876, n. 94, Noticiário, p. 2, 4 col.  
Cearense, 17 set. 1876, n. 124, Noticiário, p. 2, 4 col.  
Cearense, 3 dez. 1876, n. 119, Noticiário, p. 3, 2 col.  
Cearense, 31 maio 1877, n. 46, Noticiário, p. 2, 2 col.  
Cearense, 10 jun. 1877, n. 49, p. 5, 1 col, Acaba de chegar a livraria Joaquim José de Oliveira & Cia.  
Cearense, 1º jul. 1877, n. 55, Noticiário, p. 2, 4 col.  
Cearense, 1º jul. 1877, n. 55, p. 3, 1 col.  
Cearense, 5 jul. 1877, n. 56, p. 2, 4 col, Noticiário  
Cearense, [data rasurada] set. 1877, n. 73, p. 3, 4 col.  
Cearense, [sem a página da data] dez. 1877, n. 104, p. 4, 2 col, publicações solicitadas.  
Cearense, 18 nov. 1877, seção Noticiário, n. 97, p. 3, col 1.  
Cearense, 4 dez. 1877, n. 101, Noticiário (Obituário), p. 6, 2 col.  
Cearense, 5 jan. 1879, n. 2, Noticiário (obituário), p. 2, 4 col.  
Cearense, 26 jan. 1879, n. 9, Anúncios, p. 4, 2 col.  
Cearense, 8 ago. 1879, n. 84, Noticiário, p. 2, 3 col.  
Cearense, 31 ago. 1879, Ceará – Assembleia Legislativa Provincial, n. 94, p. 2 e 3.  
Cearense, 22 fev. 1880, n. 18, p. 1, 1 col, Parte oficial, governo da província, expediente do dia 12 de fevereiro de 1880;  
Cearense, 16 abr. 1880, n. 40, p. 4, 2 e 3 col, Anúncios.  
Cearense, 12 maio 1880, n. 51, Noticiário, p. 1, 3 col.  
Cearense, 5 jun. 1880, n. 61, p. 1, 2 col.  
Cearense, 10 jun. 1880, n. 62, p. 1, 3 col, Noticiário.  
Cearense, 10 jun. 1880, n. 62, p. 2, 1 col.  
Cearense, 10 jun. 1880, n. 62, p. 1, 3 col, Noticiário.  
Cearense, 13 jun. 1880, n. 63, Noticiário, p. 1, 2 e 3 col.  
Cearense, 17 jun. 1880, n. 64, p. 2, 4 col e p. 3, 1 e 2 col.  
Cearense, 22 jul. 1880, n. 74, Anúncios, p. 4, 3 col.  
Cearense, 25 ago. 1880, Noticiário, n. 88, p. 2, 4 col.  
Cearense, 17 set. 1880, n. 97, p. 2, 3 col, Noticiário.  
Cearense, 3 set. 1880, n. 92, Parte Oficial, p. 1, 2 col.  
Cearense, 4 nov. 1880, n. 128, p. 4, 3 col.  
Cearense, 5 nov. 1880, n. 129, p. 2, 2 col, Noticiário.  
Cearense, 28 nov. 1880, n. 149, p. 1, Parte Oficial, Governo da Província, Relação nominal dos menores que tiveram praça na Companhia de Aprendizes Marinheiros no 1º de setembro a 16 de novembro de 1880  
Cearense, 30 nov. 1880, n. 150, Anúncios, p. 3, 4 col.  
Cearense, 14 dez. 1880, n. 160, Anúncios, p. 4, 2 col.  
Cearense, 21 dez. 1880, n. 166, p. 3, 3 col.  
Cearense, 23 jan. 1881, n. 17, p. 4, 4 col.  
Cearense, 30 jan. 1881, n. 23, p. 5, 1 col.  
Cearense, 19 fev. 1881, n. 39, p. 4, 3 col, Anúncios.  
Cearense, 19 fev. 1881, n. 39, p. 4, 3 col, Anúncios.  
Cearense, 19 abr. 1881, n. 80, Noticiário, p. 2, 5 col.  
Cearense, 27 abr. 1881, n. 89, p. 4, 1 e 4 col.  
Cearense, 4 maio 1881, n. 93, p. 4, 2 col.  
Cearense, 14 maio 1881, n. 102, p. 4, 1 col.

- Cearense, 23 jul. 1881, n. 154, p. 3, 5 col, Anúncios.
- Cearense, 30 jul. 1881, Noticiário, n. 160, p. 2, 3 col.
- Cearense, 27 jul. 1881, n. 157, Parte Oficial – Governo da Província, p. 1, 1 col.
- Cearense, 31 jul. 1881, n. 161, p. 1, 1 col, Parte Oficial.
- Cearense, 31 jul. 1881, n. 161, p. 2, 4 col, Noticiário.
- Cearense, 2 ago. 1881, n. 162, p. 3, 4 col, Noticiário.
- Cearense, 4 set. 1881, n. 190, p. 1, 2 col, Parte Oficial.
- Cearense, 14 set. 1881, n. 196, Noticiário, p. 3, 1 col.
- Cearense, 23 dez. 1881, n. 278, p. 2, 1 col, Reform Club.
- Cearense, 19 jan. 1882, n. 15, p. 4, 4 col.
- Cearense, 2 mar. 1882, n. 47, p. 3, 4 col.
- Cearense, 2 mar. 1882, n. 47, p. 3, 3 col.
- Cearense, 3 maio 1882, n. 94, Noticiário, p. 1, 2 col.
- Cearense 13 jul. 1883, n. 146, p. 1, 1 col, Parte Oficial, governo da Província, expediente da presidência do dia 9 de julho.
- Cearense, 13 jul. 1883, n. 146, Anúncios, p. 4, 1 col.
- Cearense, 25 jul. 1883, n. 156, Noticiário, p. 2, 2 col.
- Cearense, 1º ago. 1883, n. 162, Parte Oficial, p. 1, 1 col.
- Cearense, 27 set. 1883, n. 206, anúncios, p. 4, 3 col.
- Cearense, 4 jan. 1884, n. 2, p. 3, 1 e 3 col, Anúncios.
- Cearense, 5 jan. 1884, n. 3, p. 3, 3 col.
- Cearense, 17 jan. 1884, n. 13, p. 3, 4 col.
- Cearense, 2 fev. 1884, anúncios, p. 4, 1 col.
- Cearense, 2 mar. 1884, n. 49, p. 1, Aviso, 5 col.
- Cearense, 2 mar. 1884, n. 49, p. 1, Aviso, 5 col.
- Cearense, 15 mar. 1884, n. 60, Anúncios, p. 3, 2 col.
- Cearense, 2 mar. 1884, n. 49, p. 2, 5 col;
- Cearense, 21 jun. 1884, n. 132, Noticiário, p. 2, 3 col.
- Cearense, 31 jul. 1884, n. 165, Anúncios, p. 3, 5 col.
- Cearense, 1º ago. 1884, n. 166, Anúncios, p. 3, 4 col.
- Cearense, 24 ago. 1884, n. 185, Noticiário, p. 2, 1 col.
- Cearense, 14 ago. 1884, n. 177, Noticiário, p. 1, 3 col.
- Cearense, 3 dez. 1884, n. 269, p. 3, 3 col.
- Cearense, 30 dez. 1884, n. 290, p. 4, 3 col. Anúncios.
- Cearense, 4 fev. 1885, n. 25, p. 4, 3 col.
- Cearense, 25 mar. 1885, n. 46, Noticiário, p. 1, col.
- Cearense, 30 abr. 1885, n. 70, p. 3, 4 col, Anúncios.
- Cearense, 30 abr. 1885, n. 70, p. 3, 4 col, Anúncios.
- Cearense, 1º maio 1885, n. 71, p. 4, 1 col.
- Cearense, 13 maio 1885, n. 81, p. 2, 1 col, Biblioteca Doméstica.
- Cearense, 23 maio 1885, n. 89, p. 1, 4 col, Biblioteca Doméstica.
- Cearense, 14 maio 1885, n. 82, p. 3, 2 col;
- Cearense, 18 jun. 1885, n. 109, p. 2, 5 col, Publicações solicitadas.
- Cearense, 3 jun. 1885, p. 3, 3 col.
- Cearense, 26 jun. 1885, n. 115, p. 2, 3 col, Biblioteca Doméstica
- Cearense, 14 jun. 1885, n. 106, p. 3, 5 col.
- Cearense, 25 jul. 1885, n. 139, p. 3, 1 col, Anúncios.
- Cearense, 2 out. 1885, n. 196, Noticiário, p. 1, 4 col.

- Cearense, 21 out. 1885, n. 112, p. 2, 3 col, Anúncios.
- Cearense, 3 jul. 1886, n. 145, Noticiário, p.1, 4 col.
- Cearense, 4 jul. 1886, n. 146, Noticiário, p. 1, 4 col.
- Cearense, 1º jul. 1886, n. 143, anúncios, p. 3, 3 col.
- Cearense, 7 jul. 1886, n. 148, p. 3, 1 col, Noticiário.
- Cearense, 1º ago. 1886, n. 170, Noticiário, p. 1, 4 col.
- Cearense, 8 jan. 1887, n. 5, p. 1, 1 col, Noticiário, Agressão.
- Cearense, 14 jan. de 1887, n. 10, p. 2, 5 col.
- Cearense, 15 jan. 1887, n. 11, p. 1, 4 col, Noticiário, Despachos da presidência.
- Cearense, 4 set. 1887, n. 198, Publicações solicitadas, p. 2, 4 col.
- Cearense, 8 jan. 1888, n. 06, p. 2, 5 col.
- Cearense, 8 fev. 1888, n. 31, p. 1, Noticiário.
- Cearense, 17 abril 1888, n. 85, p. 1, 5 col, Biblioteca Universal.
- Cearense, 15 maio 1888, n. 108, p. 2, 3 col.
- Cearense, 21 set. 1888, n. 215, Noticiário, p. 1, 1 e 2 col.
- Cearense, 3 out. 1888, n. 225, Noticiário, p. 2, 1 col.
- Cearense, 4 dez. 1888, n. 277, p. 3, 2 col, Novidade.
- Cearense, 11 dez. 1888, n. 282, capa, 3 col, Noticiário – Campo Grande.
- Cearense, 18 abr. 1889, n. 87, p. 2, 5 col.
- Cearense, 13 set. 1889, n. 206, p. 3, 1 col.
- Cearense, 19 jan. 1889, n. 16.
- Cearense, 29 maio 1889, n. 120, Noticiário, p. 1, 4 col.
- Cearense, 18 set. 1889, n. 210.
- Cearense, 19 set. 1889, n. 211.
- Cearense, 26 set. 1889, n. 217, p. 1, 2 col.
- Cearense, 17 jan. 1890, n. 13. P. 3, 3 col, Anúncios – Ensino particular.
- Cearense, 14 jan. 1890, n. 10, p. 3, 2 col.
- Cearense, 19 abr. 1890, n. 85, Biblioteca Universal.
- Cearense, 27 abr. 1890, n. 91.
- Cearense, 10 maio 1890, n. 102, p. 4.
- Cearense, 10 maio 1890, n. 102, p. 3, 1 col.
- Cearense, 20 maio 1890, n. 109, p. 3, 1 col, Livros Baratos.
- Cearense, 23 maio 1890, n. 112, p. 3, 2 col, Encadernação.
- Cearense, 21 jun. 1890, n. 136, p. 1, 4 col, Biblioteca Universal.
- Cearense, 10 jul. 1890, n. 151, p. 2, 5 col.
- Cearense, 29 jul. 1890, n. 167, p. 2, 3 col, Biblioteca Universal.
- Cearense, 28 jun. 1890, n. 141, p. 1, 2 col, Escola Noturna.
- Cearense, 2 jul. 1890, n. 144, p. 2, 5 col, Aula noturna.
- Cearense, 11 jul. 1890, n. 152, p. 2, 2 col.
- Cearense, 14 ago. 1890, n. 206, p. 3, 1 col.
- Cearense, 2 dez. 1890, n. 259, p. 1, 4 col, Biblioteca Universal.
- Cearense, 20 dez. 1890, n. 274, p. 3, 2 col.
- Cearense, 6 dez. 1890, n. 263, p. 2, 4 col, Escola noturna da Sociedade Beneficente Popular 20 de abril.
- Cearense, 13 mar. 1891, n. 53, p. 2, 4 col, Noticiário.
- Cearense, 20 out. 1891, n. 217, p. 2, 5 col.

## **LIBERTADOR**

- Libertador, 5 mar. 1864, n. 63, p. 4, 3 col, Anúncios.  
 Libertador, 6 ago. 1884, n. 160, Tribuna do povo, p. 3, 2 col.  
 Libertador, 28 set. 1881, n. 19, p. 2, 1 col.  
 Libertador, 2 nov. 1882, n. 1, p. 3, 4 e 5 col, Seção Comercial: importação.  
 Libertador, 11 jul. 1883, n. 147, Gazetinha, p. 2, 3 col.  
 Libertador, 28 jul. 1883, Tribuna do povo, n. 162, p. 3, 3 col.  
 Libertador, 17 set. 1883, n. 202, p. 3, 4 col, Tribuna do Povo.  
 Libertador, 22 set. 1883, n. 207, p. 2, col 3.  
 Libertador, 22 set. 1883, n. 207, p. 2, 4 col.  
 Libertador, 8 out. 1883, n. 220, p. 2, 4 col, Gazetilha.  
 Libertador, 15 out. 1883, n. 226 p. 2, 5 col, Gazetilha.  
 Libertador, 19 out. 1883, n. 230, p. 3, 4 col.  
 Libertador, 20 out. 1883, n. 231, p.2, 6 col, Gazetilha.  
 Libertador, 27 out. 1883, n. 237, p. 2, 5 col, Gazetilha.  
 Libertador, 29 out. 1883, n. 238, p. 3, 5 col, Tribuna do Povo, Instrução pública, conferência.  
 Libertador, 16 ago. 1883, n. 177, Anúncios, p. 4, 3 col.  
 Libertador, 18 ago. 1883, Seção Comercial, n. 179, p. 3, 3 col.  
 Libertador, 1º ago. 1883, Seção Comercial, n. 165, p. 3, 2 col.  
 Libertador, 20 ago. 1883, Anúncios, n. 180, p. 1, 2. col.  
 Libertador, 22 set. 1883, n. 207, p. 3, 2 col, Seção Comercial.  
 Libertador, 25 set. 1883, n. 209, p. 3, 4 col, Tribuna do Povo.  
 Libertador, 5 set. 1883, n. 194, p. 3, 3 col. Seção Comercial.  
 Libertador, 6 nov. 1883, n. 243, p. 3, 3 col.  
 Libertador, 4 dez. 1883, n. 267, p. 1, 1 col.  
 Libertador, 17 mar. 1884, p. 2, 5 col, Gazetilha, O livro das escolas.  
 Libertador, 18 mar. 1884, n. 61, Gazetilha, p. 2, 4 col.  
 Libertador, 17 mar. 1884, n. 60, p. 2, 5 col, Gazetilha.  
 Libertador, 17 mar. 1884, n. 60, p. 3, 5 col, Anúncios, o livro das escolas.  
 Libertador, 18 mar. 1884, Anúncios, n. 61, p. 3, 3 col.  
 Libertador, 8 abr. 1884, n. 69, p. 1, 1 col.  
 Libertador, 15 abr. 1884, n. 72, p. 2, 2 col, Gazetilha, “Citada como Velhaca”.  
 Libertador, 8 maio 1884, Seção Comercial, n. 91, p. 3, 3 col.  
 Libertador, 21 maio 1884, n. 102, p. 3, 6 col, Anúncios, Escola Normal.  
 Libertador, 21 jun. 1884, n. 126, p. 2, 5 col, Gazetilha.  
 Libertador, 9 jun. 1884, Seção Comercial, n. 116, p. 3, 4 col.  
 Libertador, 10 jun. 1884, Seção Comercial, n. 117, p. 3, 2 e 3 col.  
 Libertador, 11 jun. 1884, n. 118, p. 3, 1 col, Seção Comercial.  
 Libertador, 10 jul. 1884, n. 140, p. 1, 3 col.  
 Libertador, 25 jul. 1884, Anúncios, n. 152, p. 3, 4 col.  
 Libertador, 13 ago. 1884, Gazetilha, Instrução ao povo, n. 166, p. 1, 2 col.  
 Libertador, 11 set. 1884, Seção Comercial, n. 188, p. 3, 2 col.  
 Libertador, 25 set. 1884, n. 199, p. 3, 1 col, Seção Comercial.  
 Libertador, 6 out. 1884, n. 208, Gazetinha, “Pela maçonaria”, p. 2, 2 col.  
 Libertador, 21 nov. 1884, Anúncios, n. 244, p. 3, 5 col.  
 Libertador, 28 jul. 1885, Anúncios, n. 29, p. 4, 2 col.  
 Libertador, 8 jan. 1886, n. 6, Anúncios, p. 4, 5 col.  
 Libertador, 9 jan. 1886, n. 7, p. 4, 3 col.  
 Libertador, 12 jan. 1886, n. 9, p. 3, 6 col.



Libertador, 15 jan. 1886, n. 12, p. 4, 3 col, Anúncios.  
 Libertador, 9 jan. 1886, n. 7, p. 3, 6 col.  
 Libertador, 9 jan. 1886, n. 7, p. 4, 3 col.  
 Libertador, 15 jan. 1886, n. 12, Anúncios, p. 4, 5 col.  
 Libertador, 15 jan. 1886, n. 12, Anúncios, p. 4, 5 col.  
 Libertador, 16 jan. 1886, n. 13, p. 1.  
 Libertador, 29 jan. 1886, n. 24, Anúncios, p. 3, 6 col.  
 Libertador, 23 jan. 1886, n. 19, Anúncios, p. 3, 3 col.  
 Libertador, 27 jan. 1886, n. 22, Anúncios, p. 3, 6 col.  
 Libertador, 28 jan. 1886, n. 23, Anúncios, p. 3, 6 col.  
 Libertador, 28 jan. 1886, n. 23, Anúncios, p. 3, 6 col.  
 Libertador, 10 fev. 1886, n. 33, Anúncios, p. 3, 4 col.  
 Libertador, 22 jun. 1886, n. 139, p. 2, 5 col.  
 Libertador, 9 jun. 1886, n. 128, p. 3, 4 col.  
 Libertador, 9 jan. 1886, n. 7, p. 4, 3 col.  
 Libertador, 6 fev. 1886, n. 30, Anúncios, p. 3, 4 col.  
 Libertador, 15 fev. 1886, n. 37, p. 3, 3 col.  
 Libertador, 19 fev. 1886, n. 41, p. 3, 3 col.  
 Libertador, 11 fev. 1887, Seção Comercial, n. 42, p. 3, 3 e 4 col.  
 Libertador, 12 fev. 1887, Seção Comercial, n. 43, p.3, 4 e 5 col.  
 Libertador, 13 fev. 1887, Anúncios, n. 44, p. 3, 6 col.  
 Libertador, 17 fev. 1887, Anúncios, n. 48, p. 4, 4 col.  
 Libertador, 1º dez. 1887, n. 331, p. 4, 4 col, Anúncios.  
 Libertador, 25 dez. 1887, Anúncios, n. 355, p. 3, 6 col.  
 Libertador, 6 abr. 1888, Anúncios, n. [ilegível], p. 4, 5 col.  
 Libertador, 8 abr. 1888, n. 1, p. 4, 3 col.  
 Libertador, 9 abr. 1888, n. 2, p. 3, 1 col, Guia da cidade.  
 Libertador, 4 fev. 1890, n. 30, p. 1, 3 col.

## A CONSTITUIÇÃO

A Constituição, 12 nov. 1864, n. 216, p. 3, 4 col.  
 A Constituição, 22 out. 1865, n. 236, p. 4, 2 col, Anúncios.  
 A Constituição, 28 jul. 1865, n. 1865, 166, p. 3, 2 col, Anúncios.  
 A Constituição, 29 ago. 1865, n. 192, p. 3, 4 col, Anúncios.  
 A Constituição, 26 nov. 1865, n. 263, p. 3, 3 col, Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira.  
 A Constituição, 26 nov. 1865, n. 263, p. 3, 3 col, Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira.  
 A Constituição, 6 mar. 1866, n. 44, p. 4, 3 e 4 col, Livraria e papelaria de Joaquim José de Oliveira: obras para instrução primária.  
 A Constituição, 11 dez. 1870, n. 220, p. 4, 3 col, Anúncios.  
 A Constituição, 20 dez. 1870, n. 224, p. 4, 3 col, Anúncios.  
 A Constituição, 4 jan. 1872, n. 03, p. 1, 1 col, Parte Oficial.  
 A Constituição, 10 jan. 1872, n. 6, p. 3, 4 col.  
 A Constituição, 10 jan. 1872, n. 06, p. 3, 3 col, Anúncios.  
 A Constituição, 19 jan. 1872, n. 14, Anúncios, p. 3, 4 col.  
 A Constituição, 1º mar. 1872, n. 47, p. 4, 2 col.  
 A Constituição, 17 abr. 1872, n. 72, p. 3, 4 col.

- A Constituição, 15 fev. 1874, n. 19, p. 4, 4 col, Anúncios.  
 A Constituição, 24 fev. 1874, n. 21, Parte Oficial Governo da Província “despachos”, p. 1, 2 col.  
 Constituição, 7 jun. 1874, n. 65, p. 4, 2 col.  
 A Constituição, 22 nov. 1874, n. 151, p. 4, 2 col, Anúncios.  
 A Constituição, 21 fev. 1875, n. 20, p. 3, 2 col, Ceará.  
 A Constituição, 31 mar. 1875, n. 33, p. 4, 1 col, Anúncios.  
 A Constituição, 5 jul. 1876, n. 76, p. 4, 2 e 3 col, Anúncios.  
 A Constituição, 16 jan. 1882, n. 6, p. 3, 2 col, Avisos.  
 A Constituição, 29 jan. 1882, n. 9, p. 4, 5 col, Anúncios.  
 A Constituição, 21 abr. 1888, n. 47, p. 4, 1, 2, 3 e 4 col.  
 A Constituição, 10 jun. 1888, n. 77, p. 4, 1, 2, 3 e 4 col.  
 A Constituição, 8 jul. 1888, n. 97, p. 2, 4 col, Noticiário.  
 A Constituição, 12 set. 1889, n. 155, p. 1, 1 col, Noticiário.

### **GAZETA DO NORTE**

- Gazeta do Norte, 24 jun. 1880, n. 15, p. 4, 2 col, Anúncios.  
 Gazeta do Norte, 16 dez. 1880, n. 156, p. 4, 2 col.  
 Gazeta do Norte, 25 mar. 1881, n. 65, p. 4, 4 col, Anúncios.  
 Gazeta do Norte, 5 abr. 1881, n. 73, p. 4, 5 col.  
 Gazeta do Norte, 27 abr. 1881, n. 89, p. 4, 3 col, Anúncios.  
 Gazeta do Norte, 22 jun. 1881, n. 134, p. 4, 2 col.  
 Gazeta do Norte, 30 out. 1881, n. 234, p. 3, 4 col.  
 Gazeta do Norte, 23 jan. 1884, n. 18, p. 1, 2 col.  
 Gazeta do Norte, 1º ago. 1885, n. 163, p. 3, 1 col.

### **PEDRO II**

- Pedro II, 26 jul.1862, n. 169, p. 3, 4 col.  
 Pedro II, 26 ago. 1868, n. 176, p. 3, 3 col, Comercio.  
 Pedro II, 20 out. 1881, Avisos, n. 82, p. 3, 5 col.  
 Pedro II, 14 dez. 1888, n. 114, p. 1, 5 col.  
 Pedro II, 14 set. 1889, n. 22, p. 1, 2 col.

### **JORNAL DO CEARÁ**

- Jornal do Ceará, 22 jan. 1868, n. 16, p. 4, 1 col, Anúncios.  
 Jornal do Ceará, 24 jan. 1868, n. 18, p. 4, 3 col.  
 Jornal do Ceará, 21 jan. 1868, n. 15, p. 2, 1 col.

### **A REPÚBLICA**

- A República, 4 maio 1892, n. 19, p. 2, 4 col.  
 A República, 7 out. 1892, n. 143, p.1, 7 col.  
 A República, 26 out. 1892, n. 159, p. 3, 4 col.  
 A República, 28 out. 1892, n. 161, p. 1, 3 col.  
 A República, 13 out. 1894, p. 2, 3 col.

A República, 14 jan. 1895, n. 11, p. 2, expediente da secretaria da fazenda.

## **O SOL**

O Sol, 18 maio 1862, n. 276, p. 4, 2 col, Anúncios.

O Sol, 26 out. 1862, n. 299, A pedido, p. 4, 1 col.

O Sol, 4 maio 1864, n. 274, p. 4, 2 col, Anúncios.

O Sol, 31 jul. 1864, n. 392, p. 4, 2 col, Anúncios.

O Sol, 23 out. 1864, n. 404, p. 1 e 2, 1 e 2 col.

## **TRIBUNA CATÓLICA**

Tribuna Católica, 3 maio 1868, Noticiário, p. 4, 4 col.

Tribuna Católica, 3 mar. 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 25, p. 1, 2 col.

Tribuna Católica, 3 mar. 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 25, p. 1, 4 col.

## **ALMANAQUES**

Almanak da Província do Ceará para ano de 1873, p. 431-442 (do Almanak), p. 446-457 (da Hemeroteca Digital).

Almanak da Província do Ceará: Administrativo, Mercantil e Industrial – 1873, p. 360 (p. 375 da versão digitalizada da Hemeroteca Digital).

Almanack da Província do Ceará: administrativo, mercantil e industrial, de 1873, Ed. 02, p. 305 (do documento), p. 320 (da Hemeroteca).

Almanack da Província do Ceará: administrativo, mercantil e industrial (1873), ed. 02. p. 420 (do documento), p. 435 (da Hemeroteca).

Almanack do Cearense, 1883, p. 26 (do documento), p. 27 (da Hemeroteca).

Almanack Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará (1896 -1902), 1896, p. 81 (do documento), p. 123 (da Hemeroteca).

Almanack Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará (1896 a 1902), 1896, p. 84 (do documento), p. 126 (da Hemeroteca).

Almanack Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1898, ed. 04, p. 117 (do documento), p.148 (da Hemeroteca Nacional).

Almanack Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1899, ed. 05, p. 130 (do documento), p. 167 (da Hemeroteca Nacional).

Almanack Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1900, ed. 07, p. 102 (do documento), p. 130 (da Hemeroteca).

Almanack Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1901, ed. 08, p. 105 (do documento), p. 129 (da Hemeroteca Nacional).

## **O ESTADO DO CEARÁ**

O Estado do Ceará, 14 mar. 1891, n. 178, p. 3, 2 col.

## **A LIBERDADE**

A Liberdade, 5 mar. 1864, n. 63, p. 4, 3 col, Anúncios.  
 A Liberdade, 23 mar. 1864, n. 67, A pedido, p. 4, 3 col.

### **O SACA-RISO**

O Saca-riso – semanário humorístico, 5 ago. 1900, n. 6, p. 4, 1 col.

### **O BOEMIO**

O Bohemio, 14 set. 1900, n. 10, p. 3, 3 col, Anúncios.  
 O Bohemio, 30 out. 1900, n. 17, p. 3, 3 col.

### **REVISTA MODERNA**

Revista Moderna, janeiro 1891, ed. 01, p. 34.

### **LIBERTADOR-KERMESSE**

Libertador-Kermesse, edição única – em memória de General Tiburcio, 14 e 15 ago. 1887, p. 4, 3 col.

### **PHENIX CAIXEIRAL**

Phenix Caixeiral, 24 dez. 1893, n. 9, p. 4, 1 e 2 col.  
 Phenix Caixeiral, 24 dez. 1893, n. 9, p. 1, 1 col, Expediente da sociedade, Balancete do mês de novembro de 1893.

### **A PENNA**

A Penna: revista científico-literaria, 15 out. 1895, ed. 01, p. 4, 1 col.  
 A Penna: revista científico-literaria, 15 out. 1895, ed. 01, p. 4, 1 col.

### **A CIDADE**

A Cidade, 22 jun. 1901, n. 37, p. 3, 2 col.

### **AURORA CEARENSE**

Aurora Cearense, 21 out. 1866, (suplemento ao n. 19), p. 9, 2 col.

### **IMPrensa INDUSTRIAL**

Imprensa Industrial, 25 out. 1876, A instrução pública no Rio de Janeiro, p. 461.

### **CORREIO MERCANTIL**

Correio Mercantil, 1º jan. 1866, n. 1, Parte Oficial/Província do Rio de Janeiro/Expediente da Secretaria do Governo/Dezembro de 1865 (dia 20), p. 3, 1 col.

## **CORRESPONDÊNCIAS (Acervo Arquivo Público do Estado Do Ceará – APEC)**

### **Correspondências do Fundo Instrução Pública (1833-1889)**

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Acaraú, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Acaraú, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP PP CO RE 11 01 (58). CX 52 / BR CEAPEC IP PP CO RE 11 01 (78). CX 52.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP REL 03 (5). CX 20.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP REL 03 (8). CX 20.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP REL 03 (4). CX 20.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP REL 03 (9). CX 20.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Limoeiro, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Limoeiro, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP INSP CO RE 51 (8 e 9). CX 24.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP REL 03 (9). CX 20.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Saboeiro, provavelmente 1860 ou 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Saboeiro, Data Crônica: provavelmente 1860 ou 1861. BR CEAPEC IP INSP CO RE 45 (18). CX 24.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Saboeiro, provavelmente 1860 ou 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Saboeiro, Data Crônica: provavelmente 1860 ou 1861. BR CEAPEC IP INSP CO RE 45 (18). CX 24.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Soure, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Soure, Data Crônica: 1860. CEAPEC IP PP CO RE 04 01 (183, 184). CX 50.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Soure, 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Soure, Data Crônica: 1860. BR CEAPEC IP PP CO RE 05 01 (60). CX 50.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracati, 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracati, Data Crônica: 1861. BR CEAPEC IP INSP CO RE 18 (45). CX 22.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São Bernardo, 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São Bernardo, Data Crônica: 1861. BR CEAPEC IP PP CO RE 01 01 (91). CX 50.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1861. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 02 (70). CX 51.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aquiraz, 1861. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aquiraz, Data Crônica: 1861. BR CEAPEC IP PP CO RE 13 01 (195, 196). CX 52.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Saboeiro, 1862. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Saboeiro, Data Crônica: 1862. BR CEAPEC IP INSP CO RE 45 (17 a 20). CX 24.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1862. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1862. BR CEAPE IP PP CO RE 07 02 (113). CX 51.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Soure, 1862. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Soure, Data Crônica: 1862. BR CEAPEC IP PP CO RE 05 01 (68). CX 50.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São Bernardo, 1863. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São Bernardo, Data Crônica: 1863. BR CEAPEC IP PP CO RE 01 01 (103). CX 50.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1863. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1863. BR CEAPEC IP INSP CO RE 09 (65). CX 21.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1864. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1864. BR CEAPEC IP CO EX 01 28 (10,11,12). CX 04.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, [s.d/Provavelmente 1864] Década de 1860. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: [s.d/Provavelmente 1864] Década de 1860. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00105). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: BR CEAPEC IP CO EX 01 25 (69). CX 04.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Tucunduba, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Tucunduba, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 57 (8). CX 24.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00143). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (129). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00149). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00144). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00143). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00165). 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00162). 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00157). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00166). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00167, 00168, 00169). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00143). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00145). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 18 65. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00137 e 00179). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00146, 00147). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1865. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1865. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00194). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracaty, 1866. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracaty, Data Crônica: 1866. BR CEAPEC IP INSP CO RE 18 (70, 71). CX 22.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Assaré, 1866. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Assaré, Data Crônica: 1866. BR CEAPEC IP CO ATEST 01 47 (91). CX 42.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1866. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1866. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00140, 00141, 00142). CX 23.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1866. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1866. BR CAPEC IP INSP CO RE 66 (11). CX 24.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00156). CX 23 / BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00157). CX 23.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aquiraz, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aquiraz, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 13 01 (53 e 54). CX 52.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Acaraú, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Acaraú, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 11 01 (106). CX 52.



CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 02 (157 a 160). CX 51.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP INSP CO RE 04 (103). CX 21.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00163, 00164). CX 23.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP CO EX 01 50 (66). CX 05.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP CO EX 01 50 (66). CX 05.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP CO RE 01 08 (85 a 96). CX 16.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Granja, 1868. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Granja, Data Crônica: 1868. BR CEAPEC IP INSP CO RE 15 (152). CX 22.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP PP CO RE 04 01 (152). CX 50.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP PP CO RE 04 02 (152, 153). CX 50.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Pacatuba, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Pacatuba, Data Crônica: 1869. BR CEAPEO IP INSP CO RE 35 01 (91). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ipú, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ipú, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 58 (60). CX 05.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 55 (14). CX 05.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 58 (21). CX 05.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 58 (22). CX 05.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 55 (8, 9). CX 05.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 55 (6, 7). CX 05.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Maranguape, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Maranguape, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP CO EX 01 55 (8, 9, 10). CX 05.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São Benedito, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São Benedito, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP INSP CO RE 42 (32). CX 24.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aracati, 1869. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aracati, Data Crônica: 1869. BR CEAPEC IP INSP CO RE 82 (5). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Pavuna, 1870. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Pavuna, Data Crônica: 1870. BR CEAPEC IP INSP CO RE 79 (00209). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1871. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1871. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 06 (103). CX 51.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1871. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1871. CEAPEC IP PP CO RE 04 01 (183, 184). CX 50.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1871. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1871. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 06 (78 e 79). CX 51.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP INSP CO RE 04 (158). CX 21.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Sobral, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Sobral, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP CO QX 01 58 (23). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Sobral, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Sobral, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP CO QX 01 58 (47). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Mulungu, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Mulungu, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP CO QX 01 27 (5). CX 47. Queixa 2 a 43.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP CO EX 01 61 (23). CX 07.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Riacho do Sangue, 1872. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Riacho do Sangue, Data Crônica: 1872. BR CEAPEC IP PP CO RE 12 01 (51). CX 52.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO EX 01 64 (14, 15, 16). CX 07.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Granja, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Granja, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP INP CO RE 15 (198). CX 22.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Paracuru, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Paracuru, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 33 (5). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Cascavel, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Cascavel, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 36 (6 e 7). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Cascavel, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Cascavel, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 36 (12). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Meruoca, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Meruoca, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP CO QX 01 32 (10). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Imperatriz, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Imperatriz, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP PP CO RE 04 01 (205, 206). CX 50.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Cococy, 1873. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Cococy, Data Crônica: 1873. BR CEAPEC IP PP CO RE 127 (11). CX 62.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 72 (8). CX 06.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 77 (32,33). CX 06.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 72 (7). CX 06.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 72 (5, 6). CX 06

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Corte, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Corte, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO RE 02 01 (26). CX 17.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Umary, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Amarração, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO RE 01 01 (11). CX 16.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP CO EX 01 (10, 11). CX 19.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 03 (127). CX 51.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila de Acarape, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila de Acarape, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP PP CO RE 07 06 (152). CX 51.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Amarração, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Amarração, Data Crônica: 1874. BR. CEAPEC IP PP CO RE 88 (56). CX: 60.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1874. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1874. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 01 (24). CX 53 A.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aquiraz, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aquiraz, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO EX 01 84 (41, 42). CX 06.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Monte-mor, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Monte-mor, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 47 (14). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (55). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 52 (9). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (9 e 10). CX 48. Queixa completa 3 a 56.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (9). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (19, 20). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (42). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (38). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (25). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (28). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (49). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (52). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Pendência, 1875. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Distrito de Pendência, Data Crônica: 1875. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (54). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EX 01 90 (67), (68). CX 08.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EX 01 87 (11). CX 08.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO EX 88 (31). CX 08.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP CO QX 01 55 (3 A 14). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aquiraz, 1876. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aquiraz, Data Crônica: 1876. BR CEAPEC IP PP CO RE 13 01 (93). CX 52.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Brejo Seco, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Brejo Seco, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP CO RE 01 09 (66). CX 16.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Brejo Seco, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Brejo Seco, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP CO RE 01 09 (65). CX 16.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Lavras, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Lavras, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP INSP CO RE 07 (36). CX 21.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Príncipe, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Príncipe, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP PP CO RE 17 (00252, 00253). CX 23.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Assunção, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Assunção, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP INSP CO RE 103 (90). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação do Caldas, 1877. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação do Caldas, Data Crônica: 1877. BR CEAPEC IP PP CO RE 122 (21). 62.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Milagres, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Milagres, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 95 (21) CX 08.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vaca Brava, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vaca Brava, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP INSP CO RE 98 (00429). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vaca Brava, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vaca Brava, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP INSP CO RE 117 (00705). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP INSP CO RE 07 (36). CX 21.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vaca Brava, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vaca Brava, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP INSP CO RE 98 (00429). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vaca Brava, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vaca Brava, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP INSP CO RE 117 (705). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 94 (22) CX 08.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 94 (31) CX 08.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Amarração, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Amarração, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO QX 01 63 (5). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Amarração, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Amarração, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO QX 01 63 (19). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 93 (33). CX 08.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1878. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1878. BR CEAPEC IP CO EX 01 93 (34). CX 08.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP CO EX 01 99 (49). CX 08.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP CO EX 01 100 (19). CX 08.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP CO EX 01 99 (49). CX 08.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Amarração, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Amarração, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP CO QX 01 63 (6). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Amarração, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Amarração, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP CO QX 01 50 (56). CX 48.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Milagres, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Milagres, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP INSP CO RE 118 (4). CX 26.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vaca Brava, 1879. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vaca Brava, Data Crônica: 1879. BR CEAPEC IP INSP CO RE 118 (30 31, 35). CX 26.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, Década de 1880. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: Década de 1880. BR CEAPEC IP INSP CO RE 33 02 (00171). CX 53.



CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO EX 01 109 (31). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO EX 01 109 (174, 175). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO EX 01 109 (8). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO EX 01 109 (181). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP CO EX 01 109 (181). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Telha, 1881. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Telha, Data Crônica: 1881. BR CEAPEC IP INSP CO RE 121 (168). CX 26.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (277). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (267). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (287 e 288). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (277). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (356, 357, 358). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (365, 366). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (356). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP CO EX 01 110 (359 e 360). CX 10.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP REL 16 (52 e 53). CX 20.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação de Canoa, 1882. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação de Canoa, Data Crônica: 1882. BR CEAPEC IP PPCO RE 130 (33). CX 62.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1883. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1883. BR CEAPEC IP CO EX 01 111 (35). CX 11.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1883. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1883. BR CEAPEC IP CO EX 01 111 (130). CX 11.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1883. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1883. BR CEAPEC IP CO EX 01 111 (105). CX 11.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Icó, 1883. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Icó, Data Crônica: 1883. BR CEAPEC IP PP CO RE 09 01 (290, 291, 292). CX 52.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 113 (132, 133, 134). CX 11.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO RE 02 04 (129). CX 17

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Baturité, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Baturité, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 113 (13, 14). CX 11.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Baturité, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Baturité, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 113 (13, 14). CX 11.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Pacatuba, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Pacatuba, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 112 (183). CX 11.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 114 (12). CX 11.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO RE 02 04 (138). CX 17.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 112 (25). CX 11.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 112 (26). CX 11.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO EX 01 112 (23 a 29). CX 11.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO RE 02 04 (7). CX 17.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1884. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1884. BR CEAPEC IP CO RE 02 04 (106). CX 17.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 116 (30). CX 12.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 115 (164). CX 12.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 115 (42). CX 12.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 115 (83). CX 12.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 0115 (103, 104, 105). CX 12.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Jardim, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Jardim, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 01 (40). CX 16.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Canoa, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Canoa, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP INSP CO RE 97 (00409). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Distrito de Vazantes, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Distrito de Vazantes, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP INSP CO RE 128 (4). CX 26.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Mulungu, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Mulungu, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP INSP CO RE 78 (17). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 115 (181). CX 12 / BR CEAPEC IP CO EX 01 115 (274). CX 12.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 116 (99). CX 12.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Baturité, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Baturité, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 116 (8, 9). CX 12.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Lavras, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Lavras, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO EX 01 116 (25). CX 12 / BR CEAPEC IP CO EX 01 116 (103). CX 12.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (33). CX 49.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (10). CX 49.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (21). CX 49.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (16, 17). CX 49.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (7). CX 49.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (8). CX 49.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 71 (8). CX 49.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Coité, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Coité, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 78 (4). CX 49.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, União, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: União, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP CO QX 01 78 (5). CX 49.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila do Acarape, 1885. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1885. BR CEAPEC IP INSP CO RE 50 (41). CX 24.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (9). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (11). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (13). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (13). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (15). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (100). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (8 a 14). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 120 (148). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (38). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (39). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Missão Velha, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Missão Velha, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO RE 01 01 (28). CX 16.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 119 (11). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (126, 127). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (112 a 115). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1886. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1886. BR CEAPEC IP CO EX 01 117 (88). CX 13.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 124 (17). CX 14.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 124 (97). CX 14.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 123 (66). CX 14.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 124 (75). CX 14.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 123 (47). CX 14.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP CO EX 01 123 (45). CX 14.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Canoa, 1887. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Canoa, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC IP INSP CO RE 97 (00412). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Povoação da Canoa. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Povoação da Canoa, Data Crônica: 1887. BR CEAPEC INSP CO RE 97 (412). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 50 (109). CX 05.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 121 (53). CX 14.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 122 (57). CX 14.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 122 (114). CX 14.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 121 (14). CX 14.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP CO EX 01 122 (14). CX 14/ BR CEAPEC IP CO EX 01 122 (60). CX 14.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Jaguaribe, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 18 BR CEAPEC IP INSP CO RE 105 (6). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Jaguaribe, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Jaguaribe, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP INSP CO RE 105 (6). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, São João do Jaguaribe, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: São João do Jaguaribe, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP INSP CO RE 105 (6). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila da Palma, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila da Palma, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP INSP CO RE 96 (24). CX 25.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vazantes, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vazantes, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP IISP CO RE 128 (7, 8). CX 26.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Vila da Palma, 1888. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Vila da Palma, Data Crônica: 1888. BR CEAPEC IP PP CO RE 18 (01382). CX 23/ BR CEAPEC IP CO RE 126 (35). CX 62.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, Década de 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEPAEC IP CO EX 126 (94). CX 15.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 125 (87). CX 15.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 125 (88). CX 15.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 125 (88). CX 15.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 125 (88 a 92). CX 15.



CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 125 (100 a 102). CX 15.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 126 (15 e 16). CX 15.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (53). CX 15.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (100). CX 15.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (101). CX 15.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (99). CX 15.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1889. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1889. BR CEAPEC IP CO EX 01 127 (102 e 103). CX 15.

## **SITES PESQUISADOS**

Biblioteca Pública do Estado do Ceará (Catálogo de Obras Raras)

Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará

Biblioteca do Seminário da Prainha da Arquidiocese de Fortaleza

Biblioteca da Academia Cearense de Letras

Biblioteca da Casa Juvenal Galeno

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato (São Paulo)

Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro)

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Biblioteca Nacional Digital de Portugal

Biblioteca Nacional da França

Stanford University Libraries

Biblioteca Digital Mundial

Internet Archive (Biblioteca Digital Norte-Americana)

Universidade Católica Portuguesa

Memoria-África.ua.pt

Projeto Livres (Banco de dados de livros escolares brasileiros (1810-2005)/Organizado pelo Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP - CMEUSP

Núcleo de Pesquisa sobre o livro e a História Editorial no Brasil da UFF – LIHED

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC

Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD – História/FFLCH, USP

Centro de Documentação em Historiografia da Linguística – CEDOCH/FFLCH, USP.

Rede da Memória Virtual Brasileira (Biblioteca Nacional Digital do Brasil)

Doc Pro Acervos Online

Biblioteca Digital Camões

Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Biblioteca Digital Mundial

Biblioteca Europeana

Biblioteca Digital Unesp

Coleção Aplauso

Coleção Brasiliana

Coleção Biblioteca do Senado

Coleção Educadores

Coleção Open Library

Coleção Scielo Livros Acadêmicos

Portal Domínio Público

Projeto Gutenberg

Catálogo online do Sistema Municipal de bibliotecas da cidade de São Paulo

Arquivo de Autoridade Internacional Virtual- VIAF

Biblioteca Digital do Senado Federal

Laboratório de ensino e material didático da USP.

Caminhos do romance – Instituto e Estudos da Linguagem/IEL-Unicamp

Associação de Aposentados e Pensionista do Banco do Brasil.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras: associação de Leitura do Brasil. São Paulo: Fapesp, 1999, p. 540-541.

ABREU, Márcia. **Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

ABREU, Márcia. A ficção como elemento de conexão cultural. *In*: ABREU, Márcia. **Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 32.

ABREU, Márcia e MOLLIER, Jean-Yves. Circulação transatlântica dos impressos – a globalização da cultura no século XIX. *In*: **Deslocamentos e mediações: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. PONCIONI, Cláudia e LEVIN, Orna (org.). São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.

AUGUSTI, Valéria. Coleções de romances franceses na rota do Atlântico. *In*: ABREU, Márcia (org.). **Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2016, p. 75.

AZEVEDO, Gislane Campos. A tutela e o contrato de soldada: a reinvenção do trabalho compulsório infantil. *In*: **História Social**, Campinas, n. 3, 1996, p. 22.

BAHIA, Thiago Eloi. **Um prédio “majestoso” em uma “quadra de lágrimas”**: as memórias da sede do Club Cearense nos jornais de Fortaleza (1867-1879). Disponível em: [http://uece.br/eventos/eehce2016/anais/trabalhos\\_completos/249-12342-19122016-163931.pdf](http://uece.br/eventos/eehce2016/anais/trabalhos_completos/249-12342-19122016-163931.pdf)

BARBIER, Frédéric. **Europa de Gutenberg: o livro e a invenção da modernidade ocidental (séculos XIII-VXI)**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2018.

BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 1948.

BASTOS, Maria Helena Camara. Método intuitivo e lições de coisas por Ferdinand Buisson. **Revista História da Educação**, vol. 17, n. 39, 2013, p. 231-253.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável de textos, impressos e livros didáticos. ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras: associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 540-541.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *In: Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n.3, set./dez. 2004.

BOTO, Carlota. **O mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX**. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999, p. 246 e 247.

BOTO, Carlota. Sociedade portuguesa em revista: o método da escola e a escola como método no século XIX. *In: Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2000. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23828>.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGANÇA, Aníbal. A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares. *In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean Yves (org.). Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 562.

BRAGANÇA, Aníbal. A presença de Francisco Alves no mundo editorial europeu. *In: BRAGANÇA, Aníbal. Rei do Livro: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 139.

BRAGANÇA, Aníbal. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. *In: BRAGANÇA, Aníbal. Rei do Livro: Francisco Alves na história do livro no Brasil e da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

BRAZIL FILHO, Thomas Pompeu de Souza. **Estado do Ceará na exposição de Chicago**. Fortaleza: Tipografia A República, 1893, p. 170.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALVI, Lourdes Margareth e MACHADO, Maria Cristina Gomes. Paulino de Souza: a instrução pública como elemento moralizador. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis10/art6\\_10.html](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis10/art6_10.html)

CÂNDIDO, Tyrone Apollo. **Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)**. Fortaleza: Museu do Ceará – Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CARDOSO, Gleudson Passos. As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873-1904). São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CAVALLO, Guglielmo. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. *In: História da leitura no mundo ocidental*. CAVALLLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (org.). São Paulo: Editora Ática, vol. I, 2002.

CEREZALES, Palacios Diego; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo; NEVES, José. **Da economia moral da multidão à arte de ser governado**: E. P. Thompson e James C. Scott na Ibéria. Castro Verde: 100Luz, 2013.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília, Unb, 1999.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações, Coleção Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos objetos. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1976, p. 99-115.

CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. *In*: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 211-238.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversas com Jean Lebrun. 2ª Reimpressão. Trad. Reginaldo C. de Moraes. São Paulo: Edunesp/Imprensa Oficial do Estado, 1999a.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII. São Paulo: UNESP, 2007.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. **As utilizações do objeto impresso (séculos XV-XIX)**. Portugal: Difel, 1984.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília, Unb, 1999.

CHARTIER, Anne-Marie e HÉRBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura 1880-1980**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CHAVES, José Olivenor de Souza. Metrópole da fome: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. *In*: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (org.). **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha (Coleção Fortaleza: história e cotidiano), 2002.

COLARES, Otacílio. Apresentação crítica e notas. *In*: FREITAS, Emília. **A rainha do ignoto**: romance psicológico. 2 ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, Imprensa Oficial do Ceará, 1980.

CORD, Marcelo Mac. **Artífices da cidadania**: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue**: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas do município da corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). *In: Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 53-68, jan.-mar. 2011, p. 56.

DEAECTO, Marisa Midori. **O império dos livros**: instituições e práticas de leitura na São Paulo Oitocentista. São Paulo, Edusp, 2019.

DEAECTO, Marisa Midori. A livraria Francisco Alves em São Paulo: os meios de expansão da leitura e o desenvolvimento do mercado livreiro (1894-1917). *In: BRAGANÇA, Aníbal. Rei do Livro*: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

DANTAS, Mônica Duarte. Para além do mandonismo: Estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil. *In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda. O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 351.

DARNTON, Robert. História da leitura. *In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo, Unesp, 1992. p. 222-223.

DARNTON, Robert. **Censores em ação**: como os estados influenciaram a literatura. Companhia das Letras.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lammourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DARNTON, Robert. **Os Best-sellers proibidos da França Pré-Revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução**: o submundo das letras do Antigo regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DAVIS, Nathalie Zemon. **Culturas do povo, sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DE DECCA, Edgar S. Rebeldia e revolução na História Social. *In: Bresciani, M. Stella M. et al. (org.) Jogos da Política*: Imagens, representações e práticas. São Paulo; Marco Zero/ANPUH, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOMINGOS, Manuela D. **Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX.** Lisboa, Instituto Português de Ensino a Distância, 1985.

DUARTE, Constância Lima. “Emília Freitas”. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) **Escritoras Brasileiras do Século XIX.** Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (org.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção na vida política no Brasil, Europa e Américas no século XVIII-XX.** São Paulo: Annablume, 2006.

EBY, Frederick. **História da educação moderna: séc. XVI/séc. XX.** 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (org.). **O impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros.** São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 94.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924).** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, 2004.

FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. **A miséria da piedade: o governo da pobreza no dispositivo da caridade (Fortaleza, 1880-1930).** 2019. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do cônego.** São Paulo: Ed. Itatiaia: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

FURET, F.; OZOUF, J. **Lire et écrire: l’alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry.** Paris: Minuit, 2 v, 1977.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: Vagabundos e miseráveis na Literatura Europeia (1400-1700).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GEREMEK, Bronislaw. **História da miséria e da caridade na Europa.** Lisboa: Terrama, 1986.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza.** Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.



HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

HENRIQUES, Antónios. A instrução pública nas constituintes brasileira e portuguesa (1820-1823): uma rarefação das possibilidades de ser. *In: Revista Brasileira de Educação*, v. 27, Jul-Set de 2022.

HILL, Christopher. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. *In: CAVALLO Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). História da leitura no mundo ocidental*, vol. 2. São Paulo: Editora Ática, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008.

LEÃO, Andréa Borges. Francisco Alves e a formação da literatura infantil. *In: BRAGANÇA, Aníbal. Rei do Livro: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 246.

LINEBAUGH, Peter. “Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram”. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH; Editora Marco Zero, ano 3, nº 6, setembro de 1983, p. 7-46.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Eliane M. Teixeira; FILHO, Luciano M. de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica 2011.

LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. *In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002, v. 2.

MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. *In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 91.

MANACORDA, Mario. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MENDONÇA, José Tolentino. **A leitura infinita**: a Bíblia e a sua interpretação. São Paulo: Paulinas; Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco, 2015.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**: ensaios sobre história cultural. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MOLLIER, Jean-Yves. **O dinheiro e as Letras**: História do Capitalismo Editorial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O Trono e o altar**: as vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978). Fortaleza, BNB, 1992.

MORAIS, Cleidiane da Silva. **De antídoto da desordem a obstáculo do progresso**: ensino moral e religioso na Instrução Pública Primária do Ceará Imperial (1874-1890). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2017.

MOURA, Denise A. Soares. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998.

MORMUL, Najla Mehanna e MACHADO, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa e a educação brasileira: métodos e programas. *In: Série-Estudos*, Campo Grande/MS, n. 32, p. 261-277, jul/dez 2011.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. **Seca, política e pobreza**: o que é politicamente correto para os pobres? *Revista Trajetos*, v. 7, n. 13. Acesso em: 27 de janeiro de 2022. Disponível em: <http://www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajetos/article/view/11/5>

NEVES, Frederico de Castro. **Economia moral versus moral econômica** (ou: o que é economicamente correto para os pobres). São Paulo: Projeto História, n. 16, 1998.

NOBRE, Francisco Silva. **1001 Cearenses notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará, 1996.

OLIVEIRA, Almir Leal. **Saber e poder – o pensamento social cearense no final do século XIX**. Mestrado em História, PUC-SP, 1998.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. As contribuições da noção de resistência cotidiana para a historiografia da luta camponesa. *Revista de História Regional*. 28: 1-16, e2322233, 2023. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>

OSAKABE, Haquira. O mundo da escrita. *In: ABREU, Márcia (org.) Leituras no Brasil*: antologia comemorativa pelo 10º Cole. Campinas, São Paulo: Mercado de letras, 1995, p. 19.

PAULILO, André Luiz. Projeto político e sistematização do ensino público brasileiro no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 467-496, maio/ago. 2004.

PENJON, Jacqueline. Da América para a Europa: a mediação do tradutor na circulação das obras. *In: Deslocamentos e mediações: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914).*

PONCIONI, Claudia e LEVIN, Orna (org.). São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres na cidade: vida e trabalho – 1880-1920.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência: vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914).** São Paulo: Edusp; Fapesp, 1994.

PONCIONI, Claudia e LEVIN, Orna. Pessoas em trânsito, imagens em construção. *In: Deslocamentos e mediações: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914).* PONCIONI, Claudia e LEVIN, Orna (org.). São Paulo: Editora da Unicamp, 2018, p. 15.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque.** Fortaleza: FDR/Multigraf, 1993.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. A Livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo. *In: BRAGANÇA, Aníbal. Rei do Livro: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. São Paulo: cidade dos livros escolares. *In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (org.). Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros.* São Paulo: Editora Unesp, 2010.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Ed FGV, 1998.

REMOND, René. **O século XIX 1815-1914: Introdução a história de nosso tempo 2.** Trad. Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. **Livros e leituras no século XIX.** Separata da Revista de História das ideias, vol. 20. Faculdade de Letras, Coimbra, 1999, p. 190.

ROCHE, Daniel. **O povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RUCKERT, Fabiano Quadros. Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospecção bibliográfica. *In: RÜCKERT, Fabiano Quadros; SILVA, Jonathan Fachini da; CARDOZO, José Carlos da Silva; CESAR, Tiago da Silva (org.). Histórias da pobreza no Brasil.* Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

RUDÉ, George. **A multidão na história.** Rio de Janeiro: Campus, 1991.

- RUDÉ, George. **Revuelta popular y consciência de classe**. Barcelona: Editora Crítica, 1981.
- SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado Educacional do século XX no Brasil**. 2 ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).
- SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *In: Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, Brasília, 2011, p. 227.
- SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. *In: Projeto História*. N.16. São Paulo: PUC, 1998, p. 304.
- SHARPE, Jim. A história vinda de baixo. *In: BURKE, Meter. A escrita da história*: novas Perspectivas. Tradução Magda Lopes. Editora Unesp, 1992, p. 41.
- SILVA, Arruda Ozângela de. **Pelas rotas dos livros**: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004 [1982].
- SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *In: Cadernos Cedes*, ano XX, n. 51, novembro/2000, p. 12.
- STUDART, Guilherme. **Dicionário Biobibliográfico cearense**. Fortaleza: Tipografia Progresso, 1980.
- SODRÉ, Nelson WERNECK. **Quem é o povo no Brasil**. Marília: Lutas anticapital, 2019.
- TAMBARA, Elomar. **Da leitura do catecismo à catecisação da leitura**: o catecismo como de leitura na escola primária no Brasil no século. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.
- THEOPHILO, Rodolfo. **História da Seca no Ceará (1877-1880)**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, III**: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. *In: Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 260.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa do século XVIII. *In: Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VENÂNCIO, Giselle Martins. “Lisboa-Rio de Janeiro-Fortaleza: os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues”. *In: Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 21, 2005, Lisboa, p. 185-204. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/3221>.

VIEIRA, Tanísio. Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza – 1865-1879. *In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (org.). Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Coleção Fortaleza: história e cotidiano, 2002.